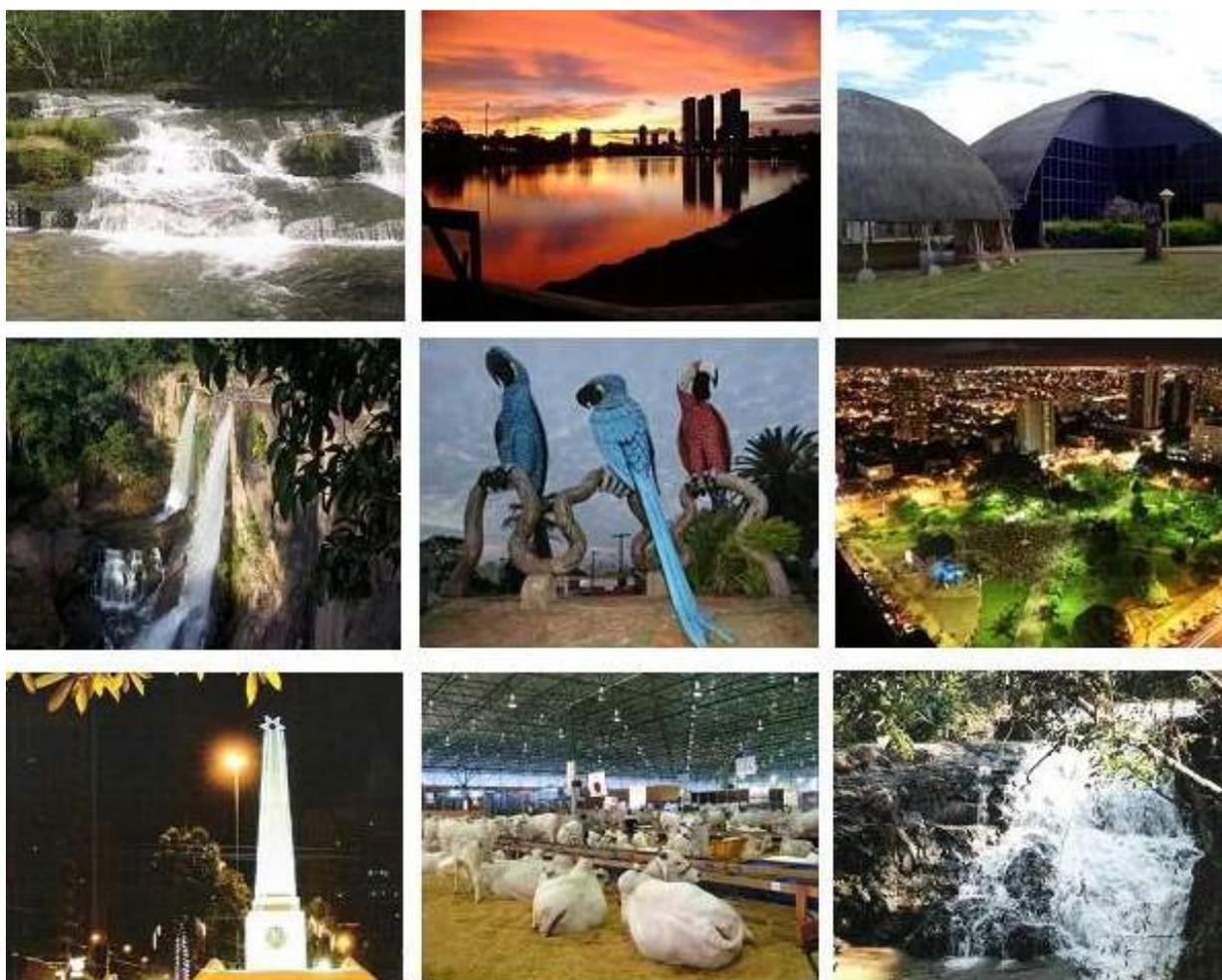


PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS/POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO

RELATÓRIO VERSÃO FINAL



Ministério
do Turismo



Campo Grande, MS
Janeiro, 2012

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO
COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL –
PDITS/POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO**

VERSÃO FINAL

**Campo Grande, MS
Janeiro, 2012**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER
Vice - presidente

MINISTÉRIO DO TURISMO

GASTÃO DIAS VIEIRA
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

FÁBIO RIOS MOTA
Secretário

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL
Diretor

COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA REGIONAIS I

CLÁUDIO CORRÊA VASQUES
Coordenador

ANA CARLA FERNANDES MOURA
Técnica Nível Superior

MARINA NEIVA DIAS
Técnica Nível Superior

MIRANICE LIMA SANTOS
Técnica Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

SIMONE TEBET
Vice - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenadora Geral

Janete de Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Gestora Financeira

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Analista Ambiental

Helio Luis Brun
Especialista em Turismo

Fabio César Gois
Coordenador de Apoio Logístico

Lino de Souza de Lima
**Analista de Desenvolvimento
Socioeconômico**

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON
CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda.
Rua Joaquim Murtinho, 1000
Itanhangá Park
79003-020
Campo Grande, MS
Brasil
Tel: +55 67 3321 4495
E-mail: agrimon@agrimon.com.br
Site: www.agrimon.com.br

SUMARIO

LISTA DE FIGURAS	III
LISTA DE FOTOS	VI
LISTA DE QUADROS	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XIII
APRESENTAÇÃO	19
1. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA	23
1.1. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS	25
1.2. ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE	29
1.3. ANÁLISE DO NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL	35
1.4. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS	37
1.5. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS	46
2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	49
3. ANÁLISE – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	58
3.1. MERCADO TURÍSTICO	63
3.2. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS	160
3.3. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL	214
3.4. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS	235
3.5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	266
4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	275
4.1. ANÁLISE DA MATRIZ SWOT	275
4.2. FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS	284
5. PLANO DE AÇÃO	288
5.1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS	288

II		
5.2.	DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL	323
5.3.	SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES	334
5.4.	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS NOS 18 PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR NACIONAL	338
5.5.	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	382
6.	MECANISMOS DE FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	427
7.	PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DO PDITS	434
7.1.	OFICINA DE MARCO LÓGICO	434
7.2.	OFICINA PARTICIPATIVA – DIAGNÓSTICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	438
7.3.	OFICINA PARTICIPATIVA – ESTRATÉGIAS, PLANO DE AÇÃO E MECANISMOS DE FEEDBACK	443
7.4.	OFICINA PARTICIPATIVA – VERSÃO PRELIMINAR	447
7.5.	AUDIÊNCIA PÚBLICA	449
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	455
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	456
10.	ANEXOS	462
	ANEXO A - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA	462
	ANEXO B – PESQUISA APLICADA JUNTO AOS EMPREENDIMENTOS DA CADEIA TURÍSTICA	476
	ANEXO C – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NOS SETORES DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM COLETADOS NA RAIS	487
	ANEXO D – MAPAS DE INFRAESTRUTURA BÁSICA SERVIÇOS GERAIS	497
	ANEXO E – MAPA “CORREGO LIMPO”	498
	ANEXO F – QUESTIONÁRIOS SOCIOAMBIENTAIS	499
	ANEXO G – MATERIAL CARTOGRÁFICO	505

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração da regionalização de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Polo Campo Grande e Região.	23
Figura 2 – Posição geográfica de Mato Grosso do Sul no Brasil e América do Sul.	30
Figura 3 – Conexões do Polo Campo Grande e Região com as demais regiões turísticas de Mato Grosso do Sul.	31
Figura 4 – Rota Pantanal – Bonito, Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu e Rota Travessia do Pantanal.	33
Figura 5 - Localização das bacias hidrográficas na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região.	38
Figura 6 – Matriz de Marco Lógico.	50
Figura 7 - Número de eventos internacionais sediados no Brasil, entre 2005 a 2009.	64
Figura 8 - <i>Ranking</i> mundial dos dez principais países-destinos de eventos internacionais (em números de eventos).	64
Figura 9 - <i>Ranking</i> nacional das dez principais cidades-destinos de eventos internacionais (em número de eventos).	65
Figura 10 - Estrutura do produto turístico do Polo Campo Grande e Região.	67
Figura 11 - Volume estimado de turistas, em 2008 e 2009.	72
Figura 12 - Mercados geográficos de procedência do turista do Polo Campo Grande e Região, em 2007 e 2009.	73
Figura 13 - Grau de permanência no Polo Campo Grande e Região.	74
Figura 14 – Projeção futura de fluxo de turistas, para 2010 a 2014.	74
Figura 15 - Outros fatores que incidem na decisão de viajar, em 2009.	77
Figura 16 - Época de realização da viagem, em 2009.	78
Figura 17 - Tempo de permanência em dias e em semanas, em 2009.	78
Figura 18 - Tempo de permanência do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS, em 2005.	79
Figura 19 - Gasto médio individual e composição do gasto durante a viagem, em 2007 e 2009 (valores em reais).	79
Figura 20 - Meios de hospedagem preferidos, em 2009.	80
Figura 21 - Meios de transporte preferidos, em 2009.	80
Figura 22 - Meios de transporte escolhidos pelo turista de Campo Grande, em 2007 e 2009.	81
Figura 23 - Modo de viajar, em 2009.	81
Figura 24 - Planejamento prévio da viagem.	82
Figura 25 - Fontes de informação do turista atual, em 2009.	82
Figura 26 - Informações requeridas pelo turista do Polo Campo Grande e Região, em 2010.	83
Figura 27 - Estrutura do gasto durante a viagem, em 2009.	84
Figura 28 - Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste, em 2009.	98

IV

Figura 29 - Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos, em 2009.	98
Figura 30 - Intenção de viajar por região do país do turista potencial, em 2009.	99
Figura 31 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos, por categoria.	138
Figura 32 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos, por categoria e por idade do estabelecimento.	138
Figura 33 - Estimativa do número de empregos formais por ACTs, em Mato Grosso do Sul - Dezembro 2007.	139
Figura 34 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.	140
Figura 35 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria e por dimensão da empresa.	140
Figura 36 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.	141
Figura 37 - Estimativa do número de empregos informais, por ACTs, em Mato Grosso do Sul - Setembro de 2005.	141
Figura 38 - Estimativa do número de empregos formais e informais, por empreendimento, por categoria.	142
Figura 39 - Rendimento médio da ocupação formal por ACTs, em Mato Grosso do Sul – 2007, (valores em reais).	142
Figura 40 - Grau de ocupação por categoria e por dimensão.	143
Figura 41 - Grau de ocupação por categoria e por idade do empreendimento.	143
Figura 42 - Evolução mensal da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande entre, 2007 e 2009.	146
Figura 43 - Evolução das variações máxima e mínima mensais da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande, entre 2007 e 2009.	147
Figura 44 - Nível de investimentos, por categoria e por dimensão da empresa, em 2010.	149
Figura 45 - Níveis de investimento, por categoria e por idade do estabelecimento, em 2010.	149
Figura 46 - Níveis de faturamento médio diário, por categoria e por dimensão da empresa, em 2010.	150
Figura 47 - Níveis de faturamento médio diário, por categoria e por idade do estabelecimento, em 2010.	150
Figura 48 - Mercado geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região, em 2005.	151
Figura 49 - Mercado geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região, em 2010.	152
Figura 50 - Preços por categoria, em reais e em dólares, praticados em 2010.	153
Figura 51 - Meios de divulgação mais utilizados por categoria, em 2010.	154
Figura 52 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR/MS, entre 1999 a 2006.	155
Figura 53 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR/MS, entre 2007 a 2009.	155
Figura 54 - Nível de integração com os demais elos da cadeia turística, por categoria, em 2010.	156

Figura 55 - Elo da cadeia turística com maior incidência de conflitos, por categoria, em 2010.	156
Figura 56 – Rodovias federais e estaduais que interligam os municípios do Polo Campo Grande e Região.	161
Figura 57 - Evolução do número de passageiros no Aeroporto Internacional de Campo Grande - 2005-2008.	164
Figura 58: Coleta urbana de resíduos sólidos no município de Campo Grande.	180
Figura 59 – Detalhamento dos crimes contra o patrimônio no Polo Campo Grande e Região, em 2006.	207
Figura 60 – Detalhamento dos crimes contra pessoas com mortes, no Polo Campo Grande e Região, em 2006.	207
Figura 61 – Detalhamento dos crimes contra a liberdade sexual no Polo Campo Grande e Região, em 2006.	208
Figura 62 – Detalhamento dos crimes com legislação especial no Polo Campo Grande e Região, em 2006.	208
Figura 63 – Detalhamento dos crimes contra pessoas, sem mortes, no Polo Campo Grande e Região, em 2006.	209
Figura 64 – Rede de monitoramento na Bacia do Imbirussu e sua localização no município de Campo Grande.	238
Figura 65 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado de Mato Grosso do Sul.	248
Figura 66 - Número total de denúncias por tipologia, em Campo Grande, em 2007 e 2008.	250
Figura 67 – Dimensões estratégicas.	284
Figura 68 – Formulação estratégica	285
Figura 69 – Indicadores de resultados do PDITS Campo Grande e Região	433
Figura 70 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	436
Figura 71 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	436
Figura 72 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3).	437
Figura 73 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4).	437
Figura 74 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5).	438
Figura 75 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	439
Figura 76 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	440
Figura 77 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (3).	441
Figura 78 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (4).	442
Figura 79 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	444
Figura 80 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	445
Figura 81 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (3).	446
Figura 82 – Lista de presença da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	448
Figura 83 – Lista de presença da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	449
Figura 84 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011 (1).	452
Figura 85 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011 (2).	453
Figura 86 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011 (3).	454

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Projeto Portal, em Corguinho, MS.	59
Foto 2 - Centro Mundial do Movimento <i>Anew</i> , em Corguinho, MS.	59
Foto 3 - Indígenas de Dois Irmãos do Buriti, MS.	60
Foto 4 - Distrito de Palmeiras em Dois Irmãos do Buriti, MS.	60
Foto 5 - Comunidade Furnas de Dionísio, em Jaraguari, MS.	61
Foto 6 - Pousada Ecológica Taboquinha, em Jaraguari, MS.	61
Foto 7 - Central Sete Estrelas Embriões, em Terenos, MS.	62
Foto 8 - Projeto Pacu, Aquicultura em Terenos, MS.	62
Foto 9 - Dia de campo na comunidade rural do distrito de Rochedo, em Campo Grande, MS.	89
Foto 10 - Aula do curso de veterinária da Universidade Anhanguera – UNIDERP, no curral coletivo do assentamento Conquista, em Campo Grande, MS.	89
Foto 11 - Visão panorâmica do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, implantado na comunidade quilombola, em Campo Grande, MS.	90
Foto 12 - Produtor rural comercializando sua própria produção na Feira de Orgânicos, na Praça do Rádio Clube, em Campo Grande, MS.	90
Foto 13 – Expogrande 2009 – Parque Laucídio Coelho.	100
Foto 14 – Show musical – Parque Laucídio Coelho, 2010.	100
Foto 15 - Convenções e Exposições Albano Franco.	101
Foto 16 - Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo.	101
Foto 17 – Teatro Aracy Balabanian - Centro Cultural José Octávio Guizzo.	102
Foto 18 – Teatro Glauce Rocha – Cidade Universitária – UFMS.	102
Foto 19 - Autódromo Internacional Orlando Moura (pista).	102
Foto 20 – Autódromo Internacional Orlando Moura (Foto de satélite).	102
Foto 21 – Ginásio Guanandizão.	103
Foto 22 – Estádio Pedro Pedrossian (Moreirão).	103
Foto 23 – Parque das Nações Indígenas.	103
Foto 24 – Belmar Fidalgo.	103
Foto 25 – Morro na Fazenda Projeto Portal.	110
Foto 26 - Sinalização interna na Fazenda Projeto Portal.	110
Foto 27 – Vila de segunda residência na Fazenda Projeto Portal.	110
Foto 28 – Receptivo da Fazenda Projeto Portal.	110
Foto 29 – Vista externa do Centro de Exposições Albano Franco.	112
Foto 30 – Estacionamento do Centro de Exposições Albano Franco.	112
Foto 31 – Salas modulares do Centro de Exposições Albano Franco.	112
Foto 32 – Pavilhão de eventos do Centro de Exposições Albano Franco.	112
Foto 33 - Vista externa do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.	114
Foto 34 - Hall de acesso ao auditório Germano Barros de Souza.	114
Foto 35 – Restaurante do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.	114

Foto 36 – Auditório Manoel de Barros.	114
Foto 37 – Vista externa da entrada do Parque Laucídio Coelho.	116
Foto 38 – Sinalização no interior do Parque Laucídio Coelho.	116
Foto 39 – Vista interna da entrada e estacionamento do parque.	116
Foto 40 – Pista de julgamento do Parque Laucídio Coelho.	116
Foto 41 – Sinalização indicando a Fazenda Piana, na BR-060.	118
Foto 42 – Estrada de acesso à Fazenda Piana.	118
Foto 43 – Receptivo da Fazenda Piana.	118
Foto 44 – Lagoa, da Fazenda Piana.	118
Foto 45 – Vista externa do Morenã e sua sinalização.	120
Foto 46 – Bilheteria do Morenã.	120
Foto 47 – Arquibancada do Morenã.	120
Foto 48 – Banheiro do Morenã.	120
Foto 49 – Entrada do Teatro Glauce Rocha.	122
Foto 50 – Bilheteria do Teatro Glauce Rocha.	122
Foto 51 - Sinalização estacionamento do Teatro Glauce Rocha.	122
Foto 52 – Interior do Teatro Glauce Rocha.	122
Foto 53 – Vista externa do Centro Cultural José Octavio Guizzo.	124
Foto 54 – Sinalização turística no Centro Cultural José Octavio Guizzo.	124
Foto 55 – Hall interno do Centro Cultural José Octavio Guizzo.	124
Foto 56 – Entrada do Teatro Aracy Balabanian, no Centro Cultural José Octavio Guizzo.	124
Foto 57 - Igreja São Francisco de Assis, Campo Grande, MS, 2010.	127
Foto 58 - Estação ferroviária Noroeste do Brasil - Armazém Cultural, em Campo Grande, MS, 2010.	127
Foto 59 - Hotel Gaspar, em Campo Grande, MS, 2010.	128
Foto 60 - Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo, em Campo Grande, MS, 2010.	128
Foto 61 - Casa do Artesão, em Campo Grande, MS, 2010.	129
Foto 62 - Morada dos Baís, em Campo Grande, MS, 2004.	129
Foto 63 - Terminal Rodoviário de Campo Grande “Senador Antonio Mendes Canale”.	163
Foto 64 – Vista lateral do Trem do Pantanal .	166
Foto 65 - Acampamento de sem-terra, na MS-080, entre Campo Grande e Corguinho.	168
Foto 66 - MS-060, no trecho que corta o núcleo urbano de Sidrolândia.	169
Foto 67 – Acampamento de sem-terra, em trecho da rodovia MS-060.	169
Foto 68 – Vista parcial do atual depósito de resíduos, em Campo Grande.	180
Foto 69 – Placa indicativa no caminho para a UPL, em frente ao antigo lixão (à esquerda).	182
Foto 70 - Vista parcial do interior da UPL, onde podem ser avistadas as <i>big bags</i> com produtos (à direita), em 31 maio de 2010 – Dois Irmãos do Buriti.	182
Foto 71 - Vista ampla da localização do lixão mostrando a queima dos resíduos – Ribas do Rio Pardo.	182
Foto 72 - Pneus dispostos na área do lixão – Ribas do Rio Pardo.	182
Foto 73 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia.	183

VIII

Foto 74 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia	183
Foto 75 - Lixão de Nova Alvorada do Sul – Nova Alvorada do Sul.	184
Foto 76 - UPL de Nova Alvorada do Sul.	184
Foto 77 - Vista geral do lixão de Corguinho.	185
Foto 78 - Vala onde são depositados os resíduos hospitalares.	185
Foto 79 - Vista geral do lixão de Terenos.	186
Foto 80 - Lixão de Rio Negro.	186
Foto 81 - Lixão de Rochedo.	187
Foto 82 – Danos causados pelas chuvas em Campo Grande, em fevereiro de 2010.	188
Foto 83 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	434
Foto 84 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	434
Foto 85 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3).	435
Foto 86 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4).	435
Foto 87 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5).	435
Foto 88 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (6).	435
Foto 89 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	443
Foto 90 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	443
Foto 91 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (3).	443
Foto 92 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (4).	443
Foto 93 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (5).	444
Foto 94 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (6).	444
Foto 95 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (1).	447
Foto 96 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (2).	447
Foto 97 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (3).	447
Foto 98 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (4).	447
Foto 99 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (5).	447
Foto 100 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (6).	447
Foto 101 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (1).	451
Foto 102 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (2).	451
Foto 103 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (3).	451
Foto 104 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (4).	451
Foto 105 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (5).	451
Foto 106 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (6).	451

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Área territorial dos municípios da Região.	25
Quadro 2 – Demonstrativo dos Atrativos e Hierarquização.	26
Quadro 3 – Demonstrativo do Diferencial Turístico da Região.	36
Quadro 4 – Principais tipos de solos encontrados na região do Polo Campo Grande e Região, com respectivas texturas, grau de susceptibilidade a erosão e principais usos.	40
Quadro 5 – Repasse do ICMS Ecológico aos municípios do Polo Campo Grande e Região, em 2009.	41
Quadro 6- Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual em Julho de 2009.	42
Quadro 7 – Objetivos gerais e estratégias vinculadas.	49
Quadro 8 – Objetivos gerais e específicos.	55
Quadro 9 – Impactos de curto, médio e longo prazo.	56
Quadro 10 - Eventos Programados de 2010, em Campo Grande, MS.	68
Quadro 11 - Volume de turistas do polo por mercado geográfico, em 2009.	73
Quadro 12 - Estimativas de turistas para o Polo Campo Grande e Região, entre 2010 a 2014.	74
Quadro 13 - Perfil do turista conforme FNRH –Polo Campo Grande e Região - 2007 e 2009.	75
Quadro 14 - Atrativos mais valorizados no Polo Campo Grande e Região.	76
Quadro 15 - Elasticidade-preço da demanda do Albano Franco, entre 2009 e 2010.	76
Quadro 16 - Elasticidade-renda da demanda do Rubens Gil de Camillo e da Expogrande, entre 2007 e 2009.	77
Quadro 17 - Gasto médio individual do turista, em 2007 e 2009.	84
Quadro 18 – Estimativa da receita turística do Polo Campo Grande e Região, entre 2008 e 2015.	85
Quadro 19 - Pesquisa de Satisfação do Visitante na Cidade do Natal, Campo Grande -2009.	86
Quadro 20 – Melhores e piores características do Polo Campo Grande e Região para o turista, em 2010 – respostas múltiplas.	87
Quadro 21 - Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região.	88
Quadro 22 – Promoção e divulgação da área realizada nos últimos três anos pela FUNDTUR/MS.	90
Quadro 23 - Caracterização do perfil do potencial turista.	93
Quadro 24 - Perfil do turista potencial estrangeiro, por país de origem, em 2007.	95
Quadro 25 - Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande.	103
Quadro 26 – Avaliação da Fazenda Projeto Portal: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	111
Quadro 27 – Avaliação do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	113
Quadro 28 – Avaliação do Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	115
Quadro 29 – Avaliação do Parque Laucídio Coelho: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	117
Quadro 30 – Avaliação da Fazenda Piana: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	119
Quadro 31 – Avaliação do Estádio Pedro Pedrossian - Morenã: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	121
Quadro 32 – Avaliação do Teatro Glauce Rocha: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	123
Quadro 33 – Avaliação do Teatro Aracy Balabanian: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.	125
Quadro 34 - Monumentos, memoriais, museus e galerias em Campo Grande.	129

X

Quadro 35 - Principais atrativos de ecoturismo, rural e lazer, em Campo Grande.	131
Quadro 36 - Atrativos em fase de estruturação no Polo Campo Grande e Região.	132
Quadro 37 - Prestadores de serviços turísticos cadastrados no MTur, em Campo Grande, MS.	135
Quadro 38 – Total de empreendimentos do setor de alimentação e meios de hospedagens por porte da empresa no Polo Campo Grande e Região, em 2008.	136
Quadro 39 – Total de funcionários do setor de alimentação e MHS, por porte da empresa, no Polo Campo Grande e Região em 2008.	136
Quadro 40 - Movimentação nos meios de hospedagem da Capital e Interior do Estado, entre 2006 e 2009.	145
Quadro 41 - Rede de hospedagem do Polo Campo Grande e Região, em 2010.	147
Quadro 42 - Empreendimentos hoteleiros em construção em Campo Grande, em 2010.	148
Quadro 43 - Estimativa de investimentos por categoria em 2000, 2005, 2010 e projeção para 2015.	148
Quadro 44 - Preços médios por categoria e por porte da empresa em reais e em dólares, praticado em 2010.	153
Quadro 45 - Preços médios por categoria e por idade do estabelecimento em reais e em dólares, praticado em 2010.	153
Quadro 46 - Tipos de investimentos realizados por origem da empresas investidora, em 2010.	157
Quadro 47 - Grau de dificuldade dos hotéis.	157
Quadro 48 - Grau de dificuldade das agências.	157
Quadro 49 - Grau de dificuldade dos restaurantes em relação aos quesitos.	158
Quadro 50 – Elasticidade preço da oferta – hotéis e restaurantes.	159
Quadro 51 – Distância de Campo Grande aos municípios do polo.	161
Quadro 52 – Comparativo entre os demonstrativos de movimentação de passageiros dentro do Polo Campo Grande e Região, em 2006 e 2009.	162
Quadro 53 - Horário de partida e chegada do Trem do Pantanal.	165
Quadro 54- Análise da infraestrutura viária de acesso ao Polo Campo Grande e Região.	167
Quadro 55 - Captação e tratamento do sistema público de água nos municípios do polo.	171
Quadro 56 - População atendida pelo sistema público de água, em 2008.	171
Quadro 57 - População atendida pelo sistema público de água, em 2000.	171
Quadro 58 – Sistema de abastecimento de água do Polo Campo Grande e Região, em 2009.	173
Quadro 59– Sistema de abastecimento de água de Corguinho, Jaraguari e Rochedo, em 2000, 2006 e 2005 respectivamente.	174
Quadro 60 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.	174
Quadro 61 – Projeções totais de investimentos em esgotamento sanitário no polo.	176
Quadro 62 - População atendida e projeções de atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário em Campo Grande.	177
Quadro 63 – Sistema de esgotamento sanitário do Polo Campo Grande e Região, em 2009.	177
Quadro 64 – Estações de tratamento de esgoto de Campo Grande, em 2010.	178
Quadro 65 - Quantidade de linhas de ônibus existentes em Campo Grande – 2005-2009.	190
Quadro 66 - Transporte coletivo por ônibus em Campo Grande – 2005 a 2009.	191
Quadro 67 - Frota de táxis - Campo Grande – 1980-2009.	191
Quadro 68– Evolução das agências dos Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.	192
Quadro 69 – Sistema de telefonia por município, do Polo Campo Grande e Região, em 2008.	193
Quadro 70 - Rede bancária do Polo Campo Grande e Região, em 2009.	194
Quadro 71 – Sistema de energia elétrica por município, do Polo Campo Grande e Região, em 2009, valores em MWH.	196

Quadro 72 – Evolução do sistema de energia elétrica, em unidades consumidoras, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.	198
Quadro 73 - Sistema de saúde por município, do Polo Campo Grande e Região, em 2009.	200
Quadro 74 - Número de estabelecimentos do polo por especialidade médica cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, em setembro de 2010.	201
Quadro 75 – Número de delegacias e corpo de bombeiros ou de salvamento existentes no Polo Campo Grande e Região, em 2008.	204
Quadro 76 - Indicadores de criminalidade do Polo Campo Grande e Região, em 2006.	206
Quadro 77 - Demonstrativo dos recursos arrecadados no ministério de Turismo - Período 1996 a 31/05/2010.	215
Quadro 78 - Órgãos de turismo municipais do Polo Campo Grande e Região.	215
Quadro 79 - Macroestratégias e estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul, 2008 – 2020, Região Caminho dos Ipês (Polo Campo Grande e Região).	219
Quadro 80 – Demonstrativo das empresas privadas e profissionais existentes e cadastrados no Polo Campo Grande e Região – posição maio 2010.	222
Quadro 81 – Demonstrativo das principais linhas de financiamento.	233
Quadro 82– Índice de qualidade da água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, em 2008.	236
Quadro 83 – Índice de qualidade da água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, de acordo com dados do PERH/MS.	236
Quadro 84 – IQACETESB – Pontos de monitoramento no córrego Imbirussu.	237
Quadro 85 – Principais parques públicos de Campo Grande, em 2010.	240
Quadro 86 – Principais recursos naturais e culturais de interesse turístico no Polo Campo Grande e Região, em 2010.	242
Quadro 87 - Número de empreendimentos turísticos com licença ambiental, em 2010.	243
Quadro 88 – Porcentagem de denúncias por tipologia em Campo Grande, em 2007 e 2008.	250
Quadro 89 – Resultados dos questionários aplicados referentes à gestão ambiental, turística, pública e planejamento territorial no Polo Campo Grande e Região, em 2010.	253
Quadro 90 – Municípios que fazem parte do CIDEMA no Polo Campo Grande e Região.	258
Quadro 91 - Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual em julho de 2009.	261
Quadro 92 – RPPNs existentes no Polo Campo Grande e Região, em 2010.	262
Quadro 93 – Populações Indígenas em terras tradicionais do Polo Campo Grande e Região.	264
Quadro 94– Comunidades quilombolas do Polo Campo Grande e Região.	265
Quadro 96 - Segmentos de turismo potenciais do Polo Campo Grande e Região.	270
Quadro 97 – SWOT: ambiente externo.	276
Quadro 98 - Produtos e Atrativos Turísticos.	277
Quadro 99 – Promoção e Comercialização.	278
Quadro 100 – Fortalecimento Institucional.	279
Quadro 101 - Infraestrutura e Serviços Básicos.	280
Quadro 102 - Gestão Ambiental.	281
Quadro 103 – Matriz Estratégica.	286
Quadro 104 – Estratégias de Produto Turístico.	287
Quadro 105 – Estratégias de Comercialização.	287
Quadro 106 – Estratégias de Fortalecimento Institucional.	287
Quadro 107 – Estratégias de Infraestrutura Básica.	287
Quadro 108 – Estratégias de Gestão Ambiental.	287
Quadro 109 - Estratégia de Produto Turístico: ações previstas.	288

XII

Quadro 110 - Estratégia de Comercialização: ações previstas.	289
Quadro 111 - Fortalecimento Institucional: ações previstas.	289
Quadro 112 - Infraestrutura e Serviços Básicos: ações previstas.	290
Quadro 113 - Gestão Ambiental: ações previstas.	291
Quadro 114 - Estratégia de Produto Turístico: ações por município.	317
Quadro 115 - Estratégia de Comercialização: ações por município.	318
Quadro 116 - Fortalecimento Institucional: ações por município.	318
Quadro 117 - Infraestrutura e Serviços Básicos: ações por município.	321
Quadro 118 - Gestão Ambiental: ações por município.	322
Quadro 119 – Investimentos totais por componente e por município.	323
Quadro 120 - Estimativa do custo-benefício do PRODETUR/MS.	325
Quadro 121 - Análise da Viabilidade Econômico-financeira.	326
Quadro 122 - Estratégia de Produto Turístico: investimentos por ação e por município.	328
Quadro 123 - Estratégia de Comercialização: investimentos por ação e por município.	330
Quadro 124 - Fortalecimento Institucional: investimentos por ação e por município.	331
Quadro 125 - Infraestrutura e Serviços Básicos: investimentos por ação e por município.	332
Quadro 126 - Gestão Ambiental: investimentos por ação e por município.	333
Quadro 127 – Cronograma das Ações.	334
Quadro 128 – Fortalecimento Institucional: ações e metas de desempenho.	335
Quadro 129 – Quadro de Ações Elegíveis.	338
Quadro 130 - Estruturação da Oferta Turística: avaliação de impactos socioambientais.	384
Quadro 131 – Estratégia de Comercialização: avaliação de impactos socioambientais.	392
Quadro 132 - Fortalecimento Institucional: avaliação de impactos socioambientais.	394
Quadro 133 - Infraestrutura Básica e Turística: avaliação de impactos socioambientais.	396
Quadro 134 – Gestão Socioambiental: avaliação de impactos socioambientais.	397
Quadro 135 – Impactos Cumulativos.	403
Quadro 136 - Inter-relação entre medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo.	413
Quadro 137 – Estratégias de Produto Turístico: mecanismos de feedback.	428
Quadro 138 – Estratégias de Comercialização: mecanismos de feedback.	430
Quadro 139 - Fortalecimento Institucional: mecanismos de feedback.	430
Quadro 140 – Infraestrutura e Serviços Básicos: mecanismos de feedback.	430
Quadro 141 - Gestão Ambiental: mecanismos de feedback.	431

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABBTUR	Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABLA	Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis
ABRAJET	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACTs	Atividades Características do Turismo
ACTUR	Associação Campograndense de Turismo Rural
AGEPAN	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APA	Área de Preservação Ambiental
APEX- Brasil	Agencia Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APP	Áreas de Preservação Permanente
ASSETUR	Associação de Transporte Coletivo Urbano
BAP	Bacia do Alto Paraguai
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNDES-FINAME	Banco Nacional de Desenvolvimento Linhas de Financiamento
BNDES AUTOMÁTICO	Banco Nacional de Desenvolvimento Automático
BNDES FINEM	Banco Nacional de Desenvolvimento Linhas de Financiamento
BOH	Boletim de Ocorrência Hoteleira
BRAZTOA	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CANASUL	Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da cana de açúcar do Mato Grosso do Sul
CARTÃO BNDES	Cartão do Banco Nacional de Desenvolvimento
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CBC&VB	Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux
CBH - Miranda	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
CECA/MS	Conselho Estadual de Controle Ambiental do Mato Grosso do Sul
CEPRIC	Centro de Pesquisa e Reabilitação da Ictiofauna

XIV

CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
CIDEMA	Consórcio Intermunicipal Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
CLIA	Centro de Logística Industrial Aduaneiro
CMMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CNRPPN	Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
COMTUR'S	Conselhos Municipais de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COOPERVAN	Cooperativa Prestadora de Serviços de Van
CRAS	Centro de Reabilitação de Animais Silvestres
DECAT	Delegacia Especializada de Repreensão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudos de Impacto de Vizinhança
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPD	Elasticidade - Preço da Demanda
EPO	Elasticidade – Preço da Oferta
ERD	Elasticidade - Renda da Demanda
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FAMTOURS	Passeio de Familiarização do Turismo
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FCR	Fundação Cândido Rondon
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEBRAN	Federação Brasileira de Bancos
FGV	Fundação Getulio Vargas
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GGT-CG	Grupo de Gestão Turística de Campo Grande
GOPAN/MS	Grupo de Operadores de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul
IAD	Índice Ambiental de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCA	Associação Internacional de Congressos e Convenções
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	Índice de Desenvolvimento Institucional

IDS	Índice de Desenvolvimento Sustentável
IMAP	Instituto Municipal de Administração Pública
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IQA	Índice de Qualidade da Água
IRS	Índice de Responsabilidade Social
ISO	Organização Internacional para Padronização
LOG FRAME	Matriz de Estrutura Lógica ou Marco Lógico
MARCO	Museu de Arte Contemporânea
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OD	Oxigênio Dissolvido
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
ÓVNIS	Objetos Voadores Não Identificados
P+L	Produção Mais Limpa
PA	Perdas Ambientais
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PCTS	Programa de Certificação em Turismo Sustentável
PDDUR	Plano Diretor de Drenagem Urbana
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEDTUR/MS	Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul
PERH/MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PLANURB	Instituto de Planejamento Urbano de Campo Grande
PMCG	Prefeitura Municipal de Campo Grande
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRESS TRIPS	Convite á jornalistas dos mercados prioritários
PRODES	Programa de Incentivos Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

XVI

RALF	Reator Anaeróbio de Lodo Fluidizado
REPA/MS	Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul
RFO	Recursos Financeiros Obtidos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RINTUR	Relatório de Informações Turísticas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Nacional
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SANESUL	Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul
SCA	Sistemas de Controle Ambiental
SEBRAE/MS	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDESC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEMAC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Planejamento da Ciência e Tecnologia
SEMADES	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMADUR	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SENAC/MS	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SICONV	Sistema de Convênios
SINTAXI	Sindicato dos Taxistas
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SIT	Sistema Integrado de Transportes
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	Sigla em inglês de Força (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats); também conhecida como matriz FOFA
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TR	Termo de Referência
UC	Unidades de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
UH	Unidades Habitacionais
UPG	Unidade de Planejamento e Gestão
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
USAID	United States Agency for International Development
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UTM	Universal Transversal de Mercator
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZMÇ	Zona das Monções
ZOOP	Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos
ZPPP	Zona de Proteção da Planície do Pantanal

APRESENTAÇÃO

De acordo com o Plano Nacional do Turismo, o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. Esse projeto traduz uma expectativa de resultados que priorize o bem-estar social, construindo, através do turismo, caminhos para que possam ser, efetivamente, um direito de todos, independentemente de condição social, política, religiosa, cultural e sexual, respeitando as diferenças sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente.

O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O comportamento e a prática da atividade devem ser pautados por padrões éticos e obedecer aos princípios gerais contidos no Código Mundial da Ética no Turismo, da Organização Mundial do Turismo.

A ação ministerial deve considerar prioritária a proteção de crianças e adolescentes por meio da temática de turismo sustentável e infância. O turismo para jovens fortalece a expressão da cidadania por meio do conhecimento das riquezas naturais e culturais do Brasil. O brasileiro deve ser o principal beneficiado pelo desenvolvimento do turismo no país. Para isso, é importante aumentar a oferta doméstica e a interiorização, para gerar economia de escala e escopo e ampliar a participação do turismo no consumo das famílias.

As metas, macroprogramas e programas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, têm como referência os princípios orientadores expressos na visão e nos objetivos gerais e específicos apresentados a seguir.

Visão

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.

Objetivos Gerais

- Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais.
- Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros.
- Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional, e atrair divisas para o país.

Objetivos Específicos

- Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada.
- Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro.
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada.
- Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo.
- Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e no mercado internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista.
- Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade.
- Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do país com o mundo.

Dessa forma, a elaboração do PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, deve se constituir num instrumento de planejamento para o Polo Campo Grande e Região, alinhado à Política Nacional do Turismo e vindo ao encontro das Estratégias de Turismo, da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

TÍTULO DO PROJETO:

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Polo Campo Grande e Região:

(municípios de Campo Grande, Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia).

APRESENTAÇÃO DO PDITS DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO.

O PDITS configura-se como um instrumento de planejamento do turismo no Polo Campo Grande e Região. Para tanto, serão apresentadas informações atuais da situação da região e da atividade turística nela desenvolvida, delineando estratégias, ações e prioridades em variados horizontes temporais para o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade no Polo Campo Grande e Região, seguindo o novo modelo instituído pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento/Ministério do Turismo, o Regulamento Operacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional, as diretrizes de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul e dos municípios que compõem o polo.

EQUIPES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO:**Equipe Técnica - Equipe Executora/MS**

Nome do técnico	Qualificação	Área de atuação	Órgão de classe	Nº Inscrição
Luiz Tanahara	- Economista - Mestre em Economia Rural	Sócio-proprietário Responsável técnico Coordenador de projetos de viabilidade financeiro-econômica	CORECON/MS	573-8/MS
José Marcos da Fonseca	- Arquiteto e Urbanista - Especialista em Gestão Regional e Urbana - Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional	Projetos e consultoria em arquitetura e urbanismo	CREA/MS	777/D - MS
Homero Scapinelli	- Administrador - Especialista em Desenvolvimento Regional e Urbano - Especialização em Gestão Pública - Especialista em Administração Universitária	Projetos e consultoria em administração pública	CRA/MS	0479/MS
Getúlio Ezequiel da Costa Peixoto Filho	- Engenheiro Ambiental - Mestre em Tecnologias Ambientais	Consultoria e projetos em gestão ambiental	CREA/MS	9790/D-MS
Rosângela Aparecida de Moura França	- Bacharel em Turismo - Especialista em Administração de Turismo e Hotelaria	Projetos e consultoria em turismo no setor público	EMBRATUR - MEC	23.667 - 53337
Ricardo José Senna	- Economista - Mestre em Economia - Especialista em Gestão Empresarial Estratégica em Agribusiness	Consultoria e projetos em planejamento estratégico	CORECON/MS	800
Gilson Mazzini	- Engenheiro civil - Mestre em	Consultoria e projetos em	CREA/MS	2566/D-MS

	Recursos Hídricos e Saneamento	projetos e infraestrutura		
Lenira Reinaldo Silva	- Engenheira de Agrimensura	Consultoria e projetos de geoprocessamento	CREA/SP	506.073.8178/D-SP Visto MS: 14517

Equipe de Apoio Técnico

Gislaine Vilazanti	Bióloga
Hudson Garcia da Silva	Economista
Ivone Hermenegildo	Gestora de Planejamento
Lívia Silva Borges	Engenheira Agrônoma

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA: para a confecção do presente plano e planejamento da elaboração do mesmo, foi estruturado seu plano de trabalho e cronograma (anexo 1) contendo: (a) princípios metodológicos; (b) atividades a serem desenvolvidas; (c) produtos esperados; (d) metodologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos; (e) descrição das tarefas, atividades e técnicos responsáveis; (f) detalhamento das etapas e atividades; (g) mobilização, sensibilização e participação popular; (h) capacitação da equipe local e instância de coordenação compartilhada (i) cronograma físico-financeiro.

1. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

Campo Grande e região é uma das dez regiões turísticas de Mato Grosso do Sul e é composta pela Capital do Estado – Campo Grande, e mais nove municípios: Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.

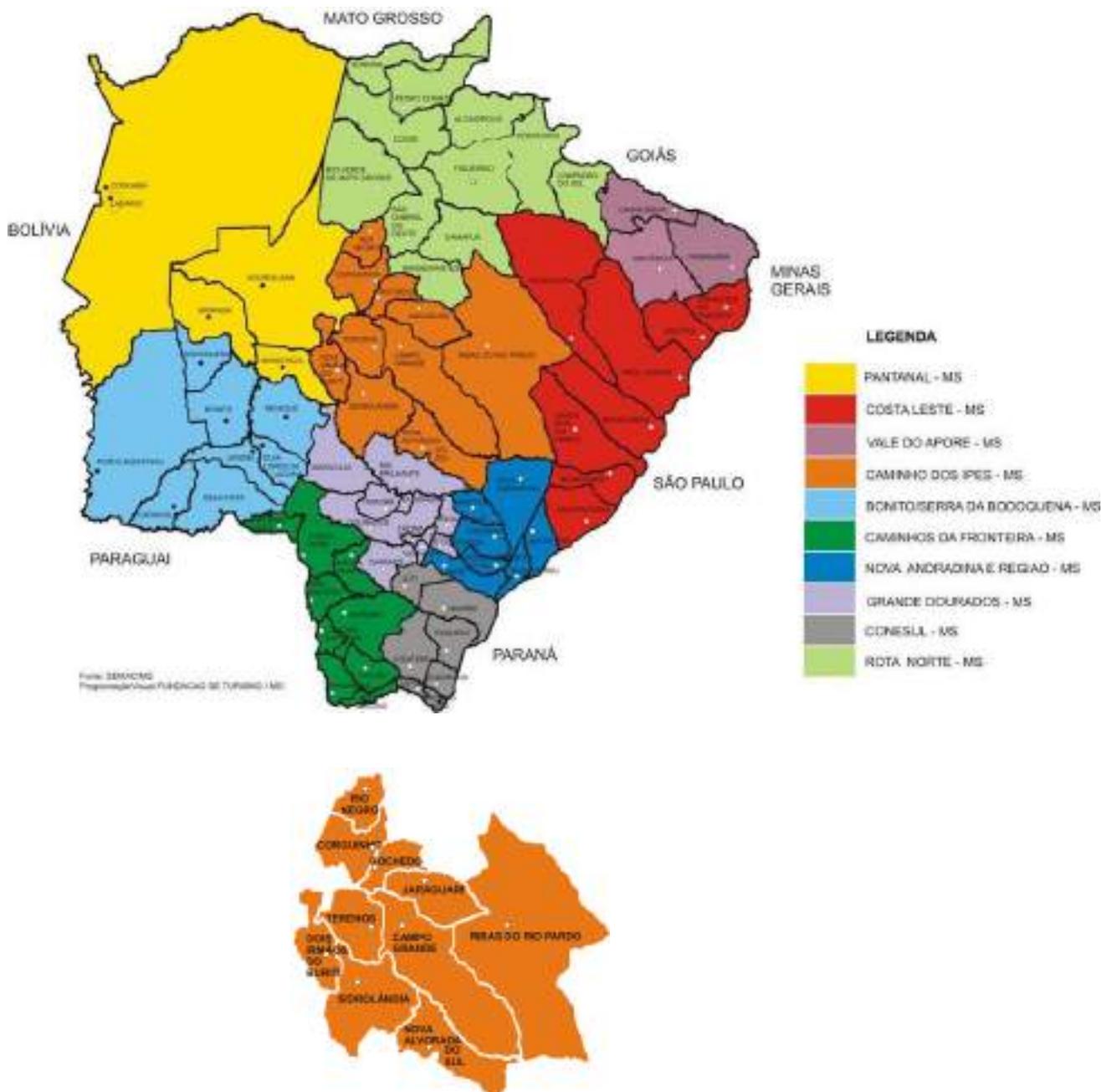


Figura 1 - Ilustração da regionalização de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Polo Campo Grande e Região.

A região ocupa uma área de 49.287,39 km², do total territorial do Estado. O município com maior extensão é Ribas do Rio Pardo, que ocupa 35% da área da região, seguido por Campo Grande (16%) e Sidrolândia (11%).

O município da região que se encontra mais distante da Capital é Rio Negro (163 km), e os que estão mais próximos de Campo Grande são Jaraguari (50 km) e Terenos (27 km). Considerando as distâncias existentes, o tempo para acessar o município mais distante é em torno de duas horas, fator que impõe muita facilidade para interlocuções e roteirizações turística.

Campo Grande e Região é destaque em relação ao Estado no que tange à contribuição na arrecadação de ICMS (43,66%), sendo mais uma vez a Capital a grande responsável por esta posição.

A estrutura fundiária do polo é estritamente rural, em média 85% dos municípios são ocupados por estabelecimentos agropecuário, sendo a maioria com áreas entre 100 e 1000 ha, conforme base de dados do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Na região em estudo, encontram-se diversas cachoeiras e piscinas naturais propícias para banhos e nado, rios de águas cristalinas e praias naturais, cursos d'água com correntezas propícias à prática de *bóia-cross*, canoagem, passeios de bote, entre outros. A pesca é praticada em vários rios da área referente ao Polo Campo Grande e Região, mas a maior concentração de turistas é encontrada no rio Aquidauana e seus afluentes: o córrego Ceroula, o rio Taboco, o rio do Peixe e o rio Negro. Destaca-se a importância da pesca nos municípios de Rochedo e Campo Grande, pois, além da atividade praticada nos rios da região, existem vários pesqueiros estruturados com restaurante, *playground*, pedalinho, atividades como cavalgadas e outras.

A Cidade destaque da região é Campo Grande, economicamente diversificada e onde se concentra o turismo de negócios e de eventos, motivado pela infraestrutura existente. A região possui um enorme potencial turístico, tendo como destaque os segmentos de turismo rural, cultural, ecoturismo, negócios e eventos.

A região turística também ocupa posição geograficamente privilegiada. Está localizada no centro do Estado, e Campo Grande representa uma rota obrigatória para o turista que se destina ao Pantanal, às cidades que compõem o polo turístico Bonito-Serra da Bodoquena e ao turismo de compras e de negócios das fronteiras do Paraguai e da Bolívia. É o principal portal de entrada do Estado e também um grande portal de acesso para todos os destinos de Mato Grosso do Sul, como pode ser verificado na informação abaixo:

CAMPO GRANDE: Marco Zero km de Mato Grosso do Sul

Portais de acesso

Terenos → Pantanal → Bolívia

Sidrolândia → Bonito – Serra da Bodoquena

Jaraguari → Rota Norte → Costa Leste → Mato Grosso

Rochedo – Corguinho – Rio Negro → Pantanal do Rio Negro

Nova Alvorada do Sul → Grande Dourados → Caminhos da Fronteira

→ Cone Sul → Paraná

Ribas do Rio Pardo → Costa Leste → São Paulo

Quadro 1 - Área Territorial dos Municípios da Região.

Municípios	Área km ²	% Região	Distância
Campo Grande	8.096,05	16%	0
Corguinho	2.640,80	5%	99
Dois Irmãos do Buriti	2.814,24	6%	113
Jaraguari	2.913,00	6%	50
Nova Alvorada do Sul	4.019,20	8%	118
Ribas do Rio Pardo	17.308,72	35%	97
Rio Negro	1.807,00	4%	163
Rochedo	1.560,65	3%	89
Sidrolândia	5.286,49	11%	70
Terenos	2.841,24	6%	27
Total	49.287,39	100%	

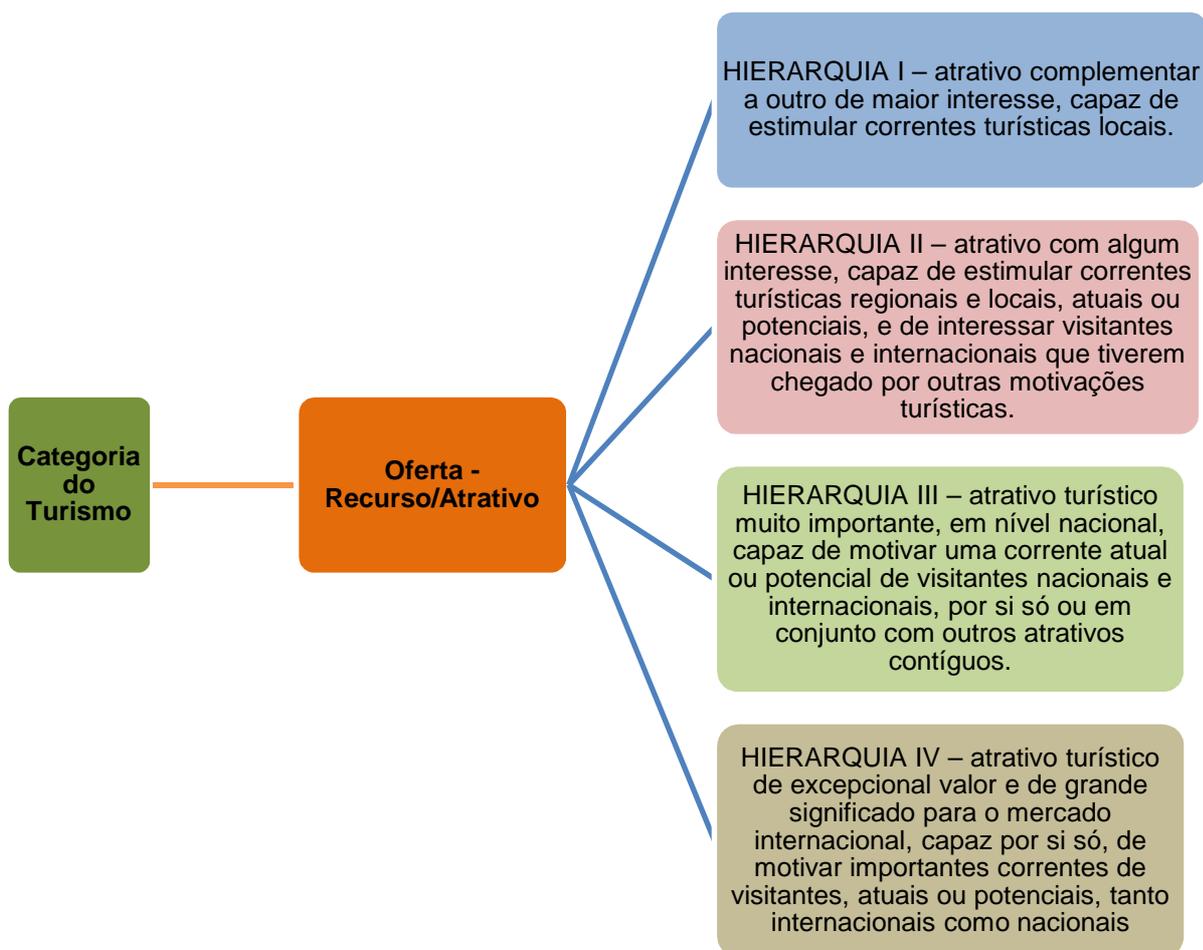
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010b.

O Polo Campo Grande e Região é o principal destino de eventos do Estado, e em função de sua caracterização como polo de infraestrutura, lhe proporciona oferecer uma série de atividades com base em segmentos de mercado. Podemos dizer que o município tem hoje, boa infraestrutura hoteleira, urbana e rural, com capacidade para bem receber turistas nacionais e internacionais, que buscam novas formas de turismo e lazer. O polo está equipado com 173 Meios de Hospedagem – MHs, e com 3.139 Unidades Habitacionais - UHs, totalizando conforme informações do órgão oficial de turismo, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul - FUNDTUR/MS, 6.411 leitos disponíveis.

1.1. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

O método utilizado foi uma simplificação do que foi utilizado no Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”, criado pelo Ministério do Turismo – Mtur. Trata-se de uma adaptação da metodologia elaborada pela Organização Mundial do Turismo – OMT, e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística - CICATUR, e divide os atrativos em quatro níveis de hierarquias, de acordo com o seu potencial de atratividade.

Observa-se que o critério disponibilidade em tempo não é de grande significado neste polo, uma vez que os fatores climáticos não representam impedimento nem interferem significativamente na oferta dos atrativos. Como o principal segmento turístico do polo é o de negócios e eventos programados, as condições climáticas da região, que serão analisadas mais adiante, oferecem boas condições de temperatura, e o período de chuvas não impõe restrições à realização dos eventos.



Quadro 2 – Demonstrativo dos Atrativos e Hierarquização.

Categoria	Oferta	Hierarquia	Característica
Campo grande			
Turismo cultural (histórico-cultural)	Museus, feiras, mercado municipal.	Hierarquia I e II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas e atrativo complementar.
	Monumentos	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
	City-Tour	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Ecoturismo	Parque do Prosa	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
	Parque dos Poderes, das Nações Indígenas e Horto Florestal	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
	Outros parques e praças	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
	Inferninho, o Lago do Amor ,	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.

Categoria	Oferta	Hierarquia	Característica
	Lagoa do Parque e Lagoa Itatiaia,		
	Aquário Natural (ainda projeto)	Hierarquia IV	Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais.
Turismo Rural	Day-use	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo Religioso	Igrejas católicas, além de templos protestantes e diversas seitas	Hierarquia I	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Turismo científico	Embrapa Gado de Corte	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
Turismo de Eventos	Equipamentos para negócio & eventos, festas & eventos populares	Hierarquia II	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
Ribas do Rio Pardo			
Ecoturismo	Balneário Municipal	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo técnico científico	Usina do Mimoso e agrotecnológico	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Corguinho			
Turismo Cultural (místico)	Projeto Portal	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
Turismo rural	Agrotecnológico – Fazenda Anew	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
Turismo natureza	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Vale do Bugio - “Paraíso de Belezas Naturais”	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Jaraguari			
Turismo rural	Estância Lázara Sítio Pingo D’ouro	Hierarquia I e II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Turismo cultural (étnico)	Furnas do Dionízio e Casarão (histórico)	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.

Categoria	Oferta	Hierarquia	Característica
Dois Irmãos do Buriti			
Turismo rural	Agrotecnológico	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
	Pousada Sol Amarelo	Hierarquia II	
Turismo de pesca	Rio Aquidauana	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Sidrolândia			
Turismo rural	Fazenda Piana	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo de eventos	Expo-Sidrolândia Festas e eventos	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo aventura	Rampas para voo livre	Hierarquia IV	Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes.
Rochedo			
Turismo rural	Rio Aquidauana Fazenda Paraíso Tropical	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo de pesca	Rio Aquidauana	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Rio Negro			
Turismo rural	Balneário Águas do Rio Negro, Balneário Novo Paraíso Inscrições rupestres; Vale do Acantilado; Cachoeira Rio do Peixe e Cachoeira Córrego Rico	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Terenos			
Turismo rural	Agrotecnológico (Projeto Pacu)	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
	Agrotecnológico	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Ecoturismo	Balneário Cantinho do Céu Balneário Raia de Sol.	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Nova Alvorada do Sul			

Categoria	Oferta	Hierarquia	Característica
Turismo eventos e negócios	Indústrias	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Turismo rural	Pesqueiro Campestre	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo aventura	Rampas para voo livre	Hierarquia IV	Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes.
Turismo de pesca	Pesqueiro Campestre	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.

Fonte: Sistema de Informações – FUNDTUR/MS, adaptado (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

A hierarquização apresentada condensa os recursos/atrativos da região preponderantemente nos níveis I e II - Atrativo complementar ou com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas. Tal resultado demonstra a necessidade de ordenar as ações de planejamento da região, tanto em nível estratégico, como tático e operacional.

Diante do acima exposto, verifica-se a enorme potencialidade existente na região, mas que aos poucos vão sendo incorporadas ao turismo existente, e estas novas modalidades que se apresentam, tendem a aumentar e diversificar a oferta de produtos turísticos, agregando valor e criando novas oportunidades de inclusão social, emprego e renda da população, e aumentando o poder de atratividade da localidade.

Avaliando de maneira mais abrangente a conservação dos ecossistemas ali explorados, e considerando que diversos fatores contribuem para a definição da capacidade de suporte desses ambientes, foram identificadas as seguintes situações:

não existência de um controle com relação ao uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; falta de definição e controle do número de visitantes/dia dos produtos turísticos, por meio de metodologias científicas, aplicadas por técnico habilitado; além dos inúmeros atrativos já explorados para o turismo, há ainda que salientar o potencial existente ainda não explorado – potencial que poderá ser mais bem aproveitado através da diversificação do produto turístico e maior segmentação de mercado, incluindo captação de novos públicos, instalação de novos empreendimentos, realização de eventos e organização da gestão do turismo.

1.2. ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo; faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia e limita-se ao leste com Minas Gerais e São Paulo, ao sul com o Paraná, ao norte com Mato Grosso e ao nordeste com Goiás (figura 2).

O desenvolvimento turístico do Estado tem como forte alicerce a presença do Pantanal, detendo 70% da planície alagada que representa um dos maiores ecossistemas do mundo e que ocupa 24% do território sul-mato-grossense.



Figura 2 – Posição geográfica de Mato Grosso do Sul no Brasil e América do Sul.

Fonte: elaboração própria.

Em consequência dessa localização do polo e do Estado, e por estar presente no Polo Campo Grande e Região a Capital de Mato Grosso do Sul, o polo apresenta grande conectividade com as demais regiões turísticas do Estado (figura 3).



Figura 3 – Conexões do Polo Campo Grande e Região com as demais regiões turísticas de Mato Grosso do Sul.

Fonte: FUNDTUR/MS MATO GROSSO DO SUL 2010a.

Embasado em dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, do levantamento do fluxo de turistas e da movimentação hoteleira da FUNDTUR/MS, verifica-se que, em 2009, somente 3,5% dos turistas do polo eram estrangeiros, oriundos de diversos países: Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria. Dos turistas nacionais, os principais centros emissores de turista do polo são: São Paulo (28,2%), o próprio Estado (26,5%) e demais estados (54,5%).

Considerando os países citados da FNRH do polo, em 2009, verifica-se que são todos países sem acesso aéreo direto ao polo. A distância entre o município de São Paulo e Campo Grande é de 1014 km, conforme o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Esta distância é um importante referencial ao turista do polo, nacional e internacional, visto que a capital paulista concentra uma parcela significativa dos desembarques internacionais, sobretudo dos países supracitados e o estado de São Paulo é um relevante mercado de origem nacional.

A BR-163 corta o Estado no sentido norte – sul, e a BR-262 corta no sentido leste-oeste, promovendo assim a integração do Estado e da região com os grandes centros distribuidores de turistas – São Paulo, Paraná e Mato Grosso, além de oportunizar o ingresso de turistas estrangeiros pela BR-262, em Corumbá.

A rodovia MS-080, que liga Campo Grande a Rio Negro, passando por Rochedo e Corguinho, encontra-se em processo final de pavimentação. Essa rodovia corta uma das

mais belas paisagens da região e será a grande alternativa para os turistas que, a partir de sua conclusão, poderão evitar a BR 163 - principal rodovia de Mato Grosso do Sul, com fluxo intenso de veículos e caminhões, principalmente por ocasião da safra agrícola, cuja rota interliga o norte do país até a divisa com o Paraná (duplicação prevista).

A expectativa é que esta rodovia se transforme em uma estrada de interesse turístico, potencializando ainda mais o turismo contemplativo da região.

O Transporte rodoviário é compreendido pelas seguintes conexões e serviços:

- Internacional - Campo Grande, provenientes da *Asunción* e *Concepción* (PY);
- Interestadual - Campo Grande, com linhas provenientes de São Paulo, Goiás/DF, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro, que dispõe de linha internacional para *Puerto Suarez* (BO);
- Intermunicipal - Campo Grande, com linhas para todos os municípios de MS, possibilitando conexão para os passageiros desembarcados de linhas interestaduais - aérea e rodoviária, para os destinos turísticos;
- Transportadoras turísticas: disponível para fretamento eventual com uma frota cadastrada de 649 veículos na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN/ e CADASTUR / FUNDTUR/MS / MTur.

Quanto aos terminais rodoviários, apenas Campo Grande dispõe de uma boa estrutura; os demais municípios da região possuem apenas pontos de parada.

A região dispõe de um aeroporto internacional, com capacidade para um milhão de passageiros/ano; recebe voos regulares provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Santa Cruz (BO); de dois aeroportos de pequeno porte — Teruel e Santa Maria, em Campo Grande, e de um campo de pouso, em Corquinho.

O aeroporto de Campo Grande conta atualmente com um projeto de expansão para o incremento do transporte de cargas e da produção industrial, interligando-se com o Terminal Intermodal de Cargas e do Centro de Logística Industrial Aduaneiro (CLIA) de Campo Grande, o que resultará em mais uma opção no transporte de cargas, visando o alcance de outros mercados por via aérea. Estuda-se a alternativa de transformação de parte de sua área em aeroporto industrial. O aeroporto internacional é operado pelas seguintes empresas: GOL, TAM, AZUL, WEBJET, TRIP, OCEANAIR, AIR PORTUGAL .

O Polo Campo Grande e Região, com destaque para o município de Campo Grande, é ponto de intersecção dos principais roteiros de caráter nacional e internacional do Estado, atuando como indutor e distribuidor do fluxo turístico.

Principais roteiros de Mato Grosso do Sul, com conectividade no Polo Campo Grande e Região:

Rota Pantanal – Bonito: carr-chefe na promoção, divulgação e comercialização do destino Mato Grosso do Sul – Compreende: Campo Grande, Bonito e Pantanal, distribuídos em 12 roteiros.

Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu: comercializada também como Rota Foz do Iguaçu - Bonito – Pantanal – Compreende: Campo Grande, Corumbá, Bonito e Foz do Iguaçu.

Rota Travessia do Pantanal: roteiros dentro do território do Pantanal, abrangendo os atrativos e infraestrutura dos estados de MT e MS, com objetivo de aumentar o fluxo de

turistas e sua maior permanência na região do Pantanal, oportunizando, conseqüentemente, maior circulação de divisa, geração de emprego, ocupação e renda e otimização da infraestrutura turística disponível na região.



Figura 4 – Rota Pantanal – Bonito, Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu e Rota Travessia do Pantanal.

Fonte: FUNDTUR/MS (2008) – MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Rota Brasília - Bonito – Pantanal: contempla a região Brasil Central, unindo Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade e referência da arquitetura mundial, com o Pantanal, Patrimônio Natural da Humanidade, com as águas cristalinas, ictiofauna e flora aquática de Bonito - Serra da Bodoquena - Compreende: Brasília, Campo Grande e Rota Pantanal – Bonito.

Rota Bioceânica: destaca-se nesse item a localização geográfica de Mato Grosso do Sul com relação à rota bioceânica, que interliga os estados Andinos. Desta forma, Mato Grosso do Sul se caracteriza como alternativa que aproximará os centros produtores brasileiros com países do continente asiático: China, Índia, Coreia e Japão, o que ampliará a competitividade dos produtos brasileiros por meio dos ganhos devidos à redução de custos na logística de transporte.

Amplio projeto compreendendo:

No Brasil - Campo Grande, Corumbá, Miranda, Porto Murtinho, Aquidauana, Bonito, Bodoquena e Jardim;

Na Bolívia – *Santa Cruz de La Sierra e La Paz*;

No Peru – *Cuzco e Machu Pichu*;

No Chile – *Iquique e Antofogasta*;

No Paraguay – *Asunción*;

Na Argentina – *Salta*.

Rota Trem do Pantanal: inaugurado em maio/2009. Saindo da estação de Indubrasil (Campo Grande –Terenos), realiza um passeio turístico entre a Capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda, com impacto também na região Bonito-Serra da Bodoquena. No período entre maio/2009 e fevereiro/2010, foram transportados 6.034 passageiros, sendo 4.592 pagantes, segundo dados da Serra Verde *Express*.

O Polo Campo Grande e Região possui um roteiro integrado – Roteiro Vida, que integra os municípios de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, com as seguinte atratividade: *City-Tour* em Campo Grande-MS, compreendendo os seguintes atrativos: o Parque das Nações Indígenas, a Feira Central, o Parque dos Poderes, Aldeia Urbana Marçal de Souza, e o Mercado Municipal. Em Rochedo, a Pousada Paraíso Tropical, com sua gastronomia típica e turismo rural, e no município de Corguinho, a RPPN Vale do Bugio.

Este roteiro é comercializado pelas operadoras do GOPAN – Grupo de Operadoras de Mato Grosso do Sul - *Open Door*, Toca do Bicho Viagens e Turismo, N&T Japan Tour Viagens e Turismo Operadora de Ecoturismo, Mais H2O Operadora de Turismo, Pioneiro Turismo, Águas do Pantanal Tour, Agência Ar, Ygarapé Tour e Impacto Operadora de Ecoturismo.

Outro roteiro é a Estrada Parque Palmeira- Piraputanga – MS, que envolve os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana - passando pelos distritos de Palmeiras, Camisão e terminando em Aquidauana. Corta parte da Serra de Maracaju, passando por vários morros, entre eles o do Chapéu e do Paxixi. Região cortada pelo rio Aquidauana, que pode ser visto em várias partes da estrada. Nesses distritos existe uma atividade turística natural e consolidada como destino de pesca, atividades de aventura (rapel) e, principalmente, lazer com número significativo de *segunda residência* – casas urbanas, pesqueiros e ranchos, utilizados para temporadas e finais de semanas de moradores da Capital, de outros municípios e até mesmo de outros estados. Significativa ainda é a quantidade de empreendimentos fora do perímetro urbano, voltados para hospedagem, como pesqueiros, *camping*, hotéis e casas de aluguel.

A despeito das condições de acessibilidade e conectividade e da política estadual de desenvolvimento, com a ampliação e melhoria do aeroporto internacional, finalização da pavimentação na MS 080, expectativa de duplicação da BR 163, plano de turismo voltado para a melhor ocupação do espaço aéreo, através de voos regionais e voos *charters* para os destinos de caráter internacional e nacional, que ampliam sobremaneira as oportunidades para o desenvolvimento do turismo na região, tanto a nível local quanto estadual, regional, nacional e internacional, a região deve trabalhar com roteiros temáticos e integrados, aproveitando todo esse fluxo turístico que adentra na região através de Campo Grande, promovendo um planejamento turístico integrado com ações de promoção e *marketing* voltados para as potencialidades específicas da região, evidenciando o diferencial da região, estimulando a permanência dos turistas e das comunidades locais, que muitas vezes desconhecem os atrativos e recursos regionais.

1.3. ANÁLISE DO NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – ZEE/MS, de junho de 2008 – Primeira Aproximação, foi elaborado com o objetivo central de promover a identificação dos fatores ecológicos e da intensidade da ocupação do solo em um processo de zoneamento, visando à organização do espaço, indicando as áreas que deverão ser preservadas e aquelas que estarão liberadas (ainda que parcialmente) à exploração econômica, como efeito, possibilitando realizar maior eficiência produtiva obedecendo a princípios e parâmetros de utilização dos recursos naturais.

Dentro desse estudo, o Polo Campo Grande e Região se enquadra em zonas distintas, nas quais o turismo foi identificado como alternativa econômica produtiva.

A - Zona de Proteção da Planície do Pantanal – ZPPP - Contém as sedes dos municípios de Coxim, Rio Negro, Corguinho e Rochedo.

Classificação - Zona de preservação ambiental e uso controlado, baseado nas Cartas de Vulnerabilidade Natural e Potencialidade Socioeconômica, com as seguintes atividades indutoras; silvicultura; fruticultura; culturas agrícolas permanentes; ecoturismo e turismo rural.

Recomendações:

Implantação de empreendimentos e atividades relacionados com o ecoturismo e o turismo rural.

Estruturação do corredor de transporte em binário viário com a rodovia federal BR163, interligando os municípios de Campo Grande, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Rio Verde, visando fomentar o incremento das atividades produtivas locais e regionais.

B- Zona das Monções – ZMÇ - Contém em sua área as sedes dos municípios de Jaraguari, Bandeirantes, Figueirão, Camapuã, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Brasilândia, Três Lagoas e Campo Grande, sendo essas duas últimas cidades, respectivamente, o maior polo industrial do Estado e a Capital política e econômica do Estado.

Classificação - Zona de expansão econômica, com base nas Cartas de Vulnerabilidade Natural e de Potencialidade Socioeconômica, com as seguintes atividades indutoras: agropecuária consorciada com a silvicultura; indústria de agroenergia e indústria em geral.

Recomendações

Fortalecimento do município de Campo Grande como Destino Indutor de Turismo, em conformidade com o enquadramento feito pelo MTur.

Em continuidade ao ZEE/MS e dentro do contexto do turismo, Campo Grande e Região apresentam uma singularidade turística que muito favorece o desenvolvimento orientado do turismo, e permite ao turista e a comunidade local usufruir desses espaços, como complemento às suas atividades ou como destino turístico.

Algumas das especificidades turísticas da região são únicas no Estado, como é o caso do Portal UFO, de Corguinho, que é conhecido nacional e internacionalmente, mantendo um fluxo permanente de turistas e a infraestrutura de autódromo e kartódromo.

As singularidades de cada município da região são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 3 – Demonstrativo do Diferencial Turístico da Região.

Segmentação	Diferencial Turístico da Região
Ecoturismo	As Unidades de Conservação: Parque Estadual do Prosa e Parque Estadual Matas do Segredo, localizados em Campo Grande, e os <i>Canyons</i> de Rio Negro.
Turismo Cultural	<i>City-tour</i> ; Museus e tradição e costumes dos imigrantes, em Campo Grande; Fazenda Anew; Projeto Portal UFO, em Corguinho; Comunidade quilombola, em Jaraguari.
Turismo de Estudos e Intercâmbio	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com grande quantidade de cursos em nível elevado, pela classificação do Ministério da Educação- MEC; Desenvolvimento e tecnologia de ponta na agropecuária.
Turismo de Esportes	Rampas naturais específicas para a atividade de voo livre, em Sidrolândia, e sítios arqueológicos em Terenos e Rio Negro; Autódromo, kartódromo, hípica, estádio, em Campo Grande.
Turismo de Aventura	Formação geológica (<i>canyons</i> e escarpas de Rio Negro); Rampas naturais específicas para a atividade de voo livre, em Sidrolândia e Rio Negro.
Turismo de Saúde	Hospital do Pênfigo (fogo selvagem) e São Julião (lepra).
Turismo de Negócios e Eventos	Equipamentos para eventos, em Campo Grande; Espaços para eventos de pequeno porte ou eventos esportivos, em Sidrolândia.
Turismo Tecnológico	EMBRAPA, empreendimentos agropecuários de alta tecnologia, em Campo Grande, Sidrolândia e Terenos. Fazenda referência na produção orgânica de maracujá e bovinos.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da FUNDTUR/MS - MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

A despeito do grande valor desses atrativos, a região não possui nenhum tipo de controle de visitação, de frequência, de capacidade de carga, nem monitoramento turístico. A ausência desta sistemática prejudica sobremaneira o desenvolvimento da exploração da atividade. Nem no segmento de turismo de evento há uma efetiva gestão.

A assessoria de órgãos públicos relacionados ao turismo, e do Campo Grande Pantanal *Convention Bureau*, têm buscado promover o equilíbrio entre a realização de eventos e a capacidade de hospedagem, trabalhando com um calendário que contribua para distribuição dos eventos de forma ordenada, durante o ano, evitando a coincidência de datas e a realização de eventos que extrapolem a capacidade de carga de Campo Grande.

Com relação aos meios de hospedagens, todos os municípios do polo possuem pelo menos um hotel e um restaurante. No entanto, a infraestrutura para receber os turistas apresenta necessidades de melhoria e, além disso, há uma deficiência de profissionais qualificados para o atendimento ao turista.

Exceto Campo Grande, que tem sua economia pautada no setor de serviços, os demais municípios da região têm sua economia pautada no setor secundário. Entretanto, na última década, os empreendimentos agropecuários estão percebendo que a atividade turística pode ser explorada em consonância com as demais atividades; por isso o desenvolvimento expressivo do turismo rural na região, dentro dos parâmetros de sustentabilidade ambiental e cultural.

É interessante ressaltar que a região recebeu no ano de 2009, 4,52% do total do ICMS Ecológico, repassado aos municípios. Esse instrumento de sustentabilidade vem derrubar a antiga crença de que economia e ecologia são conceitos opostos. Ao mesmo tempo em que funciona como um incentivo para os municípios continuarem investindo na preservação ambiental, o ICMS Ecológico também serve como uma fonte de renda importante para

muitos deles, atuando, desta forma, como um grande instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável.

O Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, instrumento obrigatório para os MHs, não é encaminhado regularmente à FUNDTUR/MS, órgão oficial de turismo de Mato Grosso do Sul, que dispõem de um setor de informação com expertise para análise do turismo. Tal situação bloqueia os avanços e os direcionamentos do turismo.

De acordo com os poucos dados informados, a movimentação hoteleira em Campo Grande no período de 2007 a 2009, revelou um dado importante: a permanência média do turista no município, em 2007, foi de 3,6 dias; em 2008, foi de 3,9 dias, e em 2009, houve um decréscimo de 23% na permanência desse turista em Campo Grande. Tal redução deve ser investigada de maneira mais aprofundada, pois esse indicativo pode mostrar um determinado desinteresse do público em conhecer as atrações da região.

1.4. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

1.4.1. CONDIÇÕES FÍSICAS

O Polo Campo Grande e Região está localizado na área central do Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta clima tropical caracterizado por uma estação de verão com muitas chuvas, e de inverno quente e seco, ocorrendo as temperaturas mais baixas no final do outono (ABRAÃO apud MATO GROSSO DO SUL, 2010f).

Conforme dados e metodologia de balanço hídrico climatológico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, de 2007, em termos anuais a estação meteorológica de Campo Grande indica uma evapotranspiração real de 1.107mm, um excedente hídrico de 361 mm e uma deficiência de 15 mm, concentrando esta deficiência hídrica nos meses de julho e agosto (MATO GROSSO DO SUL, 2010f).

As normais climatológicas de 1961 a 1990, da estação meteorológica supracitada, indicam uma temperatura anual média de 22,7°C, registrando a menor temperatura média em junho, 19,1°C, e a maior em janeiro e fevereiro, 24,4°C.

Na região, as chuvas ocorrem com maior frequência nos meses de verão, observando-se que os índices pluviométricos aumentam a partir do início da primavera até o final do verão. Entretanto, observa-se que 2009 representou um ano atípico quanto aos índices pluviométricos, quando não houve ocorrência de chuvas em abril, mas o índice do mês de agosto ficou próximo do valor observado para fevereiro, que é considerado um mês de alta precipitação.

Tanto o Plano Estadual de Recursos Hídricos do MS – PERH/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010f), como o Zoneamento Ecológico Econômico (MATO GROSSO DO SUL, 2010e), ao elaborar o planejamento do Estado, consideraram como unidade de gestão, as bacias hidrográficas.

Desta maneira, na região de abrangência do PDTIS, Polo Campo Grande e Região, a área de estudo esta contida em cinco bacias hidrográficas, sendo duas pertencentes à grande Bacia do Paraguai e as outras três, à Bacia do Paraná, assim distribuídas:

- Bacia do Paraná – Bacias do Rio Pardo, Rio Ivinhema e do Rio Verde.
- Bacia do Paraguai – Bacias do Rio Miranda e do Rio Negro.

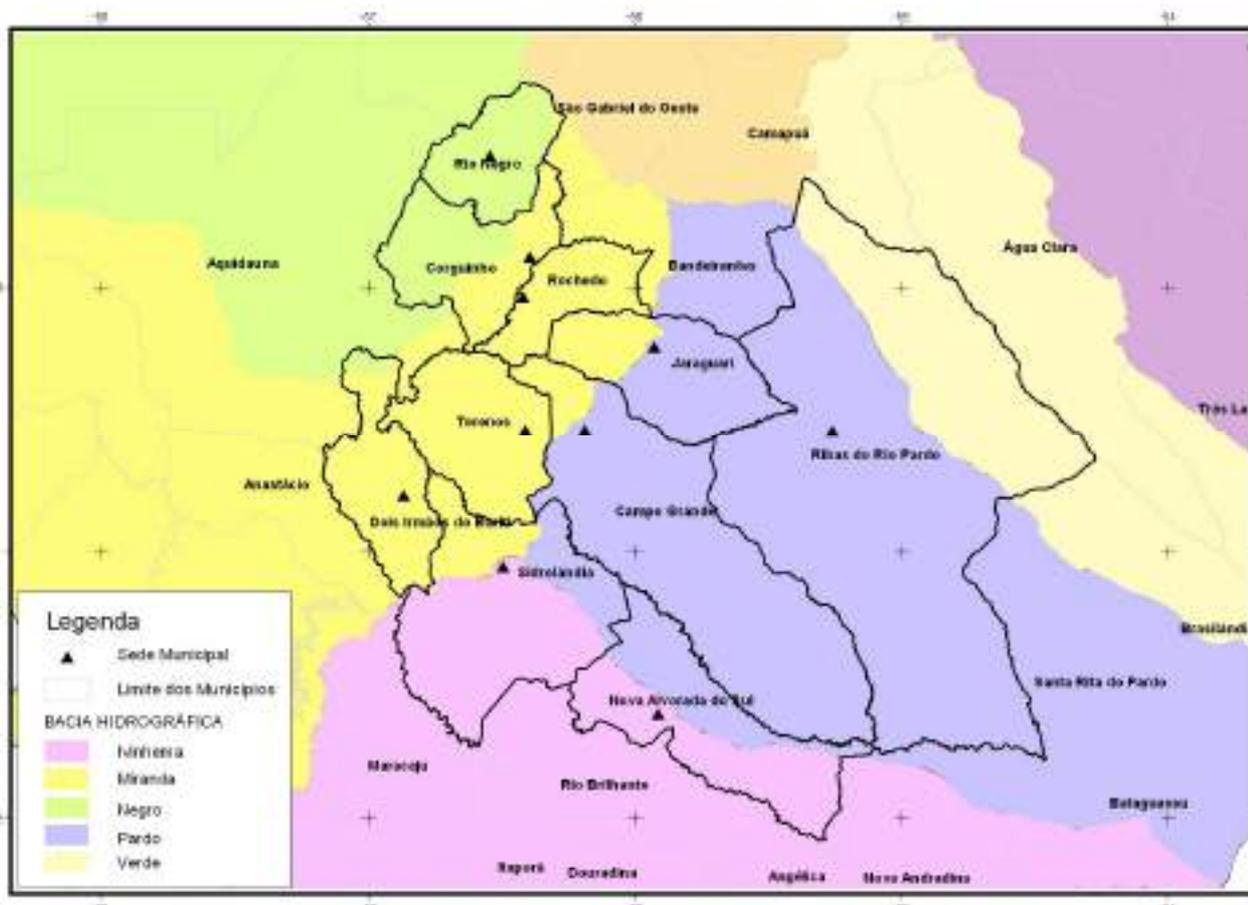


Figura 5 - Localização das bacias hidrográficas na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região.

Fonte: IBGE (BRASIL, 2008) Adaptado.

A bacia com maior área de abrangência, englobando praticamente toda a área dos municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, e parte norte do município de Nova Alvorada do Sul, é a Bacia do Rio Pardo, que tem como principais afluentes o rio Pardo e o rio Anhanduí.

A Bacia do Rio Ivinhema abrange o oeste e centro do município de Sidrolândia e a porção sul e sudeste de Nova Alvorada do Sul, sendo que o rio Vacaria e o rio Brilhante são os principais cursos d'água na área de estudo. A Bacia do Rio Verde atinge a porção norte do município de Ribas do Rio Pardo, e o principal rio é o próprio rio Verde. A Bacia do Rio Negro abrange totalmente o município de Rio Negro e a porção centro-oeste do município de Corguinho, destacando-se os rios do Peixe, Negro e Taboco.

Por fim, a Bacia do Rio Miranda está representada principalmente pelo rio Aquidauana, sendo que os municípios de Rochedo e Terenos têm sua área física completamente inserida nesta bacia; Dois Irmãos do Buriti tem 94,5% de sua área na bacia, e com áreas menores os municípios de Jaraguari (32,1%), Sidrolândia (24,20%), Corguinho (44,5%) e Campo Grande (12,2%) (PEREIRA, 2004).

A pesca é praticada em vários rios da área referente ao Polo Campo Grande e Região, mas a maior concentração de turistas é encontrada no rio Aquidauana e seus afluentes: o córrego Ceroula, o rio Taboco, o rio do Peixe e o rio Negro. Destaca-se a importância da pesca nos municípios de Rochedo e Campo Grande, pois, além da atividade praticada nos rios da região, existem vários pesqueiros estruturados com restaurante, *playground*, pedalinho, atividades como cavalgadas e outras.

Na região em estudo, encontram-se diversas cachoeiras e piscinas naturais propícias para banhos e nado, rios de águas cristalinas e praias naturais, cursos d'água com correntezas propícias à prática de *bóia-cross*, canoagem, passeios de bote, entre outros. Os municípios de Rochedo e Corguinho têm projetos junto ao MTur para aporte de recursos na construção do balneário municipal.

O Índice de Qualidade da Água (IQA) nos pontos de coleta na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, observa-se que a qualidade das águas é considerada de boa a ótima. Esses resultados fazem parte da rede de monitoramento das águas superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, que é desenvolvido pelo IMASUL, desde 1998, e, no entanto, a rede de amostragem necessita de ampliação, a fim de contemplar outros mananciais de importância para o abastecimento público e o desenvolvimento do turismo.

Quanto ao relevo, na Bacia Ivinhema apresentam-se modelados, entremeados por dissecados tabulares, com declividade suave e áreas de acumulação fluvial nas proximidades dos leitos dos rios de maior porte. Já o relevo na Bacia do Pardo, apresenta declividade suave e modelados tabulados entremeados de áreas planas, e modelados de acumulação nas proximidades do rio Paraná, topos colinosos de declividade baixa.

Relevos modelados de dissecção colinosos, com declividade suave e alguns pequenos ressaltos topográficos podem ser encontrados na Bacia do Rio Verde, que também apresenta acumulação nas áreas baixas.

Na área de abrangência da Bacia do Miranda, o relevo apresenta-se como modelados planos e dissecção com topos colinosos e tabulares, colinas médias a amplas em vales entalhados, morros na região de planalto e na planície, plano a pouco colinoso, com modelados de dissecção aguçados e colinosos entremeados por escarpas.

Desse relevo, destaca-se o Morro da Boa Sorte, local místico, repleto de histórias ufológicas e que, atualmente, é um atrativo importante de turismo cultural na região. Esses turistas acreditam que as crateras existentes têm o poder de cura e que outras, assim como algumas cavernas, foram construídas por seres cósmicos ou são marcas de naves espaciais.

Também se encontram na região sítios arqueológicos, morrarias e inscrições rupestres com grande potencial turísticos.

Na Bacia do Rio Negro, considerando somente a parte da bacia referente à área do polo em questão, o relevo é variável: modelados planos e de dissecção com topos colinosos, topografia ondulada, acidentada e plana. Nos pontos de maior altitude tem-se uma visão panorâmica do Pantanal, visão esta de beleza singular, que confere grande potencialidade ao local, sobretudo às propriedades voltadas ao turismo rural.

Na região de abrangência do polo, observa-se a predominância de solos do tipo areia quartzosa e latossolo roxo, sendo o primeiro ocupado principalmente pela atividade de pecuária de corte e o segundo com o desenvolvimento de agricultura cíclica, geralmente soja e milho. Abaixo, apresentam-se os principais tipos de solo na região, bem como a textura predominante, susceptibilidade a erosão e aptidão. Destaca-se que a susceptibilidade à erosão abaixo descrita varia de acordo com o relevo e o uso do solo, assim como o grau de manejo e técnicas conservacionistas adotadas.

Quadro 4 – Principais tipos de solos encontrados na região do Polo Campo Grande e Região, com respectivas texturas, grau de susceptibilidade a erosão e principais usos.

Tipo de solo	Município	Textura	Susceptibilidade	Aptidão
Areias quartzosas	Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari, Rochedo e Corguinho	Arenosa	Alta	Pecuária e silvicultura
Latossolo roxo	Sidrolândia, Campo Grande, Terenos, Rochedo, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul	Argilosa a muito argilosa	Baixa	Agrícola
Latossolo vermelho escuro	Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Ribas do rio Pardo	Média	Média	Agrícola e pecuária
Latossolo vermelho-Amarelo	Corguinho e Rio Negro	Médio-arenosa	Moderadamente susceptível	Pecuária e agricultura com restrições

Fonte: Adaptado de MATO GROSSO DO SUL 1998, 1990, 2010f e 2010 b.

A região do Polo Campo Grande e Região apresenta-se em grande parte com relevo plano e levemente inclinado. Nos municípios de Rochedo, Rio Negro e Corguinho, sobre os terrenos da Serra de Maracaju, observa-se formações de terrenos colinosos a escarpados, onde ainda predomina a cobertura vegetal nativa. Estas encostas, com declive superior a 45%, estão protegidas pelo Código Florestal (Lei 4771/1965), regulamentado pela resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n. 303/2002.

Dois importantes fatores que contribuem com a estabilidade das encostas no polo em questão são: o ICMS Ecológico e as Unidades de Conservação - UC existentes. Destaca-se que o repasse do ICMS Ecológico, em 2009, no polo, corresponde a 4,52% do total destinado ao Estado, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Repasse do ICMS Ecológico aos municípios do Polo Campo Grande e Região em 2009.

Município	Campo Grande	Dois Irmãos do Buriti	Nova Alvorada do Sul	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	polo
Índice	0,0142	0,1348	0,0174	0,001	0,0008	0,0579	0,2261
JAN.	10.359,07	98.338,24	12.693,51	729,51	583,61	42.238,75	164.942,70
FEV.	9.261,66	87.920,52	11.348,79	652,23	521,78	37.764,08	147.469,06
MAR.	9.531,81	90.485,11	11.679,83	671,25	537	38.865,64	151.770,65
ABR.	9.547,80	90.636,90	11.699,42	672,38	537,9	38.930,84	152.025,25
MAI.	9.493,18	90.118,40	11.632,49	668,53	534,83	38.708,13	151.155,57
JUN.	9.484,76	90.038,44	11.622,17	667,94	534,35	38.673,78	151.021,45
JUL.	9.416,11	89.386,75	11.538,05	663,11	530,49	38.393,87	149.928,38
AGO.	6.834,68	64.881,34	8.374,89	481,32	385,05	27.868,17	108.825,45
SET.	9.505,27	90.233,10	11.647,30	669,39	535,51	38.757,39	151.347,96
OUT.	9.266,61	87.967,55	11.354,86	652,58	522,06	37.784,28	147.547,95
NOV.	9.636,73	91.481,06	11.808,39	678,64	542,91	39.293,42	153.441,15
DEZ.	9.757,66	92.629,09	11.956,57	687,16	549,73	39.786,53	155.366,74
Total	112.095	1.064.116	137.356	7.894	6.315	457.064	1.784.842

Fonte: SEFAZ/SGF/CDP – MS

Salienta-se que as UCs são ambientes considerados como frágeis, principalmente as de proteção integral, tendo em vista que devem sofrer menos interferências, pois geralmente são criadas com o intuito de preservarem uma área de relevante interesse ambiental, contribuindo com a estabilidade das encostas. Atualmente cadastradas no Cadastro Estadual estão 19 UCs.

Quadro 6- Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual, em Julho de 2009.

Unidade	Unidade de Conservação	Localização
Federal	RPPN Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti
Estadual	Parque Estadual das Matas do Segredo	Campo Grande
	Parque Estadual do Prosa	Campo Grande
	Área de Proteção Ambiental - APA Estrada Parque-Piraputanga	Entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti
	RPPN UFMS	Campo Grande
	RPPN Gavião de Penacho	Corguinho
	RPPN Vale do Bugio	Corguinho
Municipal	RPPN Laudelino Flores de Barcellos	Terenos
	RPPN Faz. Nova Querência	Terenos
	APA Lageado	Campo Grande
	APA Guariroba	Campo Grande
	APA Ceroula	Campo Grande
	APA do Rio Aquidauana/Rochedo	Rochedo
	APA do Rio Aquidauana/Corguinho	Corguinho
	APA do Rio Anhanduí	Nova Alvorada do Sul
	APA do Rio Vacaria	Nova Alvorada do Sul
	APA Ceroula/Piraputanga	Terenos
APA Cachoeirão	Terenos	
Monumento Natural Serra de Terenos	Terenos	

Fonte: IMASUL, Gerência de Unidade de Conservação apud SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2009f).

Os núcleos urbanos dos municípios estão localizados em áreas de terreno plano a levemente inclinado, e, portanto, a região como um todo não apresenta riscos de deslizamentos de encostas.

Portanto, pode-se considerar que grande parte das encostas é estável, principalmente pela presença de cobertura vegetal nativa, e igualmente, o risco de deslizamentos é mínimo, em decorrência de todo o arcabouço legal de proteção ambiental.

Para o Brasil como um todo, não existe condições geológicas e climáticas para que ocorram grandes desastres naturais, como terremotos, vulcões, tsunamis e furacões. No entanto, a impermeabilização do solo nas áreas urbanas e o regime pluviométrico podem ocasionar enchentes em alguns locais e secas em outros.

A substituição da cobertura vegetal nativa para implantação de atividades rurais e construções reduz a impermeabilização do solo, e, por consequência, impactam o ciclo hidrológico, sobretudo no que diz respeito ao escoamento. Desta maneira, tem-se o aumento do escoamento superficial, redução da infiltração e percolação da água no solo, afetando a recarga dos aquíferos e o nível dos lençóis freáticos. Esta alteração no ciclo hidrológico potencializa a possibilidade de ocorrência de enchentes e problemas de qualidade e quantidades de água disponível (BENINI, 2005).

Recentemente, entre os meses de novembro de 2009 e março de 2010, a região apresentou índices pluviométricos superiores aos últimos anos. O aumento da pluviosidade e a rápida expansão urbana, especialmente em áreas específicas do município de Campo Grande, aumentando a impermeabilização do solo, foram responsáveis por inundações em vários

pontos da cidade, principalmente na área central, tornando evidente a necessidade de um redimensionamento do sistema de drenagem urbana.

Nos períodos de maior probabilidade de seca, entre maio e setembro, podem ocorrer déficits pluviométricos passíveis de impactar a disponibilidade de água. No entanto, o PERH-MS, tal como o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, indicam que a disponibilidade de água no polo é classificada como situação confortável, minimizando os riscos de seca para a região.

1.4.2. SERVIÇOS BÁSICOS

Os serviços básicos prestados na região do Polo Campo Grande, compreendendo os municípios de Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Sidrolândia, de maneira generalizada, atendem adequadamente a população local e comportam o crescimento da demanda com o desenvolvimento do turismo, mesmo com os recentes investimentos em grandes empreendimentos hoteleiros na Capital do Estado.

Todos os municípios dispõem de comunicação adequada de serviços de correios e telefonia e atendimento bancário, quer seja através de agência ou posto avançado para atendimento básico à população.

Na questão da saúde, a referência da região e do Estado é Campo Grande, que dispõem de serviços avançados como hospitais e clínicas especializadas. Na questão de segurança ao turista, Campo Grande dispõe de uma Delegacia Especializada de atendimento ao Turista, que atua em perfeita consonância com a FUNDTUR/MS, órgão oficial do Estado, atendendo todas as regiões.

O Estado utiliza o número 0800 para recebimento de denúncias, sugestões e outras informações requeridas pelos turistas.

A região possui ainda, três Centros de Atendimento ao Turista - CAT, localizados em Campo Grande, atendendo as principais entradas/saídas da região, além de unidades na rodoviária, no mercado municipal e no shopping.

Abastecimento de água

Os serviços de abastecimento de água são realizados pela empresa Águas Guariroba, na Capital, e pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL), nos demais municípios do polo, exceto nos municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo, que são abastecidas por Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) municipais.

Especificamente no município de Campo Grande, onde a demanda de água para o turismo devido à desenvolvida rede hoteleira, que é maior, o sistema de abastecimento de água é embasado na captação superficial (Guariroba e Lageado) e subterrânea (Sistema Taveirópolis) para atender todo o município.

A qualidade da água nesse município é analisada diariamente, através de exames bacteriológicos e físico-químicos, e publicados mensalmente no *site* da empresa, além do controle de qualidade da água bruta em diversos pontos de captação, o qual, em 2009, obteve índices de qualidade classificados entre boa e ótima, conforme relatório anual. (AGUAS DE GUARIROBA, 2009).

Nos municípios atendidos pela SANESUL, mensalmente é analisada através de testes bacteriológicos e físico-químicos a água distribuída, além de, anualmente, anexo à conta de água, são divulgados à população os resultados destas análises, acrescidas de informações e dicas voltadas à educação ambiental.

Esgotamento sanitário

No polo, os municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo são os únicos que possuem sistemas de esgotamento sanitário implantado e em funcionamento, sendo projetada em curto prazo pela SANESUL, a ampliação do sistema em Ribas do Rio Pardo e sua implantação em Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.

Nos demais municípios não há planejamento em curto prazo de tempo para a implantação desse serviço, sendo atualmente atendidos por fossas sumidouros.

Em Campo Grande, segundo informações da Águas Guariroba, em abril de 2010, a rede coletora de esgoto atendia aproximadamente 61% da população do município.

Destaca-se que nas estações de tratamento de esgoto de Campo Grande, administradas pela Águas de Guariroba, todo o tratamento segue as normas ambientais. Nelas, esgoto sofre um tratamento biológico, formando lodo, que é desidratado e utilizado no viveiro de mudas da empresa, gases, que são queimados, e a parte líquida do esgoto ainda passa pelo processo de tratamento físico – químico, e só depois é lançado nos córregos.

Em Ribas do Rio Pardo, 25% da população é atendida pelo sistema de esgotamento sanitário, sendo prevista a ampliação desse atendimento para 60%, com a conclusão dos investimentos realizados no final de 2009.

Drenagem de águas Pluviais

A ampliação e a implantação de novas redes de drenagem pluvial é um ponto positivo comum a todos os municípios que compõem o Polo Campo Grande, visto que as obras de drenagem implantadas não somente melhoram a infraestrutura desses municípios, como também viabilizam o acesso das prefeituras a recursos para a pavimentação das regiões onde tenham sido implantadas estas drenagens.

Em Campo Grande, município que teve sérios problemas no Estado pelo fato de seu sistema de drenagem pluvial não comportar, em algumas regiões específicas, os picos de chuvas ocorridos em fevereiro de 2010, o enfoque em adequar as regiões críticas ao Plano Diretor de Drenagem de Campo Grande intensificou-se com desapropriações de todos os empreendimentos irregulares com o referido plano e com a Lei de Ocupação do Solo, que poderiam comprometer a drenagem e a mobilidade urbana na Capital.

Assim, além das obras de recuperação de áreas afetadas, estão sendo criados reservatórios para água pluvial e lagos de contenção em áreas estratégicas, conforme previsto no Plano Diretor de Drenagem.

Igualmente, toda obra no município deve respeitar o plano em questão e a Lei de Ocupação do Solo, tendo, no mínimo, 12% de área permeável para facilitar a infiltração da água e reduzir os problemas com o escoamento de superfície.

Nos demais municípios do polo, não há relatos de riscos por alagamentos, visto que existe uma parcela substancial de área permeável e que todas as obras de pavimentação, atualmente financiadas, são previamente acompanhadas por obras de drenagem, um pré-requisito dos financiamentos.

Resíduos sólidos

Na região, o serviço de gestão de resíduos sólidos, coleta de lixo, limpeza das vias públicas e dos bueiros das galerias de águas pluviais, mantém-se sob responsabilidade de equipes das prefeituras ou por ela contratadas, sendo o lixo coletado diariamente na região central de Campo Grande e com maior espaçamento de tempo nas regiões periféricas, assim como nos demais municípios do polo.

Os serviços de coleta de resíduos sólidos e de varrição de rua atendem, em média, 95% da população urbana na região. Embora, assim como a maioria dos municípios de menor porte do Estado, grande parte dos municípios do polo ainda não tenha aterros sanitários adequados e licenciados para a deposição final dos resíduos coletados, estão sendo desenvolvidos projetos de adequação ou implantação dos mesmos, bem como a construção de Unidades de Processamento de Lixo (UPL).

O quadro anteriormente apresentado demonstra que no polo são três os municípios que possuem algum tipo de aterro: Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul. E justamente são esses três municípios os que buscou adequar a deposição final dos resíduos coletados.

Dois Irmãos do Buriti possui aterro sanitário e UPL em operação devidamente licenciados. Igualmente o aterro de Nova Alvorada do Sul está adequadamente licenciado.

Em Campo Grande, o atual lixão é irregular e o aterro sanitário em construção tem sua licença de implantação aprovada, e as demais em processo, e da mesma forma os entrepostos de separação de resíduos recicláveis (Ecopontos) do município também estão em processo de licenciamento.

Campo Grande, maior cidade do polo e, conseqüentemente, maior volume de lixo produzido, tem os serviços de coleta e transporte terceirizados, divididos em coleta domiciliar e hospitalar. Para coletas especiais, as solicitações são encaminhadas para a prefeitura.

Na Capital, todos os resíduos têm seu destino final para dois diferenciados aterros: o de entulhos e o aterro controlado. Para entulhos, são encontrados nas saídas da Capital os aterros com fácil acesso para a população que os utilizam, em acordo com o responsável pelo local; já os resíduos domiciliares e hospitalares, são depositados no aterro controlado.

Encontra-se em construção uma usina de triagem junto ao aterro sanitário de Campo Grande, e ainda está prevista a execução de projetos para a implantação de coleta seletiva de lixo, conclusão do aterro sanitário, construção de uma UPL e instalação de incinerador de resíduos sólidos hospitalares. Estas ações terão como objetivo a desativação do atual lixão e recuperação de sua área, bem como o assentamento social das famílias dos catadores.

Energia Elétrica

O sistema de energia elétrica que atende o Polo Campo Grande e Região está incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do país, o que representa em elevado grau de confiabilidade.

A empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no polo é a Empresa Energética do Mato Grosso do Sul - ENERSUL, atendendo 98% das residências na área urbana. Nos últimos anos, o Projeto Luz para Todos, do governo federal, proporcionou a expansão da energia elétrica para grande parte da área rural.

De acordo com a Enersul, a interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorre esporadicamente, com baixa frequência, sendo em grande parte causada pela força dos

ventos, que derrubaram muitos galhos de árvores sobre os fios da rede elétrica. Da mesma maneira, esses galhos quando se encostam aos fios de alta tensão, podem provocar desestabilização e oscilação na rede de fornecimento.

1.5. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

A FUNDTUR/MS, criada pela Lei n. 2.307, de 09/10/2001, e pelo Decreto n. 10.552, de 14/11/2001, é o órgão gestor do turismo. Já a Lei n. 2.652, de 17/07/2003, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Turismo, para apoiar as ações da FUNDTUR/MS no fomento, estímulo e divulgação do turismo estadual, na seleção e identificação das oportunidades de turismo, na capacitação do setor turístico, na promoção da pesquisa, participação em eventos e manutenção do banco de dados sobre o setor no Estado.

Outro órgão de apoio ao desenvolvimento do turismo estadual é o PRODETUR, instituído pelo governo federal para apoiar projetos e programas regionais por meio da captação de recursos do BID. Com a sua reformulação para ter caráter nacional, o PRODETUR passou a ter como principal objetivo apoiar as ações que permitam o atendimento às metas contidas no Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (BRASIL, 2007). Em Mato Grosso do Sul, o PRODETUR NACIONAL está sob a responsabilidade da SEPROTUR. A FUNDTUR/MS é ligada à SEPROTUR.

Ainda como parte da estrutura da SEPROTUR, foi instituído pelo Decreto n. 12.346, de 15/06/2007, a UCP, cuja função é viabilizar as ações do PRODETUR.

Um dos gargalos para a gestão do turismo é a pouca sensibilização para entender o turismo como uma atividade econômica e, conseqüentemente, nem todas as prefeituras possuem uma instância autônoma para organizar e promover o desenvolvimento das atividades turísticas. De qualquer forma, há em todos os municípios do polo um organismo interno nas prefeituras, estruturado para desenvolver o turismo, seja uma secretaria, diretoria ou departamento. No entanto, apenas no município de Campo Grande há um órgão específico para prestar informações ao turista, que é o CAT.

Há no polo uma instância de governança do turismo na região que é o Fórum Regional Caminho dos Ipês, criado com o objetivo de convergir as ações de desenvolvimento do turismo de acordo com o Plano Nacional de Turismo que, dentre suas metas, consta a necessidade de se descentralizar a gestão do turismo. Destaca-se que todos os municípios do Polo Campo Grande e Região possuem representação nessa instância de governança.

Há um mecanismo de articulação entre os fóruns regionais das dez regiões turísticas do Estado que é o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, cujos objetivos são a promoção de ações públicas e privadas para execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo estadual. De uma forma geral, o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul procura articular e organizar ações de planejamento, controle, promoção, comercialização e monitoramento do desenvolvimento das atividades turísticas nas dez regiões estaduais.

De maneira geral, as estruturas existentes possuem as seguintes competências básicas: programação, organização, execução e acompanhamento da política de turismo; desenvolvimento turístico; fomento e incentivo à atividade turística; ampliação e melhoria de espaços turísticos; realização de eventos; capacitação de mão de obra para o turismo; articulação de órgãos e entidades públicos e privados envolvidos ou interessados no desenvolvimento da atividade turística; planejamento, coordenação, fomento, estímulo e promoção turísticas.

Pode-se observar que a estrutura de turismo em toda a região é pequena e a departamentalização é funcional, fator que influencia os modos de funcionamento e os resultados alcançados.

É perceptível que as formas de participação de diferentes grupos na área de turismo, bem como na ambiental na maioria dos municípios do interior, é insignificante, pois nem atuações tidas como básicas, tais como Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) Consórcios Intermunicipais, ONGs se mostram presentes nos mesmos.

Quanto às políticas públicas, planos e programas, percebe-se que há uma grande possibilidade de se estabelecer integração, interação e cooperação, aplicando as normas globais em nível local. Ainda assim, isso deve levar algum tempo, já que para se exercer a atividade turística, é preciso preparar a estrutura local, com o intuito de se ofertar um conjunto de serviços agregados aos produtos turísticos para divulgar a região e receber turistas. Nesse sentido, é que se torna importante a preparação do município, incluindo a iniciativa privada e órgãos públicos, para se tornarem aptos às questões de gestão turística no seu mais amplo sentido.

O que se verifica na região Caminhos dos Ipês, em relação à governança pública, é que 60% dos municípios possuem uma instância de governança municipal instalada, mas nem todas estão efetivadas. A representatividade da maioria delas é proporcional por agentes e segmentos.

O que se deve levar em consideração é a importância da existência de uma instância municipal – COMTUR, de uma instância regional – Fórum, e a participação na instância estadual, para que se comece a trabalhar em consonância com o Plano Nacional de Turismo, que visa descentralizar a gestão do turismo por meios dessas instâncias.

Quando se trata de planos e projetos, pode-se dizer que a maioria dos municípios da região ainda não tem um plano e nem uma legislação específica de desenvolvimento do turismo, mas todos já possuem uma estrutura administrativa de turismo instalada, seja ela uma secretaria, uma diretoria ou departamento, o que demonstra que a gestão municipal já vê o turismo como atividade economicamente rentável.

Quando se trata de repasses de recursos entre os municípios da região, excluindo dessa análise o município de Campo Grande, pode-se dizer que apenas três dos nove restantes foram beneficiados, pois a gestão pública dos mesmos soube como e onde buscá-los, estabelecendo assim um bom relacionamento junto aos ministérios.

Com relação às parcerias com o Sistema “S”, foi constatado que 90% dos municípios as estabelecem, visando o desenvolvimento da atividade turística.

Durante o levantamento realizado, observou-se que nenhum dos municípios da região possui uma pesquisa de satisfação do turista quanto à qualidade da gestão pública do turismo, e também nenhum deles trabalha com indicadores de desempenho para a atividade turística; o levantamento desses dados é de extrema importância para que se possa criar um panorama do crescimento da atividade.

A quantidade de prestadores de serviços turísticos cadastrados no MTur é muito pequena, com exceção de Campo Grande, que adotou como requisito para abertura e funcionamento de um empreendimento a necessidade do mesmo estar cadastrado ou ter dado entrada no cadastramento junto ao Ministério. Mas, com a regulamentação da Lei Geral do Turismo, esse cenário deverá mudar, e caso o empresário queira continuar exercendo sua atividade o mesmo deverá se cadastrar, ou será punido dentro das formas da lei.

Dentre os programas que fazem parte do Plano Nacional do Turismo, apenas o Programa de Regionalização do Turismo é contemplado por todos os municípios.

Quanto a indicadores da gestão, verifica-se que nenhum dos municípios trabalha indicadores de impacto econômico e nem de fluxo e perfil do turista, e a falta desses indicadores pode comprometer o desenvolvimento de ações no setor.

A FNRH – Folha Nacional de Registro de Hóspede, e o BOH – Boletim de Ocupação Hoteleira, só são utilizados na Capital, e ainda assim não são todos os MHs que adotam seu uso.

E esses dois instrumentos são de suma importância, pois, através deles, se pode definir o perfil dos hóspedes e a taxa de ocupação média dos estabelecimentos, e também são através deles que o município e o Estado obtêm as estatísticas do turismo.

O segmento de turismo é gerador direto de renda para os municípios que possuem atrativos e grande impulsionador das demais atividades existentes, produzindo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local e regional, tais como, estímulo ao setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação tributária e geração de novos postos de trabalho.

No entanto, um dos maiores obstáculos a ser enfrentado pelas empresas que atuam nesse segmento é a elevada burocracia existente para a regularização das atividades turísticas, além da enorme exigência para se conseguir a regularização ambiental, especialmente quando o interesse é pelo turismo de aventura e/ou rural. Tais impedimentos tornam o processo mais demorado e bem mais custoso, inibindo, de certa forma, o desenvolvimento dos municípios atingidos.

Outro entrave que acarreta na impossibilidade do pleno desenvolvimento do setor de turismo em alguns municípios diz respeito à falta de mão de obra qualificada para receber, de forma adequada, os turistas nacionais e estrangeiros, o que limita a abertura de novos empreendimentos.

A atividade turística é executada, fundamentalmente, pela iniciativa privada, e assim faz-se imprescindível a disponibilidade de crédito em quantidade e em condições adequadas aos micros, pequenos, médios e grandes negócios do turismo. O fomento ao crédito é um dos eixos temáticos desafiadores no que se refere a um entendimento entre empresários e sistema financeiro. Essa interação enseja um conjunto diversificado de propostas para solução de gargalos existentes.

ANÁLISE

O Polo Campo Grande e Região representa um grande potencial para o turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente pelas especificidades que a região detém: *canyons*, inscrições rupestres, área de Ufo em grande escala de comercialização, rampas para voos livres, agrotecnologia avançada, maior templo protestante e igrejas católicas e infraestrutura de eventos, dentre outros atrativos, que difere e também complementa destinos já consolidados: Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal.

A integração da região com os destinos Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal é uma excelente estratégia e condição impar para que os turistas possam permanecer mais tempo no Estado, vivenciando atividades e, por conseqüência, gerando mais emprego e renda para a população.

A região tem fácil integração com os demais polos turístico do Estado e se caracteriza por ser o principal portão de entrada, com condições de distribuir turistas com segurança e agilidade.

O MTur já percebeu esse potencial, tanto que Campo Grande é um dos 65 destinos indutores de desenvolvimento.

A participação da região no programa do PRODETUR NACIONAL é fundamental para que a região seja percebida e apoiada em todos os aspectos evidenciados no diagnóstico. Esta participação no PRODETUR NACIONAL consolidará a região como destino turístico, através do amadurecimento nas relações público-privado e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

A formulação dos objetivos a seguir foi elaborada de forma participativa e tomando-se por base experiências anteriores de diagnose e planejamento da atividade turística no Polo Campo Grande.

Segundo o Termo de Referência, são objetivos da elaboração do PDITS do Polo Campo Grande:

- “...orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão”;
- “orientar as autoridades governamentais quanto aos ajustes no marco legal e institucional necessários para facilitar o pleno desenvolvimento do turismo nas áreas prioritárias e quanto aos investimentos que devem ser efetivados”;
- “oferecer informações específicas para promover investimentos da iniciativa privada em empreendimentos e produtos turísticos que aproveitem os atrativos dessas áreas”;
- “conscientizar as comunidades locais sobre o papel do turismo como indutor do desenvolvimento econômico e gerador de novas oportunidades de trabalho e emprego e melhoria da qualidade de vida”.

A partir disso, foram definidos, de forma participativa, objetivos gerais e as seguintes estratégias vinculadas:

Quadro 7 – Objetivos gerais e estratégias vinculadas.

Objetivos gerais	Estratégias
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Campo Grande.	Fortalecer o segmento de negócios e eventos. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.
Melhorar o posicionamento competitivo do polo.	Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico.
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo.	Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.
Melhorar a infraestrutura turística.	Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Promover o polo como destino turístico sustentável.	Melhorar a qualidade ambiental da área turística.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

As matrizes de Marco Lógico abaixo sintetizam as demandas de intervenção manifestadas nas oficinas participativas e detalham as bases pelas quais os objetivos propostos devem se pautar para serem atingidos.

Figura 6 – Matriz de Marco Lógico.

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FIM			
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do polo Campo Grande	Aumento do número de atrativos	Inventário turístico	Sensibilização dos proprietários de atrativos
	Diversificação de segmentos turísticos	Inventário turístico	Sensibilização dos proprietários de atrativos
PROPÓSITO			
Promover o aumento do fluxo de turistas para o polo	Estatísticas do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Conjuntura econômica favorável ao turismo
COMPONENTES			
1. Identificar segmentos potenciais e emergentes	Número de novos segmentos	Estudos e pesquisas	Existência de segmentos turísticos com atrativos potenciais
2. Ampliar e estruturar a oferta turística	Aumento do volume de investimentos em novos atrativos turísticos	Relatórios de gestão	Conjuntura econômica favorável ao turismo
ATIVIDADES			
1.1. Resgate de estudos existentes e realização de estudos complementares	Aumento do número de segmentos e atrativos em potencial	Estudos e pesquisas realizadas	Ambiente favorável à articulação de parcerias
2.1. Estimular investimentos públicos e privados	Aumento do volume de investimentos na melhoria da oferta turística	Relatórios de gestão	Conjuntura econômica favorável ao turismo

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FIM			
Melhorar o posicionamento competitivo do polo	Aumento do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais para consecução do objetivo
PROPÓSITO			
Realizar ações de <i>marketing</i> e de comercialização	Aumento do volume de gastos com <i>marketing</i> e comercialização do polo	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais e entidades privadas para consecução do objetivo
COMPONENTES			
1. Elaborar e implantar plano e ações de <i>marketing</i>	Número de ações de <i>marketing</i> realizadas	Relatórios de gestão	Potencial de competitividade internacional do polo
2. Elaborar e executar ações do plano de comercialização	Número de ações de comercialização realizadas	Relatórios de gestão	Potencial de competitividade internacional do polo
ATIVIDADES			
1.1. Elaborar o plano de <i>marketing</i> , definir posicionamento mercadológico, priorizar e realizar ações para o polo	Aumento do fluxo de turistas	Relatórios de gestão	Crescimento nacional e internacional da atividade turística
2.1. Realizar ações de comercialização	Número de ações de comercialização realizadas	Relatórios de gestão	Crescimento nacional e internacional da atividade turística

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FIM			
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo	Percentual de gastos públicos destinados a atividade turística	Orçamentos públicos	Elevado grau de sensibilização dos gestores públicos
	Número de ações propostas e realizadas pelas instâncias de governança (Fórum Regional de Turismo e COMTUR 's)	Relatórios das instâncias de governança	Elevado grau de interesse dos atores locais em promover o turismo
PROPÓSITOS			
Eliminar as discontinuidades da execução das políticas públicas e otimizar os recursos distribuídos	Tempo de duração das ações de iniciativa pública	Relatórios de gestão	Elevado grau de sensibilização dos gestores públicos
	Volume de recursos públicos destinados ao turismo	Orçamento público	Elevado grau de sensibilização dos gestores públicos
Fortalecer e articular o sistema de governança no polo	Número de projetos elaborados e propostos pelas instâncias de governança	Relatórios das instâncias de governança	Equipe capacitada para elaborar projetos
COMPONENTES			
1. Ações sequenciadas de promoção do turismo	Tempo de duração das ações	Relatórios de gestão	Elevado grau de sensibilização dos gestores públicos
2. Aumento e qualificação das equipes de trabalho nos órgãos públicos de turismo	Concursos públicos realizados para a área de turismo	Relatórios de gestão	Inexistência de restrições de ordem orçamentária
3. Apoiar financeiramente as ações de governança	Número de ações das instâncias de governança financiadas	Relatórios das instâncias de governança	Governos estadual e municipal sensibilizados
4. Fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo	Número de ações propostas e realizadas pelas instâncias de governança (Fórum Regional de Turismo e COMTUR 's)	Relatórios das instâncias de governança	Atores do Fórum Regional de Turismo e COMTUR 's motivados
ATIVIDADES			
1.1. Sensibilizar prefeitos, vereadores e gestores	Números de parcerias, convênios, normas e legislação em prol do desenvolvimento do turismo	Diário oficial e relatórios de gestão	Elevado grau de sensibilização dos gestores públicos
1.2. Promover a participação da sociedade civil nos processos decisórios públicos	Número de representantes da sociedade civil participando dos fóruns de turismo e outras instâncias de governança	Atas de reuniões dos fóruns	Aumento do interesse da sociedade
1.3. Fortalecer o sistema de governança do <i>trade</i> turístico	Número de parcerias e redes de cooperação entre as entidades do <i>trade</i> e o mercado	Relatórios do Fórum Regional de Turismo e dos Conselhos Municipais de Turismo	Boa articulação política das lideranças
2.1. Capacitação e treinamento das equipes de trabalho	R\$ 60.000 (20 eventos de capacitação a R\$ 3.000,00 cada)	Projetos de capacitação das entidades e governo	Disponibilidade de recursos humanos para realizar as capacitações
3.1. Alocar recursos públicos para apoio das ações planejadas e propostas pelas instâncias de governança	R\$ 200.000,00 alocados anualmente nos orçamentos estadual e municipais para apoio a projetos	Orçamento público estadual e municipal	Governos estadual e municipal sensibilizados
4.1. Dotar os COMTUR 's de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de suas atividades	R\$ 100.000,00 alocados anualmente para atividades de apoio administrativo-financeiro aos COMTUR 's	Orçamento público estadual e municipal	Governos estadual e municipal sensibilizados

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FIM			
Melhorar a infraestrutura turística	Aumento da competitividade do polo	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais para consecução do objetivo
PROPÓSITO			
Melhorar a infraestrutura oferecida pelos governos e pelo setor privado	Número de obras de infraestrutura turística realizadas	Relatórios de gestão e observação <i>in loco</i>	Disponibilidade de recursos financeiros
COMPONENTES			
1. Identificar os gargalos de infraestrutura turística	Número de obras necessárias	Relatórios de gestão e observação <i>in loco</i>	Existência de oportunidades de melhorias
2. Sensibilizar empresários e proprietários de atrativos e serviços turísticos a realizarem melhorias	Número de atrativos com obras de melhoria de infraestrutura realizadas	Observação <i>in loco</i>	Elevado grau de sensibilização dos donos de atrativos
ATIVIDADES			
1.1. Elaborar projetos de obras	R\$ 200.000,00 (valor por projeto)	Projetos elaborados	Equipe capacitada para elaborar projetos
1.2. Captar e mobilizar recursos	Percentual de recursos captados frente as necessidades identificadas	Relatórios de gestão	Equipe capacitada para captar e mobilizar recursos
2.1. Realizar obras de melhorias nos atrativos e nos serviços turísticos	Número de obras de melhorias realizadas	Observação <i>in loco</i>	Existência de oportunidades de melhorias
2.2. Alocar recursos públicos para apoio das ações planejadas e propostas pelas instâncias de governança	R\$ 200.000,00 alocados anualmente nos orçamentos estadual e municipais para apoio a projetos	Orçamento público estadual e municipal	Governos estadual e municipal sensibilizados

MATRIZ DE MARCO LÓGICO			
OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FIM			
Promover o desenvolvimento regional sustentável	IDH - Municipal	Relatórios do PNUD	Envolvimento dos órgãos governamentais para consecução do objetivo
PROPÓSITO			
Promover o polo como destino turístico sustentável	Aumento do volume de gastos públicos com ações ambientais no polo	Relatórios de gestão	Envolvimento dos órgãos governamentais e entidades privadas para consecução do objetivo
COMPONENTES			
1. Implantar ações de gestão ambiental	Número de ações de gestão ambiental realizadas	Relatórios de gestão e observação <i>in loco</i>	Sustentabilidade como parâmetro de competitividade
ATIVIDADES			
1.1. Adotar sistema de gestão ambiental para o polo	Número de ações de gestão ambiental realizadas	Relatórios de gestão	Sustentabilidade como parâmetro de competitividade

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do PDITS do Polo Campo Grande e Região:

- Diversificar a oferta turística do polo;
- Identificar e promover novos segmentos turísticos;
- Promover o aumento dos níveis de competitividade do polo no mercado turístico nacional e internacional;
- Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados;
- Promover a qualificação profissional para a atividade turística;
- Capacitar continuamente os gestores públicos, as entidades de governança e os atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística;
- Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana voltadas ao turismo no polo;
- Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

O quadro a seguir estabelece os vínculos entre os objetivos gerais e específicos.

Quadro 8 – Objetivos gerais e específicos.

Objetivos gerais	Objetivos específicos
Ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Campo Grande e Região.	Diversificar a oferta turística do polo.
	Identificar e promover novos segmentos turísticos.
Melhorar o posicionamento competitivo do polo.	Promover o aumento dos níveis de competitividade do polo no mercado turístico nacional e internacional.
Fortalecer os mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo.	Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados.
	Promover a qualificação profissional para a atividade turística.
	Capacitar continuamente os gestores públicos, as entidades de governança e os atores do <i>trade</i> para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.
Melhorar a infraestrutura turística.	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana voltadas ao turismo no polo.
Promover o polo como destino turístico sustentável.	Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

2.2. EVOLUÇÃO DOS IMPACTOS ESPERADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PDITS.

Quadro 9 – Impactos de curto, médio e longo prazo.

Descrição do Impacto	Horizonte Temporal		
	Curto 0-2 anos	Médio 2-5 anos	Longo 5-10 anos
Aumento da taxa de crescimento da atividade turística (em %).	3	7	10
Aumento da ocupação hoteleira (em %).	20	50	80
Elevação do tempo médio de permanência (em dias).	4	7	10
Aumento do fluxo de turistas (em %).	10	30	50
Aumento do volume dos investimentos privados (em %).	5	8	15
Aumento da geração de renda (em %).	10	15	20
Melhoria do índice médio de desenvolvimento humano (média do polo = 0,7368).	0,76	0,82	0,88
Aumento das receitas públicas derivadas dos impostos gerados (em %).	20	50	80
Aumento da participação da comunidade nas instâncias de governança (em %).	10	30	50
Aumento do número de novos empreendimentos turísticos (em %).	10	15	20
Aumento do número médio de empregos por empreendimento no setor turístico – agência, atrativos e hotéis (em número de empregados).	15	18	30
Aumento do gasto médio por turista (em %).	30	60	95

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, destacam-se os seguintes aspectos na conclusão da presente justificativa da área selecionada no Polo Campo Grande e Região:

- A área turística do Polo Campo Grande e Região apresenta um *mix* de produtos e segmentos turísticos de grande atratividade e singularidades, além de ser a principal região na distribuição de turistas para os demais destinos turísticos do Estado. Tal fato pauta-se na composição geográfica de região, que agrega em seus domínios a Capital do Estado – Campo Grande;
- Os indicadores sociais e econômicos situam-se em patamares que suportam uma expansão econômica mais agressiva. Esses indicadores reafirmam uma posição de razoável dinamismo econômico, o que reflete uma facilitação para a implantação do PDITS;
- A cadeia do turismo está constituída e atuante. As instâncias de governanças municipais e regionais estão instaladas;
- Há política de desenvolvimento da região nos setores estratégicos de infraestrutura aérea e rodoviária e meios de hospedagens;
- A região faz parte do Programa Ministerial – 65 Municípios Indutores;
- Ainda há muito a ser fortalecido e desenvolvido para que a região se consolide como um destino turístico de preferência nacional e internacional. O caminho a ser construído é longo, porém, não é inviável, dados as características e o potencial apresentados, que serão melhores detalhados no módulo do Diagnóstico desse PDITS.

3. ANÁLISE – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

O polo em questão, com destaque para o município de Campo Grande, interage com os principais polos turísticos do Estado, Bonito-Serra da Bodoquena e Corumbá (Pantanal), atuando como indutor e distribuidor do fluxo turístico, através de rotas de caráter nacional e internacional do Estado, dentre elas, a rota Pantanal-Bonito, considerada o “carro-chefe” na promoção, divulgação e comercialização do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nos municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região, há o Roteiro Vida, que integra atrativos dos municípios de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, e o roteiro da Estrada Parque Palmeiras- Piraputanga, envolvendo os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana.

Campo Grande

A Capital, com uma área 8.096 km², é uma cidade notada pela amplitude dos seus espaços urbanos, largas ruas e avenidas, importantes áreas de mata nativa em perímetro urbano como o Parque das Nações Indígenas, Parque dos Poderes, Horto Florestal, o Parque Estadual do Prosa, entre outros. A cidade também se destaca pela economia e, especialmente, pela mistura de formas, cores, sons, sotaques e sabores da sua cultura, marcada por influências de diferentes etnias e origens de seus habitantes.

O setor de comércio e serviços é o principal segmento econômico do município, o qual apresenta também, um forte traço de estudos e intercâmbio (técnico-científico) por possuir cinco universidades, diversas faculdades isoladas e a unidade Gado de Corte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Também, o reflexo da coexistência da tradição rural com a modernidade empresarial urbana, é verificado na arquitetura, nos comportamentos e nas manifestações culturais diversificadas da cidade. Essa mescla é bastante clara na gastronomia, na música, nas artes plásticas, nas danças e nas mais diversas formas de expressão local.

Para atender ao segmento de negócios e eventos, vocação principal do município, encontra-se na infraestrutura turística da Capital um complexo de equipamentos e serviços para congressos, convenções, exposições, feiras dentre outras tipologias do segmento.

Desta infraestrutura, destacam-se o Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, “Prêmio Caio de 2002” como o melhor Centro de Convenções da Região Centro-Oeste; o Centro de Convenções e Exposições Albano Franco; hotéis com auditórios; o Autódromo Internacional; o Parque de Exposições Laucídio Coelho; dentre outros espaços voltados para eventos específicos como para equinocultura: hípicas, haras, ranchos; eventos culturais: teatros, museus; eventos esportivos: clubes, estádios e ginásios poliesportivos, entre outros.

Fazendo interface com o segmento de negócios e eventos, no município de Campo Grande existe uma gama de atrativos histórico-culturais como a aldeia indígena urbana, única no país, constituída por 135 ocas de alvenaria, residência de famílias da nação Terena, que trocaram as reservas pela vida na cidade. Ali, destaca-se o Memorial da Cultura Indígena, uma imponente oca com mais de oito metros de altura, coberta com palha de bacuri.

Também se encontram no município museus, monumentos, arquitetura e cultura como a Morada dos Baís, tombada pelo Patrimônio Histórico e referência arquitetônica do início do século XX, assim como a Casa do Artesão, Museu de Arte Contemporânea (MARCO) e o Museu das Culturas Dom Bosco, um forte atrativo turístico da Capital, uma vez que possui aproximadamente 30.000 espécies de vertebrados e invertebrados, além de coleções como a malacológica (conchas), a arqueológica, a paleontológica e a mineralógica. O principal atrativo desse museu é o acervo indígena, que conta com 6.000 fotos e objetos de tribos de todo o Brasil.

Complementando esta vocação principal e potencializando a competitividade do polo, tem-se na cidade de Campo Grande, assim como nos demais municípios da área turística, uma expressiva área rural fortalecida pela tradição agropecuária do Estado, o que faz com que Campo Grande, apesar do seu ar de metrópole, detenha diversas propriedades, formando um cinturão que, através do segmento de turismo rural, turismo de vivência e turismo de base comunitária, tenha potencial de oferecer produtos e atividades que prolonguem a estada do turista e aumentem a qualidade do polo turístico.

Sendo Campo Grande considerado o destino indutor da área turística em análise, de acordo com o Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (BRASIL, 2009b), verificam-se, entre os demais municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região, importantes atrativos, dentre esses, alguns consolidados, que, se melhor estruturados, são capazes de fortalecer o polo e lhe conferir maior competitividade no mercado nacional, conforme sinalizado nas Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020 (MATO GROSSO DO SUL, 2009a), e citados a seguir:

Rio Negro

O município de Rio Negro, distante 160 km de Campo Grande, ao norte, apresenta importantes potencialidades turísticas para o ecoturismo e turismo de aventura, em decorrências de seus recursos hídricos, compreendendo cascatas e cachoeiras e de seu relevo escarpado, talhado por *canyons* e vales, que, juntos, originaram belas corredeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura, destacando-se os Balneários Águas do Rio Negro e Novo Paraíso, as cachoeiras do rio do Peixe e do córrego Rico, entre outros.

Rio Negro possui também cavernas de arenito, sendo que algumas abrigam sítios arqueológicos com inscrições rupestres, além de ter como oportunidade a ser explorada sua proximidade com a Rota Norte MS, através de sua interligação com Rio Verde de Mato Grosso e São Gabriel do Oeste.

Corguinho

Os recursos naturais — cachoeiras e córregos, também são potencialidades turísticas do município de Corguinho, onde se localiza a Reserva Particular de Patrimônio Natural Vale do Bugio, conhecida como “Paraíso de Belezas Naturais” integrado ao Roteiro Vida supracitado.

Igualmente, o município sedia o Projeto Portal, demandado por ufólogos e outros turistas do segmento cultural (místico), interessados em pesquisar indícios de aparições de Objetos Voadores Não Identificados.

Em Corguinho, também se localiza o Centro Mundial do Movimento *Anew*, que compreende um complexo agroindustrial e hotel, atraindo turista de lazer, para suas piscinas de água natural, e de turismo agrotecnológico, para acompanhar a produção de complementos alimentares, água engarrafada e produção agroecológica.



Foto 1 - Projeto Portal, em Corguinho, MS.

Fonte: Projeto Portal Ciências Paralelas (PROJETO PORTAL, 2010).



Foto 2 - Centro Mundial do Movimento *Anew*, em Corguinho, MS.

Fonte: *Anew* no Mundo, 2010.

Rochedo

Distante 83 km ao norte de Campo Grande, o município de Rochedo está integrado a Campo Grande e Corguinho através do Roteiro Vida, ofertando como atrativo a gastronomia típica e turismo rural na Pousada Paraíso Tropical.

O município também possui forte interligação com Corguinho, Rio Negro e o Pantanal do Rio Verde, apresentando potencialidades para o turismo rural, de pesca no rio Aquidauana, de aventura, lazer, esportivo, educacional e de contemplação em áreas naturais em decorrência de seu patrimônio natural como cachoeiras, rochas, fauna e flora.

Rochedo, por ser caminho de acesso ao Morro da Boa Sorte, onde se localiza o Projeto Portal, beneficia-se desse fluxo de turistas, constando-se no município, recentemente, o aumento da aquisição de terrenos e imóveis por aqueles que buscam residir ou construir sua segunda residência próximo à Fazenda do Projeto Portal, conforme informação da prefeitura de Rochedo. O fluxo de turistas do Projeto Portal é estimado em aproximadamente 800 pessoas por mês, e quando são realizadas as “viagens ao PP”, evento especial, que ocorre cerca de seis vezes ao ano, o público é acrescido em 1.000 pessoas por viagem, conforme dados da Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Rochedo.

Dois Irmãos do Buriti

Dois Irmãos do Buriti possui relevo colinoso e tabular, entremeados de áreas planas e uma pequena região de acumulação fluvial e vegetação de Cerrado, características próximas da região do Pantanal. O município, através de seu distrito, Palmeiras, integra o Roteiro Estrada Parque Palmeiras-Piraputanga – MS, que envolve também o distrito de Piraputanga, pertencente ao município de Aquidauana.

O roteiro cruza parte da Serra de Maracaju, passando por vários morros, entre eles o do Chapéu e do Paxixi, região cortada pelo rio Aquidauana, que pode ser visto em várias partes da estrada. Nesses distritos existem uma atividade turística natural e consolidada, como o destino de pesca no rio Aquidauana, atividades de aventura (rapel) e, principalmente, lazer a existência de um número significativo de segunda residência.

Ressalta-se o potencial de integração de Dois Irmãos do Buriti e do roteiro Estrada Parque Palmeiras-Piraputanga com a rota Trem do Pantanal, que passa pelo município e realiza uma parada de quinze minutos no distrito de Piraputanga, em Aquidauana, segundo informação da empresa Serra Verde Express, responsável por sua administração.

Outro destaque de Dois Irmãos do Buriti é sua cultura indígena; o município tem seis aldeias que produzem artesanato ainda não comercializado e com potencialidade para o turismo de vivência e turismo de base comunitária.



Foto 3 - Indígenas de Dois Irmãos do Buriti, MS.

Fonte: Galeria de Fotos - Buritinews-Karlão, 2010.



Foto 4 - Distrito de Palmeiras em Dois Irmãos do Buriti, MS.

Fonte: Galeria de Fotos - Buritinews-Karlão, 2010.

Jaraguari

O município tem um forte apelo étnico e cultural pela existência da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio; são 92 famílias, aproximadamente 450 pessoas, que vivem em uma área de 1.018,28 hectares, reconhecidos e declarados como território da Comunidade Remanescente de Quilombo Furnas do Dionísio, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A potencialidade turística local é observada através dos visitantes que espontaneamente buscam a comunidade para adquirir produtos locais e para vivenciar seu modo de vida, costumes e crenças.

Complementando seu potencial para o turismo cultural e histórico, tem-se no município o Casarão histórico, tombado como patrimônio, que retrata a história da imigração japonesa, com a existência de casas da época.

O potencial para o turismo rural dá-se por atrativos como a Estância Lázara, o Sítio Pingo D'Ouro, a Pousada Ecológica Taboquinha e a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, que possui potencial para o turismo religioso, pois, anualmente, acontece a romaria para Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, e, atualmente, possui uma capela trabalhada em mosaico, que fascina pela sua simplicidade e beleza.

Também por influência da cultura quilombola, no município é tradicional a Festa para Santo Antônio, padroeiro dos escravos, que complementa o potencial de turismo religioso local.



Foto 5 - Comunidade Furnas de Dionísio, em Jaraguari, MS.

Fonte: Alexssandro Loyola, 04-09-2009, FUNDTUR/MS.



Foto 6 - Pousada Ecológica Taboquinha, em Jaraguari, MS.

Fonte: Alexssandro Loyola, 04-09-2009, FUNDTUR/MS.

Ribas do Rio Pardo

O município, com a terceira maior área territorial do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme IBGE (BRASIL, 2010e), tem sua economia basicamente sustentada pelo setor agropecuário, sendo recentemente aumentada expressivamente a importância do setor florestal na economia local, tal como na economia estadual.

Esse desenvolvimento da base florestal local, associado à presença de um importante centro privado de pesquisa em silvicultura, a Ramires Reflorestamento, e da Vetorial Siderurgia, fazem do município um potencial destino de turismo técnico, de negócios e eventos, conforme sinalizou os resultados do evento Ribas Florestal 2010, realizado de 12 a 16 de julho, quando se estimou que, entre 1000 e 1500 pessoas por dia, participaram do evento, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Ribas do Rio Pardo, lotando a infraestrutura hoteleira do município e sendo necessário alocar turistas para hotéis em Campo Grande, 92 km de distância do local de realização do evento.

Sidrolândia

Sidrolândia, que possui interligação rodoviária com o Polo Bonito-Serra da Bodoquena, é um dos municípios que mais cresce em Mato Grosso do Sul, devido ao seu enorme potencial de produção agropastoril e incentivo para a industrialização. O município é contemplado atualmente com 39 indústrias, destacando-se indústrias têxteis (Tip Top e Via Blumenau), agroindustriais como usinas e a Cargill/Seara, configurando-se como um destino de turismo agrotecnológico, além de propriedades rurais referências em tecnologias agropecuárias, como a Fazenda Recanto, considerada exemplo de sustentabilidade, envolvendo as atividades de piscicultura, ovinocultura e agricultura de precisão, além da potencialidade de turismo de suas cachoeiras e trilhas.

No turismo também se destaca a realização da Expo-Sidrolândia, além dos eventos como Exposição Nacional de orquídeas, Moto-Cross, Festa de Nossa Senhora da Abadia, festa do Cordeiro, festa do Laço, entre outros eventos tradicionais da região. Atualmente, faz parte de um circuito internacional de voo livre, o qual, em média, atrai 60 pessoas por final de semana às duas rampas existentes no município (“Rampa do Prefeito” e Rampa do Italiano) conforme informação do Clube Tuiuiú de Voo Livre.

O município também apresenta potencial de desenvolvimento do turismo rural, de base comunitária e mesmo de eventos nos assentamentos rurais instalados na antiga Fazenda Eldorado, sobretudo no Assentamento Eldorado II, onde se localiza a ampla e luxuosa sede da fazenda, que pode ser transformada em um centro de convenções ou pousada.

Terenos

Terenos é um portal de acesso ao Pantanal e à Bolívia, cujo patrimônio natural do município apresenta potencial turístico por seus sítios arqueológicos, cachoeiras e balneários, salientando-se a atratividade do turismo agrotecnológico e científico pela presença do Projeto Pacu, referência nacional em aquicultura, e a Central Sete Estrelas Embriões, que trabalha com pecuária de alta tecnologia.

O Projeto Pacu é visitado, em média, por 400 pessoas por ano, geralmente caravanas de produtores, universitários e, eventualmente, escolas particulares, sendo parte desses visitantes de estrangeiros, de acordo com os proprietários do empreendimento.

Em termos de oportunidades turísticas, tem-se também o Trem do Pantanal, cuja estação de Indubrasil está situada na divisa entre Terenos e Campo Grande.



Foto 7 - Central Sete Estrelas Embriões, em Terenos, MS.

Fonte: Sete Estrelas Embriões, 2010.



Foto 8 - Projeto Pacu, Aquicultura em Terenos, MS.

Fonte: Mario Gonda, 2010.

Anualmente, em Terenos é realizada a Festa do Ovo; em 2010, ocorreu a 3ª edição do evento, atraindo um público de aproximadamente 8.000 pessoas, conforme divulgação dos responsáveis pelo evento em sites de notícias locais (campograndenews e unifolha).

Nova Alvorada do Sul

O município destaca-se por sua ligação com o setor sucroalcooleiro por causa da usina instalada e plantios de cana-de-açúcar existentes no município, e em seu entorno. Neste segmento, o turismo vem sendo implementado especialmente para negócios e eventos e turismo rural, dada as características locais.

Em função da sua localização geográfica, Nova Alvorada da Sul é um importante corredor de escoamento da produção do Estado, e do fluxo de turistas por conectar-se com o estado de São Paulo, região da Grande Dourados e Cone Sul, região Vale das Águas, região Caminhos da Fronteira.

3.1. MERCADO TURÍSTICO

O cenário do polo selecionado para o mercado turístico como destino consolidado se restringe a Campo Grande, Capital do Estado, sendo sua vocação principal atual o segmento de negócios e eventos, devido à sua condição de Capital, centro de decisões políticas e administrativas do Estado, centros de pesquisas, ciências e tecnologias, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Gado de Corte, importante referência de pesquisa no Brasil, as universidades em seu papel de disseminar o conhecimento, comércio e centro de saúde.

Graças a esses fatores, Campo Grande tem realizado importantes congressos, seminários, fóruns, *workshops* e visitas técnicas. Esse cenário se confirma com a mudança no comportamento da permanência média do turista, que passou de um dia para três dias, em média, segundo os Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira, os quais serão abordados na análise da oferta, fornecidos pela FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Ainda, salienta-se que, segundo o Inventário Turístico, realizado através do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PDTUR MS (MATO GROSSO DO SUL, 2002: 46), “a atividade turística na região sendo exercida basicamente no município de Campo Grande caracterizada por quatro pontos:

- *Centro polarizador de comércio e atividades públicas;*
- *Entroncamento rodoferroviário e base aeroviária;*
- *Centro de transformação da produção agropecuária e;*
- *Centro financeiro e de apoio logístico à região”.*

Do mesmo documento enfatiza-se que “em função de sua caracterização como polo de infraestrutura, lhe proporciona oferecer uma série de atividades com base em segmentos de mercado. A disponibilização de centro de convenções de qualidade, do parque de exposição agropecuária e outros equipamentos menores, credenciam a Capital a atuar fortemente no turismo de eventos, de negócios, de incentivos, parques temáticos e a indústria de entretenimento, religioso.” (MATO GROSSO DO SUL, 2002: 46).

Essa situação identificada pelo PDTUR é ratificada no diagnóstico competitivo realizado pela FUNDTUR/MS, visando à construção do Plano de Ação 2008-2020, para a região Caminho dos Ipês, composta pelos mesmos municípios que integram o polo atual selecionado para a elaboração do PDITS. (MATO GROSSO DO SUL, 2009a).

De uma maneira global, de acordo com a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, o segmento de turismo de eventos vem apresentando crescimento significativo nos últimos anos, além de ser uma fonte de receita almejada por muitos destinos turísticos no Brasil e no exterior.

O Brasil ganhou destaque nesse segmento, tornando-se o primeiro e único país latino-americano entre os dez primeiros colocados no *ranking* mundial da *International Congress*

and Convention Association – ICCA, desde 2006, segundo o Ministério de Turismo - MTur. Na figura abaixo, nota-se que, desde 2005, o Brasil tem apresentado evolução no número de eventos internacionais dentro do padrão ICCA, sendo que, em 2005, o país sediou 171 eventos, e em 2009, esse número foi para 293.

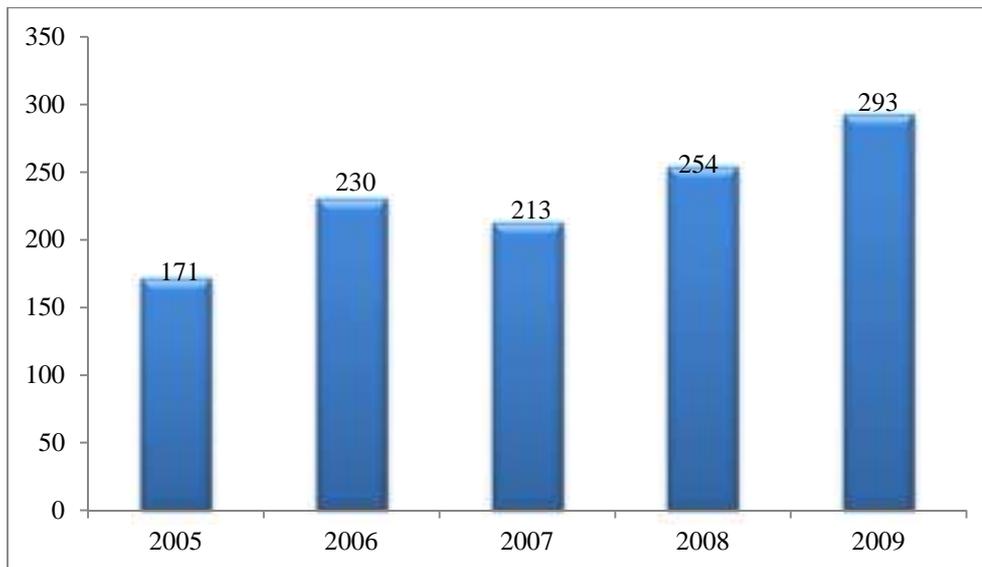


Figura 7 - Número de eventos internacionais sediados no Brasil, entre 2005 a 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ICCA (ICCA, 2009) e MTur (BRASIL, 2010g).

Entre os dez principais destinos internacionais de turismo de eventos e negócios no mundo, no ranking disponível pela ICCA, de 2009, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar com 595 eventos, seguido pela Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido e França; o Brasil ocupa a sétima colocação, acima do Japão, China, Áustria e Holanda, conforme figura seguinte. O MTur ressalta que a ICCA é a principal entidade mundial de eventos associativos e seu *ranking* é referência para todo o segmento de turismo de eventos no mundo.

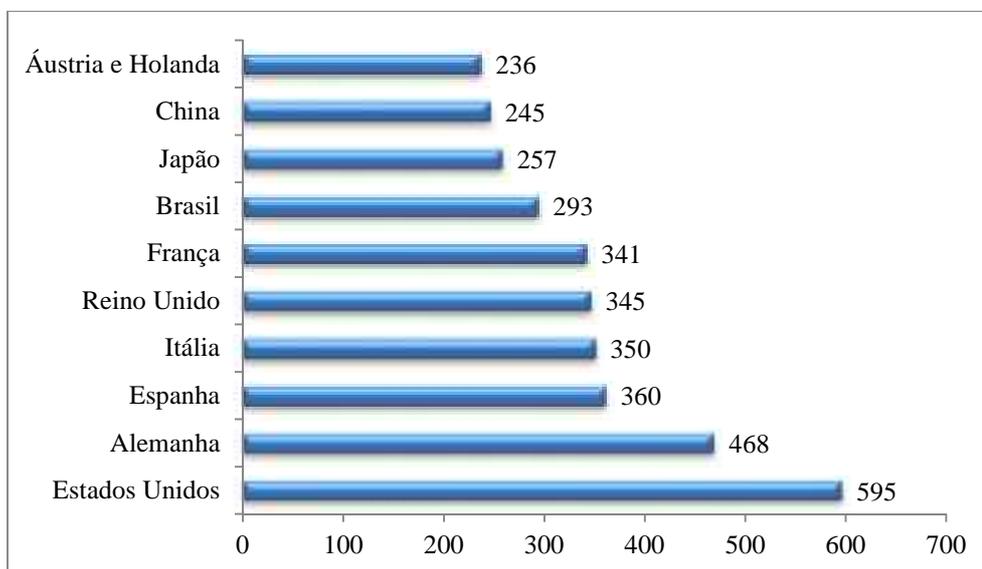


Figura 8 - Ranking mundial dos dez principais países-destinos de eventos internacionais (em números de eventos).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ICCA (ICCA, 2009) e MTur (BRASIL, 2010g).

Entre as cidades brasileiras, São Paulo ocupa a primeira posição no *ranking* nacional dos principais destinos de eventos internacionais, com a realização de 79 eventos em 2009, e o 18ª lugar no *ranking* mundial de cidades. O Rio de Janeiro ocupa a segunda colocação no âmbito nacional, com 62 eventos em 2009, e o 26º lugar no âmbito internacional, em 2009.

A figura abaixo ainda destaca cidades como Salvador, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Recife, Brasília, Búzios, Campinas e Curitiba.

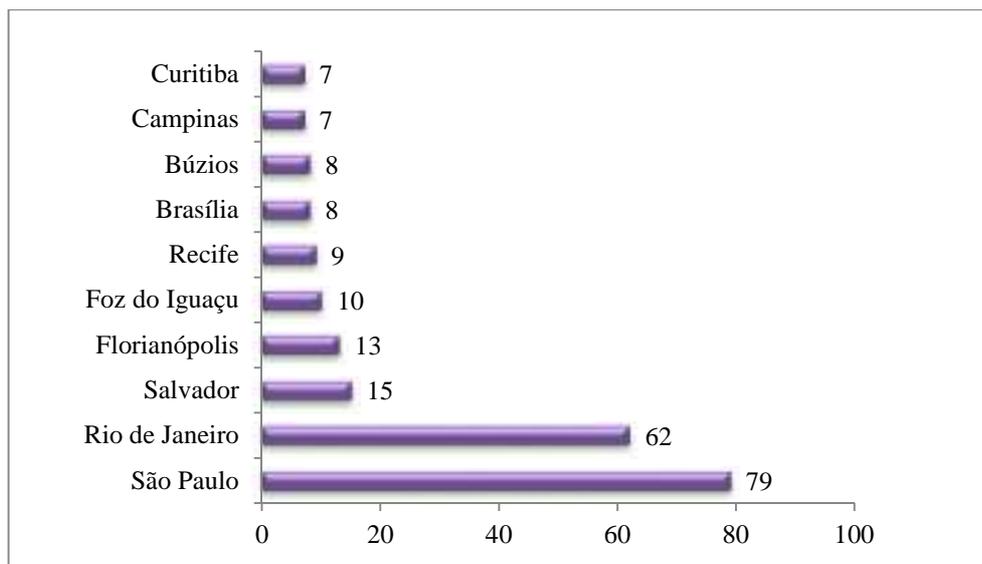


Figura 9 - Ranking nacional das dez principais cidades-destinos de eventos internacionais (em número de eventos).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ICCA (ICCA, 2009).

Verifica-se que Campo Grande não aparece nesse *ranking*, pois se trata de eventos internacionais, os quais o município, em decorrência do porte de sua infraestrutura de eventos, tem pequena atuação. Campo Grande só comporta eventos de pequeno e médio porte ou eventos internacionais esportivos, dada a capacidade do autódromo.

O MTur destaca que o impacto econômico gerado por um evento internacional é grande, pois, de acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e pela EMBRATUR em 2008, o gasto médio diário do turista estrangeiro de eventos internacionais é de 285 dólares, contra 68 dólares de um turista de lazer, também em média. Uma projeção feita pela FGV indica que os 254 eventos internacionais contabilizados pela ICCA em 2008, geraram para o país 122 milhões de dólares em gastos de visitantes, que vieram para esses eventos. (BRASIL, 2009g).

A mesma pesquisa conclui que a perspectiva para o setor é de que, nos próximos anos, aumente significativamente o número de eventos comerciais, educacionais, esportivos, de comemorações históricas, feiras, congressos, entre outros; aumentando a concorrência entre as cidades para sediar esses eventos, o que exige planejamento e preparação das cidades brasileiras, com atuação e investimento dos setores público e privado, incluindo a criação de infraestrutura turística, pesquisas de dados, capacitação de mão de obra, entre outros. O Brasil, além de estar entre os 10 países que mais recebem eventos internacionais no mundo, alcançou um novo patamar com a conquista da Copa do Mundo de 2014, e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. (BRASIL, 2009g).

Uma vez definido como produto principal do Polo Campo Grande e Região os negócios e eventos programados, cabe analisar os demais elementos a eles agregados, que compõem o produto turístico do polo em questão, tornando a experiência de viajar completa e dotando o destino de competitividade, conforme preconizado por Valls (2006).

Nesse sentido, têm-se como produtos periféricos: *i)* a organização do evento com sua estrutura de *marketing* e divulgação, receptivo do turista e suporte durante a realização do evento ou rodada de negócio; *ii)* os recursos audiovisuais; *iii)* a estrutura onde se realiza o evento.

Como produtos complementares destacam-se: a hospedagem, alimentação, transporte, serviço de estacionamento, segurança, entretenimentos e atrativos complementares e outros serviços.

Tal como será abordado mais adiante na análise da demanda e oferta, além do evento (produto principal) e os periféricos que viabilizam a experiência, alguns produtos complementares são decisivos na competitividade do produto como a hospedagem, dada sua relevância e articulação na cadeia turística, a alimentação e o entretenimento, devido à sua demanda para complementar a atividade, geralmente no período noturno.

A figura seguinte ilustra a estruturação do produto turístico mais relevante do Polo Campo Grande e Região.

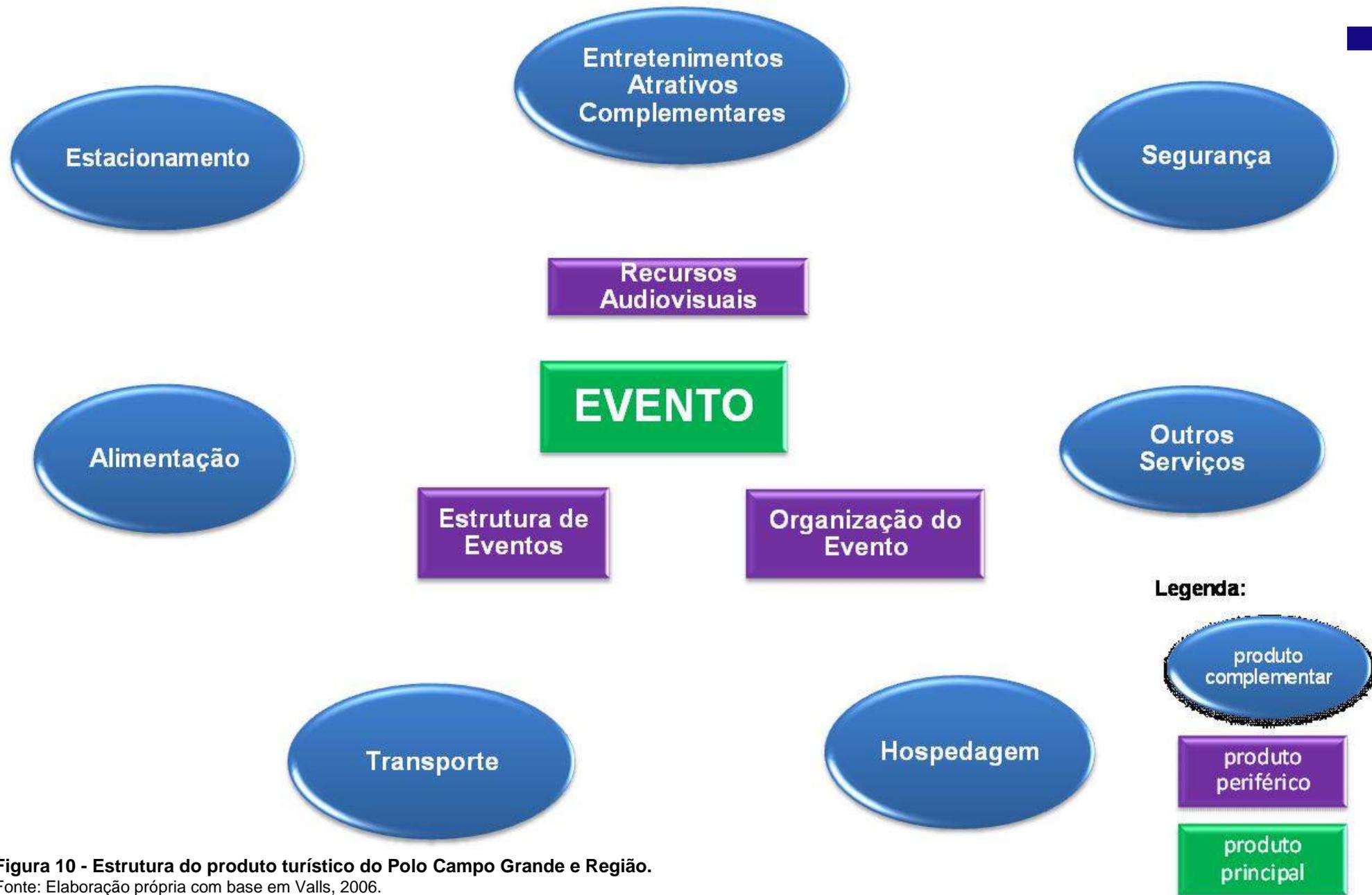


Figura 10 - Estrutura do produto turístico do Polo Campo Grande e Região.
 Fonte: Elaboração própria com base em Valls, 2006.

3.1.1. DEMANDA ATUAL

No Brasil, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o andamento do setor e o perfil da demanda ainda estão em construção pelos órgãos da gestão pública; em nível federal e estadual, no entanto, depende do entendimento do setor de que a disponibilidade de dados e informações é fundamental para a efetiva consolidação da atividade, a visibilidade da sua importância para a economia e o fortalecimento da classe empresarial.

Para se obter dados e informações concretas sobre a demanda do principal segmento do destino, seria imprescindível a existência de um calendário único e oficial constando todos os eventos programados e/ou realizados anualmente, destacando tipologia, abrangência, expectativa de público e demais informações contributivas para planejamento, avaliações e tomadas de decisões. Hoje, essas informações estão pulverizadas em diversos sites, divulgação na mídia e até mesmo restrita ao seu público-alvo. Assim, a seguir, têm-se os principais eventos programados identificados a partir de várias fontes, com sua expectativa de público que totaliza aproximadamente 1,6 milhões de participantes, em 2010.

Quadro 10 - Eventos Programados de 2010 em Campo Grande, MS.

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
ExpoGrande	19 a 29 de março 2010	Parque de Exposições Laucídio Coelho	Âmbito: nacional. Público estimado: 700 mil pessoas.
Feira Internacional e Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul	-	Pavilhão Albano Franco	Âmbito: estadual. Público estimado: 27 mil pessoas. Evento bianual sendo o último ocorrido em 27 a 31 de maio de 2009.
Stock Car	05 de julho 2010	Autódromo Internacional Orlando Moura	Âmbito: nacional. Público estimado: 30 mil pessoas.
Fórmula Truck	27 de junho de 2010	Autódromo Internacional Orlando Moura	Âmbito: nacional. Público estimado: 50 mil pessoas.
Campeonato Mundial de Moto-Cross	22 agosto de 2010	Moto-cross	Âmbito: internacional. Público estimado: 50 mil pessoas.
Bom Odori	20, 21 e 22 de agosto de 2010	Associação Nipo - Brasileira	Âmbito regional. Público Estimado: 11 mil pessoas.
Expo Brasil Moda Show Sul	31 de julho a 08 de agosto	Pavilhão de Exposições Albano Franco	Âmbito: estadual Público Estimado: 15.000 pessoas. Expectativa: 09 Pernoites.
Feicana 2010 FeiBoi	17 a 19 de agosto de 2010	Pavilhão de Exposição Albano Franco	Âmbito: estadual. Público Estimado: 25.000 pessoas. Expectativa: três pernoites.
Feincartes Feira Internacional Artesanato e Decoração Artesanal	03 a 12 de setembro de 2010	Pavilhão de Exposição Albano Franco	Âmbito: internacional. Público Estimado: 15.000 pessoas. Expectativa: dez pernoites para turistas visitantes.
XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administrativa e Sociologia Rural - Sober	25 a 28 de julho de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: internacional. Público Estimado: 15.000 pessoas. Expectativa: quatro pernoites para turistas visitantes.
25º Congresso da Ginecologia	04 a 07 de	Centro de	Âmbito: estadual.

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
e Obstetrícia de Mato Grosso do Sul	agosto de 2010	convenções e Exposições Albano Franco	Público Estimado: 300 pessoas. Expectativa: quatro pernoites para turistas visitantes.
5º Festival do Sobá	05 a 08 de agosto	Feira Central	Âmbito regional. Público estimado: 100.000 pessoas. Expectativas: quatro pernoites para turistas visitantes.
XV Noiva fashion	05 a 08 de agosto de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: estadual. Público Estimado 30.000 pessoas. Expectativa: quatro pernoites para turistas visitantes.
Campeonato Brasileiro de judô	14 e 15 de agosto de 2010	Ginásio Guanandizão	Âmbito: nacional. Público Estimado 2.500 pessoas. Fonte: TV Morena.
Campeonato Brasileiro de Voleibol Infanto-Feminino	01 a 12 de setembro de 2010	Ginásio Guanandizão	Âmbito: nacional. Expectativas: 12 pernoites para turistas visitantes. Público estimado: 25.000 pessoas.
IV CANASUL - Congresso de Tecnologia na cadeia Produtiva da cana-de-açúcar em MS	16 a 18 de agosto de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: nacional . Público Estimado: 1.000 pessoas. Expectativa: quatro pernoites para turistas visitantes.
VIII Congresso de Direito Família	19 a 21 de agosto de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: estadual. Público Estimado: 1.000 pessoas. Expectativa: três pernoites para turistas visitantes.
Seminário Intermediário Sukyo Mahikari	20 a 22 de agosto de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: estadual. Público Estimado: 1.049 pessoas. Expectativa: três pernoites para turistas visitantes.
VII Jornada de Ortopedia e Traumatologia de MS	13 a 14 de agosto de 2010	Hotel Novotel	Âmbito: estadual. Público Estimado: 1.000 pessoas. Expectativa: dois pernoites para turistas visitantes.
GP Mundial de Moto-Cross	22 de agosto de 2010	Motódromo de Campo Grande	Âmbito: internacional. Público Estimado: 50.000 Pessoas. Expectativa: sete pernoites para turistas visitantes.
Corrida do Facho	26 de agosto de 2010	Rua 14 de julho	Âmbito: municipal. Público Estimado: 1.000 Pessoas.
Jornada Psiquiátrica do MS	26 a 28 de agosto de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: estadual. Público estimado: 1.000 pessoas. Expectativa: três pernoites para turistas visitante.s
Corrida da Cidade de Campo Grande	29 de agosto de 2010	Parque do Sóter	Âmbito: municipal. Expectativa: 400 participantes.
Campeonato Brasileiro de Tênis Infanto-Juvenil	01 a 12 de setembro de	Radio Clube Cidade	Âmbito: nacional. Expectativa: 12 pernoites para

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
	2010		turistas visitantes. Público estimado: 1.000 pessoas.
Stock Car	05 de julho de 2010	Autódromo Internacional de Campo Grande	Âmbito: internacional. Público Estimado: 30.000. Expectativa: sete pernoites para turistas visitantes.
Campeonato Brasileiro de Basquete Cadeirante	07 a 14 de setembro de 2010	SESC Camilo Boni	Âmbito: nacional. Expectativa: oito pernoites para turistas visitantes. Público esperado: 2.000 pessoas.
21º EMBRA - Encontro Brasileiro de Administração	16 e 17 de setembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: nacional Público Estimado: 1.000 pessoas Expectativas: dois pernoites para turistas visitantes
20º Seminário Nacional de Parques Tecnológicos	20 a 24 de setembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: nacional Público Estimado: 1.000 pessoas Expectativa: cinco pernoites para turistas visitantes
9º Congresso Nacional dos Trabalhadores Industriários do Plano da CNTI	outubro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: nacional. Público Estimado: 1.200 pessoas.
1º Congresso Multiprofissional do Hospital Regional	sem data definida	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: municipal. Público Estimado: 1.500 pessoas.
Congresso do Direito Tributário e Constitucional	data não definida	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito regional. Público Estimado: 1.200 pessoas.
Orientando-se no Parque	31 de outubro de 2010	Parque das Nações Indígenas	Âmbito: municipal. Público Estimado: 1.000 pessoas.
GP MS - 10 km	07 de novembro de 2010	Parque Ayrton Senna	Âmbito: estadual. Público Estimado: 5.000 pessoas.
Curso Rompendo Barreiras	08 a 10 de novembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: municipal. Público Estimado: 1.000 pessoas. Expectativa: três pernoites para turista visitante.
Jogos do SESI – Centro-Oeste	13 a 15 de novembro de 2010	Ginásio do SESI	Âmbito: regional. Público estimado: 500 pessoas..
IX Congresso Nacional dos Defensores Públicos	16 a 19 de novembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: nacional. Público Estimado: 1.000 pessoas. Expectativa: quatro pernoites para turista visitante.
Feira da Moda - MARIHÁ	19 a 28 de novembro	Centro de Convenções e Exposição Albano Franco	Âmbito regional. Público Estimado: 30.000 pessoas.. Expectativa: dez pernoites para turista visitante.
Minimaratona do SESC – 05 a	21 de novembro	Avenida Afonso	Âmbito: municipal

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
10 km	de 2010	Pena	Público Estimado: 300 pessoas.
Corrida Super - 7 km VO2	28 de novembro de 2010	Autódromo Internacional de Campo Grande	Âmbito: municipal. Expectativa: sete pernoites para turistas visitantes. Público Estimado: 500 pessoas.
Congresso Internacional da Integridade e Integração: Um Grande Desafio do SUS	29 de novembro e 01 de dezembro 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo	Âmbito: internacional Público Estimado: 1.000 pessoas Expectativa: três pernoites para turistas visitante
Circuito Corre Morena 05 e 10 km	05 de dezembro de 2010	A definir	Âmbito: municipal Público Estimado: 550 pessoas.
Noite do Natal	dezembro	A definir	Âmbito: municipal. Público Estimado: 400 mil.

Fonte: Elaboração própria a partir dos sites: www.portalms.com.br, www.campograndecvb.com.br; www.mundocross.com.br.

Ressalta-se que o quadro acima não se trata do calendário dos eventos previstos ou agendados para 2010, no Polo Campo Grande e Região; mas, que, através de pesquisa, foi possível levantar essa relação como amostragem da oferta dos eventos 2010.

A demanda atual, capaz de mensuração no polo selecionado, diz respeito apenas a Campo Grande, dentro do segmento de negócios e eventos, em função do perfil desses turistas que se hospedam em hotéis, permitindo-se, assim, identificá-lo através da movimentação hoteleira. Quanto à visitação aos atrativos turísticos complementares estão disponíveis apenas:

Da Linha Turismo, implantada em 2004, com o Projeto City-Tour Campo Grande, realizada por ônibus especialmente utilizados para o turismo - *double-decker*; o piso superior desse ônibus fica ao ar livre, proporcionando uma vista panorâmica do trajeto, que percorre 42 diferentes pontos turísticos da cidade, no passeio que dura aproximadamente duas horas e meia .

Gradativamente, esta Linha Turismo vem se consolidando como um dos principais atrativos da Capital, segundo dados do *Convention & Visitors Bureau* Campo Grande: em 2009, houve variação positiva de 9,3% em relação a 2008, com 13.438 turistas, que realizaram o passeio.

Do Trem do Pantanal, inaugurado em maio/2009, saindo da Estação de Indubrasil, realiza um passeio turístico entre a Capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda, com impacto também na região Bonito-Serra da Bodoquena. No período entre maio/2009 - fevereiro/2010, foram transportados 6.034 passageiros, sendo 4.592 pagantes, segundo dados da Serra Verde Express.

PERFIL QUANTITATIVO

Em decorrência da ausência de um banco de dados que permita quantificar o volume de turista do polo nos últimos anos, optou-se por analisar o fluxo de turistas através da movimentação nos MHs da Capital do Estado, que, apesar de subestimar o volume de visitantes do polo, é a única base de dados existente. Esta informação é gerada no Sistema de Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira, considerando o seu embasamento metodológico e alimentação com dados extraídos do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH - documento remetido pelos MHs, ao referido órgão estadual de turismo, segundo a Deliberação Normativa n. 23, de abril de 2002, e o Art. 42 e 46, da Lei n. 11.771, de 11 de setembro de 2008.

No Estado de Mato Grosso do Sul, somente em 2007 passou-se a quantificar a entrada de hóspedes da Capital e do interior em separado, sendo esta metodologia revisada em 2008, de tal modo que a FUNDTUR/MS recomenda que a comparação da variação anual seja realizada com dados a partir de 2008. Assim, tem-se como estimativa mínima de visitantes no polo, passível de análise:

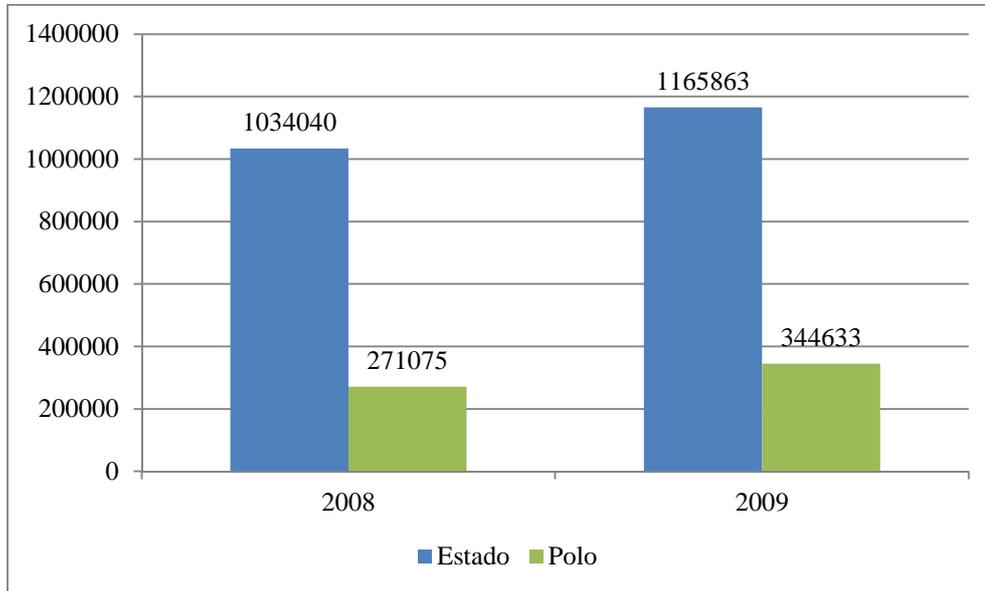


Figura 11 - Volume estimado de turistas, em 2008 e 2009.

Fonte: Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira-MTur/FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Comparando a evolução do volume registrado em 2009 com 2008, do Estado com o polo, nota-se que o fluxo de turista no polo cresceu a um percentual superior ao do Estado, 27% no polo, enquanto no Estado o aumento foi de 13%.

A partir da amostragem de 10% do total de Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH do polo, enviadas em 2007 e 2009¹, em grande parte pelos empreendimentos de Campo

Grande², verifica-se como mercado geográfico de procedência do turista:

¹ O Sistema de Indicadores Turísticos do Mato Grosso do Sul realiza pesquisas bianuais das FNRH do Polo Campo Grande e Região, justificando-se a ausência dos dados de 2008 e o uso das pesquisas de 2007 e 2009. A próxima pesquisa programada se refere à análise das FNRH de 2011.

² Tal como a BOH, a remessa da FNRH pelos meios de hospedagens ao órgão estadual oficial do turismo, em cumprimento a Deliberação Normativa n. 23, de abril de 2002, e a Lei n. 11.771, dá-se somente pelos empreendimentos da Capital do Estado, Campo Grande.

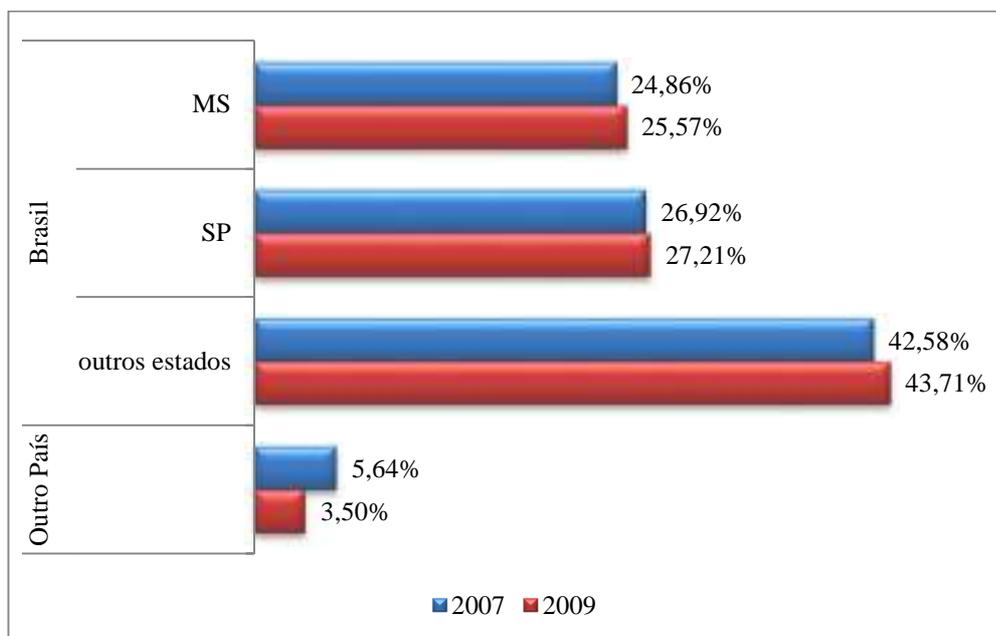


Figura 12 - Mercados geográficos de procedência do turista do Polo Campo Grande e Região, em 2007 e 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Com base no volume de turistas do polo e na procedência apresentados, estima-se o seguinte volume de turistas por mercado geográfico de procedência, em 2009:

Quadro 11 - Volume de turistas do polo por mercado geográfico, em 2009.

Procedência		2009
Brasil	MS	88.131
	SP	93.785
	Outros Estados	150.655
Outro País		12.062
Total		344.633

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da BOH e FNRH (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Em decorrência da limitação de informações oficiais referentes ao polo, visto que se trata de um destino em consolidação, analisou-se o grau de permanência do turista a partir da pesquisa aplicada com os turistas que desembarcavam no aeroporto em Campo Grande³:

³ A Pesquisa foi aplicada pela parceria entre a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Prefeitura Municipal de Campo Grande – PMCG, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio - SEDESC e FUNDTUR/MS, junto aos passageiros desembarcados no Aeroporto Internacional de Campo Grande, sendo entrevistados 935 passageiros de voos regulares nacionais e regional, o que possibilitou uma amostragem de 4,1% do total dos 22.850 passageiros desembarcados no período, segundo dados da INFRAERO. Esta pesquisa, aplicada em 2005, consta na base de dados da FUNDTUR/MS como a mais recente pesquisa aplicada no aeroporto em questão.

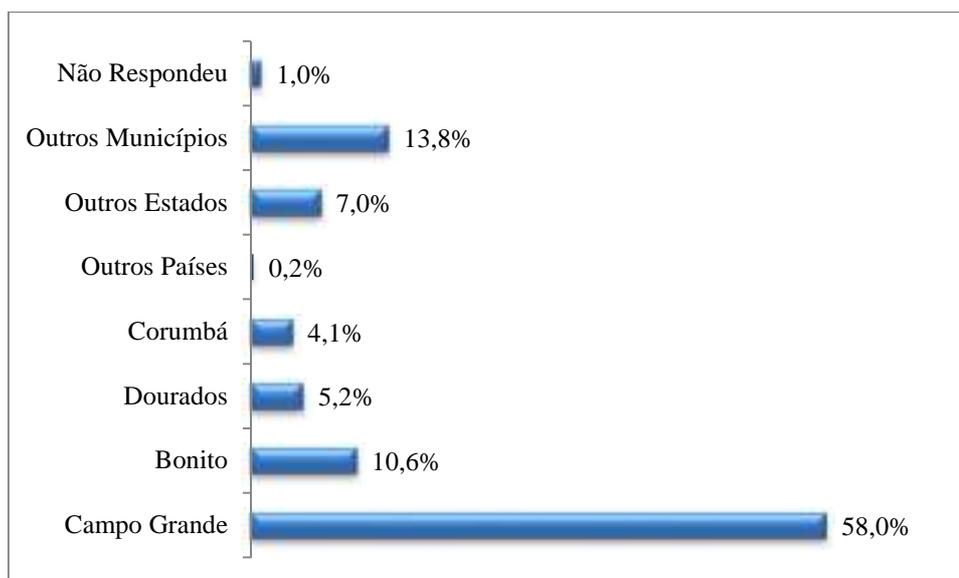


Figura 13 - Grau de permanência no Polo Campo Grande e Região.

Fonte: INFRAERO, SEDESC - PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Nota-se que 41% seguiram viagem, em grande parte dirigindo-se para Bonito. Dentre outros municípios foram citados: Maracaju, Miranda, Naviraí, Ponta Porã, Amambaí, Aquidauana, Bodoquena, Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste, Fátima do Sul, Sidrolândia, Costa Rica, Corguinho, Rio Negro, Três Lagoas, Rochedo, dentre outros.

Tomando-se por base o volume de turistas, realizou-se a projeção futura do fluxo de turistas do Polo Campo Grande e Região, utilizando o modelo de previsão linear simples em decorrência do baixo número de observações em série histórica. Os resultados estão na figura e quadro seguintes.

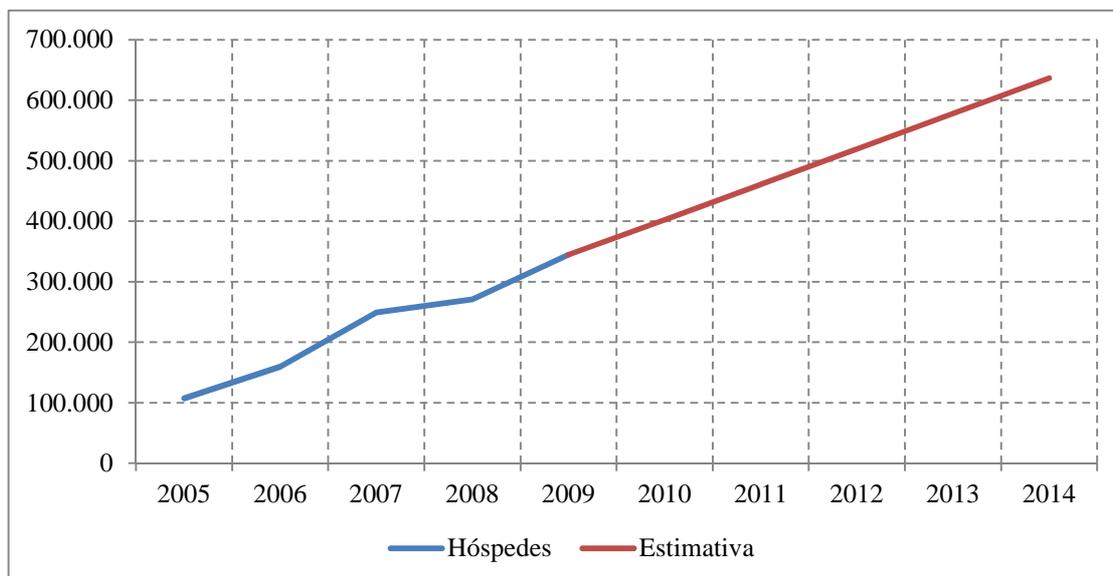


Figura 14 – Projeção futura de fluxo de turistas, para 2010 a 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BOH (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Quadro 12 - Estimativas de turistas para o Polo Campo Grande e Região, entre 2010 a 2014.

Ano	Estimativa
2010	402.173
2011	460.762

2012	519.351
2013	577.941
2014	636.530

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BOH (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

No entanto, mesmo considerando-se a realização dos eventos esportivos que ocorrerão no Brasil (Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas, de 2016), os números projetados são bastante otimistas e podem não refletir plenamente a realidade. Vale destacar que o modelo utilizado (regressão linear simples) apresenta essa limitação e, associado a isso, a série histórica é muito recente e pequena, o que pode comprometer o resultado projetado.

PERFIL QUALITATIVO

No Brasil, ainda, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o setor de turismo, perfil da demanda, entre outros aspectos, estão em construção pelos órgãos da gestão pública, em nível federal e estadual. Por isso, o perfil qualitativo aqui analisado é embasado em pesquisa realizada pela FUNDTUR/MS, com amostra de 10% coletada a partir das informações da FNRH, de 2007 e 2009, encaminhadas pelos meios de hospedagens, em atendimento à legislação vigente para o setor - Deliberação Normativa n. 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem – Mtur, e Decreto Estadual n. 11.536, de 12/01/2004, cujo cumprimento na região se dá apenas pelos empreendimentos de Campo Grande.

Quadro 13 - Perfil do Turista, conforme FNRH –Polo Campo Grande e Região- 2007 e 2009.

Descrição	2007	2009
Motivos da viagem	Negócios, turismo, eventos, lazer, estudo e saúde: 79,87%.	Negócios e convenções: 59,60%.
	Outros motivos: 20,13%.	Turismo e lazer: 24,70%. Outros motivos: 15,70%.
Nacionalidade	Brasileiras: 93,16%.	Brasileiras: 96,50%.
	Estrangeiras: 5,64%.	Estrangeiras: 3,50%.
	Não respondeu: 1,20%.	
Procedência do turista nacional	Próprio Estado: 26,35%.	Próprio Estado: 26,50%.
	São Paulo: 28,53%.	São Paulo: 28,20%.
	Outros estados: 45,12%.	Outros estados : 45,30%.
Nacionalidade do turista estrangeiro	Estados Unidos, Alemanha, Bolívia, França, Espanha, Itália, Argentina, Austrália, Holanda, Portugal, Suíça, Inglaterra, Japão, Uruguai, Paraguai, Noruega, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Irlanda, México, Nicarágua, Bélgica, Áustria, Israel, Panamá, Peru, África do Sul, Ucrânia, Finlândia, Hungria, Jordânia, Luxemburgo, Nepal, China, República Dominicana, Rússia, Suécia.	Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Segundo FNRH/2009, dos turistas nacionais contribuindo com os dados acima, se tem, ainda, por município: Belo Horizonte - 2,20%; Rio de Janeiro - 2,60%; Porto Alegre - 1,10%; Salvador - 0,50% e Recife - 0,50%.

Apesar de em 2007 a motivação da viagem apresentada ser agregada, verifica-se nos dados de 2009 que a principal motivação do turista do polo em questão é negócios e eventos, ratificando esta como a principal vocação do polo.

Uma vez no destino, verifica-se, conforme classificação e hierarquização dos atrativos apresentados anteriormente, como atrativos mais valorizados, uma vez que não há dados de controle de visitação, os seguintes atrativos, classificados como nível III⁴ e IV⁵:

Quadro 14 - Atrativos mais valorizados no Polo Campo Grande e Região.

Município	Categoria	Atrativo
Campo Grande	Turismo de Negócios e Eventos	Eventos de âmbito nacional e internacional.
	Turismo Rural	Pontal da Águas.
	Ecoturismo	Parque do Prosa.
	Turismo de Estudos e Intercâmbio (científico)	Embrapa Gado de Corte.
Corguinho	Turismo Cultural (místico)	Projeto Portal Ufos.
	Turismo Rural	Agrotecnológico - Fazenda Anew.
Sidrolândia	Turismo Rural	Fazenda Piana.
	Turismo Aventura	Rampas para voo livre.
Terenos	Turismo Rural	Agrotecnológico - Projeto Pacu e fazenda modelo da Embrapa.
Nova Alvorada do Sul	Turismo Aventura	Rampas para voo livre .

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Salienta-se que existem diversos outros atrativos no polo, alguns consolidados e muitos outros com grande potencialidade, conforme anteriormente apresentados, porém não se configuram como atrativos mais valorizados.

Um aspecto fundamental na análise da demanda do mercado turístico é a avaliação da sensibilidade do turista em relação à variação do preço dos atrativos. Para tanto, foi utilizado o cálculo de elasticidades.

Os cálculos de elasticidades foram realizados a partir das informações de preço e de quantidade de 2007 e 2009, fornecidas pela FUNDTUR/MS, e pela gerência do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco, a partir das quais foram analisados três atrativos de eventos importantes para o município, sendo: eventos e público no Rubens Gil de Camillo, volume financeiro da Expogrande e locação do auditório e eventos no Albano Franco.

Foram calculadas as elasticidades-preço da demanda e elasticidade-renda da demanda sendo empregada a metodologia de cálculo de elasticidade no ponto. (Pyndick, 2006).

Para o cálculo da renda foi levado em consideração dados do Ministério do Trabalho e Emprego (renda média e número de ocupados) e utilizado os valores para o cálculo do número índice da renda (Hoffmann, 2006).

Abaixo segue o cálculo da elasticidade-preço da demanda (EPD) para a locação do Albano Franco para eventos e auditório.

Quadro 15 - Elasticidade-preço da demanda do Albano Franco, entre 2009 e 2010.

Atrativo	EPD	Tipo de EPD
Albano Franco	Auditório	- 3,85
	Eventos	- 3,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Centro de Convenções Exposições Albano Franco.

⁴ Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.

⁵ Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais.

Com relação à elasticidade-preço da demanda do Albano Franco, tanto para eventos quanto para locação do auditório, os resultados deram uma demanda elástica a preços, ou seja, é muito sensível a redução de preços. Qualquer redução no preço de locação do espaço resulta num aumento mais que proporcional na quantidade de eventos, tanto no auditório quanto nos eventos.

Foi calculada a elasticidade-renda da demanda (ERD) de alguns eventos, no Rubens Gil de Camillo e na Expogrande. Os resultados estão na tabela abaixo.

Quadro 16 - Elasticidade-renda da demanda do Rubens Gil de Camillo e da Expogrande, entre 2007 e 2009.

Atrativo	ERD	Bem	Tipo de ERD	
Rubens Gil de Camillo	Nº eventos	3,91	Superior	Elástica
	Público	7,10	Superior	Elástica
Expogrande	Volume financeiro	2,14	Superior	Elástica

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FUNDTUR/MS e ACRISUL.

Tanto para o Rubens Gil de Camillo e a Expogrande, em relação à renda, se demonstraram atrativos definidos como bens superiores ($ERD > 1$), ou seja, aumentos na renda impactam mais que proporcionalmente no número de eventos e público no Rubens Gil de Camillo e, no caso da Expogrande, aumentos na renda da população impactam mais que proporcionalmente no volume financeiro da exposição.

Analisaram-se também outros fatores que incidem na decisão de viajar, baseado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009⁶, realizada pelo MTur. A extrapolação dos resultados desta pesquisa para o Polo Campo Grande e Região deve-se ao fato do mercado geográfico de origem do turista do polo em análise, onde grande parte procede do Estado de São Paulo, coincidir com as localidades onde foi aplicada a pesquisa: estado de São Paulo e as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Assim, complementando a elasticidade da demanda analisada acima, tem como outros fatores que incidem na decisão de viajar:



Figura 15 - Outros fatores que incidem na decisão de viajar, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010h.

⁶ Cabe citar que nesta pesquisa foram entrevistados turistas brasileiros maiores de 18 anos e das classes a, b, c, e, d, com margem de erro de mais ou menos 2,0 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%.

Verifica-se acima que, dentre os demais fatores que incidem na decisão de viajar, a possibilidade de investimento em estudos, sejam próprios ou de familiares, são os de maior influência, seguido pelo investimento em moradia ou em negócio próprios.

A partir da mesma pesquisa, identifica-se que o turista, uma vez decidido pela viagem, realiza-a, maiormente nas férias, com duração média de até uma semana, sobretudo entre 4 e 7 dias de viagem, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

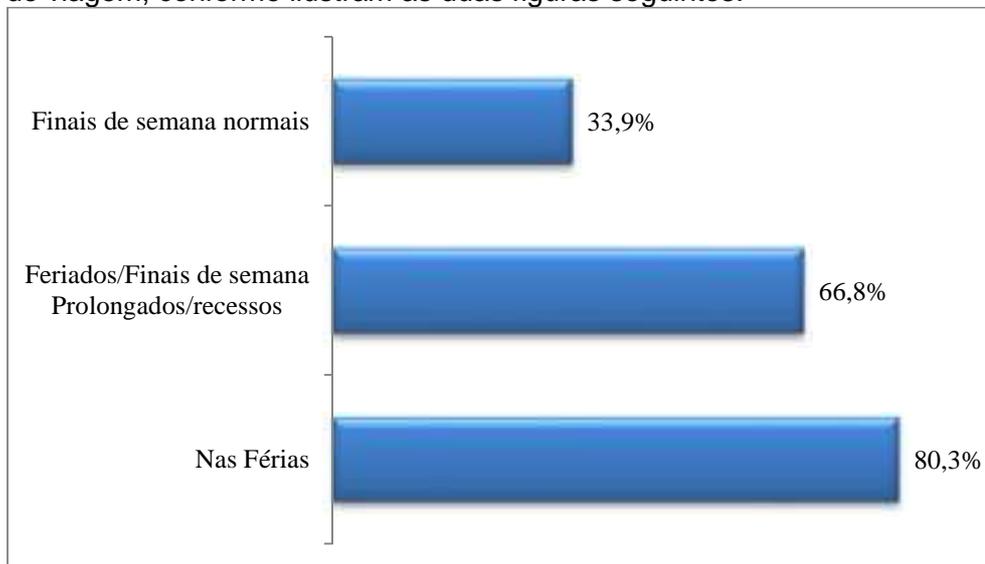


Figura 16 - Época de realização da viagem, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010h.

Nota-se que a somatória das respostas acima ultrapassa 100%, visto que o mesmo entrevistado optou por mais de uma resposta, sendo a análise baseada na frequência então.

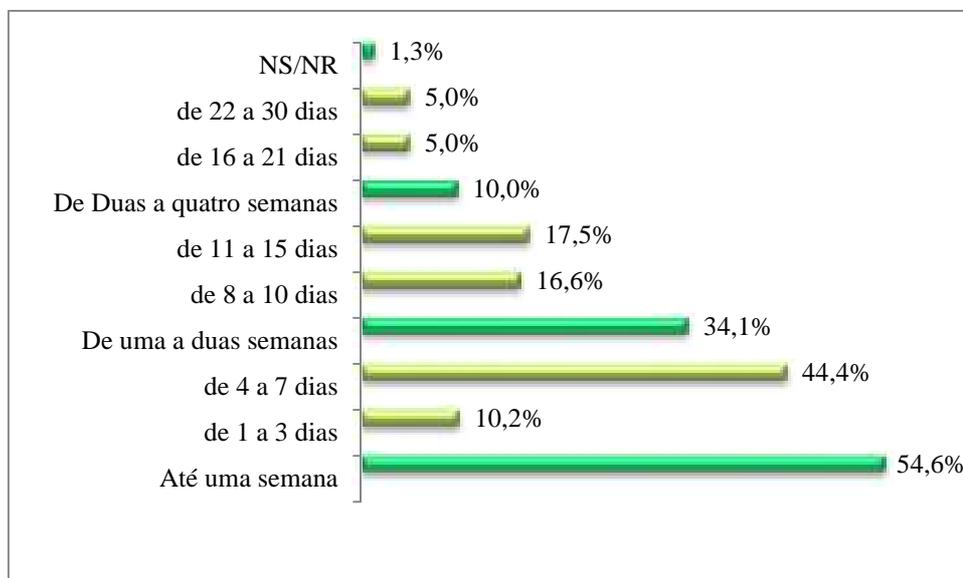


Figura 17 - Tempo de permanência em dias e em semanas, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Conforme amostragem das FNRH de 2009, estima-se que a permanência média do turista no Polo Campo Grande e Região seja de três dias; já a pesquisa aplicada em 2005, junto aos passageiros que desembarcaram no aeroporto em Campo Grande, também apresenta a permanência média do turista, ratificando o período de até uma semana como o mais frequente, conforme figura a seguir:

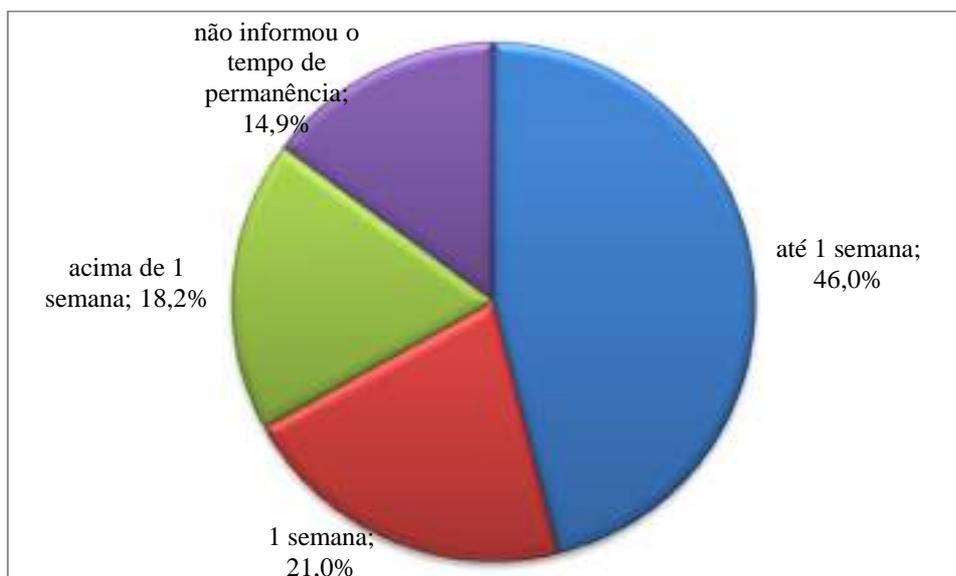


Figura 18 - Tempo de permanência do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS, em 2005.

Fonte: INFRAERO, SEDESC-PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Embasado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009, tem-se a seguir o gasto médio do turista atual e a composição desse gasto em 2007 e 2009, extrapolados para o Polo Campo Grande e Região pela ausência de dados sistêmicos locais. A partir desses dados, verifica-se que entre os dois períodos ocorreu uma queda no gasto médio do turista de 9%, sendo os gastos com presentes o que apresentou maior variação porcentual (-26%), e o gasto com hospedagem e transporte o que apresentou maior variação nominal (-R\$ 143,04). Esse decréscimo deve-se à valorização cambial verificada no período, o que favoreceu as viagens ao exterior; e à crise financeira de 2008, que colapsou o mercado de crédito e provocou o surgimento de expectativas negativas e afetou negativamente a demanda turística.

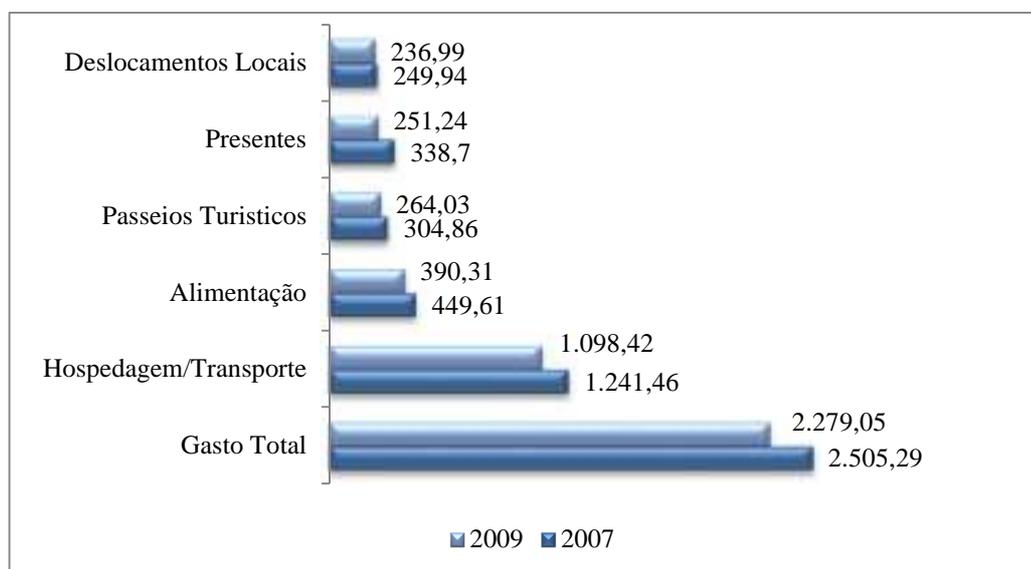


Figura 19 - Gasto médio individual e composição do gasto durante a viagem, em 2007 e 2009 (valores em reais).

Fonte: BRASIL, 2010H.

Considerando a preferência do turista em termos de equipamento e serviços turísticos, têm-se os hotéis como o principal meio de hospedagem utilizado, seguido de casa de amigos/familiares e pousadas, de acordo com a figura seguinte:

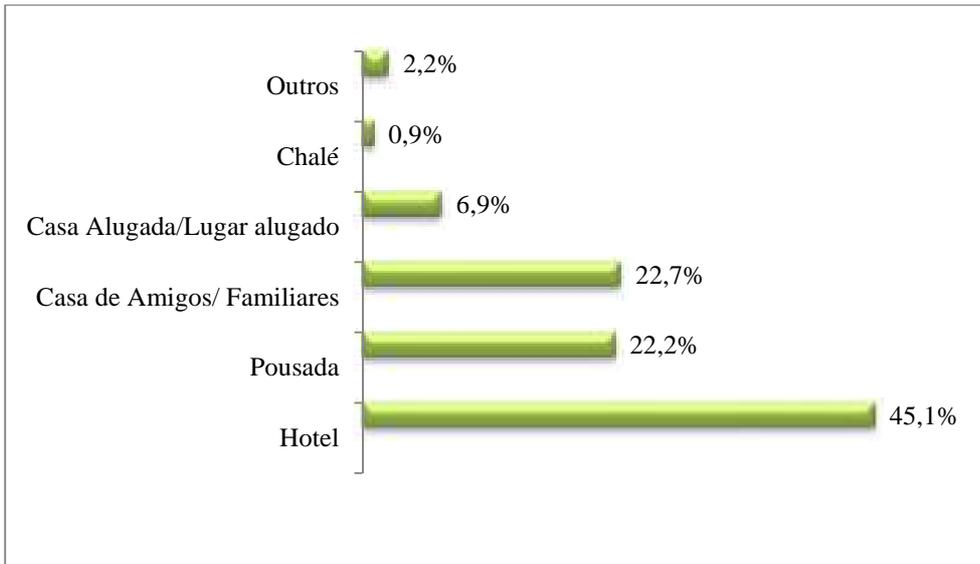


Figura 20 - Meios de hospedagem preferidos, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Ainda sobre a preferência, tem-se como principal meio de transporte escolhido, em 2009, o carro, conforme figura abaixo:

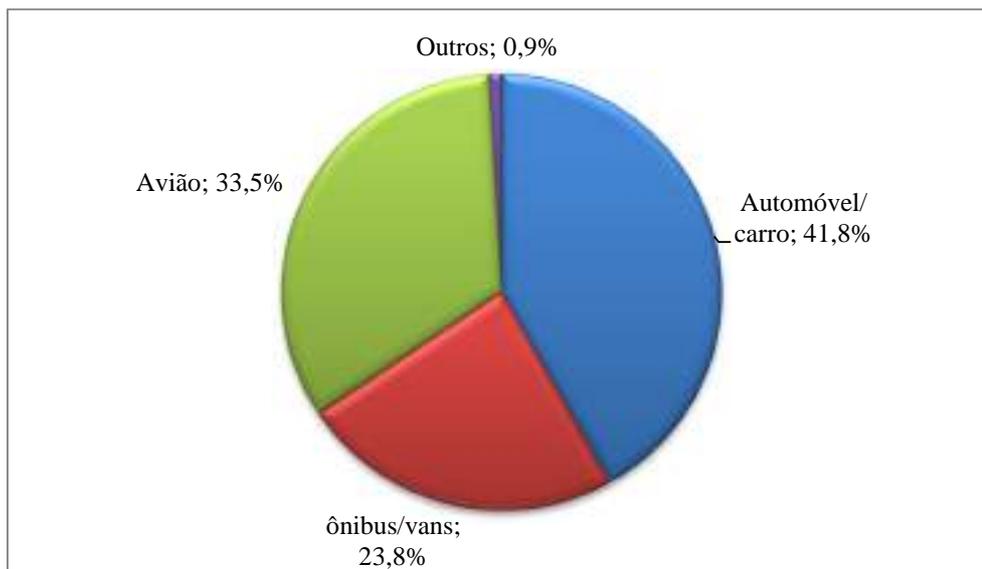


Figura 21 - Meios de transporte preferidos, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Complementando a análise acima com os dados da FNRH de 2007 e 2009, ratifica-se em 2009, o carro como o meio de transporte preferido, porém, igualmente, o avião é apontado como principal meio de transporte, sobretudo se analisada frequência das respostas em 2007, quando o avião superou o carro.

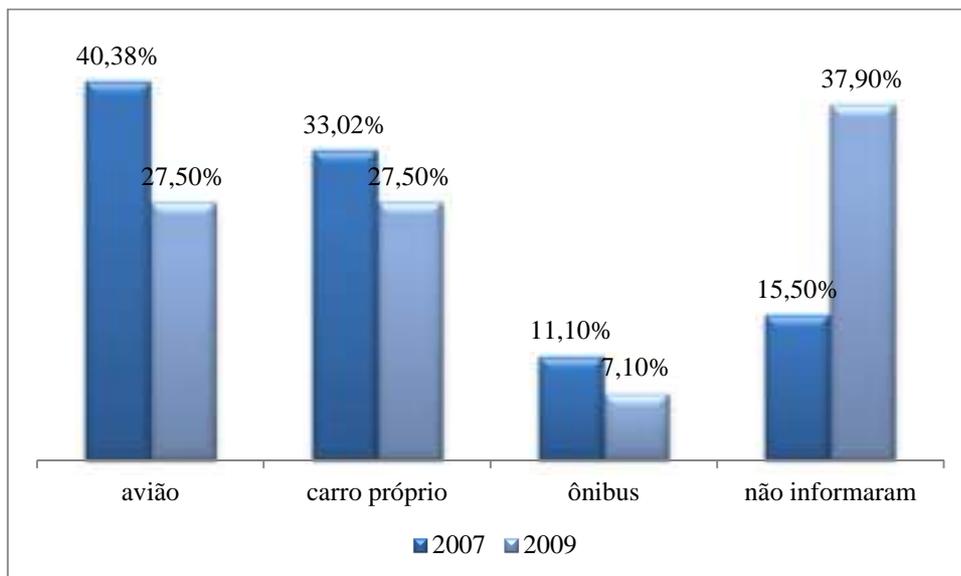


Figura 22 - Meios de transporte escolhidos pelo turista de Campo Grande, em 2007 e 2009.
 Fonte: FNRH FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Finalizando o perfil qualitativo da demanda atual, constata-se como principal modo de viajar a viagem em família, conforme abaixo:

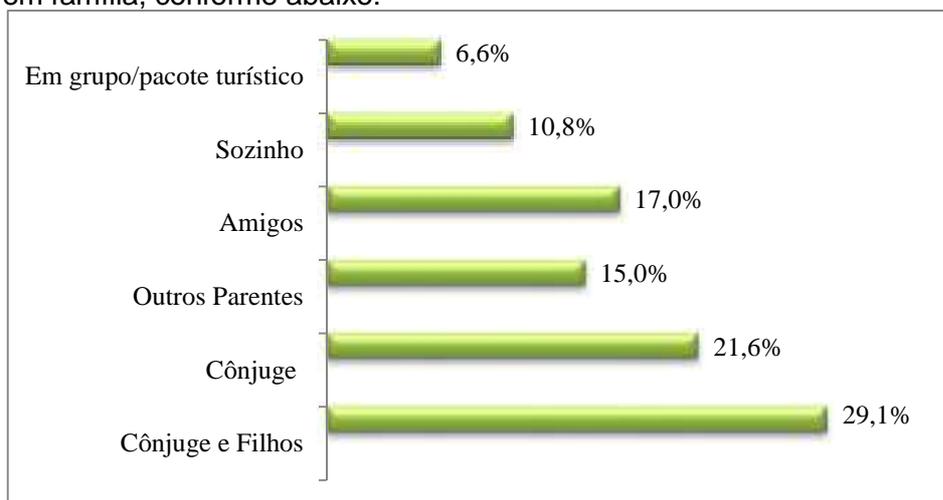


Figura 23 - Modo de viajar, em 2009.
 Fonte: BRASIL, 2010H.

COMPORTAMENTO E HÁBITOS.

Tendo como referência a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro 2009, verifica-se que em grande parte o turista programa com antecedência a viagem, levando de 16 a 30 dias para isto, a maioria.

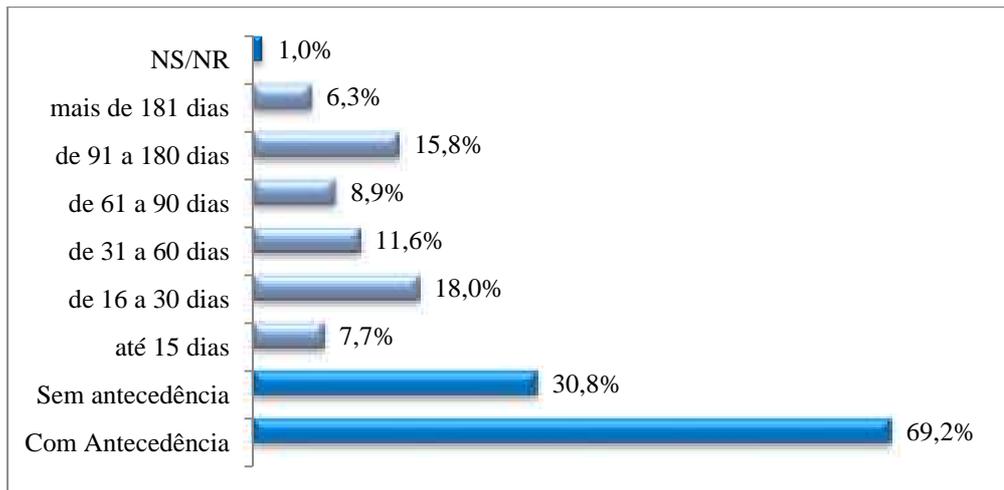


Figura 24 - Planejamento prévio da viagem.

Fonte: BRASIL, 2010H.

A mesma pesquisa identifica como os canais de informação e distribuição mais usados: parentes/amigos e a internet, tal como ilustra a figura seguinte.

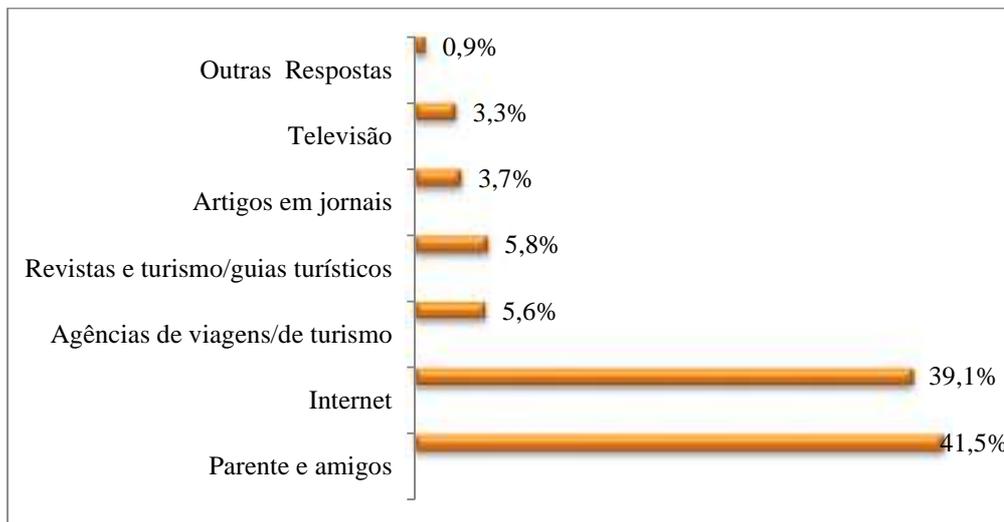


Figura 25 - Fontes de informação do turista atual, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Comparando os dados acima com a influência de parentes e amigos como fonte de informação do turista do polo em 2001, conforme informações da FUNDTUR/MS, quando parentes e amigos representavam cerca de 50% das principais fontes de informação do turista, verificam-se uma queda. Acredita-se que esse decréscimo deva-se ao impacto da internet no hábito de informação do turista. Destacam-se, nesse contexto, as redes de relacionamento, dada sua amplitude de divulgação como fonte rápida de informação. Mesmo assim, acredita-se que a importância de parentes e amigos como fontes de informação e divulgação turística ainda será mantida como a maior, em decorrência da confiabilidade da informação e da efetiva capacidade de persuasão da mesma.

Complementando essa análise com a Pesquisa sobre Qualidade dos Serviços de Turismo em Mato Grosso do Sul, aplicada em Campo Grande pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - SEBRAE/MS, junto com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC e Fundação Cândido Rondon - FCR⁷, na qual se

⁷ A pesquisa foi aplicada junto a 71 turistas, 23 empresas (agências de viagem, hotéis, promotoras de eventos, transportadores e restaurantes) e 42 funcionários.

identificaram que os meios de comunicação mais utilizados para divulgar a imagem da empresa são a internet (68%), patrocínio e apoio a eventos (62%), jornal, rádio e televisão (64%). Entretanto, mais de 95% dos entrevistados assumem que a principal forma de divulgação é a comunicação feita boca a boca, reforçando a relevância da indicação de parentes e amigos na divulgação do polo em análise (SEBRAE; FAPEC; FCR, 2006).

A pesquisa supracitada indica que a plena satisfação das necessidades dos clientes é a principal imagem que as empresas buscam transmitir (95%). Mas as empresas também buscam passar uma imagem voltada para a confiabilidade nas informações prestadas (73%) e segurança (82%).

Ponderando sobre o tipo de informação requerida pelo turista em função da motivação da viagem, no caso negócios e eventos, há de se considerar que o receptivo aos turistas é maiormente realizado pelo organizador do evento. Neste sentido, conforme informações fornecidas por representantes responsáveis pela organização de eventos para a Capital (Centro de Convenções e Exposições Albano Franco e Painel Florestal Organização de Eventos), as principais informações solicitadas pelo turista são: valores e duração do evento, informações quanto ao palestrante (no caso de palestras, seminários) artista ou participantes (no caso de shows e eventos esportivos), o conteúdo do evento. Também são solicitadas informações sobre localização do evento, meios de transporte, uma vez estando no destino (serviço de táxi, por exemplo) e quanto a bares e restaurantes locais para o período da noite.

Recentemente, o turista também passou a se interessar pela infraestrutura do local do evento e por isso os divulgadores dos eventos normalmente adicionam em seus meios de divulgação fotos, croquis ou descrição do local do evento. Salienta-se que esse turista geralmente já tem o meio de hospedagem pré-estabelecido e por isto não demanda esta informação do receptivo local.

Ratificando esses dados oriundos de informação verbal, descritos acima, tem-se como resultado da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria (ANEXO B) junto aos representantes da cadeia turística de Campo Grande, entre eles, 14 agências de turismo entrevistadas entre 8 e 23 de setembro de 2010, que indicam que o turista que busca a agência de turismo não tem pré-estabelecido o meio de hospedagem e com grande relevância demanda informações referentes aos atrativos (evento), preço, infraestrutura turística entre outros, conforme figura a seguir:

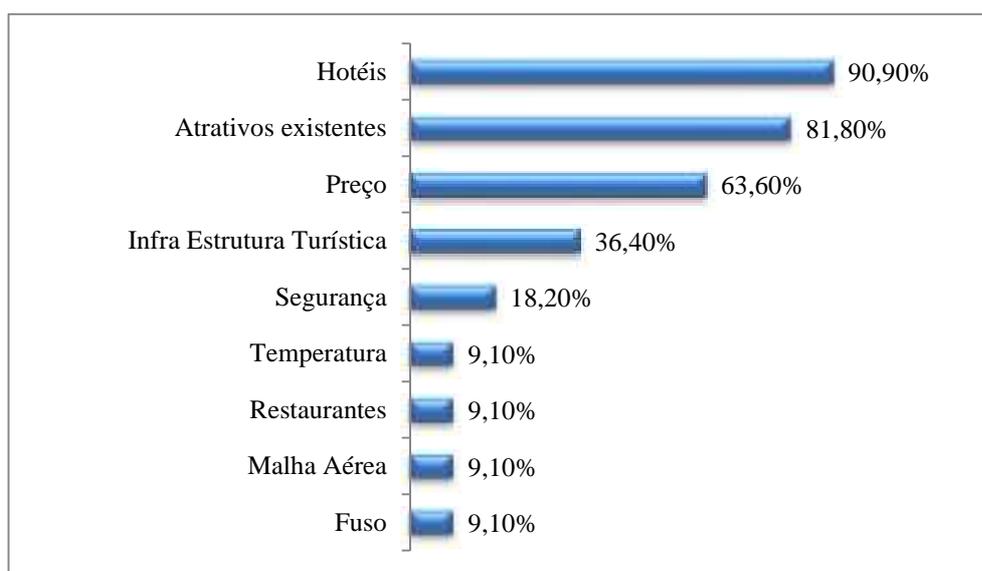


Figura 26 - Informações requeridas pelo turista do Polo Campo Grande e Região, em 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Cabe analisar os destinos competidores contra os quais se compara o polo no segmento de negócios e eventos (vocação principal do polo), pois, conforme informação dos representantes dos principais responsáveis pela atração de eventos para a Capital (FUNDTUR/MS, *Convention & Visitor Bureaus* e Centro de Convenções e Exposições Albano Franco), Campo Grande concorre com outras capitais ou cidades com a mesma ou com melhor infraestrutura turística para recebimento de eventos, porém o município possui a restrição de captar eventos (de convenções) de médio porte (de 1800 a 2000 pessoas, no máximo).

No entanto, não há estudos ou pesquisas sobre quem são os concorrentes da cidade quando se trata de turismo de eventos programados e negócios; assim, aponta-se a infraestrutura turística como fator determinante na captação de eventos, salientando-se como ponto positivo de Campo Grande, como destino de eventos, que os responsáveis pela realização de eventos consideram que São Paulo e Rio de Janeiro são destinos que chegaram ao seu limite, abrindo espaço para outras cidades. Da mesma maneira, apontou-se com ponto negativo de Campo Grande sua distância dos eixos São Paulo - Rio de Janeiro e Brasília - Belo Horizonte, além do número de voos para a cidade ser considerado baixo: apenas três diários, conforme informação dos representantes de instituições responsáveis pela atração e divulgação de eventos supracitadas.

ESTRUTURA DO GASTO TURÍSTICO.

Com base na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009, conforme anteriormente apresentado, gasto médio do turista atual em 2009 foi 9% inferior ao gasto em 2007, sendo a maior variação porcentual observada no gasto com presentes e a nominal no gasto com hospedagem/transporte, conforme quadro seguinte:

Quadro 17 - Gasto médio individual do turista, em 2007 e 2009.

Descrição	2007	2009	variação	
	em reais		%	em reais
Hospedagem/transporte	1.241,46	1.098,42	-12%	-143,04
Alimentação	449,61	390,31	-13%	-59,30
Passeios turísticos	304,86	264,03	-13%	-40,83
Presentes	338,7	251,24	-26%	-87,46
Deslocamentos locais	249,94	236,99	-5%	-12,95
Gasto Total	2.505,29	2.279,05	-9%	-226,24

Fonte: BRASIL, 2010H .

Analisando a estrutura do gasto médio do turista em 2009, a hospedagem/transporte é o principal gasto do turista durante a viagem:



Figura 27 - Estrutura do gasto durante a viagem, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Adotando-se o gasto médio do turista acima (R\$ 2.279,05), e extrapolando esses números para o fluxo de turista projetado nos próximos anos, apresentado anteriormente, estimam-se as seguintes receitas derivadas do desenvolvimento da atividade turística para o polo, conforme abaixo:

Quadro 18 – Estimativa da receita turística do Polo Campo Grande e Região, entre 2008 e 2015.

Ano	Fluxo de Turistas	Receitas	Var.% das receitas
2008	271.075	88.253.887,75	-
2009	344.633	112.202.165,81	-
2010	402.173	130.935.463,61	16,70
2011	460.762	150.010.284,34	14,57
2012	519.351	169.085.105,07	12,72
2013	577.941	188.160.251,37	11,28
2014	636.530	207.235.072,10	10,14
2015	701.058	228.243.610,43	10,14

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

VALORIZAÇÃO DA QUALIDADE DA OFERTA ATUAL

Em decorrência da inexistência de pesquisas de demanda no polo que, sozinha, abranja toda sua área e elimine particularidades específicas resultantes dos diferentes públicos-alvos dos variados eventos, que ocorrem ao longo do ano, adotaram para a análise da valorização da qualidade da oferta atual a pesquisa de satisfação aplicada pela FUNDTUR/MS, em 2009, no eventos “Cidade do Natal”, o estudo da qualidade no serviço turístico prestado no município de Campo Grande, realizado pela parceria SEBRAE-MS, FAPEC e a FCR, em 2005, e por fim, a pesquisa realizada para a elaboração do diagnóstico do Setor de Alimentação Fora do Lar, em 2010, pela parceria entre SEBRAE-MS, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL e MTur.

A pesquisa de satisfação foi aplicada pela FUNDTUR/MS na segunda edição da Cidade do Natal, em 2009, evento que, segundo dados divulgados pela imprensa, receberam cerca de 400 mil visitantes nos 30 dias de funcionamento, das 10h00min às 23h30min, diariamente, e chegou a receber 15 mil visitantes/dia.

A Cidade do Natal é montada anualmente num espaço público de entretenimento e lazer, com área de 12 mil m², localizado junto a um importante atrativo local, o Parque das Nações Indígenas. Esse evento configura-se como uma oportunidade para movimentar grande parte da cadeia do turismo no mês de dezembro, considerada época de baixa para os eventos de negócios, em função das próprias características do segmento, de acordo com os dados da BOH, controlados pela FUNDTUR/MS. O mês de dezembro/2009, apresentou um dos menores índices na taxa de ocupação da rede hoteleira, 67,55%, se comparado aos demais meses do ano (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

O evento está se consolidando na Capital como um evento de âmbito regional, atraindo massivamente o residente, como também turistas de outras regiões do Estado de Mato Grosso do sul, assim como de outros estados, conforme FUNDTUR/MS, e abaixo sinalizado. A partir desta pesquisa, nota-se um alto índice de satisfação e de recomendações positivas, conforme quadro seguinte:

Quadro 19 - Pesquisa de Satisfação do Visitante na Cidade do Natal, Campo Grande -2009.

Avaliação do evento:	
Grau de satisfação: Superou as expectativas: 70,5%; Atendeu plenamente: 19,6%; Atendeu em parte: 9,1%; Decepcionou: 0,7%; Não responderam: 0,2%.	Indicaria o passeio: Sim: 99,3% Não: 0,7%
	Pretende visitar novamente: Intenção de visitar mais de uma vez: 86,5% Não: 13,4% Não respondeu: 0,2%
Considerações finais: Conceito de <u>Ótimo</u> e <u>Bom</u> por 97,57 % dos entrevistados; <u>Superou</u> ou <u>atendeu</u> a expectativa por 99,2 % dos entrevistados; 99,3 % <u>recomendariam</u> o passeio para alguém; 86,5 % <u>pretendiam</u> realizar novamente o passeio (88,4% dos entrevistados residem na capital).	

Nota: Amostragem - 606 entrevistados, selecionados aleatoriamente, para a Pesquisa de Satisfação do Visitante aplicada no período de 21 e 23 de dezembro/2009.

Fonte: FUNDTUR/MS/2010 (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Em decorrência da satisfação, taxa de recomendação positiva e do grau de fidelidade observados, a expectativa para o evento em 2010 é muito positiva, configurando o mesmo como uma grande oportunidade de otimização do destino em épocas de menor fluxo de turistas de eventos, impactando positivamente na economia.

Complementando a pesquisa acima, se tem a pesquisa que o SEBRAE-MS, a FAPEC e a FCR aplicaram em Campo Grande, em 2005, para verificar a qualidade no serviço turístico prestado no município, apresentando os seguintes resultados:

“Os resultados da pesquisa apontam que as empresas turísticas campo-grandenses não conhecem quais as necessidades dos seus clientes, comprometendo a qualidade final do serviço prestado, uma vez que as expectativas do cliente não são supridas”. (SEBRAE-MS, FAPEC, FCR; 2006. p. 98).

“A pesquisa conclui que o ponto crítico da qualidade dos serviços prestados ocorre durante o contato do funcionário com o turista, haja vista que, nem sempre a imagem transmitida pelas empresas é a percebida e recebida pelos turistas; sendo assim, as empresas e organismos envolvidos na atividade turística devem se concentrar em preparar os funcionários para uma realidade ainda não constatada pela maioria dos atores atuantes no setor turístico, o atendimento das reais necessidades dos turistas”. (SEBRAE-MS, FAPEC, FCR; 2006. p. 99).

Por fim, considera-se a pesquisa⁸ realizada pela parceria entre SEBRAE-MS, ABRASEL e MTur, disponibilizada pela FUNDTUR/MS, que teve por objetivo a elaboração do diagnóstico do Setor de Alimentação Fora do Lar, em 2010, para subsidiar a implantação do Projeto Caminhos do Sabor – A União faz o destino. Essa pesquisa contemplou quatro públicos distintos - consumidores locais, turistas, empresários do setor e o grupo responsável pela implantação do projeto – de onde se sintetizaram os resultados referentes aos turistas, extrapolando para o polo, conforme a avaliação a seguir:

⁸ Essa é uma pesquisa quantitativa e qualitativa, cujos dados resultam da aplicação de um *survey* de opinião com 48 consumidores locais e 45 turistas, e entrevistas semiestruturadas com 30 empresários do setor entre 21 de maio e 02 de junho de 2010 em Campo Grande – MS.

Quadro 20 – Melhores e piores características do Polo Campo Grande e Região para o turista, em 2010 – respostas múltiplas.

Melhores características	%	Piores características	%
Parque das Nações Indígenas	46,7%	Trânsito local/ estrada ruim	13,3%
Horto Florestal	26,7%	Falta de hospitalidade / receptividade	6,7%
Lago do Amor	20,0%	Preços altos das pousadas / hotéis	2,2%
Parque dos Poderes	20,0%	Não oferecem algum tipo de comida (regional/ vegetariana)	2,2%
Morada dos Baís	15,6%	Transporte	2,2%
Shopping Center	11,1%	Má localização da rodoviária de Campo Grande - MS	2,2%
Alto da Afonso Pena	8,9%	Falta de estacionamento	2,2%
Os museus	6,7%	Nenhum	17,8%
Parque das Araras	6,7%	NS	53,3%
Outros	20,0%		
NS	17,8%		

FONTE: SEBRAE/MS, ABRASEL, MTur - MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

A pesquisa também aponta que o turista tende a considerar, ao valorizar a oferta do polo, a receptividade e hospitalidade, seguidos por aspectos como qualidade, variedade e preços dos produtos. Nesse sentido, as entrevistas aplicadas com os empresários indicam que os mesmos consideram como principais focos para intervenção e melhorias nos empreendimentos do polo, o atendimento e cordialidade, através de capacitações e treinamentos da mão de obra.

Cruzando os resultados apontados nas pesquisas supracitadas, nota-se o momento de transição vivenciado no polo como destino turístico, o qual se encontra em fase de consolidação. Isso se dá pela ausência de clareza, entre empresários e seus funcionários, da relevância do atendimento na qualidade percebida pelo turista. Verifica-se que os eventos e serviços turísticos prestados, nos quais o contato direto com funcionários é reduzido, são considerados de qualidade e satisfazem o turista,. Porém, quando a análise é ampliada aos demais componentes da cadeia turística, nota-se que a postura do funcionário, fruto da cultura organizacional da empresa, é decisiva na qualidade percebida e valorizada pelo turista, e que há um forte indicativo da necessidade de aprimoramento nesse sentido. Adiante, na análise da oferta, esse elemento será mais bem diagnosticado.

PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE PRODUTOS TURÍSTICOS/SEGMENTOS

O portfólio estratégico formatado para o polo em análise é embasado no interesse natural do turista por determinados produtos e segmentos turísticos locais, assim como na potencialidade identificados através da vocação turística.

A vocação turística é um equivalente ao potencial turístico, o que alude a uma espécie de “dom natural”, que a localidade possui, e que, por si só, garantia o surgimento do desenvolvimento turístico. (ALMEIDA, 2007).

O mesmo autor indica que a vocação turística poderia ser determinada através de uma análise semelhante aos fatores descritos no modelo do Relatório de Informações Turísticas - RINTUR, conforme Deliberação Normativa n. 363, de 27 de junho de 1996, concebido pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, para a análise da oferta turística dos municípios e que, atualmente, não é enviado pelos municípios ao Instituto.

Nesse contexto, a vocação turística dos municípios pertencentes ao polo em estudo foi indicada considerando algumas das variáveis do RINTUR: atividades turísticas exploradas e atividades turísticas que poderiam ser exploradas, sendo estas baseadas na análise dos atrativos naturais, atrativos histórico-culturais, manifestações e tradicionais culturais, acontecimentos programados, centro científico e técnico, informações locais da FUNDTUR/MS, relacionadas ao fluxo turístico, e na classificação e hierarquização dos atrativos turísticos, realizadas anteriormente para a Justificativa da Seleção da Área Turística, detalhado em relatório anterior das atividades.

Assim, de modo complementar à vocação turística principal da área em estudo, o turismo de negócios e eventos, tem-se abaixo a vocação turística (potencial) dos municípios do polo, que possivelmente podem compor um portfólio estratégico do polo, visando diversificar os produtos a serem oferecidos e, por consequência, aumentar a permanência do turista, a qualidade do destino e sua competitividade no mercado.

Quadro 21 - Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região.

Município	Vocação turística	Principais produtos relacionados
Campo Grande	Negócios e Eventos.	Infraestrutura de negócios e eventos programados existente.
	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	EMBRAPA, propriedades agrícolas, agroindústrias.
	Cultural (Histórico-Cultural).	Museus, teatros, mercado municipal, monumentos, <i>city-tour</i> , entre outros.
	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Parques e aquário natural (em implantação).
	Cultural (Étnico-Cultural).	Aldeia urbana, comunidade quilombola.
Corguinho	Cultural (místico).	Atrativo de ufologia.
	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Reserva Particular do Patrimônio Natural.
	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Empreendimento agropecuário e hoteleiro multinacional voltado ao setor de bem-estar.
Dois Irmãos do Buriti	Cultural (Étnico-Cultural).	Seis aldeias indígenas.
	Vivência ou de Base Comunitária.	
Jaraguari	Cultural (Étnico-cultural).	Comunidade quilombola.
	Vivência ou de Base Comunitária.	
	Cultural (histórico-Cultural).	Casarão histórico.
Nova Alvorada do Sul	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Usinas e plantios de cana-de-açúcar.
	Turismo Rural.	
Ribas do Rio Pardo	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Plantios florestais, empresas de reflorestamento e siderurgia.
	Turismo Rural.	
Rio Negro	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Balneários, cachoeiras e inscrições rupestres.
	Turismo Rural.	Cultura do maracujá e pecuária orgânicas.
	Vivência ou de Base Comunitária.	Comunidade quilombola.
Rochedo	Ecoturismo (Turismo de Natureza).	Rios, cachoeiras.
	Turismo Rural.	Pousadas.
Sidrolândia	Turismo Rural.	Fazenda Piana.
	Negócios e Eventos.	Fazendas e infraestrutura para eventos programados de pequeno porte.
	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	

Município	Vocação turística	Principais produtos relacionados
Terenos	Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	Centro tecnológico de aquicultura, propriedade pecuária com tecnologia de ponta e Fazenda modelo da Embrapa.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

A vocação principal do polo, mesmo concentrada na Capital, devido à grande variedade temática dos eventos e setores da econômica pelos quais permeia, amplia a possibilidade de serem externalizados seus benefícios aos outros municípios do polo, pois, dependendo do tipo de evento programado, podem ocorrer sinergias positivas entre o evento e um produto relacionado ao tema em outro município, ou mesmo não relacionado ao tema propriamente dito, mas ao perfil do turista desse determinado evento.

Esta sinergia é desejável assim como outras estratégias que diversifiquem os produtos ofertados ao turista, que confirmem maior competitividade ao polo no mercado turístico por aumentar o gasto do turista e seu tempo de permanência na área.

Neste contexto, uma importante potencialidade turística a ser agregada, de maneira complementar, é o turismo em assentamentos rurais e comunidades quilombolas, que contemplam grupos geralmente isolados do turismo em áreas rurais, podendo conferir competitividade ao destino dada a diferenciação de seus produtos e imagem positiva junto ao turista, que valoriza a produção local e a inserção de sua comunidade.

Verificam-se indícios desse turismo incipiente na área turística: anualmente, na semana do meio ambiente, ocorre o dia de campo em um assentamento em Campo Grande, selecionado e diferente do ano anterior, para a troca de experiência e a transferência de informações e técnicas entre produtores de vários municípios, cujo público participante, em 2010, foi de aproximadamente 350 produtores rurais, de acordo com as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio, em Campo Grande.

Também há a parceria entre universidades, prefeitura e assentamentos rurais para estudos práticos e desenvolvimento tecnológico do manejo da pecuária de corte para agricultura familiar, inserindo o aluno na comunidade para aulas práticas quinzenalmente.



Foto 9 - Dia de campo na comunidade rural do distrito de Rochedo, em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2010.



Foto 10 - Aula do curso de veterinária da Universidade Anhanguera – UNIDERP, no curral coletivo do assentamento Conquista, em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2010.

Do mesmo modo, há a potencialidade do turismo de base comunitária nesses assentamentos e comunidade quilombola, cuja produção hortícola configura-se como um produto diferenciado, em decorrência de sua técnica de produção agroecológica, a qual é, em grande parte, comercializada em pontos turísticos centralizados da Capital, que fazem parte do percurso percorrido pelo *city-tour*.

Enfatiza-se que esse sistema de produção foi implantado, a princípio, em Campo Grande, mas, atualmente, há em Sidrolândia, Terenos e Jaraguari, assim como está sendo introduzido em outros municípios do Estado, que não compõem o polo.



Foto 11 - Visão panorâmica do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, implantado na comunidade quilombola, em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2010.



Foto 12 - Produtor rural comercializando sua própria produção na Feira de Orgânicos, na Praça do Rádio Clube, em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2010.

CAMPANHAS DE PROMOÇÃO DA ÁREA

Os dados oficiais das campanhas de promoção e divulgação do Polo Campo Grande e Região, pertencem ao órgão oficial do turismo do Estado, a FUNDTUR/MS, que participa de feiras e eventos nacionais e internacionais, promovendo, em conjunto, as regiões turísticas estratégicas do Estado: Pantanal, Bonito-Serra da Bodoquena, Caminho dos Ipês⁹, entre outras.

Com base no calendário da FUNDTUR/MS, elaborou-se o seguinte quadro de participação em feiras, realização de *road shows*, *workshops*, dentre outras ações para o mercado nacional e internacional. Ressalva-se que, por ser uma região estratégica do Estado (terceiro principal destino comercializado), em todos os eventos abaixo houve a promoção do Polo Campo Grande e Região, sob a denominação de Região Caminho dos Ipês.

Quadro 22 – Promoção e divulgação da área realizada nos últimos três anos pela FUNDTUR/MS.

n.	Evento	Local	2007	2008	2009
Eventos Nacionais					
1	Nordeste Invest Maceió	AL			X
2	BNTM - Nordeste - Salvador	BA		X	
3	Entour – Salvador	BA			X
4	BNTM Nordeste Fortaleza	CE			X
5	Feira do Empreendedor	DF	X		
6	Centro-Oeste Tour	DF	X	X	X
7	Festa dos Estados	DF	X		
8	Recantos do Brasil	DF		X	
9	Congresso ABRASEL	DF		X	
10	XXI Congresso ABRASEL – Brasília	DF			X
11	Centro-Oeste Tour	GO	X		

⁹ Região Turística Caminho dos Ipês foi assim denominada pelo órgão oficial do turismo do Estado e contempla a mesma área abrangida pelo Polo Campo Grande e Região.

n.	Evento	Local	2007	2008	2009
12	Expopesca	GO	X		X
13	Congresso Nac. Jovens Liderança	GO		X	
14	XIX Congresso Abrasel	MA	X		
15	Expo Pesca e Minas Tour	MG	X	X	
16	Feiratur	MS		X	
17	Fórum Nacional do Mercado de Ecoturismo	MS		X	
18	FITA - Belém do Pará	PA		X	
19	MGM Workshop	PR	X		
20	Festival Inter. de Turismo- Foz do Iguaçu	PR	X	X	
21	ABAV Paraná - Curitiba	PR		X	X
22	Expo Turismo Pesca e Lazer - Londrina	PR		X	
23	Exportur Sul - Rio Grande do Sul	PR		X	X
24	Workshop New Line - Curitiba	PR			X
25	Destination Brazil	RJ	X	X	
26	Jogos Pan Americanos	RJ	X		
27	ABAV– Feira das Américas - Rio de Janeiro	RJ	X	X	X
28	Expotur Sul Nova Petrópolis	RJ			X
29	Congresso Brasileiro de Turismo	RS	X		
30	Festival de Turismo de Gramado	RS	X	X	X
31	BNT Mercosul	SC	X	X	X
32	Braztoa	SP	X	X	X
33	EBS	SP	X		X
34	Aviestur	SP	X		
35	Avistar	SP	X	X	X
36	Adventure Sport Fair	SP	X	X	X
37	Feiratur	SP	X		X
38	Salão-Roteiros do Brasil	SP		X	X
39	Mega Festas Kid	SP		X	
40	Workshop CVC	SP		X	X
41	AVIRP - Ribeirão Preto	SP		X	X
42	SISP Imotur	SP		X	X
43	Exposystems	SP		X	X
44	Road Show	SP		X	X
45	ABOC - 25º Congresso B. E. P. de Eventos	SP		X	
46	Aviestur Águas de Lindóia	SP			X
Eventos Internacionais					
1	ITB Berlim	Alemanha	X	X	X
2	IMEX	Alemanha			X
3	FIT	Argentina	X	X	X
4	BNT Mercosul - Buenos Aires	Argentina		X	X
5	Expoagro	Argentina		X	
6	Archmart	Chile	X		
7	EIBTM	Espanha	X	X	X
8	FITUR – Madrid	Espanha		X	
9	FITUR	Espanha			X
10	Lacumbre – Miami	Estados Unidos	X		
11	La Cumbre – Miami	Estados Unidos		X	

n.	Evento	Local	2007	2008	2009
12	WTM / Londres	França	X	X	X
13	Destinations – Londres	França		X	X
14	TOP RESA -	França		X	
15	BIT Milão	Itália		X	X
16	Globe 09	Itália			X
17	Road TAP – Milão, , Bologna, Roma	Itália			X
18	TTG Incontri – Rimini	Itália			X
19	JATA	Japão		X	X
20	FIT PAR – Assunção	Paraguai		X	
21	SIT-Salão Internacional do Turismo – Lima	Peru	X	X	X
22	Lançamento Rota Pantanal Assuncion Lima	Peru			x
23	BTL - Bolsa de Turismo - Lisboa	Portugal		X	X
24	Road Show	Portugal, Alemanha, Itália e Espanha		X	X
25	Missões Empresariais	Portugal, Espanha, Japão e Itália		X	

Fonte: FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Esse quadro denota a ação de promoção do Estado e do polo focada nas principais regiões emissoras de turistas nacionais e internacionais. No Brasil, a ação da FUNDTUR/MS concentra-se nos estados das regiões Sul, Sudeste e o Distrito Federal, destacando-se São Paulo. Em nível internacional, as ações de promoção são focadas em países da Europa e nos Estados Unidos.

3.1.2. DEMANDA POTENCIAL

Quantitativamente, estima-se que os expressivos investimentos a serem realizados pelo PRODETUR, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul¹⁰ e os decorrentes do fomento no setor turístico, devido à Copa do Mundo, em 2014, e às Olimpíadas, em 2016, elevem gradualmente a taxa anual de crescimento do fluxo de turista, até que, no quinto ano, essa taxa seja 10% superior à estimada nas projeções da demanda atual. Esse percentual de 10% projetado é próximo ao que se observou para Minas Gerais (12,03%) e para o Estado da Bahia (13,24%), no período de 1998 a 2001. (MINAS GERAIS, 2005).

Ponderando sobre a caracterização do turista potencial do Polo Campo Grande e Região, em função da coincidência dos locais de amostragem da pesquisa e de origem do turista de Campo Grande, tomou-se como base para a análise a pesquisa quantitativa, *Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009*, realizada pelo MTur, no estado de São Paulo e nas principais cidades emissoras do turismo doméstico: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Pois, conforme pesquisa realizada através da FNRH/2009, enviadas pelos MHs de Campo Grande, 96,5% dos turistas é de nacionalidade brasileira; identificando-se as referidas cidades como significativas emissoras de turistas para o Polo Campo Grande e Região: São Paulo - 12,90%; Belo Horizonte - 2,20%; Rio de Janeiro - 2,60%; Porto Alegre - 1,10%; Salvador - 0,50% e Recife - 0,50%, para uma movimentação que registrou um fluxo de entrada de 344.633 hóspedes, permanência média de três dias, gerando 1.026.377 pernoites.

Quadro 23 - Caracterização do perfil do potencial turista.

Gênero: Masculino - 43%; Feminino - 57%	Idade: 18 - 24 anos: 19%; 25 - 34 anos: 26%; 35 - 40 anos: 23%; 45 - 59 anos: 22% + 60: 10%
Renda Familiar: + de 1 a 3 SM: 36%; + de 3 a 5 SM - 27%; + de 5 a 10 SM - 21%; + de 10 SM - 15%	Classe Social: A/B: 37%; Classe C: 27% Classe D: 36%
Situação de Trabalho: Trabalho em emprego com carteira assinada ou é funcionário público estatal: 38%; Trabalha em emprego sem carteira assinada: 14%; Trabalhando como autônomo ou profissional liberal: 11%; Empregador: 5%; Está desempregado há menos de 1 ano: 4%; Está desempregado há mais de 1 ano: 3%; É, estudante, aposentado ou dona de casa: 23%.	Atrativos e produtos preferidos: Praias: 65% Campo: 15% Cidades / lugares históricos: 11% Montanhas: 8% NS/NR: 1%
Modo de viajar: Com familiares e filhos: 39%; Casal/cônjuge: 26%; Com familiares sem filhos: 11%; Só com amigos: 15%; Sozinho: 12%; Em grupo: 1%.	Atividades pretendidas durante a viagem (soma ponderada) para a região Centro-Oeste: Passeios para conhecer pontos turísticos: 41,3%; Ir para balada: bares/ restaurantes/ discotecas/ boates: 9,5%; Conhecer pratos e comidas típicas: 12,9%; Atividades culturais: 12,4%; Praticar atividades esportivas: 8%; Fazer visitas a parques temáticos: 9%; Frequentar praias/tomar sol: - Assistir eventos esportivos: 4%;

¹⁰ O Governo do Mato Grosso do Sul projeta investir na ampliação do Aeroporto Internacional de Campo Grande, construindo um Terminal Intermodal de Cargas e um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro.

	Outras respostas: 3%.
Permanência média das viagens no Brasil: Até uma semana: 50%; De 1 a 3 dias: 8%; De 4 a 7 dias: 42%; De uma a duas semanas: 31%; De 8 a 10 dias: 12%; De 11 a 15 dias: 19%; De duas a quatro semanas: 12%; De 16 a 21 dias: 6% ; De 22 a 30 dias: 6%; Mais de um mês: -	Época de realização da viagem: Nas Férias: 74%; Feriados, finais de semana prolongados, recessos: 34%; Finais de semana normais: 18% ; Baixa temporada: 2% ; Viaja por conta própria: 70%; Com pacote turístico: 29%.
Meios de transporte preferido para viajar: Automóvel/carro: 35,5%; Vans: 40,2%; Avião: 24,1%; Outros: 0,2%;	Serviços turísticos requeridos – Meios de hospedagem: Hotel: 38,9%; Pousada: 28,4%; Casa de amigos/familiares; 20,8%; Casa alugada/lugar alugado: 8,4%; Chalé: 1,8%; Outros: 1,8%;
Gasto médio: Total: 2.753,09; Hospedagem/transporte: 1.248,56; Alimentação: 516,13; Passeio turístico: 450,52; Presentes: 329,53; Deslocamento local: 328,66.	Probabilidade de viajar dentro do Brasil nos próximos dois anos: Probabilidade alta de viajar: 21%; Probabilidade média de viajar: 52%; Probabilidade baixa de viajar: 25%; Nenhuma probabilidade de viajar: 0%; NR / NS: 2%.
Prioridades de investimento pessoal (elementos que influenciam a tomada de decisão de compra da viagem) Investir em seus estudos ou de familiares: 45,3%; Investir em moradia própria: 22,1%; Fazer uma viagem: 7,1%; Investir em um carro: 2,7%; Poupar dinheiro, pensando no futuro: 8,3%; Comprar algum bem durável: 1,1%; Investir em negócio próprio: 13,4%;	
Fonte de Informação sobre viagens no Brasil (resposta múltipla): Internet: 48%; Parentes e amigos: 52%; Agências de viagens/de turismo: 27%; Revistas de turismo: 16%; Televisão: 17%; Artigos em jornais: 14%; Guias turísticos: 6%; Rádio: 2%; Feiras/eventos/congressos: 1%; Outras fontes de informação: 1%; NR: 2%.	

Fonte: (BRASIL, 2010h)

Verifica-se, acima, que o potencial turista valoriza/consome, com maior preferência, atrativos no litoral do país (praias). Esta preferência do potencial turista não reduz o fluxo de turistas no Polo Campo Grande e Região, uma vez que, apesar de priorizar a praia, o número de eventos frequentados pelo turista nacional em detrimento de passeios em praias é superior,

conforme informações da FUNDTUR/MS. A pesquisa acima indica que as atividades pretendidas durante uma viagem para o Centro-Oeste são sinérgicas com o segmento de negócios e eventos, visto que o turista deste segmento tende a agregar atividades culturais e gastronômicas à sua permanência no destino.

Igualmente, nota-se que o turista potencial, em maior parte, permanece entre quatro e sete dias no destino, viajando principalmente na época de férias, por conta própria, usando o acesso rodoviário (vans e carros próprios), hospedando-se em hotéis e pousadas.

Nota-se que comparado ao turista atual, o turista potencial tem um gasto médio superior: enquanto o turista atual gasta, em média, R\$ 2.279,05, o potencial gastaria R\$ 2.753,09, ou seja, 20,8% a mais.

Ainda da pesquisa acima, cabe destacar como principal elemento que influencia na decisão de compra por uma viagem, a oportunidade de investimentos em estudos pessoais ou de familiares.

Fazendo complemento à pesquisa do turista brasileiro, tem-se a demanda potencial do turista estrangeiro, que é fundada na Pesquisa Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional¹¹, baseada em pesquisa periódica realizada pelo MTur nos principais portais de entrada de turistas estrangeiros no país, que identifica as principais características do turista que visita o Brasil. Logo, a pesquisa trata-se de importante ferramenta para o planejamento de participação em eventos internacionais, uma vez que permite identificar onde estão os mercados propensos para cada segmento; no caso de Campo Grande, negócios e eventos, que pode também ser promovido associado ao segmento de ecoturismo e lazer.

Abaixo, segue o perfil da demanda turística internacional de 2007, segundo os principais emissores, quando se registrou o fluxo de 6.445.153 turistas, incluindo brasileiros em retorno de viagem, e em 2008 - 6.477.551 estrangeiros.

Quadro 24 - Perfil do turista potencial estrangeiro, por país de origem, em 2007.

Origem	Características
Alemanha	Motivo da viagem: Lazer: 24,95%; Negócios, Eventos e Convenções: 31,7%; 43,35%; Outros Motivos.
	Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 31,3%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 32,6%; Cultura: 24,7%; Esportes: 3,7%; Diversão Noturna: 1,3%; Viagem de Incentivo: 2,6%; Outros: 3,2%.
	Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 64,70; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 117,10.
Argentina	Motivo da viagem: Lazer: 74,2 %; Negócios, Eventos e Convenções: 17,7%; Outros Motivos: 8,1%.
	Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 83,6%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 12,6%; Cultura: 1,8%; Esportes: 0,6%; Diversão Noturna: 0,3 %; Viagem de Incentivo: 0,2%; Outros: 0,9%.
	Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 46,60; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 117,10.
Chile	Motivo da viagem: Lazer: 62,9 %; Negócios, Eventos e Convenções: 24,5%; Outros Motivos: 12,6%.
	Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 68,1%; Natureza, Ecoturismo e Aventura : 19,8%; Cultura: 6,2%;

¹¹ A Pesquisa Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional tem dentre os pontos de coleta em Mato Grosso do Sul: Corumbá e Ponta Porã como portal de chegada de estrangeiros via terrestre.

Origem	Características
	Esportes: %; Diversão Noturna: 1,3 %; Viagem de Incentivo: 0,4%; Outros: 2,6%. Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 60,80; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 123,40.
Uruguai	Motivo da viagem: Lazer: 55,4 %; Negócios, Eventos e Convenções: 28,6 %; Outros Motivos: 16,0%. Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 64,9 %; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 26,6 %; Cultura: 3,7%; Esportes: 1,4%; Diversão Noturna: 2,6%; Viagem de Incentivo: 0,2 %; Outros: 0,7%. Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 35,40; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 80,30.
Paraguai	Motivo da viagem: Lazer: 58,0%; Negócios, Eventos e Convenções: 9,3%; Outros Motivos: 32,7%. Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 80,1%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 17,2%; Cultura: 1,4%; Esportes: 0,1%; Diversão Noturna: 0,1%; Viagem de Incentivo: 0,7%; Outros: 0,3%. Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 44,08.
Espanha	Motivo da viagem: Lazer: 46,2 %; Negócios, Eventos e Convenções: 22,7%; Outros Motivos: 31,1%. Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 38,8%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 35,7%; Cultura: 16,2%; Esportes: 2,7%; Diversão Noturna: 1,5 %; Viagem de Incentivo: 3,3%; Outros: 1,8%. Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 95,20; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 113,20.
Estados Unidos	Motivo da viagem: Lazer: 24,3 %; Negócios, Eventos e Convenções: 32,2%; Outros Motivos: 43,5%. Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 39,4%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 21,9%; Cultura: 27,8%; Esportes: 4,1%; Diversão Noturna: 3,0 %; Viagem de Incentivo: 0,8%; Outros: 3,0%. Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 99,10; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 131,70.
França	Motivo da viagem: Lazer: 34,5 %; Negócios, Eventos e Convenções: 35,9%; Outros Motivos: 29,6%. Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 39,6%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 24,3%; Cultura: 24,5%; Esportes: 4,8%; Diversão Noturna: 2,3%; Viagem de Incentivo: 3,8%; Outros: 0,7%. Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 63,70; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 107,00.
Itália	Motivo da viagem: Lazer: 41,8%; Negócios, Eventos e Convenções: 25,9%; Outros Motivos: 37,8%. Quando o motivo da viagem é o lazer: Sol e Praia: 55,5%; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 21,4%; Cultura: 14,4%;

Origem	Características
	Esportes: 2,5%; Diversão Noturna: 2,7 %; Viagem de Incentivo: 0,5%; Outros: 3,0%.
	Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 85,90; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 118,40.
	Motivo da viagem: Lazer: 42,5%; Negócios, Eventos e Convenções: 17,5%; Outros Motivos: 40%.
Portugal	Quando o motivo da viagem é lazer: Sol e Praia: 57,5; Natureza, Ecoturismo e Aventura: 19,1%; Cultura: 14,9 %; Esportes: 0,4%; Diversão Noturna: 2,0 %; Viagem de Incentivo: 1,1%; Outros: 03%.
	Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 19,10; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 89,00.
	Motivo da viagem: Lazer: 38,7%; Negócios e Convenções: 23,9% ; Outros Motivos: 37,4%.
Inglaterra	Quando o motivo da viagem é lazer: Sol e Prai : 39,1%; Natureza, Ecoturismo e Aventura :20,1%; Cultura : 27,3%; Esportes :4,5%; Diversão Noturna : 4,9%; Viagem de Incentivo: 0,7%; Outros : 3,4%.
	Gasto do turista por dia: De lazer: US\$ 78,10; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 142,10.
	Motivo da viagem: Lazer: 38,7%; Negócios e Convenções: 23,9% ; Outros Motivos: 37,4%.

Fonte: MTur - Dados e Fatos - Turismo Internacional. (BRASIL, 2010a).

Ponderando sobre a localização geográfica do Estado de Mato Grosso do Sul, e por consequência, do Polo Campo Grande e Região, é essencial analisar o perfil do turista internacional, sobretudo, daqueles oriundos de países da América do Sul.

Esses turistas (da América do Sul) quando o motivo da viagem é o lazer, apresentam um gasto médio diário de US\$ 46,72; já quando o motivo da viagem é negócios/eventos, o gasto médio passa a ser US\$ 106,95 por dia, ou seja, 129% maior. Da mesma maneira, o turista de negócios/eventos dos Estados Unidos gasta 33% a mais que o de lazer, e aquele que tem os países europeus como origem, 69% a mais, quando o motivo é negócios/eventos, se comparado com lazer.

O comparativo entre os gastos diários do turista em decorrência do motivo da viagem, apresentado acima, é um indicativo estratégico para o polo, visto que demonstra que o turista de negócios e eventos tem um gasto diário médio superior, tornando o segmento turístico mais rentável que o de lazer, e gerando impactos superiores na economia do polo se prolongado o tempo de duração da viagem desse turista na região.

Retomando a Pesquisa de Hábito de Consumo do Turista Brasileiro 2009, verifica-se que a expectativa do potencial turista em relação à infraestrutura e aos serviços turísticos é positiva, considerando o que ele já conhece ou ouviu falar da região Centro-Oeste, porém, se nota que esta expectativa está abaixo da média nacional, ou seja, do padrão mínimo de qualidade do turista, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

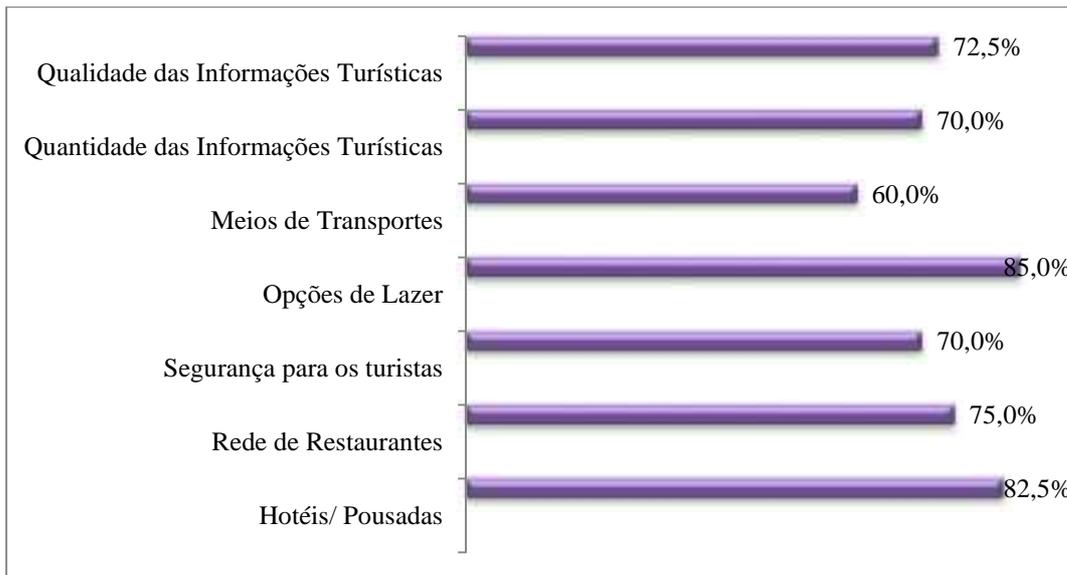


Figura 28 - Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Nota-se que a maior expectativa do turista potencial com relação à região Centro-Oeste, incluindo o Polo Campo Grande e Região, é relacionada às opções de lazer, seguido pelos MHs. Logo, se analisarmos que as informações, maiormente, requeridas pelo turista atual de negócios/eventos no Polo Campo Grande e Região, incluem as opções noturnas de bares e restaurantes. A recente atuação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul de incluir esse segmento na linha de financiamento do turismo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, é muito positiva, e, no futuro, poderá contribuir para melhor suprir a expectativa do turista potencial e fortalecer a imagem do polo como destino turístico.

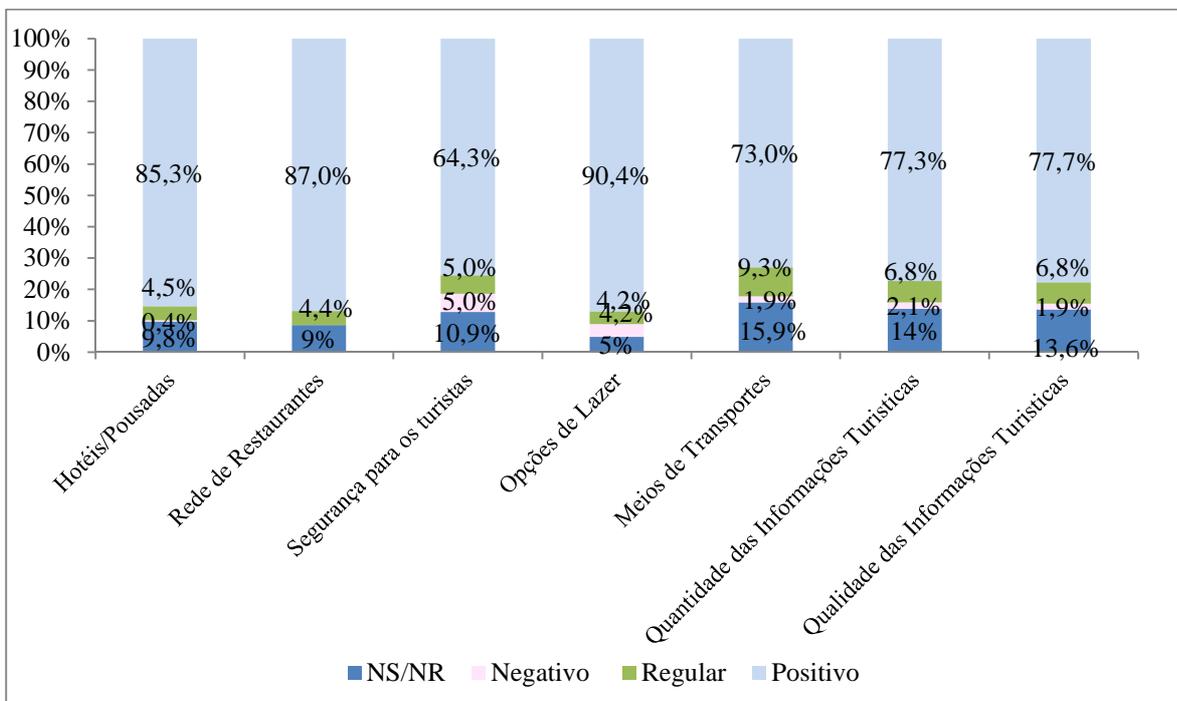


Figura 29 - Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Tomando a média nacional de expectativas positivas como o padrão mínimo de qualidade da infraestrutura e serviços turísticos para a região Centro-Oeste, incluindo o polo em estudo, verifica-se que em quase todos os quesitos, a expectativa em relação ao Centro-Oeste é menor, o que sinaliza uma imagem de qualidade inferior da infraestrutura e serviços turísticos da região, excetuando a expectativa de segurança para os turistas, cujo percentual positivo da região Centro-Oeste é superior à média nacional.

Apesar da imagem de segurança do polo em questão, tal como a região Centro-Oeste, de acordo com a figura abaixo, despertou uma baixa taxa de interesse e de conhecimento do destino quando questionado ao turista potencial brasileiro seu interesse de viajar e conhecimento do local escolhido, sendo a região Nordeste aquela que ainda atrai o maior número de interessados:

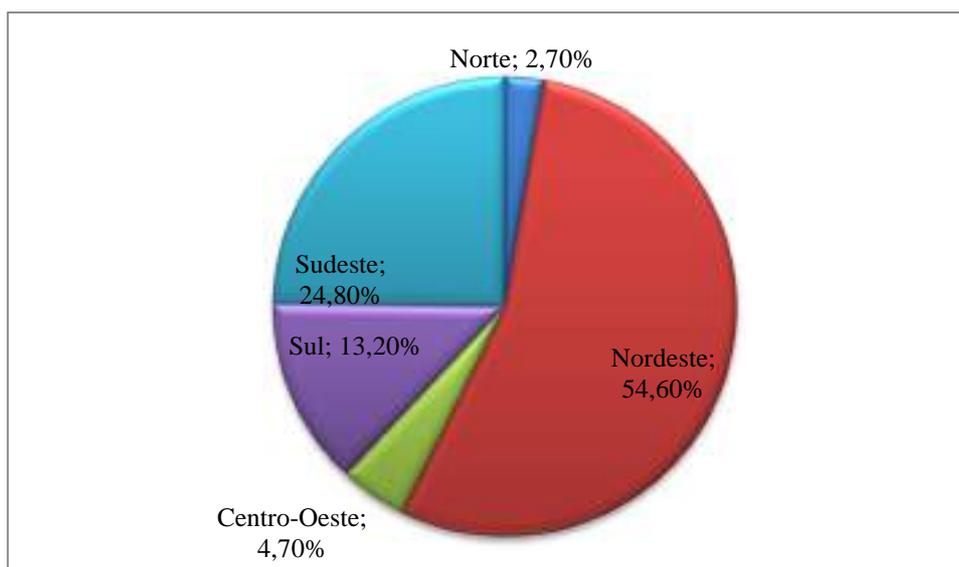


Figura 30 - Intenção de viajar por região do país do turista potencial, em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

A figura acima indica que os principais destinos competidores do turista potencial ainda são aqueles relacionados a atividades litorâneas (praias), destacando-se as regiões Nordeste e Sudeste. Neste contexto, a competitividade dos centros de convenções e eventos das capitais nordestinas é potencializada, pois o turista pode complementar suas atividades de negócios e eventos com outras relacionadas ao lazer e praia oferecidas nessas localidades, e valorizadas pelo potencial turista nacional.

Ressalta-se ainda que algumas capitais nordestinas, como Salvador, por exemplo, possuem centros de convenções e eventos públicos, que são utilizados estrategicamente sem fins lucrativos, visando atrair grandes eventos para o destino e fomentar o setor e a economia do município.

No âmbito regional, são apontados como potenciais concorrentes ao Polo Campo Grande e Região, no segmento de negócios e eventos, pelos representantes locais do setor¹², os municípios de Cuiabá-MT e Bonito-MS. Cuiabá possui o Centro de Eventos Pantanal, construído e gerido pelo SEBRAE, com 12 mil m² de infraestrutura moderna, de fácil acesso, dividida em três pisos e que atrai grande volume de eventos. A infraestrutura de Bonito resume-se ao Centro de Convenções de Bonito, empreendimento privado, inaugurado em 2006, com capacidade para 1.700 pessoas e que tem atraído eventos e a atenção do setor pela qualidade da estrutura, que já lhe conferiu sucessivas premiações (Prêmio Caio 2007, 2008, 2009 e 2010 - Melhor Centro de Convenções das Regiões Centro-Oeste e Norte).

¹² Buscou-se a opinião dos representantes do Convention & Visitors Bureau, FUNDTUR/MS, organizadores de eventos e o gestor do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco.

No que tange ao Polo Campo Grande e Região, identificou-se potencialidades em diversos segmentos turísticos, como negócios e eventos (agrotecnológicos), por exemplo; no entanto, todos em caráter complementar à vocação principal do polo, negócios e eventos, sobretudo se considerarmos que o produto principal ainda não se encontra totalmente consolidado.

Nesse sentido, cabe ressaltar que os potenciais destinos competidores do segmento negócios e eventos (agrotecnológicos) são pulverizados por todo o território nacional, haja vista a distribuição dos centros de pesquisas, universidades e demais centros de referências das diversas cadeias agropecuárias.

3.1.3. OFERTA TURÍSTICA

Para os destinos de negócios e eventos, a oferta se traduz na realização de eventos com temas relevantes, oportunidades de realização de negócios e intercâmbio, as visitas técnicas e pesquisas, implementação de tecnologias de ponta no setor agroindustrial são fomentadores de demanda, e, nesse sentido, o desenvolvimento local e regional e do Estado, bem como a diversificação da matriz econômica são fatores contributivos para otimização do segmento.

As feiras agropecuárias foram as precursoras dos eventos de negócios em Campo Grande, em função da cultura econômica do Estado, centrado nas atividades agropecuárias, em que determinado momento tornou-se inevitável modernizar o setor, onde o aperfeiçoamento dos métodos tradicionais, busca de alternativas para crescimento sustentável são fatores que trouxeram um novo perfil e público para esses eventos, incorporando palestras, seminários, apresentações tecnológicas, bem como, grandes *shows* musicais, que impactaram positivamente no setor cultural e de entretenimento. (Fotos 13 e 14).



Foto 13 – Expogrande 2009 – Parque Laucídio Coelho.

Fonte: ACRISSUL, 2010.



Foto 14 – Show musical – Parque Laucídio Coelho, 2010.

Fonte: ACRISSUL, 2010.

Para atender a crescente demanda, o Polo Campo Grande e Região vem se estruturando focando nesse nicho de mercado, que, a cada ano, movimenta milhões de reais, a exemplo da Expogrande/2008, a Feira Agropecuária e Industrial, que, realizada com apoio do MTur, em 10 dias de evento movimentou negócios na ordem de 146 milhões, crescimento de 24% em relação a 2007.

Apresentando-se como um dos mais importantes eventos que acontece anualmente, para a cadeia do turismo em 2007, a movimentação hoteleira no mês da realização do evento registrou a entrada de 11.050 hóspedes, com permanência média de quatro dias, totalizando 44.200 hospedados. Isto significou uma Taxa de Ocupação de UHs – Uhs, em 74,36%, conforme amostragem levantada através do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, de 18,67% dos MHs da Capital (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Há de se destacar também que a condição de Capital, centro do poder político-administrativo do Estado, sede de órgãos públicos federais, empresas, universidades, os serviços médico-hospitalares também alavancam os negócios, reuniões, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, bem como a realização de concursos a nível federal movimentam a infraestrutura disponível em Campo Grande.

Os demais municípios do polo apresentam potencialidades identificadas na Inventariação Turística, realizada pelo Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PEDTUR-MS, conforme ilustrado anteriormente; porém, nem todas estas potencialidades têm sua demanda despertada, bem como ainda apresentam limitações ou gargalos pelo lado da oferta, que impedem sua consolidação como produto turístico.

Eliminando esses fatores limitantes, os demais municípios do polo apresentam grande potencial de complementar o segmento de negócios e eventos, diversificando o portfólio de produtos do polo com atrativos dos segmentos de ecoturismo, aventura, místico, visitas técnicas, pesca, contemplativo, turismo em espaço rural, piscinas naturais (balneários), étnico (Furnas do Dionísio), de aventura (voo livre), entre outros.

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS E ATRATIVOS

O segmento de negócios e eventos, compreendendo o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesses profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social, se apresentando em diferentes formatos - missões empresariais, visitas técnicas, viagens corporativas, rodadas de negócios, feiras, convenções, congressos, fóruns, seminários, conferências, cursos, jornadas, colóquios, assembleias, *workshops*, palestras, painel, mesa-redonda, simpósio, plenária e debates - têm em Campo Grande uma infraestrutura e suporte para atender simultaneamente inúmeros eventos de pequeno e médio porte, em função da capacidade de assentos, destacando dessa infraestrutura como principais espaços de eventos: o Centro de Convenções e Exposições Albano Franco e o Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo (fotos 15 e 16).



Foto 15 - Convenções e Exposições Albano Franco.

Fonte: Convenções e Exposições Albano Franco, 2010.



Foto 16 - Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo.

Fonte: Jefferson França, 2010.

No Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo localiza-se o Auditório Manuel de Barros, que é um dos principais espaço utilizado para *shows* e espetáculos. Além do Auditório Manuel de Barros, os teatros Aracy Balabanian, Dom Bosco e Glauce Rocha completam a lista de principais teatros e espaços de *shows* em ambiente fechado do polo e do Estado. Os demais teatros são utilizados para peças menores e regionais. Ressalta-se

que, segundo a Associação de Promotores de Eventos de Mato Grosso do Sul, a locação do auditório e teatros supracitados é concorrida, visto que os espaços maiores conferem maior rentabilidade ao promotor de eventos.



Foto 17 – Teatro Aracy Balabanian - Centro Cultural José Octávio Guizzo.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.



Foto 18 – Teatro Glauce Rocha – Cidade Universitária – UFMS.

Fonte: www.skyscrapercity.com, 2010.

Tratando-se de eventos em pé, a capacidade passa a ser expressiva, atendendo no total até 45 mil pessoas, como o Autódromo Internacional Orlando Moura, cujos eventos são enquadrados no segmento de turismo de esportes (fotos 19 e 20).



Foto 19 - Autódromo Internacional Orlando Moura (pista).

Fonte: Fernando Holsbach – Fabiolu, 2010.



Foto 20 – Autódromo Internacional Orlando Moura (Foto de satélite).

Fonte: Google Earth, 2010.

No segmento de eventos esportivos, destacam-se também, no Polo Campo Grande e Região, o Ginásio Guanandizão; o Estádio Pedro Pedrossian (Moreirão); e os parques Airton Senna, das Nações Indígenas e o Belmar Fidalgo. Como pode ser visualizado no calendário de eventos apresentado, ocorrem regularmente eventos esportivos no Polo Campo Grande e Região, sobretudo em Campo Grande e Sidrolândia; porém, esses eventos são, em grande parte, eventos de âmbito regional e estadual.



Foto 21 – Ginásio Guanandizão.

Fonte: Vitor Peluchno, 2010.



Foto 22 – Estádio Pedro Pedrossian (Moreirão).

Fonte: TV Centro América – TV Morena – Globo.com, 2010.



Foto 23 – Parque das Nações Indígenas.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2010.



Foto 24 – Belmar Fidalgo.

Fonte: Fundesporte (Prefeitura Municipal de Campo Grande), 2010.

No caso específico do Estádio Moreirão, cabe salientar, como particularidade do espaço de eventos, mas que influi expressivamente na capacidade do polo em promover espetáculos de médio e grande porte, é o fato do estádio, além dos eventos esportivos, frequentemente ser usado para a realização de *shows* abertos, quando seu gramado é coberto por tapumes.

No quadro seguinte tem-se o detalhamento da infraestrutura de negócios e eventos atualmente existentes:

Quadro 25 - Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande.

Categoria	Capacidade/assentos	Infraestrutura	Gestão
I - EXPOSIÇÃO	51.000		
1. Centro de Exposições Albano Franco.	30000	Área de 16.416m ² . Pavilhão com 11.000 m ² ; auditórios, lanchonetes, camarins, estacionamento.	Administração privada .
2. Parque de Exposições Laucídio Coelho	21.000	Área de 50.000 m ² , salão de festas, anfiteatro, baias, stands, arena e pista de provas.	Administração privada.
CENTRO DE CONVENÇÕES	3.3212		

1. Arquiteto Rubens Gil de Camillo.	1.488	Área de 8.000 m ² sala vip, enfermaria, secretaria e estacionamento.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Auditório Manoel de Barros.	1.049	Climatizado, seis camarins, mesa de som, mesa de iluminação cênica, cabine para tradução, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Auditório Germano Barros de Souza.	196	Climatizado, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Auditório Pedro de Medeiros.	135	Climatizado, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Auditório Tertuliano Amarilha.	108	Climatizado, mesas modulares para palco e púlpito.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Sala de Comissões H. A Serra.	250 (média)	Climatizado, disposição opcional.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Salão de Exposições Loyd Bonfim.	750 (média)	Disposição opcional.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Salão de Convivência.	560 (média)	Disposição opcional.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Foyer.	-	Dispõe de cafeteria cuja administração privada.	Administração pública - FUNDTUR/MS.
Restaurante.	40	-	Administração privada.
2. Doutor Ginter Hans.	225	Climatizado, sala vip, quatro salas internas para grupos, uma sala para <i>stands</i> 2mx2m, sala para <i>coffee break</i> , secretaria, mesa de som, mesa de iluminação, estacionamento para 100 veículos e três ônibus.	Administração Privada.
AUDITÓRIOS	1.072		
1. Associação Comercial e da Indústria.	200	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
2. Associação Médica de Campo Grande.	100	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
3. Casa da Indústria / FIEMS.	180	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
4. CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas).	150	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.

5. SEBRAE / MS.	172	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
6. Sindicato Rural de Campo Grande.	140	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
7. ASSOMASUL.	130	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
POLIESPORTIVO	57.000		
1. Centro Poliesportivo Mace.	1.200	Possui quatro quadras, palco e arquibancadas.	Administração privada.
2. Belmar Fidalgo.	5.000	Possui duas quadras, palco fixo e móvel.	Administração pública (municipal).
3. Ginásio Dom Bosco.	3.500	Possui seis quadras cobertas, arquibancadas e palco.	Administração privada.
4. Ginásio Guanandizão.	9.000	Possui arquibancadas, cadeiras, tribuna para autoridades, vestuários e placar eletrônico.	Administração pública (municipal).
5. Parque Airton Sena.	30.000	Possui quatro quadras cobertas, seis quadras descobertas, três campos suíços, um campo de futebol, três piscinas e um palco de 30 metros.	Administração pública (municipal).
6. Parque Jacques da Luz.	7.000	Possui camarim, sala de administração e arte, três piscinas, arquibancadas e vestuários .	Administração públicaeEstadual - Governo do Estado.
7. Radio Clube Campo.	1.300	Possui uma quadra, palco, camarim e portaria.	Administração privada.
ESTÁDIO	40.000		
1. Pedro Pedrossian (Moreirão).	40.000	Possui vestuários, arquibancadas cobertas e descobertas, cabines de radio e televisor, iluminação, placar eletrônico e estacionamento.	Administração pública – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
AUTÓDROMO	45.000		
1. Autódromo Internacional.	45.000	Arquibancadas, pista de 3.433 metros por 11 metros de largura, quatro salas VIP, camarotes, 28 box, estacionamento.	Administração pública (municipal).
CLUBES	5.700		

1. Clube ENERSUL.	300	Ventiladores e palco.	Administração privada.
2. Clube Estoril.	1.200 sentadas e 5.000 em pé	Climatizado, palco, camarim, mesas, cadeiras, bar, cozinha industrial.	Administração privada.
3. Circulo Militar.	800 sentadas e 1.200 em pé	Palco, camarim, mesas, cadeiras, cozinha industrial, câmara fria, ventiladores, bar, churrasqueira, piscinas e quadras .	Administração privada.
4. Clube Libanês.	400 sentadas e 700 em pé	Palco, hall de entrada e bar.	Administração privada.
5. Lions Clube.	300 a 400	Mesas, cadeiras e cozinha.	Administração privada.
6. Radio Clube Cidade.	400	Climatizado, palco e camarim.	Administração Privada
7. Clube União dos Sargentos.	1.300 sentadas e 4.000 em pé	Ventiladores, palco, mesas e cadeiras, bar e cozinha industrial.	Administração privada.
8. SEDESC Clube.	1.000 sentadas e 2.000 em pé	Mesas, cadeiras, luzes fluorescente, estacionamento, duas piscinas de biribol, um piscina de lazer, uma piscina de competição, pista de atletismo e estacionamento.	Administração pública (municipal).
TEATROS	2.662		
1. Teatro Aracy Balabanian.	300	Climatizado, máquina de fumaça, iluminação, som e microfones.	Administração pública (estadual).
2. Teatro Dom Bosco.	900	Climatizado, mesa de som, cinco microfones com fio, iluminação florescente e cadeiras.	Administração privada.
3. Teatro Fernanda Montenegro.	450	Climatizado, dois camarins, iluminação e microfones sem fio.	Administração privada.
4. Teatro Glauce Rocha	776	Climatizado, mesa de som e mesa de iluminação cênica.	Administração pública – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
5. Teatro Prosa / SESC Horto.	236	Climatizado, iluminação cênica, mesa de som, dois camarins e telão de	Administração privada.

		projeção.	
AUDITÓRIOS-HOTÉIS	1.586		
1. Advanced.	50	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
2. Bahamas.	86	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
3. Bistrol Exceler Plaza Hotel.	250	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
4. Bistrol Jandaia Hote.l	250	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
5. Buriti Suite Hotel.	100	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
6. Concord.	200	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
7. Hotel Iguaçu.	50	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
8. Indaiá Park Hotel.	90	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
9. Internacional.	80	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
10. Metropolitan.	60	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
11. Novo Hotel.	250	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
12. Vale Verde.	120	Climatizado e mesa de som.	Administração privada.
BUFFETS	4.400		
1. Ondara.	850	Climatizado e mesa de som, palco com 90 cm de altura, camarim, cozinha industrial.	A Administração privada.
2. Grand Mere Ltda.	800	Climatizado e mesa de som, cadeiras, mesas.	Administração privada.
3. Sandra.	400	Palco, mesas e cadeiras.	Administração privada.
4. Espaço D.	400	Climatizado, mesas, cadeiras, ambientes variados.	Administração privada.
5. Castelo Caporocci Ltda.	250 a 300	Climatizado, palco, bar, cozinha industrial, estacionamento, luz de emergência.	Administração privada.
6. Lalai.	300	Climatizado.	Administração privada.
7. Megaron.	300	Climatizado, mesa de som, palco para comportar uma orquestra, cadeiras, mesas, bar e cozinha industrial .	Administração privada.

8. Cenarium.	400 a 600	Climatizado, pátio ajardinado, sala executiva, 200 metros de varanda e estacionamento.	Administração privada.
9. Maria Ltda.	250	Teto rebaixado em tecido, cozinha industrial, mesas e cadeiras.	Administração privada.
10. Sonho de Festas.	450	Ventiladores, palco, cozinha industrial, mesas e cadeiras.	Administração privada.

FONTE: Elaborada a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Complementando a estrutura de eventos acima se tem, em Sidrolândia, a Fazenda Piana, com estrutura para receber cerca de 500 pessoas em seu restaurante, conforme informação local, sendo também local de eventos da Federação Estadual de Motociclismo.

Essa infraestrutura de eventos listada apresenta os principais atrativos turísticos do Polo Campo Grande e Região, sendo todos consolidados e atendendo à demanda turística de negócios e eventos da região. Ressalta-se que, atualmente, os atrativos configurados como produtos turísticos estão localizados em sua maioria na Capital do Estado, Campo Grande.

Alguns desses atrativos, conforme noticiado regularmente em jornais e outros meios de comunicação do polo, em detrimento da ausência de dados oficiais, apresentam suas agendas lotadas, sendo as mesmas preenchidas com grande antecedência. Essa situação é vivenciada nos centros de convenções e teatros, principalmente. Por consequência, verifica-se a iniciativa pública e privada em ampliar a disponibilidade de espaços de eventos existentes no polo.

Contribuindo para aumentar a necessidade de ampliação na oferta turística de eventos, tem-se o fato de alguns desses empreendimentos apresentarem irregularidades ambientais, no que tange à poluição sonora, promovendo eventos em horários e com nível de ruídos inadequados com a legislação municipal.

Na análise de pontos fortes e fracos realizada pelo SEBRAE/MS, FAPEC e FCR (2006), destacou-se esta infraestrutura de eventos como um dos pontos fortes de Campo Grande, sobretudo com a construção do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco, que aumentou a capacidade do destino em captar eventos, por permitir em um único espaço a realização simultânea de convenções e exposições.

Porém, a atual capacidade da infraestrutura de negócios e eventos do Polo Campo Grande e Região de comportar o crescimento do segmento turístico principal do polo é limitada, visto que, conforme apresentado anteriormente, o destino apresenta limitações em sua infraestrutura para competir por eventos de grandes portes não realizáveis ao ar livre.

No mercado de eventos de pequenos e médios portes, a demanda atual é crescente, fazendo com que os centros de convenções tenham agendas de eventos com indisponibilidades em determinadas épocas do ano e também faz com que os eventos sejam programados com maior antecedência, cerca de dois anos. Em função desta demanda crescente, hoje o Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, uns dos principais centros de eventos da região, encontra-se em reforma para a adequação e manutenção dos espaços, acontecendo os eventos programados em consonância com esta reforma, sendo previsto o investimento de R\$ 1,35 milhão, oriundos do MTur, segundo a gestão-geral do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.

Pelas mesmas razões, o Centro Cultural José Octávio Guizzo, onde se encontra o Teatro Aracy Balabanian, iniciou, em 2010, as reformas para revitalização do prédio, a qual envolve

o montante de R\$ 400.000,00, aproximadamente, na etapa 1, viabilizados pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e Ministério da Cultura.

A mesma análise de pontos fortes e fracos, acima destacada, tal como as informações obtidas junto aos principais representantes pela captação de eventos para a região, indicam como fator positivo a tradição dos eventos e certa fidelidade do participante do evento, que geralmente retorna ao mesmo no ano seguinte, principalmente nos eventos voltados a rodadas de negócios, reciclagem e atualização técnica/profissionais.

Avaliação individual dos principais atrativos turísticos do Polo Campo Grande e Região.

Ainda procedeu-se a avaliação específica por atrativo, considerando como principais atrativos nessa avaliação aqueles que, de acordo com a Associação de Promotores de Eventos de Mato Grosso do Sul, concentram a maioria e os principais eventos do polo, atraindo maior público e fluxo turístico. Por esses atrativos estarem todos localizados em Campo Grande, selecionaram-se os outros dois atrativos consolidados existentes nos demais municípios do Polo Campo e Região: a Fazenda Projeto Portal, em Corguinho, e a Fazenda Piana, em Sidrolândia.

A avaliação individual considera as atuais condições de visita *versus* as condições potenciais, sob as quais os recursos possam ser incorporados à oferta turística ou melhorados em termos de sua comercialização, considerando o sistema de gestão dos fluxos turísticos, a sinalização informativa e interpretativa que será conveniente implementar ou melhorar, a necessidade de adequação dos recursos humanos, do nível de segurança e da gestão requerida por empreendimento.

Fazenda Projeto Portal.**Foto 25 – Morro na Fazenda Projeto Portal.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 26 - Sinalização interna na Fazenda Projeto Portal.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 27 – Vila de segunda residência na Fazenda Projeto Portal.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 28 – Receptivo da Fazenda Projeto Portal.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os preços pagos pelas viagens de turismo, eventos preparados para turistas e não para os associados do projeto, nos quais há o acompanhamento por um guia/pesquisador, custam R\$ 50,00 reais por dia, com hospedagem e café da manhã inclusos; cada viagem dura dois dias.

Quadro 26 – Avaliação da Fazenda Projeto Portal: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>Não há um controle de entrada de turistas no empreendimento, sendo o fluxo estimado com base no faturamento bruto da empresa. O volume de visitação do atrativo não alimenta nenhum sistema de gestão do fluxo turístico do polo, ficando retida essa estimativa para o controle interno da empresa. Tendo em vistas a situação atual e o potencial do atrativo é pertinente a implantação de um sistema privado de gestão da visitação do atrativo e seu acompanhamento pelos órgãos públicos de turismo (municipal e estadual), a fim de programar adequadamente as operações de manutenção da estrada vicinal de acesso ao atrativo, em sintonia com os picos de visitação, além de subsidiar a busca por dirimir os inconvenientes existentes para alimentação e hospedagem na propriedade durante a ocorrência de viagens, como são denominados os grandes eventos do atrativo, quando, cerca de 300 turistas, buscam os serviços de alimentação no restaurante e na lanchonete do atrativo, e hospedagem em seus chalés e áreas de camping.</p>	<p>Não há sinalização que oriente o turista ou indique a localização do empreendimento junto à principal rodovia de acesso (MS-080), ou ao longo dos quase 40 km de estrada vicinal. Somente na entrada do empreendimento há uma sinalização. O interior do mesmo é bem sinalizado, indicando a direção da cachoeira, pedra fatiada e outros locais de interesse no atrativo, sendo algumas dessas em língua estrangeira. Apesar da presença de sinalização orientativa, não há sinalização informativa no local, sendo pertinente a sua implantação, visando transferir conhecimentos relacionados às atividades e locais da fazenda, ampliando a experiência do turista.</p>	<p>Em função da especificidade das atividades desenvolvidas na propriedade, e por sua maior demanda por mão de obra temporária em períodos de pico de visitação, é elevada a rotatividade da mão de obra no atrativo, sobretudo de funcionários ligados não propriamente dito às atividades relacionadas às ciências paralelas, e, sim, à manutenção da estrutura do local. A alta rotatividade não altera significativamente o perfil de qualificação dos funcionários exigidos no empreendimento, uma vez que há profissionais específicos para as atividades praticadas junto aos turistas, sendo a maior demanda atual e com vistas no potencial do atrativo por profissionais com qualificação para adequadamente trabalhar no restaurante, lanchonete, junto aos quartos e manutenção da fazenda.</p>	<p>Os membros associados ao Projeto Portal e seus funcionários fixos foram capacitados pela Polícia Civil, através do curso para identificar e prevenir vulnerabilidades, a fim de reduzir e/ou evitar a ocorrência de desastres naturais, bem como prestar um atendimento de primeiros socorros. Ao atrativo, é necessário que sejam desenvolvidas essas capacitações sistematicamente, a fim de capacitar novos funcionários e associados, assim como atualizar o treinamento daqueles que já frequentaram o curso. Igualmente, com vistas à qualidade do serviço prestado, e à tendência de aumento do fluxo turístico projetada, é necessário o desenvolvimento e implantação de um sistema de gestão da segurança.</p>	<p>A gestão do empreendimento é privada e sob a responsabilidade da Associação Projeto Portal, destacando-se entre a gestão dos demais empreendimentos, ou núcleos do Projeto Portal. Em sua gestão, o atrativo adota ações de responsabilidade social como a manutenção da estrada vicinal de acesso ao atrativo, mas também às comunidades tradicionais existentes em seu entorno, promove visitas para escolas públicas etc. No entanto, por ser um atrativo localizado dentro de uma propriedade rural, desenvolvendo atividades em áreas frágeis como em áreas de preservação permanentes, cavernas e crateras, é necessário melhorar a gestão ambiental do atrativo, atentando-se para a necessidade de implantação de estruturas para a visitação que reduzem os impactos da atividade turística. Cabe ainda destacar que, pensando no potencial do atrativo e nas tendências do mercado turístico, seria pertinente a capacitação da gestão quanto ao Projeto Economia da Experiência, valorizando as vivências diferenciadas do atrativo.</p>

Centro de Convenções e Exposições Albano Franco.

Foto 29 – Vista externa do Centro de Exposições Albano Franco.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 31 – Salas modulares do Centro de Exposições Albano Franco.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 30 – Estacionamento do Centro de Exposições Albano Franco.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 32 – Pavilhão de eventos do Centro de Exposições Albano Franco.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os preços pagos pelos turistas e participantes dos eventos no Centro de Convenções e Exposições Albano Franco variam em função do tipo e objetivos do evento, empresa promotora e outros fatores, sendo muitas vezes gratuita a entrada ou a baixo custo, pois muitas das exposições e feiras buscam a realização de negócios em seu interior. Como exemplo de feiras pagas, cita-se o valor de R\$ 6,00 da Fenasul (2010).

Quadro 27 – Avaliação do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>O número de participantes nos eventos promovidos nesse atrativo é estimado ao corpo de bombeiros para a obtenção da autorização de realização do evento, e controlado pelas empresas promotoras do evento, que locam o atrativo, através de seus dados financeiros de receitas. As autorizações concedidas pelo corpo de bombeiros são arquivadas, mas não alimentam nenhum sistema de dados, e tampouco os dados das empresas organizadoras de eventos são direcionados a algum banco de dados para a gestão do fluxo turístico do empreendimento ou do destino. Assim, considerando tanto a situação atual como a potencial, é necessário a existência de um sistema de gestão do fluxo de visitação do atrativo, vinculado a um controle do polo que, associado à criação do calendário único de eventos, permita melhor distribuir o fluxo turístico entre os atrativos e otimizar o uso de serviços e equipamentos turísticos; assim, não</p>	<p>Há sinalização no município de Campo Grande que indica e orienta o turista sobre a localização dos atrativos locais, incluindo o Centro de Convenções e Exposições Albano Franco. Contudo, não há sinalização informativa e interpretativa no empreendimento.</p>	<p>O empreendimento mantém um número reduzido de funcionários fixos, terceirizando a maior parte de sua necessidade de recursos humanos, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Os funcionários fixos estão ligados a área de captação e agendamento de eventos e administração. Assim, os serviços de eletroeletrônica, limpeza, proteção patrimonial e outros, que requerem conhecimentos específicos, são terceirizados. A eficiência na captação de eventos, no atendimento às empresas promotoras e organizadoras de eventos e a qualidade final do evento, estão relacionados à figura do gerente de <i>marketing</i>, que, no caso desse atrativo, não deveria acumular a função de gerente geral, se considerado o potencial do empreendimento e seu aumento do número de eventos e do fluxo de turistas.</p>	<p>A responsabilidade pela segurança do turista e demais participantes de eventos no atrativo é da empresa organizadora ou promotora do evento; no entanto, o Centro de Convenções e Exposições Albano Franco força a empresa contratante, através do contrato de locação, a garantir a segurança adequada ao evento. Além da segurança para o participante do evento, o empreendimento terceiriza seu estacionamento, oferecendo maior segurança ao turista.</p>	<p>A gestão é privada e sob a responsabilidade da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. A estrutura enxuta e a eficiência da gestão deste empreendimento se destacam entre os demais espaços de eventos do polo, resultando em uma agenda de eventos concorrida. Por consequência, observa-se a fidelidade dos organizadores de eventos quanto à locação frequente do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco para a realização das diversas edições do mesmo evento em períodos distintos.</p>

sobrepressão a infraestrutura básica e serviços públicos.

Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo.



Foto 33 - Vista externa do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 35 – Restaurante do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 34 - Hall de acesso ao auditório Germano Barros de Souza.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

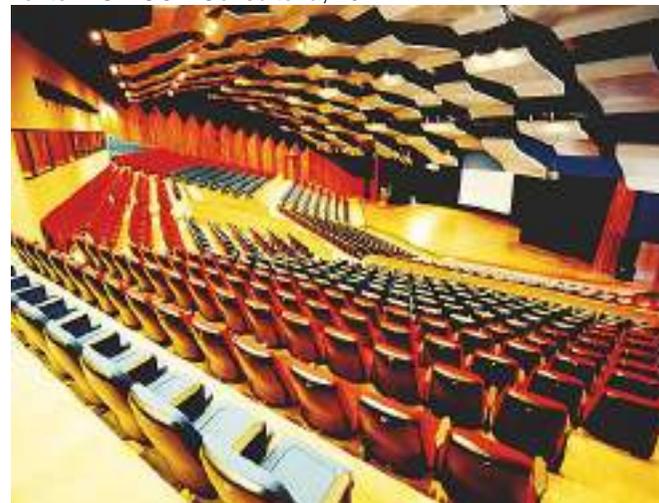


Foto 36 – Auditório Manoel de Barros.
Fonte: Conference Arenainterativa, 2011.

Os preços pagos pelos turistas e participantes dos eventos no atrativo variam em função do tipo e âmbito do evento, empresa promotora e outros fatores como a época da compra do ingresso, o perfil do participante (estudante, profissional etc.) e outros. Como exemplo, cita-se os valores praticados no 4º Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da Cana-de-açúcar, em Mato Grosso do Sul (CANASUL), realizado em 2010, quando os valores das inscrições variaram entre R\$ 40,00 e R\$ 150,00.

Quadro 28 – Avaliação do Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>O número de participantes nos eventos promovidos nesse atrativo é estimado ao corpo de bombeiros para a obtenção da autorização de realização do evento, e controlado pelas empresas promotoras do evento, através de seus dados financeiros de receitas. Essas autorizações concedidas são arquivadas e não alimentam nenhum sistema de dados, e tampouco os dados das empresas organizadoras de eventos são direcionados a algum banco de dados para a gestão do fluxo turístico do empreendimento ou do destino. Considerando tanto a situação atual como a potencial, é necessário a existência de um sistema de gestão do fluxo de visitação do atrativo, vinculado a um controle do polo que, associado à criação do calendário único de eventos, permita melhor distribuir o fluxo turístico entre os atrativos, otimizar o uso de serviços e equipamentos turísticos; assim, não sobrepressiona a</p>	<p>Foi implantada, no final de 2010, a nova sinalização turística no município de Campo Grande, que indica e orienta o turista sobre a localização dos atrativos locais, incluindo o Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo e o Parque das Nações, onde se localiza o atrativo. Porém, não há sinalização informativa e interpretativa no empreendimento.</p>	<p>O empreendimento mantém um quadro de funcionários, servidores públicos, em grande parte, enxuto e voltado aos cargos administrativos, terceirizando os demais serviços especializados. A eficiência na captação de eventos está, maiormente, atrelada ao desempenho do Campo Grande Convention & Visitors Bureau. No entanto, se considerado o potencial do atrativo, sobretudo agora com as melhorias realizadas em sua infraestrutura, e seu planejado incremento no número de turistas, é necessário que sejam implantadas melhorias nos recursos humanos do atrativo, para aumentar a capacidade de atendimento às empresas promotoras e organizadoras de eventos e a qualidade final do evento.</p>	<p>A responsabilidade pela segurança do turista e demais participantes de eventos no atrativo é da empresa organizadora ou promotora do evento. Assim, há plenas condições de implantação de melhorias no nível de segurança oferecido ao turista no evento, conforme a demanda turística for ampliada.</p>	<p>A gestão é pública e sob a responsabilidade do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, através da FUNDTUR/MS. Por ser um espaço de eventos público e com alta capacidade de fomentar o turismo e promover o desenvolvimento socioeconômico pelo aumento na demanda dos serviços de hospedagem, alimentação e outros relacionados ao turismo de eventos, seria necessário, para a situação atual e a futura, a incorporação do princípio participativo na gestão do atrativo, trazendo para a definição das estratégias de comercialização e captação de eventos, a participação de órgãos consultivos como COMTURs, o Fórum Regional Caminho dos Ipês ou Grupo Gestor do Destino Indutor.</p>

infraestrutura básica e serviços públicos.

Parque Laucídio Coelho.



Foto 37 – Vista externa da entrada do Parque Laucídio Coelho.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 38 – Sinalização no interior do Parque Laucídio Coelho.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 39 – Vista interna da entrada e estacionamento do parque.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 40 – Pista de julgamento do Parque Laucídio Coelho.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os preços pagos pelos turistas e participantes dos eventos no Parque Laucídio Coelho variam em função do tipo de evento, empresa promotora e outros fatores, como sexo, proximidade do palco, época de compra do ingresso e outros. Como exemplo, cita-se os valores praticados na 73ª edição da Expogrande, realizada em 2011, quando os valores das entradas custaram entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00.

Quadro 29 – Avaliação do Parque Laucídio Coelho: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>Dentre os espaços de eventos do polo, o Parque Laucídio Coelho é o único que possui um controle mais preciso da entrada de turistas e participantes, visto que são usadas roletas/catracas. Contudo, o volume de visitação do atrativo não alimenta nenhum sistema de gestão do fluxo turístico do polo, ficando retida essa estimativa para o controle interno.</p> <p>Tendo em vistas a situação atual e o potencial do atrativo, é necessário a existência de um sistema de gestão do fluxo do polo que, associado à criação do calendário único de eventos, permita melhor distribuir o fluxo turístico entre os atrativos, otimizar o uso de serviços e equipamentos turísticos; assim, não sobrepressiona a infraestrutura básica e serviços públicos.</p>	<p>Foi implantada, no final de 2010, a nova sinalização turística no município de Campo Grande, que indica e orienta o turista sobre a localização dos atrativos locais, incluindo Parque Laucídio Coelho. Também, no entorno do empreendimento, há sinalizada urbana para orientar a localização do atrativo. Porém, não há sinalização informativa e interpretativa no empreendimento.</p>	<p>O empreendimento mantém um quadro de funcionários, servidores públicos, em grande parte, enxuto e voltado aos cargos administrativos, terceirizando os demais serviços especializados.</p> <p>Dentro do seu calendário de eventos há os eventos agropecuários (feiras, exposições e leilões) que ocorrem frequentemente sem a necessidade de captação, visto que são tradicionais; já quanto ao mercado de shows e eventos musicais, pela limitação na oferta local, os próprios promotores de eventos buscam a administração do parque, não sendo necessária a atuação de funcionário para a captação de eventos.</p> <p>A maior necessidade quanto aos recursos humanos não se refere, propriamente dito, aos funcionários do empreendimento, mas, sim, aos funcionários das empresas promotoras de eventos, visto que tem sido comuns desorganizações na entrada dos shows e no direcionamento dos turistas e participantes para as áreas de camarotes, pistas e</p>	<p>A responsabilidade pela segurança do turista e demais participantes de eventos no atrativo é da empresa organizadora ou promotora do evento. Assim, há plenas condições de implantação de melhorias no nível de segurança oferecido ao turista no evento, conforme a demanda turística for ampliada.</p>	<p>A gestão do empreendimento é privada e sob a responsabilidade da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul. Com a limitação imposta à realização de eventos no atrativo, embasada na Lei do Silêncio (legislação municipal), é necessário que a gestão do empreendimento determine se seguirá atuando no mercado de shows e eventos, defina os tipos de eventos-alvos e as alterações na infraestrutura do parque, que serão realizadas com base na necessidade de adequação à legislação.</p>

outros setores, conforme o ingresso comprado.

Fazenda Piana.



Foto 41 – Sinalização indicando a Fazenda Piana, na BR-060.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 42 – Estrada de acesso à Fazenda Piana.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 43 – Receptivo da Fazenda Piana.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.



Foto 44 – Lagoa, da Fazenda Piana.
Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os preços praticados na Fazenda Piana são: *Day-use*: entre R\$ 15,00 e R\$ 35,00 (dependendo do horário de entrada e opção de inclusão do almoço no valor). Há a possibilidade de locação de churrasqueiras (R\$ 25,00 cada) e de acampar no atrativo: diária com acampamento e refeições a R\$ 80,00, por pessoa; diária com acampamento e sem refeições: R\$ 45,00, por pessoa. A hospedagem nos chalés não está sendo comercializada, visto que ainda estão em construção.

Os valores dos eventos oscilam muito quanto ao tipo de evento e empresa organizadora do mesmo; no entanto, cita-se, a título de exemplo, a 2ª e Etapa do Campeonato Estadual de Enduro de Regularidade, de motocross, realizada no dia 17 de abril de 2011, pela FEMEMS/CBM, cujas inscrições antecipadas custavam R\$ 50,00, e na hora do evento, R\$ 60,00.

Quadro 30 – Avaliação da Fazenda Piana: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>Não há um controle de entrada de turistas no empreendimento e tampouco há meios de estimativa do volume de visitas através da receita bruta, pois o empreendimento é usado para eventos, mas também para lazer, tal como um balneário.</p> <p>Considerando a situação atual e o potencial do atrativo, é pertinente a implantação de um sistema privado de gestão da visitação do atrativo e seu acompanhamento pelos órgãos públicos de turismo e do meio ambiente (municipal e estadual).</p>	<p>Na principal rodovia de acesso ao atrativo (BR-060), há sinalização indicativa da localização do empreendimento, confeccionada e instalada pela gestão do atrativo.</p> <p>Dentro do atrativo, há sinalização indicando a localização do restaurante e bar molhado, informando sobre os principais produtos neles comercializados.</p> <p>Nota-se que é necessário melhorar a sinalização turística na rodovia, e dentro da propriedade é pertinente o maior emprego de sinalização próximo à lagoa, informando aspectos de segurança, principalmente.</p>	<p>A fazenda possui funcionários voltados às atividades turística e agropecuária (avicultura); dentre eles, há uma parcela significativa de mão de obra familiar. Considerando o aumento da relevância do turismo na fazenda, e a situação potencial desse atrativo, é necessária a capacitação específica sobre turismo sustentável desses funcionários, preparando-os para as distintas demandas do turista, a fim de melhorar a qualidade do atrativo.</p> <p>Igualmente, é necessária a capacitação específica na área de alimentação e dos recursos humanos, empregados no restaurante da fazenda.</p>	<p>O atrativo oferece atividades esportivas e de aventura, além de banhos na lagoa; por isso, é prioritário implantar melhorias no local, para que todas essas atividades sejam desenvolvidas com segurança. Assim, é pertinente a capacitação para primeiros socorros dos funcionários, a presença constante de salvavidas nas áreas de banho e a elaboração e implantação de um sistema de gestão da segurança, sendo positiva à Fazenda Piana a sua certificação pela ABETA.</p>	<p>Esse é um empreendimento privado, gerido pelo proprietário e seus familiares, cujo empreendedorismo e senso de oportunidade se destacaram no município de Sidrolândia. Contudo, a gestão necessita também de capacitações ou consultorias, visando a área administrativa (planejamento, gestão de recursos humanos, controles operacionais e outros), e específicas, como turismo e meio ambiente, para aumentar a competitividade do atrativo, garantir a sustentabilidade da atividade e atrair mais turistas, e de origens mais distantes, consolidando o atrativo turístico.</p>

Estádio Pedro Pedrossian – Morenã.**Foto 45 – Vista externa do Morenã e sua sinalização.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 46 – Bilheteria do Morenã.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 47 – Arquibancada do Morenã.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 48 – Banheiro do Morenã.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os preços pagos pelos turistas e participantes dos eventos no Estádio Pedro Pedrossian variam em função do tipo de evento (esportivo, shows), empresa promotora e outros fatores, como sexo, proximidade do palco, época de compra do ingresso, lote de ingressos e outros. Como exemplo,

cita-se os valores praticados na festa de um ano da Move, denominada *life is a loop*, realizada em 2011, quando os valores das entradas custaram entre R\$ 30,00 (1º lote de ingresso para mulheres na pista) e R\$ 100,00 (último lote para homens no camarote).

Quadro 31 – Avaliação do Estádio Pedro Pedrossian - Morenã: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>O número de participantes nos eventos promovidos nesse atrativo é estimado ao corpo de bombeiros para a obtenção da autorização de realização do evento e controlado pelas empresas promotoras do evento, que locam o atrativo, através de seus dados financeiros de receitas. As autorizações concedidas pelo corpo de bombeiros são arquivadas, mas não alimentam nenhum sistema de dados, e tampouco os dados das empresas organizadoras de eventos são direcionados a algum banco de dados para a gestão do fluxo turístico do empreendimento, ou do destino.</p> <p>Assim, considerando tanto a situação atual como a potencial, é necessário a existência de um sistema de gestão do fluxo de visitação do atrativo, vinculado a um controle do polo e à criação do calendário único de eventos.</p>	<p>Foi implantada, no final de 2010, a nova sinalização turística no município de Campo Grande, que indica e orienta o turista sobre a localização dos atrativos locais, incluindo o Morenã e o <i>campus</i> da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, onde se situa o empreendimento. Porém, não há sinalização informativa e interpretativa no empreendimento.</p>	<p>O Morenã possui poucos funcionários, servidores públicos, em seu quadro de pessoal, sendo voltados à funções administrativas, principalmente.</p> <p>As demais funções são exercidas por empresas terceirizadas contratadas, conforme o fluxo de eventos. Em grande parte, é o promotor de eventos quem contrata os recursos humanos empregados nesses eventos.</p> <p>A maior necessidade quanto aos recursos humanos não se refere, propriamente dito, aos funcionários do empreendimento, mas, sim, aos funcionários das empresas promotoras de eventos, visto que tem ocorrido desorganizações na entrada dos shows e no direcionamento dos turistas e participantes para as áreas de camarotes, pistas e outros setores, conforme o ingresso comprado.</p>	<p>O empreendimento, tanto para eventos esportivos como para eventos musicais e shows, demanda alterações em sua infraestrutura, visando ampliar o nível de segurança. Para os eventos esportivos, parte do local está sob interdição desde 2007, em razão da falta de segurança para abrigar torcedores.</p> <p>Já para shows e eventos musicais, o emprego de tapumes/tablados de madeira protegendo o gramado pode ser mal empregado em momentos de confusões.</p> <p>Mesmo com o aumento na utilização do estádio para shows, não há reforço na segurança patrimonial, pois, como no local funciona museu, setores da universidade e oficinas, nem todos os portões podem ser devidamente fechados com cadeados.</p> <p>Durante os eventos, os promotores contratam seguranças terceirizados.</p>	<p>A gestão do empreendimento é pública e sob a responsabilidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.</p> <p>Considerando a necessidade de conciliar as demandas de eventos esportivos e shows no empreendimento, seria necessária, para a situação atual e a futura, a incorporação do princípio participativo na gestão do atrativo, trazendo para a definição das estratégias de comercialização do local a participação de órgãos consultivos, como COMTURS, o Fórum Regional Caminho dos Ipês ou Grupo Gestor do Destino Indutor.</p>

Teatro Glauce Rocha**Foto 49 – Entrada do Teatro Glauce Rocha.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 50 – Bilheteria do Teatro Glauce Rocha.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 51 - Sinalização estacionamento do Teatro Glauce Rocha.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 52 – Interior do Teatro Glauce Rocha.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os preços pagos no Teatro Glauce Rocha variam em função do tipo de evento, empresa promotora e outros fatores, como proximidade do palco (setor) e outros. Como exemplos, citam-se os valores cobrados pela apresentação *stand up* denominada Péssima Influência (Rafinha Bastos), em 2011, que oscilam entre R\$60,00 e R\$ 80,00, e pela 15ª edição do Espetáculo de Dança de Campo Grande (2011), de R\$ 10,00.

Quadro 32 – Avaliação do Teatro Glauce Rocha: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>No atrativo, o público, por evento, é controlado em conjunto pelo gestor do empreendimento e o responsável da empresa promotora do evento, pois, ao contrário dos demais eventos (shows, feiras, palestras etc.), o espaço não é locado simplesmente: seu faturamento é vinculado à bilheteria.</p> <p>Esses dados permitem avaliar o desempenho de cada evento; contudo, eles não são direcionados a nenhum banco de dados do destino ou polo.</p> <p>Considerando a situação potencial e mesmo a atual do atrativo, é necessária a implantação de melhorias no sistema de controle do público, substituindo as caixas lacradas na bilheteria por sistemas biométricos, que aumentam a precisão e a transparência de informações, que diminuem os conflitos no momento da divisão da receita entre atrativo e promotores de eventos.</p> <p>Igualmente, é essencial à competitividade do atrativo e do Polo, a incorporação dos dados desse empreendimento em um sistema de gestão do polo, incluindo a criação de um calendário único, a fim de atrair novos turistas, aumentar o tempo de permanência dos presentes em outros eventos, aproveitando sinergias entre eventos técnicos e culturais.</p>	<p>Há sinalização turística implantada, entre 2010 e 2011, indicando a localização do espaço de eventos. Também é encontrada na entrada da sala principal do teatro uma sinalização, confeccionado pelo próprio empreendimento, indicando os materiais e alimentos de entrada proibida, visando à conservação da estrutura ou à qualidade do espetáculo.</p> <p>Pela própria especificidade dos eventos realizados no atrativo, não há necessidade de implantação de melhorias na sinalização.</p>	<p>O empreendimento apresenta uma estrutura pequena de funcionários, servidores públicos, destacados para a área administrativa, controles financeiros, sonorização, iluminação e manutenção do local. Os demais serviços que demandam capacitação técnica específica (elétricos, segurança, refrigeração e outros), são terceirizados.</p> <p>Considerando o perfil dos turistas e público que frequentam os espetáculos, é positiva para o empreendimento a capacitação de seus recursos humanos na área de atendimento ao público, e treinamentos específicos quanto a aspectos culturais, visando transmitir informações de melhor qualidade ao turista.</p>	<p>O espaço de eventos possui segurança patrimonial, e a segurança do público, durante o espetáculo, é responsabilidade da empresa promotora do evento.</p> <p>Assim, há plenas condições de ampliar a segurança em resposta ao aumento do fluxo turístico almejado.</p>	<p>O atrativo possui gestão pública, sendo gerido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.</p> <p>Tendo como foco o aumento da demanda de eventos pelo potencial do atrativo, seria necessário dotar de maior independência e dinamismo a gestão atual, assim como de recursos para que as alterações na gestão e na infraestrutura possam ser realizadas visando manter a qualidade do empreendimento e a atração de eventos de qualidade, acompanhando a evolução da demanda de seus promotores de eventos, artistas e público.</p>

Teatro Aracy Balabanian, do Centro Cultural José Octávio Guizzo.**Foto 53 – Vista externa do Centro Cultural José Octavio Guizzo.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

**Foto 54 – Sinalização turística no Centro Cultural José Octavio Guizzo.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 55 – Hall interno do Centro Cultural José Octavio Guizzo.**

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

**Foto 56 – Entrada do Teatro Aracy Balabanian, no Centro Cultural José Octavio Guizzo.**

Fonte: Álvaro Barbosa, 2011.

Os preços pagos pelo público no Teatro Aracy Balabanian variam em função do tipo de evento, empresa promotora e outros fatores. Como exemplos, citam-se os valores de R\$ 15,00, pela apresentação musical do violinista Paulo Arguelo, em 2010; R\$ 20,00, pelo espetáculo "Incontornáveis – um teatro de incoerência e horror", em 2010; e R\$ 15,00, geralmente cobrados pelas apresentações de teatro infantis, muito comuns no atrativo.

Quadro 33 – Avaliação do Teatro Aracy Balabanian: melhorias e necessidades a serem implantadas com vistas ao potencial do atrativo.

Sistemas necessários para a gestão dos fluxos turísticos	Sinalização informativa e interpretativa	Recursos humanos	Nível de segurança	Gestão requerida
<p>No atrativo, o público, por eventos, geralmente para sessão de teatro/apresentação, é controlado, em conjunto, pelo gestor do empreendimento e o responsável da empresa promotora do evento, pois, ao contrário dos demais eventos (shows, feiras, palestras etc.), o espaço não é locado simplesmente; seu faturamento é vinculado à bilheteria. Esses dados permitem avaliar o desempenho de cada evento; contudo, eles não são direcionados a nenhum banco de dados do destino ou polo.</p> <p>Considerando a situação potencial, e mesmo a atual do atrativo, é necessária a implantação de melhorias no sistema de controle do público, substituindo as caixas lacradas na bilheteria por sistemas biométricos, que aumentam a precisão dos dados e a transparência de informações, que diminuem os conflitos no momento da divisão dos resultados financeiros entre atrativo e promotores de eventos.</p> <p>Igualmente, é essencial à competitividade do atrativo e do Polo Campo Grande e Região, a incorporação dos dados desse empreendimento em um sistema de gestão do polo, incluindo a criação de um calendário único, a fim de atrair novos turistas, aumentar o tempo de permanência dos presentes em outros eventos,</p>	<p>Há sinalização turística implantada, entre 2010 e 2011, indicando a localização do espaço de eventos.</p> <p>Pela própria especificidade dos eventos realizados no atrativo, não há necessidade de implantação de melhorias na sinalização.</p>	<p>O empreendimento apresenta uma estrutura pequena de funcionários, destacados para a área administrativa, controles financeiros, sonorização, iluminação e manutenção do local. Os demais serviços que demandam capacitação técnica específica (elétricos, segurança, refrigeração e outros), são terceirizados.</p> <p>Considerando o perfil dos turistas e público que frequentam os espetáculos, é positiva para o empreendimento a capacitação de seus recursos humanos na área de atendimento ao público, e treinamentos específicos quanto a aspectos culturais, visando transmitir informações de melhor qualidade ao turista.</p>	<p>O espaço de eventos possui segurança patrimonial, e a segurança do público durante o espetáculo é responsabilidade da empresa promotora do evento.</p> <p>Assim, há plenas condições de ampliar a segurança em resposta ao aumento do fluxo turístico almejado.</p>	<p>A gestão do empreendimento é pública e sob a responsabilidade da Fundação da Cultura de Mato Grosso do Sul, a qual tem se destacado por seus projetos de valorização e promoção de espetáculos de artistas locais, da cultura sul-mato-grossense e a preços acessíveis.</p> <p>Em contrapartida, o Governo do Estado e a gestão conseguiram recursos para promover uma série de modernizações e melhorias na infraestrutura do local, aumentando sua capacidade de realizar mais eventos e espetáculos de maior qualidade.</p> <p>Assim, seria necessário aumentar as ações de divulgação dos espetáculos, sobretudo os de cultura local, em meios de hospedagem, em outros espaços de eventos e em meios de maior</p>

aproveitando sinergias entre eventos técnicos e culturais.				circulação, para captar mais turistas e público em geral.
--	--	--	--	---

Atrativos e Roteiros Complementares

O eixo histórico-cultural do polo é um relevante atrativo, configurando um marco do patrimônio histórico e cultural do município de Campo Grande, para o qual recentemente (em julho de 2010), foi elaborado e instituído o Plano para a Revitalização, que tem, entre seus objetivos, a preservação dos atrativos de interesse cultural.

Complementando, a região que compreende o eixo histórico-cultural de Campo Grande, em especial o entorno da estação rodoviária, é objeto de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, das Cidades Históricas, compreendendo a recuperação da antiga estação ferroviária para abrigar o Centro de Documentação e Referência da EFNOB/RFFSA.

A estação ferroviária é tombada pelo Patrimônio Histórico do município, e vai receber R\$ 2,6 milhões de recursos do PAC, das Cidades Históricas, viabilizado pelo acordo firmado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. O projeto está em processo licitatório e será executado em 2011.

Entre os anos de 2010 e 2012, o PAC vai atender várias ações de preservação histórico-cultural, e Campo Grande deverá ser contemplada com outros projetos voltados ao complexo ferroviário tombado.

Localizado na região noroeste, está o eixo composto por significativos bens culturais que se inicia nos altos da Rua 14 de julho, com a Igreja São Francisco de Assis, construída em 1955, pelos padres franciscanos, e considerada uma das mais belas edificações históricas de Campo Grande, com sua construção harmônica em estilo colonial.

O próximo atrativo desse eixo é o sítio histórico da ferrovia Noroeste do Brasil, que compreende a antiga estação ferroviária, a esplanada, o armazém de carga, hoje Armazém Cultural, as instalações da Feira Central e a vila dos ferroviários, em ruas calçadas de paralelepípedos.



Foto 57 - Igreja São Francisco de Assis, Campo Grande, MS, 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.



Foto 58 - Estação ferroviária Noroeste do Brasil - Armazém Cultural, em Campo Grande, MS, 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Da estação ferroviária já é possível vislumbrar o próximo ponto, na esquina, que é o Hotel Gaspar, construção suntuosa para a época, no estilo *art-déco*, já com influências do modernismo, inaugurado em 26 de agosto de 1954, ainda hoje em pleno funcionamento. Posteriormente, na Avenida Calógeras, esquina com a Rua Dom Aquino, encontra-se a sede da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, outra referência arquitetônica de Campo Grande.

Logo a seguir, na próxima esquina com a Rua Barão do Rio Branco, encontra-se a Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo, uma bela edificação construída no início da década

de 20, hoje um espaço cultural onde é preservada a história do Estado, anterior à divisão (1977).



Foto 59 - Hotel Gaspar, em Campo Grande, MS, 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.



Foto 60 - Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo, em Campo Grande, MS, 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Na próxima quadra, está o prédio onde funciona a Casa do Artesão, ponto de comercialização da produção artesanal mais expressiva de Mato Grosso do Sul. No passado, esse prédio, projetado pelo engenheiro Camilo Boni, para utilização comercial e residencial na década de 20, foi sede da primeira agência do Banco do Brasil e depois abrigou a Exatoria Estadual. Em 1994, o imóvel passou a integrar o patrimônio cultural (histórico-cultural) do Estado.

Nessa esquina, Avenida Calógeras com a Avenida Afonso Pena, descendo à direita, encontra-se a Morada dos Baís, uma das mais bonitas construções históricas do município, que serviu de residência à família de Bernardo Franco Baís, personalidade de destaque na história da cidade. Edificada entre 1912 e 1918, nesse prédio funcionou posteriormente, por muito tempo, a Pensão Pimentel, e hoje abriga o Museu Lídia Baís, pioneira nas artes plásticas do Estado, um Centro de Informações Turísticas e Culturais e espaço para exposições temporárias de artes plásticas, lançamentos de livros e shows.



Foto 61 - Casa do Artesão, em Campo Grande, MS, 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.



Foto 62 - Morada dos Baís, em Campo Grande, MS, 2004.

Fonte: Denilson Nantes, 2007.

Nessa direção, chega-se à Avenida Noroeste, onde está localizado o Colégio Osvaldo Cruz, prédio esse utilizado como armazém de secos e molhados no início da década de 20, depois adaptado, em 1929, para funcionar como colégio. É considerada uma das mais sólidas estruturas da construção civil em Campo Grande.

Em frente ao Colégio, estão localizados o Mercado Municipal Antonio Valente - popularmente conhecido como Mercado - ainda hoje referência na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, peixes, carnes e especiarias, e a praça Oshiro Takimori, onde os índios Terena vendem sua produção, proporcionando um espaço de visitação permanente e obrigatório.

Descendo, logo à direita, na Avenida Fernando Corrêa da Costa com a Avenida Ernesto Geisel, está situado o Parque Florestal Antônio de Albuquerque, mas conhecido como Horto Florestal - complexo que abriga atividades de arte, cultura, esporte e lazer. A seguir, na confluência dos córregos Prosa e Segredo, está o Monumento dos Pioneiros - homenagem aos primeiros habitantes de Campo Grande que ali se estabeleceram. Um marco aos bravos pioneiros da "Cidade Morena", como é conhecida Campo Grande.

Nos quadros seguintes, os principais monumentos, memoriais, museus, galerias disponíveis nos segmentos cultural, ecoturismo e lazer, considerados atrativos consolidados.

Quadro 34 - Monumentos, memoriais, museus e galerias em Campo Grande.

Atrativo	Descrição	Gestão
Obelisco.	No cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua José Antônio, o monumento homenageando o fundador da cidade, José Antônio Pereira é o Marco Zero do Estado de Mato Grosso do Sul.	Administração pública – Prefeitura Municipal de Campo Grande.
Relógio da 14 de Julho.	Toda a simbologia de uma época foi recuperada com a reconstrução do primeiro relógio público de Campo Grande, que se situava entre as principais vias da cidade: no cruzamento das ruas 14 de julho com Afonso Pena. Foi construído em 1.933, em alvenaria, com 5 metros de altura, com mecanismo de tecnologia alemã e funcionava a cordas. Demolido, sob protestos, em 1970, hoje, localiza-se a 100 metros do antigo local. Localização: Av. Afonso Pena com a Av. Calógeras.	Administração pública – Prefeitura Municipal de Campo Grande.
Monumento da Imigração Japonesa.	Representando uma típica casa japonesa, foi construído por Choji Oyokawa, em homenagem aos 70 anos da imigração japonesa. Localização: Praça da República	Administração pública – Prefeitura Municipal de Campo Grande

Atrativo	Descrição	Gestão
Monumento do Aviador.	Monumento construído em homenagem ao tenente - aviador Chaves Filho, subcomandante e integrante da Esquadilha de Reconhecimento e Ataque 42 (ERA-42). Localização: Base Aérea de Campo Grande.	Administração pública – Comando Militar do Oeste.
Memorial da Cultura Indígena.	Com área de 340 m ² , localiza-se na única aldeia urbana do Brasil. Oferece exposições e comercialização de artesanato local.	Administração pública – Prefeitura Municipal de Campo Grande.
Museu das Culturas Dom Bosco.	De referência nacional, mais conhecido como Museu do Índio, tem precioso acervo de mais de seis mil peças indígenas Bororo, Xavante, Carajá, Moro e do Rio Uapes, além de borboletas, conchas, aves e mamíferos embalsamados, na maioria do Pantanal. Formada por quatro blocos interligados, com varandas e um grande pátio para contemplação do Parque das Nações Indígenas, a construção ocupa uma área de 4.179 m ² . Localização: Avenida Afonso Pena, Parque das Nações Indígenas.	Administração privada – Universidade Católica Dom Bosco.
Museu da Força Expedicionária Brasileira – FEB.	O acervo do museu compõe-se de armas, uniformes, equipamentos de comunicação e objetos usados pelos soldados da FEB. durante a Segunda Guerra Mundial. Localização: Av. Presidente Vargas, 2800.	Administração pública – Comando da 9ª Região Militar.
Museu da Imagem e do Som	No museu, o turista pode voltar no tempo e conhecer objetos e curiosidades do início do século. Localização: Av. Afonso Pena.	Administração pública – Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.
Museu José Antonio Pereira.	A antiga sede da Fazenda Bálsamo é uma homenagem ao fundador de Campo Grande. Tombada pelo Patrimônio Histórico, em 1983. Localização: Av. Guaicurus, km 5.	Administração pública – Fundação Municipal de Cultura (FUNDAC/Campo Grande).
Museu Marechal Rondon.	A história das comunicações do Estado, do ainda Mato Grosso; de Marechal Rondon até a advinda da telefonia celular. Localização: Rua Tapajós, 660 - Bairro do Cruzeiro.	Administração privada – Brasil Telecom.
Marco - Museu de Arte Contemporânea.	O museu possui uma área construída de 4.000 m ² , e dispõe de quatro salas para exposições temporárias e uma sala exclusivamente para mostra das obras de seu acervo. Localização: Rua Antônio Maria Coelho, 6000, no Parque das Nações Indígenas.	Administração pública – Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.
Centro Cultural José Otávio Guizzo.	Abriga o teatro "Aracy Balabanian", a sala "Rubens Corrêa" e uma Galeria de Arte, além de promover cursos e oficinas de música, dança, cinema, teatro, vídeos e artes plásticas. Localização: Rua 26 de Agosto, 453 – Centro.	Administração pública – Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Os demais municípios do polo não apresentam desenvolvidos produtos histórico-culturais prontos para compor um roteiro, porém, volta-se a salientar que, vinculados ao segmento cultural, envolvendo produtos étnicos e religiosos, tem-se em Sidrolândia seis aldeias indígenas, comunidades quilombolas em Rio Negro, Campo Grande e Jaraguari, igrejas em todos os municípios, destacando-se o santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Jaraguari, entre outros com potencial a ser desenvolvido.

Mesmos os atrativos estruturados em Campo Grande, apesar de possuírem um fluxo constante, porém não controlado, não têm atratividade suficiente para despertarem a

demanda turística, configurando-se como o motivo principal da viagem, e, por essa razão, são aqui elencados como complementares. O mesmo conceito se aplica aos atrativos de ecoturismo, rural e lazer, abaixo descritos.

Quadro 35 - Principais atrativos de ecoturismo, rural e lazer em Campo Grande.

Atrativo	Descrição
Parque das Nações Indígenas.	Considerado o maior parque urbano do mundo, com extensão de 119 hectares, o local oferece infraestrutura adequada para a prática de lazer e esporte. Com pista asfaltada para caminhada, de 4.000 metros, quadra de esportes, pátio para skate e patins, sanitários, lanchonetes e um grande lago formado próximo à nascente do córrego.
Parque dos Poderes.	Centro político-administrativo do Governo de Mato Grosso do Sul, o Parque dos Poderes reúne as sedes do executivo, legislativo e judiciário. Com arquitetura contemporânea, o parque está localizado numa reserva biológica, na qual se pode encontrar plantas e animais silvestres da região do Cerrado. Localiza-se nesse parque, o Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo e a TV Educativa, com a torre de 100 metros, considerada uma das mais altas construídas em alvenaria. Localização: altos da Av. Afonso Pena.
Parque Estadual do Prosa.	Criado em 1981, como reserva ecológica do Parque dos Poderes, é a primeira área protegida em Mato Grosso do Sul e, até 1998, seus 135 hectares configuravam, na estatística nacional, como a única área de proteção integral em nosso Estado. Enquanto unidade de conservação, tem como objetivo resguardar a fauna, flora e as belezas naturais do local, que, aliada à sua localização urbana, facilita a sua utilização para atividades de pesquisa científica, educação e interpretação ambiental. Atividades Desenvolvidas - <u>Trilhas interpretativas</u> : com acompanhamento de monitores, os visitantes podem vivenciar o universo dos ambientes protegidos, como as trilhas do Tatu, Copaíba e do Prosa, passando por pequenas pontes e decks ao longo dos córregos Joaquim Português, Desbarrancado e Prosa. <u>Visitação ao Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS</u> : localizado no interior do parque, e tem, por objetivo, contribuir para a conservação da fauna sul-mato-grossense. Desde sua criação já recepcionou, triou e destinou mais de 12 mil animais nativos, oriundos de apreensões ou doações da comunidade.
Horto Florestal.	O local é historicamente importante, pois fica bem próximo de onde o fundador José Antônio Pereira e seus familiares construíram os primeiros ranchos, que dariam origem à cidade, no ano de 1872. O Horto ocupa uma área de 2,5 hectares, onde, além do próprio bosque, o visitante tem à disposição pista de <i>cooper</i> , biblioteca, lanchonete, <i>playground</i> , orquidário, cancha de bocha, espelho d'água, paisagismo e pistas de skate e bicross. O parque possui também projetos de reflorestamento destinados a cultivar as espécies vegetais nativas da região. Ligado por uma passarela panorâmica sobre a avenida, está o Centro de Convivência do Idoso e Centro de Atividades Múltiplas, com parlatório, teatro de arena e salas para cursos. Localização: Avenida Fernando Corrêa da Costa, esquina com a Ernesto Geisel - Centro.
Estádio Belmar Fidalgo.	O nome lembra que no local funcionou o primeiro estádio de futebol da cidade. Transformado numa praça de cultura física, é hoje muito bem frequentado por todos os adeptos da vida saudável. Localização: Rua Dom Aquino, Centro.
City –Tour.	A Linha Turismo implantada em 2004, com o Projeto City Tour Campo Grande, é realizada por ônibus especialmente utilizados para o turismo - <i>double-decker</i> - o piso superior desse ônibus fica ao ar livre, proporcionando uma vista panorâmica do trajeto, que percorre 42 diferentes pontos turísticos da cidade, no passeio que dura aproximadamente duas horas e meia. Desde a implantação, gradativamente os usuários da Linha Turismo veem aumentando; em 2009, foram 13.438 passageiros, representando a variação positiva de 9,3%, em relação ao ano de 2008, segundo dados do <i>Convention Visitors Bureau</i> Campo Grande.
Turismo Rural.	A cidade, apesar do seu ar de metrópole, conserva as características culturais de ruralidade que se materializa nas pequenas propriedades rurais existentes, que formam um cinturão onde é desenvolvida a pecuária e agricultura de subsistência e

Atrativo	Descrição
	atividades turísticas, como passeios a cavalo, pesca, banhos de cachoeira, trilhas, pesque-pague, dentre outras, no circuito: - Fazenda Haras Cachoeira - Doces Orgânicos Esmeralda; Rodovia BR 163 - entrada em frente do Posto Platinão - Saída para São Paulo; - Cidade das Abelhas: BR 163 - KM 458; - Chácara Panambi - Saída para São Paulo; - Fazenda Pontal das Águas; BR 262 - Saída para Três Lagoas; - Cabanas do Pontal; Rodovia MS 080; - Café Colonial Dom Fernando: Rodovia MS 080, ponte do córrego Ceroula, à direita, saída para Rochedo, 20 km após o DETRAN - Campo Grande / MS; - Pesque e Pague Nippon - Saída para Rochedo.
Trem do Pantanal.	Inaugurado em maio/2009, saindo da estação de Indubrasil, realiza um passeio turístico entre a Capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda, com impacto também na região Bonito - Serra da Bodoquena. No período entre maio/2009 e fevereiro/2010, foram transportados 6.034 passageiros, sendo 4.592 pagantes, segundo dados da Serra Verde Express.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a), Prefeitura Municipal de Campo Grande (www.prefeituradecampogrande.com.br/sedesc).

Todos os produtos acima são consolidados e, por consequência, concentrados em Campo Grande, visto seu maior desenvolvimento turístico dentre os municípios do Polo Campo Grande e Região; porém, as demais regiões do polo possuem grande potencialidade para o turismo rural, ecoturismo e turismo de aventura, destacando-se, a título de exemplos, a Estrada Parque Palmeira-Piraputanga, em Dois Irmãos do Buriti, as cachoeiras de Rio Negro, a RPPN Vale do Bugio, em Corguinho, entre outras potencialidades ainda não desenvolvidas adequadamente como produtos.

Abaixo, apresentam-se os atrativos turísticos que ainda estão em fase de estruturação, com fluxo de visitação em consolidação, fluxo meramente local/regional, ou, ainda, que se encontra em fase de consolidação no mercado, destacando-se os dos segmentos: ecoturismo, aventura, cultural (histórico, cultural, étnico, religioso), negócios e eventos (visitas técnicas, científico, agrotecnológico), apresentados no portfólio de produtos na análise de demanda, e aqui complementados com os demais atrativos existentes.

Quadro 36 - Atrativos em fase de estruturação no Polo Campo Grande e Região.

Atrativos	Nova Alvorada do Sul
Pesqueiro Campestre.	O pesqueiro atrai munícipes e turistas do entorno do atrativo, sendo destacada a gastronomia do empreendimento, onde se consome pescados e outros pratos típicos.
Atrativos	Terenos
Balneário Cantinho do Céu/Balneário Raio de Sol.	Os balneários de Terenos, apesar da beleza, são majormente frequentados pela comunidade local, apresentando problemas ambientais. Configuram-se como atrativos complementares que, se estruturados e regularizados, podem diversificar a oferta do polo.
Atrativos	Sidrolândia
Fazenda Piana.	A fazenda possui trilhas para enduros, além de estrutura de lazer: lagoa para banho, tirolesa, bar-molhado, quadra de volei de areia e em seu receptivo, restaurante. Há 28 churrasqueiras disponíveis para locação e área de camping. Também estão sendo construídos chalés para a hospedagem de turistas.

Expo-Sidrolândia Festas e Eventos.	A Expo-Sidrolândia é o principal evento do município, sendo voltado ao setor agropecuário. No mesmo espaço do Parque de Exposições, também ocorrem os eventos específicos para a comercialização de orquídeas.
Voo Livre.	Rampas que atendem circuitos internacionais.
Atrativos	Dois Irmãos do Buriti
Estrada Parque Palmeiras-Piraputanga.	Estrada sem pavimentação, que liga os distritos de Palmeiras a Piraputanga, a qual é procurada para a prática de passeios de bicicletas e contemplação da natureza, em função do ecossistema da Serra de Maracaju.
Negócios e Eventos (agrotecnológicos).	A presença de uma importante agroindústria no município de Sidrolândia (Seara/Cargill) atrai turistas do segmento, interessados na produção e processamento de grãos e aves.
Pousada Sol Amarelo.	A pousada é popular entre os munícipes e tem despertado o interesse de turistas de seu entorno, sobretudo da Capital. O atrativo possui um lago natural e piscinas para lazer, além de apartamentos para hospedagem.
Atrativos	Jaraguari
Estância Lázara Sítio Pingo D'ouro.	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Capela Nossa Senhora Aparecida.	A pequena capela, desde sua construção, tem atraído fieis e romarias, a princípio da comunidade local e, recentemente, de seu entorno, da Capital e de outros municípios mais distantes, como de Dourados.
Atrativos	Corguinho
Projeto Portal	A fazenda é considerada um dos principais centros de energia da América do Sul, atraindo curiosos e pesquisadores ligados às ciências paralelas de todo o país, e também do exterior. Os turistas e associados apresentam alto grau de fidelização ao atrativo, o que motivou a construção de diversas segunda residências no local.
Atrativos	Ribas do Rio Pardo
Balneário Municipal .	O balneário municipal configura-se como uma alternativa de lazer, nos períodos mais quentes do ano, para os munícipes e população do entorno de Ribas do Rio Pardo, podendo ser adotado em uma estratégia de ampliação da oferta.
Usina do Mimoso e Agrotecnológico.	O desenvolvimento do setor de agronegócios e florestal no município atrai empresários do ramo, que desejam ingressar nessas atividades, sobretudo no plantio e processamento de eucalipto, ao ponto de ser realizado o primeiro evento de grande porte em 2010, abordando o setor florestal como tema.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Evidencia-se que os atrativos acima complementam aqueles destacados na análise da vocação turística visando à definição de um portfólio de produtos, sendo positiva a estruturação destas potencialidades como produtos prontos para comercialização, de modo a ampliar a oferta do polo.

Considerando as condições da oferta turística apresentadas ao longo de toda a análise acima, nota-se que a oferta do Polo Campo Grande e Região poderia ser melhorada em diversos pontos, a fim de promover maior desenvolvimento do turismo e competitividade do polo.

Em termos de atrativos turísticos, verifica-se a existência expressiva de atrativos em estruturação e potenciais nos demais municípios do polo, que podem ser incorporados à oferta atual, concentrada na Capital. Para tanto, é imperativo o desenvolvimento de estratégias de consolidação desses atrativos, elaboração de roteiros específicos que integrem os municípios e atrativos sinérgicos, alicerçados em ações personalizadas de *marketing* e na estruturação da gestão do fluxo de turistas.

Nota-se, assim, que a consolidação do polo como destino turístico demanda uma reformulação na gestão da oferta para atender e acompanhar a evolução de sua demanda, sendo necessária, tanto para a demanda atual e principalmente para a demanda potencial, a organização de seus principais eventos, através de uma agenda única que otimize o uso dos atrativos e da infraestrutura existentes, além da necessidade de ampliação da disponibilidade de espaços e diversificação de produtos pela incorporação dos atrativos complementares e da estruturação dos potenciais.

Salienta-se, ainda, que as ações planejadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, como o Plano de Revitalização e a implantação de sinalização turística, entre outras, igualmente precisam ser introduzidas nos demais municípios, visando à gestão integrada da oferta turística do polo e sua melhor comercialização.

Por fim, a avaliação da oferta turística do polo demonstra a necessidade de maior integração entre os municípios, mas, também, entre os empreendimentos dentro da cadeia para adequadamente dirimir os pontos de estrangulamento do setor e aproveitar as oportunidades existentes. Pois é necessário incrementar e direcionar não somente o fluxo de turista, como também os modelos de gestão da Capital para os outros nove municípios que compõem o polo. Esta integração pode ser intensificada por meio do Fórum Regional Caminho do Ipês, das associações e de instituições diretamente relacionados ao setor, como órgãos públicos, o Sistema S e universidades.

AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

De acordo com dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a), o setor envolve mais de 1.090 equipamentos entre prestadores de serviços turísticos e atividades características do turismo, dotando, assim, a Capital de uma cadeia já estruturada: MHs (28); Agências de Viagem e Operadoras de Receptivo (115); Eventos - Organizadoras e Estrutura (23); Espaços para Eventos (38) Alimentos e Bebidas (62); Locadoras de Automóveis (39); Transportadoras de Passageiros de Ônibus (18); Empresas Aéreas (04); Guias de Turismo (152); Transportadoras Turísticas (34); Frota de Táxi estimada (438) veículos distribuídos em 71 pontos; Atrativos Urbanos (64); Atrativos no Turismo Rural (34); Entretenimento e Lazer; Aeroporto Internacional; Terminal Rodoviário, entre outros equipamentos importantes no turismo receptivo, como os Centros de Atendimento ao Turista (08).

O setor de comércio e serviços de Campo Grande, em 2008, atingiu a marca de 20.000 estabelecimentos comerciais, permitindo-se prospectar que, em torno de 5,45%, estão diretamente voltados para o segmento do turismo, através dos prestadores de serviços turísticos e atividades características do turismo.

A atividade tem sediada na Capital instituições de classe que exercem importante papel no fortalecimento e representatividade do setor: Fórum Estadual de Turismo de MS, Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV, Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo - ABBTUR, Associação Brasileira de Indústria de Hotéis - ABIH, Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis - ABLA, Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - ABRAJET, ABRASEL, Associação Campo-grandense de Turismo Rural - ACTUR, Associação dos Artesãos, Sindicato dos Taxistas do MS - SINTAXI, Cooperativa Prestadora de Serviço de Van - COOPERVANS, *Convention Visitors & Bureau/MS* e Campo Grande

Convention Visitors & Bureau. E, como instituições de apoio, a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista, os consulados do Paraguai, da Itália e Bolívia.

Percebe-se, no entanto, um número reduzido de filiados a essas entidades representativas, cuja força e poder de decisão são diretamente proporcionais à quantidade de filiados, tornando-se indispensável para mudança desse quadro um trabalho de sensibilização junto às categorias de classe, e o fortalecimento da gestão pública do município, assumindo seu papel de interlocutor, articulador e aglutinador das forças que se fazem presentes. Por exemplo, para o papel fundamental do Campo Grande *Convention & Visitors Bureau*, frente ao principal segmento turístico da Capital - negócios e eventos - é imprescindível a filiação maciça dos prestadores de serviços turísticos, para que a entidade adote uma política incisiva na captação de eventos.

Da mesma maneira, nota-se que o número de empreendimentos cadastrados no MTur ainda é reduzido, conforme ilustra o quadro seguinte, onde, por exemplo, dos 173 meios de hospedagens existentes, 16% está cadastrada.

Quadro 37 - Prestadores de serviços turísticos cadastrados no MTur, em Campo Grande, MS.

Serviços turísticos	Quantidade
Agências de viagens	115
Organizadora de eventos	13
Estrutura para eventos	10
Meio de hospedagem	28
Transportadora turística	34
Parques temáticos	-
Guias de turismo	152
Bacharel em turismo	24

Fontes: CADASTUR - 12/07/2010 (BRASIL, 2010d)

Para os demais municípios que compõem o polo selecionado, não foram encontrados prestadores de serviços turísticos cadastrados no MTur, como estabelece o Artigo 22, da Lei Geral do Turismo n. 11.771, de 11/09/2008.

Para complementar a avaliação da infraestrutura turística, buscou-se elementos que permitam analisar os equipamentos e os serviços turísticos existentes no Polo Campo Grande e Região, e determinar se a oferta atual permitirá atender tanto a demanda atual como a potencial.

A análise está focada nos estabelecimentos de alimentação e MHS, e considera-se que a referida oferta está alinhada com os segmentos de turismo explorados, consolidados e potenciais, na região, ou seja, turismo de negócios e eventos programados.

De acordo com o critério de classificação do porte de empresas em relação ao número de empregados utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as empresas do setor de comércio e serviços são classificadas da seguinte forma (BRASIL, 2007):

- Micro: até nove empregados
- Pequena: de 10 a 49 empregados
- Média: de 50 a 99 empregados
- Grande: mais de 100 empregados

Ao mesmo tempo, conforme o critério por receita bruta anual adotado pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste, a classificação das empresas, por porte, é a seguinte:

- Microempresa - ME - Lei 123/06 - Até R\$ 240.000,00
- Empresa de Pequeno Porte - EPP - Lei 123/06 - De R\$ 240.000,01 até R\$ 2.400.000,00

Dessa forma, os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, para o ano último da série (2008) são apresentados a seguir:

Quadro 38 – Total de empreendimentos do setor de alimentação e meios de hospedagens por porte da empresa, no Polo Campo Grande e Região, em 2008.

	Campo Grande	Ribas do Rio Pardo	Jaraguari	Rochedo	Rio Negro	Terenos	Nova Alvorada do Sul	Dois Irmãos do Buriti	Corguinho	Sidrolândia	Total	% do Total	Média (exceto Campo Grande)
Microempresas	515	15	2	1	2	7	13	0	2	17	574	78,6	6,6
Pequenas empresas	142	1	1	0	0	0	4	1	0	1	150	20,5	0,9
Médias empresas	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0,8	
Total de empresas	663	16	3	1	2	7	17	1	2	18	730		

Fonte: adaptado de BRASIL, 2010f

Portanto, do total de 730 empresas, o Polo Campo Grande e Região possui 574 microempresas, 150 empresas de pequeno porte e seis empresas de médio porte. As microempresas representam 78,6% desse total, e as pequenas empresas, 20,5%. Quando se desconsidera o município de Campo Grande, o polo possui, em média, 6,6 microempresas e, praticamente, uma pequena empresa.

Em termos de faturamento, significa dizer que a grande maioria dos estabelecimentos do setor de alimentação e MHs, essenciais para o atendimento ao turista, possui uma receita bruta anual de até R\$ 240.000,00. Esse fator é positivo, pois essas empresas são empregadoras de mão de obra e promovem a circulação da riqueza na localidade.

O quadro a seguir mostra a classificação pelo critério do número de empregados:

Quadro 39 – Total de funcionários do setor de alimentação e MHs, por porte da empresa, no Polo Campo Grande e Região, em 2008.

	Campo Grande	Ribas do Rio Pardo	Jaraguari	Rochedo	Rio Negro	Terenos	Nova Alvorada do Sul	Dois Irmãos do Buriti	Corguinho	Sidrolândia	Total	% do Total	Média (exceto Campo Grande)
Microempresas	1.756	38	5	2	7	19	46	0	5	52	1.930	37	19
Pequenas empresas	2.657	13	12	0	0	0	112	30	0	11	2.835	55	20
Médias empresas	428	0	0	0	0	0	0	0	0	0	428	8	
Total de funcionários	4.841	51	17	2	7	19	158	30	5	63	5.193		

Fonte: adaptado de BRASIL, 2010f

A análise dos quadros anteriores mostra que, apesar das microempresas representarem aproximadamente 80% do total de empresas do Polo Campo Grande, são as pequenas empresas as responsáveis pelo maior volume de emprego, 55% do total. No entanto, na média, tanto as microempresas como as pequenas empresas, empregam um número aproximado de 19 funcionários, respectivamente.

Os dados revelam, ainda, que, considerando-se as microempresas, os municípios de Jaraguari, Rochedo, Rio Negro, Dois Irmãos do Buriti e Corguinho apresentam número de estabelecimentos abaixo da média. Vale ressaltar que um eventual aumento do fluxo de turistas para o polo, de forma induzida ou espontânea, pode provocar um colapso na prestação de serviços turísticos nesses municípios. Isso provavelmente resultará numa dificuldade de integração plena desses municípios com o restante do polo, a despeito das potencialidades de seus atrativos.

Os quadros presentes no ANEXO C mostram os dados sobre o número de estabelecimentos e número de funcionários nos setores de alimentação e hospedagem coletados na RAIS, por município do Polo Campo Grande e Região, em 2008 (BRASIL, 2010f).

Com relação à infraestrutura disponível no polo, o município de Campo Grande se sobressai, dispondo de prestadores de serviços turísticos que atendem toda a cadeia produtiva em termos quantitativo e organizacional, apresentando as características inerentes aos destinos consolidados, sendo reconhecido dentro do Estado, nacional e internacionalmente, sobretudo junto aos países limítrofes de Mato Grosso do Sul (Paraguai e Bolívia).

Entre 8 e 23 de Setembro de 2010, a AGRICON Consultoria aplicou uma pesquisa junto aos representantes da cadeia turística (31 empreendimentos da Capital, sendo 14 agências de viagens, 11 hotéis e 6 restaurantes), conforme detalhado no ANEXO B, com o intuito de proceder a uma avaliação dos equipamentos e serviços turísticos. A partir desta pesquisa, verificou-se que a maior parte das agências de viagens e restaurantes são microempresas; já a maioria dos hotéis são empresas de médio porte:

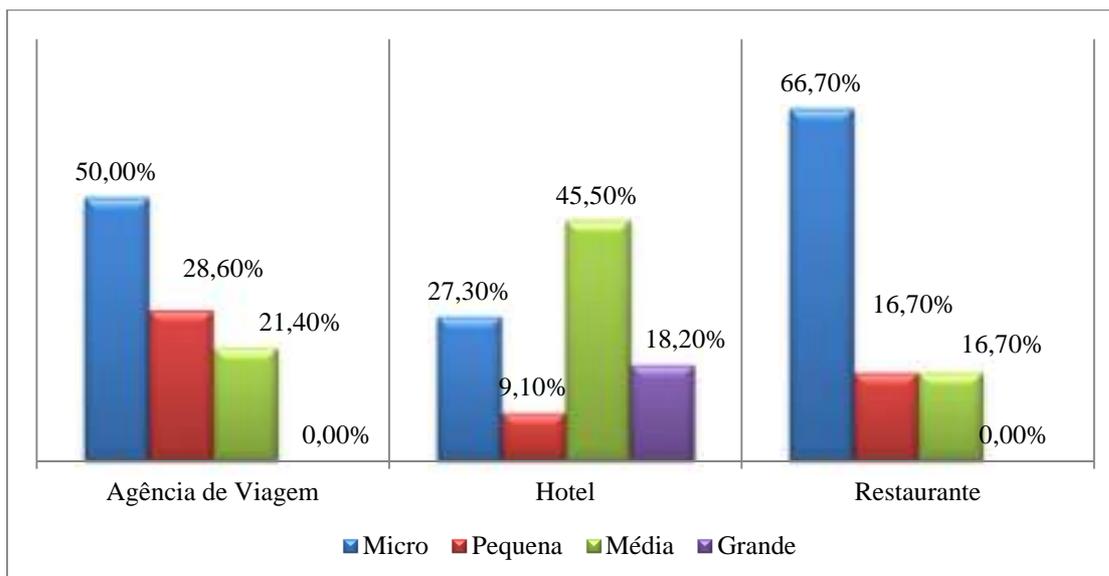


Figura 31 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos, por categoria.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Com base na pesquisa supracitada, estima-se que, em média, as agências de viagens têm 12 anos de idade, e sejam, em grande parte, microempresas (62,5% das agências com mais de 10 anos), os hotéis têm em média 16 anos de idade, e a maioria é empresa de médio porte (50% dos hotéis acima de 10 anos são empresas de médio porte) e, por fim, os restaurantes têm 13 anos de idade, em média, conforme ilustra a figura seguinte de porte do empreendimento por idade do mesmo.

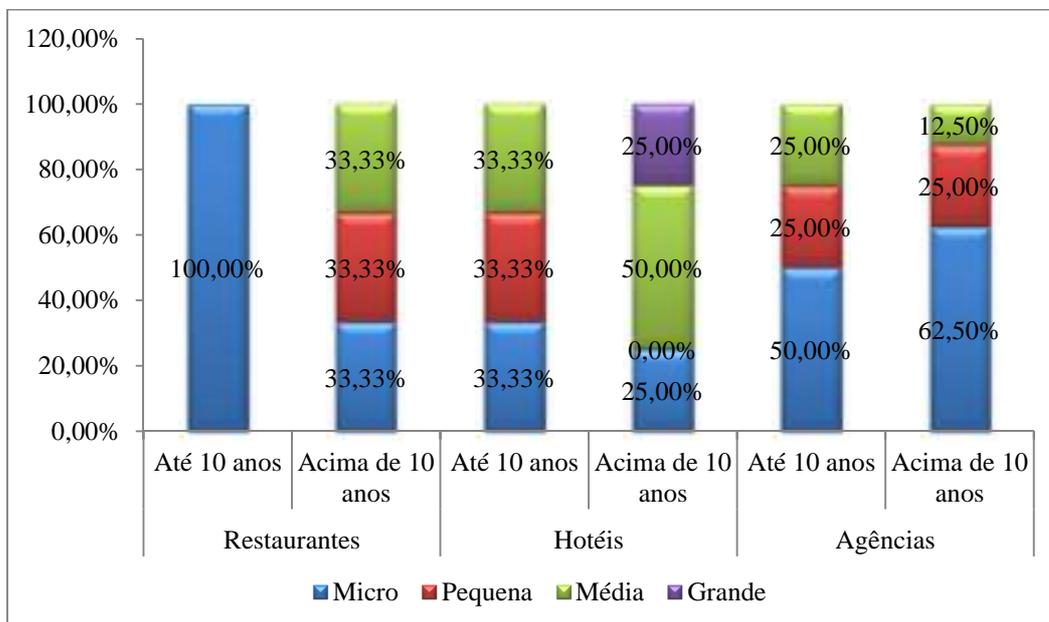


Figura 32 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos, por categoria e por idade do estabelecimento.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Empregos gerados

Segundo Coelho (2008), as Atividades Características do Turismo - ACTs, levam em consideração um conjunto de atividades que representam a maior parte dos gastos dos turistas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o valor de

produção das ACTs chegou a R\$ 149,64 bilhões, atingindo 7,1% do valor da produção do setor de serviços, e 3,6% da economia brasileira. Em 2006, trabalhavam nas ACTs, cerca de 5,7 milhões de pessoas, ou 10,1% dos ocupados no setor de serviços, e 6,1% dos trabalhadores do país. Em 2006, o total dos rendimentos pagos pelas ACTs (R\$ 31,34 bilhões) representou 3,23% dos rendimentos pagos pelo conjunto da economia brasileira.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estruturou o Sistema Integrado de Informações, sobre o mercado de trabalho no setor turístico, o SIMT, com o objetivo de caracterizar a mão de obra ocupada no mercado turístico; são considerados sete grupos de ACTs: Alojamento; Agência de viagem; Transportes; Aluguel de transportes; Auxiliar de transportes; Alimentação; Cultura e lazer.

Em Mato Grosso do Sul, o mercado de trabalho turístico por ACTs, empregou, segundo dados do SIMT, 8.113 pessoas, sendo que a atividade relativa aos transportes teve destaque com cerca de 3.237 empregos celetistas em 2007, conforme figura abaixo.

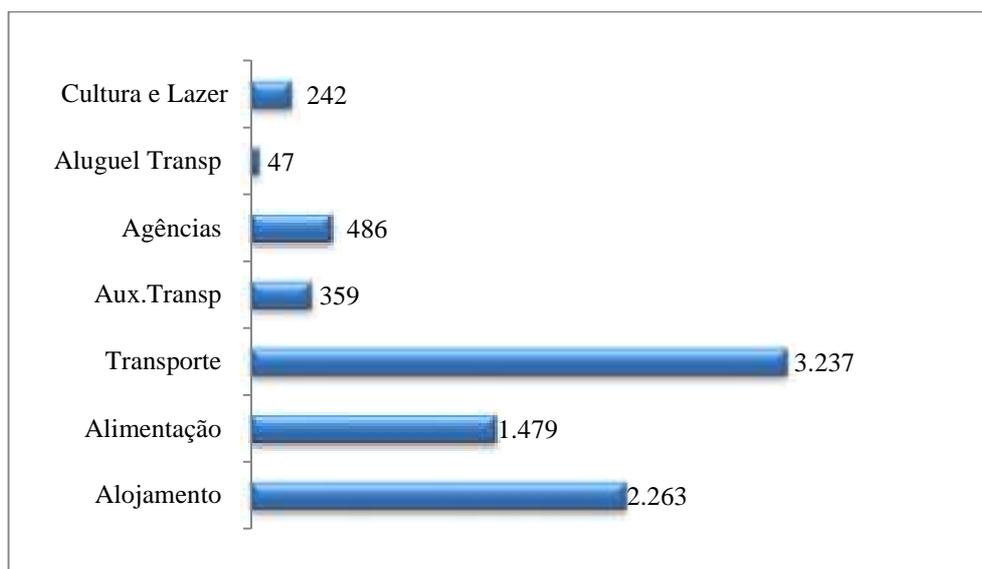


Figura 33 - Estimativa do número de empregos formais por ACTs, em Mato Grosso do Sul - Dezembro 2007.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Da mesma maneira, a pesquisa aplicada junto aos representantes da cadeia turística pela AGRICON Consultoria, também indica o subsetor de alojamento como o que apresenta o maior número de empregados por empreendimento, conforme ilustra a figura seguinte:

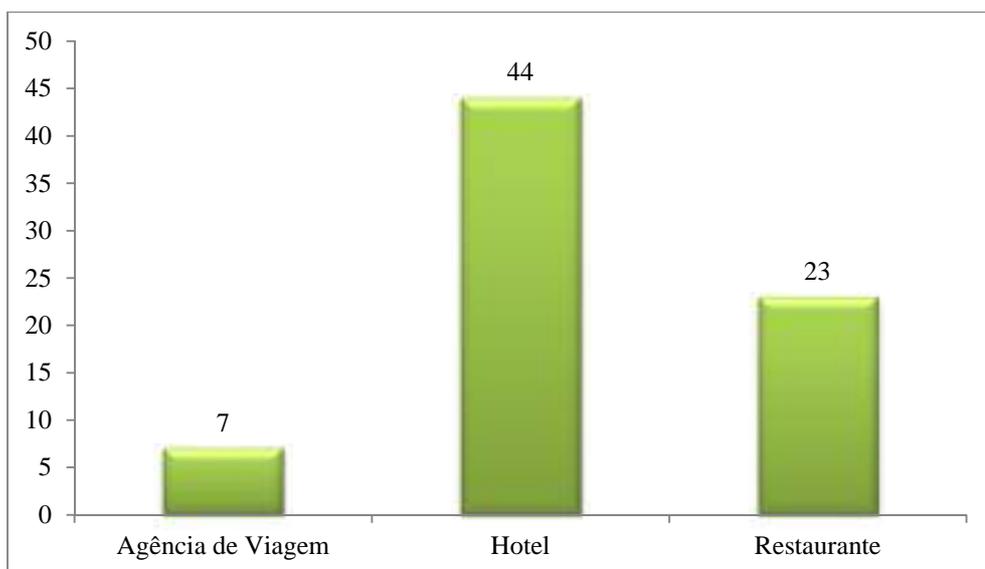


Figura 34 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Dentro da cadeia do turismo de Campo Grande e Região, a rede hoteleira é a que gera maior número de empregos por empreendimento, e, estratificando o número médio de funcionários por porte do empreendimento, têm-se as empresas de médio e pequeno porte as que geram maior número de empregos, conforme ilustrado abaixo:

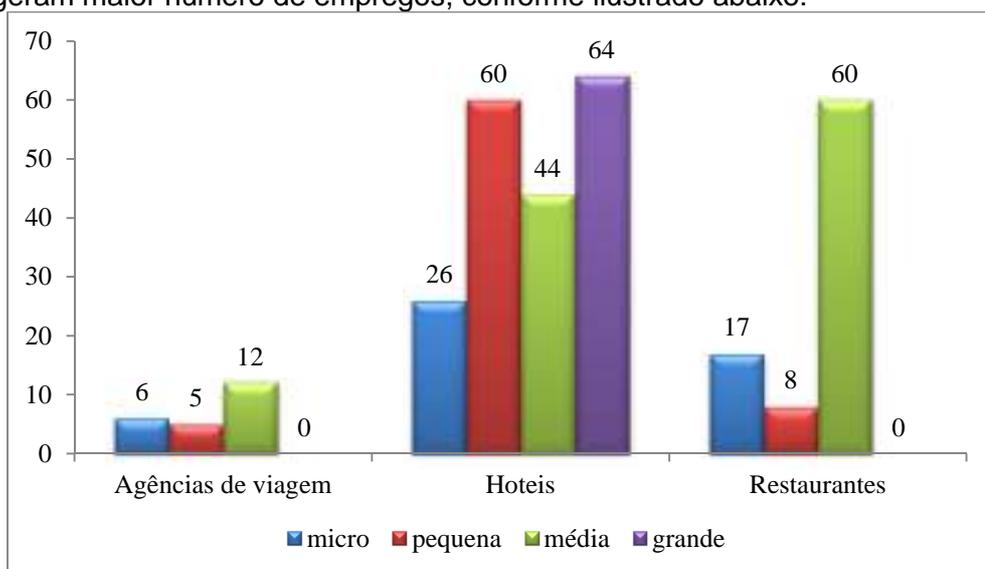


Figura 35 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria e por dimensão da empresa.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

A mesma pesquisa indica que as empresas estabelecidas há mais tempo (acima de 10 anos de idade média do estabelecimento) possuem mais funcionários, exceto em restaurantes, onde o número de funcionários não é afetado pela idade média do empreendimento:

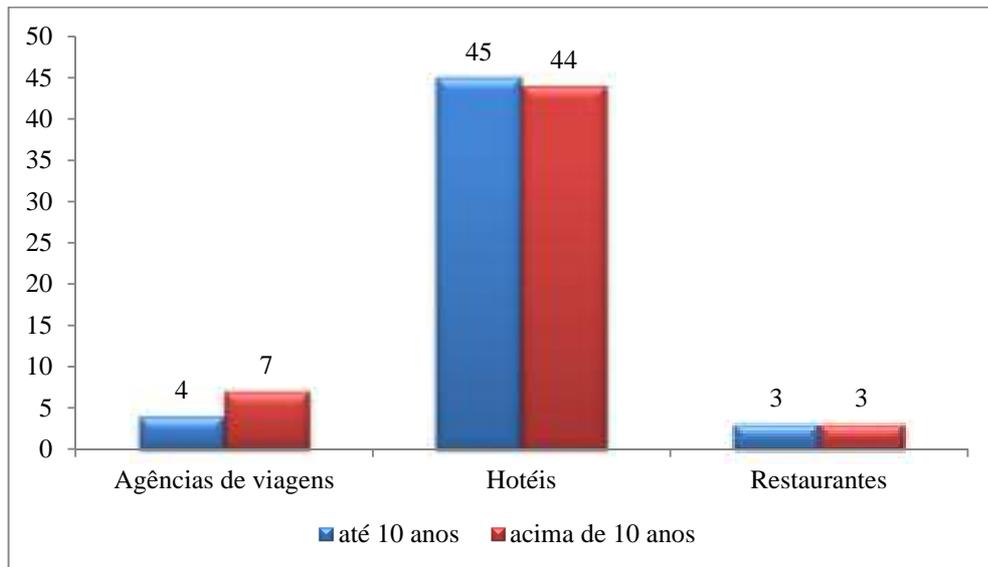


Figura 36 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

As últimas informações disponíveis sobre o mercado turístico informal em Mato Grosso do Sul são de 2005; o SIMT estima que existiam 7.834 empregos turísticos informais no Estado, sendo a atividade turística da alimentação com maior parte dos trabalhadores informais, 63%.

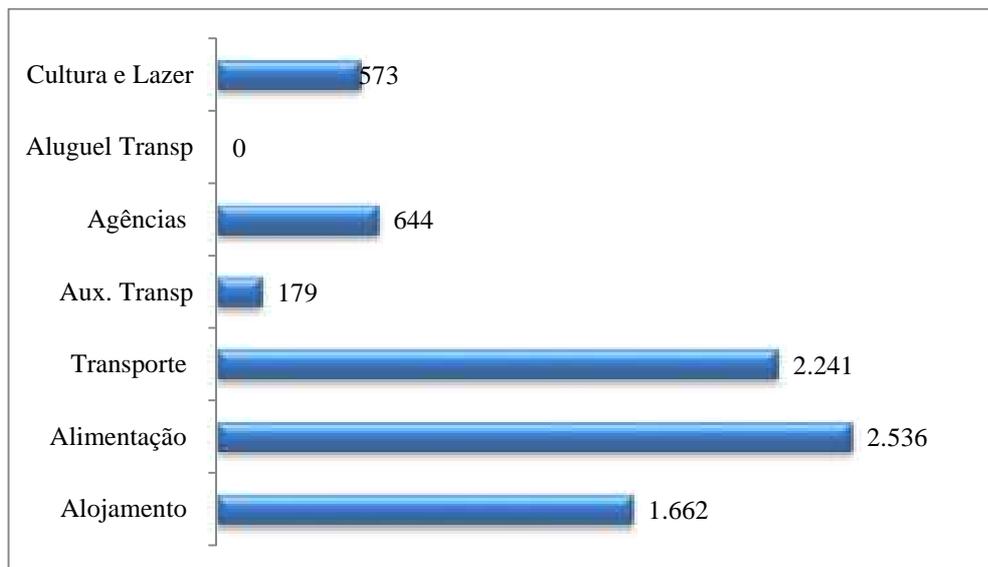


Figura 37 - Estimativa do número de empregos informais, por ACTs, em Mato Grosso do Sul - Setembro de 2005.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Extrapolando as proporções entre empregos formais e informais acima, considerando que, entre 2005 e 2010, a taxa de informalidade nos subsetores da atividade turística no Estado tenha se mantido estável, estima-se que, em média, no polo por empreendimento exista o seguinte número de empregos gerados:

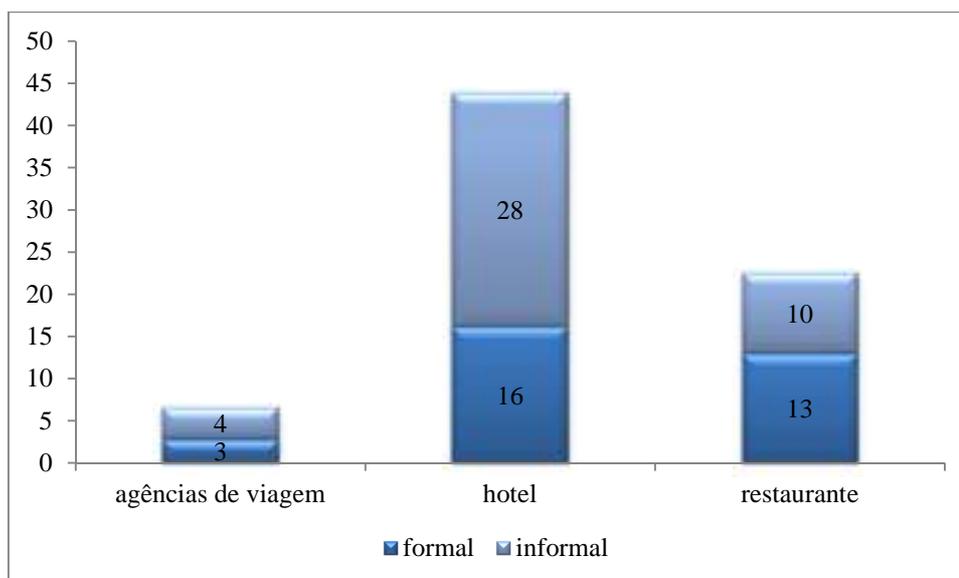


Figura 38 - Estimativa do número de empregos formais e informais, por empreendimento, por categoria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

A atividade característica do turismo com maior rendimento médio da ocupação formal em Mato Grosso do Sul é a de auxiliar de transportes, que envolve as atividades auxiliares dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos.

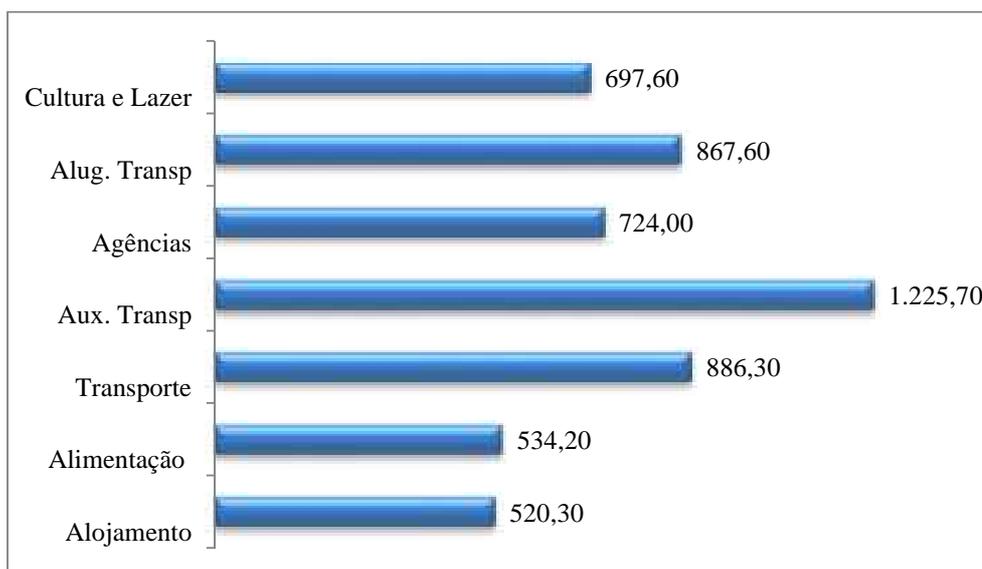


Figura 39 - Rendimento médio da ocupação formal por ACTs, em Mato Grosso do Sul – 2007, (valores em reais).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Complementando os rendimentos acima, a pesquisa aplicada pela AGRICON CONSULTORIA, sinaliza, dentre os empreendimentos entrevistados, que as agências de turismo são as que oferecem maior salário médio mensal (R\$ 1.080,00), seguida dos restaurantes (R\$ 730,00) e hotéis (R\$ 646,25).

Grau de Ocupação

Embasada na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes dos principais subsetores da atividade turística do Polo Campo Grande e Região, tem-se, de

maneira geral, 65,6% de ocupação média da rede hoteleira, e 36,9% de ocupação média dos restaurantes, não sendo determinada ocupação das agências de viagens.

Dos hotéis, os empreendimentos de grande e pequeno porte, estabelecidos a mais de 10 anos, são os que possuem maior grau de ocupação. Já entre os restaurantes, as microempresas estabelecidas há menos tempo, até 10 anos, são as que apresentam maior grau de ocupação.

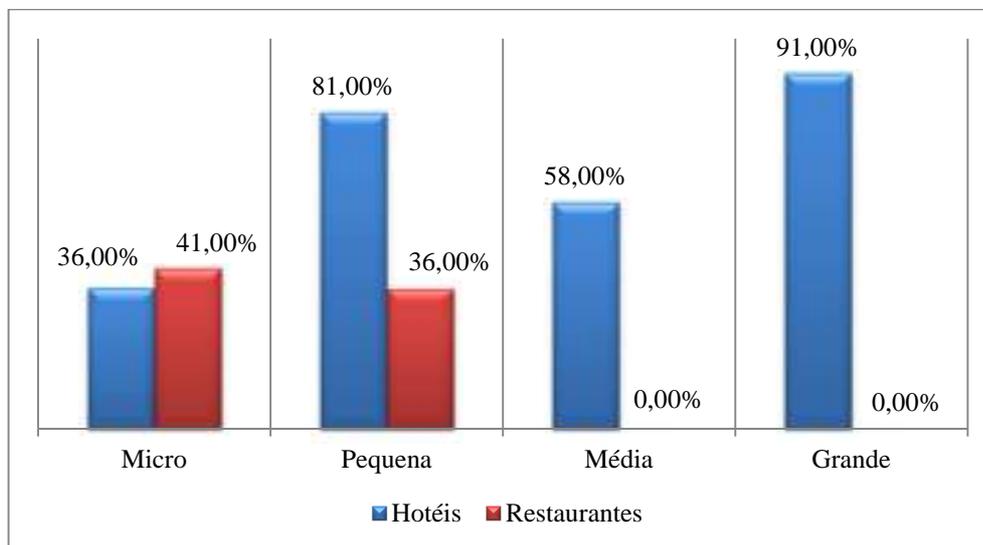


Figura 40 - Grau de ocupação por categoria e por dimensão.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

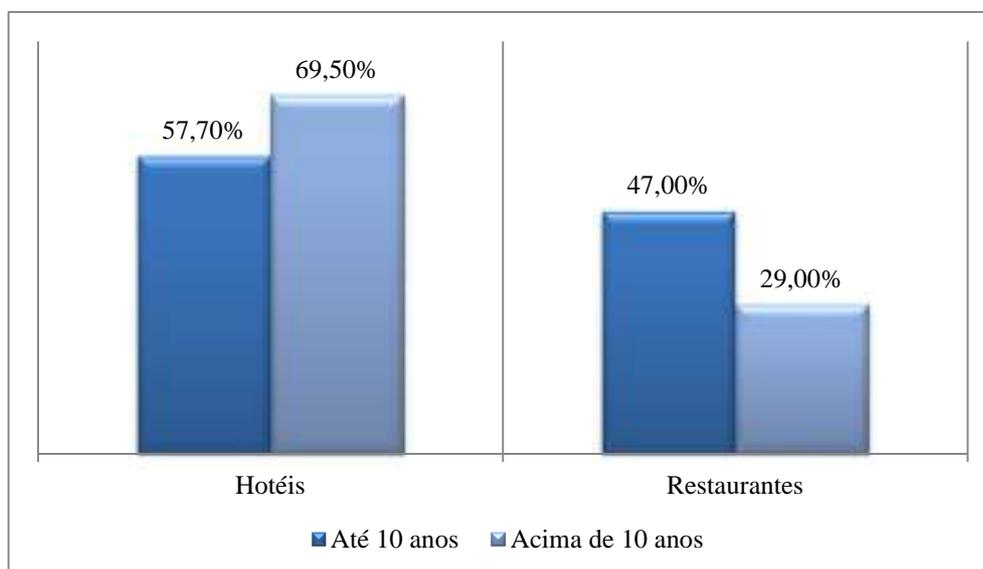


Figura 41 - Grau de ocupação por categoria e por idade do empreendimento.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Meios de Hospedagem

A FUNDTUR/MS adotou, a partir de 2007, como instrumento para mensuração de fluxo de turistas, o sistema Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira, considerando o seu embasamento metodológico e alimentação com dados extraídos do BOH, permitindo a comparação entre os dados anuais, a partir de 2008.

Abaixo, seguem os dados da movimentação hoteleira de Campo Grande e interior do Estado, ressaltando que a área turística em estudo fica representada pela Capital, visto que os MHs dos demais municípios do polo não encaminham à FUNDTUR/MS os BOH, e tampouco as FNRH, apesar da Deliberação Normativa n. 23, de abril de 2002, e dos artigos 42 e 46, da Lei n. 11.771, de 11 de setembro de 2008, que instruem a remessa obrigatória dos BOH pelos MHs.

Quadro 40 - Movimentação nos Meios de Hospedagem da capital e Interior do Estado entre 2006 e 2009.

Ano	Descrição	UHs Disponíveis	UHs Ocupados	Hóspedes	Pernoites Gerados	Taxa Ocupação (UH)	Taxa Ocupação (Leitos)	Permanência Média (Dias)	Relação Hospede / UH Ocupada
2006	Estado MS	4.642.070	1.792.305	830.287	2.424.438	38,6	N.D	2,9	2,1
2007	Estado MS	4.068.886	1.567.154	992.496	2.350.103	38,5	21,7	2,4	1,5
	Capital	1.201.298	655.690	249.325	904.851	54,6	42,3	3,6	1,4
	Interior	2.867.587	911.469	743.171	1.445.252	31,8	16,6	1,9	1,6
2008	Estado MS	4.300.297	1.738.443	1.034.040	2.743.685	40,4	26,2	2,7	1,6
	Capital	1.367.935	734.876	271.075	1.053.866	53,7	41,3	3,9	1,4
	Interior	2.932.362	1.003.567	762.965	1.689.819	34,2	21,3	2,2	1,7
2009	Estado MS	4.177.884	1.636.192	1.165.863	3.062.581	39,2	29,1	2,6	1,9
	Capital	1.357.046	680.581	344.633	1.026.377	50,2	39,9	3,0	1,5
	Interior	2.820.838	955.611	821.230	2.036.205	33,9	25,6	2,5	2,1

Nota: (*) Entrada de hóspedes: ano 2007, aplicação de metodologia MTur/EMBRATUR, com possibilidade de comparação da variação anual a partir de 2008; dados 2008 Revisados.

Fontes: Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira-MTur/ FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Embasados nos dados acima, tem-se, com relação ao município de Campo Grande, considerando o fluxo de turistas do polo pela movimentação nos MHs, com base no BOH, do Estado e da Capital, entre 2007 e 2009, que, em 2009, o número de hóspedes na Capital foi 38,23% superior que em 2007, enquanto no Estado, de maneira geral, esta porcentagem foi de 17,47%, e no interior do Estado, 10,50%. Em 2009, a rede de hospedagem da Capital disponibilizou mais de 1.357 mil UHs; a Taxa Média de Ocupação (UHs) média foi de 50,2% (figura seguinte) e a Relação Hóspede/UH Ocupada, de 1,5.

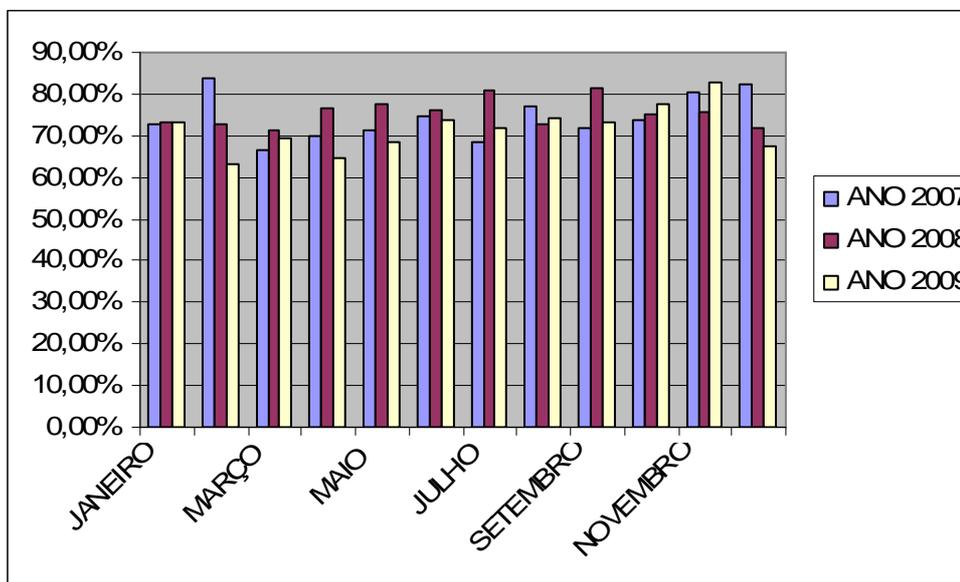


Figura 42 - Evolução mensal da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande entre, 2007 e 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Ponderando sobre o comportamento da sazonalidade, segundo análise dos dados apresentados, considerando a movimentação nos MHs que mantiveram a taxa de ocupação durante o ano todo acima de 50,2%, a Taxa Média de Ocupação média apresentou o seguinte comportamento: Janeiro - 73,27%; Fevereiro - 63,33%; Março - 69,62%; Abril - 64,82%; Maio - 68,55%; Junho - 73,88%; Julho - 71,66%; Agosto - 74,33%; Setembro - 73,26%; Outubro - 77,54%; Novembro - 82,87%, e Dezembro - 67,55%.

A seguir, verifica-se a variação mínima e máxima da taxa de ocupação dos MHs, entre 2007 e 2009, salientando a faixa de oscilação do comportamento da ocupação dos MHs.

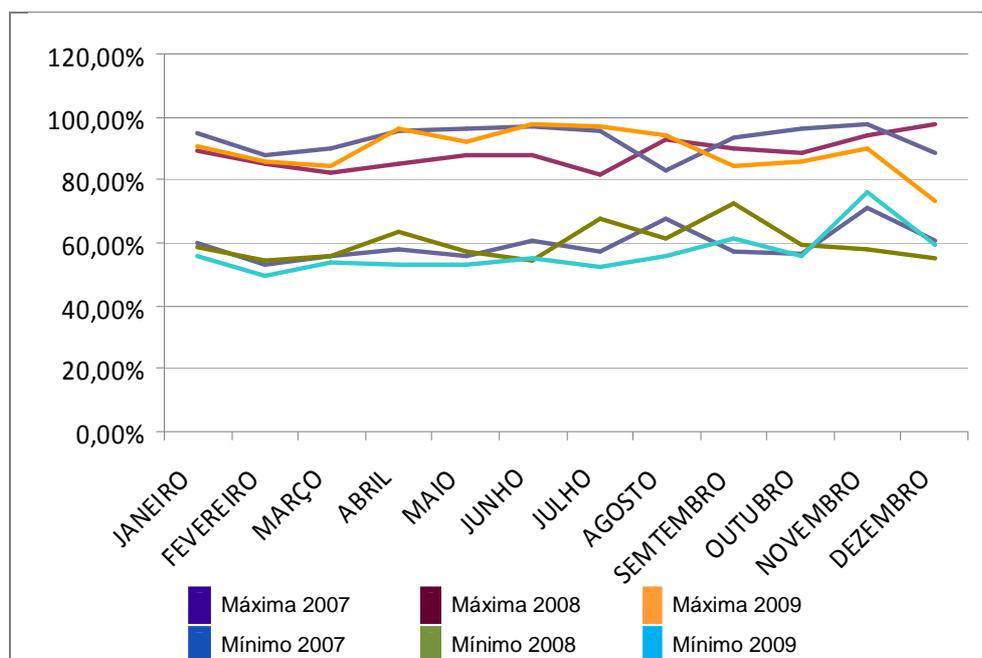


Figura 43 - Evolução das variações máxima e mínima mensais da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande, entre 2007 e 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Considerando em particular a infraestrutura de hospedagem do polo em questão, tem-se:

Quadro 41 - Rede de hospedagem do Polo Campo Grande e Região, em 2010.

MUNICÍPIOS	TOTAL			
	POPULAÇÃO	MH	UH	LEITOS
1. Campo Grande	787.204	61	2.753	5.524
2. Corguinho	4.862	03	09	40
3. Dois Irmãos do Buriti	10.362	02	30	126
4. Jaraguari	6.341	-	-	-
5. Nova Alvorada do Sul	16.433	05	158	285
6. Ribas do Rio Pardo	20.967	05	31	58
7. Rio Negro	5.040	05	42	108
8. Rochedo	4.922	04	23	82
9. Sidrolândia	42.076	04	74	148
10. Terenos	17.162	01	19	40
Total do polo	915.369	90	3.139	6.411

Fontes: População: SEMAC - MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)/ Quantitativo MH: FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Quanto à infraestrutura de hospedagem no polo, Campo Grande detém 67,77% dos MHs, 87,70% das UHs e 86,16% dos leitos disponíveis.

Frequentemente, a mídia apresenta reportagens e entrevistas dando conta de que, em Campo Grande, estão faltando hotéis, leitos para atender a demanda de visitantes por ocasião de eventos nos mais variados segmentos. No entanto, se apresentam como fatores limitantes para diagnosticar com precisão essa situação.

Um indício pode ser constatado às vésperas de dois grandes eventos esportivos (Etapa Brasileira do Mundial de Motocross, em Campo Grande, em agosto, e a Etapa de Campo Grande da Stock Car, em setembro). A AGRICON Consultoria realizou um levantamento telefônico da disponibilidade de leitos nos dez principais hotéis do município, verificando a indisponibilidade de leitos nestas épocas.

A ausência da gestão de um Calendário Oficial de Eventos único, alimentado com todos os eventos previstos, como ferramenta para planejamento, pode ser responsável pela provável indisponibilidade de leitos para a demanda atual em determinadas épocas do ano.

A extinção da classificação dos MHs pelo MTur, através da Portaria n. 17, de 2010, que tornou sem valor o Sistema de Classificação Hoteleira, é o outro fator, uma vez que impossibilita identificar a capacidade hoteleira disponível para atender o perfil do turista de negócios e eventos.

Esses instrumentos são essenciais para qualificar um destino de negócios e eventos, uma vez que impactam positivamente na qualidade da prestação de serviços, na imagem enquanto destino receptivo, contribui com a otimização da cadeia que envolve o segmento e, conseqüentemente, aquecendo a economia local.

Essa oportunidade tem sido identificada pela iniciativa privada, que investe atualmente na construção de novos empreendimentos hoteleiros no município de Campo Grande, sendo alguns de grandes redes de hotéis, aumentando o número de UHs do município para, aproximadamente, 3.550, conforme quadro seguinte:

Quadro 42 - Empreendimentos hoteleiros em construção em Campo Grande em 2010.

Empreendimento	Número de apartamentos
Hotel Águas	140
Hotel Ipê	71
Hotel Parque	94
Ibis (Shopping Norte Sul)	180
Intercity Premium	93
Fórmula 1	220

Fonte: SEDESC/PMCG - fornecido pela FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

De acordo com o que se observa acima, a construção desses empreendimentos representará um aumento futuro de 28,98% na sua capacidade de alojamento. Com a entrada desses MHs em operação, a capacidade total de alojamento futura para Campo Grande será de 1.296.115 UHs/Ano. Sem os parâmetros técnicos para classificação, se considerados os MHs cuja infraestrutura atende o perfil turístico, superior e luxo, a capacidade será de 696.600 UHs/ano. Essa projeção significa que Campo Grande poderá receber no segmento de negócios e eventos 696.600 turistas de eventos/ano, ou seja, 58.050 turistas de evento/mês, ocupando individualmente uma Unidade Habitacional.

Níveis de Investimentos

A Pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes dos principais subsetores da atividade turística do Polo Campo Grande e Região, levanta os investimentos em quatro períodos, solicitando uma estimativa dos valores investidos em 2000, 2005 e 2010, e projetando o investimento pretendido para 2015.

Quadro 43 - Estimativa de investimentos por categoria, em 2000, 2005, 2010, e projeção para 2015.

Investimento	Ano			
	2000	2005	2010	2015
Agência de Viagem	R\$ 35.000	R\$ 25.000	R\$ 33.500	R\$ 38.333
Hotel	R\$ 0,00	R\$ 50.000	R\$ 290.000	R\$ 3.050.000
Restaurante	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 90.000	R\$ 100.000

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

De acordo com os dados acima, verifica-se que os hotéis são da categoria que demanda um maior nível de investimento atualmente (figura seguinte), e da mesma forma a que projeta

os maiores valores investidos, sobretudo pela tendência de construção de novos empreendimentos, conforme apontado anteriormente pela SEDESC.

Da mesma maneira, os restaurantes tendem a incrementar expressivamente seu nível de investimento.

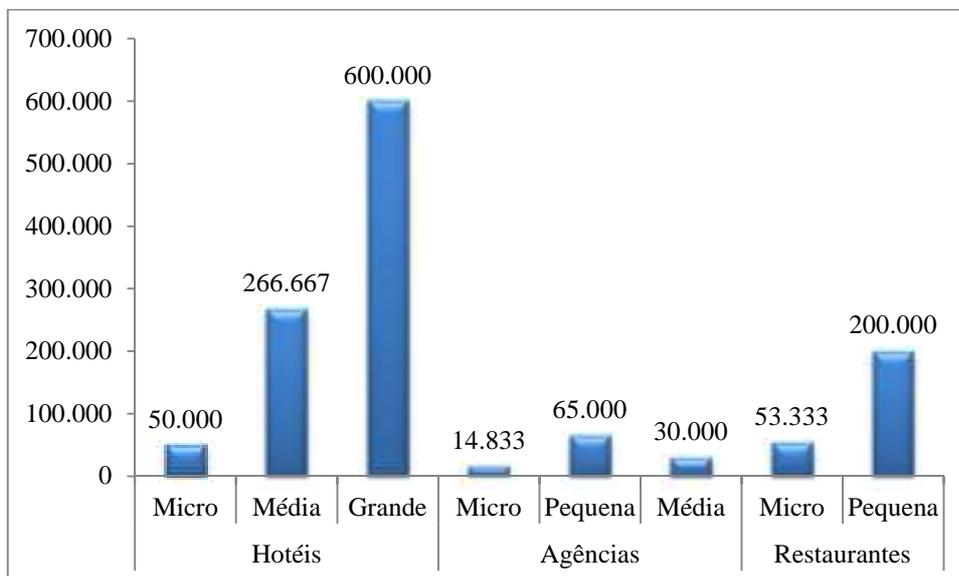


Figura 44 - Nível de investimentos, por categoria e por dimensão da empresa, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Considerando os níveis de investimento atual por idade do empreendimento, nota-se que os estabelecimentos com idade média maior são os que investem maiores montantes:

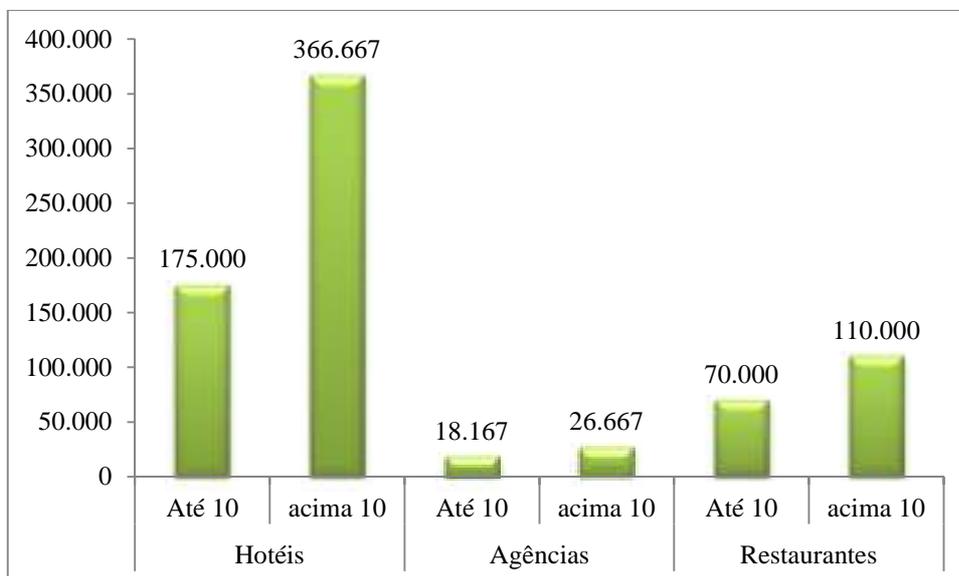


Figura 45 - Níveis de investimento, por categoria e por idade do estabelecimento, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Níveis de faturamento

Usando os resultados da pesquisa supracitada, para o cálculo do faturamento médio diário estimado por estabelecimento, foi utilizada a quantidade diária de visitas ao estabelecimento, multiplicada por seu preço médio. Não foi possível o cálculo médio de faturamento das agências de viagens por estas não terem um valor médio praticado. Esse fato ocorre em decorrência da diversidade de pacotes turísticos vendidos e uma não uniformidade de faturamento.

Assim, obteve-se um faturamento médio diário de R\$ 14.622,00 para hotéis, e R\$ 2.166,75 para restaurantes.

Considerando os níveis de faturamento por dimensão da empresa, destaca-se o faturamento maior nos hotéis de médio e grande porte, enquanto os restaurantes microempresas apresentam resultados mais atrativos:

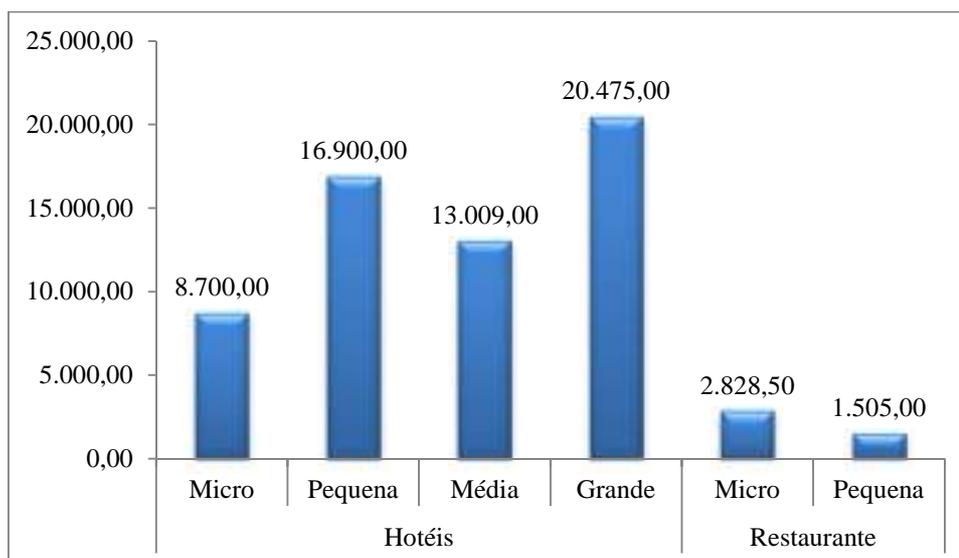


Figura 46 - Níveis de faturamento médio diário, por categoria e por dimensão da empresa, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota-se, abaixo, que os hotéis com idade maior faturam mais enquanto os restaurantes mais recentes possuem um nível maior de faturamento:

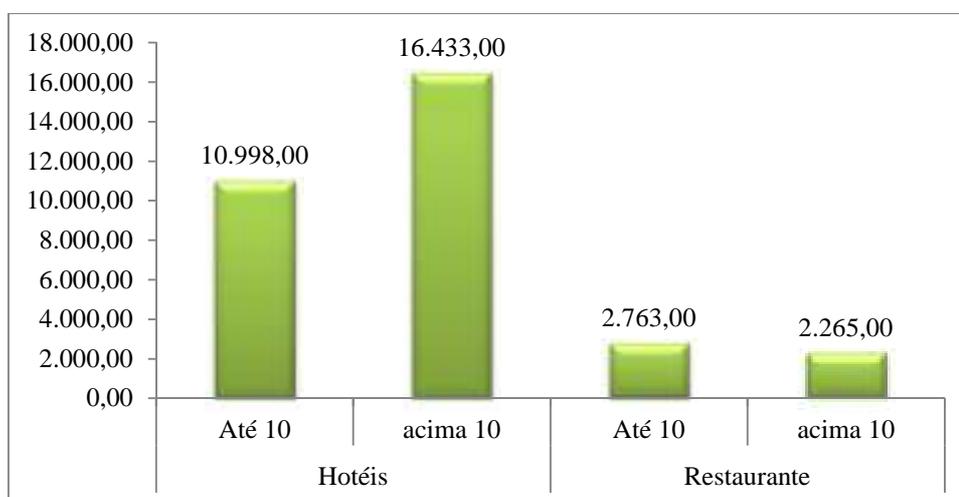


Figura 47 - Níveis de faturamento médio diário, por categoria e por idade do estabelecimento, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Valor Agregado da atividade

Pelo preço médio unitário praticado nos hotéis, comparado ao preço médio unitário praticado em restaurantes, nota-se que os hotéis apresentam maior valor agregado; porém, adicionando o faturamento médio a esta análise, verifica-se que, em decorrência do valor superior do faturamento diário dos restaurantes, pressupõe-se que esse segmento trabalhe com maior giro, obtendo seu resultado positivo pela escala.

Principais mercados atendidos

Na entrevista aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes dos principais subsetores da atividade turística do Polo Campo Grande e Região, questionou-se o mercado de origem do cliente atendido no estabelecimento, em 2005 e em 2010, indicando a evolução no posicionamento estratégico desses subsetores entre os dois períodos, destacando-se: o aumento da importância do receptivo nas agências de turismo, em 2010; a maior relevância do turista do interior do Estado nos restaurantes; e nos hotéis, assim como nos demais subsetores, a presença do turista internacional surge, em 2010, e com maior relevância, nos MHs. Esses são indicativos positivos da consolidação de Campo Grande como destino turístico, e da ampliação da sua capacidade de atrair turistas estrangeiros, possivelmente pela melhora na qualidade da oferta.

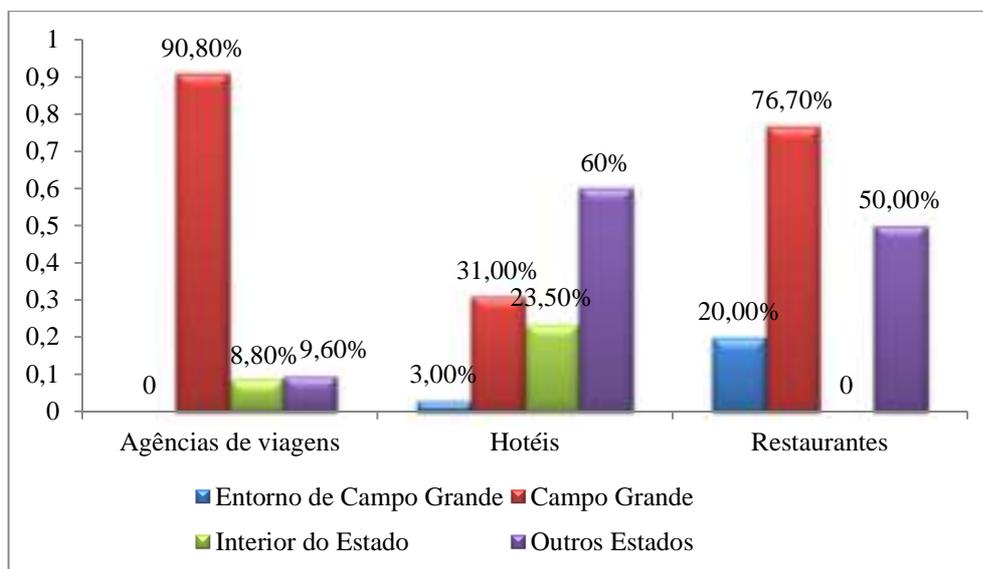


Figura 48 - Mercado geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região, em 2005.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

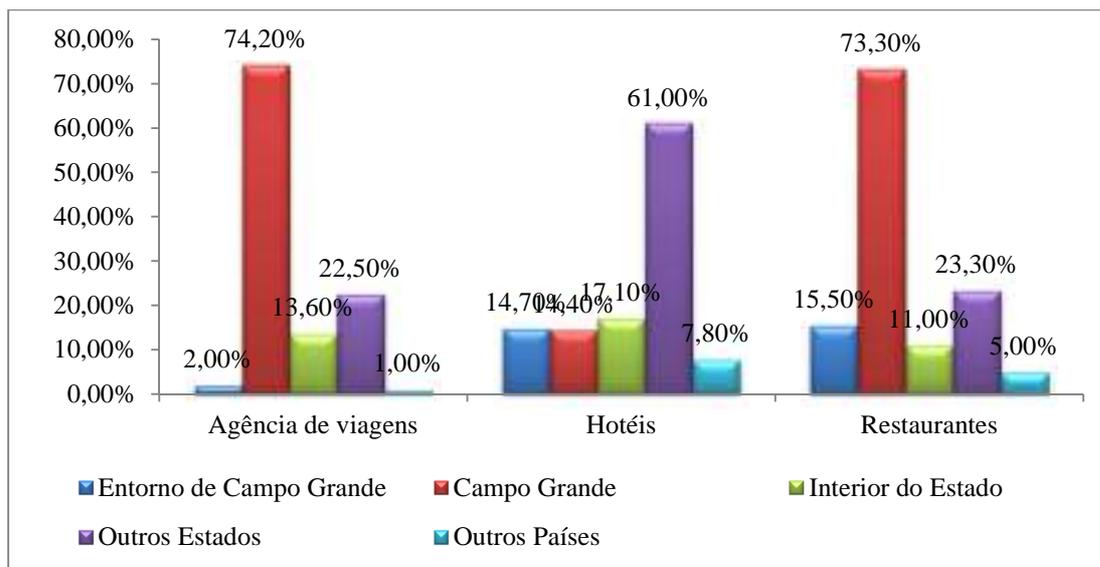


Figura 49 - Mercado geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Serviços prestados

Questionados os empreendimentos quanto aos tipos de atividades por ele desenvolvidas, e quanto aos produtos ofertados, em alta e baixa temporada, verificou-se que 100% dos estabelecimentos são pautados em uma única atividade, não havendo diversificação de produtos, independente da temporada.

Nota-se pelo ritmo de investimentos apresentados anteriormente que há a possibilidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar a capacidade dos empreendimentos com novas instalações, principalmente se considerada as projeções para 2015. Nesse sentido, destacam-se a melhoria implantada nas categorias de alimentação e MHs, pelas elevadas taxas de crescimento dos investimentos realizados e pretendidos.

Preços

Abaixo, seguem os níveis de preços em reais, obtidos pela pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria, e seu valor equivalente em dólar; para tanto, usou-se a média do câmbio de dólar turismo a R\$/US\$ = 1,90, em 2010.

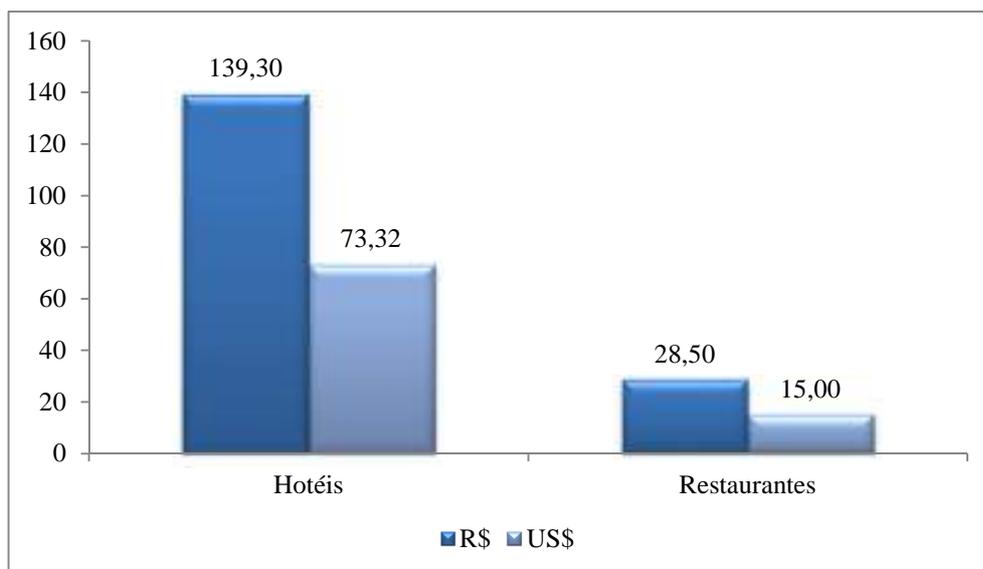


Figura 50 - Preços por categoria, em reais e em dólares, praticados em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Estratificando esses preços por porte de empresa, verifica-se que quanto maior o porte da empresa, maior o preço médio praticado:

Quadro 44 - Preços médios, por categoria e por porte da empresa, em reais e em dólares, praticado em 2010.

Porte	Hotéis		Restaurantes	
	Preço (reais)	Preço (dólares)	Preço (reais)	Preço (dólares)
Micro	R\$ 124,50	US\$ 65,53	R\$ 26,50	US\$ 13,95
Pequena	R\$ 130,00	US\$ 68,42	R\$ 35,00	US\$ 18,42
Média	R\$ 140,80	US\$ 74,11	R\$ 30,00	US\$ 15,79
Grande	R\$ 155,00	US\$ 81,58	-	-

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Por idade média do estabelecimento, nota-se que os empreendimentos com idade acima de 10 anos praticam preços superiores aos estabelecimentos com idade até 10 anos.

Quadro 45 - Preços médios, por categoria e por idade do estabelecimento, em reais e em dólares, praticado em 2010.

Idade	Hotéis		Restaurantes	
	Preço (reais)	Preço (dólares)	Preço (reais)	Preço (dólares)
Até 10 anos	R\$ 129,67	US\$ 68,25	R\$ 23,33	US\$ 12,28
Acima de 10 anos	R\$ 143,43	US\$ 75,49	R\$ 33,67	US\$ 17,72

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Esses preços, tal como os praticados nos possíveis destinos concorrentes da demanda atual e potencial, possuem uma faixa de variação ampla que não limita, e tampouco diferencia, competitivamente, o polo, sobretudo se considerada a presença de empreendimentos pertencentes a redes nacionais e internacionais de hospedagem, que praticam preços semelhantes em seus estabelecimentos.

Sistemas de promoção e divulgação

Conforme pesquisa aplicada, tem-se atualmente como principal instrumento de promoção e divulgação, utilizado pelos empreendimentos turísticos, a internet, seguido por jornais e panfletos:

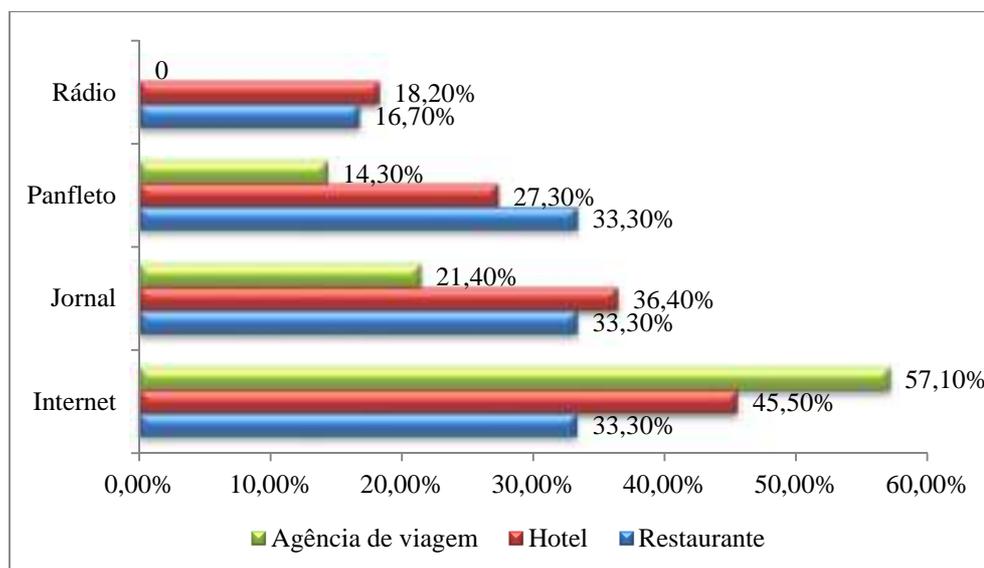


Figura 51 - Meios de divulgação mais utilizados por categoria, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Programa de Promoção e Apoio à Comercialização

O polo é o destino inicial da rota Pantanal-Bonito, o principal produto turístico do Estado, que tem como ação estratégica fundamental o Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, desenvolvido pelo órgão oficial de turismo do Estado - FUNDTUR/MS, através de participação em feiras e *road shows*¹³, nacional e internacional, realização de *famtours*¹⁴ e *press trip*¹⁵.

Dentre essas ações, estão os eventos planejados segundo as estratégias dos Planos Cores e Aquarela - MTur/EMBRATUR (BRASIL, 2005); os eventos com participação da FUNDTUR/MS com recursos exclusivos do Estado, definidos como significativos emissores de turistas para o Estado e os de iniciativa do trade local e municípios. Segundo os dados da FUNDTUR/MS, houve um incremento significativo na participação em eventos, notadamente, nos eventos internacionais como demonstram as duas figuras seguintes.

¹³ Road Show - caravana itinerante formada por empresários, gestores municipais de turismo, expressões da cultura regional - em cidades com efetivo potencial de emissores de turistas para o Estado é uma estratégia para apoiar a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos, através de apresentação individual do Estado.

¹⁴ Famtour - é um passeio de familiarização do turismo, no qual os organizadores convidam profissionais do setor de viagens para conhecer, opinar e divulgar um destino turístico.

¹⁵ Press Trip - são ações com operadores, técnicos especializados e jornalistas nacionais e internacionais de turismo, para promover in loco os produtos turísticos de Mato Grosso do Sul.

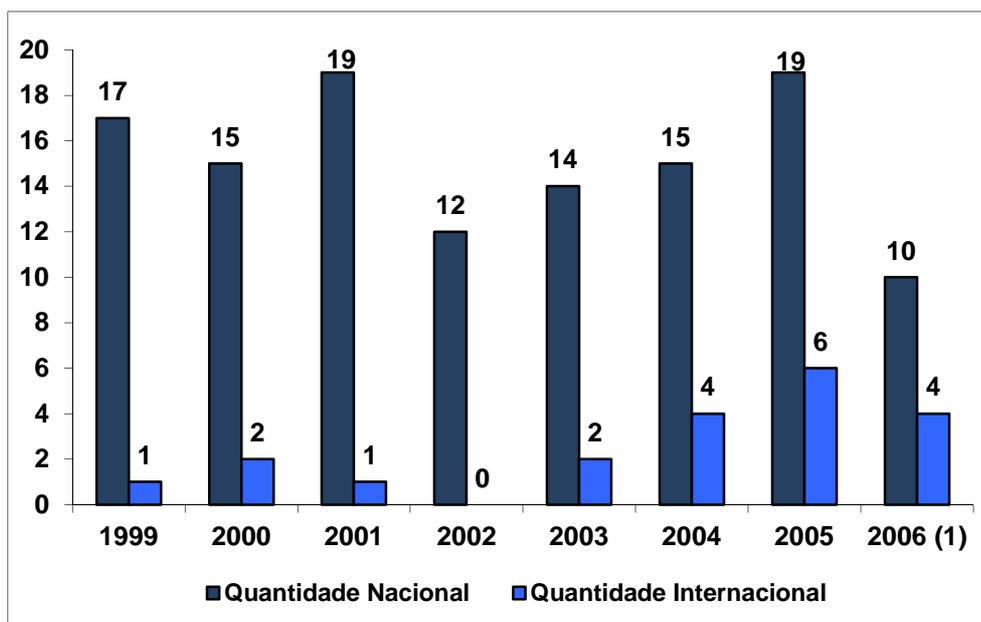


Figura 52 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR/MS, entre 1999 a 2006.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL/2010a.

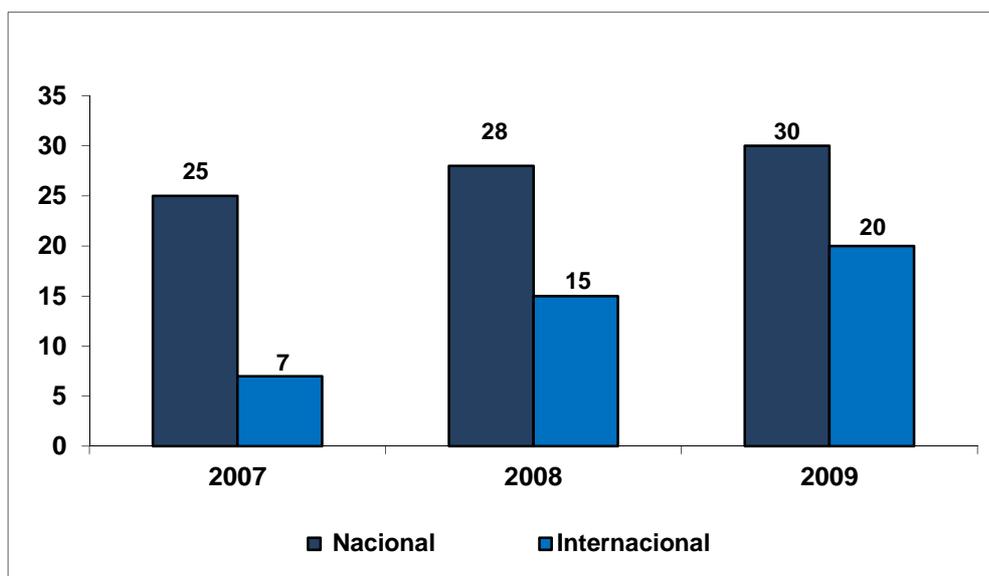


Figura 53 - Participação em feiras e eventos do Programa de Promoção e Apoio à Comercialização, da FUNDTUR/MS, entre 2007 a 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Além de participar das feiras, a captação de eventos para Campo Grande, Corumbá, Dourados e Bonito é realizada pelo *Convention & Visitors Bureau*, através de convênio com o Governo do Estado, e pelos próprios responsáveis pela administração dos centros de eventos da Capital, como do Albano Franco, por exemplo.

Grau de integração

Dos estabelecimentos analisados através da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria, verifica-se que todos os hotéis entrevistados operam integrados a outros elos da cadeia turística local, assim como a maioria dos restaurantes e metade das agências de viagem:

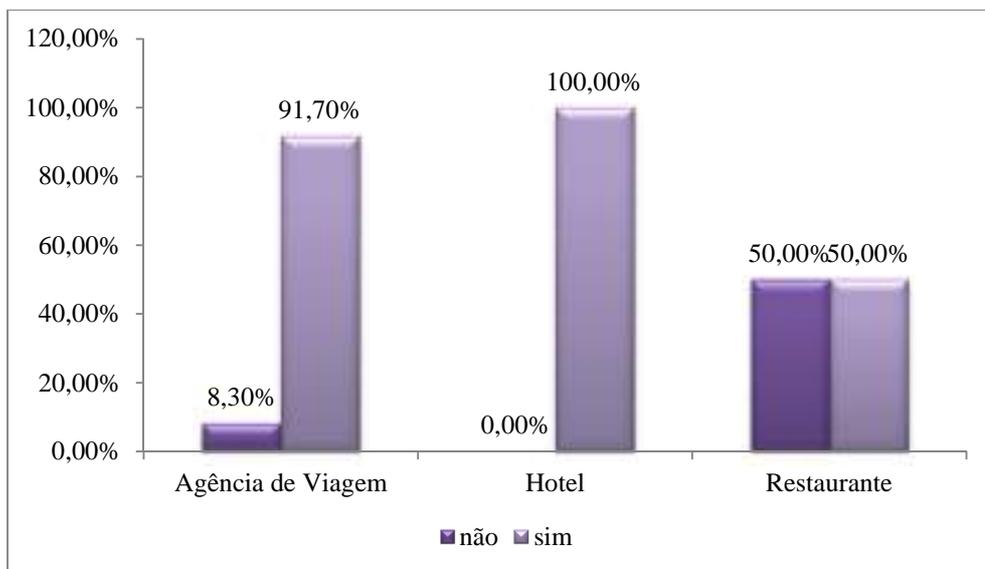


Figura 54 - Nível de integração com os demais elos da cadeia turística, por categoria, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Aprofundando a análise desta integração, verifica-se que os principais conflitos para as agências de viagens são os agentes de viagem; para os hotéis, de maneira equivalente são os atrativos, as linhas aéreas e as operadoras de cartão, enquanto esse último é o elo de maior conflito para os restaurantes, conforme abaixo demonstrado:

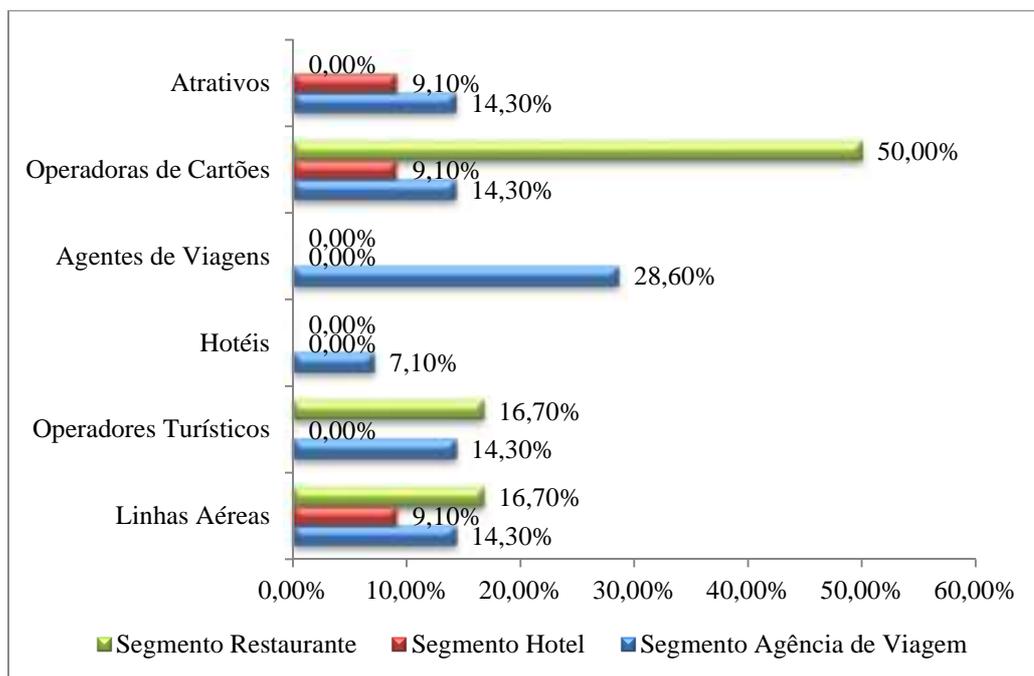


Figura 55 - Elo da cadeia turística com maior incidência de conflitos, por categoria, em 2010.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota: A somatória das respostas é diferente de 100% devido às múltiplas respostas.

Tipos de investimento turísticos

A ausência de um sistema de monitoramento turístico no polo em análise não permite identificar os investidores mais importantes, nível de capital estrangeiro vinculado, origem, proporção ou efeitos. Porém, ao longo da realização do presente diagnóstico, identificaram-se, conforme apresentado anteriormente, alguns investimentos turísticos, como a reforma do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, com o investimento de R\$ 1,35 milhão, oriundo do MTur, os seis novos empreendimentos hoteleiros em construção e o indicativo de

investimentos no subsetor de alimentação, pela existência de solicitações de crédito via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, para bares e restaurantes, na área turística em estudo.

Da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos empreendimentos turísticos, estima-se que, dos investimentos realizados, a maioria é originada de empresas locais, conforme abaixo ilustrado:

Quadro 46 - Tipos de investimentos realizados, por origem da empresa investidora, em 2010.

Categoria	Local	Regional	Nacional	Estrangeiro
Agência de Viagem	64,3%	14,3%	21,4%	0,0%
Hotel	72,7%	0,0%	9,1%	18,2%
Restaurante	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Necessidade de capacitação de mão de obra para o turismo

Considerando a necessidade de capacitação da mão de obra para o turismo, conforme resultado da pesquisa aplicada junto aos empreendimentos, verificou-se que a mão de obra qualificada é tida como o maior problema de todos os subsetores analisados, exceto para os hotéis, conforme ilustrado nos quadros abaixo, onde se destaca que o problema é maiormente notado pelos restaurantes:

Quadro 47 - Grau de dificuldade dos hotéis.

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	36,4%	18,2%	45,5%
Custo da mão de obra	18,2%	27,3%	54,5%
Infraestrutura	18,2%	36,4%	45,5%
Divulgação	27,3%	18,2%	54,5%
Concorrência	9,1%	27,3%	63,6%
Custo capital de giro	0,0%	27,3%	72,7%
Pagamento de juros	18,2%	9,1%	72,7%
Apoio Instituições	30,0%	10,0%	60,0%
Impostos	45,5%	27,3%	27,3%
Integração	18,2%	9,1%	72,7%

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Os impostos para os meios de hospedagens superam a dificuldade com a mão de obra qualificada, conforme demonstrado acima; porém, esta aparece logo em seguida, com 36,4% de frequência. Destaca-se a falta de apoio institucional, outra dificuldade destacada pelos representantes dos hotéis locais.

Quadro 48 - Grau de dificuldade das agências.

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	35,7%	28,6%	35,7%
Custo da mão de obra	14,3%	35,7%	50,0%
Infraestrutura	14,3%	21,4%	64,3%
Divulgação	21,4%	14,3%	64,3%
Concorrência	28,6%	42,9%	28,6%
Custo capital de giro	21,4%	28,6%	50,0%

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Pagamento de juros	21,4%	14,3%	64,3%
Apoio Instituições	28,6%	35,7%	35,7%
Impostos	28,6%	28,6%	42,9%
Integração	14,3%	21,4%	64,3%

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010k

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Para as agências de viagens, a mão de obra qualificada é a maior dificuldade encontrada, seguida pela concorrência, falta de apoio institucional e os impostos.

Quadro 49 - Grau de dificuldade dos restaurantes, em relação aos quesitos.

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	83,3%	16,7%	0,0%
Custo da mão de obra	16,7%	50,0%	33,3%
Infraestrutura	0,0%	50,0%	50,0%
Divulgação	16,7%	50,0%	33,3%
Concorrência	16,7%	66,7%	16,7%
Custo capital de giro	16,7%	83,3%	0,0%
Pagamento de juros	33,3%	16,7%	50,0%
Apoio Instituições	16,7%	33,3%	50,0%
Impostos	83,3%	16,7%	0,0%
Integração	16,7%	33,3%	50,0%

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Além da mão de obra qualificada, ressalta-se que os impostos é outro quesito problemático aos restaurantes, podendo ser uma das justificativas do fato de microempresas faturarem mais nesse segmento que empresas de porte maior, conforme verificado anteriormente.

Sistema de qualidade turística

Na pesquisa aplicada junto aos empreendimentos da Capital, verificou-se a ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no polo. Nenhum empreendimento respondeu afirmativamente a esta questão; porém, o site da rede Accor divulga que a marca Ibis possui certificação ISO 9001, pela qualidade do serviço, e ISO 14001, pelo comprometimento ambiental.

Ressalta-se que empreendimentos de outros setores não relacionados diretamente ao turismo, como indústrias e grandes empresas instalados na Capital, possuem certificação de qualidade e certificação ambiental; no entanto, esta realidade ainda não alcançou o setor turístico.

Variáveis impactantes da qualidade da oferta

Visando melhorar a qualidade da oferta turística do polo, principalmente em função do tipo de turismo com maior potencial de crescimento, é necessário considerar algumas variáveis essenciais em decorrência da condição atual e da potencial de visitação na área em análise, conforme observado ao longo do presente diagnóstico, identificado no Estudo de Competitividade, desenvolvido pela FGV, na condição de um dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional, selecionada pelo MTur (e ratificado na oficina de capacitação do

Grupo de Gestão Turística de Campo Grande / GGT-CG¹⁶, em novembro de 2009) e na análise da cadeia produtiva do turismo em Campo Grande, realizada pelo SEBRAE-MS, FAPEC, FCR (2006):

- A ausência de um sistema de monitoramento turístico, sobretudo no que diz respeito à análise da demanda. Tal como, apontou-se como uma debilidade a ausência de um setor específico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas específicas da região. Apesar de representativas ao polo, as pesquisas do MTur (como, por exemplo, a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, em 2009, amplamente utilizada no presente relatório para caracterização do perfil do turista atual e potencial), é preciso balizar o posicionamento do destino com uma constante e recente base de dados locais, que reflitam as consequências da gestão pública e privada do setor de turismo;
- A necessidade de adequação da sinalização turística local, pois a existente é antiga e com informações desatualizadas, além da necessidade de ampliar a sinalização para os demais atrativos do polo;
- Pouca oferta de roteiros e produtos turísticos estruturados no polo, que aproveitem o entorno do município de Campo Grande;
- A necessidade de adequação e capacitação técnica dos recursos humanos para atender adequadamente ao turista, conforme indicado na pesquisa aplicada junto aos empreendimentos, pela AGRICON CONSULTORIA;
- A baixa articulação entre o *trade* e sua baixa participação nos COMTURs existentes e no Fórum Regional de Turismo.

Elasticidade da oferta

Complementando a análise da oferta turística, calculou-se a elasticidade preço da oferta para indicar a sensibilidade dos empresários em relação ao preço. No cálculo de elasticidades, foram utilizadas informações da pesquisa de campo referentes a preços e capacidade média dos hotéis e restaurantes pesquisados em Campo Grande, em 2010, e previsões de preços e capacidade em 2015, feitas pelos próprios empresários.

A elasticidade preço da oferta - EPO foi calculada através da metodologia de elasticidade no ponto (Pyndick, 2002), conforme abaixo apresentado:

Quadro 50 – Elasticidade preço da oferta – hotéis e restaurantes.

Empreendimento	EPO	Tipo
Hotéis	1,16	Elástica
Restaurantes	0,09	Inelástica

Fonte: Elaborado a partir dos dados fornecidos pelos empreendimentos em pesquisa aplicada.

Conforme acima demonstrado, foi detectada uma oferta elástica para os empreendimentos hoteleiros e inelástica para os restaurantes pesquisados em Campo Grande, ou seja, aumentos de preços geram aumentos na oferta hoteleira e não alteram a oferta dos restaurantes.

Teoricamente, quando o preço aumenta, os empresários aumentam a oferta de seus produtos em resposta, se a oferta é elástica. No entanto, salienta-se que a variação da oferta, e logo a elasticidade, dependem da capacidade produtiva e de prestação de serviço do empreendimento.

¹⁶ O GGT-CG, estruturado conforme a orientação do Instituto Marca Brasil, é formado por representantes do FECOMERCIO, SESC, FUNDTUR/MS-MS, SEDESC-PMCG, ABBTUR, SEBRAE-MS, SENAC, PLANURB e Convention & Visitors Bureau.

Assim, conjectura-se que os hotéis, limitados pela capacidade máxima de leitos por UH, possuem maior facilidade de aumentar quantitativamente sua oferta, quando comparados aos restaurantes, que para ampliar sua oferta, envolver ações de ampliar, reformas ou construção.

3.2. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS

Campo Grande, principal município do Estado de Mato Grosso do Sul, localiza-se de maneira equidistante de seus extremos norte, sul, leste e oeste; e sobre o divisor de águas das bacias dos rios Paraná e Paraguai.

Por ser a Capital estadual e por concentrar um grande desenvolvimento econômico, a cidade apresenta ampla infraestrutura e serviços públicos, fazendo com que o polo, no Estado, seja uma região de fácil acesso e tenha sistemas públicos sanitários, de transporte, de saúde, de segurança e de comunicação compatíveis com grandes centros urbanos, conforme detalhado a seguir.

Destaca-se, ainda, que, para o desenvolvimento sustentável do turismo no polo em questão, é fundamental a existência de uma infraestrutura e serviços públicos eficazes, especialmente no que diz respeito aos serviços diretamente relacionados ao meio ambiente, como saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos, pois há uma forte dependência do segmento de turismo de negócios e eventos com esses serviços, em função de sua demanda por água tratada e por adequada destinação de seus efluentes e resíduos sólidos gerados.

3.2.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo, faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e limita-se ao leste com Minas Gerais e São Paulo, ao sul, com o Paraná, ao norte, com Mato Grosso e ao Nordeste, com Goiás. O desenvolvimento turístico do Estado tem como forte alicerce a presença do Pantanal, detendo 70% da planície alagada, que representa um dos maiores ecossistemas do mundo, e que ocupa 24% do território sul-mato-grossense.

A região turística Campo Grande e Região, também ocupa posição geograficamente privilegiada. Está localizada no centro do Estado e seu maior ícone é Campo Grande, Capital do Estado, que representa uma rota obrigatória para o turista que se destina ao Pantanal, às cidades que compõem o polo turístico Bonito - Serra da Bodoquena e ao turismo de compras e de negócios das fronteiras do Paraguai e da Bolívia.

Acesso Rodoviário

Embasado em dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, do levantamento do Fluxo de Turistas e da movimentação hoteleira da FUNDTUR/MS, verifica-se que, em 2009, somente 3,5% dos turistas do polo eram estrangeiros, oriundos de diversos países: Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria. Dos turistas nacionais, os principais centros emissores de turista do polo são: São Paulo (28,2%), o próprio Estado (26,5%) e demais estados (54,5%).

Considerando os países supracitados, verifica-se que são todos países distantes e sem acesso aéreo direto ao polo; assim, além de analisar a distância aérea entre a capital desses países e São Paulo, é também imperativo acrescentar na análise, a distância entre o município de São Paulo e Campo Grande: 1014 km, conforme o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Essa distância é um importante referencial ao turista do polo, nacional e internacional, visto que a capital paulista concentra uma parcela significativa dos desembarques internacionais, sobretudo dos países supracitados e o estado de São Paulo é um relevante mercado de origem nacional.

Decorrente da posição geográfica do polo, destaca-se, ainda, a distância rodoviária entre Campo Grande e Assunção (Paraguai) que é de 1.058 km, e a distância aérea entre a capital sul-mato-grossense e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) que é de 954 km, visto que o acesso rodoviário entre estas cidades ainda é limitado pela não pavimentação de um longo trecho e pela existência de uma linha aérea sem escalas operada pela GOL Linhas Aéreas Inteligentes.

Complementando as distâncias de acesso ao polo, tem-se a distância entre a Capital, Campo Grande, e os demais municípios do polo, presentes abaixo, que demonstra a proximidade entre os municípios que compõem a região turística, sendo Rio Negro o município mais distante de Campo Grande — 160 km.

Quadro 51 – Distância de Campo Grande aos municípios do polo

Origem	Destino	Distância (Km)
Campo Grande	Corguinho	100
	Dois Irmãos do Buriti	98
	Jaraguari	43
	Nova Alvorada do Sul	107
	Ribas do Rio Pardo	84
	Rio Negro	160
	Rochedo	83
	Sidrolândia	64
	Terenos	23

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010b.

A região também é um grande portal de acesso para todos os destinos do Estado e apresenta interligação rodoviária entre os municípios que a compõe (figura 59) .



Figura 56 – Rodovias federais e estaduais que interligam os municípios do Polo Campo Grande e Região.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

A BR-163 corta o Estado no sentido Norte – Sul, e a BR-262, corta no sentido Leste-Oeste, promovendo a integração do Estado e da região com os grandes centros distribuidores de turistas – São Paulo, Paraná e Mato Grosso, além de oportunizar o ingresso de turistas estrangeiros pela BR-262, em Corumbá.

A rodovia MS-080, que liga Campo Grande a Rio Negro, passando por Rochedo e Corguinho, foi pavimentada recentemente, em 2010. Essa rodovia corta uma das mais belas paisagens da região e será a grande alternativa para os turistas, além de configurar-se como uma alternativa para se evitar a BR-163, principal rodovia de Mato Grosso do Sul, com fluxo intenso de veículos e caminhões, principalmente por ocasião da safra agrícola, cuja rota interliga o norte do país até a divisa com o Paraná. (duplicação prevista). A expectativa é que esta rodovia se transforme em uma estrada de interesse turístico, potencializando, ainda mais, o turismo contemplativo da região.

O Transporte rodoviário é compreendido pelas seguintes conexões e serviços:

- Internacional - Campo Grande, provenientes da Asunción e Concepción (PY);
- Interestadual - Campo Grande, com linhas provenientes de São Paulo, Goiás/DF, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro, que dispõe de linha internacional para Puerto Suarez (BO);
- Intermunicipal - Campo Grande, com linhas para todos os municípios de MS, possibilitando conexão para os passageiros desembarcados de linhas interestaduais - aérea e rodoviária, para os destinos turísticos;
- Transportadoras Turísticas: disponível para fretamento eventual com uma frota cadastrada de 649 veículos na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN/ e CADASTUR / FUNDTUR/MS / MTur.

Quanto aos terminais rodoviários, apenas Campo Grande dispõe de uma boa estrutura; os demais municípios da região possuem apenas pontos de parada.

No ano de 2006, de acordo com levantamentos da AGEPAN/MS, a movimentação de passageiros em linhas regulares de transporte (ônibus) na região turística, com saída e retorno para Campo Grande, foi 25% do total de movimentação do Estado, que atingiu a marca de 2.901.260 passageiros, fator que mostra a grande integração existente na região. Em 2009, a movimentação de passageiros também manteve o mesmo padrão.

Quadro 52 – Comparativo entre os demonstrativos de movimentação de passageiros dentro do Polo Campo Grande e Região, em 2006 e 2009¹⁷.

Linha	Passageiros Embarcados e Desembarcados	
	2006	2009
CG – Sidrolândia	264.865	216.655
CG – Terenos	153.911	162.837
CG – Ribas do Rio Pardo	72.211	77.396
CG – Rio Negro	91.414	57.998
CG –(Nova Alvorada) - Dourados	83.981	-
CG – Corguinho	52.010	-
CG – Dois Irmãos do Buriti	16.586	65.699
TOTAL	734.978	580.585

Fonte: Sistema de Estatística FUNDTUR/MS, MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

¹⁷ Os dados referentes a 2007 e 2008 são apresentados agregados por empresa de transporte e não por origem/destino ou linha, o que impede a construção de uma série histórica. Salienta-se que o Sistema de Indicadores e Informações turísticas do Estado ainda está em fase de construção.

Nesse quadro do demonstrativo da movimentação de passageiros dentro da região, o número de passageiros embarcados e desembarcados na linha Campo Grande-Corguinho também agrega os valores referentes a Rochedo, pois a linha é a mesma. Também se destaca que não há registros disponíveis da movimentação de passageiros para Jaraguari. Foram disponibilizados dados das linhas CG – Nova Alvorada e CG - Corguinho.

Campo Grande dispõe do Terminal Rodoviário Senador Antonio Mendes Canale, inaugurado no final de 2009 (foto 64). Conta com uma área total de 10 ha., área construída de 6.475,96 metros quadrados. O novo terminal tem espaços adequados para embarque e desembarque, com 25 plataformas, 38 guichês para venda de passagens, 12 salas comerciais e espaços para caixas eletrônicos, centro de atendimento ao turista, recepção, sanitários, posto policial e áreas para despacho e apoio. O estacionamento tem vagas para 300 carros, 105 motos, 63 táxis e 40 vagas para moto - táxis.

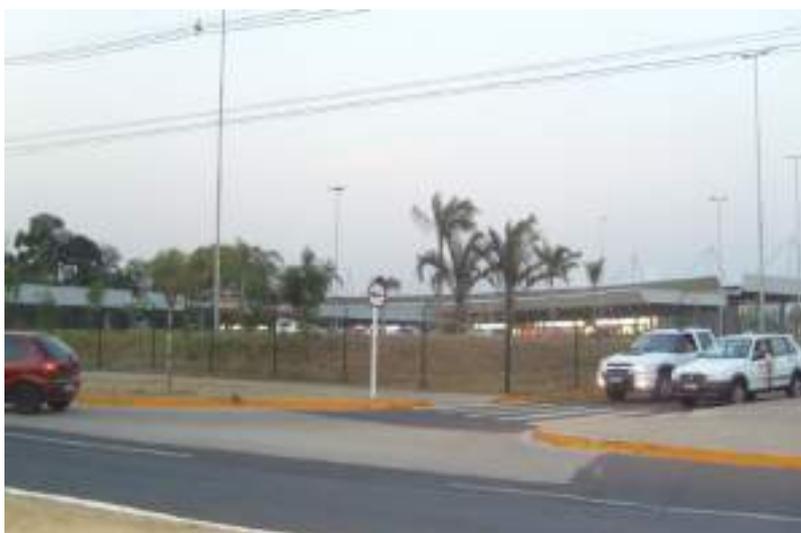


Foto 63 - Terminal Rodoviário de Campo Grande “Senador Antonio Mendes Canale”.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010

Acesso Aéreo

A região dispõe do Aeroporto Internacional “Antonio João”, com capacidade para um milhão de passageiros/ano; recebe voos regulares provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Santa Cruz (BO); de dois aeroportos de pequeno porte: Teruel e Santa Maria, em Campo Grande, e de um campo de pouso, em Corguinho.

O Aeroporto Internacional é administrado pela INFRAERO, e servido pelas seguintes empresas: GOL, TAM, AZUL, TRIP, AVIANCA Brasil, AIR PORTUGAL. Nele passam cerca de 3.000 passageiros diariamente, entre embarque e desembarque, de 34 voos, enfrentando uma crise genérica que atinge outras estruturas aeroportuárias de todo o país: congestionamento no embarque e desembarque, filas para reaver bagagens, disputa por táxi e falta de estacionamento para veículos. (VICTÓRIO, 2010).

O mesmo autor também indica que a justificativa para esses acontecimentos, segundo a Infraero, deve-se ao crescimento da economia e a melhora no poder aquisitivo ao longo dos anos, aumentando a demanda nesse setor. O crescimento no número de passageiros para as viagens aéreas é o de maior impacto. A figura abaixo mostra essa evolução. Em 2009, mais de 1.028.000 passageiros passaram pelo o Aeroporto Internacional de Campo Grande, e a previsão é que no fim de 2010, mais de 1.300.000 passageiros passem pelo local.

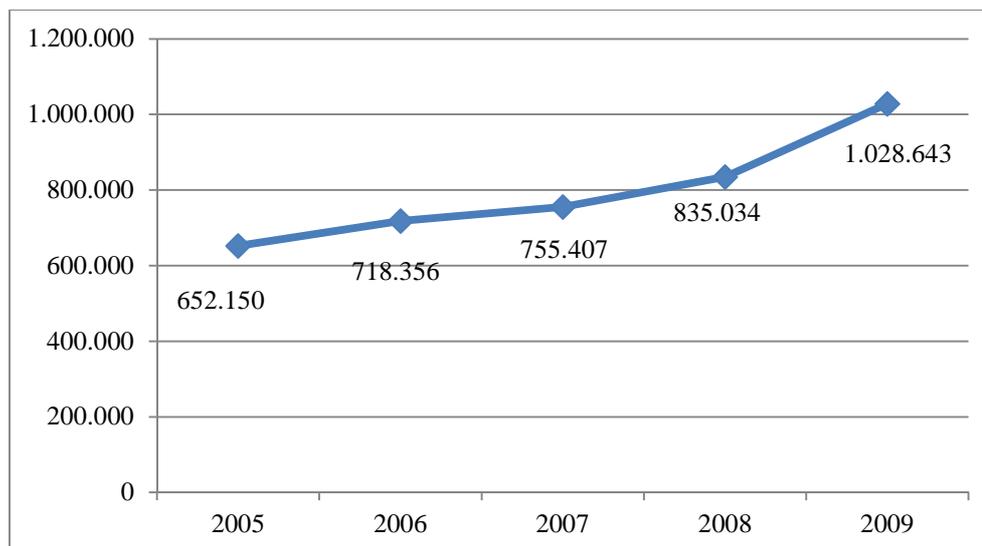


Figura 57 - Evolução do número de passageiros no Aeroporto Internacional de Campo Grande - 2005-2008.

Fonte: INFRAERO *apud* VICTORIO – Jornal Correio do Estado (2010).

Diante da atual conjuntura, a Infraero pretende ampliar e modernizar o setor de desembarque somente em meados de 2011. O aeroporto de Campo Grande conta atualmente com um projeto de expansão para o incremento do transporte de cargas e da produção industrial, interligando-se com o Terminal Intermodal de Cargas e do Centro de Logística Industrial Aduaneiro – CLIA, de Campo Grande, o que resultará em mais uma opção no transporte de cargas, visando o alcance de outros mercados por via aérea. Estuda-se a alternativa de transformação de parte de sua área em aeroporto industrial.

Com relação aos problemas com os taxis no aeroporto, o presidente da Associação Brasileira das Agências de viagens – ABAV, Ney Gonçalves, ressalta que o aeroporto de Campo Grande é o único das capitais brasileiras que não dispõe de alternativas de transportes (como ônibus executivo, por exemplo), além do caro serviço de táxi. O setor de transporte da Agência Municipal de Trânsito -AGETTRAN, em conjunto com a INFRAERO, anunciaram que implantarão em caráter de urgência para melhorar o atendimento no Aeroporto Internacional de Campo Grande, as seguintes ações, até 2011: o reforço do número de taxis (aumentando de 28 para 42 taxis), criação de novas áreas para estacionamento de veículo de passeio, ônibus e vans, ampliação da sala de embarque para mais 80 assentos e nova disposição da ala internacional. (VICTORIO, 2010).

O Polo Campo Grande e Região conta ainda com outros dois aeroportos para aeronaves de pequeno porte, o Aeroporto Municipal Estância Santa Maria e o Aeroporto Teruel, ambos em Campo Grande, além da pista de pouso, em Corquinho.

O Aeroporto Municipal Estância Santa Maria, tem duas pistas, sendo uma para taxiamento, com 1.300m, e outra pavimentada e sinalizada, para pousos e decolagens, com 1.000m, onde operam apenas pequenas aeronaves particulares e agrícolas. Nesse aeroporto, todos os hangares são particulares e ele concentra a maior movimentação de voos particulares e de pequenas aeronaves do polo. Segundo os proprietários de pequenas aeronaves, o custo do serviço nesse aeroporto é expressivamente menor se comparado ao Aeroporto Internacional de Campo Grande, justificando essa movimentação elevada desse tipo de aeronave, mesmo quando considerada sua maior distância do centro de Campo Grande.

Também há em Campo Grande o Aeroporto Teruel, empreendimento privado, com pista de pouso e decolagem de 1,5 mil metros de comprimento, cascalhada, além da faixa de rolagem e taxiamento de aeronave (taxi way), possuindo uma área total de 100 hectares, com 9 hangares e, ao todo, 200 pequenas aeronaves, pertencentes em grande parte a empresa de pulverização agrícola, cujo proprietário é o mesmo do aeroporto, e a outros donos, que utilizam o aeródromo.

Em todos os municípios do polo estão disponíveis pistas públicas e/ou particulares de pouso sem pavimentação, que permite pouso e decolagem de aviões de pequeno porte, destacando-se a pista existente na sede de Corguinho, com cerca de 700 m, herança da época de garimpo, quando os comerciantes de diamantes chegavam e partiam pela via aérea. Atualmente, o uso dessa pista é pouco expressivo ao polo, sobretudo à atividade turística.

Acesso Ferroviário

Mato Grosso do Sul conta hoje com 1.300,480 km de ferrovias (linha tronco). No Estado, a ferrovia fazia parte da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje denominada NOVOESTE S/A. A linha foi inaugurada em 1914, chegando a Corumbá em 1950, que mantinha um serviço de trem de carga e de passageiros de longo percurso, ligando Bauru/SP a Corumbá/MS. De 1995 à 2009, funcionou apenas como transporte cargueiro. Em 2006, a linha foi adquirida pela America Latina Logística S/A- ALL, que a comprou do grupo americano Noel Group, até então administradora do trecho.

Atualmente, só é utilizado para transporte de passageiros com finalidade turística no trecho Campo Grande - Aquidauana – Miranda, a Rota Trem do Pantanal (foto 65). O Pantanal Express tem capacidade total de 244 lugares (no início de 2010) e com previsão de extensão até Corumbá, em 2011; a operação desse produto turístico é da empresa SERRA VERDE EXPRESS.

Rota Trem do Pantanal - Inaugurada em maio/2009, saindo da Estação de Indubrasil (Campo Grande –Terenos); realiza um passeio turístico entre a Capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda, com impacto também na região Bonito-Serra da Bodoquena, e Corumbá, por meio de outros tipos de transporte. No período entre maio/2009 e fevereiro/2010, foram transportados 6.034 passageiros, sendo 4.592 pagantes, segundo dados da Serra Verde *Express*.

Para quem utilizar esta via de transportes, poderá contar com a saída aos sábados e retorno no domingo.

Quadro 53 - Horário de partida e chegada do Trem do Pantanal.

Saída de Campo Grande	Chegada em Piraputanga	Chegada em Aquidauana	Saída de Aquidauana	Chegada em Miranda
7h 30	11h 30	12h 30	15h	18h
08h 30	11h 30	14h 00	15h	19h 15

Fonte Pantanal Express, 2010.



Foto 64 – Vista lateral do Trem do Pantanal .

Fonte: Serra Verde Express, 2010.

Condições de acessibilidade e conectividade

A despeito das condições de acessibilidade e conectividade e da política estadual de desenvolvimento com a: ampliação e melhoria do aeroporto internacional, finalização da pavimentação na MS-080, expectativa de duplicação da BR-163, plano de turismo voltado para a melhor ocupação do espaço aéreo, através de voos regionais e voos *charters* para os destinos de caráter internacional e nacional, que ampliam sobremaneira as oportunidades para o desenvolvimento do turismo na região, tanto a nível local, quanto estadual, regional, nacional e internacional, a região deve trabalhar com roteiros temáticos e integrados, aproveitando todo esse fluxo turístico, que adentra na região através de Campo Grande, promovendo um planejamento turístico integrado com ações de promoção e *marketing* voltados para as potencialidades específicas da região, evidenciando o diferencial da região, estimulando a permanência dos turistas e das comunidades locais, que muitas vezes desconhecem os atrativos e recursos regionais.

Todas as vias de acesso supracitadas são rodovias pavimentadas e contempladas com algum tipo de manutenção, seja restauração, duplicação ou em fase de licenciamento para novos acessos, como é o caso da rodovia MS-080, que, no trecho entre Campo Grande e Rochedo, cerca de 70 km, foi pavimentado. Em abril de 2008, a mesma rodovia, MS-080, entrou em fase de licenciamento para a pavimentação asfáltica entre Corguinho e Rio Negro (35 km), atualmente concluído, e uma nova solicitação de licença para pavimentação asfáltica foi protocolada para ligar a MS-080/entroncamento com a MS-228 (Posto Braulino), contabilizando 12 km de asfalto, mais 53 km ligando o Posto Braulino a Rio Verde do Mato Grosso.

Igualmente, foi concluída a pavimentação asfáltica do trecho da MS-162, que interligar Sidrolândia ao distrito de Quebra Coco (11 km), mais (25 km) até Dois Irmãos do Buriti. Também na BR-262, foi concluída a pavimentação asfáltica de 5 km, (distrito Industrial-Terenos).

Assim, no quadro seguinte, há uma análise das rodovias de acesso viário do Polo Campo Grande e Região, considerando suas condições de acesso, sinalização, entre outras características verificadas *in loco* e com base nos dados do DNIT.

Quadro 54- Análise da infraestrutura viária de acesso ao Polo Campo Grande e Região

Município	Rodovia	Condições de Tráfego			Sinalização		Posto Fiscal		Considerações adversas
		bom	regular	ruim	boa	deficiente	sim	não	
Terenos	BR-262	X			X		X		Ocorrência de animais silvestres na pista.
Dois Irmãos do Buriti	BR-262	X				X			Ocorrência de animais silvestres na pista
	MS-162		X			X		X	Rodovia sem acostamento
Rio Negro	MS-080	X			X			X	Pavimentada recentemente
Corguinho	MS-080	X			X			X	Pavimentada recentemente
Rochedo	MS-080	X			X			X	Pavimentada recentemente
Sidrolândia	BR-060	X			X		X		Trecho em obra de restauração na pista e acostamento, alguns segmento sem sinalização horizontal.
Nova Alvorada do Sul	BR-267			X		X		X	Trecho entre km 226 ao 248,9 em restauração. Necessário reduzir velocidade e maior cautela.
	BR-163		X		X			X	Respeitar a velocidade. Pista escorregadia com chuva entre os km 364,6 e 379,0. No anel viário de Campo Grande: tráfego intenso de carretas. Trecho com alto índice de acidentes.
Ribas do Rio Pardo	BR-262	X			X			X	Pista e sinalização em boas condições.
Jaraguari	BR-163	X			X			X	Pista, acostamento, sinalização horizontal e vertical em boas condições. Tráfego intenso de carretas. Necessário dirigir com atenção e não abusar da velocidade. Quebra-molas nos perímetros urbanos. Ocorrência de animais silvestres na pista.

Fonte: Adaptado do BRASIL,2010b.

O acesso aos produtos e atrativos turísticos para os municípios do polo são analisados a seguir, considerando levantamento realizado pela empresa Agricon, a partir do percurso desses acessos, e entrevistas com gestores municipais responsáveis pela área de infraestrutura.

O acesso a Rochedo, Corguinho e Rio Negro é feito pela MS-080, rodovia pavimentada e com boa sinalização. Foi observada a existência de três acampamentos de sem-terra, entre Campo Grande e Rio Negro, sendo devidamente sinalizada a presença desses grupos com placas indicativas de alerta para redução de velocidade, conforme ilustra a foto abaixo:



Foto 65 - Acampamento de sem-terra, na MS-080, entre Campo Grande e Corguinho.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

O acesso a Rochedo e seus produtos/atrativos é realizado por meio da MS-080, sendo que o rio Aquidauana, um dos seus principais atrativos, está a duas quadras do centro urbano, e a Fazenda Paraíso Tropical, a 35 km, pela MS-080, e mais 10 km de estrada vicinal até a sede da fazenda, em bom estado de conservação, que, segundo informações da Prefeitura Municipal de Rochedo, possui manutenção o ano inteiro.

Em Corguinho, o Portal Ufos e RPPN Vale do Bugio, são acessados pela MS-080, até a entrada da fazenda Boa Sorte, onde, a partir desse ponto, percorre-se estrada vicinal que corta o interior desta fazenda. A rodovia MS-080 encontra-se em boas condições de trafegabilidade, com boa sinalização, e a estrada vicinal só possui boas condições em períodos de estiagem, necessitando de drenagem, correção do *greide*, melhoria de traçado e sinalização; a Fazenda Anew, também é acessada pela MS-080, e por estrada vicinal, no sentido do distrito de Baianópolis, necessitando de drenagem, sinalização e manutenções periódicas, principalmente nos períodos chuvosos.

No município de Rio Negro, os principais produtos e os atrativos potenciais podem ser acessados pela MS-080, em boas condições de tráfego e bem sinalizada, e por algumas vicinais, também em bom estado de conservação, como é o caso da Estrada do Laticínio, possuindo manutenção periódica e ponte nova, que dá acesso a alguns balneários ao longo do rio Negro e córregos pertencentes à mesma sub-bacia.

Em Nova Alvorada do Sul, os produtos/atrativos estão distribuídos ao longo da BR-163, com boas condições de tráfego e sinalização. Esta rodovia necessita da melhora na sinalização de segurança de passagem de pedestre nos trechos entre Campo Grande, Anhanduí e Nova Alvorada do Sul.

Em Jaraguari, a Estância Lázara e o Sítio Pingo D'ouro, são acessados pela BR-163, com boas condições de tráfego e sinalização; a Pousada Taboquinha e Furnas de Dionísio são acessadas por estrada vicinal, em boas condições de tráfego, mas necessitam de melhoria de drenagem e sinalização.

A BR-163, no sentido Campo Grande/Jaraguari, necessita de sinalização, redutores de velocidade e rotatórias, que melhore a segurança tanto para a passagem de pedestre quanto o fluxo de veículos nas ruas que contam a rodovia.

Em Ribas do Rio Pardo, o Balneário Municipal é acessado por meio de estrada vicinal, conhecida como norte-sul, possuindo boas condições de tráfego; a Usina do Mimoso tem seu acesso pela MS-357, que se encontra em boas condições, necessitando apenas de

melhorias na sinalização, e as fazendas de eucalipto são acessadas por meio de vicinais, que, dependendo da época do ano, principalmente no período das chuvas, ficam em péssimas condições, sendo que muitas vezes os proprietários das fazendas fazem a manutenção das mesmas.

A BR-262, no trecho que corta o município de Ribas do Rio Pardo, necessita de melhorias tanto de equipamentos quanto de sinalização de trânsito, para proporcionar segurança para travessia de pedestre e o cruzamento de veículos.

Em Terenos, as APAs municipais, atrativos potenciais, e os balneários do distrito de Cachoeirão, são acessados pela rodovia BR-262, recentemente recuperada, com boas condições de tráfego e devidamente sinalizada.

Em Dois Irmãos do Buriti, os produtos/atrativos encontram-se concentrados em sua maior parte ao longo do rio Aquidauana, que podem ser acessados a partir de Campo Grande pela BR-262 e MS-450, pavimentadas, sendo que esta última necessita de melhora na sinalização turística. O acesso à Pousada Sol Amarelo, produto já consolidado nesse município, pode ser acessado pela BR-262, e mais nove km de vicinal, em bom estado de conservação, embora necessite de melhoria de drenagem.

Em Sidrolândia, a Fazenda Piana é acessada em parte pela BR-060, e parte por estrada vicinal, sem pavimentação, com boas condições de tráfego, cascalhada e compactada recentemente, com boa sinalização; as rampas de voo livre são acessadas pela BR-060, e um pequeno trecho de estrada vicinal, com boas condições, com manutenção periódica; o Pesqueiro Mantelli, Fazenda Recanto e a Cachoeira Cerram Corá são acessados por meio de estradas vicinais, em boas condições – cascalhada e compactada; e o acesso ao Clube Cascatenha, está sendo pavimentado até a porta do clube.

A rodovia MS-060 possui sinalização que permite a travessia de pedestres em áreas habitadas, com redutores de velocidade, placas indicativas de passagem de pedestre, rotatórias para distribuição de fluxo e sinalização (foto 67). Em novembro de 2009, a AGESUL realizou um levantamento na BR-060, na região do município de Sidrolândia, para implantar as obras de recapeamento e abertura do acostamento da rodovia e estimou, em média, o fluxo de 3.000 veículos/dia. Existe um acampamento de sem-terra ao longo da rodovia, no trecho entre Campo Grande e Sidrolândia, como mostra a foto 68.



Foto 66 - MS-060, no trecho que corta o núcleo urbano de Sidrolândia.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.



Foto 67 - Acampamento de sem-terra, em trecho da rodovia MS-060.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

3.2.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O município de Campo Grande apresenta o maior sistema de abastecimento, e também a maior demanda de água do polo e do Estado. No Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água de Campo Grande 2008 – 2030, observou-se que o consumo

residencial e comercial representa cerca de 70% de todo consumo de Campo Grande, evidenciando o setor terciário como a âncora financeira da cidade, na qual está incluído o segmento turístico de negócios e eventos.

O Plano Diretor de Água de Campo Grande, elaborado pela concessionária, tem prevista a ocupação futura do solo do município face à sua extensão territorial e ao seu grande potencial de expansão. O horizonte de planejamento do plano é de 30 anos, quando se projeta uma população superior a 1,1 milhão de habitantes, contra os atuais 787.204.

A abertura de indústrias, melhorias no sistema de transporte e infraestruturas urbanas, mudanças nos rumos da economia, o desenvolvimento potencializado pela implantação do gasoduto, além de outros fatores, atuam diretamente no rumo de projeções de evolução da demanda.

Em função do desenvolvimento econômico alcançado nos últimos anos de Campo Grande, a demanda por recursos hídricos subterrâneos vem aumentando, tanto para fazer frente às necessidades hídricas inerentes ao desenvolvimento econômico, quanto para atender ao crescimento demográfico da região urbana.

Nesse contexto, os aquíferos presentes na região de Campo Grande representam um importante manancial de fornecimento de água potável. Devido à grande importância desses mananciais subterrâneos, a Águas Guariroba S/A contratou um estudo hidrogeológico na região urbana de Campo Grande, que identificou que o sistema Aquífero Guarani apresenta-se distribuído abaixo da totalidade da desta zona estudada.

Portanto, a partir das informações contidos no Plano Diretor, pode se depreender que Campo Grande, como Capital do Estado e âncora do desenvolvimento do turismo no polo, tem previsto num horizonte de 30 anos a demanda por água tratada, considerando os aspectos técnicos (captação, estação elevatória, estação de tratamento de água, reservação, adução, rede de distribuição, perdas etc.) e o plano de investimento. A seguir, detalham-se as condições atuais do sistema público de abastecimento de água tratada.

A água que abastece o município é decorrente de captações superficiais (Lajeado e Guariroba) e subterrâneas (105 poços em operação) captados a partir dos aquíferos Serra Geral (basalto), Aquífero Caiuá e Aquífero Guarani, sendo que o sistema fornece água de qualidade do ponto de vista físico, químico, biológico e bacteriológico sem impurezas prejudiciais à saúde.

Conforme dados da empresa Águas de Guariroba, responsável pelo sistema de saneamento do município, a água captada superficialmente responde por 67% do total, sendo a bacia do Guariroba responsável por 51% desse abastecimento. Visto esta importância estratégica, com o objetivo de preservar nascentes, foram implantadas Unidades de Conservação, de uso sustentável: a Área de Preservação Ambiental – APA, do Guariroba, através do Decreto Municipal n. 7183/setembro, e a APA do Lajeado, Lei Municipal n. 8265, de 27 de julho de 2001.

Nesses mananciais, é preocupante o processo de assoreamento, desmatamento da mata ciliar, ocupação desordenada, manejo de solos inadequado e degradação ambiental, que comprometem a quantidade e a qualidade da água captada. Diante desses fatos, ações de recuperação dos impactos existentes e sensibilização da comunidade são realizadas, destacando-se as do Ministério Público Estadual, que há 10 anos atua nestas áreas, buscando reduzir os impactos sobre o abastecimento de água ao município de Campo Grande.

Em termos de abastecimento, a Águas Guariroba indica que o índice de abastecimento de água em Campo Grande é de 99%, numa rede que chega a 3.388 km de extensão (ANEXO D). Igualmente destaca-se que, decorrente da implantação do Programa de Redução de Perdas, desde 2006, foi reduzido o índice de perdas da água distribuída em Campo Grande

de 57% para 24%, em 2009, valor considerado baixo, quando comparado com a média nacional de 40%.

Os demais municípios que compõem o polo turístico realizam a captação através de poços tubulares profundos, licenciados pela Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - SANESUL, excetuando-se os municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo, que possuem serviços autônomos de captação e distribuição de água, sendo que esses municípios também realizam captação de água subterrânea, conforme quadro a seguir:

Quadro 55 - Captação e tratamento do sistema público de água nos municípios do polo.

Município	Tipo de Captação	Aquífero	Tipo de Tratamento
Rochedo	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Corguinho	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Rio Negro	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Terenos	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração
Dois Irmãos do Buriti	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração
Jaraguari	Subterrâneo	Guarani	Cloração e fluoretação
Sidrolândia	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Ribas do Rio Pardo	Subterrâneo	Bauru	Cloração
Nova Alvorada do Sul	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração e fluoretação

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos juntos às prefeituras e unidades da SANESUL e SAAE de cada município, em 2010.

Todos os poços tubulares são monitorados pelas respectivas empresas periodicamente, sendo observados: a vazão, a cloração e os níveis de vazão.

O quadro abaixo mostra a cobertura do sistema de água nos municípios do polo atendidos pela SANESUL, obtidos do Sistema Nacional sobre Informações de Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, com dados disponíveis para o ano de 2008.

Quadro 56 - População atendida pelo sistema público de água, em 2008.

Descrição	População atendida %
Campo Grande	98,25
Dois Irmãos do Buriti	73,90
Nova Alvorada do Sul	92,41
Ribas do Rio Pardo	82,26
Rio Negro	100
Sidrolândia	70,65
Terenos	59,98

Fonte: Ministério das Cidades – SNIS/2008.

Para os municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo, que estão sob a gestão dos Sistemas Autônomos de Abastecimentos, os dados mais recentes são os do Censo de 2000, quanto à população atendida pelo sistema público de água, conforme quadro abaixo:

Quadro 57 - População atendida pelo sistema público de água em 2000.

Município	População atendida %
Corguinho	92
Jaraguari	97
Rochedo	93,9

Fonte: IBGE/2000.

Atualmente, o sistema público de abastecimento de água dos municípios do polo atende a quase totalidade da população, sendo admitidos índices entre 99 a 100% de cobertura, ficando uma pequena porcentagem sem atendimento, principalmente em função de possíveis áreas de expansão ou ocupação urbana irregular. As concessionárias dos

serviços de água têm capacidade logística e gerencial para o atendimento das populações residentes e o compromisso da ampliação da cobertura dos serviços à medida que haja expansão ou urbanização de áreas habitadas. Portanto, devido o alto índice de cobertura considera-se que apenas pequenas áreas na periferia urbana dos municípios do polo não possuem rede de água tratada, mas as concessionárias não disponibilizaram um mapeamento, considerando que os mesmos se encontram em processo de atualização para atendimento às obras do PAC.

Igualmente, as concessionárias não dispõem de dados atuais do nível de economias (residencial, comercial, industrial e público) atendidas pelo sistema de abastecimento de água nos municípios do polo em questão; porém, esse levantamento geralmente é realizado previamente em obras impactantes no sistema, para adequadamente direcionar seu planejamento. Assim, antes da implantação das ações relacionadas ao sistema de abastecimento de água planejadas no PDITS, tal como foi observado no PDITS Serra da Bodoquena/2004, esse estudo será realizado.

São fatores comuns aos municípios do polo investimentos em obras de melhorias e de ampliação do sistema de abastecimento de água, visando o atendimento universalizado, envolvendo a perfuração de novos poços, troca de bombas, construção de novas adutoras e ampliação da rede de abastecimento, sendo todos focados em contemplar parcelas elevadas de população atendida pelo sistema. A seguir, verificam-se os dados atuais do sistema de abastecimento de água dos municípios do polo em questão.

Quadro 58 – Sistema de abastecimento de água do Polo Campo Grande e Região, em 2009.

Municípios	Número de ligações reais	Número de economias reais	Extensão da rede (metros)	Volume produzido ano (m ³)	Volume consumido (m ³)	Volume faturado (m ³)	Volume tratado (m ³)
Campo Grande	241.504	277.897	3.388.000	72.736.455	47.694.262	56.900.566	72.736.455
Corguinho
Dois Irmãos do buriti	2.079	1.811	29.452	353.825	222.822	285.592	353.825
Jaraguari
Nova Alvorada do Sul	3.721	3.455	35.137	741.494	521.418	589.267	741.494
Ribas do Rio Pardo	5.038	4.446	45.746	1.028.780	592.720	726.520	1.028.780
Rio Negro	1.802	1.553	27.028	397.263	216.843	263.783	397.263
Rochedo
Sidrolândia	8.302	8.224	79.333	2.158.728	1.217.982	1.397.062	2.158.728
Terenos	2.672	2.450	37.137	667.381	352.414	418.637	667.381
Total (polo)	265.118	299.836	3.641.833	78.083.926	50.818.461	60.581.427	78.083.926

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Os dados mais recentes, referentes aos serviços autônomos de Jaraguari, Corguinho e Rochedo, fornecido por estas empresas, são de 2000, 2005 e 2006, respectivamente, conforme abaixo apresentados:

Quadro 59– Sistema de abastecimento de água de Corguinho, Jaraguari e Rochedo, em 2000, 2006 e 2005, respectivamente.

Descrição	Município		
	Corguinho	Jaraguari	Rochedo
Ano de referência	2000	2006	2005
Número de ligações reais	...	921	902
Número de economias reais	832	800	1.064
Extensão da rede (m)	34.026	19.100	22.167
Volume produzido por ano (m ³)	146.705	99.548	220.830
Volume consumido por ano (m ³)		81.629	220.830
Volume faturado por ano (m ³)		99.548	218.427
Volume tratado por ano (m ³)	145.456

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Tomando-se como indicador para a análise a extensão da rede de abastecimento, verifica-se que, entre 2004 e 2009, houve um aumento médio de 7,25% da rede de abastecimento do polo, destacando-se o crescimento significativo de 98% da rede de abastecimento de Nova Alvorada do Sul, e o de Sidrolândia, 19%. Também, ressalta-se o aumento nominal da rede de abastecimento de Campo Grande, de aproximadamente 246 mil metros, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 60 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.

Municípios	Extensão da rede (metros)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	3.159.090	3.221.730	3.252.270	3.268.311	3.352.923	3.388.000
Ribas do Rio Pardo	42.089	42.089	42.089	42.190	45.746	45.746
Jaraguari	–	–	19.100	–	–	–
Rochedo	22.167	22.167	–	–	–	–
Rio Negro	25.924	25.924	27.028	27.028	27.028	27.028
Sidrolândia	66.737	67.391	67.391	71.939	76.891	79.333
Corguinho	–	–	–	–	–	–
Dois Irmãos do Buriti	27.908	28.213	29.829	28.829	29.452	29.452
Nova Alvorada do Sul	17.746	20.536	20.536	22.074	24.130	35.137
Terenos	34.120	34.780	34.780	34.852	35.921	37.137
Total do polo	3.395.781	3.462.830	3.493.023	3.495.223	3.592.091	3.641.833

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

De acordo com o previsto no Decreto n. 5.440/05, da Presidência da República, a SANESUL entrega junto com a conta d'água, anualmente aos consumidores, o Relatório Anual de Qualidade da Água, referente ao ano anterior. Nesse material são divulgados à população o resumo dos resultados mensais das análises bacteriológicas e físico-químicas da água distribuída e os resultados do controle de qualidade da água bruta em diversos pontos de captação. Além de divulgar os resultados do controle da qualidade da água captada e distribuída, o relatório presta-se à educação ambiental, pois apresenta diversas sugestões para redução do consumo da água.

Da mesma maneira, a Águas Guariroba, responsável pelo abastecimento de água do município de Campo Grande, divulga em seu *site* e em seus postos de atendimentos ao cliente, informações mensais sobre a qualidade da água. A empresa realiza análises diárias em seu laboratório, localizado na Estação de Tratamento da Águas Guariroba, onde são

realizados exames bacteriológicos e físico-químicos e, posteriormente, enviados para um laboratório terceirizado, referência nacional em análise de água. Por esse controle da qualidade da água distribuída, em 2003 a empresa recebeu o certificado da Organização Internacional para Padronização - ISO 9001:2000.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que o sistema de abastecimento de água do polo atende adequadamente a população local e ao atual fluxo de turistas. No entanto, para o crescimento do setor de turismo no polo, principalmente da rede hoteleira e outras estruturas como bares, restaurantes e centros de convenções, a disponibilidade quantitativa e qualitativa de água é primordial, visto que os turistas consomem muita água, até mais que o dobro de um residente local. (RAINFOREST ALLIANCE, 2008).

Nesse contexto, é necessário não somente que o serviço de abastecimento de água ocorra a contento, como também monitorar o mesmo em regiões que concentra grande demanda, como em áreas de bares e restaurantes, assim como desenvolver mecanismos de sensibilização do empresário, conscientização do turista e de incentivos para que programas sustentáveis de redução do consumo de água sejam valorizados e adotados em maior escala. (RAINFOREST ALLIANCE, 2008).

3.2.3. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Para suportar o crescimento econômico e o aumento populacional nos municípios do polo, e em especial na Capital, a rede de coleta e tratamento de esgoto deve ser ampliada em Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, e implantada nos outros municípios.

Em Campo Grande, as principais regiões onde estão distribuídos os bares, restaurantes, centro de convenções e hotéis estão cobertas pelo sistema de coleta de esgoto, tais como: o sistema de coleta central que atende ao centro da cidade e as regiões do Bairro Cruzeiro, São Francisco, Jardim dos Estados, Glória, São Bento, Itanhangá Park, Bela Vista, Carvalho, Amambaí, Cabreúva e parte alta do Monte Castelo; O Aeroporto Internacional de Campo Grande que, em 2010, com investimentos da Infraero, interligou o esgoto coletado à rede pública e; na região do Parque dos Poderes e entorno do Parque Estadual Prosa, onde se localiza o Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo e o Centro de Convenções e Exposição Albano Franco, a Águas Guariroba investiu cerca de R\$ 2,7 milhões para implantar 3.560 metros de rede coletora de esgoto, 1.600 metros de coletor tronco, 924 metros de linha de recalque e uma estação elevatória.

O Parque de Exposição Laucídio Coelho, para a obtenção da devida licença ambiental, no início do ano de 2011, em parceria com a empresa Águas Guariroba, promoveu um estudo para iniciar a implantação de um sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário em toda a área do parque. Esse estudo faz parte da proposta de transformar o Parque Laucídio Coelho numa “cidade do agronegócio”, que propõe transformar 13 pavilhões usados para animais de argola, em áreas comerciais permanentes, com locação para empresas e instituições.

O dimensionamento da rede e as ETEs já instalada, estão contemplados no Plano de Esgotamento Sanitário de Campo Grande, com um horizonte de atendimento da demanda residencial e comercial até 2030, sendo que, em 2008, o referido plano sofreu uma atualização. Hoje em Campo Grande, o valor cobrado da tarifa do esgoto é de 70% sobre o valor de consumo da água e a proposta é de alcançar 100%, após alcançar 50% de cobertura da área urbana com coleta e tratamento. A seguir, se detalha o atual sistema existente em Campo Grande e demais municípios do polo.

Entre os municípios do polo, somente Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema de rede de coleta e tratamento de esgoto em funcionamento. A população dos demais municípios é atendida, em grande parte, por fossas sumidouros. Porém, há o planejamento e ações sendo realizadas pela SANESUL para implantar, em curto prazo,

estações de tratamento de esgoto e rede de coleta nos municípios de Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, além de ampliar a rede de Ribas do Rio Pardo. Esta ampliação do sistema de esgotamento sanitário do polo, assim como do restante do Estado, dá-se por meio do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e da SANESUL, do Programa Saneamento para Todos e do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, conforme detalha o quadro abaixo:

Quadro 61 – Projeções totais de investimentos em esgotamento sanitário no polo:

Município	Fonte de Recursos	Investimentos (R\$)	Período de Execução
Corguinho	MTur/SANESUL	1.349.066,71	2010/2011
Ribas do Rio Pardo	FUNASA/SANESUL	3.699.955,01	2010/2011
Rio Negro	SANESUL	49.267,04	2010
Sidrolândia	SANESUL	5.200.000,00	2011/2016
Terenos	SANESUL	1.800.000,00	2011/2016

Fonte: SANESUL.

Para os demais municípios, as concessionárias e os serviços autônomos responsáveis ainda não têm concluídos os valores, fontes de recursos ou prazos de execução das melhorias e implantações do sistema de esgotamento sanitário.

O município de Sidrolândia adota o sistema individual de esgotamento sanitário, uma vez que o índice de cobertura de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município é igual a zero. No sistema individual, destaca-se a utilização de tanques sépticos para disponibilizar esgoto sanitário, que são implantados de forma rudimentar sem seguir os padrões da engenharia sanitária.

A SANESUL possui pré-projeto para implantação do sistema de esgotamento sanitário em Sidrolândia, mas no momento encontra-se com dificuldade de adquirir uma área para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE; o sistema de tratamento previsto é do tipo Reator Anaeróbico de Lodo Fluidizado – RALF, com eficiência máxima de 80% e lançamento do efluente no córrego Vacaria (Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Sidrolândia).

O município de Terenos implantou parte da rede de coleta na região central (ainda sem interligação com os domicílios) e ETE, porém, sem operar por falta de licenciamento ambiental. No anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Terenos, encontra-se mapa com a rede implantada e a rede projetada para ampliação do sistema. Segundo informação dos gestores municipais, somente será ativada a ETE e realizada a interligação dos domicílios à rede coletora após a renovação do contrato de concessão com a SANESUL. O projeto para ampliação do sistema está em fase de atualização, mas ainda não houve uma quantificação dos valores que serão investidos. O sistema de tratamento implantado e projetado é do tipo RALF, com eficiência máxima estimada em 80%, e após o início do funcionamento o efluente será lançado no córrego Dioguinho.

Em Corguinho, está sendo construída uma ETE com recursos oriundos de convênio entre a SAAE e FUNASA, no valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), com sistema de tratamento do tipo RALF, com eficiência máxima esperada de 90%, e efluente lançado no rio Aquidauana; ainda não existe previsão para implantação da rede coletora. A empresa não disponibilizou o projeto e tampouco a previsão do percentual da população a ser contemplada, pois o mesmo encontra-se em processo de ajustes, sendo que a previsão é de atendimento de 60% da área do município.

Em Dois Irmãos do Buriti, a SANESUL possui pré-projeto para implantação do sistema de esgotamento sanitário, embora ainda não haja data para início das obras (Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Dois Irmãos do Buriti). O sistema projetado é do tipo RALF, com eficiência esperada de 60-75%, e lançamento do efluente no córrego Buriti (20° 40'42"S 55°17'54"W). O pré-projeto contempla toda área do município, embora a execução do serviço deva ser por etapas, de acordo com recursos obtidos por meio de Emenda Parlamentar para o exercício de 2011, segundo o gestor local da SANESUL.

Em Nova Alvorada do Sul, a SANESUL possui pré-projeto para o município, inclusive processo de compra de área de 11 há, para a instalação da ETE (ANEXO D- Mapas do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Alvorada do Sul). O sistema contemplado é do tipo RALF, e efluente será lançado no córrego Alavanca. A empresa concessionária e a administração local estão em busca de recursos para a implantação do projeto.

No município de Jaraguari, não existe projeto elaborado e nem previsão de investimentos, segundo informações de gestores locais. Em Rio Negro, a SANESUL possui pré-projeto do dimensionamento da rede coletora a ser implantada (Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio Negro). No município de Rochedo, a SAAE está buscando recursos junto à FUNASA, para desenvolvimento de projeto e implantação do sistema de esgotamento sanitário, mas ainda não tem o dimensionamento dos recursos necessários.

Em 2006, a Águas Guariroba, que responde pelo sistema de esgotamento sanitário da Capital, lançou o Programa Sanear Morena, cujo objetivo era duplicar a rede coletora de Campo Grande, contemplando 50% da população, até 2008. Segundo a empresa, até abril de 2010, foram implantados 707 km de rede coletora de esgoto, disponibilizando o serviço para mais de 61% da população. O mapa anexo do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande indica a área de cobertura do serviço. O Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Campo Grande, contemplando o período de 2008 a 2030, elaborado pela empresa Águas Guariroba, estima o atendimento da população conforme quadro logo abaixo:

Quadro 62 - População atendida e projeções de atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário, em Campo Grande.

Descrição	Campo Grande					
	2008	2009	2010	2021	2026	2030
População adotada	755.777	771.218	786.526	943.231	1.019.610	1.085.143
População atendida	470.671	485.089	518.112	565.939	713.727	759.600

Fonte: Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Campo Grande - 2008 a 2030 (CAMPO GRANDE, 2010)

Em Ribas do Rio Pardo, em 2009, estimava-se que 25% da população de Ribas do Rio Pardo era atendida com sistema de esgotamento sanitário; após ampliação, através do projeto entregue em junho de 2010, esse percentual passou para 60% da população, com 12.046 habitantes atendidos pelo novo sistema. No Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Ribas do Rio Pardo, pode-se visualizar o mapa com as áreas atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário. O sistema de esgotamento do município utiliza o tipo de tratamento UASB, com eficiência esperada de 60-75%, e lançamento do efluente no rio Pardo (20° 26'17,93"S 53°45'16,30"W).

Considerando que apenas Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema de esgotamento sanitário implantado e em operação, consolidou-se os dados para esses municípios, como a seguir:

Quadro 63 – Sistema de esgotamento sanitário do Polo Campo Grande e Região, em 2009.

Descrição	Município	
	Campo Grande	Ribas do Rio Pardo
Numero de ligações	98.514	467
Número de economias (m ³)	129.160	488
Volume faturado (m ³)	18.410.916,00	83.399,00
Extensão da rede(m)	1.431.000,00	5.208,00

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) - Águas Guariroba e SANESUL.

Nas estações de tratamento de esgoto de Campo Grande, administradas pela Águas Guariroba, todo o tratamento segue as normas ambientais (quadro a seguir). Nelas, o esgoto sofre um tratamento biológico, formando lodo, que é desidratado e utilizado no viveiro de mudas da empresa; gases, que são queimados, e a parte líquida do esgoto, ainda passam pelo processo de tratamento físico – químico e só depois é lançado nos córregos.

Quadro 64 – Estações de Tratamento de Esgoto de Campo Grande, em 2010.

ETE	Descrição	Tratamento	Corpo Receptor
Cabreúva	Localizada na margem esquerda do córrego Segredo (UTM 748062; 7737326). Implantada em 1995, com capacidade para atender 12.000 habitantes e tratar 100l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%.	O efluente tratado é lançado de forma afogada no córrego segredo.
Salgado Filho	Localizada na margem esquerda do rio Anhanduí. Implantada em 1997, com capacidade para tratar 400l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%.	O efluente tratado é lançado de forma afogada no rio Anhanduí.
Aero Rancho	Localizada na margem direita do rio Anhanduí (UTM 744320; 7727681). Implantada em 1997, com capacidade de tratamento de 40l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%.	O efluente tratado é lançado na margem direito do rio Anhanduí.
Mário Covas	Localizada na margem direita do córrego Lageado (UTM 749808; 7727590). Instalada em 2002, com capacidade para tratar 20l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%.	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Lageado.
São Conrado	Localizada na margem direita do córrego Lagoa. Instalada em 2004, com capacidade de 20l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%.	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Lagoa.
Sayonara	Localizada na margem direita do córrego Imbirussu. Instalada em 2004, com capacidade para tratar 5l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%.	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Imbirussu.
Cooptrabalho	Localizada na Av. Presidente Café Filho com Rua Guatembu (UTM 743780; 7739445). Capacidade atual de 19l/s.	Reatores modulares do tipo UASB, eficiência entre 70 a 85%.	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Imbirussu.
Los Angeles	Ativada em julho de 2008, com capacidade de 720l/s (UTM 743985; 7725730).	Reatores UASB – Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente e Manto de Lodo Eficiência entre 70% a 85%.	O efluente tratado é lançado na margem direito do rio Anhanduí.
Nova Campo Grande	Em fase de construção na margem do córrego Imbirussu.	Reatores UASB – Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente e Manto de Lodo Eficiência entre 70% a 85%	Corpo Receptor: córrego Imbirussu.

Fonte: Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande /2008 (CAMPO GRANDE, 2010).

Destaca-se que a implantação da ETE - Los Angeles, tem entre seus objetivos desativar estações menores, conforme verificado no Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande, desativando, gradativamente, as ETEs Cabreúva, Salgado Filho, Aero Rancho, Mario Covas e São Conrado, implantadas dentro da área urbana, e transferir também os esgotos coletados nas ETEs Sayonara e Cooptrabalho para a futura ETE Nova Campo Grande, melhorando assim a qualidade ambiental próximo a esses locais. Esta estação de tratamento ocupa área de 106 hectares e foi projetada com modernos equipamentos para que o odor não interfira fora dos limites da estação.

Mesmo com a ampliação expressiva do sistema de esgotamento sanitário ocorrido em Campo Grande nos últimos cinco anos, e com as projeções de ampliação da rede de Ribas do Rio Pardo e as previsões de implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, ainda é necessário aumentar a abrangência desse serviço no polo, sobretudo para o desenvolvimento do turismo.

O investimento em esgotamento sanitário reduz significativamente os problemas e os gastos como saúde pública, visto que a falta de saneamento gera, por conseqüências, gastroenterites, verminoses, hepatite e outras enfermidades gastrintestinais, sendo diretamente associada à mortalidade infantil também.

Ao turismo, sobretudo ao de negócios e eventos, que geram em curto tempo uma grande quantidade de resíduos, dentre eles esgoto, é necessário que esse serviço seja capaz de coletar, tratar e destinar adequadamente todo o resíduo gerado, a fim de minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente, em especial, sobre os recursos hídricos da região.

Nesse contexto, é necessário desenvolver mecanismos de incentivos aos empreendimentos da cadeia turística para a adoção de sistemas ecoeficientes, como, por exemplo, o reuso de águas residuais e o reaproveitamento da água da chuva em usos menos restritivos, reduzindo a emissão de efluentes e diminuindo a demanda desse serviço. Atualmente, esses mecanismos começam a ser adotados em algumas unidades de redes hoteleiras junto a outras práticas sustentáveis

3.2.4. LIMPEZA URBANA

O sistema de limpeza urbana dos municípios do polo compreende a varrição, manutenção e coleta de resíduos sólidos, sendo esse último, o principal componente do sistema, dado o volume e a complexidade de sua gestão, sobretudo na Capital. De maneira generalizada, no polo, esses serviços atendem em média, 95% da população urbana, sendo as prefeituras municipais as responsáveis por sua execução.

A varrição é realizada manualmente com frequência diária nos municípios do polo, e em Campo Grande, além da área central, esta varrição se estende aos principais corredores de tráfego do município.

De acordo com as informações obtidas junto às prefeituras pertencentes ao polo, o serviço de manutenção refere-se à capina manual e pintura de meio-fio das principais vias de acesso aos municípios, sendo realizadas esporadicamente de acordo com a necessidade e época do ano; porém, todas afirmam que, no mínimo, anualmente o serviço contempla todos os principais logradouros dos municípios.

A gestão de resíduos sólidos atende a maioria da população urbana do polo; em Campo Grande, maior produtor de resíduos sólidos do Estado, e do polo, o serviço contempla 98% da população, excetuando-se loteamentos e ocupações irregulares que não solicitaram à prefeitura o serviço de coleta domiciliar. A figura seguinte ilustra a área atendida e a frequência com que os resíduos são coletados conforme região do município:

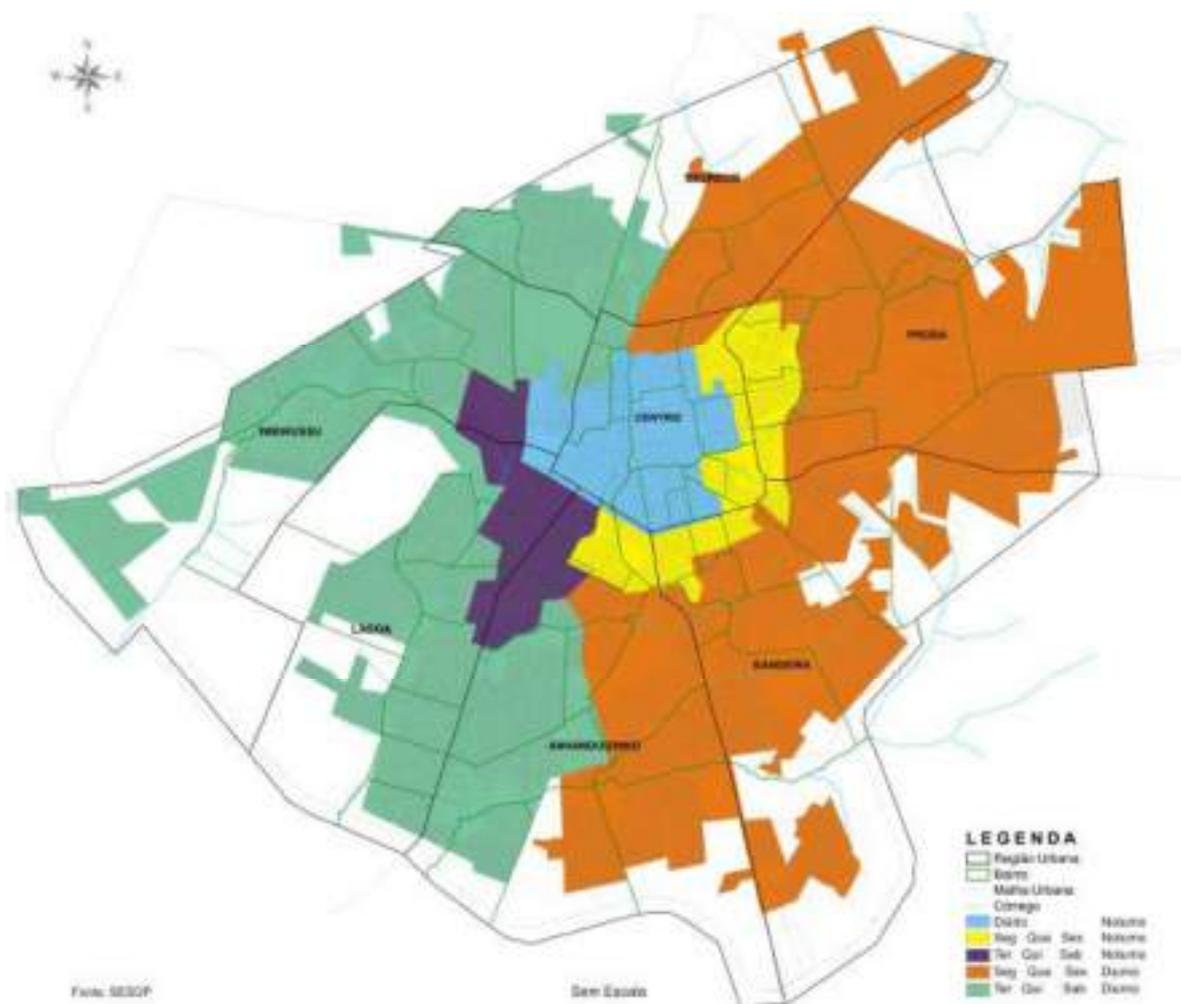


Figura 58: Coleta urbana de resíduos sólidos no município de Campo Grande.

Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental –RAA – Viva Campo Grande – 2008.

No município, a coleta de resíduos sólidos domiciliar é realizada por 22 veículos, recolhendo, em média, 565 toneladas por dia, com frequência diária na área central e três vezes por semana na periferia. Operacionalmente, para a coleta domiciliar, o município foi dividido em cinco grandes regiões, com 72 setores coletando nos períodos noturno e diurno. Na área central a coleta é realizada somente no período noturno. Especificamente para a coleta de resíduos hospitalar, existe um caminhão exclusivo, sendo seu destino final o mesmo do resíduo sólido doméstico: o aterro sanitário, localizado na saída para Sidrolândia (foto 69). (CAMPO GRANDE, 2007).



Foto 68 – Vista parcial do atual depósito de resíduos, em Campo Grande.

Fonte: Arquivo do Campo Grande Notícias, acesso em 09-06-10.

Em fevereiro de 2010, foi assinado um TAC pelo município de Campo Grande, intermediado pelo Ministério Público Estadual, com uma série de ações para desativar, até dezembro de 2011, o atual aterro sanitário e recuperar ambientalmente a área.

Entre estas ações, está a construção de uma usina de triagem de resíduos sólidos no novo aterro sanitário, cuja ordem de serviço para sua construção foi assinada em abril desse ano e permitirá a implantação de uma cooperativa para a reciclagem de resíduos sólidos. O novo aterro contará com um incinerador de resíduos sólidos hospitalares, uma área específica para receber resíduos sólidos da construção civil, e todo o material não reciclável será compactado por equipamento específico, visando uma vida útil de 20 anos desse novo aterro.

Ainda sobre a gestão de resíduos sólidos recicláveis em de Campo Grande, é verificada a presença de catadores e até mesmo crianças nos locais de disposição desses resíduos; para evitar a continuidade desse problema, a prefeitura municipal anunciou que cercará o aterro de construção civil localizado no anel viário de Campo Grande, no Jardim Noroeste. A área próxima à indústria Kepler Weber, na saída para Aquidauana, também será cercada para evitar que as empresas e carroceiros despejem material indevido nessa área. (TADA, 2010).

Além de fechar os locais, a prefeitura pretende melhorar a cobertura arbórea, com a plantação de cerca de 30 mil pés de eucalipto. O principal objetivo dessa ação é que esses locais não se transformem em lixões, nem que a população se coloque em risco, segundo o promotor de justiça Alexandre Raslan. (TADA, 2010).

Conforme o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, embora os municípios ainda não tenham aterros sanitários adequados e licenciados para a deposição final dos resíduos coletados, estão sendo desenvolvidos projetos de adequação ou implantação dos mesmos, bem como a construção de UPLs.

No polo, a iniciativa privada, principalmente das grandes redes de supermercados, tem buscado mobilizar a população para proceder à coleta seletiva do resíduo doméstico, distribuindo embalagens informativas para esta separação, outras induzindo o consumidor a utilizar sacolas de pano para diminuir o volume de plásticos no lixão. Alguns bancos coletam pilhas e baterias de celulares.

No município de Dois Irmãos do Buriti, 100% da população urbana é atendida por coleta de lixo, e há uma UPL que é mantida com o trabalho de mulheres catadoras, com a colaboração da prefeitura, que cedeu o local para ser montada a cooperativa e um caminhão e motorista para realizar o transporte da produção reciclada para Campo Grande, onde é vendido. Os resíduos não recicláveis e ou não comercializáveis, vão para as valas controlada; já os resíduos orgânicos, vão para a compostagem, que se transforma em adubo e é comercializado (foto 70 e 71).

Antes desta UPL, o resíduo era coletado e depositado num aterro a céu aberto; hoje, esse local foi interditado e todo resíduo coletado pela prefeitura vai diretamente para a usina de processamento. O monitoramento desta UPL é realizado por uma profissional habilitada, contratada pela prefeitura de Dois Irmãos do Buriti.



Foto 69 – Placa indicativa no caminho para a UPL, em frente ao antigo lixão (à esquerda).

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.



Foto 70 - Vista parcial do interior da UPL, onde podem ser avistadas as *big bags* com produtos (à direita), em 31 maio de 2010 – Dois Irmãos do Buriti.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Conforme consta no Relatório de Inspeção 44/2006 – Vigilância Sanitária/MS, em Ribas do Rio Pardo, a área onde se encontra instalado o lixão de Ribas do Rio Pardo possui aproximadamente 3,0 hectares, está localizado ao lado do cemitério do município, a 2 km de distância do núcleo urbano (foto 72). Não possui licença ambiental, contrariando a Resolução CONAMA 237/1997, art.2º, e também a Resolução CONAMA 01/1986, art.1º inciso I. Os resíduos de serviço de saúde gerados no município são coletados separadamente dos resíduos comuns, pela Secretaria Municipal de Saúde, em veículo específico para este fim e encaminhados para incineração no autoforno da siderúrgica Vetorial, localizada no município A Resolução/ANVISA n. 306, de 2004, em especial o capítulo III, itens 1.6, 1.6.2 e 1.9, capítulo IV, capítulo V e capítulo VI, bem como a Resolução CONAMA n. 358, de 2005, em especial os art. 1º, art. 10, preconizam que esse processo e local sejam devidamente licenciados pelo órgão ambiental.

Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras, as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, de acordo com a Resolução CONAMA n. 301, de 2002 (foto 73). Também não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas, de acordo com a Resolução CONAMA n. 257, de 1999.

O município atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.



Foto 71 - Vista ampla da localização do lixão mostrando a queima dos resíduos – Ribas do Rio Pardo.

Fonte: Relatório de Inspeção 44/2006 – Vigilância.



Foto 72 - Pneus dispostos na área do lixão – Ribas do Rio Pardo.

Fonte: Relatório de Inspeção 44/2006 – Vigilância Sanitária/MS.

Sanitária/MS

Segundo o Relatório de Inspeção 194/2005 - Vigilância Sanitária/MS, no município de Sidrolândia, a quantidade média de resíduos sólidos gerados é de aproximadamente 18.000 kg/dia, ou 0,99 kg per capita, coletados diariamente em todos os setores, em veículo impróprio, caminhão caçamba aberto. A destinação é feita em um lixão, numa área de um hectare, localizada na zona rural, 8,5 km do núcleo urbano, e a aproximadamente 2,5 km do corpo d'água mais próximo; não possui isolamento adequado em todo o seu perímetro de forma a impedir a entrada de pessoas e animais, não possui portão de acesso restrito e/ou guarita (foto 74).

Todos os resíduos gerados no município são separados e reutilizados em uma UPL, por meio de catadores devidamente cadastrados, que realizam todo o serviço. Grande parte do material orgânico coletado é cuidadosamente segregada e separada em leiras, que recebem o manejo necessário, sendo que, após 120 dias, esse material (adubo orgânico) é peneirado e utilizado pela prefeitura e outros no plantio e/ou fertilização de plantas (foto 75). A responsabilidade da UPL é da Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente, que controla e vende os materiais segregados e recicláveis e distribui os lucros entre os cooperados.

Não está sendo realizado o recobrimento e compactação diária dos resíduos depositados no lixão; é comum a queima dos mesmos para que diminua de volume. Os resíduos de serviço de saúde são coletados pelo mesmo veículo da coleta (caminhão aberto) em horários diferenciados e depositados no próprio lixão, sendo queimados. Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras, as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, processo ambientalmente adequado. Os pneumáticos coletados são separados e amontoados no pátio da UPL, sem cobertura, possibilitando o acúmulo de água das chuvas e a proliferação de vetores. Não realiza segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas. O município não possui projeto para construção de aterro sanitário.



Foto 73 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia.

Fonte: Relatório de Inspeção 194/2005 - Vigilância Sanitária/MS .



Foto 74 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia

Fonte: Relatório de Inspeção 194/2005 - Vigilância Sanitária/MS.

O município de Sidrolândia atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.

Segundo o Relatório de inspeção 278/2006 - Vigilância Sanitária/MS, no município de Nova Alvorada do Sul a área onde se encontra instalado o lixão do município está localizada a

dois quilômetros de distância do núcleo urbano. A quantidade de resíduos sólidos gerados informada é de aproximadamente 9ton/dia, coletados de segunda a sexta, três vezes por semana em cada setor por um caminhão compactador, com capacidade para 12 toneladas (foto 76). O lixão ocupa uma área de cinco hectares, e está a 2 km de distancia de um córrego, cujo nome não foi possível identificar. A área do lixão possui isolamento em todo o seu perímetro de forma a impedir a entrada de pessoas e animais, porém, havia a presença de catadores no local.

A UPL encontra-se em obras, sendo todos os resíduos depositados em uma vala onde alguns catadores realizam uma segregação precária dos mesmos (foto 77). Não é realizado o recobrimento e compactação diária dos resíduos no local (lixão), favorecendo o acumulo de águas das chuvas, chorume e proliferação de vetores. Os resíduos de serviço de saúde são coletados três vezes por semana, dispostos e queimados juntamente a vala de resíduos comuns.

Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras, as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada. Não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas. Os resíduos líquidos (esgoto) oriundos de coleta e limpeza de fossas sépticas por meio de caminhões são dispostos na área do lixão.



Foto 75 - Lixão de Nova Alvorada do Sul – Nova Alvorada do Sul.

Fonte: Relatório de inspeção 278/2006 - Vigilância Sanitária/MS.



Foto 76 - UPL de Nova Alvorada do Sul.

Fonte: Relatório de inspeção 278/2006 - Vigilância Sanitária/MS.

O município de Nova Alvorada do Sul atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos, além da reforma que está realizando na UPL.

Conforme o Relatório de inspeção 184/2005 – Vigilância Sanitária/MS, o município de Corguinho possui um lixão que está numa área particular, de aproximadamente 3 hectares, na estrada que vai para Rio Negro. O lixão está situado a 3 km do núcleo urbano mais próximo; a coleta é realizada pela prefeitura municipal diariamente no município de Corguinho, e uma vez por semana nos distritos de Fala Verdade, Pequi, Recanto dos Pintados e o Poção do Jaú, por um trator que puxa uma carretinha; a quantidade recolhida é de aproximadamente três toneladas/dia de resíduos comuns, não sendo realizado o recobrimento e compactação diária dos resíduos depositados no local (lixão), segundo o funcionário contatado, e a cobertura é feita uma vez por semana; é comum a queima dos mesmos para que diminua de volume (foto 78).

Os resíduos de serviço de saúde, provenientes do centro de saúde, são coletados por veículo da Secretaria Municipal de Saúde e são queimados em uma vala no lixão (foto 79). Não existe um projeto para a construção de um aterro sanitário no município. Não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas.

No município não é realizada a segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras, as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada.



Foto 77 - Vista geral do lixão de Corguinho.

Fonte: Relatório de inspeção 184/2005 – Vigilância Sanitária/MS.



Foto 78 - Vala onde são depositados os resíduos hospitalares.

Fonte: Conforme o Relatório de inspeção 184/2005 – Vigilância Sanitária/MS.

Corguinho atende 100% da área urbana e os pesqueiros, distrito de Baianópolis, balneários e distrito Fala Verdade com coleta de lixo. Os municípios de Corguinho, Rochedo, Bandeirantes e Rio Negro estão com reunião agendada para o dia 22 de outubro de 2010, para iniciar um projeto de construção de uma UPL.

Conforme o Relatório de inspeção 03/2006 – Vigilância Sanitária/MS, no município de Terenos o lixão ocupa aproximadamente 3,5 hectares de uma área da prefeitura, e não possui licença ambiental (foto 80). O lixão está situado a 500 m do córrego Diogo, e a coleta é realizada pela prefeitura municipal diariamente, por um caminhão basculante; a quantidade recolhida é de aproximadamente 6,0 toneladas/dia de resíduos comuns. Os resíduos enterrados no local (lixão) são compactados por um trator de esteira, e é comum a queima dos mesmos para que diminua de volume. Em época de chuva há grande acúmulo de água na área do lixão por ser a área de um antigo açude.

A área possui isolamento adequado com tela de proteção, impedindo a entrada de pessoas e animais, no entanto, não possui segurança na área. Os materiais recicláveis antes de serem depositados no lixão são separados por catadores e comercializado por terceiros.

Os resíduos de serviço de saúde do posto de saúde, gabinete odontológico, posto de saúde, asilo e medicamentos vencidos, são coletados três vezes por semana por veículo da Vigilância Sanitária Municipal, e são queimados no forno da cerâmica Volpini, em Terenos.

No município não é realizada a segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento não é feito pelas empresas fabricantes e importadoras, as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final. Não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas. Não existe um projeto para a construção de um aterro sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente no município.



Foto 79 - Vista geral do lixão de Terenos.

Fonte: Conforme o Relatório de inspeção 03/2006 – Vigilância Sanitária/MS.

Terenos atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.

No município de Jaraguari, o lixo é coletado em 100% da área urbana e destinado ao município de Bandeirantes, para a disposição final.

Em Rio Negro, o lixo é coletado em 100% das áreas urbanas e destinado a um lixão a 3 km do perímetro urbano, não possui isolamento adequado e nem guarita (foto 81). Não existe separação de resíduos oriundos do sistema de saúde e nem de pneumáticos. Existem iniciativas por parte da administração local em fazer um consórcio com os municípios (Bandeirantes, Corguinho, Rio Negro e Rochedo) para a construção de uma UPL.



Foto 80 - Lixão de Rio Negro.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Em Rochedo, o lixo é coletado em 100% das áreas urbanas e destinado a um lixão a aproximadamente 3 km do perímetro urbano, possui isolamento adequado, mas não possui guarita; periodicamente um trator faz o recobrimento dos resíduos ali depositados (foto 82).

Atualmente, os resíduos oriundos do sistema de saúde são queimados no lixão e não existe a separação de pneumáticos. Existem iniciativas por parte da administração local em fazer

um consórcio com os municípios (Bandeirantes, Rio Negro, Corguinho e Rochedo) para a construção de uma de UPL.



Foto 81 - Lixão de Rochedo.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Conforme salientado pela Prefeitura Municipal de Rochedo, desde 2006 busca-se a regularização ambiental do local de disposição final dos resíduos sólidos do município. Porém, ainda segue em tramitação no IMASUL/SEMA/MS, o requerimento de 2007, para a obtenção da Licença Prévia para a Implantação de Aterro Sanitário em Rochedo.

3.2.5. REDE DE DRENAGEM PLUVIAL

Dentre os serviços públicos básicos que um município deve ser contemplado, além da água tratada e canalizada, esgoto sanitário e destino final para a coleta do resíduo sólido, a drenagem superficial é um dos serviços essenciais, que, bem executado e mantido operante seus dispositivos, elevará o nível da saúde da população beneficiada, além de ser fundamental ao desenvolvimento turístico do polo, sobretudo do município de Campo Grande, para atender toda a cadeia do turismo de negócios e eventos.

O Plano Diretor de Campo Grande, e a Lei de Uso do Solo, criaram mecanismos para atenuar os impactos causados pela ocupação urbana, que vem impermeabilizando o solo e canalizando as águas para jusante. Porém, em fevereiro de 2010, quando ocorreu a maior chuva da história do município, 88 milímetros em uma hora e 20 minutos de temporal, o sistema de drenagem pluvial não comportou o volume de água em algumas regiões específicas, causando danos expressivos.

O aumento do nível das águas dos córregos Sóter, Prosa, Vendas e Cascudo, e conseqüentemente o transbordamento de suas águas, provocou danos e destruição de vias públicas, galerias pluviais, taludes e redes de distribuição de água e esgoto, assim como parte da área de lazer de um dos condomínios localizado na microbacia do Prosa (foto 83).

Diretamente foi afetada toda a Bacia do Prosa, que compreende 32 km² com população estimada de 64.214 habitantes, conforme dados da Prefeitura Municipal de Campo Grande. As vias públicas mais atingidas foram as Avenidas Nelly Martins, Ricardo Brandão, Fernando Corrêa da Costa e Rua Joaquim Murtinho, seriamente afetadas com rompimento da pavimentação asfáltica e sistemas de água, esgoto e drenagem pluvial. Foi decretado pela prefeitura do município Estado de Emergência em Campo Grande, num período de 90 dias, em decorrência do fato supramencionado, que foi homologado pelo Governo do Estado, no Diário Oficial do Estado, pelo Decreto “E” n. 35, de 03 de março de 2010.



Foto 82 – Danos causados pelas chuvas em Campo Grande, em fevereiro de 2010.

Fonte: Edemir Rodrigues.

Assim, para evitar que o fluxo das grandes precipitações pluviométricas cause novos alagamentos e enchentes, a Prefeitura de Campo Grande está elaborando junto a especialistas um Plano de Drenagem Urbana, que, segundo informações da PLANURB, ainda não tem previsão para o seu término. As ações previstas no novo Plano de Drenagem contemplam diagnóstico, medidas não-estruturais, medidas estruturais do córrego Prosa, Manual de Drenagem Urbana e sistema de informações.

Após a conclusão do referido plano a Lei de Uso e Ocupação do Solo pode sofrer alterações, sendo que atualmente define que todas as construções devam ter, no mínimo, 12% de área permeável para facilitar a drenagem pluvial pela maior infiltração da água da chuva, reduzindo o escoamento superficial.

Segundo informações da PLANURB, a drenagem pluvial de Campo Grande acompanha a pavimentação, embora esta drenagem não implique necessariamente na construção de obras subterrâneas; em muitas ruas do município, o escoamento da água é feito superficialmente. Assim, segundo orientações dos técnicos envolvidos na elaboração do Plano Diretor de Drenagem, o mapa de pavimentação do município representa também as áreas cobertas por um sistema de drenagem, com aproximadamente 2.350 km de extensão (ANEXO D – Mapas de Drenagem Pluvial de Campo Grande). A PLANURB não possui uma estimativa de população atendida.

A Secretaria de Obras Públicas realiza a limpeza e manutenção das bocas de lobo e galerias, a pedidos dos munícipes, quando agendado tais serviços. Portanto, além da varrição das ruas, não há uma sistematização para manter desobstruídos tais locais.

Rochedo possui 41.889 metros de rede de drenagem na região central, compreendendo: galeria, poço de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, que conduz ao rio Aquidauana, que se localiza a duas quadras do centro urbano. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Corguinho, a rede de drenagem pluvial corresponde a aproximadamente 60% da área urbana central. O sistema é composto por galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão e dissipadores que conduzem a água pluvial ao rio Aquidauana. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Dois Irmãos do Buriti, no centro da cidade somente 2 km da Rua Aquidauana possui rede de drenagem com galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, que escoam a água da chuva para a represa do Varjão. Existe previsão de

investimento para pavimentação e drenagem no orçamento municipal de 2011, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Jaraguari, na área urbana existem duas microbacias de drenagem. A microbacia que compreende a vila Jatobá, vila Santa Rita de Cássia, e nos bairros Domingos Caralai, Gonçalves Luiz Martins, COAB - loteamento social I, vila Maria Franco, possuem 50% de sua área com rede de drenagem pluvial. A segunda microbacia que compreende o bairro Jatobá, loteamento social II, vila Maria Joaquina, vila Ingazeira, aguarda investimento da ordem de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), por meio de Emenda Parlamentar, para serem aplicados em rede de drenagem, a partir de 2011. O sistema de drenagem do município consiste em galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, esses dissipadores jogam a água no córrego Jatobá. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Nova Alvorada do Sul, 45% da região central do núcleo urbano é atendida com drenagem pluvial. O sistema é composto por galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, e a água coletada é conduzida por canais ao longo da rodovia e depois levada por gravidade até o córrego Labanca. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Ribas do Rio Pardo, a área urbana possui 60% de vias asfaltadas e com rede de drenagem pluvial. O sistema de drenagem consiste em galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores. A água coletada por tubulação do centro urbano é jogada nos córregos da Lagoa, córrego da Areia e córrego Botas, por meio de dissipadores. Existe no orçamento municipal a previsão de investimento 500.000,00 (quinhentos mil reais), para macrodrenagem ao sul desse município, na Rua senador Filinto Muller, no bairro Vista Alegre. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Rio Negro, 50% da zona urbana é pavimentada e possui rede de drenagem de águas pluviais, com galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão e dissipadores. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Sidrolândia, a drenagem pluvial nas áreas pavimentadas é feita em sua maioria de forma superficial, com apenas alguns ruas com sistema subterrâneo composto por galerias, poços de visita e bocas de lobo. Nas ruas pavimentadas totaliza-se 12.135,43 m de rede implantada, e 1.148,77 m projetada, conforme mapa em anexo (Anexo Drenagem Pluvial de Sidrolândia). Em municípios pequenos e com pouca pavimentação, a infiltração da água das chuvas ocorre de forma espontânea e em maior volume, com pouco acúmulo nas vias pavimentadas. Em locais onde foram detectados problemas com enxurradas, a administração local está prevendo a ampliação da drenagem para 2011, mas ainda não tem um valor estimado e nem projeto.

Em Terenos, a drenagem existente compreende aproximadamente 70% da área central, que corresponde a Vila Ferreira, parte do centro, vila Demétria, jardim Bodoquena I. O sistema é composto por galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão e dissipadores que conduzem a água em terreno natural para o córrego Dioguinho. Existe previsão de investimento para 2011, por meio de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para ampliação da rede de drenagem pluvial, construção da rodoviária, mercado produtor, praça municipal de eventos e reforma do trevo na entrada de Terenos. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Nos municípios do polo, exceto Campo Grande, não há relatos de riscos por alagamentos, visto que existe uma parcela substancial de área permeável e que todas as obras de

pavimentação atualmente financiadas, são previamente acompanhadas por obras de drenagem, um pré-requisito dos financiamentos.

3.2.6. TRANSPORTE URBANO

Em 1991, começou a operar em Campo Grande o Sistema Integrado de Transportes – SIT, que, através de terminais de transbordo e integração, permitem ao passageiro, pagando uma única passagem, utilizar mais de uma linha de ônibus. Atualmente, o transporte coletivo é operado por cinco empresas particulares em regime de concessão, representadas pela Associação de Transporte Coletivo Urbano - ASSETUR, totalizando 166 linhas, em 2009, transportando uma média de 225 mil passageiros/dia, com 541 ônibus, dos quais 297 são adaptados com elevadores, o que representa 55% do total de ônibus adaptados para portadores de necessidades especiais.

Quadro 65 - Quantidade de linhas de ônibus existentes em Campo Grande – 2005-2009.

Tipo	Quantidade de linhas				
	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Convencional – total</i>	66	65	46	49	46
Integradas no Terminal Central	32	34	0	0	0
Não integradas	34	31	46	49	46
Noturno	6	6	6	9	9
Shopping	8	8	1	1	1
expresso	2	2	0	0	0
<i>Alimentadora (azul)</i>	65	70	74	74	78
<i>Interbairro (verde)</i>	4	5	6	6	6
<i>Troncal (vermelho) – total</i>	15	15	14	14	15
Terminal/centro/terminal	1	1	1	1	1
Bairro/centro/bairro	0	0	0	0	1
Expresso	3	2	3	4	4
Terminal/terminal	6	5	5	4	4
Shopping	5	5	5	5	5
<i>Executivo (micro-ônibus)</i>	10	10	10	10	10
Total	160	156	156	163	166

Fonte: AGETTRAN – 2010.

A ASSETUR dispõe para os usuários suas linhas e, em contrapartida, a prefeitura constrói os terminais de passageiros, instalando os pontos para que estas empresas operem adequadamente. A ASSETUR também possui atendimento *online* em que o cidadão poderá obter todas as informações sobre linhas, itinerários e horários dos ônibus, e, igualmente, nos terminais existem estas informações afixadas e disponíveis em seus postos de atendimentos. Portadores de deficiência e idosos possuem um cartão expedido pela associação que permite um atendimento preferencial a estas duas classes.

Nos últimos anos, o transporte local teve um crescimento de qualidade muito significativo e, em 2007, foi implantado alguns ajustes: extinção do terminal de transbordo centro e implantação da bilhetagem eletrônica, além da conclusão do sistema integrado; com isso, 100% das linhas passaram a pertencer ao sistema integrado. No quadro abaixo encontra-se a evolução dos serviços de transporte urbano.

Quadro 66 - Transporte coletivo por ônibus em Campo Grande – 2005 a 2009

descrição	2005	2006	2007	2008	2009
Frota total	505	497	532	535	541
Média de passageiros/dia transportados	197.822	194.578	198.775	229.510	225.203
Média de quilômetros rodados/dia	94.041	96.569	97.850	100.071	100.663
Média de passageiros/ônibus (Operacional)	454	433	427	482	471
Passageiros/km (bruto)	2,10	2,01	2,03	2,29	2,24

Fonte: AGETTRAN - 2010

Campo Grande é servido por uma frota de táxis que opera com 438 veículos, distribuídos em 71 pontos, devidamente controlada pela prefeitura municipal, sendo que o serviço é disciplinado pelo Decreto 3631/72. No quadro abaixo encontra-se a evolução dos serviços nos últimos 20 anos:

Quadro 67 - Frota de táxis - Campo Grande – 1980-2009.

Ano	Táxis
1980/1990	320
1991/1992	322
1993/1997	406
1998/2005	438
2005/2006	438
2006/2007	438
2007/2008	438
2008/2009	438

Fonte: PMCG - 2010

Na área urbana de Campo Grande opera uma frota de 447 moto-táxis, num total de 70 pontos, serviço regulamentado pela Lei n. 3.323, de 02/05/97, de 27/11/01. Segundo esta norma, é autorizado o transporte de apenas um passageiro, realizado em veículo adequado e conduzido por condutor devidamente credenciado para esse fim. Os veículos somente são autorizados quando tiverem no máximo 5 anos de uso, após a vistoria e aprovação do órgão competente, comprovação de seguro de vida para motorista e o passageiro.

Em entrevista com gestores públicos nos municípios do polo, foi detectado os seguintes meios de transporte disponíveis para a população local:

- Rochedo: existe apenas transporte escolar contando com dez ônibus que buscam diariamente alunos da rede pública de ensino;
- Corguinho: possui transporte escolar com 30 veículos, entre ônibus e Kombi, que buscam diariamente alunos;
- Dois Irmãos do Buriti: possui transporte escolar com 32 veículos, entre ônibus/vans e Kombi. Em 2010, foi adquiridos duas kombi e cinco ônibus;
- Jaraguari: existe apenas transporte escolar, onde 15 ônibus se locomovem diariamente trazendo e levando alunos. Não existe investimento previsto nesta área;
- Nova Alvorada do Sul: possui transporte escolar com frota de 30 ônibus, que buscam diariamente alunos. Não existe investimento área;

- Ribas do Rio Pardo: existe somente transporte escolar, onde 53 ônibus se locomovem diariamente, trazendo e levando alunos, onde 13 são veículos da prefeitura e 40 terceirizados;
- Rio Negro: possui transporte escolar com 30 veículos, entre ônibus/vans e Kombi, que buscam diariamente alunos;
- Sidrolândia: existe serviço autônomo de Vans, mas a prefeitura não tem dados quantificados;
- Terenos: possui transporte escolar com 50 ônibus, que buscam diariamente alunos na zona rural e assentamentos.

Várias empresas atuam no transporte intermunicipal e nenhuma cidade do polo turístico, em questão, carece desse transporte, inclusive os veículos autônomos (vans e micro-ônibus) atualmente são regulamentados e possuem seus pontos fixos para o transbordo dos passageiros.

3.2.7. SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Todos os municípios do Polo Campo Grande e Região possuem agências dos Correios e postos, agências/postos da rede bancária, assim como telefonia fixa e móvel e acessam os canais de televisão via torre, antenas parabólicas ou internet.

Cada município possui, no mínimo, uma agência dos Correios e agências comunitárias, totalizando 186 (cento e oitenta e seis) postos de coleta. Tomando-se o número de agências de Correios nos municípios do polo como indicador, verifica-se que, entre 2004 e 2009, houve um aumento de 33% desse sistema de comunicação.

Quadro 68– Evolução das agências dos Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	12	13	13	13	18	18
Corguinho	1	1	1	1	1	1
Dois Irmãos do Buriti	1	1	1	1	1	1
Jaraguari	1	1	1	1	1	1
Nova Alvorada do Sul	1	1	1	1	1	1
Ribas do Rio Pardo	1	1	1	1	1	1
Rio Negro	1	1	1	1	1	1
Rochedo	1	1	1	1	1	1
Sidrolândia	1	2	2	2	2	2
Terenos	1	1	1	1	1	1
Total (polo)	21	23	23	23	28	28

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

No polo, sobretudo na Capital, assim como no restante do país, o sistema de telecomunicações evoluiu expressivamente com as mudanças de tecnologia setorial, com várias modernizações das redes e dos serviços, que permitiram a universalização de serviços, tendo em vista a elevada demanda reprimida no país. A universalização do acesso a esses serviços e principalmente às novas tecnologias, ainda é limitado pelos preços, segundo análise da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

No polo, o sistema de telefonia fixa possui atuando uma operadora concessionária, BrasilTelecom, e uma empresa espelho, GVT. Abaixo são apresentados os terminais instalados e de serviços, por município integrante do polo, onde se verifica que 95% dos terminais instalados e 96% dos terminais de serviços encontrava-se em Campo Grande.

Quadro 69 – Sistema de telefonia por município do Polo Campo Grande e Região em 2008.

Localidade	Terminais Instalados	Terminais de Serviços
Campo Grande	219.803	173.463
Corguinho	494	398
Dois Irmãos do Buriti	724	499
Jaraguari	295	165
Nova Alvorada do Sul	1.442	1.101
Ribas do Rio Pardo	2.361	1.541
Rio Negro	719	438
Rochedo	571	240
Sidrolândia	3.774	2.588
Terenos	1.522	912
Total (polo)	231.705	181.345

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Decorrente das ações de incentivo para o acesso universal aos serviços de telecomunicações, verifica-se um avanço no sistema de telefonia móvel do polo, assim como do restante do país. O Estado de Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar no *ranking* de teledensidade da Anatel, registrando 105,75 celulares por 100 habitantes até dezembro de 2009, ou seja, em média mais de um celular por habitante. Acima de Mato Grosso do Sul somente o Distrito Federal e São Paulo.

Salienta-se que o município de Campo Grande, e por conseqüência, o polo turístico em questão, é um dos principais responsáveis por esta elevada teledensidade. No polo atuam as principais operadoras de telefonia móvel brasileiras: Vivo, Tim GSM, Oi Celular e Claro.

Em entrevistas realizadas com gestores públicos locais foram identificados os seguintes meios de comunicações disponíveis nos municípios do polo:

- Rochedo: televisão, rádio local, site da prefeitura, internet, jornal semanal e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Corguinho: televisão, rádio local, site da prefeitura, internet, Jornal Impacto; e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Dois Irmãos do Buriti: televisão, site da prefeitura, internet e jornal informativo on-line e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Jaraguari: televisão 100% captado por antenas parabólicas, acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Nova Alvorada do Sul: televisão, rádio local, site da prefeitura, internet, jornal local e de Rio Brillante, acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Ribas do Rio Pardo: televisão, site da prefeitura, internet, jornal local e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Rio Negro: televisão, FM Rio Negro, site da prefeitura, internet e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Sidrolândia: existem no município duas antenas (uma do SBT e outra da TV Morena/Globo), mas o mais usado é TV por antena parabólica, site da prefeitura, internet e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Terenos: televisão, rádio local, site da prefeitura, internet e acesso a jornais e revistas de circulação estadual e nacional.

Todos os municípios possuem serviços bancários, por meio de agências ou postos de atendimento, segundo informações disponíveis da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e SEMAC/MS, conforme informações consolidadas a seguir:

Quadro 70 - Rede bancária do Polo Campo Grande e Região, em 2009.

Localidade	Agências bancárias	Número
Campo Grande	Agências Bancárias - Outras Agências	62
	Agências Bancárias - Caixa Econômica Federal	9
	Agências Bancárias - Banco do Brasil	18
	<i>Total</i>	89
Corguinho	Postos de Atendimento – Outras Agências	2
Dois Irmãos do Buriti	Agência Bancária - Outra Agência - Banco do Brasil	1
Jaraguari	Posto de Atendimento Bancário Eletrônico – Outras Agências	1
Nova Alvorada do Sul	Agência Bancária – Banco do Brasil	1
Ribas do Rio Pardo	Agência Bancária - Outra Agência	1
	Agência Bancária - Outra Agência - Banco do Brasil	1
	<i>Total</i>	2
Rio Negro	Agência Bancária - Outra Agência - Banco do Brasil	1
Rochedo	Agências Bancárias - Outras Agências	2
	Posto de Atendimento – Caixa Econômica Federal	1
	<i>Total</i>	3
Sidrolândia	Agências Bancárias - Outras Agências	2
	Agência Bancária - Outra Agência - Banco do Brasil	1
	<i>Total</i>	3
Terenos	Agência Bancária - Outra Agência	1
	Agência Bancária - Outra Agência - Banco do Brasil	1
	<i>Total</i>	2

Fonte: SEMAC/2009 e FEBRABAN/2010.

3.2.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O sistema de energia elétrica que atende o Polo Campo Grande e Região, está incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do país, o que representa em elevado grau de confiabilidade.

A empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no polo é a ENERSUL, atendendo 98% das residências na área urbana. Nos últimos anos, o Projeto Luz para Todos, do governo federal, proporcionou a expansão da energia elétrica para grande parte da área rural.

De acordo com a Enersul, a interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorre esporadicamente, com baixa frequência, sendo em grande parte causada pela força dos ventos, que derrubam muitos galhos de árvores sobre os fios da rede elétrica. Da mesma maneira, estes galhos, quando encostam nos fios de alta tensão, podem provocar desestabilização e oscilação na rede de fornecimento.

A seguir, são apresentados os indicadores de consumo em MWH e consumidores de energia do polo, em 2009, onde se verifica que Campo Grande responde pela grande maioria do consumo: 86% do total, 93% do residencial e iluminação pública, 95% do consumo de comércio e serviços, entre outros.

Quadro 71 – Sistema de energia elétrica por município do Polo Campo Grande e Região, em 2009, valores em MWH.

Descrição	Campo Grande	Sidrolândia	Corguinho	Dois I. Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Terenos	Total
Consumo Total	1.232.766	88.532	5.324	5.652	7.810	34.575	25.433	5.560	88.532	23.124	1.428.776
Consumo Residencial	452.228	12.542	1.641	2.272	1.018	5.967	7.050	2.060	12.542	3.858	488.636
Consumo Industrial	107.953	16.523	25	28	244	18.336	4.573	49	16.523	6.996	154.727
Consumo Comercial	359.521	6.769	1.049	704	948	3.715	3.239	607	6.769	1.616	378.168
Consumo Rural	16.936	15.960	1.818	1.360	3.948	4.618	8.292	1.536	15.960	8.336	62.804
Consumo Poder Público	85.175	1.831	308	604	1.113	957	857	504	1.831	866	92.215
Consumo Iluminação Pública	73.658	1.914	366	504	417	738	849	335	1.914	775	79.556
Consumo Serviço Público	37.482	1.627	116	176	100	227	561	463	1.627	668	41.420
Consumo Próprio	4.577	66	1	4	22	17	12	6	66	9	4.714
Consumo Industrial Livre	45.506	31.300	-	-	-	-	-	-	31.300	-	76.806
Consumo Comercial Livre	5.272	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.272
Consumo Serviço Público Livre	44.458	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.458
Consumidor Total	277.558	12.783	2.043	2.177	2.313	5.257	6.767	2.116	12.783	5.410	316.424
Consumidor Residencial	247.661	8.476	1.294	1.787	803	3.671	4.582	1.457	8.476	2.812	272.543

Descrição	Campo Grande	Sidrolândia	Corguinho	Dois I. Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Terenos	Total
Consumidor Industrial	1.738	86	8	11	6	46	40	16	86	30	1.981
Consumidor Comercial	23.834	786	110	115	91	371	442	107	786	207	26.063
Consumidor Rural	2.207	3.272	581	191	1.363	1.091	1.611	476	3.272	2.283	13.075
Consumidor Poder Público	1.490	133	40	55	40	61	74	46	133	57	1.996
Consumidor Iluminação Pública	396	14	1	11	1	11	9	7	14	12	462
Consumidor Serviço Público	203	11	8	5	6	4	6	5	11	7	255
Consumidor Próprio	23	4	1	2	3	2	3	2	4	2	42
Consumidor Industrial Livre	2	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Consumidor Comercial Livre	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Consumidor Serviço Público Livre	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Tomando-se o consumidor total nos municípios do polo como indicador, verifica-se que, entre 2004 e 2009, houve um aumento de 23% de consumidores no polo, destacando-se o crescimento em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, 53% e 51%, respectivamente (quadro abaixo).

Quadro 72 – Evolução do sistema de energia elétrica, em unidades consumidoras, por município do Polo Campo Grande e Região, entre 2004 e 2009.

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	229.039	233.703	245.975	251.250	260.973	277.558
Corguinho	1.597	1.684	1.764	1.834	1.933	2.043
Dois Irmãos do Buriti	1.873	1.960	1.931	1.971	2.071	2.177
Jaraguari	1.780	2.078	2.072	2.053	2.193	2.313
Nova Alvorada do Sul	3.489	3.695	4.024	4.258	4.658	5.257
Ribas do Rio Pardo	4.843	5.175	5.539	5.905	6.277	6.767
Rio Negro	1.893	1.910	1.969	1.997	2.062	2.116
Rochedo	1.563	1.704	1.758	1.697	1.823	1.943
Sidrolândia	8.369	9.347	9.973	10.539	11.057	12.783
Terenos	3.899	4.152	4.375	4.560	4.935	5.410
Total polo	258.345	265.408	279.380	286.064	297.982	318.367

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Segundo informações da Diretoria Operacional da ENERSUL, os municípios do polo são 100% atendidos com rede de energia elétrica nas áreas urbanas, onde existem edificações, e a empresa possui capacidade logística e operacional para o atendimento do crescimento vegetativo da população. Ainda segundo informações da mesma diretoria, não existe previsão de investimento para os próximos dois anos nos municípios do polo e a previsão orçamentária anual da empresa é de 31,9 milhões.

O fornecimento de energia para o Estado é feito pelas usinas hidrelétricas do complexo Urubupungá, localizadas no rio Paraná, que incluem as hidrelétricas de Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera. A previsão é que, até 2011, Mato Grosso do Sul vai produzir 1500 MW de energia, provenientes da co-geração/bagaço de cana.

O Estado está ampliando a sua capacidade de transporte de energia. Linhas de transmissão de 230 KV ligarão os principais centros econômicos de Mato Grosso do Sul. O Estado tem potencial para produzir 3.100 MW de energia elétrica, a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (1.100 MW), e energia provenientes da co-geração com o uso de bagaço da cana (2.000 MW).

A rede de transmissão, em Mato Grosso do Sul, está projetada para um total de 925 quilômetros de extensão e vai passar por 20 municípios. Com início em Selvíria, um linhão segue por Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul, Água Clara, Camapuã, Ribas do Rio Pardo, Bandeirantes, Jaraguari, Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Anastácio. Outros quatro municípios - Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Ivinhema e Nova Andradina - serão interceptados por linhas de transmissão de 138 kV.

As linhas de transmissão de energia elétrica de 230 kV, que estão em construção, vão ligar os principais centros econômicos e viabilizar a transmissão de energia elétrica gerada a partir das PCHs e do bagaço da cana-de-açúcar. No mês de novembro de 2010, entrou em operação parte da linha de transmissão de energia de 230 kV. Na primeira etapa ocorreu a energização de 230 km de rede e o funcionamento de seis subestações de energia: Santa Luzia II, em Nova Alvorada do Sul, Anastácio, Sidrolândia, Rio Brillhante, Ivinhema e Imbirussu, em Campo Grande. Em novembro de 2011, entram em operação o restante da rede e as subestações de Chapadão do Sul e Inocência.

Com as ações que indicam um aumento significativo na geração e transmissão de energia, juntamente com um intenso programa de redução de perdas no sistema promovido pela Enersul, o Governo do Estado e governos municipais acreditam que estas medidas sejam suficientes para garantir uma taxa sustentada de crescimento econômico, incluindo-se aí o turismo no Polo Campo Grande e Região.

3.2.9. SERVIÇOS DE SAÚDE

Campo Grande, Sidrolândia e Ribas do Rio Pardo são os municípios com maior número de postos de saúde, com atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS, do polo. Destaca-se que, Campo Grande, por ser a Capital do Estado e pela localização geográfica da mesma, atende em seu serviço de saúde a população do município, seu entorno, interior do Estado e também estrangeiros: paraguaios e bolivianos.

Esse deslocamento de pacientes para a Capital do Estado dá-se pela sua maior capacidade de atendimento e internação em hospitais ou clínicas com variadas especialidades médicas, além da baixa disponibilidade de leitos nos demais municípios, fazendo com que as prefeituras disponibilizem unidades de atendimento móveis para remanejar pacientes para Campo Grande.

A seguir, são apresentados os índices básicos do Sistema de Saúde do polo, em 2009, onde se verifica que o polo concentra 88% dos hospitais especializados, 70% das policlínicas, 49% dos leitos não SUS, entre outros. O quadro 73 apresenta o detalhamento das especialidades médicas existentes no polo.

Quadro 73 - Sistema de saúde por município do Polo Campo Grande e Região, em 2009.

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois I. do Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Total polo	MS
Posto de Saúde	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	4	68
Leitos Existentes	2.675	6	9	-	10	16	26	8	44	-	2794	6433
Policlínica	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	46
Leitos - SUS	1.579	6	9	-	10	16	7	8	32	-	1667	4146
Unidade de Vigilância Sanitária	9	1	-	-	1	1	-	1	1	1	15	64
Leitos - Não SUS	1.096	-	-	-	-	-	19	-	12	-	1127	2287
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	98	-	1	-	2	2	1	-	2	-	106	229
Pronto-Socorro Geral/Especializado	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8
Consultório Isolado	589	-	2	-	-	7	1	1	11	-	611	1344
Clínica Especializada/Ambulatório de Especialidade	140	-	-	-	-	1	-	-	4	-	145	269
Hospital Geral	14	-	-	-	1	1	1	-	1	-	18	110
Hospital Especializado/Isolado	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	16
Centro de Saúde/Unidade Básica	55	1	3	2	4	5	5	1	11	-	87	453

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos Do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos
Serviço de oncologia	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de pneumologia	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de práticas integrativas e complementares	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de reabilitação	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Serviço de suporte nutricional	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de triagem neonatal	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Serviço de urgências	25	0	1	0	1	1	0	0	1	1
Serviço de vigilância em saúde	62	4	0	1	1	1	2	2	2	6
Serviço de endoscopia	26	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Serviço móvel de urgência, exceto SAMU	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serviço posto de coleta de materiais biológicos	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de diagnóstico por laboratório clínico	55	1	1	1	1	3	2	1	4	1
Serviço de videolaparoscopia	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de apoio à saúde da família (nasf)	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1
Hospital dia	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transplante	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cirurgia vascular	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medicina nuclear	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atenção à saúde da população indígena	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Serviço de traumatologia e ortopedia	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Serviço de atenção à saúde das pessoas ostomizadas	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de laboratório de prótese dentária	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Atenção à saúde no sistema penitenciário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	917	15	19	9	22	23	15	6	84	38

FONTE: CNES/DATASUS, 2010.

A Organização Mundial de Saúde – OMS, não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante, e tampouco esses índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde.

Porém, no caso do polo em questão, sobretudo do município de Campo Grande, tem-se buscado ampliar o número de leitos disponíveis, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva – UTIs, visto que, é notória sua superlotação. Igualmente, há a iniciativa pública de construir um hospital de trauma, para melhor atender a demanda por esse serviço.

Além da ampliação dos leitos de UTIs da Santa Casa, e da construção do Hospital de traumas, na Capital, o Governo do Estado está buscando descentralizar de Campo Grande os atendimentos do Estado, construindo hospitais em outros pólos, como Fátima do Sul, Coxim e Chapadão do Sul.

Apesar de concentrar grande parte do sistema de saúde do Estado, principalmente o referente às especialidades médicas, esse serviço prestado no Polo Campo Grande e Região precisa ser ampliado e a um ritmo superior ao crescimento de sua demanda, visto sua operação acima da capacidade observada, principalmente nas unidades de pronto-atendimento pública e particular.

Ratificando esta análise, têm-se os resultados do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional de Campo Grande, que aponta que o município, como destino turístico, tem esse serviço como um fator negativo para seu posicionamento junto ao mercado. Esse resultado foi obtido através de uma análise que considerou a existência de postos de emergência, seus horários de funcionamento, os profissionais da saúde presentes, os tipos de serviços prestados, a distância da área de circulação dos turistas para o local de atendimento médico e a capacidade de remoção. (BRASIL, 2009b).

3.2.10. SEGURANÇA

O Polo Campo Grande e Região possui o maior aparato policial do Estado e concentra a administração e o comando-geral da Segurança Pública Estadual, além das bases do Exército e Aeronáutica, por ser um Estado com estratégicas fronteiras internacionais (Paraguai e Bolívia) e por sediar o Comando Militar do Centro-Oeste.

No polo, a segurança é realizada pelo 1º Batalhão da Polícia Militar, guardas municipais e eventualmente pelo 9º Batalhão do Comando Militar do Oeste, ou seja, envolvendo todas as esferas governamentais. O espaço aéreo fica ao comando da Base Aérea de Campo Grande. Existe ainda, a Polícia Militar Ambiental e o Corpo de Bombeiros, sediados no polo.

A polícia militar no polo, localiza seu Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Companhia Independente de Polícia Militar de Trânsito, Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais, 14º Batalhão da Polícia Militar Rodoviária, com sede em Campo Grande e uma base em Sidrolândia, e o 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental.

A polícia civil possui na Capital oito delegacias de polícia, sete unidades de perícia e, no restante do polo, as unidades circunscricionadas de Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, além das dezesseis delegacias especializadas localizadas em Campo Grande, incluindo a Delegacia Especializada de Repreensão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista. – DECAT.

Centralizar esse amplo aparato é um fator positivo ao município, e, por seguinte, ao polo, no processo de escolha do turista, pois a imagem da cidade associada à sensação de segurança é fortalecida, podendo aumentar o número de visitantes. (BRASIL, 2009b).

Apesar de amplo, o aparato policial demanda acréscimos, pois o efetivo atual é o mesmo de 30 anos atrás, visto que a efetivação de novos policiais é suficiente somente para repor os que se aposentaram ou foram exonerados. Por exemplo, na polícia civil saem, em média, 100 policiais por ano, e o Estado anunciou que pretende formar 110 policiais (entre investigadores e escrivães), conforme informação do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Mato Grosso do Sul – SINPOL/MS.

Quanto à segurança do polo, o quadro a seguir mostra uma síntese da estrutura existente:

Quadro 75 – Número de delegacias e Corpo de Bombeiros ou de salvamento existentes no Polo Campo Grande e Região, em 2008.

Município	Delegacia da Polícia Civil	Delegacia de atendimento ao turista		Corpo de bombeiros ou de salvamento	
		Sim	Não	Sim	Não
Campo Grande	24	x		x	
Corguinho	1		x		x
Dois Irmãos do Buriti	1		x		x
Jaraguari	1		x		x
Nova Alvorada do Sul	1		x		x
Ribas do Rio Pardo	1		x		x
Rio Negro	1		x		x
Rochedo	1		x		x
Sidrolândia	1		x		x
Terenos	1		x		x

Fonte: FUNDTUR/MS – 2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

No que diz respeito à criminalidade no polo, esta é elevada em números absolutos quando comparado ao restante do Estado; isto se deve à Capital, Campo Grande, em apresentar as maiores incidências de crimes, consequência de seu número maior de habitantes.

O fato de o Estado configurar-se como um corredor de armas e drogas, devido à extensão de suas fronteiras (cerca de 600km), contribui com a criminalidade. Segundo estimativas da polícia federal, através de Mato Grosso do Sul ingressam, em média, 60% das armas e drogas que entram no país, segundo informações do SINPOL/MS.

A mesma fonte de informação indica que, sob a percepção da polícia, há aproximadamente dois anos atrás, se passou a identificar o aumento de crimes relacionados ao consumo de drogas, como roubos, furtos e latrocínios, geralmente praticados para sustentar o vício, em especial, por cidadãos com menor poder aquisitivo.

No que tange ao turismo, notou-se o aumento de crimes relacionados ao tráfico de drogas em regiões turísticas do Estado, o que inclui a Capital, Campo Grande. Sem embargo, o mesmo ocorrer nos demais municípios do polo, porém, em proporções menores, conforme indica o SINPOL/MS.

Apesar das informações supracitadas, cabe destacar que, em 2009, em pesquisa divulgada pelo Ministério da Justiça, que anuncia o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, o município de Campo Grande foi considerado a sétima capital do país mais segura para os jovens, dentre as 27 capitais existentes, ratificando o caráter interiorano do município, apesar de ser uma capital de Estado.

Salienta-se que esse menor índice de criminalidade de Campo Grande, perante outras capitais, deve-se em parte à geografia do município, por não possuir morros, favelas ou outras áreas propícias a problemas de ocupação, diretamente associados à maior criminalidade.

O SINPOL/MS ratifica esse diferencial do município, complementando que as áreas com alta incidência de criminalidade são as periferias, localizadas em pontos afastados do centro da cidade, nas saídas do município. Dentre estas áreas, destacam-se o Jardim Anache, o Bairro Nova Lima, a região dos bairros Moreninhas, sobretudo o Moreninhas III, e toda a região Los Angeles, principalmente no Don Antônio, próximo ao lixão.

As periferias também são apontadas como zonas de risco nos demais municípios integrantes do polo turístico, apesar da incidência de crimes ser bem inferior. Em contrapartida, o efetivo e a infraestrutura, disponíveis nesses municípios, igualmente, são menores. Nesses municípios, é comum o policial ter um acúmulo de funções, pelo baixo número de policiais por plantão, atendendo aos presos, à população, respondendo pelo policiamento nas ruas e realizando trabalhos administrativos, ao mesmo tempo.

Abaixo, seguem indicadores de criminalidade do polo, onde se verifica que, em média, 85% dos crimes praticados no polo ocorrem em Campo Grande, e que o polo responde por aproximadamente 34% de todos os crimes registrados no Estado de Mato Grosso do Sul.

Igualmente, salienta-se que os crimes contra o patrimônio são praticados em maior número.

Quadro 76 - Indicadores de criminalidade do Polo Campo Grande e Região em 2006¹⁸.

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Total polo	MS
Crimes contra o patrimônio	16.326	18	64	40	95	193	40	49	461	132	17.418	37.482
Crimes com morte	254	1	2	8	11	10	4	4	14	5	313	1.056
Crimes contra a liberdade sexual	228	1	7	3	4	7	1	4	13	10	278	839
Crimes - Legislação especial	1.079	9	6	23	31	50	12	11	56	17	1.294	4.196
Crimes contra pessoa sem morte	6.873	29	79	25	71	247	55	81	289	154	7.903	25.421

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

¹⁸ Os dados de 2006 são os mais recentes existentes na Base de Dados do Estado – SEMAC, em abril de 2011. A ratificação desses dados e atualização das informações desse serviço público deu-se através da colaboração do SINPOL/MS.

Detalhando os indicadores apresentados no quadro anterior, tem-se, no polo como um todo, o furto como principal crime registrado, sobretudo se somado os furtos em residências, veículos e outros furtos (figura a seguir). Esse tipo de crime, assim como roubos, é preocupante ao turista, visto que os mesmos geralmente carregam consigo objetos de valores e montantes de dinheiros superiores aos demais habitantes do local.

É visível o aumento de crimes contra o patrimônio em destinos turísticos onde há claramente sazonalidade de fluxo de turista ou picos de alta temporada, como em praias ou cidades, cujas festas, com grande aglomeração de público, como o Carnaval, são tradicionais. O Polo Campo Grande e Região, porém, tem um fluxo relativamente constante de turistas ao longo do ano, o que, nesse caso, é uma vantagem do polo, visto seu segmento turístico consolidado.

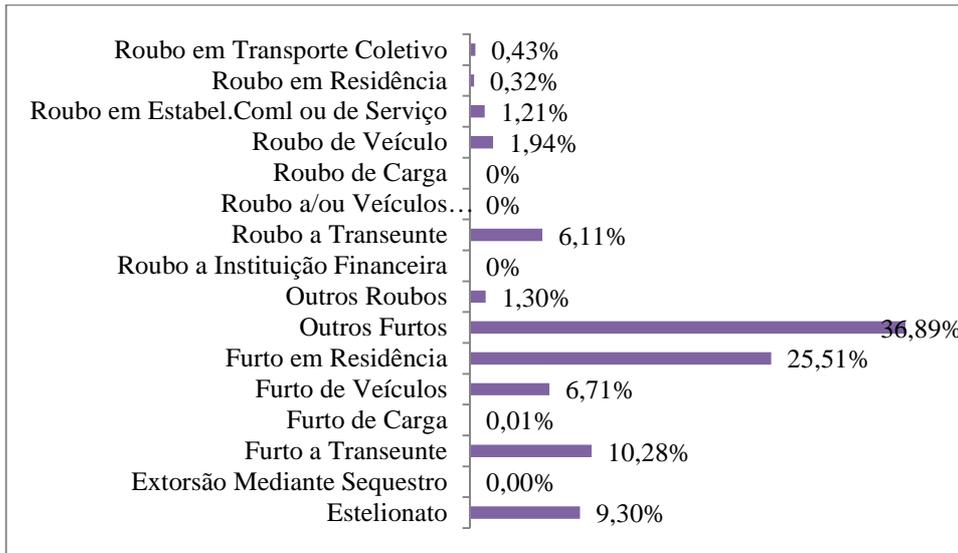


Figura 59 – Detalhamento dos crimes contra o patrimônio no Polo Campo Grande e Região, em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Dos crimes contra pessoas com morte, tem-se o homicídio doloso, ou seja, aquele com intenção, como o principal no polo, seguido pelo homicídio culposo de trânsito, conforme abaixo ilustrado.

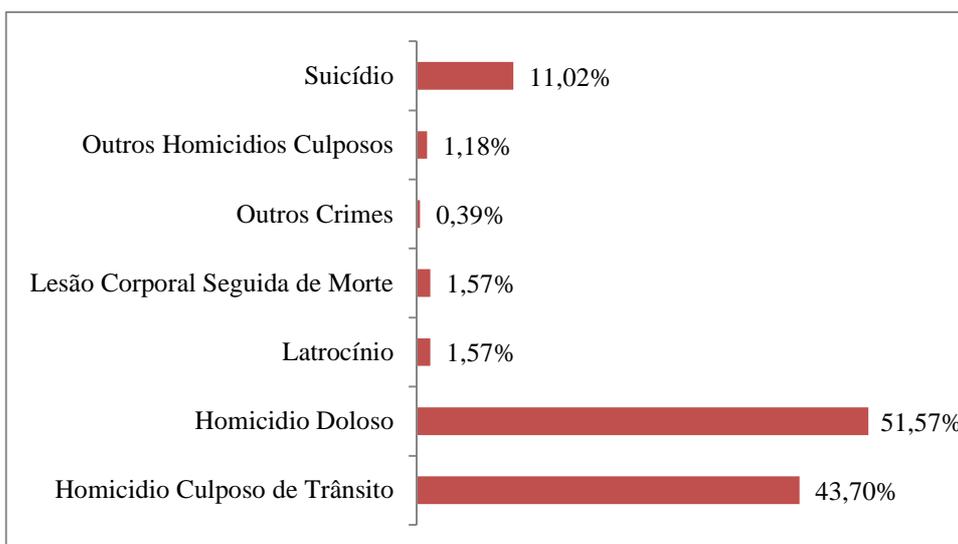


Figura 60 – Detalhamento dos crimes contra pessoas com mortes, no Polo Campo Grande e Região, em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Dentre os crimes contra a liberdade sexual, o atentado violento ao pudor responde por 52%, seguido pelo estupro.

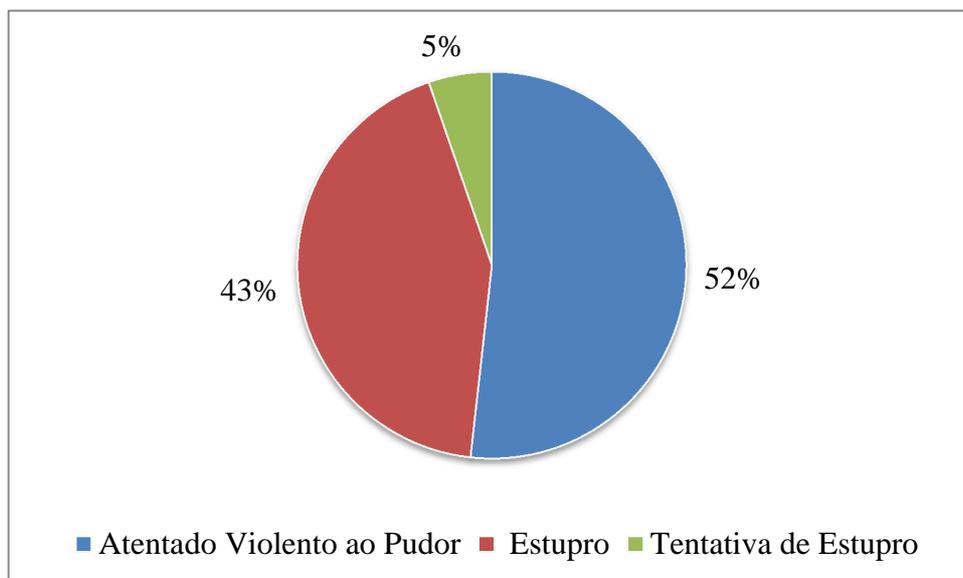


Figura 61 – Detalhamento dos crimes contra a liberdade sexual no Polo Campo Grande e Região, em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Os crimes relacionados aos entorpecentes, especialmente se somados os valores referentes ao tráfico, porte e ao uso, são maioria dos crimes com legislação especial. Um fator que potencializa esse tipo de crime no polo, assim como em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, são suas fronteiras internacionais, coincidindo com rotas de tráfico de drogas, assim como contrabando. (Figura abaixo).

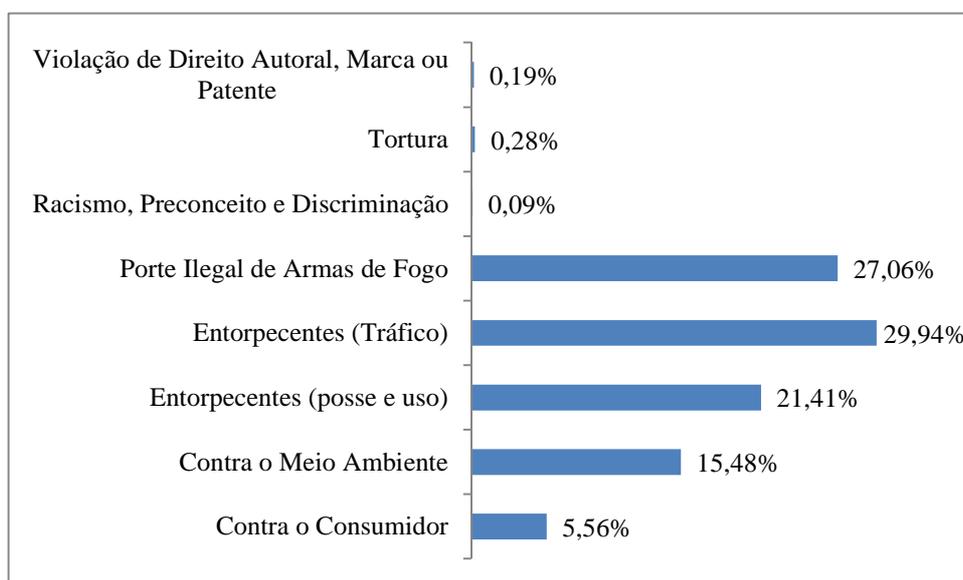


Figura 62 – Detalhamento dos crimes com legislação especial no Polo Campo Grande e Região, em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Por fim, os crimes contra pessoas sem morte são, em grande parte, ameaças, seguidas por lesões corporais.

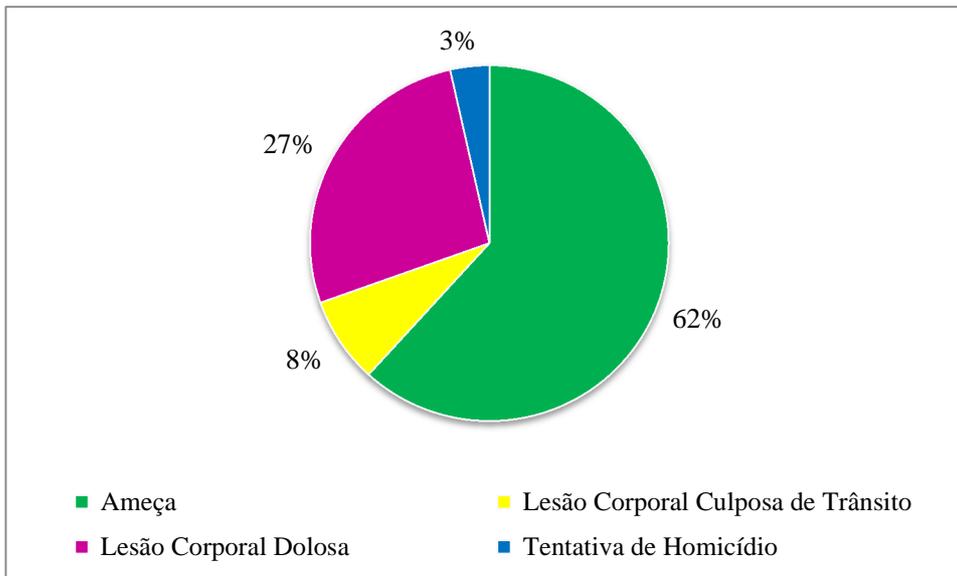


Figura 63 – Detalhamento dos crimes contra pessoas, sem mortes, no Polo Campo Grande e Região, em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Não há série histórica de indicadores de criminalidade no polo em estudo, disponíveis para sua análise da evolução, mas há afirmações de um possível aumento da criminalidade na região, atribuindo a mesma à construção do Presídio Federal de Segurança Máxima, em Campo Grande, pois, com a detenção de criminosos de alta periculosidade, como líderes do tráfico no local, alguns membros das facções criminosas tendem a acompanhá-los para a cidade, comprometendo a segurança da população local.

Visando a redução da criminalidade em largo prazo, foi implantada a Polícia Comunitária, com ação proativa e não somente reativa, realizando reuniões com a comunidade local, com conselhos comunitários de segurança da região, reuniões com diretores de escolas estaduais e municipais, reuniões com padres e diversas autoridades.

Esta ação é pioneira e atualmente limitada à região do bairro Moreninhas; porém, após dois anos de atuação, os resultados são positivos: nas escolas públicas, nas quais as direções escolares identificaram alunos com perfis que tendem a praticar infrações ou já as praticam, após a atuação constante da Polícia Comunitária, através de palestras que orientam os educadores e pais, observaram-se: a redução da evasão escolar, diminuição de pedidos de atendimentos às escolas e a recuperação de alunos antes ligados à criminalidade. Segundo o SINPOL, no início eram 500 pedidos de atendimento a alunos fora da sala de aula, hoje, são aproximadamente 50.

CONCLUSÃO

Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, localiza-se de maneira equidistante de seus extremos norte, sul, leste e oeste. Por ser a capital estadual e por concentrar um grande desenvolvimento econômico, a cidade apresenta ampla infraestrutura e serviços públicos, fazendo com que o polo no Estado seja uma região de fácil acesso e tenha sistemas públicos sanitários, de transporte, de saúde, de segurança e de comunicação compatíveis com grandes centros urbanos. A região também é um grande portal de acesso para todos os destinos de Mato Grosso do Sul e, também, apresenta forte interligação rodoviária entre os municípios que o compõe.

Quanto ao acesso e distribuição de fluxos turísticos no polo, o Aeroporto Internacional de Campo Grande enfrenta uma crise que atinge estruturas aeroportuárias de todo o país;

portanto, a resolução da problemática é de ordem nacional e envolve uma política de enfrentamento em várias instâncias de governo. Além da crise nacional, em Campo Grande o congestionamento no embarque e desembarque, filas para reaver bagagens, disputa por táxi e falta de estacionamento para veículos são alguns dos problemas que corroboram com o apagão aéreo nacional. O Aeroporto Internacional de Campo Grande é o único das capitais brasileiras que não dispõe de alternativas de transportes, além do caro serviço de táxi, sendo que o ônibus executivo seria uma alternativa para o problema, porém, efetivamente, não há iniciativas nesse sentido.

Outro modal de transporte que efetivamente pode colaborar com o ingresso e distribuição de turistas no Polo Campo Grande e Região é o ferroviário, porém, o mesmo necessita de recuperação e ativação da rede malha e estações existentes.

As estradas vicinais de acesso aos produtos/atrativos, em que pese que a maioria sofra manutenção periódica das municipalidades, necessitam de projetos de engenharia que melhorem seus traçados, drenagem e correção do *greide*, uma vez que boa parte desses serviços é elaborada sem a técnica adequada. Também são necessárias a ampliação e a manutenção periódica da sinalização turística dos acessos aos produtos/atrativos.

Não existe coleta periódica e/ou sistematização de dados que permitam a formulação de indicadores de tráfego nas principais rodovias do Estado. As informações, além de escassas, atendem pontualmente a justificativa da pavimentação ou recuperação de trechos de rodovias e que, em muitos casos, ficam somente em relatórios/projetos não publicados. A obtenção de dados estatísticos nesta área é de fundamental importância para o planejamento e desenvolvimento do polo em questão.

Os trechos de rodovias que cortam ou margeiam regiões habitadas também necessitam de melhorias na sinalização, lombadas, entre outras, para garantir a segurança da população residente, bem como do tráfego local.

Por fim, quanto à avaliação das condições de acesso ao polo, embora se tenha avançado muito na pavimentação, recuperação e sinalização das principais rodovias, ainda pode-se recomendar a melhora na sinalização indicativa de fauna silvestre, devido às características de nosso Estado, com uma rica biodiversidade e, também, um programa de educação para a segurança no trânsito.

O sistema de abastecimento de água em Campo Grande atende adequadamente a população local e ao atual fluxo de turistas. O Estado, devido à existência de vários aquíferos, e em especial o Aquífero Guarani, dispõe de quantidade e qualidade de água, assim como um custo mais reduzido para a disponibilização desse recurso às municipalidades. No entanto, para o crescimento do setor de turismo no polo, e em especial na Capital, a rede hoteleira e outras estruturas como bares, restaurantes e centros de convenções, a disponibilidade quantitativa e qualitativa de água deverá ter um crescimento compatível, visto que um turista consome água em quantidade maior que um munícipe, até mais que o dobro de um residente local. Segundo informações da concessionária do serviço público de água, Campo Grande tem previsto, até 2038, o incremento na demanda por água e rede de distribuição para atender a população residente.

As informações fornecidas pelas empresas detentoras das concessões nos demais municípios do polo, inclusive dos serviços autônomos de saneamento, indicam que existe disponibilidade de água e capacidade logística e operacional das empresas para atender um crescimento de demanda.

Considera-se ainda necessário que não somente o serviço público de abastecimento de água ocorra a contento, mas também o desenvolvimento de mecanismos de sensibilização do empresário, conscientização do turista e de incentivos para que programas sustentáveis de redução do consumo de água sejam valorizados e adotados em maior escala. (RAINFOREST ALLIANCE, 2008).

Nos municípios do polo, o sistema público de abastecimento capta água subterrânea, exceto Campo Grande, com apenas 33% desta forma de captação, além de muitos empreendimento privados também optar por esta forma de obtenção de água, o que implica em uma demanda que deve ser devidamente mapeada e monitorada, por meio de um estudo hidrogeológico da região, para que haja uma exploração sustentável dos aquíferos em questão.

Mesmo com a ampliação expressiva do sistema de esgotamento sanitário ocorrido em Campo Grande nos últimos cinco anos, e com as projeções de ampliação da rede de Ribas do Rio Pardo e as previsões de implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, ainda é necessário aumentar a abrangência desse serviço no polo, sobretudo para os outros municípios: Jaraguari, Rochedo, Rio Negro, Corguinho, Dois irmãos do Buriti, bem como regularizar o licenciamento ambiental para a operação do sistema implantado de Terenos.

O investimento em esgotamento sanitário reduz significativamente os problemas e os gastos com a saúde pública, visto que a falta de saneamento gera, por consequência, gastroenterites, verminoses, hepatite e outras enfermidades gastrointestinais, sendo diretamente associada à mortalidade infantil também. Tanto a população residente quanto a flutuante, obtém benefícios com a disponibilização desses serviços.

Ao turismo, sobretudo ao de negócios e eventos, que geram em curto tempo uma grande quantidade de resíduos, dentre eles esgoto, é necessário que esse serviço seja capaz de coletar, tratar e destinar adequadamente todo o resíduo gerado, a fim de minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente, em especial, sobre os recursos hídricos da região.

Nesse contexto, é necessário desenvolver mecanismos de incentivos aos empreendimentos da cadeia turística para a adoção de sistemas ecoeficientes, como, por exemplo, o reuso de águas residuais e o reaproveitamento água da chuva em usos menos restritivos, reduzindo a emissão de efluentes e diminuindo a demanda desse serviço. Atualmente, esses mecanismos começam a ser adotados em algumas unidades de redes hoteleiras junto a outras práticas sustentáveis.

No polo, os resíduos sólidos são um dos serviços básicos mais carentes de soluções; mesmo na Capital não existe uma gestão eficiente, principalmente quanto à destinação final dos resíduos. Apesar da cobertura de 100% das áreas urbanas dos dez municípios do polo com coleta de lixo, tem-se um passivo ambiental muito grande quando se trata da destinação final dos resíduos coletados. Outro aspecto alarmante é a forma inadequada de coleta e destinação dos resíduos provenientes do sistema de saúde (postos, hospitais etc.), pneumáticos, pilhas e baterias, na maioria dos municípios.

É importante salientar que é de suma importância implantar uma gestão integrada de resíduos sólidos que contemple a redução, separação, reaproveitamento, reciclagem e destinação adequada com a construção de aterros sanitários, respeitando a legislação ambiental vigente e a Lei n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disto, promover a recuperação das áreas onde hoje se localizam os lixões e estabelecer programas permanentes de educação ambiental.

Em Campo Grande está sendo elaborado um novo Plano Diretor de Drenagem Urbana-PDDrU, que busca orientar profissionais no planejamento, manutenção e implantação das micro e macrodrenagens. Este novo plano deve promover uma melhora significativa no sistema, atenuando os problemas ocorridos no ano de 2010, na Capital, bem como prevenindo futuros transtornos.

Nos demais municípios do polo, não há relatos de riscos por alagamentos, visto que existe uma parcela substancial de área permeável e que todas as obras de pavimentação atualmente financiadas são previamente acompanhadas por obras de drenagem, um pré-requisito dos financiamentos.

Os problemas de drenagem devem ser solucionados com ações estruturais, como a implantação e redimensionamento de rede de drenagem, mas também com programas de educação ambiental, visto que, muito dos problemas das enchentes ocorridas nas cidades do país e do Estado nos últimos anos, tem uma grande parcela de contribuição da falta de educação da população local, que joga lixo nas ruas e na rede de drenagem, causando o entupimento de bueiros e galerias, impedindo o escoamento das enxurradas.

Todos os municípios do Polo Campo Grande e Região possuem agências de Correios e postos, agências/postos da rede bancária, assim como telefonia fixa e móvel e acessam os canais de televisão via torre, antenas parabólicas ou internet.

Excetuando Campo Grande, os demais municípios do polo não dispõem de sistema público de transporte, somente o escolar, principalmente atendendo a zona rural. Fatores como capacidade financeira, tamanho das áreas e populações urbanas podem não justificar a implantação de tais serviços, portanto, recomenda-se que estudos de viabilidade econômica precedam a implantação de transporte coletivo nestas localidades.

Campo Grande é bem servida de transporte público urbano, embora em muitos momentos a população local reclame de falta de ônibus em horários de pico e dos preços da tarifa. Esse município ainda conta com uma frota de táxis e moto-taxis, que permite atendimento da população local e deve promover um aumento para atendimento do fluxo turístico, em especial no aeroporto Internacional.

O sistema de energia elétrica que atende 100% do Polo Campo Grande e Região está incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do país, o que representa um elevado grau de confiabilidade.

No que diz respeito à criminalidade no polo, esta é elevada em números absolutos quando comparado ao restante do Estado; isto se deve à Capital, Campo Grande, apresentar as maiores incidências de crimes, consequência de seu número maior de habitantes.

No entanto, cabe destacar que, em pesquisa divulgada em 2009, pelo Ministério da Justiça, que divulga o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, o município Campo Grande foi considerado a sétima capital do país mais segura para os jovens, dentre as 27 capitais analisadas, ratificando caráter interiorano do município, apesar de ser uma capital de estado.

Salienta-se que esse menor índice de criminalidade de Campo Grande, perante outras capitais, deve-se em parte à geografia do município, por não possuir morros, favelas ou outras áreas propícias a problemas de ocupação, diretamente associados à maior criminalidade.

Alguns Indicadores de criminalidade do polo apontam que 85% dos crimes praticados ocorrem em Campo Grande, e que o polo responde, em média, por 34% de todos os crimes registrados no Estado de Mato Grosso do Sul. Igualmente, salienta-se que os crimes contra o patrimônio são praticados em maior número.

Não há série histórica de indicadores de criminalidade no polo em estudo, disponíveis para sua análise da evolução, mas há afirmações de um possível aumento da criminalidade na região, que deriva da construção do Presídio Federal de Segurança Máxima em Campo Grande, pois, com a detenção de criminosos de alta periculosidade, como líderes do tráfico no local, alguns membros das facções criminosas tendem a acompanhá-los para a cidade, comprometendo a segurança da população local.

Apesar de amplo, o aparato policial demanda acréscimos, pois o efetivo atual é o mesmo de 30 anos atrás, visto que a efetivação de novos policiais é suficiente somente para repor os que se aposentaram ou foram exonerados.

O fato de o Estado configurar-se como um corredor de armas e drogas, devido à extensão de suas fronteiras (cerca de 600 km), contribui com a criminalidade. Segundo estimativas da polícia federal, através de Mato Grosso do Sul ingressam, em média, 60% das armas e drogas que entram no país. Sob a percepção da polícia, há aproximadamente dois anos atrás, se passou a identificar o aumento de crimes relacionados ao consumo de drogas, como roubos, furtos e latrocínios, geralmente praticados para sustentar o vício, especialmente por cidadãos com menor poder aquisitivo.

No que tange às regiões turísticas, notou-se o aumento de crimes relacionados ao tráfico de drogas em tais áreas, o que inclui a Capital, Campo Grande. Sem embargo, o mesmo ocorre nos demais municípios do polo, porém, em proporções menores, conforme indica o Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Mato Grosso do Sul – SINPOL/MS.

A rede instalada de saúde pública ainda não é suficiente para atender a população do polo, embora Campo Grande possua uma rede particular bastante eficiente. Apesar de em termos qualitativo e quantitativo não atender todas as demandas, Campo Grande é um polo de referência regional e nacional em atendimento à saúde, no conjunto de sua rede pública e privada. As deficiências do sistema estão presentes em todos os municípios brasileiros. Campo Grande oferece condição satisfatória quanto ao eventual atendimento ao turista, em todas as especialidades médicas. Nos outros municípios, apenas atendimentos básicos são encontrados nos postos de saúde.

Apenas Campo Grande tem a presença do Corpo de Bombeiros e equipes de salvamento e resgate. Embora o SAMU, localizado em Campo Grande, está estruturado e atenda a toda a região do polo.

A infraestrutura hoje existente no polo ainda é insuficiente para atender o incremento do fluxo turístico prevista nesse PDITS, visto que o turismo no polo ainda está em consolidação e ainda não é considerado pelos responsáveis pelo planejamento urbano do polo, principalmente das demais prefeituras, excetuando-se a Capital. Da mesma maneira, as futuras ampliações/melhorias já planejadas pelas empresas concessionárias de saneamento e órgãos públicos (transporte, segurança, saúde etc.) necessitam de um cotejamento frente aos novos indicadores, que passarão a ser almejados num cenário com a efetiva implementação das estratégias e ações previstas pelo PRODETUR.

Quando o Estado desenvolve políticas de indução do crescimento do turismo, vários setores da economia e áreas da esfera pública são direta e indiretamente afetados. Portanto, estas áreas partícipes na implementação do PDITS (saneamento, saúde, transporte, segurança, meio ambiente, entre outras) devem estar alinhadas a concepção, estratégias e metas propostas para que se obtenham os resultados esperados.

Na concepção e elaboração do plano em questão, está implícita a participação e integração das diversas áreas demandadas e a sustentabilidade (social, ambiental e econômica) das ações propostas; portanto, espera-se que, além dos recursos advindos do PRODETUR NACIONAL, haja investimento de outras áreas nas três esferas públicas (federal, estadual e municipal), assim como da iniciativa privada e do terceiro setor, na qual o PDITS deve ser um instrumento que norteie e agregue os diversos atores envolvidos.

3.3. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL

Na análise que se segue, o foco central é a avaliação da capacidade de gestão dos municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região, para participar do PRODETUR NACIONAL.

Assumiu-se nesse diagnóstico que a capacidade de gestão acima referida pode ser avaliada a partir de determinados atributos, os quais funcionam como indicadores da condição do Polo Campo Grande e Região de participar do PRODETUR NACIONAL, na consolidação da realização de seus objetivos. Os itens abaixo enumerados de 3.3.1 a 3.3.4 apresentam os atributos selecionados para a análise.

3.3.1. IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na estrutura do Estado, ou na estrutura administrativa, o turismo ocupa posicionamentos diferenciados e não há um padrão. Este fato ocorre pela dificuldade de posicionar o turismo dentro da administração pública e de sua abrangente relação com outros setores.

Assim, foram definidos os seguintes parâmetros para identificação dos impactos e limitações das políticas públicas e da capacidade de gestão pública sobre o desenvolvimento do turismo no nível local e no conjunto do Polo Campo Grande e Região:

- A. Avaliação da capacidade dos municípios relativa à capacidade de captação de recursos;
- B. Avaliação da capacidade dos municípios relativa à estrutura administrativa de turismo, e;
- C. Avaliação da capacidade dos municípios relativa à capacitação na gestão do turismo.

A) Capacidade de captação de recursos

No turismo, as possibilidades de ingressos de recursos, além do orçamento público, são significativas, pois a cadeia representativa do turismo, através das entidades não governamentais, como: ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens; ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; CBC&VB - Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, dentre outras, podem elaborar projetos e apresentá-los a diversos agentes apoiadores, que operam com recursos a fundo perdidos.

Outra estrutura que facilita o ingresso de recursos são as organizações governamentais, como fundações e institutos públicos, que promovam o desenvolvimento do turismo, aos moldes da FUNDTUR/MS, que tem vinculado à sua administração o Fundo Estadual de Turismo, com recursos assegurados para implementação da atividade.

O Polo Campo Grande e Região não possui mecanismos como Fundo Municipal de Turismo, para capitanear recursos provenientes da arrecadação de impostos ou de outras fontes de receita, nem suas estruturas administrativas propiciam agilidade na elaboração de projetos e ações em prol do fomento, desenvolvimento e promoção do turismo.

O quadro a seguir retrata o baixo desempenho da região na conquista de recursos para alavancar suas atividades de desenvolvimento e fortalecimento do turismo. No período de 1996 a 31/05/2010, a região participou com 9% de todos os recursos captados no Estado, através do MTur.

Quadro 77 - Demonstrativo dos recursos arrecadados no Ministério de Turismo - Período 1996 a 31/05/2010.

Municípios	Recursos R\$ 1,00	
	MTur	%
Campo Grande	10.167.751,26	83%
Corguinho	503.100,00	4%
Dois Irmãos do Buriti	150.000,00	1%
Jaraguari	-	0%
Nova Alvorada do Sul	-	0%
Ribas do Rio Pardo	165.000,00	1%
Rio Negro	-	0%
Rochedo	326.625,00	3%
Sidrolândia	682.500,00	6%
Terenos	292.500,00	2%
Total da Região	12.287.476,26	100%
Total do Estado	142.714.697,33	9%

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2010c).

Dos recursos arrecadados pelo município de Campo Grande, 13% deles foram propostos por entidades representativa da cadeia do turismo de MS – ABAV/MS; ABIH/MS e GOPPAN – Grupo de Operadoras de MS, além de organizações não governamentais, com atuação na área do turismo.

Os poucos recursos captados podem ser em razão de aspectos como:

- Desconhecimento da realidade do turismo local;
- Ausência de informações organizadas;
- Pessoal desqualificado quanto aos processos de elaboração de projetos e prestação de contas;
- Quantidade de pessoal insuficiente para operacionalizar as questões da política do turismo, tanto na esfera pública, quanto a esfera representativa do turismo, e ainda atuar na captação de recursos;
- Falta de agilidade por conta da estrutura pública administrativa;
- Dificuldades na operacionalização do sistema de convênios – SICONV;
- Desconhecimento de outras fontes de recursos para subsidiar as atividades do turismo, dentre outras causas.

Tais fatores são potencialmente reversíveis, desde que haja uma estratégia para captar recursos oriundos de outras fontes, que vai desde a capacitação dos agentes públicos até a organização de informações para esse fim, passando necessariamente pelo conhecimento da política instalada e das necessidades locais.

B) Capacidade da estrutura administrativa do turismo

A capacidade pautada na estrutura organizacional 2010 dos órgãos de turismo da região, tem-se a seguinte configuração:

Quadro 78 - Órgãos de turismo municipais do Polo Campo Grande e Região.

Municípios	Estrutura
Campo Grande	SEDESC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio.
Corguinho	Secretaria de Educação, Esporte e Lazer

Dois Irmãos do Buriti	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente
Jaraguari	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
Nova Alvorada do Sul	Secretaria de Cultura e Lazer
Ribas do Rio Pardo	Secretaria Geral de Desenvolvimento Econômico
Rio Negro	Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo
Rochedo	Diretoria de Turismo e Meio Ambiente
Sidrolândia	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Terenos	Departamento de Turismo

Pode-se observar que a estrutura de turismo em toda a região é um fator a ser mais bem estruturado. A existência de uma pasta de turismo é fundamental para a gestão da atividade e para a competitividade do destino. Além de servir como órgão técnico, tal estrutura atua como articulador político e mobilizador da cadeia produtiva, coordenando ações e projetos. A organização responsável será tanto mais atuante e eficiente quanto maior for sua autonomia e disponibilidade de recursos.

O corpo técnico se resume a poucos profissionais com a multifunção de planejar e executar as atividades de desenvolvimento do turismo local, muitos sem a competência formal e técnica que a atividade exige. A insuficiência de pessoal muitas vezes decorre da falta de recursos financeiros e, pior, da baixa prioridade dada à política de turismo. Exceto em Campo Grande, nas demais cidades da região há somente um profissional, para atuar com o segmento, e muitas vezes responde por outras atividades não relacionadas ao turismo. Em Campo Grande, o corpo funcional para atendimento ao turismo se restringe a três técnicos.

Outro aspecto ligado à questão do profissional do turismo é a ausência de regulamentação da profissão e o fechamento de diversas universidades; em 2004, Mato Grosso do Sul possuía nove cursos de turismo em funcionamento, e atualmente são cinco cursos – UFMS (Aquidauana; Bonito), Estácio de Sá (Campo Grande) e UEMS (Jardim e Dourados).

Outra dificuldade de inserção do turismólogo no mercado é o fato do mesmo não ser considerado um profissional essencial dentro da maioria dos empreendimentos e setores públicos ligados ao turismo. Com esse pré-conceito estabelecido, e sendo uma “categoria” pouco valorizada no mercado, profissionais de outras áreas ocupam cargos que deveriam ser especificamente dos turismólogos.

Assim, desenvolver um grande entendimento sobre o que motiva as organizações públicas e quais são suas estruturas de incentivo e pessoal técnico é particularmente importante para garantir a efetividade de qualquer política, incluindo a política de turismo.

As organizações devem possuir missões claras e mutuamente compatíveis; possuir recursos e práticas administrativas apropriadas para estas missões; possuir habilidade de se adaptar a novas missões; a alta administração deve estar bem informada sobre a política do setor e ter capacidade política de decisão.

C) Capacitações na gestão do turismo

Capacitação desenvolve competência, que é o resultado de conhecimento, habilidades e atitudes. Não há ninguém capaz de transferir sua competência para outra pessoa. Todavia, é perfeitamente possível ajudar a pessoa a construir sua própria competência, da mesma forma que se constrói conhecimento.

Quanto à qualificação, pode-se dizer que a busca da qualificação traz como resultado uma formação, que torna o profissional habilitado para o exercício de alguma atividade, quer dizer, dota a pessoa de um conjunto de conhecimentos que atestam a possibilidade do

exercício profissional. Neste conjunto de conhecimentos incluímos a escolaridade, a experiência profissional, cursos realizados etc.

No Polo Campo Grande e Região foram realizadas diversas qualificações voltadas à gestão do turismo e ao empresariado local, como forma de implementar a política e estruturar o setor com recursos humanos qualificados para as atividades de serviços.

Estas qualificações foram capitaneadas, tanto pelo MTur quanto por instituições locais, como SEBRAE/MS, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/MS - SENAC/MS, organização não governamental, com foco no setor, e também pelas entidades representativas do turismo: ABRASEL e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis/MS - ABIH/MS.

Entretanto, nem sempre esta atuação se deu de forma integrada e articulada, resultando em sobreposição de esforços e desperdício de recursos. Além disso, são bastante frágeis ou inexistentes as análises, responsáveis por levantar, quantitativa e qualitativamente as necessidades de ações de qualificação profissional e empresarial para o turismo. Outra limitação resultante da falta de articulação das instituições executoras é a ausência do estabelecimento de padrões mínimos para os cursos, que possam incorporar a demanda de empresários e trabalhadores, em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo.

De acordo com os levantamentos realizados, por ocasião da formulação do Planejamento Estratégico – Plano de Ação, 2008 – 2010, a área turística Campo Grande e Região manifestou a necessidade das seguintes ações:

- Ampliar a atuação do sistema “S” na região;
- Promover pesquisa de oferta e demanda para capacitação;
- Articular através do Fórum Regional cursos de capacitação que envolvam os municípios da região;
- Implantar Projeto Pró-jovem para capacitar de jovens de 18 a 29 anos, em toda a região;
- Capacitar recursos humanos para prestação de contas e elaboração de projetos;
- Capacitar os agentes do COMTURs – Conselhos Municipais de Turismo;
- Capacitar e qualificar recursos humanos para atendimento ao turista;
- Orientar o empresariado para cadastramento dos empreendimentos turísticos da região;
- Orientar para o uso, preenchimento e utilização sistemática das Fichas Nacionais de Registro de Hospedes - FNRH e Boletins de ocupação Hoteleira, em todos os MHs ;
- Estimular a adoção de boas práticas, através de mecanismo de certificação;
- Criar selo de certificação de empreendimentos, produtos e profissionais da região.

Além da qualificação profissional, a qualidade dos serviços turísticos pode ser promovida e ampliada por meio do sistema de certificação, com referências de padrões mínimos para serviços e produtos, capazes de impactar positivamente sua competitividade e gerar melhorias significativas na prestação dos serviços e no atendimento ao consumidor.

Tal certificação também pode ser estendida para a gestão pública do turismo. Há uma metodologia de avaliação da gestão pública desenvolvida pelo Ministério do Planejamento, o qual consiste em um conjunto de orientações e parâmetros para avaliação da gestão, e tem por referência o Modelo de Excelência em Gestão Pública e os conceitos e fundamentos preconizados pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA.

Esse instrumento é utilizado para a avaliação e melhoria da gestão das organizações que aderiram ao Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA, bem como para avaliação dos Relatórios da Gestão (RG) das organizações que se

candidatam ao Prêmio Nacional da Gestão Pública. A partir do resultado dessas avaliações, é possível melhorar o sistema de gestão da organização avaliada de forma objetiva e consistente.

3.3.2. ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O turismo é uma das diretrizes do Governo de Mato Grosso do Sul, como pilar de sustentação na alteração da matriz econômica do Estado. Elliott (1997), argumenta que só os governos têm força suficiente para garantir a estabilidade política, a segurança e a estrutura legal e financeira que o turismo requer. São os governos que fornecem, também, serviços essenciais e infraestrutura. Ignarra (2002:125), considera que "não é possível produzir turismo sem que haja direta e indiretamente uma participação do poder público", pois a ação governamental tem papel estratégico no seu desenvolvimento.

O Plano Estadual de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul – 2030, com o objetivo de orientar as ações governamentais e da iniciativa privada na condução do Estado rumo ao desenvolvimento, por meio do crescimento econômico e o desenvolvimento equânime de suas regiões, com maior distribuição de renda e de oportunidades a todos os seus habitantes, contribuindo para o desenvolvimento do país, traz em seu bojo 15 ações estruturantes, emergenciais e estratégicas. (MATO GROSSO DO SUL, 2009d):

1. Reduzir as Disparidades Regionais.
2. Promover a Sustentabilidade Ambiental.
3. Garantir os Serviços Públicos Essenciais.
4. Integrar e Difundir a Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T & I nas regiões.
5. Promover a Inclusão Social.
6. Ampliar Programas de Qualificação de Recursos Humanos.
7. Apoiar a Diversificação da Matriz Socioeconômica do Estado de MS.
8. Consolidar os Serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária.
9. Promover a Cidadania com Moradia Digna.
10. Implantar, Diversificar e Fortalecer Estrutura para Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado.
11. Priorizar a Energia Alternativa Limpa.
12. Fortalecer a Construção de Redes de Informação.
13. Ampliar e Modernizar a Infraestrutura e a Logística.
14. Garantir a Defesa Sanitária Vegetal e Animal.
15. Fortalecer os Municípios da Faixa de Fronteira.

Ação estruturante 10: Implantar, Fortalecer e Diversificar Estrutura para o Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado.

Objetivo Geral:

Desenvolver, fortalecer, diversificar e implantar estrutura para aproveitamento do potencial e das atividades turísticas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Objetivos Específicos:

- Atrair e ampliar investimentos privados nos segmentos turísticos já existentes;
- Ampliar e diversificar a oferta e serviços voltados para atender as demandas turísticas;
- Ampliar as opções de gastos pelo turista;
- Incentivar o ecoturismo e o turismo rural no interior;
- Desenvolver ações para a valorização do artesanato, da cultura e da gastronomia estadual.

- Ampliar as ações de serviços públicos essenciais, implantando o monitoramento e a fiscalização voltados para o cumprimento das legislações e normas vigente.

Ação	Descrição	Meta
10. Implantar, Diversificar e Fortalecer Estrutura para Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado.	Consiste em incentivar a utilização de todo o potencial turístico do Estado por meio da implantação do Programa Estadual de Fomento à Atividade Turística, de forma a desenvolver novos polos, atraindo investidores, diversificando a oferta de produtos e serviços nas regiões potenciais.	Consolidação e integração das atividades às regiões de MS.

Resultados esperados do Plano de Desenvolvimento de MS - 2030:

Transformar a atividade turística em uma das alternativas de diversificação da economia estadual, gerando empregos, divisas e valorizando a cultura regional.

A organização e coordenação do processo de planejamento turístico também requerem um sistema de informações confiáveis. De acordo com o documento Referencial do MTur- Módulo Operacional 6 - Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização - Sistema de Informações, é um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações para o suporte, a tomada de decisão, coordenação e controle de um processo.

Pensar o planejamento turístico regional é pensar não apenas em um destino propriamente dito, mas em uma composição de destinos agregados em uma única região geográfica. A relevância de se refletir sobre estas questões justifica-se porque a intervenção a ser realizada diz respeito a mudanças: na base econômica da região, utilização do espaço urbano e vida cultural dos residentes.

GESTÃO DESCENTRALIZADA

A política de regionalização do turismo emanada pelo governo federal, dentro do enfoque da gestão descentralizada e participativa, foi o grande indutor do desenvolvimento desta região. Através desse programa, a região formulou sua instância de governança regional, criou conselhos municipais em todos os municípios e, recentemente, formulou o documento, Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, REGIÃO CAMINHO DOS IPÊS, documento esse estimulado e conduzido pelo órgão oficial de turismo do Estado, que definiu, em parceria com a cadeia do turismo instalada formal e informalmente, e a comunidade da região, através de oficinas de planejamento, as macroestratégias e estratégias de desenvolvimento do turismo para a região; definiu também o nome do Polo Campo Grande e Região, como Caminho dos Ipês. A região, em conjunto, priorizou cada ação atrelada às estratégias e estão definindo seus detalhamentos e formas de operacionalização.

Quadro 79 - Macroestratégias e estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, Região Caminho dos Ipês (Polo Campo Grande e Região).

MACROESTRATÉGIAS	ESTRATÉGIAS
GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	
Fortalecimento dos órgãos oficiais de turismo dos municípios.	Implementar as articulações entre as diversas pastas administrativas. Implementar o processo de captação de recursos junto aos ministérios para melhoria das infraestrutura turísticas e de apoio ao turista.

	Fomento à iniciativa privada.
Fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil.	Implementar as ações dos conselhos locais e regionais de turismo. Sensibilizar o empresariado e a comunidade para a atividade turística. Expandir a atividade turística em toda a região.
Implantação/implementação de sistema de informações.	Gerar indicadores para conhecer e decidir sobre a atividade turística na região. Gerar indicadores básicos para avaliar o impacto da atividade na economia e nas condições socioambientais.
ESTRUTURAÇÃO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS E ROTEIRIZAÇÃO	ESTRATÉGIAS
Ampliação e diversificação da oferta turística.	Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.. Estruturar roteiros turísticos integrados. Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E DE APOIO	ESTRATÉGIAS
Melhoria na infraestrutura de informação e logística.	Melhorar a infraestrutura de acesso à região e aos atrativos - rodoviário, aéreo, fluvial e ferroviário. Melhorar a infraestrutura de informações turísticas e de produção associada inclusive nas paradas ao longo das rodovias. Melhorar a infraestrutura dos Parques Naturais e Unidades de Conservação.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos turísticos.	Incentivar a implantação e melhoria de equipamentos turísticos que agreguem valor à atividade.
QUALIFICAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	ESTRATÉGIAS
Qualificação dos equipamentos e serviços.	Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes atuantes em toda a cadeia produtiva do turismo. Apoiar a instituição e aplicação da Lei Geral do Turismo. Estimular a adoção de boas práticas, através de mecanismo de certificação.
MARKETING	ESTRATÉGIAS
Posicionamento da região como destino turístico.	Implementação de políticas regionais de comercialização. Participar de eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Fomentar o turismo interno. Dar visibilidade aos atrativos da região.

Fonte: Plano estratégico 2008-2020 – FUNDTUR/MS, (MATO GROSSO DO SUL, 2009a).

Todo este esforço de atuação conjunta, comunidade, poder público, entidades representativas do setor e as organizações não governamentais, em prol do desenvolvimento regional, fortaleceu as instâncias locais e os órgãos públicos de cada localidade, trazendo maior entendimento do que o turismo pode fazer e trazer como resultado econômico, social, ambiental e cultural para cada localidade e para a região em geral.

Tal avanço na formulação de estratégias foi possível devido ao tempo que o turismo vem maturando nesta região. O Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, denominado de PDTUR-MS, em 1999 trouxe ganhos significativos, construindo uma base para que a região pudesse galgar, a cada ano, sucessivos avanços, ampliando a oferta turística e promovendo seu ordenamento. Baseado nas diretrizes do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o PDTUR já preconizava que o ordenamento das ações de cada município e/ou região promoverá a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, através do fortalecimento de suas funções turísticas, de maneira a minimizar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e maximizar seus benefícios para a economia e a sociedade local, dando uniformidade às ações, programas e projetos de forma integrada, eliminando os riscos de duplicação das ações

Ainda esta linha de avanços conquistados, o MTur estabeleceu no país 65 destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional, ou seja: aqueles destinos que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos. Isto é, são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido, e Campo Grande é um dos três destinos selecionados pelo ministério em Mato Grosso do Sul. Tal fato não significa que os demais destinos da região foram preteridos; eles continuam no processo de organização regional, e também fortalecidos para absorver os impactos do desenvolvimento da atividade em seus territórios.

O fortalecimento e a qualificação dos colegiados têm se configurado como atividade uma sistemática e permanente tanto do MTur quanto da FUNDTUR/MS, estimulando a integração, instigando pautas regionais, dentre outras ações, no sentido de avançar com novas propostas na formatação institucional, em que o conhecimento assume um papel preponderante. Nos últimos anos, tem sido contínuo o apoio aos fóruns e conselhos estaduais de turismo, para que se fortaleçam e constituam legados de gestão independentes, com capacidade de superar os períodos de alternâncias e descontinuidades de governo.

Entretanto, alguns passos ainda são necessários na consolidação de uma instância de governança regional, - A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização, instituído pelo MTur, em âmbito regional, que, apesar da significativa evolução, ainda não está organizada em sua totalidade, de modo a constituir uma interlocução eficiente na região turística, fato que dificulta a estruturação da oferta turística e sua consequente comercialização. A instância de governança regional teve uma atuação conjunta e participativa por ocasião do 1º e 2º Salão Estadual de Turismo, e da construção do Planejamento Estratégico 2008 – 2020, sendo que estas pautas foram capitaneadas pela FUNDTUR/MS.

A região possui COMTUR ativo em Sidrolândia e Campo Grande, que apresenta uma composição formada por 25 conselheiros titulares e 50 suplentes, sendo 15 membros indicados pelas entidades ligadas ao turismo no município e 10 membros da área governamental, com atuação mais efetiva e participativa nos destinos do turismo da Capital. Os demais municípios, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Terenos, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul, têm apresentado uma organização incipiente e uma participação limitada, muito impactada pela falta de estruturas representativas do turismo, deixando uma lacuna que coloca em risco a abrangência da rede e a perenidade no processo de gestão local do turismo.

Não obstante, os resultados e avanços decorrentes da descentralização e da participação das entidades e dos planos construídos, ainda são necessários esforços para promover a integração entre as diferentes esferas de governo e entre os setores público e privado e, principalmente, fazer a classe política entender que o turismo é uma atividade econômica que atrai recursos novos para a localidade, gera renda e inclusão social.

Outro fator que não pode ser renegado é a função do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, executado pelo MTur, em parceria com os órgãos oficiais de turismo, e visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. Vale ressaltar sua obrigatoriedade desde a instituição da Lei Geral do Turismo.

Quadro 80 – Demonstrativo das empresas privadas e profissionais existentes e cadastrados no Polo Campo Grande e Região – posição maio 2010.

Municípios	Agência de Viagens Cadastradas	Agência de Viagens existentes	Meios de Hospedagens existentes	Meios de Hospedagens cadastradas	Empresas Organizadoras de Eventos existentes	Empresas Organizadoras de Eventos cadastradas	Transportadoras Turísticas existentes	Transportadoras Turísticas cadastradas
Campo Grande	121	145	35	31	68	42	38	38
Corguinho	-0-	-0-	03	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Jaraguari	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Ribas do Rio Pardo	02	02	05	03	-0-	-0-	-0-	-0-
Rio Negro	-0-	-0-	03	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Rochedo	01	01	01	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Sidrolândia	03	03	05	03	-0-	-0-	-0-	-0-
Terenos	-0-	-0-	01	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Dois Irmãos do Buriti	01	01	03	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Nova Alvorada	01	01	06	02	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: BRASIL, 2010d e MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

A região apresenta uma pequena diferença entre o número de estabelecimentos existentes e o número de estabelecimentos cadastrados, o que demonstra o entendimento da área turística quanto à importância da legislação.

O quadro acima demonstra também que a grande rede de empreendimentos de serviços turísticos da região encontra-se centrada no município de Campo Grande, fato normal considerando que Campo Grande é a Capital do Estado e o principal centro distribuidor do fluxo turístico.

A rede descrita refere-se aos empreendimentos com procedimentos regulamentados pelo SISTEMA CADASTUR, antes do advento da Lei Geral do Turismo, que amplia a rede a ser cadastrada no referido sistema. A FUNDTUR/MS está aguardando a regulamentação desta legislação para efetivamente realizar os procedimentos necessários para o cadastramento dos demais empreendimentos, desde que existentes na região.

É importante ressaltar que a rede oficial de prestadores de serviços turísticos é a rede cadastrada no MTur.

O SISTEMA CADASTUR também se insere no âmbito das iniciativas que visam prover o mercado e o governo de informações confiáveis. A dificuldade de obtenção de dados de forma sistemática e contínua não é um problema exclusivo do setor turístico; este é um grande gargalo no país.

INFORMAÇÃO

O processo de sistematização da informação no Estado, e em destaque no Polo Campo Grande e Região, teve início com o PDTUR, que, além dos Planos Municipais de Desenvolvimento Turístico, construiu um Banco de Dados (Inventário Turístico e Banco de Imagens) que deveria ser sistematicamente alimentado, recebendo novos dados e mecanismos de estatística de forma a atender aos diferentes segmentos econômicos.

Esta sistemática não aconteceu, e o PDTUR acabou sendo parcialmente utilizado. Por ocasião do Planejamento Estratégico 2008-2020, muitas informações foram resgatadas e atualizadas, porém em arquivos estanques.

A despeito da inexistência de um sistema de informação, a FUNDTUR/MS vem exaustivamente construindo informações, baseadas em pesquisas e na utilização do BOH e FNRH, além da utilização de dados secundários referentes à movimentação de passageiros.

Especificamente em relação à sistematização de informações sobre a oferta turística, é fundamental progredir na implementação do inventário. Além disso, é necessário investir na padronização dos dados de demanda e fluxos turísticos domésticos, de forma que se possa avançar, efetivamente, no aprimoramento do sistema estadual de informações sobre e para o turismo.

Também as limitações relativas à comunicação e à disseminação das informações constituem um gargalo para o desenvolvimento das ações, tanto dos setores governamentais quanto dos agentes privados. No que tange à disseminação dos dados, não existe uma sistemática de divulgação, apenas notícias e entrevistas de autoridades do setor ou de empresários. Seria importante a existência de uma ferramenta que possibilitasse o envio automático de informações a usuários cadastrados, estratégia que daria velocidade e agilidade como ferramenta de apoio à tomada de decisão para os gestores públicos e privados.

Como se trata de uma atividade multifacetada, a produção e disseminação de informações e dados sobre o turismo sugerem uma interação com instituições acadêmicas, de pesquisa e de produção de dados, e registros estatísticos das mais diversas áreas do conhecimento. Isto impõe uma articulação complexa que ainda não tem sido fomentada em toda a amplitude demandada, de modo a consolidar uma verdadeira plataforma interinstitucional.

A perspectiva de implementação efetiva da metodologia das Contas Satélites do Turismo no Brasil, de acordo com a recomendação da OMT, impõe a consolidação desta plataforma interinstitucional como condição essencial para que o país possa produzir indicadores de resultados e impactos da atividade, de forma a integrar-se a um sistema que propicie a comparabilidade no mercado internacional.

3.3.3. LEGISLAÇÃO - URBANÍSTICA, AMBIENTAL E TURÍSTICA.

O grande avanço na legislação do turismo advém da criação da Lei Geral do Turismo, onde todas as empresas do polo estão obrigadas a fazer o cadastro junto ao MTur, expandindo o Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos para os segmentos de restaurantes, locadoras de veículos e os centros de convenções. Ela ainda determina normas de funcionamento da atividade, unificando a legislação do turismo no país. Assim, o governo federal busca solucionar problemas derivados do fato de que, atualmente, estados e municípios possuem regras próprias, o que gera conflitos relacionados aos procedimentos que devem ser adotados na prestação dos serviços turísticos. Além disso, cria o Fundo Geral do Turismo, com o objetivo de financiar as atividades turísticas em todo o país.

Vale ressaltar a parceria que a FUNDTUR/MS tem com as prefeituras municipais, no processo de fiscalização das atividades turísticas e, por outro lado, o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul - IMASUL, no que diz respeito às questões ambientais.

Ressalta-se que para a instalação de empreendimentos turísticos em Mato Grosso do Sul, faz-se necessário o licenciamento ambiental regulamentado pelo Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, através da Resolução 331-98. Esta resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao licenciamento ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação).

Recentemente, foi instituída pelo Estado a obrigatoriedade de cada atrativo ter um técnico habilitado responsável por estudos e monitoramentos da capacidade de carga, para que seja fornecida licença ambiental, com relatório semestral. A licença é renovável a cada dois anos.

Assim, a única legislação voltada especificamente para o ordenamento da cadeia produtiva do turismo é a Lei Geral do Turismo – Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, em fase de regulamentação pelo MTur, que deixa muitos questionamentos quanto à cobertura de sua aplicabilidade, suscitando expectativas como: quais artigos da lei do turismo serão regulamentados? Como será conduzido o processo de Classificação Hoteleira? Quem fiscalizará os prestadores de serviços turísticos? O atraso em sua regulamentação vem trazendo para o setor muita ansiedade e desconfiança, impactando negativamente os órgãos estaduais de turismo, pois desde que a lei ficou de ser regulamentada, os serviços de fiscalização, até então em atuação, foram enfraquecidos, pois o convênio do MTur com os órgãos oficiais não foram renovados.

Fator este agravado pela fragilidade das inter-relação das legislações urbanística, ambiental e turística, que na região ainda se encontra muito aquém do que deveria, pois a articulação entre as diversas pastas e esferas governamentais ainda é muito precária. Não há uma política de transversalidade entre os temas: turismo, cultura, meio ambiente e obras de infraestrutura.

É fundamental a existência, aplicabilidade e fiscalização de uma legislação turística e correlata para equilibrar a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos, criando uma oferta de alojamento e recreação não concentrada e de pequena escala, promovendo um turismo organizado, respeitando o meio ambiente, em detrimento de atividades massificadas e “predatórias”, e torná-lo sustentável, de modo que atrativos naturais e culturais estejam disponíveis indefinidamente.

O cumprimento destas legislações pelo setor requer uma grande conscientização, pois, se mal entendida, estas normas e restrições podem se constituir em obstáculos, encarecendo o produto turístico e inviabilizando economicamente o empreendimento.

O processo de conhecimento da legislação e a importância de sua aplicabilidade possibilitarão às pessoas que atuam nesse setor da economia uma oferta constante e duradoura da atividade. Ainda que em uma primeira análise a lucratividade seja menor, quando comparado a locais que não demonstram tais preocupações, em médio e longo prazo recupera-se esse “prejuízo,” através da conservação ambiental, que, em última instância, é a maior fonte geradora de recursos.

LEGISLAÇÃO TURÍSTICA

a) âmbito municipal:

Campo Grande

- Lei Ordinária n. 4219/2004 - Dispõe sobre atividades do Guia de Turismo no município de Campo Grande.
- Lei Ordinária n. 4171/2004 - Altera a Lei n. 3.453, de 11/05/98, que alterou os dispositivos da Lei n. 3074, de 12/07/94 (autoriza o poder executivo a criar o COMTUR de Campo Grande).
- Lei Ordinária n. 3789/2000 - Autoriza o poder executivo municipal a criar a Secretaria Municipal de Turismo e dá outras providências.
- Lei Ordinária n. 3718/2000 - Dispõe sobre atividades turísticas no município de Campo Grande.
- Lei Ordinária n. 3709/2000 - Condiciona a expedição de Alvará de Localização às agências de viagens e turismo e dá outras providências.
- Lei Complementar n. 29/1999 - Institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande - PRODES, revoga dispositivo da Lei n. 2977, e dá outras providências.
- Lei Ordinária n. 3074/1994 - Autoriza o poder executivo a criar o COMTUR de Campo Grande-MS.
- Lei Ordinária n. 3073/1994 - Autoriza o poder executivo a criar o Fundo Municipal para o Desenvolvimento de Atividades Turísticas.

Nova Alvorada do Sul

- Lei n. 318/2006, de 08/05/2006 - criação do COMTUR de Nova Alvorada do Sul.
- Lei n. 294/2005, de 05/09/2005 - Reorganização da administração pública do poder executivo - Aborda o órgão municipal de turismo.

Jaraguari

- Lei n. 690/2008, de 03/07/2008 - Criação do COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo.

Rochedo

- Lei n. 561/2007, de 13/12/2007 - Criação do COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo.

Rio Negro

- Lei n. 373/1997, de 14/05/1997, e Lei n. 389/1997, de 20/10/1997- Confere nova redação à Lei n. 373/97 - Cria o COMTUR de Rio Negro.
- Lei n. 388/1997, de 06/10/1997 – Criação do Fundo Municipal de Turismo.

Sidrolândia, Riba do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Corguinho e Terenos

- Não têm nenhuma legislação.

A legislação mostra que o turismo em Campo Grande, principal ícone da região em estudo, teve sua primeira legislação em 1994, com a criação do Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Turismo, (reordenado em 2004,) e da Secretaria de Turismo, em 2000, e até hoje (2010), não foi instalada. Apesar desta situação, Campo Grande detém algumas legislações turísticas voltadas para o ordenamento da atividade e para atração de empreendimentos.

Os demais municípios têm sua legislação pautada na criação do órgão oficial, e alguns têm também a legislação do COMTUR e Fundo de Turismo. Pode-se verificar que a legislação de vários municípios do polo se refere aos últimos cinco anos, o que é um fator muito positivo, pois a existência de conselhos e órgão de turismo são os principais pilares para a construção de outras legislações, que serão pressionadas pela própria dinamicidade da atividade turística no decorrer de seu desenvolvimento.

Ressalva-se que, comparando o quadro de leis turísticas com o resultado da pesquisa aplicada pela empresa junto aos gestores públicos de cada município, quanto à existência de instrumentos de regulamentação turística municipal, os municípios de Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Dois Irmãos do Buriti expressaram – se positivamente; entretanto, nestas localidades, ainda não há nenhuma legislação vigente, há somente a intenção da Câmara Legislativa, desde 2009, com apoio do executivo municipal, em estabelecer uma legislação visando a implantação da Câmara Técnica de Turismo, da criação da Lei Municipal de Política do Turismo, Conselho Municipal e Fundo Municipal.

O grande desafio da região é a construção de uma legislação turística que ordene a atividade, regulamentando a prestação dos serviços, fortalecendo a cadeia produtiva, promovendo o desenvolvimento sustentável, a distribuição de renda, a geração de emprego e a conservação do patrimônio cultural, proporcionando oportunidades iguais a todos os segmentos da sociedade, e esse grande desafio passa inicialmente pela estruturação dos órgãos oficiais de turismo e pelo fortalecimento das esferas de governança, atuando como agente regulador e também fiscalizador. Vale ressaltar que a fiscalização turística compete ao Estado, através da FUNDTUR/MS, como atividade delegada do MTur, porém, requer o apoio das estruturas municipais e governança local para garantir a real aplicação das legislações.

A despeito da Lei Geral do Turismo, que ainda requer regulamentação para sua operacionalização, a região turística em estudo ainda tem muitas normativas a construir, como:

- Regulamentação dos transportes de vans internamente nos municípios para atender o aeroporto, a rodoviária e estação ferroviária;
- A obrigatoriedade, ou não, de um profissional do turismo nos empreendimentos turísticos;
- Certificação de qualidade dos serviços e empreendimentos turísticos;
- Leis de fomento ao turismo de eventos, como a revitalização da Taxa de Turismo - Com os recursos arrecadados, o Campo Grande Pantanal *Convention & Visitors Bureau* investe na melhoria e diversificação dos serviços turísticos, promovendo a captação de eventos e de novos negócios, a melhoria da infraestrutura da região, a diversificação e profissionalização da atividade, além de conferir maior qualidade na malha de serviços;
- Além de políticas de qualificação e comercialização, dentre outras questões, que impactam diretamente o desenvolvimento da atividade na região.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O marco legal relativo ao meio ambiente brasileiro é tido como atual, completo e de qualidade, demandando somente ser aplicado em sua totalidade para gerar a eficácia requerida. A esfera municipal é o foco final desses instrumentos regulatórios da gestão ambiental, ainda que, em sua maioria, as leis, decretos e instrumentos normativos pertinentes tenham origem no âmbito federal e estadual de governo.

A) Âmbito Local

Campo Grande

- O Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental de Campo Grande, ou SILAM, foi criado pela Lei Municipal n. 3612/99;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande- SEMADUR – órgão municipal de gestão ambiental, de atuação mais local, em Campo Grande.

Sidrolândia

- LEI n. 1368/2008 - Instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei n. 1290/2006, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de M.A;
- Lei n. 1374/2008, que regulamenta a queima controlada de palha de cana-de-açúcar:
- Documentação para a queima controlada;
- Termo de Cooperação - Licenças Ambientais;
- Empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental municipal e classificação do potencial poluidor.

Demais municípios do polo

- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em Rio Negro;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - Dois Irmãos do Buriti - constituída dos Departamentos de Meio Ambiente e Urbanismo, Departamento de Indústria e Comércio, Departamento de Cultura e Departamento de Esporte e Lazer;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Ribas do Rio Pardo;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em Terenos - Projetos de implantação e gestão de unidades de conservação e implantação da UPL;
- Diretoria de Turismo e Meio Ambient, em Rochedo - Projeto de um aterro sanitário está em tramitação no IMASUL/SEMA/MS, projeto de uma estação de tratamento para atendimento de 40% da cidade está em tramitação no IMASUL/SEMA/MS - Projeto de arborização urbana, convênio com a ENERSUL, campanhas educativas para separação dos resíduos sólidos nas escolas, e projetos no setor de endemias, tais como: campanha contra o caramujo, campanha contra o mosquito da dengue, campanha contra a leishmaniose.

Conselho Municipal de Meio Ambiente – A crescente descentralização administrativa tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente. O CODEMA é um órgão criado para esse fim, isto é, para incluir os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e a recuperação dos danos ambientais existente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.

Programas locais - Projeto de coleta seletiva, campanha “recicle sua atitude, separe seu lixo” em conjunto com a CIDEMA, concurso de redação nas escolas sobre a biodiversidade; ONG APREMARINE (Associação e Preservação de Rio Negro) e projetos sustentáveis de recuperação ambiental; licenciamento ambiental, gestão ambiental, coleta de lixo (seletiva), projeto educação ambiental e viveiro de mudas.

Quanto aos aspectos institucionais das áreas preservadas dentro do Polo Campo Grande e Região, é importante destacar que, no Brasil, a legislação ambiental sobre Unidades de Conservação vem sendo aprimorada desde sua primeira investida, quando foi publicada a Lei n. 6902, de 27 de abril de 1981, que instituiu as Áreas de Proteção Ambiental e se consolidou com a criação do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu os critérios e as normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A lei foi regulamentada mais tarde pelo Decreto n, 4.340, de 22 de agosto de 2002.

De acordo com o conceito instituído por esta lei, esses espaços são legalmente instituídos pelo poder público, com regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Nesse enquadramento, encontram-se as unidades que estão sendo objeto de exploração turística no Polo Campo Grande e Região:

- APA Estadual Estrada Parque Piraputanga;
- O Parque Estadual do Prosa;
- Parque das Nações Indígenas, originalmente chamado Parque do Prosa;
- O Parque Estadual das Matas do Segredo.

A Lei n. 2.223, de 11 de abril de 2001, também insere no contexto de gestão e proteção os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano que exerçam atividade econômica de qualquer natureza e possuem rios cênicos em suas áreas, são diretamente responsáveis perante os órgãos de fiscalização do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, pela poluição das águas e degradação de suas margens, quando do suprimento direto de águas para animais, emissão de dejetos humanos e agrotóxicos usados nas áreas de cultivo e gestão das unidades de conservação.

É importante ressaltar a validade desta lei de caráter ambiental como instrumento de turismo sustentável, no sentido de viabilizar o desenvolvimento social e econômico das regiões turísticas, pois, os rios cênicos são recursos turísticos de alta potencialidade e são explorados pela atividade pelo seu alto valor panorâmico, cultural ou recreativo.

Um grande avanço ocorrido para o Estado foi o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) – considerado o PLANO DIRETOR DE MS, e tem como objetivo estabelecer normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.

Nesse estudo, a região turística de Campo Grande tem um recorte diferenciado do Mapa Turístico Regionalizado, instituído pela FUNDTUR/MS MS, onde grande parte da região se enquadra na Zona de Proteção da Planície Pantaneira, com forte recomendação para o estabelecimento de planos de conservação e recuperação da cabeceira de mananciais, devendo priorizar, ainda, programas público-privados, para inserir os produtos pantaneiros tradicionais e os produzidos na própria região nos mercados nacional e internacional diferenciados, mediante estímulo aos processos de certificação social, de origem ambiental e empresarial e de adoção de sistemas de produção orgânica, e mecanismos de desenvolvimento limpo, entre outros, como forma de alavancar alternativas viáveis de revitalização econômica sem agressão da vizinha planície pantaneira.

O ZEE/MS indica a implantação de empreendimentos e atividades turísticas como o ecoturismo e o turismo rural, promovendo, em especial, o fortalecimento da Região Turística Caminho dos Ipê, integrado por Campo Grande, Rochedo, Corguinho e Rio Negro, devido à proximidade com o Pantanal do Rio Negro.

A análise dos municípios da região de Campo Grande, com dados obtidos junto ao IBGE, com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, mostra que, no ano de 2008, os impactos ambientais mais frequentes foram o assoreamento, desmatamento e desnudamento de solos por queimadas. Em menores proporções ocorreu a poluição do ar e a poluição dos recursos hídricos no município de Campo Grande. Houve a degradação de áreas legalmente protegidas no município de Rochedo. (IRS/MS Edição 2009).

Segundo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, algumas ações estão sendo aplicadas visando minimizar os impactos ambientais sofridos, tais como a gestão ambiental compartilhada, a existência de conselhos municipais de meio ambiente, a realização de conferências de meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas.

De acordo com o documento IRS – 2009 – Índice de Responsabilidade Social de MS, os instrumentos ambientais utilizados na região são:

- ICMS Ecológico – Campo Grande e Terenos;
- Licenciamento ambiental de impacto local – Campo Grande e Sidrolândia;
- Gestão ambiental regional consorciada – Todos os municípios da região;
- Conselho municipal de meio ambiente - Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia;
- Recuperação de áreas degradadas – Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti, Ribas do Rio Pardo e Sidrolândia;
- Conferência municipal de meio ambiente – exceto Terenos não realizou.

Destaca-se, ainda, o tratamento de esgoto doméstico nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Campo Grande, e o aterro controlado em Nova Alvorada do Sul, que também são exemplos de ações que minimizam esses impactos. Em Campo Grande está em fase de instalação um aterro sanitário e implementação de um processo de recuperação da área degradada do atual lixão.

A região apresenta disposição na mitigação dos problemas ambientais, fator importantíssimo para o desenvolvimento e expansão do turismo. Tal observação pauta-se na análise da existência de gestão ambiental regional, participação nas conferências e a existência de conselho municipal de meio ambiente, em três municípios da região.

LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

a) Âmbito municipal

Campo Grande

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande- SEMADUR** – compostos pelos departamentos de: DURP - Departamento de Controle Urbanístico e Postura; Divisão de Fiscalização e Controle Urbanístico; Divisão de Fiscalização e Licenciamento Urbanístico e Divisão de Fiscalização e Controle de Posturas.

USO DO SOLO

- Lei Comp. 74/05 - Uso e Ocupação do Solo ;
- Lei Comp. 76/05 - Altera a lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Lei Comp. 96/06 - Altera a lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Lei Comp. 94/06 - Política de Desenvolvimento e Plano Diretor;
- Decreto 9817/07 - Regulamenta a emissão de GUIV;
- Decreto 9440/05 - Categorias de Usos.

NOVA LEGISLAÇÃO

- Lei Comp. 107/07 - Altera a lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Mapa de Zoneamento - Arq. do Auto Cad;
- Anexo III (Lei Complementar n. 107, de 2007).

ACESSIBILIDADE

- Lei 3.670/99 – Municipal;
- Decreto Lei Federal n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004;
- NBR-9050 - Desenho Universal .

OUTROS

- NB 02/CBM-MS – Bombeiro;
- Decreto 7884 - Licenciamento Ambiental;
- Lei 1866/79 - Código de Obras.

Sidrolândia

- Secretaria de Serviços Urbanos.

Demais municípios do polo

- Instrumentos de planejamento e controle territorial existentes no polo:
 - Dois irmãos do Buriti - Zoneamento de uso e ocupação do solo e Código de Postura;
 - Rio Negro; Terenos, Rochedo – Código de Posturas.

A Constituição Federal obriga a criação de planos diretores nas cidades acima de 20.000 habitantes. A Constituição Estadual de MS obriga que todos tenham planos diretores., que é um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo. Além de traçar diretrizes de desenvolvimento econômico, social e de intervenção pública na estrutura urbana, trata da organização territorial, da utilização de instrumentos urbanísticos especiais (operação urbana, transferência do direito de construir etc.) e de gestão urbana.

Encontra-se em elaboração pela Secretaria Estadual de Habitação e Cidades, de Mato Grosso do Sul, Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano – que é o desenvolvimento urbano de cada município. O Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano envolve as atividades de uso do solo, transporte coletivo, habitação de interesse popular, saneamento básico, entre outros. São várias ações que, além de qualificar a vida em cada cidade, vai dar uma capacidade própria de sustentabilidade econômica, social e ambiental a cada município.

Esse plano visa estimular a elaboração de plano diretor em municípios que ainda não dispõem desse instrumento. No polo turístico em questão, o plano diretor devidamente constituído existe nos seguintes municípios: Campo Grande, Sidrolândia e Terenos; em contratação, em Ribas do Rio Pardo, de acordo com informações da Superintendência das Cidades.

A despeito dos planos existentes, apesar de relevantes os planos diretores existentes, não há plano diretor do turismo em nenhum município da região. Entretanto, é importante ressaltar o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – ZEE/MS, de junho de 2008 – Primeira Aproximação, que foi elaborado com o objetivo central de promover a identificação dos fatores ecológicos e da intensidade da ocupação do solo em um processo de zoneamento, visando a organização do espaço, indicando as áreas que deverão ser preservadas e aquelas que estarão liberadas (ainda que parcialmente) à exploração econômica, como efeito, possibilitando realizar maior eficiência produtiva, obedecendo a princípios e parâmetros de utilização dos recursos naturais.

Dentro desse estudo, o Polo Campo Grande e Região se enquadra em zonas distintas, nas quais o turismo foi identificado como alternativa econômica produtiva.

3.3.4. INCENTIVOS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO

Os incentivos fiscais fazem parte do conjunto de políticas econômicas. Facilitam o aporte de capitais em uma determinada área através da cobrança de menos impostos ou de sua não-cobrança, visando o aquecimento econômico do respectivo território, principalmente com capitais exógenos.

O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar n.º 93, de 05 de novembro de 2001, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 103, de 19 de setembro de 2003, instituiu o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR). Tal programa prevê benefícios fiscais estaduais somente para a instalação de novos empreendimentos industriais, de forma que o setor de turismo não é contemplado com esses incentivos.

Nesse sentido, cabe ao chefe do poder executivo municipal autorizar, a doar e conceder direito real de uso com promessa de doação, e permutar terreno para a instalação ou ampliação das obras necessárias ao funcionamento do empreendimento; executar, diretamente, ou por terceiros, os serviços de infraestrutura necessários à edificação das obras civis e vias de acesso; conceder redução no valor da Taxa de Aprovação do Projeto Arquitetônico, e conceder redução no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada, e o prazo.

O Estado de Mato Grosso do Sul dispõe de um plano de desenvolvimento do turismo, que aborda aspectos gerais e apresenta as potencialidades da região. No entanto, o mesmo não dispõe de uma política específica que consiga detalhar as reais necessidades de investimentos no setor para o desenvolvimento da estrutura turística, o que prejudica a elaboração de uma estratégia de divulgação das belezas naturais e dos seus principais atrativos turísticos.

Em nível local, no Polo Campo Grande e Região, somente Campo Grande dispõe de uma política de atração de empresas, através do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande (PRODES), que tem, entre seus objetivos, a concessão de benefícios e incentivos fiscais à instalação de empreendimentos de turismo, desde que a empresa beneficiária do programa atenda os requisitos e obrigações previstas.

Outro aspecto importante que impactou a região turística, positivamente, foi a implantação da Lei de Incentivo ao Turismo Rural (dez/2008). Segundo a lei sul-mato-grossense, intitulada de Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no MS, o fomento ao setor deve ser comprometido com o turismo ambientalmente sustentável, valorização da atividade rural, diversificação dos negócios, preservação das raízes, hábitos e costumes da cultura local.

As ações propostas pela política de incentivo serão norteadas por um Plano Estadual (em construção na FUNDTUR/MS), que reúne informações, diagnósticos e metas para estimular o turismo. A lei prevê um Sistema Estadual, com agentes que irão executar as políticas definidas e um Fundo Estadual, com recursos financeiros para reunir e canalizar investimentos para o turismo rural no Estado, financiando novos investimentos, reformas e ampliações de empreendimentos rurais, que atuam na recepção e hospedagem de turistas.

O acesso ao crédito sempre foi pré-condição para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Entretanto, entre os inúmeros motivos alegados pela rede bancária para não conceder o crédito aos pequenos empresários, está a assimetria de informações, a deficiência de garantias reais, a falta de um histórico comportamental dos tomadores de crédito, dentre outros.

O financiamento ao consumidor final também constitui outro relevante insumo para o desenvolvimento do turismo. Os bancos oficiais vêm desenvolvendo novos produtos e serviços financeiros em que o crédito é oferecido ao turista, de forma desburocratizada, com grande aceitação pelos consumidores e com impactos positivos na comercialização de produto no mercado interno, como é o caso do Cartão Turismo CAIXA.

Para o desenvolvimento do setor de turismo, existem alguns mecanismos facilitadores para a obtenção de financiamentos de forma direta. Um dos principais é o Cartão BNDES, cartão de crédito que tem por objetivo financiar investimentos de micro, pequenas e médias empresas, com faturamento anual de até R\$ 90 milhões. As compras podem ser realizadas diretamente pelo cliente na empresa fornecedora ou por meio da internet, bastando só informar ao fornecedor o número do seu cartão.

A atividade turística é executada, fundamentalmente, pela iniciativa privada e envolve um amplo leque de oportunidades para o desenvolvimento da oferta de serviços.

Há recursos provenientes para financiamento do turismo com taxas atrativas, conforme detalhado no quadro seguinte, como a linha de desenvolvimento do turismo do FCO, a qual se configura como a alternativa mais atraente atualmente. O FCO pode ser acessado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Sistema de Crédito Cooperativo ou Banco do Brasil, sendo, esse último, a principal instituição financeira adotada pelos empresários do Centro-Oeste.

O acesso a esse financiamento é restrito aos empresários que preenchem aos requisitos cadastrais exigidos pelo Banco do Brasil, e o financiamento de capital de giro, principal problema encontrado pelo empresário do setor, é limitado, e somente liberado, isoladamente, se associado à aquisição de matéria-prima e insumo ou se vinculado ao financiamento de investimento em prazo extenso. Considerando a baixa participação de matéria-prima e insumo nos custos desses empreendimentos, visto que são prestadores de serviços, o acesso ao financiamento, na prática, somente se viabiliza em raros momentos de grandes investimentos.

Ressalta-se, também, o desconhecimento dos empresários em relação aos financiamentos existentes e sua resistência em buscar esse tipo de capital em decorrência da documentação e garantia exigidas.

Quadro 81 – Demonstrativo das principais linhas de financiamento.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	LINHA DE FINANCIAMENTO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	PRAZOS	TAXAS DE JUROS
FCO	Desenvolvimento do turismo regional.	Implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos.	Meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos.	Investimento fixo: - até 12 anos; - até 20 anos para MHS. Capital de giro: até três anos.	De 6,75% a 10,0% ao ano, dependendo do porte do empreendimento.
BNDES	BNDES Finem – Capacidade produtiva para o turismo.	Apoiar a implantação, expansão e modernização do complexo turístico nacional.	Empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental.	Investimento fixo: - até oito anos para reforma, ampliação e modernização; - 10 anos para novos empreendimentos.	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada.
BNDES	ProCopa Turismo – Hotel sustentável.	Construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis.	Hotéis que obtenham a certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem.	- Construção de novos empreendimentos: até 18 anos. - Ampliação, reforma e modernização de empreendimentos: até 12 anos.	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração do Agente Financeiro.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PROGER Turismo – Investimento.	Projetos de investimento e capital de giro associado.	Micro ou pequena empresa do ramo turístico.	Até cinco anos incluído a carência.	* TJLP + 5,0% ao ano para operações de até 48 meses. * TJLP + 5,33% ao ano para operações acima de 48 meses. * IOF conforme legislação vigente.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Como fechamento da análise do quadro institucional da região, pode-se concluir que o sistema turístico é mais complexo do que se supõe, não se constituindo, isoladamente, pelos atrativos da localidade, mas, também, pelas facilidades disponibilizadas, pela infraestrutura, pelo empreendimento turístico e pela superestrutura instalada. Tais subsistemas compõem, simultaneamente, o produto turístico, refletindo a capacidade e o grau de desenvolvimento do destino.

Na região, percebem-se os seguintes gargalos:

1. Ausência de estruturas formais de turismo com autonomia política e qualificação técnica;
2. Inexistência de um sistema de informação para subsidiar as políticas públicas do turismo e orientar o empresariado do setor quanto a crédito, a legislação vigente, ao mercado consumidor turístico etc.;
3. Fragilidade nas instâncias de governanças locais e regionais;
4. Concentração do *trade* turístico e de políticas de incentivos turísticos, somente em Campo Grande;
5. Inexistência de políticas municipais de turismo e não incorporação do documento Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, REGIÃO CAMINHO DOS IPÊS, como documento referencial para o desenvolvimento da atividade na região.

Os itens acima demonstram a fragilidade da superestrutura do turismo no polo turístico Campo Grande e Região. A superestrutura do turismo define-se como um conjunto de organismos, públicos e privados encarregados do ordenamento e da coordenação da atividade. (MTur).

Assim, a ausência de estruturas municipais de turismo na região, com força política e técnica, é um grande entrave ao desenvolvimento da atividade, pois cabe ao poder público, na condição de agente regulamentador e condutor das políticas de turismo, promover a melhoria da infraestrutura e acompanhar a evolução e as tendências do mercado, antecipando-se na adoção de medidas que visem à organização e ao direcionamento da atividade, de tal forma que possam estar aptos, a partir daí, a disputar novos mercados emissores.

O *trade* turístico da região concentra-se em Campo Grande, e os demais municípios possuem empreendimentos de hospedagens e algumas agências de viagens de caráter emissivo, em Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul. Tal fator dificulta sobremaneira a formulação de roteiros integrados, ficando os empreendimentos abandonados por sua conta e risco no processo de promoção e comercialização de seus destinos. Mais uma vez a incipiência do setor público municipal no desenvolvimento turístico é evidenciada na ausência de uma política de roteirização, promoção e comercialização, derivada principalmente da falta de um plano local de desenvolvimento turismo, integrado ao plano regional e estadual.

A reestruturação da superestrutura do turismo da região é um processo factível e em andamento, visto a importância da atividade no contexto econômico, social e cultural da região e do Estado, processo esse que poderá ser alavancado pelas estratégias e ações a serem implementadas por esse PDTIS.

3.4. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

A análise socioambiental do polo abrange as condições ambientais específicas da área compreendida por dez municípios, 14% do Estado, considerando os impactos ambientais decorrentes da atividade turística desenvolvida, a gestão ambiental pública, privada e destaca os instrumentos de planejamento e controle territorial existentes.

Para esta análise, buscaram-se dados dos órgãos e representantes municipais e estadual, adicionados das informações extraídas pela aplicação de um questionário estruturado (ANEXO F) com os órgãos municipais responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente a fim de identificar as ações, planos, políticas e as interfaces entre o meio ambiente e o turismo no polo.

3.4.1. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA

O Polo Campo Grande e Região, por ter como segmento turístico principal o turismo de negócios e eventos, não utiliza diretamente os recursos naturais como atrativos turísticos, provocando maiores impactos nos recursos naturais associados ao saneamento, em especial os recursos hídricos, em função de sua demanda expressiva nos MHs, restaurantes e em espaços de eventos, assim como da geração de grandes volumes de efluentes, tal como de resíduos sólidos, em curto prazo de tempo.

No polo, destaca-se o município de Campo Grande pela sua posição de Capital do Estado, significativa infraestrutura, desenvolvimento urbano, maior concentração dos impactos ambientais decorrentes da atividade turística e também melhor capacidade institucional para a gestão pública.

A Capital possui melhor desenvolvida normas, legislações, programas, projetos, ações e políticas voltadas às questões ambientais, turísticas e urbanas, porém, em um grau menor de desenvolvimento, há também políticas e ações públicas atuando nos demais municípios do polo, especialmente na área ambiental.

Esse destaque na gestão ambiental do município de Campo Grande deve-se à presença e atuação do órgão municipal de meio ambiente, turismo e planejamento urbano, que resultam em uma gestão com maior capacidade para promover o desenvolvimento do turismo.

A avaliação das condições ambientais do polo tem como principal enfoque os ecossistemas aquáticos, e o ambiente urbano, (tendo-se em vista que nesse polo, 89% da população reside em área urbana, e na cidade de Campo Grande, esse percentual atinge os 99%), e os recursos bióticos (fauna e flora), associados a esses dois ambientes. Também, consideram-se as informações a respeito das unidades de conservação existentes na região, o monitoramento da qualidade da água e o licenciamento ambiental, obtidas junto ao IMASUL/MS e Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR.

CARACTERÍSTICAS E FRAGILIDADES SOCIOAMBIENTAIS MAIS RELEVANTES

Dentre as características e fragilidades socioambientais mais relevantes nesse polo turístico, pode-se considerar a manutenção qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos superficiais, e a conservação e/ou preservação das UCs e Parques Públicos Municipais, conservação e preservação de áreas de relevante interesse cultural (áreas urbanas históricas, museus), paisagístico (cachoeiras, cânions, corredeiras d'água), natural (recursos bióticos – fauna e flora).

- Recursos Hídricos:

Os recursos hídricos superficiais são fundamentais tanto para o aspecto natural (preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico), tanto para o aspecto antrópico e social (abastecimento humano, balneabilidade e diluição de efluentes).

Em relação à fragilidade ambiental dos recursos hídricos superficiais, salienta-se o município de Campo Grande, que atualmente tem como principal fonte de abastecimento de água (cerca de 50%) a captação Guariroba, que se localiza a aproximadamente 30 km do perímetro urbano desse município. Nos demais municípios do polo, é comum a captação de água em poços profundos para o abastecimento, conforme anteriormente apresentado.

Em relação à qualidade da água dos recursos hídricos superficiais, de uma forma geral, os recursos hídricos superficiais das bacias que abrangem as áreas dos municípios do presente polo apresentam uma qualidade classificada de boa a ótima, de acordo com o índice de qualidade da água – IQA, adaptado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo CETESB - IQA_{CETESB}. Vale ressaltar que os índices aqui apresentados se assemelham com os definidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul - PERH-MS, publicado no ano de 2010.

Embasado no Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, que abrange somente as sub-bacias da Bacia do Alto Paraguai (BAP), e algumas sub-bacias da Bacia do Rio Paran.; a Sub-bacia do rio Ivinhema e alguns cursos de água da sub-bacia do rio Pardo, têm-se os seguintes índices de qualidade da água para o polo em questão:

Quadro 82– Índice de qualidade da água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, em 2008.

Bacia	Município	Curso d'água	IQA
Pardo	Campo Grande	Cor.Desbarrancado	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Joaquim Português	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Prosa	Boa
Ivinhema	Sidrolândia	Rio Vacaria	Boa
Miranda	Dois Irmãos do Buriti/Terenos	Cor.Canastrão	Boa
Miranda	Terenos	Rio Cachoeirão	Boa
Miranda	Rochedo/Corguinho	Rio Aquidauana	Boa/aceitável
Rio Negro	Rio Negro	Rio Negro	Boa a ótima

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2009b.

Verifica-se que os dados acima, em função da área de abrangência do relatório supracitado, não contemplam cursos d'água de Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo e Jaraguari. Assim complementando, tem-se os seguintes dados do PERH/MS:

Quadro 83 – Índice de qualidade da água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região, de acordo com dados do PERH/MS.

UPG ¹⁹	IQA baseado em OD	IQACetesb
Pardo	Ótima	----
Verde	Ótima	----
Miranda	----	Boa
Ivinhema	----	Boa
Negro	----	Boa

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010f.

Em relação às UPGs da Bacia do Paraguai, enfatiza-se que na UPG do Pardo estão inseridas parte ou totalmente nas áreas dos municípios de Campo Grande, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia. Na UPG do Ivinhema estão os municípios

¹⁹ UPG – Unidade de Planejamento e Gerenciamento. Unidade definida no PERH/MS que pode contemplar uma ou mais bacia de características similares.

Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia. Na UPG do Verde encontra-se apenas parte da área do município de Ribas do Rio Pardo.

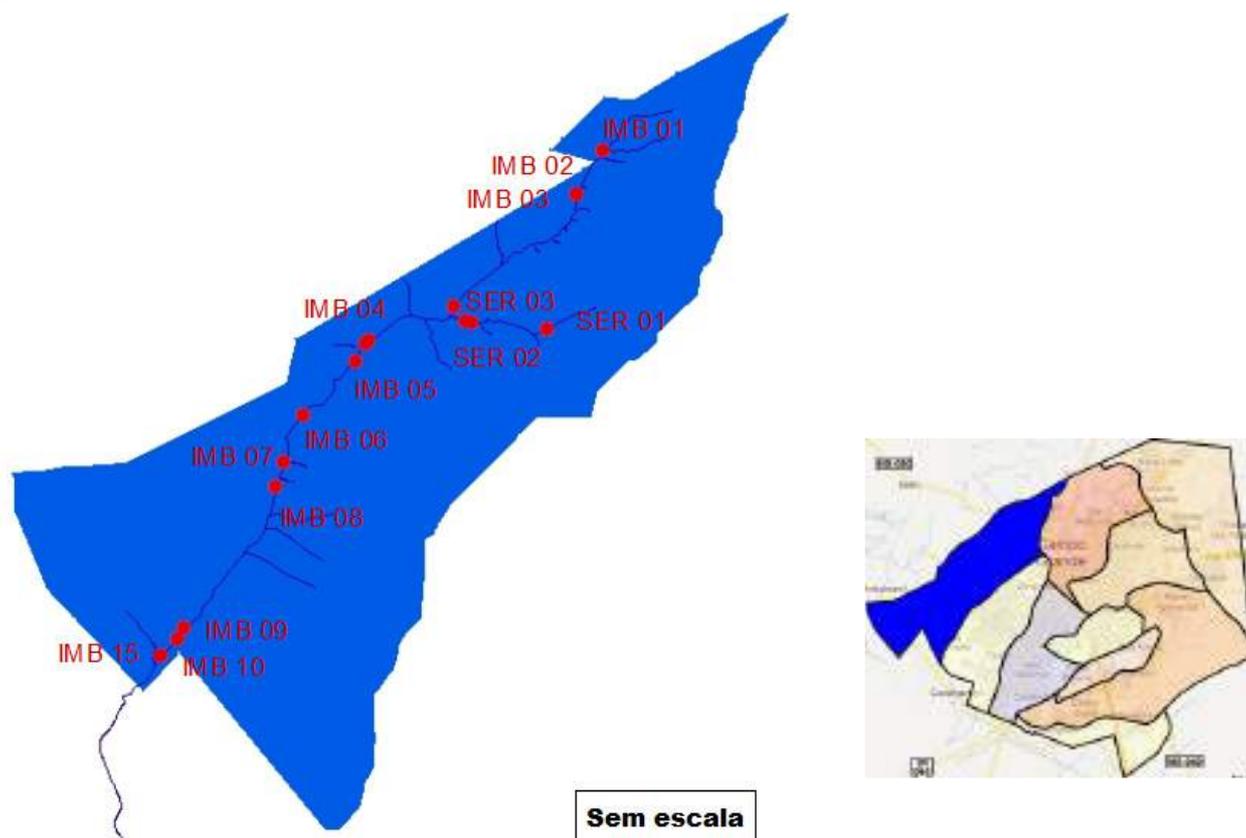
Em relação às UPGs da Bacia do Paraná, na UPG Miranda estão inseridas parte ou totalmente as áreas dos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Rochedo, Terenos e Sidrolândia. Na UPG Negro, estão Corguinho, Dois Irmãos do Buriti e Rio Negro.

Contudo, mesmo sabendo que a qualidade da água nas bacias do polo estudado varia de boa a ótima, há afluentes, ou trechos (parte) de determinados afluentes dos principais cursos d'água das cinco bacias, que abrangem o polo, que possuem qualidade d'água comprometida. Um bom exemplo de córrego comprometido é o córrego Imbirussu, localizado na cidade de Campo Grande. Esse córrego tem sua qualidade diminuída desde sua nascente principalmente devido a lançamentos de esgotos clandestinos; contudo, é a partir dos lançamentos do polo industrial Indubrasil que esta qualidade fica bastante comprometida e acaba reduzindo, por vários quilômetros, a qualidade do rio Anhanduí (quadro e figura seguintes e mapa da Rede de Monitoramento de Qualidade de Água dos Córregos Urbanos de Campo Grande, presente no ANEXO E).

Quadro 84 – IQA_{CETESB} – Pontos de monitoramento no córrego Imbirussu.

Bacia	Ponto	Data de análise 1º Trimestre	IQA	Valor IQA	Data de análise 2º Trimestre	IQA	Valor IQA
	IMB 01	-	-	-	29.04.2009	Boa	77
	IMB 02	18.03.09	Boa	59	27.05.09	Boa	61
	IMB 03	18/03/09	Regular	40	27.05.09	Ruim	31
	IMB 04	-	-	-	29/04/09	Boa	65
	IMB 05	18.02.2009	Boa	57	12/05/09	Boa	54
Imbirussu	IMB 06	18.02.2009	Regular	47	12/05/09	Regular	49
	IMB 10	30.03.2009	Regular	48	-	-	-
	IMB 15	30.03.2009	Ruim	32	-	-	-
	SER 01	-	-	-	29/04/09	Regular	43
	SER 02	18.03.2009	Regular	51	27.05.09	Regular	44
	SER 03	18.03.09	Regular	48	27.5.09	Regular	49

FONTE: CAMPO GRANDE, 2010.



Sem escala

Figura 64 – Rede de monitoramento na Bacia do Imbirussu e sua localização no município de Campo Grande.

FONTE: CAMPO GRANDE, 2010.

Os pontos de monitoramento a serem aqui discutidos são os IMB 06 (jusante lançamento frigorífico Friboi, localizado a montante do polo), IMB 09 (referente ao ponto de montante do lançamento do polo industrial), IMB 10 (jusante do ponto de lançamento do polo industrial e montante do lançamento do curtume Couro Azul) e IMB 15 (jusante do lançamento do curtume Couro Azul). Nota-se que a qualidade, mesmo não tendo dados do ponto de montante do polo (IMB 09), tanto no córrego Imbirussu quanto no rio Anhanduí, fica efetivamente comprometida devido ao significativo lançamento de carga inorgânica proveniente de lançamentos de águas residuárias industriais do polo industrial mencionado. Vale ressaltar que dentre os parâmetros analisados pelo IQA_{CETESB} não está incluído, dentre outros, o parâmetro Cromo, um indicador importante de ser avaliado devido às tipologias de empreendimentos presentes nesse polo.

Segundo fazendeiros de propriedades localizadas a jusante do ponto de lançamento do polo Indubrasil (que recebe efluente de indústrias de curtimento, produção de óleo, fabricação de refrigerantes, dentre outras), e do presente curtume, diversas criações morreram ao beber água do leito do córrego Imbirussu e do rio Anhanduí; portanto, os mesmos não utilizam a água desses cursos d'água nem para dessedentação de seus animais, nem para irrigação, nem para balneabilidade, ficando aqui caracterizado um potencial conflito pelo uso d'água.

A partir desta abordagem, fica claro que, ao se desenvolver/estimular uma determinada atividade turística, a depender do segmento, se faz necessário conhecer, por exemplo, as características dos recursos hídricos superficiais, principalmente em termos qualitativos e quantitativos. Também se faz necessário identificar quais os possíveis impactos a serem causados por essa atividade turística.

- Unidades de Conservação:

Além dos recursos hídricos, destacam-se ainda nas características e fragilidades ambientais, mais do Polo Campo Grande e Região, sua fauna e flora típicas do bioma Cerrado, configurando em um mosaico de paisagens naturais, associados à rica biodiversidade deste bioma. O Cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira, que se estendia por uma área de dois milhões de km² originalmente, a qual englobava dez estados do Brasil Central. No entanto, atualmente restam apenas 20% desse total. As fitofisionomias típicas desse bioma, e logo do Polo Campo Grande e Região, são cerradão, cerrado sentido restrito, mata ciliar, mata de galeria, campo sujo, campo rupestre, campo limpo, parque de cerrado, palmeiral e vereda. São estimadas cerca de 6.000 espécies de árvores, 800 espécies de aves, além da grande variedade de peixes e outras formas de vida no Cerrado, fazendo desse, um dos biomas mais rico e ameaçado do Planeta.

No polo, regiões como as próximas à Serra de Maracaju ou ao Morro da Boa Sorte, apresentam expressiva beleza e capacidade de atrair fluxo turístico, contudo, essas regiões apresentam como fragilidade seus topos de morros e outras áreas de preservação permanente, que sofrem impactos das atividades turísticas nelas desenvolvidas, por serem atividades sem a adoção de técnicas sustentáveis, como a implantação de decks de acesso a rios e cachoeiras, trilhas protegidas e outras. Na análise dos impactos ao meio ambiente causados pela atividade turística à frente, se verificam as consequências dessa fragilidade sob a exploração inadequada dos recursos naturais.

Além dos impactos causados pela atividade turística, no polo são mais frequentes e impactantes os resultados sobre o meio ambiente das atividades agropecuárias desenvolvidas. A tradição da exploração da pecuária extensiva e da técnica pouco conservacionistas na agricultura ainda perdura no pólo, gerando empobrecimentos dos solos, erosões e demandando a abertura de novas áreas através do desmatamento, que impactam expressivamente a fauna e flora local. Contudo, a valorização das terras do polo, as demandas do mercado de carne e grãos e suas corriqueiras reduções nos resultados financeiros dos produtores, têm impulsionado a adoção de técnicas mais produtivas e que impactam menos o meio ambiente, como o plantio direto, agricultura de precisão, sistemas rotacionados, integração lavoura – pecuária e cultivos orgânicos no polo.

Como consequência dos impactos ocorridos no passado, da importância dos recursos hídricos no abastecimento de água e da necessidade de conservação e preservação ambiental, foram criadas Unidades de Conservação ao longo do polo, dentre as quais algumas possuem plano de manejo elaborado e em implantação, conforme abordados na análise dos instrumentos de planejamento e controle.

No Polo Campo Grande e Região, existem 19 UCs, cadastradas junto ao IMASUL, conforme listas na Justificativa de Seleção da Área Turística. O Município de Campo Grande concentra o maior número delas (seis, ou 32% do total), e as mais relevantes para o abastecimento de água (APA Lageado e APA Guariroba).

A APA Estrada Parque Palmeiras-Piraputanga, em Dois Irmãos do Buriti, a APA Ceroula, em Campo Grande e a RPPN Vale do Bugio, em Corguinho, são as que apresentam maior potencialidade turística. Já se tentou estruturar roteiros turísticos tanto na Estrada Parque como no Vale do Bugio.

O roteiro da Estrada Parque Palmeira-Piraputanga – MS, envolve os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana, passando pelos distritos de Palmeiras, Camisão, terminando em Aquidauana. Nessa região há fluxo de turistas e munícipes para práticas esportivas e ecoturismo (contemplação da natureza).

Na APA Ceroula, localiza a região denominada Inferninho, com quedas d'água, cachoeiras e trilhas, demandada para o ecoturismo e práticas esportivas, como rapel, porém, a ausência

de um sistema de manejo e formatação adequada de um produto turístico, levou a degradações ambientais.

A RPPN Vale do Bugio integra o Roteiro Vida, criado pela GOPAN, iniciando com o City-tour pelos principais pontos turísticos de Campo Grande, almoço e atividades de turismo rural na Pousada Paraíso Tropical, em Rochedo, e um passeio na RPPN Vale do Bugio.

Dentre as UCs, ressalta-se como uma fragilidade relevante o Parque Estadual das Matas do Segredo, pela vulnerabilidade ambiental, principalmente relacionado à perda de solo. Nesse parque, por se encontrar numa área de solo predominantemente arenoso, há um processo erosivo em avançado estágio que está contribuindo para o assoreamento do córrego Segredo, e pondo em risco uma área significativa do parque. Na Justificativa de Seleção da Área Turística, foi avaliada a fragilidade (susceptibilidade a erosão) dos principais tipos de solos encontrados na região do Polo Campo Grande e Região.

- Parques Públicos:

Com o crescimento do município de Campo Grande às margens dos córregos urbanos e áreas de relevância ambiental, passaram a ser ocupadas por favelas e alvos de diversos problemas de saúde e ambientais pelo desmatamento, depósito de resíduos sólidos e lançamento de efluentes.

Visando a conservação desses recursos naturais, readequação ambiental e o ordenamento do uso e ocupação dessas áreas, a Prefeitura Municipal de Campo Grande implantou parques públicos.

Considerando os demais municípios do polo, essa iniciativa é observada somente na Capital, em função de sua maior concentração demográfica.

As famílias presentes nessas áreas foram assentadas em conjuntos habitacionais com infraestrutura de moradia, as áreas ambientais revitalizadas e os parques receberam equipamentos de lazer diversificados (playground, pistas de corrida, pista de skate etc.). A seguir, são apresentados os principais parques públicos do município, destacando-se alguns estaduais por sua importância turística ou ambiental.

Quadro 85 – Principais parques públicos de Campo Grande, em 2010.

Parque	Descrição
Parque Florestal Antonio de Albuquerque - Horto	Com área de 2,5 ha, o parque mantém várias espécies de árvores nativas e preserva características próprias. Possui uma biblioteca pública, centro de convivência para idosos, orquidário, espelho d'água com espaço para manifestações culturais, pista de skate, teatro de arena coberto para atividades múltiplas (capacidade para cerca de duas mil pessoas), pista de bicicross e projeto de reflorestamento e paisagismo. O Horto está posicionado como um lugar estratégico do ecossistema urbano, onde existem dois braços de córregos que se juntam ali para dar origem ao rio Anhanduizinho.
Parque das Nações Indígenas / Parque Estadual do Prosa	É um parque estadual conhecido como um importante ponto turístico do município, citado pelos turistas na avaliação da qualidade da oferta na análise do mercado turístico do presente diagnóstico. São 135 hectares de Cerrado dentro do perímetro urbano de Campo Grande, mais precisamente localizado no Parque dos Poderes, onde 70% de sua vegetação é formada por gramas e árvores ornamentais, originárias do seu projeto de paisagismo. No Parque Prosa, há uma ampla infraestrutura para lazer, como quadra de esportes, pátio para skate e patins, sanitários, pista asfaltada para caminhada, de quatro mil metros, lanchonetes, policiamento e um grande lago formado próximo à nascente do córrego Prosa. Também há local para apresentações e atrativos culturais: Museu do Índio, Museu de Arte Contemporânea, Museu de História Natural, Monumento do Índio.

Parque	Descrição
	<p>Ainda no parque, são desenvolvidas atividades de educação ambiental, com alunos de escolas públicas e privadas, em trilhas guiadas pelos guarda-parques. Junto ao parque, encontra-se o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), que recebe animais atropelados, resgatados de incêndios e de outros acidentes, além de animais apreendidos com o tráfico. Tanto o Parque do Prosa como o CRAS recebem visitantes e pesquisadores, representando um importante meio de conscientizar as pessoas a respeito da conservação da natureza.</p> <p>Atualmente está sendo construído dentro do parque o Aquário do Pantanal incluindo restaurantes, sanitários, áreas de descanso etc.</p>
Parque Ecológico do Sóter	<p>Implantado pela prefeitura em 2004, como parque modelo, são 22 ha de área verde, com quadras poliesportivas, pista de skate e patinação, pista de corrida, ciclismo, quiosque com churrasqueira e academia ao ar livre.</p> <p>Foi anunciada, em 2011, a revitalização do Parque, incluindo a reforma e manutenção de gramados, pistas de corrida e ciclovias. Porém, a principal melhoria a ser implantada no parque é a contenção da erosão próxima à nascente do córrego Sóter e, para tanto, ainda estão sendo buscados recursos.</p>
Parque dos Poderes	<p>O parque foi construído no interior de uma reserva ecológica com arquitetura e traçados que minimizam os impactos sobre a reserva. Nele estão todas as secretarias do Estado, a infraestrutura da TVE (Palácio das Comunicações), a Assembléia Legislativa e o Palácio Popular da Cultura (Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo).</p> <p>O parque é procurado por esportistas, principalmente aos finais de semana e feriados, para a prática de caminhadas e passeios de bicicletas.</p>
Parque Ayrton Senna	<p>O Parque Ayrton Senna é um espaço especialmente implantado para a prática de atividades esportivas e atualmente também é empregado para eventos culturais.</p> <p>Sua infraestrutura oferece campos de futebol, quadras de areia, quadras poliesportivas, quadras de vôlei, pista de atletismo e piscinas. No Centro Popular de Cultura, implantado em seu interior, em 2002, há palco, salas de artes onde são realizados shows e eventos culturais.</p> <p>Através das fundações municipais de esporte e cultura de Campo Grande e da parceria com a UCDB, são oferecidas semanalmente oficinas e aulas gratuitas de dança, música, artes visuais, basquete, hidroginástica e natação, violão etc.</p>
Parque Jacques da Luz. (Moreninhas)	<p>Oferece um espaço para eventos e exposições, e conta com quadras poliesportivas. Dispõe de oficinas culturais gratuitas para diversas idades.</p> <p>Este parque desempenha um importante papel social, por estar localizado em uma região do município de Campo Grande muito populosa, com baixo poder aquisitivo e com um significativo índice de criminalidade.</p>
Parque Estadual Mata do Segredo	<p>O parque se localiza em torno da nascente do córrego Segredo, onde são comuns chácaras e pequenas propriedades rurais de lazer ou de produção de hortifrutigranjeiros, e mais recentemente, loteamentos urbanos.</p> <p>O parque é um importante abrigo para a fauna típica do Cerrado e sua flora é constantemente explorada por raizeiros que desmatam e retiram plantas medicinais para serem vendidos ilegalmente no mercado local. Por isso, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Polícia Militar Florestal, desenvolve no local o projeto denominado "Florestinha" voltado às crianças que moram nas proximidades, com o intuito de criar desde cedo, na circunvizinhança, a consciência ecológica.</p> <p>São 177,58 hectares com fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e ecoturismo.</p>
Parque Ecológico Anhanduí	<p>Localizado na confluência do rio Anhanduizinho com o córrego Bandeira, o parque ocupa uma área de 15 há e possui sede administrativa e teatro de arena, que serve para abrigar apresentações culturais. Nele, está conservada a vegetação nativa, inclusive centenários buritis.</p> <p>O parque, através de uma parceria público-privada, é administrado pela ONG Casa da União Lar de Santana, promovendo ações de alfabetização e inclusão digital da comunidade, realizando constantes eventos e atividades beneficentes, culturais, ambientais e de lazer, e trabalhos de educação</p>

Parque	Descrição
	ambiental.
Parque Assaf Trad	O parque ocupa 27 ha e está sendo implantado junto ao empreendimento imobiliário Alphaville como uma medida compensatória pelo impacto ambiental da implantação do empreendimento, o qual está revitalizando uma área degradada tomada pela erosão, transformando-a em uma área verde de lazer com três lagos, trilha, estações de alongamento e corrida, playground entre outros equipamentos.
Estação Ecológica Damha	O espaço é localizado na região da nascente de um dos mananciais que abastecem Campo Grande, o córrego Lajeado, com 31 ha. Nele, serão construídas estruturas de lazer, contemplação e preservação da natureza, onde haverá o primeiro mirante de pássaros da cidade. Apesar de sua implantação dentro de um empreendimento imobiliário, o espaço será aberto ao público.
Parque Linear	O Parque Linear do Complexo Segredo, em implantação, conta com 6,3 ha de pavimentação das avenidas marginais, com extensão aproximada de 6 km, sendo 4,5 km de ciclovias. Para auxiliar no escoamento de chuva, foram instalados 4 km de galerias de captação de águas pluviais, três barragens de contenção de enchentes e dois reservatórios de amortecimento de cheias. No Programa Viva Campo Grande, foi implantado a Orla Morena e será implantada a Orla Ferroviária, ambos os parques lineares com ciclovia, pista para caminhada, locais de descanso e convívio, mobiliário urbano adequado, paisagismo e iluminação, visando incorporá-la ao uso da população, proporcionando melhoria da qualidade de vida, valorização de espaços públicos e melhoria ambiental de toda a região. A Orla Ferroviária será uma revitalização das margens da antiga ferrovia e a Orla Morena, com 2,3 km de extensão, revitaliza a área abandonada entre as regiões leste e oeste do município.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IMASUL e PMCG.

- Áreas de interesse turístico – recursos naturais e culturais:

Ao longo da análise do mercado turístico do Polo Campo Grande e Região, nota-se que o turismo de negócios e eventos é o principal segmento turístico do polo, mas também há recursos naturais e culturais de interesse turístico, capazes de ampliar a qualidade do produto turístico pela diversificação da oferta. O quadro seguinte concentra esses recursos com potencial turístico, por município, do polo:

Quadro 86 – Principais recursos naturais e culturais de interesse turístico no Polo Campo Grande e Região, em 2010.

Município	Recurso de interesse turístico
Campo Grande	Recursos naturais como o inferninho, localizado na APA Ceroula, onde estão trilhas e cachoeiras. Recursos culturais: a aldeia indígena urbana com seu Memorial da Cultura Indígena, constituída por 135 ocas de alvenaria, residência de famílias da nação Terena, que trocaram as reservas pela vida na cidade; é única no país. Dentre os recursos culturais se inclui o eixo histórico-cultural: museus, monumentos, arquitetura e cultura como a Morada dos Baís, a Casa do Artesão, o MARCO, o Museu das Culturas Dom Bosco etc.
Corguinho	Recursos naturais: cachoeiras e córregos, o Morro da Boa Sorte (local místico) e a RPPN Vale do Bugio, conhecida como "Paraíso de Belezas Naturais"
Dois Irmãos do Buriti	Recursos naturais: Serra de Maracaju, vários morros como o do Chapéu e do Paxixi. Constituídos por relevo colinoso e tabular, entremeado de áreas planas e uma pequena região de acumulação fluvial e vegetação de Cerrado, características próximas da região do Pantanal. Recursos culturais: seis aldeias indígenas.

Município	Recurso de interesse turístico
Jaraguari	Recursos culturais: comunidade quilombola de Furnas do Dionísio - são 92 famílias, aproximadamente 450 pessoas. O Casarão, tombado como patrimônio histórico, ligado à imigração japonesa.
Nova Alvorada do Sul	Não apresenta recursos naturais ou culturais de interesse turístico.
Ribas do Rio Pardo	Não apresenta recursos naturais ou culturais de interesse turístico.
Rio Negro	Recursos naturais: cascatas e cachoeiras, relevo escarpado, talhado por <i>canyons</i> e vales, que juntos originaram belas corredeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura. No município também há cavernas de arenito e sítios arqueológicos com inscrições rupestres.
Rochedo	Recursos naturais: rio Aquidauana pela piscosidade e fluxo de turistas regionais e munícipes para prática da pesca.
Sidrolândia	Recursos naturais: flora, em especial as orquídeas, em especial a espécie com ocorrência exclusiva no município.
Terenos	Recursos naturais: sítios arqueológicos, cachoeiras.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados das prefeituras e FUNDTUR/MS.

- Licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região:

Uma relevante característica socioambiental a ser considerada na presente análise é o licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos no polo, sendo esse estudado através dos dados fornecidos pelo IMASUL e SEMADUR, identificando os empreendimentos licenciados, em processo de licenciamento e não licenciados, conforme abaixo:

Quadro 87 - Número de empreendimentos turísticos com licença ambiental, em 2010.

Município	Atividade	Total LO	Licença de Operação	LO em Tramitação	Renovação de LO	RLO em Tramitação
Corguinho	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos do Buriti	-	-	-	-	-	-
Jaraguari	-	-	-	-	-	-
Nova Alvorada do Sul	-	-	-	-	-	-
Ribas do Rio Pardo	Balneário	1	1	-	-	-
Rio Negro	-	-	-	-	-	-
Rochedo	-	-	-	-	-	-
Sidrolândia	-	-	-	-	-	-
Terenos	Pesqueiro	3	-	3	-	-
	Balneário	1	1	-	-	-
	Lanchonete	1	1	-	-	-
	Restaurante	1	1	-	-	-
	Bares	27	15	6	4	2

Município	Atividade	Total LO	Licença de Operação	LO em Tramitação	Renovação de LO	RLO em Tramitação
Campo Grande	Restaurantes	10	8	2	-	-
	Hotéis	27	19	4	4	-
	Buffets	21	16	2	3	-
	Parque de Exposições	1	-	1	-	-
	Clubes	11	6	3	2	-
	Pesqueiros	11	5	6	-	-

Fonte: IMASUL, SEMADUR, 2010.

Mesmo sem haver um inventário atual e preciso do total de empreendimentos turísticos existentes em todos os municípios do presente polo, em 2010, estima-se que a taxa de empreendimentos ambientalmente regularizados seja baixa, visto que a FUNDTUR/MS indica a existência de atrativos como pesqueiros e balneários em Nova Alvorada do Sul e Rio Negro, aqui não licenciados, por exemplo. Da mesma maneira, há 90 MHs em todo o polo, conforme dados da FUNDTUR/MS, apresentados no mercado turístico, dos quais somente 44,26% estão licenciados.

Vale ressaltar que o maior número de empreendimentos turísticos licenciados se localiza na Capital, demonstrando, mais uma vez, o nível de organização e de atuação mais numa escala local do órgão ambiental municipal, o que é normal, tendo em vista que o órgão estadual de meio ambiente, IMASUL, por falta de recursos humanos e materiais, tem que priorizar o licenciamento das atividades que possuem o maior potencial poluidor e o maior grau de utilização de recursos naturais.

PRINCIPAIS RISCOS E SALVAGUARDAS A CONSIDERAR NAS ETAPAS DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Os principais riscos a serem observados nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade turística estão diretamente relacionados ao tipo de atividade, às características físicas e biológicas do local a ser implantado, bem como aos recursos financeiros e humanos envolvidos com a atividade.

Numa atividade turística onde se utilizará diretamente recursos naturais, deverão ser observados, dentre outros requisitos, a manutenção de Áreas de Preservação Permanente – APP; o respeito aos limites das unidades de conservação e suas respectivas áreas de *buffer*; áreas de solos vulneráveis, como por exemplo, solos arenosos, que possuem baixa resistência mecânica e alta susceptibilidade a processos erosivos; a manutenção da qualidade e quantidade da água; a capacidade de suporte do ambiente, principalmente em áreas frágeis.

Em atividades turísticas que não utilizam diretamente recursos naturais, deverão ser observados outros riscos, tais como: risco de aumentar significativamente o tráfego numa determinada região devido ao turismo de eventos e negócios – devendo, em muitos casos, ser elaborados Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV; risco de aumentar problemas de ordem urbanística e ambiental, como por exemplo, o nível de intensidade sonora (aumentando e/ou provocando poluição sonora e em consequência transtorno à população diretamente envolvida).

Vale ressaltar que das dez cidades presentes no Polo Campo Grande e Região, Campo Grande é a única que monitora e acompanha os níveis de decibéis provocados por atividade de concentração de público, por meio da Lei Complementar n. 008, de 1996. Em Campo Grande também é exigido para determinadas atividades, que se façam necessário, a elaboração de EIV, sendo este analisado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB.

Em relação às salvaguardas a serem observadas, destacam-se a observação e cumprimento das normas e regulamentos ambientais e urbanísticos, bem como das exigências realizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Também devem ser observados normas e regulamentos relacionados ao uso e ocupação do solo, principalmente, as inseridas dentro no Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada cidade. Portanto, ao se desenvolver um determinado projeto, deverão ser levantados todos os aspectos ambientais mais significativos do empreendimento a ser desenvolvido, bem como realizar uma consulta junto ao órgão ambiental e órgão responsável pela gestão territorial competente, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos.

Um instrumento muito valioso na etapa de planejamento é a avaliação de impactos ambientais (AIA), principalmente, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sendo esses dois exigidos de determinadas atividades, principalmente das atividades enumeradas na resolução do CONAMA n. 001/1986. Cabe salientar que, fica a critério dos órgãos ambientais, dependendo do potencial poluidor e do porte da atividade, exigir EIA/ RIMA ou outro estudo de menor complexidade, mesmo que os empreendimentos não constem na resolução CONAMA n. 001/1986.

Um gargalo importante a ser sanado para o planejamento e ordenamento da atividade turística é a construção da Agenda 21, local para os nove municípios do interior e a efetiva implantação da Agenda 21 de Campo Grande, lançada em junho de 2004. Vale ressaltar que a Agenda 21 de Campo Grande foi construída com a participação da sociedade civil, representantes de instituições de ensino, de diversos órgãos e entidades, e de representantes da iniciativa privada, sendo, portanto, um importante instrumento democrático de gestão.

REQUISITOS ESPECIAIS A CONSIDERAR NOS ESTUDOS AMBIENTAIS E SOCIAIS ESPECIFICAMENTE REFERENTES ÀS OBRAS

Para a execução de obras, independente da magnitude de seu impacto, em seu planejamento deve ser contemplado a participação social, principalmente a comunidade diretamente afetada, bem como o desenvolvimento de um processo de educação socioambiental; desta forma, a comunidade pode se tornar uma parceira na execução e posteriormente na conservação da infraestrutura realizada.

Qualquer obra causa alterações de ordem econômica, social e ambiental, negativas e positivas, de abrangência mais local ou mais regional, de baixa ou grande intensidade, reversível ou não. Desta maneira, alguns requisitos mínimos devem ser adotados para mitigar as consequências negativas desta interferência, sendo esses:

- Deve ser observada a real necessidade de ser executada uma determinada obra, devendo ser levantado seus benefícios econômicos e sociais;
- A comunidade deve ser ouvida, principalmente nas obras que necessitem de EIA e RIMA, ou seja, atividades com alto potencial poluidor e/ou alto grau de utilização (grande porte);
- Deve ser observado o melhor local/área a ser implantada uma determinada obra, devendo ser estudados aspectos abióticos, bióticos e antrópicos;
- Quando necessário, deverá dar entrada ao processo de licenciamento ambiental da obra, observando, no mínimo, todas as exigências realizadas pelo órgão ambiental competente. Nesta etapa, deverão ser propostas todas as medidas compensadoras de impactos, de monitoramento ambiental e sistemas de controle ambientais – SCA, a serem adotados;

- Devem ser utilizados, quando o custo econômico e os ganhos sociais e ambientais se justificarem, materiais recicláveis na implantação das obras;
- Deve buscar minimizar, ao máximo, o impacto relacionado à degradação de paisagens, principalmente as de relevante interesse paisagístico;
- Deve possuir um processo de acompanhamento da obra, por meio de um sistema de gestão ambiental, visando minimizar a geração de resíduos gasosos, líquidos e sólidos, minimizarem os riscos com acidentes no trabalho e riscos ambientais ligados à poluição e contaminação;
- Na fase de implantação da obra, utilizar o máximo de mão de obra local;
- Aparelhos, equipamentos, máquinas e veículos deverão ser regulados com intuito de diminuir o consumo de energia e combustível, minimizando, assim, impactos até mesmo de ordem global, como o efeito estufa;
- A comunidade local deverá ser inserida no processo de treinamento para trabalhar nas atividades turísticas, principalmente aqueles que tiveram recursos públicos ou que foram beneficiadas diretamente por obras públicas;
- A comunidade deverá ser inserida no processo de planejamento e ser provida de educação, inclusive educação ambiental, para formação de massa crítica tomadora de decisão.

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS CUJO DESEMPENHO SERÁ NECESSÁRIO MELHORAR OU IMPLEMENTAR

Existem alguns indicadores socioambientais que necessitam de melhorias no Polo Campo Grande e Região, considerando os dados encontrados em todos os municípios da área turística. Alguns desses indicadores refletem diretamente a qualidade ambiental da área em questão.

Apesar dos indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos anos na região, e existirem planejamentos concretos de novos investimentos, sobretudo em esgotamento sanitário em alguns municípios do polo (vide item Infraestrutura básica, nesse relatório), em decorrência do volume de efluentes e resíduos gerados no polo, especialmente na Capital, ainda se observa que a cobertura de esgotamento sanitário necessita de uma melhora ampla.

Este necessário aumento da cobertura do esgotamento sanitário do polo demanda a ampliação do sistema nos municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, além da implantação de ações nos oito demais municípios.

Os indicadores relacionados com a gestão de resíduos sólidos, desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos dez municípios em questão, necessitam de melhorias.

Quanto aos indicadores de cobertura e efetividade da rede de drenagem urbana, o município de Campo Grande é que possui a situação mais crítica, necessitando de redução da atual taxa de impermeabilização do solo e ampliação no número de galerias pluviais e outras estruturas de drenagem, que reduzam os índices de enchentes e inundações no município.

Existem outras ações necessárias para garantir um saneamento ambiental adequado nesses municípios e que podem ser mensurados pela melhoria de indicadores de saúde e qualidade da água: (1) o controle do lançamento de esgotos *in natura*; (2) programas de

educação ambiental que sensibilize a população no sentido de não jogar lixo às margens ou dentro de córregos e rios que cortam áreas urbanas e; (3) o fortalecimento e ampliação das ações de recuperação de APP (matas ciliares), reserva legal, cercamento dos remanescentes situados em fundo de vale, bem como a recuperação de estradas vicinais, manejo de solo e capacitação e conscientização dos produtores rurais localizadas na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guariroba.

Quanto aos indicadores ambientais que devem ser melhorados no âmbito da gestão: (1) a melhoria nos índices de licenciamento ambiental dos empreendimentos requeridos pela legislação vigente, embora o foco desse trabalho seja o turismo, pelas análises procedidas em outras atividades econômicas que promovem impactos diretos e indiretos, sob os recursos naturais que influem na capacidade de abastecimento de água, e nas atividades de ecoturismo, turismo rural e negócios e eventos (agrotecnológicos), apontados como potencialidade de diversificação do portfólio de produtos do polo, anteriormente na análise de mercado; (2) o cumprimento dos índices necessários de áreas de APP e Reserva Legal, conforme legislação vigente; (3) cumprimento da adoção de medidas adequadas de conservação dos solos nas propriedades rurais na área da APA Guariroba, a fim de minimizar erosões, assoreamentos e conseqüente comprometimento da disponibilidade da água para o abastecimento do município de Campo Grande, conforme orientação da SEMADUR e Ministério Público Estadual; (4) aumento no número de planos de manejos das unidades de conservação existentes no polo, elaborados e implantados efetivamente.

Considerando que o turismo de negócios e eventos é pautado em empreendimentos como hotéis, bares e restaurantes, centro de convenções e outros, com expressivo potencial poluidor, é pertinente o uso de indicadores para avaliar o desempenho ambiental que poderia ser medido com o resultado da relação entre os recursos financeiros obtidos (RFO) e conseqüentes perdas ambientais (PA). Desempenho = RFO/PA, dimensionado os efeitos sobre a economia, meio ambiente e sociedade.

Com os dados apresentados nos questionários encaminhados a todos as prefeituras do polo (quadro 89, com os resultados obtidos), ficou claro que um indicador que poderá ser desenvolvido é relacionar os dados sobre gestão ambiental e turística (municípios que possuem legislação ambiental e/ ou de turismo específica, município que possuem políticas efetivas de gestão ambiental e da área de turismo, município que possui plano diretor, município que possui sistema participativo de tomada de decisões, dentre outros) de uma determinada localidade com indicadores socioeconômicos (IDH, PIB, entre outros). Também se podem buscar correlacionar os dados sobre gestão ambiental e turística, com indicadores de qualidade ambiental (diminuição de poluição sonora, índice de qualidade de água, produção de resíduo sólido *versus* população).

Salienta-se que o Estado de Mato Grosso do Sul, através da SEMAC, está atualmente em fase de elaboração do Índice de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso Do Sul – IDS/MS. A elaboração do IDS/MS está prevista no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/MS 2030, onde estão contidas as diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

O IDS/MS é uma ferramenta de gestão para desenvolver avaliações de impactos dos programas e projetos que buscam superar as desigualdades sociais e regionais, sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das gerações futuras. Esse índice incorporará os resultados do Índice de Responsabilidade Social – IRS/MS, já elaborado, Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS, Índice de Desenvolvimento Institucional – IDI/MS e Indicador de Segurança Pública, os quais estão em processo de elaboração, contemplando as respectivas dimensões previstas para o IDS/MS. Consiste de um grupo ordenado de indicadores capazes de caracterizar cada região do Estado, portanto, contempla o Polo Campo Grande e Região, revelando as fragilidades e potencialidades por elas apresentadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

Contemplará ainda o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, que apresenta dez zonas, com suas respectivas diretrizes de uso e ocupação do solo, e potenciais corredores de biodiversidade.

Em termos gerais, os indicadores ambientais são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões específicas do meio ambiente, bem como do desempenho das políticas públicas ambientais. Vistos em conjunto, devem refletir a situação ambiental de uma determinada região e servir para a avaliação da sua condição ambiental. A construção de um indicador ambiental é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada incidência ambiental, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados.

Serão contextualizados os aspectos ambientais referentes à Água Doce, Biodiversidade, Terra, Atmosfera e Saneamento de cada município de Mato Grosso do Sul, entre outras informações ambientais relevantes, servindo de ferramenta gerencial de planejamento público para o Estado, região, municípios e toda a sociedade civil.

Esses indicadores servirão como instrumento de monitoramento, avaliação e fomento de políticas públicas ambientais, contribuindo, assim, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme ilustrado na figura seguinte:

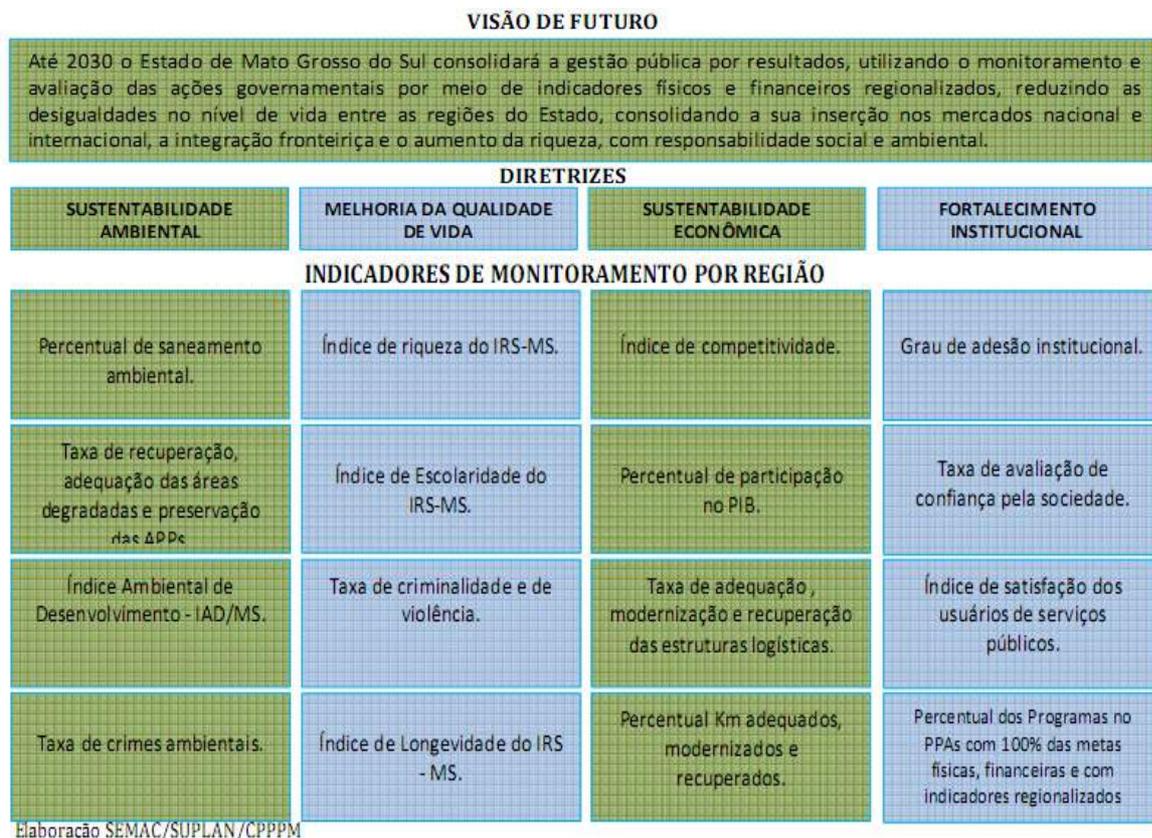


Figura 65 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: PDR MS 2010 – 2030 (MATO GROSSO DO SUL, 2009d).

3.4.2. IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE QUE JÁ TENHAM SIDO CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS

Por falta de gestão, gerenciamento e planejamento, uma atividade turística pode causar impactos negativos ao meio natural, social e econômico. No Polo Campo Grande e Região, pode-se citar a cachoeira do Inferninho, localizada na área urbana de Campo Grande, onde devido à destinação incorreta dada a esse recurso natural de grande valor paisagístico, de contemplação à natureza e para a promoção de esportes de aventura, o poder público deixa

de arrecadar recursos financeiros e gerar empregos, o que se caracteriza com um impacto social negativo. Esta área, e em boa parte da região da APA Ceurola, verifica-se um alto potencial turístico, seja ele de aventura (atividades de aventura em cachoeiras e córregos, relevo colinoso e vales) ou ecoturismo (contemplação/utilização da natureza de forma sustentável).

Porém, sem o planejamento adequado da atividade turística e do uso e destinação do recurso natural, observam-se nestas áreas os seguintes impactos levantados pela SEMADUR: intervenção em APP, seja em APP em faixa marginal de cursos d'água, ao redor de nascentes, em faixa marginal a veredas, no topo de morros e montanhas, em encostas, escarpas; degradação do solo, acarretando em processos erosivos e assoreamento de córregos.

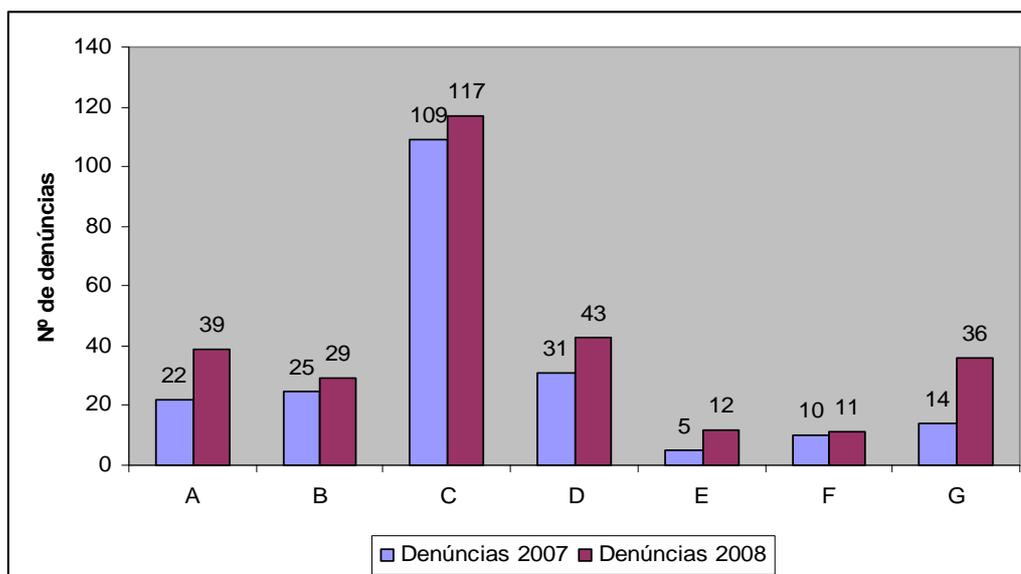
Em relação ao uso e ocupação do solo vale ressaltar que no polo, somente o município de Campo Grande tem um sistema de planejamento urbano e ambiental implantado e consolidado, porém, não atende as demandas atuais, o que ocasiona diversos problemas, tais como: erosões, assoreamentos, ocupação irregular de fundo de vale, problemas relacionados com enchentes por causa do adensamento populacional sem medidas efetivas para o controle etc.

Outro grande entrave local e global, e que na maioria dos casos não é levado em consideração, é a poluição atmosférica. Hoje, no Polo Campo Grande e Região, quase não se exige tratamento para emissões atmosféricas para atividades e não se controla as emissões realizadas por veículos automotores. No Polo Campo Grande e Região ainda não há indicadores que justifiquem o urgente gerenciamento de empreendimentos potencialmente poluidores, ligados à poluição atmosférica. Faz-se necessário evidenciar que é mais significativo exigir a efetiva regularização dos sistemas de tratamentos de efluentes e monitoramento dos recursos hídricos superficiais, bem como um adequado gerenciamento dos resíduos sólidos industriais (não geração, tratamento e disposição final adequada), problemas hoje mais observados na Capital, bem como nas atividades industriais de todo o polo estudado. Outra questão é que a concentração urbana, sobretudo na Capital, que ainda não é tão intensa, o que não torna urgente (prioridade) o monitoramento da qualidade do ar na mesma se comparado às metrópoles supracitadas.

Levando em consideração o aumento da atividade turística em eventos e negócios no Polo Campo Grande e Região nos últimos anos, os problemas apresentados foram potencializados, o que contribuiu para a diminuição da qualidade e até mesmo mudança no ciclo da água, a diminuição da qualidade do ar, o aumento de conflitos e a degradação do solo na região.

Outro impacto ambiental evidenciado principalmente na região central da área urbana de Campo Grande, e próximo às atividades de concentração de público com música ao vivo e/ou mecânica, é a poluição sonora. A relevância da poluição sonora nas áreas urbanas não se restringe ao município de Campo Grande, porém, esse é o único que possui registros de denúncias ambientais.

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, dentre as denúncias atendidas em Campo Grande, em 2007 e 2008, o maior incômodo é ocasionado por ruído e barulho, totalizando 50,5% e 41,5% respectivamente (figura e gráficos seguintes).



Tipologia A - Água Servida, B - Odor, C - Poluição Sonora/Ruído, D - Poluição Atmosférica, E - Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, F - Entulho / Lixo, G - Outros

Figura 66 - Número total de denúncias por tipologia, em Campo Grande, em 2007 e 2008.

Fonte: SEMADES - (CAMPO GRANDE, 2008).

Quadro 88 - Porcentagem de denúncias por tipologia, em Campo Grande, em 2007 e 2008.

Tipologia	Porcentagem	Tipologia	Porcentagem
Poluição Sonora / Ruído	50,5	Poluição Sonora / Ruído	40,8
Poluição Atmosférica	14,3	Outros	12,5
Odor	11,6	Poluição Atmosférica	15,0
Água Servida	10,2	Odor	10,1
Outros	6,5	Água Servida	13,6
Entulho / Lixo	4,6	Entulho / Lixo	3,8
Intervenção em ÁPP	2,3	Intervenção em ÁPP	4,2
Total	100,0	Total	100,0
% Denúncias 2007		% Denúncias 2008	

Fonte: SEMADES - (CAMPO GRANDE, 2008).

Uma parte significativa desses impactos se dá em decorrência do turismo de eventos e negócios, por uma parcela desses eventos e negócios acontecerem em áreas não licenciadas para tal fim, o que acaba por acarretar em problemas de ordem social, tais como a perturbação do sossego da população.

Esse tipo de atividade deverá possuir licenciamento ambiental contemplando projetos de isolamento acústico ou justificativa técnica que dispense a adoção desses.

Outro impacto observado decorre da atividade de pesca nesse polo, onde se pratica a pesca predatória em alguns cursos de água naturais, que acaba por prejudicar a procriação de espécies. Na atividade de pesqueiros, diversos impactos podem ocorrer e ainda não foram feitos estudos no polo, principalmente a degradação de APPs e diminuição da qualidade da água, ao se realizar limpeza indiscriminada de tanques de piscicultura.

Nos balneários localizados no município de Rio Negro, verificam-se diversos impactos, tais como compactação do solo, degradação do leito dos rios, que foram evidenciados e estão sendo provocados por falta de estudos de determinação da capacidade suporte do recurso natural, devendo ser analisado, dentre outros fatores, a quantidade permitida de acesso a pessoas. Outro instrumento importante, e que não vem sendo adotado por esse tipo e diversas outras atividades turísticas, é a elaboração de um Sistema de Gestão Ambiental -

SGA, o que propiciaria a redução, o acondicionamento, o tratamento, o transporte e o tratamento adequado (compostagem e coleta seletiva) de resíduos sólidos, bem como sua disposição final, o tratamento de efluentes líquidos e até mesmo seu reuso.

Na fase de execução de projetos de balneários, bem como pesqueiros, poderão ser adotadas medidas, tais como:

- Reduzir ao máximo a retirada de vegetação. O acesso ao rio deve ser pontual e por meio de *decks*, sem que haja o pisoteio direto no solo;
- Implantar ou complementar os sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Na área rural os sistemas individuais de tratamento deverão ser instalados a uma distância segura de cursos da água.

3.4.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

No Estado de Mato Grosso do Sul, o poder público tem uma série de projetos e programas em andamento, que atuam/interferem diretamente nos municípios do polo em questão. Para solucionar o uso desordenado do solo, foi elaborado o ZEE do Estado, dotado de capacidade para regulamentar o uso e a ocupação do solo no Estado, através de diretrizes específicas para cada região.

Outro instrumento importante para auxiliar nas ações, programas e projetos das áreas turística e ambiental é a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE. Esse instrumento será elaborado por meio de um convênio entre o MTur e IMASUL, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul, através da SEPROTUR. A AAE assegurará a integração dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais, políticos, aos processos públicos de planejamento e de tomada de decisão. Com isso, poderá haver um maior sincronismo entre órgãos de diversas áreas, inclusive entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a de Turismo, poderão ser melhorados os orçamentos estaduais, as políticas setoriais e globais, o planejamento físico do uso do solo, planejamento dos recursos hídricos, dentre outros.

Questões como aspectos restritivos de instrumentos legais de conservação da natureza, uso do ambiente e suas conseqüências, estão no centro dos conflitos evidenciados entre o desenvolvimento de atividades turísticas, população e o local de desenvolvimento destas atividades. Outros aspectos importantes decorrentes dessas conseqüências são as relações entre as condições de vida das comunidades locais e as formas organizacionais pelas quais se pretende conservar a biodiversidade local, bem como a compatibilização dos objetivos de implantação de atividades turísticas. Outro problema é que a falta de informação e orientação, e por sua vez a falta de consideração sobre a percepção dos atores locais durante seu cotidiano, enuncia a qualidade das políticas públicas formuladas e executadas.

.Para solucionar o problema do saneamento básico do Polo Campo Grande e Região, em especial o esgotamento sanitário e o abastecimento de água, há o Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, entretanto, não solucionarão os problemas do polo, por atuarem basicamente em cidades com mais de 200 mil habitantes.

A aprovação do PERH/MS também possibilitou uma ação efetiva na gestão desses recursos, uma vez que o mesmo possui projetos e programas específicos para dirimir os problemas e conflitos do uso e gestão dos recursos hídricos. O PERH/MS apresenta-se como um avanço administrativo, especialmente por ser um plano de governo que, para garantir a preservação dos recursos hídricos, atuará também em outras áreas que afetam os mesmos.

O licenciamento ambiental, um dos instrumentos mais importantes da gestão ambiental em Mato Grosso do Sul, à Secretaria Estadual de Meio Ambiente compete estabelecer as diretrizes para o licenciamento de atividades poluidoras, visando o controle preventivo de

poluição dos componentes ambientais hídricos, do solo, atmosférico e sonoros. O licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos no Estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela resolução conjunta SEMA/IMAP, n. 004/2004, por meio de manual de licenciamento ambiental.

Por possuir seu próprio órgão de gestão ambiental municipal, em Campo Grande o acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras se dá de uma forma mais próxima, permitindo que alguns instrumentos de gestão ambiental (fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental) sejam mais efetivamente implantados. Desta maneira, a SEMADUR licencia atividades no município de Campo Grande que não são licenciadas pelo órgão estadual de meio ambiente, IMASUL. Isto se dá pelo fato do órgão estadual ter que atuar nas atividades que possuem maior potencial poluidor, ou seja, aquelas que podem causar impactos ambientais de maior abrangência (alcance) e magnitude (intensidade). Oficinas mecânicas, serralherias, atividades de concentração de público (bar, igrejas, lanchonetes, boates) com música mecânica e/ou ao vivo são exemplos de atividades licenciadas pelo município e não licenciadas pelo IMASUL.

A SEMADUR, o IMASUL, a Polícia Militar Ambiental, e supletivamente o IBAMA, respondem pela manutenção da qualidade ambiental no Polo Campo Grande e Região, atuando, principalmente, na educação, fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental dos recursos naturais e antrópicos.

Pioneiramente no Estado, a gestão pública municipal ambiental da Capital, nos últimos 15 anos, intensificou significativamente suas ações voltadas para a sustentabilidade ambiental da cidade: criação de parques municipais, programa de revitalização de fundos de vales, revitalização de áreas degradadas, e, em março do ano de 2009, foi lançado o Programa Pró-Natureza, que engloba diversos outros programas, tais como: Córrego Limpo (monitoramento e divulgação da qualidade da água de todos os córregos urbanos, e busca de soluções para possíveis causas de diminuição da qualidade), projetos de educação ambiental formal e informal, Programa de Coleta Seletiva (reformulado, pois foi lançado em agosto de 2006), entre outros.

Outro instrumento importante é a construção da Agenda 21 Local para os nove municípios do interior e a efetiva implantação da Agenda 21 de Campo Grande, lançada em junho de 2004.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, através PLANURB, executou, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, o Projeto intitulado Agenda 21: Campo Grande Nosso Lugar. A Agenda 21 Local serve para alcançar os objetivos propostos na Agenda 21 Nacional, visando melhorar a qualidade de vida de toda a população, sem comprometer as gerações futuras, tornando os municípios localidades mais humanas e saudáveis. No município de Campo Grande, o processo de construção da Agenda foi executado em quatro etapas distintas: de Mobilização, de Construção, de Compromisso e de Prática.

Para coletar dados mais precisos sobre a gestão ambiental pública, foi aplicado um questionário semiestruturado com os órgãos responsáveis pela gestão ambiental e turística junto à prefeitura de cada município (quadro 89). Vale ressaltar que, devido à grande disponibilidade de dados em web site, manuais, anais e outras publicações, foi possível apresentar aqui dados consolidados da cidade de Campo Grande.

Quadro 89 – Resultados dos questionários aplicados referentes à Gestão Ambiental, Turística Pública e Planejamento Territorial no Polo Campo Grande e Região em 2010.

Levantamento	Campo Grande	Corguiinho	D.I. Buriti	Jaraguari	N.A. Do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos
1 Há norma e/ou regulamento específicos do setor de turismo	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N
2 Há políticas públicas definidas no setor de turismo	S	N	S	N	N	N	N	N	S	N
3 Há norma e/ou regulamento específicos do setor de gestão ambiental	S	N	N	(-)	?	N	N	N	S	N
4 Há políticas públicas definidas no setor de gestão ambiental	S	N	N	N	N	S	(-)	N	S	S
5 Há Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	S	N	N	N	N	N	(-)	N	S	N
6 Algum Consórcio Intermunicipal atua no turismo no Município	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
7 Algum Consórcio Intermunicipal atua em gestão ambiental no Município	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N
8 Possui Plano Diretor	S	N	N	N	S	N	(-)	(+)	S	S
9 Possui outro instrumento de gestão territorial	S	N	(-)	S	S	S	S	S	N	S

Legenda: S – sim, N – não, (-) – dado inconsistente, ? – não respondeu (+) – em formulação

De acordo com as informações prestadas pelos dez municípios e com a análise do quadro institucional, anteriormente apresentada, todos os municípios do polo possuem diretoria ou departamento específico para as áreas de turismo e do meio ambiente, excetuando-se o município de Nova Alvorada do Sul. Nota-se que muitas vezes esses departamentos ou diretorias integram secretarias, cujos interesses podem ser conflitantes, limitando a capacidade e a eficiência da gestão ambiental desenvolvida no município.

CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS PARA A GESTÃO AMBIENTAL

A síntese com os resultados do questionário aplicado junto às prefeituras (quadro 89) comparada aos vários instrumentos de gestão ambiental pública previstos na Política Nacional de Meio Ambiente, indica que os municípios que compõem o polo, com reserva Campo Grande, ainda não possuem capacidade institucional instaladas para efetivamente desenvolverem seu papel de gestão adequada do meio ambiente, apesar da existência de projeto, programas e ações conforme abaixo descritos:

- Gestão ambiental em Campo Grande:

Em Campo Grande, conforme supracitado, a gestão municipal do meio ambiente está sob a responsabilidade da SEMADUR, a qual é composta pelo Grupo de Informática e Geoprocessamento, Grupo de Planejamento e Finanças, Grupo de Administrativo além dos seguintes departamentos, todos com suas respectivas divisões: de Políticas e Sustentabilidade Ambiental; de Licenciamento e Monitoramento Ambiental; de Controle Urbanístico e Postura; de Cadastro Imobiliário e de Cartografia e Coordenadoria Jurídica e de Julgamento.

Dentre os programas da SEMADUR, destacam-se como principais: o Programa de Coleta de Óleos Residuais de Cozinha, o Projeto Casa Sustentável, as ações de licenciamento e readequação ambiental dos postos de combustíveis, o Programa Córrego Limpo, o Programa de Arborização Urbana e o Programa Municipal de Acessibilidade Arquitetônica. A partir desses grandes programas, derivam projetos e ações públicas municipais que, gradativamente, tem resultado em melhoras substanciais no meio ambiente da cidade de Campo Grande, principalmente na área urbana.

O município possui construída, de maneira participativa, e implantada, a Agenda 21 (Campo Grande Nosso Lar), além do recente Projeto de Revitalização do Centro de Campo Grande e do Projeto Sóter (Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do

Córrego Sóter) desenvolvidos pelo PLANURB, a unidade de planejamento urbano do município.

Além das instituições supracitadas, o município possui ativos o Conselho Municipal de Meio Ambiente e os conselhos regionais (conforme as sete regiões urbanas do município).

O Conselho Municipal do Meio Ambiente tem papel consultivo quanto à gestão pública ambiental de Campo Grande, e deliberativo quanto ao licenciamento ambiental, sendo constituído por representantes do órgão municipal de meio ambiente, do poder público municipal, do órgão ambiental estadual, do órgão ambiental federal, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e de entidades da sociedade civil, classista, comunitária e de defesa do meio ambiente.

Os conselhos regionais foram criados através do Plano Diretor de Campo Grande, sendo constituídos por representante de associações das comunidades de cada região e possuem papel consultivo relacionado às ações, incluindo as ambientais, em sua respectiva região do município.

Esses e os demais conselhos do município (turismo, saúde, segurança alimentar, educação etc) estão ligados à Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados, que é diretamente vinculada ao gabinete do prefeito.

Além das instituições acima, no município, decorrente de sua posição de Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, ainda estão sediados o escritório do IMASUL, e o batalhão da Polícia Militar Ambiental, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

As duas instituições estão sediadas em Campo Grande, contudo, todo o Polo Campo Grande e Região está contido em suas áreas de atuação. O IMASUL, como órgão oficial do meio ambiente no Estado, é responsável pela execução das políticas ambientais, atuando no licenciamento e controle ambiental de empreendimentos, na conservação e recuperação, fiscalização de atividades, monitoramento dos recursos naturais e administração de unidades de conservação, entre outras competências. A atuação da Polícia Ambiental relaciona-se a quatro áreas específicas: fiscalização, coibição de atividades poluidoras, educação ambiental e cooperação com a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente.

Ainda na Capital se encontram a Superintendência do IBAMA e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que completam a capacidade institucional para a gestão do meio ambiente no Polo Campo Grande e Região.

- Gestão ambiental em Corguinho:

O resultado dos questionários aplicados (quadro 89), indica que, dentre os municípios do Polo Campo Grande e Região, Corguinho é o que apresenta menor capacidade institucional para a gestão pública ambiental, em função das respostas negativas em todos os aspectos analisados.

No município, o departamento do Meio Ambiente está vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, assim como a pasta de turismo também está ligada ao mesmo órgão municipal. Não há normas específicas ou ações públicas voltadas ao meio ambiente, tal como são ausentes os instrumentos de gestão territorial municipais. No âmbito ambiental, a única iniciativa desenvolvida foi a integração do município no Corredor da Biodiversidade Maracaju-Negro, projeto da ONG Oikos, em parceria com a ONG *Conservation International*, apoiado pela Prefeitura Municipal de Corguinho, gerando como resultados ao município, maior suporte a ações de conservação da biodiversidade na RPPN Estadual Reserva Ecológica Vale do Bugio.

- Gestão ambiental em Dois Irmãos do Buriti:

No município de Dois Irmãos do Buriti, a gestão pública do meio ambiente está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, destacando-se no município a sua participação na gestão integrada do meio ambiente, através do Consórcio Intermunicipal Integrado das Bacias dos Rios Miranda e APA - CIDEMA.

Conforme os dados obtidos junto ao IBGE, com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC (IRS/MS Edição 2009), apresentados na Justificativa da Seleção da Área turística, o município possui ações públicas de recuperação de áreas degradadas.

Atualmente, o principal projeto em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti, relacionado ao setor do meio ambiente, é o de coleta seletiva denominada “recicle sua atitude, separe seu lixo”.

Esse projeto teve início em 2009, quando a ação simultânea entre 17 municípios das bacias hidrográficas dos rios Miranda e Apa, desenvolvida por representantes da comunidade escolar, prefeituras, ONGs, universidades, lideranças populares e gestores ambientais tinha como objetivo sensibilizar a sociedade para necessidade da gestão participativa e a destinação final do lixo. Na época, materiais recicláveis separados durante cerca de um mês formaram um monte, o qual, em um ato simbólico, recebeu um abraço coletivo.

Após essa iniciativa, a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti segue com o projeto separando e destinando adequadamente os resíduos sólidos do município, o qual possui uma UPL e aterro sanitário implantados.

Contudo, o município não apresenta políticas públicas, normas e legislação municipais específicas para a gestão ambiental, tampouco Plano Diretor elaborado ou outros instrumentos de gestão territorial, tal como o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Dois Irmãos do Buriti, que não realiza reuniões periódicas e, na prática, não possui atuação na gestão local.

- Gestão ambiental em Jaraguari:

A gestão municipal do meio ambiente em Jaraguari é realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. O município não dispõe de instrumentos municipais para desempenhar adequadamente as ações, apesar de haver a consciência dessa necessidade.

No questionário aplicado, a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do município reconhece a necessidade de elaborar normas e legislações específicas para o setor do meio ambiente, e estuda a possibilidade de buscar, tal como Campo Grande, ser o órgão responsável pelo licenciamento ambiental no município, guardadas as devidas atribuições de cada órgão licenciador.

O Código de Postura do Município (Lei Municipal n. 516/2001, de 25 de Junho de 2001) é o único instrumento de política pública municipal voltado à gestão territorial, regulamentando superficialmente e sem detalhamentos de alguns aspectos ambientais do município.

O município possui Conselho Municipal do Meio Ambiente, porém, o mesmo não apresenta participação na gestão ambiental local, e também não realizam reuniões frequentes, sendo os principais projetos ambientais, no município, desenvolvidos pela prefeitura municipal, destacando-se a iniciativa, em andamento, da criação do Corredor Ecológico Rio Jatobá e Marimondo, e as ações de Recuperação Matas Ciliares Rios, Córregos e Nascentes, quando disponível a patrulha mecanizada do município.

- Gestão ambiental em Nova Alvorada do Sul:

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Nova Alvorada do Sul é o órgão responsável pela gestão do meio ambiente no município, tendo suas ações, desde 2010, fortalecidas pelo convênio entre a prefeitura municipal e a Unidade Santa Luzia da ETH, vinculada à Organização Odebrecht, quando iniciou o Programa Energia Social.

O município não dispõe de legislações e instrumentos de política pública para a gestão municipal do meio ambiente, no entanto, foi elaborado o Plano Diretor Participativo de Nova Alvorada.

Apesar da inexistência de um Conselho Municipal do Meio Ambiente, foi criado, em 2010, o Conselho Comunitário, formado por integrantes da prefeitura, da população e da ETH, que atuam de maneira participativa nas ações do Programa Energia Social, que, dentre seus quatro temas, encontra-se a Preservação Ambiental.

- Gestão ambiental em Ribas do Rio Pardo:

A gestão municipal do meio ambiente em Ribas do Rio Pardo compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, destacando-se como seus principais projetos: a limpeza anual do rio Pardo, educação ambiental nas escolas, plantio de árvores, aulas programadas de preservação do solo, da água e plantas, onde são realizadas aulas expositivas, pesquisas bibliográficas, atividades em grupo, identificação de problemas ambientais.

Dentre as políticas públicas ambientais do município destaca a criação do Conselho e Fundo Municipal do Meio Ambiente, em 2010, (Lei Municipal n. 947/2010) os quais se encontram em fase de implantação. Da mesma maneira, se encontra em fase de criação a primeira unidade de conservação no município.

- Gestão ambiental em Rio Negro:

A Secretaria de Cultura do Meio Ambiente e Turismo é o órgão municipal que responde pela gestão ambiental de Rio Negro, cabendo destacar que a gestão desse município apresentou um dos piores desempenhos no levantamento realizado junto às prefeituras do Polo Campo Grande e Região (quadro 88), onde se destaca a existência de um instrumento de gestão territorial: o Código de Postura de Rio Negro.

No setor de meio ambiente há ações privadas no município: ações de recuperação de áreas degradadas próximo ao rio Negro, pela ONG Associação e Preservação de Rio Negro – APREMARINE, e a inclusão do município no Corredor da Biodiversidade Maracaju-Negro, projeto da ONG Oikos, em parceria com a ONG *Conservation International*, apoiado pela Prefeitura Municipal de Rio Negro.

Apesar das ações de fomento e incentivo do projeto Corredor da Biodiversidade Maracaju-Negro, nenhuma área de proteção foi criada no município.

- Gestão ambiental em Rochedo:

A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Rochedo desempenha a gestão ambiental do município, onde se destaca o projeto de arborização urbana (em convênio com a ENERSUL) e campanhas educativas para separação dos resíduos sólidos nas escolas, conforme apresentado na Justificativa da Seleção da Área Turística.

O município não apresenta normas, legislações e outros instrumentos de política pública voltadas ao setor do meio ambiente do município, contudo, a gestão territorial municipal é regulamentada pelo Código de Postura do Município de Rochedo, e se encontra em formulação o Plano Diretor Participativo do município.

No questionário aplicado junto ao município, verifica-se que houve propostas de ações ambiental no município pelo CIDEMA, mas a prefeitura não tinha recursos para concretizar a parceria.

- Gestão ambiental em Sidrolândia:

A gestão municipal do meio ambiente em Sidrolândia é atribuída à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEDER, a qual tem se estruturado para poder, adequadamente, licenciar empreendimentos turísticos em Sidrolândia, que não são licenciados pelo IMASUL e IBAMA.

O município possui como legislação municipal ambiental principal a Lei n. 1290/2006, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente, regulamenta as ações do município e cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Cabe salientar que foram realizados concursos públicos para a efetivação de técnicos especializados na área ambiental, alguns com pós-graduação, que dotaram de maior capacitação e inovação a SEDER.

Dentro da área ambiental, a secretaria possui um grande programa em implantação: o Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, que envolve o fomento a adoção de sistemas orgânicos de produção em pequenas propriedades em áreas de agricultura familiar.

Também se destacam as seguintes ações da SEDER: coleta seletiva e instalação de coletores de resíduos sólidos na área urbana; educação ambiental em escolas municipais; plantio de mudas ao redor e no interior das escolas; reflorestamento do Parque Vacaria; reflorestamento no Jardim do Paraíso; reflorestamento da Reserva Legal do Assentamento Capão Bonito III; recuperação de voçoroca no assentamento P.A São Pedro; viveiro de mudas nativas e exóticas municipal; Implantação de um aterro sanitário municipal; doação de mudas nativas – Ação e Cidadania.

Dentre essas ações, destaca-se o reflorestamento do Parque Vacaria, por sua relevância ao turismo, visto que o parque será dotado de iluminação, um palco para apresentações ao ar livre, pistas de caminhada e um centro de informações turísticas e artesanato, em uma área de 93 mil m², situada junto da nascente do rio Vacaria.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Sidrolândia (formado por representantes da prefeitura, poder legislativo, empresários, proprietários rurais, associações e entidades civis, além de representantes do governo estadual) tem papel consultivo e seu desempenho, em 2007, foi um dos fatores decisivos para a implantação do licenciamento ambiental em nível municipal. Igualmente, o conselho participa das ações da prefeitura quanto ao meio ambiente.

- Gestão ambiental em Terenos:

Em Terenos, o departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Turismo, ligado à Secretaria Geral, é o órgão municipal responsável pela gestão ambiental municipal de Terenos, destacando-se entre suas ações os projetos de implantação e gestão de unidades de conservação, implantação da UPL e programa de coleta seletiva de resíduos sólidos.

O município possui Plano Diretor elaborado, porém, não implantado, tal como existe o Código de Postura do município como instrumento de gestão territorial, abordando alguns aspectos ambientais. Dentre as normas e legislação ambiental do município destaca-se a recém-publicada Lei Municipal n. 1.030/2011, que institui a Política Municipal de Meio Ambiente, e o Decreto n. 2.879/2011, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Terenos/MS.

Nota-se que as normas e legislações municipais do meio ambiente em Terenos são recentes e estão em fase de regulamentação e implantação, percebendo-se que, apesar da criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o mesmo ainda não foi efetivamente ativado e tampouco o respectivo Fundo Municipal criado.

- Conselho Intermunicipal:

Na falta de órgãos específicos para gerenciar questões relacionadas ao turismo e meio ambiente, os municípios do Polo Campo Grande e Região, poderão recorrer a outras entidades e organizações. Dentre essas entidades, podem-se citar os consórcios intermunicipais e os comitês de bacias hidrográficas. Dentre os consórcios municipais que abrangem o polo, pode-se citar o CIDEMA, uma organização dedicada ao processo de desenvolvimento regional sustentável. Esse conselho é importante, pois envolve sete dos dez municípios presentes no polo estudado (quadro seguinte). Dentre as áreas de atuação desse consórcio, destacam-se: recursos hídricos e meio ambiente, turismo regional integrado, saneamento ambiental, biodiversidade – áreas protegidas – assuntos indígenas. Vale ressaltar que atualmente, segundo questionários fechados aplicados aos municípios do polo e informações de mídia, esse consórcio, atualmente, não se mostra muito atuante na região.

Quadro 90 – Municípios que fazem parte do CIDEMA, no Polo Campo Grande e Região.

Município	Área Física (km ²)	População 2000 IBGE	Participação nas Bacias (%)	
			Miranda	APA
Campo Grande	8.118,4	662.534	15,00	--
Corguinho	2.648,5	3.566	100,00	--
Dois Irmãos do Buriti	2.351,2	9.323	100,00	--
Jaraguari	2.921,3	5.530	37,75	--
Rochedo	1.565,1	4.345	100,00	--
Sidrolândia	5.300,9	23.182	30,00	--
Terenos	2.849,3	11.586	28,24	--
Total no polo	25.754,7	720.066	--	--

Fonte: adaptado de SEMACT – IBGE – CIDEMA.

Em relação aos comitês de bacias, no polo há apenas um Comitê Estadual de Bacia Hidrográfica, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (CBH-Miranda), aprovado pela Resolução CERH n. 002/2005. Sua área de atuação abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, rio de domínio do Estado, correspondendo à área física dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bonito, Bodoquena, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rochedo, Rio Negro, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Terenos, com área de drenagem de 43.787 km².

Ressalta-se ainda a instituição dos grupos de trabalhos para a implantação do comitê das bacias hidrográficas do rio Ivinhema e do rio Pardo, das quais suas UPGs (Unidades de Planejamento e Gestão – assim definidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS), abrangem respectivamente os municípios de Ivinhema (Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia) e Pardo (Campo Grande, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia).

3.4.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS

As empresas privadas, mesmo as que necessitam de licenciamento ambiental, não são obrigadas a prestarem informações se possuem, ou não, SGA, certificação ambiental, ou outras informações sobre o seu gerenciamento. O ato de uma empresa ou indústria possuir um SGA, ou uma certificação ambiental - reconhecida por uma instituição credenciada para tal fim - é voluntário, ficando difícil a coleta de dados fidedignos, pois esse tipo de informação é centralizado em certificadoras nacional e internacionais.

Cabe ainda salientar na análise apresentada aqui, que a maioria das empresas que possuem SGA e certificação ambiental (esta última com maior expressividade) procura implantá-los por questões mais mercadológicas que ambientais, principalmente com vistas ao mercado internacional, empregando esse instrumento em ações de *marketing*.

No Polo Campo Grande e Região, o maior número de empresas que possui certificação ambiental e sistema de gestão ambiental implantados está localizado na cidade de Campo Grande, o que se justifica por Campo Grande possuir um maior polo industrial, bem como comercial que as outras cidades do Estado, concentrando empresas de maior porte.

Podem-se citar, como exemplo, algumas empresas que possuem SGA implantado: concessionária do serviço de águas e esgoto Águas Guariroba S.A., frigorífico JBS – Friboi, indústria de bebidas Coca-Cola FEMSA, Hotel IBIS, sendo que estas duas últimas apresentam certificação ISO 14001. Em Sidrolândia, a Seara Cargill Alimentos também possui SGA implantado e certificação ISO 14001.

Apesar das notórias melhorias ambientais alcançadas nessas empresas supracitadas, principalmente, referentes aos aspectos de gerenciamento de resíduos sólidos, gerenciamento e tratamento de efluentes, conservação dos recursos hídricos, observa-se um indicativo da existência de uma falsa interpretação que as empresas que possuem certificação ambiental, poluem menos o meio ambiente. O que realmente acontece quando uma empresa recebe a certificação é que ela cumpriu os requisitos das normas da série ISO 14000, o que não é sinônimo de alto desempenho ambiental..

Outro fator que contribuiu com a gestão ambiental em empresas privadas no polo, onde há uma concentração de indústrias, é o fato de no Estado de Mato Grosso do Sul ter vigorado, por muitos anos, uma legislação que obrigava as empresas de determinados ramos (curtumes, frigoríficos, siderúrgicas, agroindústrias, entre outras) a realizarem auditorias ambientais periódicas (no máximo de três anos), contudo, esse requisito não era observado durante os processos de licenciamento ambiental no Estado, não permitindo uma análise da eficácia da gestão ambiental implantada.

Dentre os instrumentos de gestão ambiental em empresas privadas é crescente a adoção de tecnologias de Produção mais Limpa (P+L) no Polo Campo Grande e Região, e pode ser observada em empreendimentos como: LabSenai Meio Ambiente, sediado na FatecSenai Campo Grande, curtume BMZ Couros, sediado em Campo Grande (que implantou um sistema de tratamento baseado no reuso, não mais lançando efluentes, esta preste a implantar um sistema de recuperação de raspa de couro e de cromo). O emprego de tecnologias de P+L é especialmente adequado a empreendimentos turísticos, por ser mais sustentável que a ISO 14001, sendo os meios de hospedagens as primeiras empresas do setor de turismo a adotarem essas tecnologias de gestão, visto que são empresas de maior porte e capacidade de inovação, resultando em técnicas de reuso de efluente, de acondicionamento correto, segregação e compostagem de resíduos, de educação ambiental, de redução de consumo de água e energia, utilização de materiais certificados (madeiras de reflorestamento etc.), dentre outras.

Apesar de não identificado no Polo Campo Grande e Região, vale ressaltar a existência da certificação por meio da NBR 15.401 (MHs – sistema de gestão de sustentabilidade) que fortalecem a imagem das empresas privadas perante a um mercado e sociedade cada vez mais conscientes da necessidade do desenvolvimento sustentável.

3.4.5. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE TERRITORIAL

Dos municípios pertencentes ao Polo Campo Grande e Região, apenas Campo Grande e Sidrolândia podem ser considerados como municípios bem planejados e que possuem um bom sistema de controle territorial. Os outros municípios são municípios pequenos, possuindo, em sua maioria, população inferior a 20.000 habitantes, dependendo de recursos e ações, projetos e programas do Governo do Estado.

Em Campo Grande, há legislação pertinente ao ordenamento e uso e ocupação do solo (Plano Diretor da Cidade; Lei de Ordenamento e o Uso e Ocupação do Solo). Há legislação municipal para coibir os crimes ambientais de caráter local (O Código de Posturas do

Município e o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental) e ainda, existe o Zoneamento Ambiental de algumas unidades de conservação, definido por seus respectivos Planos de Manejo. Como exemplo, tem-se o Plano de Manejo da APA de Guariroba, que abriga a maior captação de água de Campo Grande, e o referido Plano de Manejo restringiu a ocupação do solo, proibindo expressamente a supressão da cobertura vegetal remanescente.

Por ocasião do Zoneamento Ambiental, foram definidas zonas de proteção e conservação, recuperação e de uso controlado, que são: I – Zona de Proteção Integral e Equilíbrio Hidrológico – ZPI, englobando todas as áreas ou formações úmidas mapeadas na APA do Guariroba, caso específico das veredas, buritizais, campos úmidos e planícies fluviais. Os usos permitidos restringem-se aos previstos no art. 11º, da Resolução CONAMA 369/2006, que dispõe sobre a intervenção ou supressão eventual e de baixo impacto ambiental de vegetação em APP. II – Zona de Recuperação e Conservação Dirigida – ZRC, abrangendo os espaços situados ao longo das margens de cursos d'água e das veredas, com largura de 30 metros ao longo das margens dos córregos, e de 50 metros ao longo de formações úmidas como as veredas e campos úmidos. Os usos permitidos restringem-se aos previstos no art. 11º, da Resolução CONAMA 369/2006. III – Zona de Conservação Especial – ZCE, que compreende espaços ocupados por remanescentes de formações nativas fora de APP, como o Cerrado *Strictu Senso*, o cerrado denso e o cerradão.

Vale ressaltar que Campo Grande possui um processo de gestão territorial muito além da realidade de diversas cidades brasileiras e das outras cidades presentes no polo: o município possui um bom sistema de planejamento urbano, realizado em conjunto pelo PLANURB e pela SEMADUR. O pilar desse sistema de gestão está na boa e atual base cartográfica existente no município, no controle do uso e ocupação do solo, que ocorre por meio de diversas ferramentas que têm como base a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Também se salienta no município a base de dados georreferenciados denominada Geomorena. Nesta base, elaborada a partir de cartas topográficas da década de 80, e atualizada (última atualização) com fotografias aéreas de 2007 (com precisão espacial de 1m), é possível trabalhar com informações digitalizadas de curvas de nível, cursos d'água, dados imobiliários (dados cadastrais), limites de bairros – região urbana, loteamentos, bacias hidrográficas, mapa geotécnico (carta expedida, ou seja, geral), unidades de conservação, zonas de interesse social e cultural, dentre outros.

Subsidiando a análise socioambiental, em especial dos instrumentos de planejamento e controle territorial, foi aplicado junto a secretários, diretores e técnicos relacionados à pasta do meio ambiente de cada um dos municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região, um questionário estruturado, cujos resultados estão sintetizados no (quadro 89) do qual se destacam que:

- Três (Nova Alvorada do Sul, Terenos e Sidrolândia) possuem Planos Diretores;
- Seis (Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Terenos, Rochedo e Jaraguari) informaram possuir outros instrumentos de gestão territorial (Códigos Municipais de Posturas), e apenas Rochedo e de Jaraguari apresentaram os números desta normas, sendo, respectivamente, Lei Municipal 252/1985, e 516/2001;
- Dois informaram possuir regulamentação referente ao Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Nova Alvorada do Sul e Ribas do Rio Pardo) e um referente ao Código de Postura (Terenos), que são importantes instrumentos complementares ao Plano Diretor;

SETORES DE INTERFACE COM O TURISMO:

Dentre os setores de interface com o turismo no Polo Campo Grande e Região, destaca-se o setor de agricultura familiar, dada sua relevância à gestão ambiental e, principalmente, ao

desenvolvimento social. Especificamente na região em questão, têm-se um número expressivo de assentamentos rurais implantados e outros em processo, além de comunidades negras (quilombolas) e aldeias indígenas.

Os programas e projetos desse setor, em especial projetos como o PAIS, a Feira de Orgânicos, o Projeto de Orgânicos e o Projeto de Economia Solidária, convergem com o turismo sustentável, sendo parte de sua atual comercialização revertida em atrativos turísticos, em praças e feiras.

No aspecto ambiental, a adoção de sistemas agroecológicos em assentamentos rurais é um considerável mecanismo para reduzir a geração de resíduos no processo de produção, a contaminação de solos e de recursos hídricos, além de promover melhorias na saúde por estimular o consumo de frutas e verduras nestas comunidades.

No aspecto socioeconômico, os estigmas da irregularidade de entrega e da falta de padrão dos hortifrutis produzidos no Estado ainda têm de serem transpostos por estas comunidades, aproximando-as de empreendimentos como bares, restaurantes e hotéis.

Esta inserção do produtor local como fornecedor na cadeia de turismo do polo ainda é incipiente e pouco significativa, podendo se ampliada, fomentar o desenvolvimento local e melhor posicionar os empreendimentos turísticos com uma imagem atualmente valorizada, por oferecer ao turista produtos que refletem a cultura da comunidade, privilegia a produção local, fortalecem a agricultura familiar ou são oriundos de sistemas de produção com baixo impacto ambiental.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS:

Em relação à eficiência de projetos e programas relacionados à conservação de UC, e outras áreas protegidas existentes no presente polo, pode-se afirmar que as UCs localizadas no município de Campo Grande são as que possuem maior atuação por parte do gestor público, seja ele o órgão estadual, que atua em conjunto com a Prefeitura de Campo Grande na gestão dos dois Parques Estaduais no Município (Parque Estadual do Prosa e Parque Estadual do Segredo), seja ele apenas o órgão municipal de meio ambiente (SEMADUR), atuando na gestão, principalmente, de suas três UCs de Uso Sustentável (APA do Guariroba, APA do Lajeado e APA do Ceroula).

A gestão nas outras UCs do presente polo (quadro seguinte) mostra-se deficitária, dentre outros motivos, devido à maioria dessas UCs serem de Uso Sustentável, não sendo tão rigorosas a exigências em termos de gerenciamento e de conservação de recursos naturais.

Quadro 91 - Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual, em Julho de 2009.

Unidade	UC	Localização
Federal	RPPN Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti
Estadual	Parque Estadual das Matas do Segredo	Campo Grande
	Parque Estadual do Prosa	Campo Grande
	Área de Proteção Ambiental - APA Estrada Parque-Piraputanga	Entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti
	RPPN UFMS	Campo Grande
	RPPN Gavião de Penacho	Corguinho
	RPPN Vale do Bugio	Corguinho
	RPPN Laudelino Flores de Barcellos	Terenos
	RPPN Faz. Nova Querência	Terenos
Municipal	APA Lageado	Campo Grande
	APA Guariroba	Campo Grande
	APA Ceroula	Campo Grande
	APA do Rio Aquidauana/Rochedo	Rochedo

Unidade	UC	Localização
	APA do Rio Aquidauana/Corguinho	Corguinho
	APA do Rio Anhanduí	Nova Alvorada do Sul
	APA do Rio Vacaria	Nova Alvorada do Sul
	APA Ceroula/Piraputanga	Terenos
	APA Cachoeirão	Terenos
	Monumento Natural Serra de Terenos	Terenos

Fonte: IMASUL, Gerência de Unidade de Conservação apud SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2009b).

Não se obteve informações junto ao órgão ambiental estadual e prefeituras municipais (seja via *home page* ou consulta direta aos órgãos) da situação das seguintes unidades de conservação: APA Municipal do Rio Aquidauana/Rochedo, APA Municipal do Rio Aquidauana/Corguinho, APA Municipal Ceroula/Piraputanga, APA Municipal Cachoeirão, APA Municipal Rio Aquidauana, APA Municipal Vacaria, Monumento Municipal Serra do Maracaju, Monumento Municipal Serra do Bonfim, Monumento Municipal Campo Alegre.

Deve-se observar que muitas Unidades de Conservação, principalmente UCs municipais, são criadas meramente com o intuito dos entes federados receberem o ICMS ecológico, ICMS aos municípios com base em critérios de natureza ambiental, social e até mesmo educacional e sequer são cadastradas junto ao órgão estadual de Gerência de Unidades de Conservação – GUC IMASUL.

Com relação à APA Estadual Estrada Parque – Piraputanga, não se tem informação de que seja realizado algum trabalho de manejo desta unidade. Esta Unidade de Conservação – UC compreende um trecho de 42,5 quilômetros contínuos de estrada entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. De beleza cênica singular, seus 10.108 hectares de cerrados e serras servem como habitat de inúmeras espécies de animais. As demais UCs deste polo se restringe a RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com características diversas uma das outras.

Além de preservar belezas cênicas e ambientes históricos, as RPPNs assumem, cada vez mais, objetivos de atuar na proteção dos recursos hídricos, manejo de recursos naturais, manutenção de equilíbrios climáticos, entre outros serviços ambientais. Desde que sejam autorizadas pelo órgão ambiental, são permitidas atividades em pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico.

Segundo dados da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), as RPPNs somam cerca de 600 mil hectares, distribuídos em 746 reservas espalhadas pelo país. Em Mato Grosso do Sul, as 35 RPPNs existentes protegem aproximadamente 114 mil hectares.

Em pesquisa realizada junto à Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul (REPAMS), pode-se constatar que nesta região há três RPPNs, sendo elas: Gavião de Penacho, Nova Querência e UFMS (REPAMS, 2010).

Quadro 92 – RPPNs existentes no Polo Campo Grande e Região em 2010.

Descrição	Gavião de Penacho	Nova Querência	UFMS
Município	Corguinho	Terenos	Campo Grande
Bioma	Cerrado	Cerrado A flora é composta por resquícios da Mata Atlântica	Cerrado
Proprietário	Irmãos Rezende e Cia.	Fernando Barcellos	Fundação Universidade Federal do MS
Área total da propriedade	463 ha.	4.121 ha.	-

Descrição	Gavião de Penacho	Nova Querência	UFMS
Área total da RPPN	77 ha.	50,0198 ha	166 hectares
Documento de criação da RPPN	Resolução SEMA n. 047, de 21 de agosto de 2006. Publicado no Diário Oficial, no dia 23 de agosto de 2006. N° do processo de criação da RPPN: 23/100.622/2006	Deliberação CECA n. 003 / 2003, publicada no Diário Oficial do Estado, de 29 de agosto de 2003, página 04	Deliberação CECA n. 005 / 2003, publicada no Diário Oficial do Estado, de 25 de julho de 2003, página 10.
Objetivos:	Segundo os proprietários, os objetivos com a criação da RPPN são a preservação, o ecoturismo e a pesquisa científica.	Conservação, pesquisa.	Conservação, pesquisa.
Atividades e Serviços	A principal atividade da reserva é a pecuária		São realizadas atividades de pesquisas e projetos universitários na área.
Observações	Formará, em conjunto com reservas contíguas, a proteção das nascentes da Bacia do Rio Negro. Há a intenção de implantar uma trilha interpretativa na RPPN.	Composta por grandes furnas que servem como refúgio de fauna para diversos animais. A RPPN possui algumas cachoeiras sem impacto de uso humano significativo e que poderá transformar-se em importante atrativo turístico devido à proximidade da Capital Campo Grande. Constantemente são encontrados registros da Guerra do Paraguai, tais como balas de canhões, mosquetões, espadas, provando que ali foram travadas batalhas da referida guerra.	Localizada em área urbana, apresenta parte de sua área aberta para a visitação, possui trilhas e um lago bastante visitado.

Fonte: REPAMS, 2010.

Desde 2008, o Governo do Estado, por meio do IMASUL, vem desenvolvendo mais incisivamente ações para combater o desmatamento, bem como a regularização da porcentagem de reserva legal e outras áreas protegidas que propriedades rurais devem ter, em conformidade com o Código Florestal.

O Código Florestal permite o desmatamento legal para uso do solo. Porém, para desmatar, o IMASUL exige que a propriedade tenha os 20% da reserva legal aprovados e averbados em conformidade com o Sistema de Reserva Legal de Mato Grosso do Sul - SISREL. Em Mato Grosso do Sul, nos últimos três anos e meio, foram aprovados e averbados 762 mil hectares de reserva legal. Segundo IMASUL, esses dados possuem alto grau de confiança e precisão georreferenciada. Em 2008, o Instituto de Meio Ambiente, vinculado à SEMAC, realizou uma reformulação no SISREL..

Também para diminuir a supressão de carvão vegetal da mata nativa, o Governo do Estado sobrepôs a Taxa de Movimentação Florestal – TMF, encarecendo o carvão vegetal. Com a criação da TMF, está sendo cobrado cerca de 20% a mais do valor do carvão vegetal oriundo de mata nativa. Esta taxa visa às siderurgias optarem pelo carvão vegetal de florestas plantadas. Além disso, se as grandes siderúrgicas investirem em florestas plantadas no Estado, elas poderão reduzir, em até 80%, o valor da TMF do carvão vegetal das florestas nativas.

3.4.6. GRAU DE PARTICIPAÇÃO

Pode-se notar com o questionário aplicado aos municípios do polo (quadro 89 com os resultados obtidos) que as formas de participação de diferentes grupos na área de turismo, bem como na ambiental, na maioria dos municípios do interior, é insignificante, pois nem atuações tidas como básicas, tais como Conselhos Municipais de Meio Ambiente, COMTUR Consórcios Intermunicipais, ONGs se mostram presentes nos mesmos.

No polo, a atuação da sociedade civil se dá pelos conselhos municipais. Em Campo Grande, estão implantados e efetivamente atuando conselhos regionais divididos de acordo com as sete regiões urbanas do município (Região Urbana do Centro, Prosa, Lagoa, Bandeira, Segredo, Anhanduizinho e Imbirussu) com caráter consultivo e competência para acompanhar, no âmbito da respectiva região urbana, a aplicação das diretrizes do plano diretor e leis específicas, sugerindo modificações e prioridades, inclusive no que se refere a obras e serviços.

Na cidade de Campo Grande há COMTUR, Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, bem como Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, assim como a participação da comunidade de cada região urbana por meio dos conselhos regionais, divididos de acordo com as sete regiões urbanas do Município (Região Urbana do Centro, Prosa, Lagoa, Bandeira, Segredo, Anhanduizinho e Imbirussu).

No Polo, sediadas em Campo Grande, há a atuação de ONGs, que são bastante articuladas entre elas, podendo destacar a ONG ECOA por seus projetos de educação ambiental, a ONG Casa da União Lar de Santana, pela parceria público-privada para a administração do Parque Ecológico Anhanduí, em Campo Grande, e a ONG Apremarineatuando, no município de Rio Negro.

Destaca-se ainda a participação da sociedade no polo através do CIDEMA, o qual esta em parceria com a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti elaborando o projeto de coleta seletiva, intitulado como “recicle sua atitude, separe seu lixo”.

Um aspecto que deve ser observado em relação ao grau de participação é o aspecto social, devendo levar em consideração, para a tomada de decisão, os diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico. Para tanto, deve ser levado em conta, por exemplo, a existência de comunidades tradicionais, tais como população indígena e quilombolas e suas terras (quadros a seguir). Vale ressaltar que não há informações se estas comunidades estão sendo inseridas no processo de planejamento e gerenciamento de atividades turísticas.

Quadro 93 – Populações Indígenas em terras tradicionais do Polo Campo Grande e Região.

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Água Limpa	Terena	Rochedo
Buriti	Terena	Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia
Buritizinho	Guarani Kaiwa	Sidrolândia

Fonte: ZEE- MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010e).

Quadro 94– Comunidades quilombolas do Polo Campo Grande e Região.

Nome da Comunidade	Município	Total de Famílias
Comunidade Quilombola Furnas de Dionísio	Jaraguari	92
Comunidade Quilombola da Boa Sorte	Corguinho	49
Comunidade Quilombola Orolândia, Família Santos*	Rio Negro	15
Comunidade Quilombola Família os Pretos*	Terenos	15
Comunidade Quilombola Chácara Buriti*	Campo Grande	11

* Comunidades quilombolas em processo de reconhecimento

Fonte: ZEE- MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010e).

3.5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Para que o processo de formulação estratégica e a consequente elaboração do plano de ações estejam bem ajustados às necessidades de transformação da realidade socioeconômica do polo e aos objetivos do PDITS, é importante que se analise e se consolidem as informações apresentadas anteriormente.

Com essa perspectiva, a análise e o resgate do diagnóstico apresentado devem ser a primeira etapa do processo de planejamento que, por sua vez, deve estabelecer os parâmetros para direcionar uma organização, comunidade ou governo rumo ao futuro desejado. Dessa forma, ao se realizar um processo de planejamento, como o da atividade turística do Polo Campo Grande e Região, os líderes e atores sociais envolvidos são municiados com uma série de informações necessárias para a tomada de decisões que nortearão seu desenvolvimento.

O propósito do diagnóstico estratégico aqui utilizado é balizar o processo de formulação estratégica e de elaboração de ações do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região, com o objetivo de proporcionar uma melhor inserção competitiva no mercado turístico nacional e internacional e, assim, criar as bases para o desenvolvimento sustentável da região.

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região, o diagnóstico estratégico apresenta a situação atual da região em termos do mercado turístico, quais são seus produtos consolidados e potenciais, quais os gargalos existentes e as possibilidades de sua superação e, por fim, buscar definir seu posicionamento competitivo, ou seja, como a região deseja ser percebida no mercado turístico e quais os produtos que a diferenciam no mercado.

Uma vez que os mercados são voláteis e bastante competitivos, suas mudanças podem influenciar positiva ou negativamente a consolidação e exploração dos produtos turísticos do Polo Campo Grande e Região. Para tanto, é fundamental a formulação estratégica para melhor posicionar a região e seus produtos no mercado turístico nacional e internacional. Esse processo inicia-se com a elaboração do diagnóstico estratégico.

Na elaboração do PDITS Campo Grande, os atores envolvidos no processo de planejamento são pertencentes ao *trade* turístico e, principalmente, dos órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento do turismo estadual. Eles têm sido reunidos sob a forma do Fórum Regional de Turismo Caminho dos Ipês, que é uma instância de governança da sociedade civil. A dificuldade que essa forma de composição do Fórum Regional de Turismo apresenta é que, em geral, as prefeituras do interior do Estado de Mato Grosso do Sul têm um problema quase que crônico de dificuldades financeiras. Isso acarreta em dificuldades adicionais no processo de mobilização das equipes locais, pois as prefeituras acabam priorizando os gastos, e as ações relacionadas ao turismo são colocadas em segundo plano.

O Polo Campo Grande e Região assume uma importância decisiva no planejamento da atividade turística estadual por se constituir na principal porta de entrada dos turistas que visitam as regiões turísticas do Estado.

O desafio que se coloca é permitir que o fluxo de turistas possa gerar efeitos dinamizadores nas economias dos municípios vizinhos a Campo Grande. Um dos caminhos para que isso ocorra é a promoção de segmentos potenciais ou emergentes que possam ofertar produtos com elevado grau de comercialização e que criem roteiros entre si, aumentando a permanência do turista na região.

Na análise realizada, pode-se perceber que segmentos e produtos potenciais são amplos. Ainda há muito da natureza a ser explorada, novos circuitos de aventura, novos eventos podem ser promovidos, dentre outros.

Para o desenvolvimento do turismo no polo é imprescindível a construção e promoção do capital social, a diversificação da base econômica local com foco nas ações das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar, além do fortalecimento da governança local. Entende-se como governança o processo de tomada de decisões que resulta da participação dos atores sociais existentes no setor de turismo do polo e a sua capacidade de resolver conflitos e estabelecer consensos.

O desafio que se impõe no processo de elaboração do PDITS para o polo é a realização de ações que permitam a convergência de interesses e objetivos comuns entre esses atores sociais.

3.5.1. LINHAS DE PRODUTOS

A análise do mercado turístico realizada mostra que o município de Campo Grande possui um segmento de turismo muito próximo de se consolidar: o de negócios, eventos programados e congêneres. O município apresenta, ainda, oportunidades para o desenvolvimento de outros segmentos, tais como: estudos e pesquisas, cultural (histórico-cultural), esporte tradicional, lazer e entretenimento e, ecoturismo associado ao turismo rural, no seu entorno.

A consolidação de Campo Grande como principal destino do polo no segmento de negócios e eventos é explicada pelo fato do município ser a Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, centro de decisões político-administrativas do Estado (possui sede dos órgãos públicos estaduais, diversas unidades de órgãos federais, além da sede da maior prefeitura do Estado), centros de pesquisas, órgãos de ciência e tecnologia (EMBRAPA, universidades, centros universitários e faculdades), centro do comércio estadual, possui centros de saúde e é o centro de realização de importantes congressos, seminários, fóruns, *workshops* e visitas técnicas.

Conforme apresentado na análise de mercado, Campo Grande enfrenta uma concorrência muito forte de outras capitais e cidades pelo país, em especial, de São Paulo e Rio de Janeiro, que têm ofertado uma série de eventos de porte nacional e internacional. Os eventos internacionais são um nicho a ser explorado, pois os gastos dos turistas de negócios e eventos chegam a ser o dobro (ou mais) que os gastos que são feitos quando o motivo da viagem é lazer e entretenimento. No entanto, alguns gargalos existentes na oferta de infraestrutura precisam ser explorados para que esse nicho possa ser explorado com resultados positivos para o setor. Cita-se, como exemplo, a necessidade de espaço físico com sistemas de tradução simultânea de línguas estrangeiras.

As informações sobre o fluxo de turistas no polo são limitadas e, por essa razão, adotou-se a evolução do número de hóspedes na cidade de Campo Grande para se estimar a evolução daquele fluxo. Essa análise mostra que houve um crescimento médio anual de aproximadamente 18%. Uma vez que não se tem uma base de dados com preços dos atrativos visitados, pode-se inferir que tal crescimento também pode expressar a valoração da linha de produtos relacionados ao segmento de negócios e eventos programados.

Para ilustrar o comportamento do fluxo de turistas para Campo Grande, segue, em anexo, o Calendário de Eventos do Pavilhão Albano Franco, para o ano de 2010. O Pavilhão é um dos locais mais utilizados para realização de eventos na cidade de Campo Grande e é tomado aqui como referência para análise do comportamento do fluxo de turistas. A análise do referido calendário mostra que o local está com eventos programados para o ano todo. No total, são aproximadamente 91 eventos.

No entanto, quando se analisa o comportamento da atividade turística dos demais municípios pertencentes ao polo, observa-se que a grande maioria não possui atrativos estruturados e, dessa forma, não possuem produtos a ser comercializados, o que impede uma avaliação sobre sua valoração.

Os municípios possuem vários segmentos com potencial de exploração: ecoturismo (contemplação, banhos em piscinas naturais e balneários), aventura, cultural (místico, religioso, étnico, histórico), negócios e eventos (visitas técnicas, agropecuário), pesca e turismo rural.

Dadas as suas características de pequenos municípios, é necessário estabelecer projetos turísticos que promovam sua integração com a cidade de Campo Grande, permitindo que o turista que visita a cidade, em razão de algum evento, possa se deslocar a outro município do polo para outra atividade turística.

As principais características dos municípios da região possibilitam o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas aos segmentos de eventos, turismo no espaço rural, lazer e natureza.

Há um segmento no polo que possui um potencial de promover a integração dos municípios. É o caso do segmento de visitas técnicas, empreendimentos rurais localizados no entorno de Campo Grande e dos municípios de Terenos, Sidrolândia, Rio Negro, Rochedo, Nova Alvorada do Sul, Corguinho, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti. Tais municípios vêm se destacando no trabalho de pesquisas como, aprimoramento genético bovino, transferência de embriões, implementação da pecuária com tecnologia que permite o cruzamento industrial e confinamento em conjunto com a agricultura, manipulação de ervas naturais e produção de biocombustível.

A análise da linha dos produtos realizada até aqui tem por objetivo avaliar se há um alinhamento entre os produtos turísticos oferecidos na região, as tendências para o mercado e o posicionamento competitivo desejado.

A análise de mercado realizada mostra que Campo Grande é o município mais importante da região e se caracteriza pela oferta do segmento de turismo de negócios e eventos programados. Os demais municípios apresentam atividades potenciais, porém, não consolidadas. O desafio estratégico é promover segmentos turísticos que possam convergir para promover a competitividade da região. O segmento turístico do tipo técnico-científico, pode ser um eixo potencial a ser explorado, para integrar a atividade na região.

Em linhas gerais, os segmentos mais importantes, ou seja, aqueles que têm dinamizado a região, são o turismo de negócios e eventos programados. No entanto, as atividades desse segmento não ocorrem por uma ação deliberada de uma política de desenvolvimento do turismo, mas, sim, de ações isoladas de indivíduos, empresas, organizações, igrejas, universidades e outros. Portanto, há necessidade de se promover o alinhamento entre o *mix* de produtos e o foco estratégico de mercado para a região. São muitos os atrativos que a região possui, desde os naturais até os culturais de interesse histórico e místico; por essa razão, as atividades potenciais são inúmeras, mas deve-se ter o cuidado de se criar sinergias entre elas para que possam favorecer o desenvolvimento do turismo na região, como um todo.

A análise do perfil da demanda para o Polo Campo Grande e Região revela que, em média, 68,2% dos turistas que visitaram a região no período 2007-2009, foram motivados pelos negócios e eventos. Locomoveram-se por avião ou carro próprio e eram brasileiros, em sua quase totalidade. Em média, 26% são do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, aproximadamente, 28% de São Paulo. Vale destacar que o município de Campo Grande é um ponto de parada dos visitantes do Estado. Ao mesmo tempo em que a cidade recebe visitantes que nela permanecem, também recebe os que passam pela cidade em direção a

outros destinos. De qualquer forma, o desafio que se coloca é fazer com que o turista possa, em sua permanência, ter oportunidade de conhecer e usufruir dos atrativos existentes nos municípios que compõem o polo.

Na pesquisa sobre demanda potencial do MTur, revelou-se que as mulheres representam a maioria dos clientes potenciais para o turismo doméstico. A maior frequência etária é entre os 25 e 34 anos, e com renda variando entre um e cinco salários mínimos. E há um equilíbrio entre as classes sociais A/B e D.

Outro desafio que se impõe ao Polo Campo Grande e Região é a superação da concorrência com outros destinos, que focam o turismo de negócios e ventos programados. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras capitais tornam-se concorrentes quase que naturais na oferta de produtos nesse segmento. Dessa forma, deve-se avaliar se a região buscará desenvolver esse segmento para atrativos com apelo internacional, nacional ou regional. Dependendo da escolha, devem-se avaliar melhor as condições de infraestrutura econômica e urbana, os impactos socioambientais, dentre outros fatores. Essa escolha também deverá nortear a organização político-administrativa que oferecerá suporte ao desenvolvimento do turismo no polo. Os municípios possuem órgãos que tratam do turismo, mas ainda carecem de uma melhor estruturação, recursos materiais, humanos e financeiros, e políticas específicas de orientação da atividade turística.

Um dos ajustes que precisa ser feito é no mercado de trabalho. As instituições de ensino superior criaram o curso superior de turismo e formaram profissionais. No entanto, a demanda pelos profissionais não acompanhou o mesmo ritmo. Isso tem acarretado um subaproveitamento dos turismólogos no mercado, e tem feito com que os mesmos busquem outras colocações diferentes de suas competências e habilidades adquiridas.

Esse fator pode ser visto com, pelo menos, dois olhares: no primeiro, significa dizer que há espaço para uma maior promoção do desenvolvimento da atividade turística em função da existência de pessoal qualificado; um segundo olhar pode questionar se o mercado deseja turismólogos ou outros profissionais de nível médio para atuarem no setor. Essa definição permitirá às universidades e escolas de qualificação profissional uma melhor avaliação do que o mercado deseja e, portanto, balizará a organização de suas atividades.

A FUNDTUR/MS realizou um trabalho de definição de estratégias de desenvolvimento do turismo para o período 2008-2020, nas dez regiões turísticas do Estado. O quadro abaixo apresenta os principais segmentos turísticos da região, suas potencialidades de oferta e diferenciais competitivos. Os municípios do Polo Campo Grande e Região coincidem com os definidos pela regionalização feita pela FUNDTUR/MS para a região Caminho dos Ipês.

Como se pode avaliar, o documento da FUNDTUR/MS revelou que são sete os segmentos potenciais que podem ser explorados no polo. Do ponto de vista estratégico é importante que se faça uma avaliação muito criteriosa sobre quais desses segmentos serão efetivamente explorados e desenvolvidos, pois dessa definição é que se pode estabelecer um melhor posicionamento estratégico. Ou seja, promover o ecoturismo em conjunto com o turismo de saúde apresenta um leque muito amplo de ações. Por essa razão, é necessária também uma definição do governo estadual sobre a priorização da atividade turística no polo. Se houver uma definição clara das políticas de promoção do turismo, que permita desenvolver todos os segmentos potenciais elencados pela FUNDTUR/MS, caminha-se na direção de se estabelecer estratégias para cada segmento. No entanto, se não há priorização e os recursos públicos continuarão sendo disputados por outras ações e projetos públicos, então, deve-se refletir com a sociedade e com os agentes da governança do turismo qual será o segmento que dinamizará a atividade.

Quadro 95 - Segmentos de turismo potenciais do Polo Campo Grande e Região.

SEGMENTAÇÃO	POTENCIALIDADE DA OFERTA	DIFERENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO
<p><u>ECOTURISMO</u> É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.</p>	Parques públicos municipais, unidades de conservação estaduais, cachoeiras, rochas, fauna e flora, relevo escarpado, talhado por cânions e vales que originaram belas corredeiras e cachoeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura.	As unidades de conservação e os cânions.
<p><u>TURISMO CULTURAL</u> Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens culturais materiais e imateriais.</p>	Feiras, artesanato, a cultura indígena, inscrições rupestres, tradições e costumes dos imigrantes japoneses, sírios, libaneses, museus, teatros, cinema, visita a Igrejas, ufologia e comunidade quilombola.	Museus e a tradição e costumes dos imigrantes em Campo Grande-MS e Projeto Portal.
<p><u>TURISMO DE ESTUDOS E INTERCÂMBIO</u> Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.</p>	As universidades e faculdades de Campo Grande com seus cursos de graduação, mestrado e doutorado.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
<p><u>TURISMO DE AVENTURA</u> Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.</p>	Cachoeiras e córregos, relevo colinoso, cânions, relevo escarpado, e vales que originaram belas corredeiras e cachoeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura.	Formação geológica (cânions e escarpas de Rio Negro).
<p><u>TURISMO DE SAÚDE</u> Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.</p>	Hospitais especializados em tratamentos de doenças específicas, em Campo Grande.	Hospital do Pênfigo (fogo selvagem) e São Julião (hanseníase).

SEGMENTAÇÃO	POTENCIALIDADE DA OFERTA	DIFERENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO
<p>TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.</p>	<p>Diversos auditórios, parques de exposições, centro de convenções com capacidade para mais de 1000 pessoas, diversos eventos consolidados como festa e exposições agropecuárias, de flores, comercial e industrial, encontro de clubes de motociclista, dentre outros.</p>	<p>Equipamentos para eventos de Campo Grande e região.</p>
<p>TURISMO RURAL É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.</p>	<p>Fazendas, chácaras, gastronomia, tradição do campo, dentre outros.</p>	<p>Circuito de turismo rural de Campo Grande e dos municípios do polo.</p>

Fonte: FUNDTUR/MS. Estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul 2008-2020: Região Caminho dos Ipês. (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

3.5.2. ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO

O propósito desse item é avaliar se há obstáculos que possam minar os esforços de criação e desenvolvimento de produtos turísticos que consolidem o Polo Campo Grande e Região no mercado turístico nacional e internacional.

Um dos desafios que se coloca para a definição estratégica é a definição do segmento que se constituirá no motor do crescimento da atividade turística no polo. São muitos segmentos potenciais e atrativos turísticos relacionados.

Há uma indicação dos dados estatísticos de que o segmento de negócios e eventos programados é o que tem atraído visitantes e dinamizado as economias locais. No entanto, esse setor concentra-se em Campo Grande, e os demais municípios do polo ficam à margem desse dinamismo. Dessa forma, deve-se refletir sobre quais segmentos podem produzir sinergias com o de negócios e eventos programados.

A infraestrutura econômica, social e urbana necessária para a atividade turística atualmente existente começa a apresentar gargalos. Já se ressaltou aqui que os eventos e negócios são realizados de acordo com os interesses de seus programadores e de forma isolada. Já aconteceu da cidade não comportar dois grandes eventos e os visitantes buscarem hospedagem em municípios vizinhos. Dessa forma, se esse segmento se constituir no eixo dinâmico, então se deve avaliar a necessidade de ampliação e melhoria da rede de MHs, dentre outros serviços.

Entretanto, já existem iniciativas para superar tais gargalos e englobam a construção de novos MHs, que possibilitará a ampliação da capacidade de hospedagem do município de Campo Grande; novo centro de eventos, novos atrativos como o Aquário do Pantanal. Além disso, a cidade também está melhorando sua estrutura urbana por meio da ampliação e revitalização das vias públicas, melhora das praças, parques e equipamentos que induzem a melhoria da qualidade de vida.

Deve-se ressaltar que, se os demais segmentos forem promovidos simultaneamente, haverá a necessidade de se avaliar a infraestrutura integralmente, pois novas demandas de serviços turísticos surgirão. Ou seja, há avanços na infraestrutura para atender o segmento de negócios e eventos e, no caso de desenvolvimento de novos segmentos potenciais, haverá a necessidade de se reavaliar as condições existentes.

Como os segmentos apontados no planejamento da FUNDTUR/MS são potenciais e podem promover o desenvolvimento do turismo de forma integrada na região, há necessidade de se ampliar as ações governamentais que promovam a atividade. Um dos gargalos existentes é o insuficiente quadro de pessoal que atua na área. Como foi analisado aqui, as universidades têm formado profissionais para atuação na área e os mesmo não estão sendo absorvidos no mercado e, ao mesmo tempo, as prefeituras apresentam falta de pessoal que possa colaborar com o desenvolvimento dos órgãos de promoção do turismo.

E não somente as universidades, mas a atuação de instituições como o SENAC e o SEBRAE, indicam que há a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão de obra existente nos municípios, que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Ainda assim, há um problema adicional a ser enfrentado: é preciso conciliar as necessidades de capacitação e qualificação profissional exigida pelo mercado e o que as instituições têm oferecido. Dessa forma, é necessário fazer uma avaliação precisa de quais são as reais necessidades do mercado e de que forma serão atendidas. Esse

desalinhamento de interesses acarreta desperdício de recursos materiais, humanos e financeiros, além de não apresentar os resultados desejados para o setor, como um todo.

Um problema comum para o desenvolvimento tanto dos segmentos consolidados como para a exploração dos segmentos potenciais, é a organização político-institucional da atividade turística. Nos municípios do Polo Campo Grande e Região, as prefeituras possuem estruturas próprias de apoio ao turismo, no entanto, a articulação dessas instâncias e as demais relacionadas ainda é falha. Nem todos os órgãos e instâncias de governança existentes possuem o mesmo nível de estruturação, ao contrário, são muito desiguais.

Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios e se manifesta na existência de um quadro reduzido de pessoal de apoio, não há setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, os recursos orçamentários são insuficientes face às necessidades de promoção da atividade turística, e não há uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo e também do legislativo, sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica, capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

Outro aspecto da gestão pública que deve ser relatado, e que representa um gargalo a ser superado, é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Independentemente do segmento a ser promovido, a questão ambiental é um imperativo, até mesmo para se buscar diferenciais em relação aos concorrentes da região. Afinal, é uma tendência de mercado, em especial, para os consumidores, buscarem adquirir produtos de empresas que adotam práticas ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, é importante que se crie no Polo Campo Grande e Região, uma ambiência capaz de promover a oferta e gestão sustentável dos atrativos turísticos. Isso contribuirá decisivamente com a busca de diferenciais competitivos.

Por fim, a ausência de um sistema de informações gerenciais que permita uma melhor gestão do turismo é outro gargalo crítico. Não há como se fazer um bom planejamento e nem uma boa gestão da atividade turística sem um adequado sistema de informações gerenciais, ou seja, sem dados e informações precisas sobre o mercado turístico, sobre o perfil da demanda, sobre os gastos dos turistas durante sua estada, sobre suas preferências, sobre o produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações.

Na moderna gestão de organizações, tem se disseminado uma premissa que afirma que, sem instrumentos de medição, não há como se avaliar um negócio. Por essa razão, um sistema de informações turísticas auxiliaria no processo de tomada de decisões, evitando formulações estratégicas equivocadas que podem comprometer todo um esforço de pessoas, empresas, entidades e órgãos públicos. Sem esse sistema, o risco é grande de se produzir e executar ações não convergentes.

3.5.3. POSIÇÃO ATUAL NO MERCADO TURÍSTICO VERSUS POSICIONAMENTO POTENCIAL

O que se pode inferir sobre o posicionamento do polo baseia-se nas características do município de Campo Grande, marcado pela predominância do segmento de negócios e eventos programados. Esse segmento enfrenta a concorrência acirrada de outros destinos, em especial, São Paulo, que realiza eventos como Fórmula 1, Parada Gay, São Paulo *Fashion Week*, eventos acadêmicos e outros. Além disso, São Paulo é o Estado com o maior PIB do Brasil e, portanto, concentra a maioria dos negócios realizados no país.

A promoção do segmento negócios fica, portanto, condicionada pelo dinamismo econômico do Estado e da região. Outras capitais e destinos também são bastante competitivos e se colocam na disputa com o Polo Campo Grande e Região.

Os demais segmentos potenciais (ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de aventura, turismo de saúde e turismo rural) devem se alinhar aos produtos consolidados no segmento de negócios e eventos. Essa não é uma tarefa fácil de realizar, mesmo porque deve-se avaliar até que ponto, por exemplo, o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura compete ou cria sinergias com os produtos do Polo Serra da Bodoquena e Pantanal.

Em princípio, em função do que se observam no polo, os segmentos do turismo de estudos e pesquisa e o cultural (histórico-cultural) são segmentos potenciais que podem se alinhar complementarmente ao segmento de negócios e eventos.

Portanto, explorar esses segmentos potenciais deve levar em consideração a necessidade de integração entre os segmentos e seus respectivos produtos.

Portanto, o município de Campo Grande é considerado o destino indutor pelo MTur, e sua vocação é para o segmento de negócios e eventos programados. O posicionamento do polo deve ser buscado levando isso em consideração. Além disso, é necessários explorar os segmentos potenciais existentes nos demais municípios do polo, para que se promova a integração entre os municípios, seus principais segmentos turísticos e seus respectivos produtos.

4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

As estratégias de desenvolvimento turístico apresentadas nesse capítulo são resultados das indicações contidas nas conclusões do diagnóstico e de um abrangente processo de planejamento participativo, articulado a um trabalho complementar de pesquisa de campo. Houve, ainda, subsídios de diversos estudos elaborados pelo poder público e outras instituições (ONGs e sociedade civil organizada).

A partir desses referenciais, foram realizadas as oficinas participativas com os atores do *trade* de turismo do Polo Campo Grande e Região, e os elementos da matriz SWOT foram ratificados por meio de dinâmicas ocorridas nas reuniões participativas. Portanto, a matriz SWOT elaborada, consolidou a análise de ambiente necessária para a formulação das estratégias indicativas para o crescimento da atividade turística no Polo Campo Grande e Região, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A análise SWOT permitiu a visualização dos desafios a serem enfrentados num processo de desenvolvimento turístico sustentável. Essa visualização, por sua vez, demonstrou que as ações a serem implantadas nos municípios do polo devem ser integradas e complementares, dado que as inter-relações existentes entre os desafios são evidentes. Soluções pontuais, que não considerassem todo o abrangente contexto em que o turismo se insere, seriam insuficientes e, portanto, inadequadas.

Faz-se necessário frisar que a formulação estratégica desse PDITS não está restrita ao financiamento do programa, mas, sim, a uma estruturação estratégica do desenvolvimento turístico do polo em nível estadual. De tal forma, não se restringe ao horizonte imediato de contemplação das ações financiáveis por esse programa na sua primeira etapa. Estas estratégias, ao invés de apenas captar recursos do PRODETUR NACIONAL, traduzem uma política estadual de desenvolvimento integrado para a região.

4.1. ANÁLISE DA MATRIZ SWOT

A partir do diagnóstico elaborado no capítulo anterior, da árvore de problemas, das estratégias elaboradas pela FUNDTUR/MS e das dinâmicas realizadas durante as reuniões participativas do PDITS, elaborou-se uma matriz SWOT, identificando os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades do Polo Campo Grande e Região, permitindo que sejam elaboradas estratégias e ações ofensivas.

A utilização desta matriz permite identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento do setor turístico no polo. A identificação e o conhecimento desses obstáculos permitem que sejam elaboradas estratégias e ações que os eliminem ou minimizem. E a identificação e o conhecimento dos pontos fortes e pontos fracos contribuem para potencializar e ampliar a competitividade do polo. Essas intervenções permitem a geração de vantagens competitivas, ou seja, o fortalecimento de capacidades que gerem valor para o turismo.

Sendo assim, o emprego da matriz SWOT permite que sejam cruzadas as forças e fraquezas do ambiente interno do setor turístico com as oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente externo, maximizando, assim, as suas oportunidades e potencialidades e minimizando as ameaças e fraquezas.

Vale destacar que a elaboração da matriz SWOT pressupõe a participação dos atores sociais da atividade turística e sua interação. Suas contribuições são anotadas e depois consensuadas com o grupo para construção da matriz final. Por essa razão, o presente documento manteve as contribuições da forma como foram pensadas, discutidas e pactuadas nas oficinas realizadas.

Ambiente externo

A análise do ambiente externo do Polo Campo Grande e Região permite a identificação de oportunidades e de ameaças e, permite também, analisar as melhores maneiras de usufruí-las ou evitá-las. O quadro abaixo apresenta a análise do ambiente externo para o polo:

Quadro 96 – SWOT: ambiente externo.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Turistas mais exigentes requerendo serviços e equipamentos qualificados. ✓ Aumento das entradas de turistas internacionais pelos portais: Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá. ✓ Perspectivas de otimização do turismo interno. ✓ Alta nos câmbios, favorecendo o turismo interno no país. ✓ Abertura do mercado aéreo para companhias estrangeiras – resolução ANAC. ✓ Brasil sede da copa 2014, e o Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos, de 2016. ✓ Implantação da Lei Geral do Turismo. ✓ Política estadual de diversificação da pauta econômica. ✓ Consciência do turista em relação à proteção do meio ambiente. ✓ Política Nacional de Turismo, norteando o processo turístico no país. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Perspectivas de declínio médio na duração da estada, bem como nas despesas, seja maior do que a queda no número de chegadas de turistas internacionais. ✓ Turistas mais exigentes requerendo serviços e equipamentos qualificados. ✓ Redução do fluxo de turista internacional, tendo em vista a crise mundial. ✓ Centralização de São Paulo como distribuidor de passageiros via aérea – desembarque nacional e internacional. ✓ Poucas linhas aéreas regionais em Mato Grosso do Sul (interligando Campo Grande a Dourados, Corumbá e Bonito) e valores e horários com baixa atratividade. ✓ A comunicação mercadológica não conseguiu fortalecer a imagem de Mato Grosso do Sul como um Estado que não seja o Estado de Mato Grosso.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Ambiente interno

A análise do ambiente interno do Polo Campo Grande e Região permite a identificação de pontos fortes e fracos e, permite também, analisar as melhores maneiras de utilizá-los ou eliminá-los. O quadro abaixo apresenta a análise do ambiente interno e dos eventos do ambiente externo que podem influenciar as ações de desenvolvimento para o polo. Na análise abaixo foram destacados os aspectos relacionados ao turismo que podem potencializar seu desenvolvimento.

Quadro 97 - Produtos e atrativos turísticos.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presença de atrativos turísticos consolidados que atraem fluxo expressivo de turistas em variados segmentos: negócios e eventos, cultural (místico), esporte/aventura; ✓ Diversidade de segmentos turísticos potenciais; ✓ Reativação do Trem do Pantanal; ✓ Polo Campo Grande e Região integrado aos outros principais polos turísticos: Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal; ✓ Existência de atrativos culturais (patrimônios históricos) estruturados, com fluxo constante, porém acanhado, que complementam o produto turístico, por exemplo: Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antonio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Igreja de São Francisco, dentre outros; ✓ Atrativos de eventos em reformas, ampliação e readequação para aumentar a qualidade e oferta turística (Centro Rubens Gil de Camillo e Centro Cultural José Octávio Guizzo); ✓ Forte presença das tradições e cultura de origem da região: comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas; ✓ Construção do Aquário do Pantanal de Campo Grande, maior aquário de água doce do mundo, atrativo considerado como um “divisor de águas” que inserirá o destino no mercado mundial; ✓ Existência do Sistema S atuante, facilitando a qualificação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inventário desatualizado dos atrativos presentes no polo (o inventário mais recente é o que embasa o PDTUR/2002 e é datado de 1999); ✓ Segmentação turística desorganizada e mal explorada; ✓ Concentração do fluxo turístico do polo em Campo Grande; ✓ Controle do fluxo turístico recente e insuficiente, pois é limitado à movimentação hoteleira enviada em grande parte somente pelos empreendimentos da Capital; ✓ Falta de controle de visitação nos atrativos e ausência de um calendário único dos principais eventos promovidos no polo; ✓ Presença de irregularidades ambientais, referente à poluição sonora, dos atrativos de eventos voltados a <i>shows</i> em ambientes abertos (Parque Laucídio Coelho); ✓ Necessidade de ampliar a oferta de espaços para eventos de médio e grande porte em ambientes fechados; ✓ Pequena quantidade de empreendimentos cadastrados no MTur; ✓ Baixo grau de integração entre os empreendimentos do setor e presença de conflitos entre elos isolados da cadeia (hotel-espaço de eventos; agência de viagens – agentes de viagens; restaurantes - operadores de cartões, entre outros); ✓ Mão de obra desqualificada; ✓ Ausência de estruturação dos atrativos naturais existentes no polo e exploração desordenada dos mesmos, como, por exemplo, os impactos ambientais já identificados pelo turismo no Inferninho e APA Ceroula, em Campo Grande; ✓ Ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no polo.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 98 – Promoção e comercialização.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Principal portal de entrada do Estado; ✓ Destino divulgado e promovido pelo órgão oficial do turismo em diversos eventos nacionais e internacionais ao longo do ano; ✓ Oportunidade de participação em eventos junto com a FUNDTUR/MS; ✓ Existência do C&VB de Campo Grande; ✓ Consolidação do <i>City-tour</i> como atrativo e como meio de promoção e comercialização dos demais atrativos urbanos do município de Campo Grande; ✓ Aumento da realização de eventos de grande porte e de âmbito internacional no polo, promovendo o destino turístico junto à promoção do evento em si; ✓ Inserção do polo no calendário anual de eventos automobilísticos de grande porte. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Roteiros regionais pouco desenvolvidos; ✓ Ausência de roteiros que integrem atrativos que se complementam dentro do polo, como um roteiro de estudos agrotecnológicos; ✓ Inexistência de um plano de <i>marketing</i> para o planejamento e direcionamento da comercialização e promoção do polo em si; ✓ <i>Marketing</i> isolado; ✓ Agências de viagens de Campo Grande não vendem os atrativos do polo; ✓ Inexistência de único calendário de eventos do polo, ou mesmo que agreguem os principais eventos de cada município; ✓ Ausência de informação e estudos sobre o perfil quantitativo e qualitativo do turista específico do polo; ✓ Ausência de estudos sobre os segmentos específicos do polo: cultural (místico), negócios e eventos (agrotecnológicos) etc.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 99 – Fortalecimento institucional.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Instância de governança regional constituída; ✓ 60% dos municípios possuem COMTUR instalado; ✓ Existência de delegacia especializada em atendimento ao turista; ✓ Os municípios conhecem a estrutura do Ministério do Turismo e os procedimentos necessários para captação de recursos; ✓ Grande centralidade política exercida pela Capital do Estado, com concentração de infraestrutura, recursos e equipamentos e serviços turísticos; ✓ Política de incentivo a estruturas que favorecem o turismo em Campo Grande; ✓ Cadeia do turismo constituída em Campo Grande; ✓ Convention & Visitors Bureau de Campo Grande instalado e ativo; ✓ Campo Grande faz parte dos 65 Municípios Indutores do MTur; ✓ Existência de órgão municipal ambiental atuante na Capital, capaz de licenciar os empreendimentos com maior agilidade e de promover a fiscalização dos mesmos com maior eficácia. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixa relevância do setor turístico à gestão pública, expressa por poucas secretarias de turismo; ✓ Estrutura político administrativa do turismo fragilizada, sem recursos humanos qualificados, sem orçamento próprio e sem decisão; ✓ Ausência de interface entre as pastas administrativas; ✓ Não há organização da iniciativa privada, exceto na Capital; ✓ 40% dos municípios não possuem COMTUR instalado, e nem todos os instalados estão efetivados; ✓ Participação no Fórum Regional e no Grupo Gestor do Destino indutor é incipiente; ✓ Ausência de incentivos fiscais e benefícios específicos para a implantação de empreendimentos turísticos no polo, excetuando-se os municípios de Campo Grande e Sidrolândia; ✓ Descontinuidade de projetos apresentados; ✓ Legislação turística insuficiente para ordenamento da atividade.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 100 - Infraestrutura e serviços básicos.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grandes condições de acesso e acessibilidade na região; ✓ Centros de Atendimento aos Turistas instalados em Campo Grande; ✓ Elevados níveis de investimentos privados pretendidos pelos empresários do setor para os próximos cinco anos; ✓ Meios de hospedagens em expansão em Campo Grande; ✓ Presença do Aeroporto internacional de Campo Grande; ✓ Nova rodoviária de Campo Grande inaugurada e operando; ✓ O início da desativação do atual "aterro controlado" e a recuperação ambiental da área; ✓ Construção de uma usina de triagem de resíduos sólidos em Campo Grande; ✓ Projeto de novo aterro sanitário em Campo Grande devidamente licenciado, visando uma vida útil de 20 anos; ✓ Existência de UPL em alguns municípios do polo como, por exemplo, Dois Irmãos, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul; ✓ Há projeto de construção de um aterro sanitário em tramitação no IMASUL/SEMAC/MS, em Rochedo; ✓ Planejamento para o crescimento da rede de esgotamento sanitário do polo e implantação do sistema em municípios antes não contemplados; ✓ Fomento à implantação de sistemas ecoeficientes em empreendimentos privados da capital pela iniciativa pública e Sistema S. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concentração de equipamentos e serviços turísticos na Capital; ✓ Sinalização turística inadequada nas cidades; ✓ Elevada taxa de ocupação dos MHs, sobretudo dos empreendimentos de grande porte; ✓ Indisponibilidade de leitos em épocas específicas de grandes eventos no polo; ✓ Problemas na capacidade de atendimento do Aeroporto Internacional de Campo Grande e serviços relacionados: estacionamento e taxi; ✓ Há poucos dados oficiais referentes ao abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem, resíduos sólidos e outros temas de infraestrutura; ✓ O sistema de drenagem, em determinados pontos da Capital, não suporta a pressão exercida pelas águas pluviais em épocas de picos pluviométricos; ✓ Os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Rochedo, Corguinho e Jaraguari operados por sistemas autônomos e sem transparência de informações; ✓ Não há estudos da capacidade dos sistemas de saneamento para atender a projeção da população flutuante; ✓ Falta de infraestrutura no setor da saúde; ✓ Deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto; ✓ Ausência de política integrada para a gestão de resíduos sólidos e efluentes; ✓ Dados de segurança pública desatualizados e tendência ao aumento da criminalidade na Capital pelo crescimento no consumo de drogas.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 101 - Gestão ambiental.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturas político-administrativa de meio ambiente em todos os municípios do Estado, destacando-se também, a presença na Capital do órgão ambiental oficial estadual (IMASUL/SEMAC); ✓ Existência de programas, projetos e planos (nacionais, estaduais e municipais) ambientais abrangendo o Polo Campo Grande e Região; ✓ O licenciamento ambiental de impacto local realizado pelo próprio órgão ambiental oficial municipal; ✓ Existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística e igualmente legislação ambiental municipal, principalmente em Campo Grande; ✓ Unidades de Conservação instituídas (são 19 UC cadastradas no IMASUL); ✓ Existência de legislação municipal criando Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Fundo Municipal do Meio Ambiente, em grande parte do polo e efetiva implantação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente em: Campo Grande, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia; ✓ Realização de conferências do meio ambiente nos municípios; ✓ Fiscalização ambiental dos empreendimentos turísticos; ✓ Indicadores ambientais em construção, como IAD/MS. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crescente índice de poluição sonora associada ao setor de turismo; ✓ Baixa capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais) pela insuficiência de recursos humanos e equipamentos para licenciar e fiscalizar os empreendimentos; ✓ Baixa implantação dos programas, projetos e planos ambientais existentes; ✓ Deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto; ✓ Pouca utilização de práticas ecologicamente corretas – redução do consumo de água, energia, redução do desperdício de alimentos etc.; ✓ Existência de disposição irregular de resíduos sólidos em todos os municípios; ✓ Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Fundos Municipais do Meio Ambiente criados por legislação e não instituídos na prática; ✓ Poucos planos de manejo das UC elaborados e implantados no polo; ✓ Projetos referentes à educação ambiental insuficientes; ✓ Coleta seletiva implantada inadequadamente no município de Campo Grande; ✓ Alguns empreendimentos turísticos sem licenciamento ambiental.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Áreas críticas de intervenção

1 - Aprimorar o planejamento a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo:

- ✓ Sensibilizar a classe política sobre a importância do turismo;
- ✓ Eliminar as discontinuidades das políticas públicas voltadas para o turismo;
- ✓ Criar um sistema de dados e informações sobre o turismo;
- ✓ Incrementar as políticas públicas para promoção do desenvolvimento do turismo;
- ✓ Aumentar os recursos para o desenvolvimento do turismo;
- ✓ Promover o envolvimento da iniciativa privada;
- ✓ Mobilizar o *trade* e fortalecer a governança;
- ✓ Evitar a perda de potencialidades de um local para outros fins;
- ✓ Evitar a redução do mercado de trabalho para os profissionais do turismo;
- ✓ Promover o melhor aproveitamento do pessoal qualificado na área;
- ✓ Sensibilizar a sociedade, mercado e governos para ver o turismo como atividade econômica;
- ✓ Despertar o interesse de investidores;
- ✓ Promover a alocação de recursos para investimentos no turismo;

- ✓ Sensibilizar e envolver a sociedade local;
- ✓ Evitar a degradação e subutilização dos recursos ambientais e culturais.

2 - Melhorar a infraestrutura turística existente:

- ✓ Desenvolver produtos turísticos na região;
- ✓ Incentivar investimentos no setor;
- ✓ Melhorar a articulação política para captação de recursos;
- ✓ Aumentar a disponibilidade de recursos;
- ✓ Promover a melhor articulação entre as esferas governamentais no desenvolvimento de ações;
- ✓ Incentivar agentes de comercialização de produtos;
- ✓ Desenvolver uma formatação comercial de produtos e roteiros turísticos;
- ✓ Motivar investimentos empresariais;
- ✓ Melhorar as condicionantes de desenvolvimento regional pelo Estado;
- ✓ Melhorar a infraestrutura básica do polo.

3 - Promover a articulação da iniciativa privada entre si e o poder público:

- ✓ Promover a organização da cadeia produtiva e eliminar conflitos entre seus agentes;
- ✓ Fortalecer a governança²⁰;
- ✓ Melhorar a oferta de projetos de média e longa maturação;
- ✓ Promover práticas associativas;
- ✓ Tornar a rentabilidade do setor mais atrativa;
- ✓ Minimizar a descontinuidade de ações;
- ✓ Aprimorar a regulação do setor, motivar os agentes da cadeia produtiva;
- ✓ Promover o empreendedorismo, satisfazer o turista;
- ✓ Melhorar a qualidade dos serviços turísticos;
- ✓ Aproveitar adequadamente as potencialidades turísticas;
- ✓ Utilizar eficaz e eficientemente os recursos ambientais (cultura, natureza, socioculturais, biológicas e econômicas);
- ✓ Formatar e consolidar produtos e roteiros turísticos;
- ✓ Melhorar o sistema de concorrência.

Cabe observar que a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, conceitua recursos ambientais como: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. No entanto, nos itens acima, denominados “Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo” e “promover a articulação da iniciativa privada entre si e o poder público”, o termo recursos ambientais surgiu das oficinas participativas e foi colocado pelos participantes. O sentido defendido pelos participantes era o de se considerar que todos os recursos (humanos, físicos, culturais, sociais, ambientais, dentre outros) são recursos ambientais, no sentido amplo. A consultoria manteve a grafia e o entendimento porque as técnicas de enfoque participativo indicam que o trabalho de facilitação deve captar e registrar as idéias dos participantes da forma como se manifestam e, qualquer alteração deve ser pactuada entre os presentes. O item reflete essa pactuação.

A FUNDTUR/MS utiliza, internamente, os seguintes critérios para definir o grau de evolução das regiões turísticas.

²⁰ - Entende-se por governança o processo de tomada de decisões, a capacidade de resolver conflitos e a capacidade dos atores envolvidos numa situação de saber estabelecer consensos. Tais atores podem ser agentes públicos, agentes privados, entidades de classe, órgãos públicos e quaisquer participantes que estejam envolvidos em determinado processo decisório, como o de elaboração de um plano de desenvolvimento para a atividade turística.

Região turística consolidada - RTC

- Instância de governança instalada e ativa, com pauta própria de resolução e fundo municipal de turismo;
- Roteiros integrados e formatados, compondo prateleira das agências / operadoras;
- Participação em eventos de comercialização no mercado nacional e internacional;
- Empreendimentos cadastrados no SISTEMA CADASTUR.

Região turística em consolidação - RTEC

- 21% a 50% dos municípios da região com Instância de governança instalada e ativa;
- 01 roteiro integrado e formatado, compondo prateleira das agências/operadoras;
- Participação em eventos de comercialização no mercado nacional;
- Empreendimentos cadastrados no SISTEMA CADASTUR.

Região turística em desenvolvimento - RTED

- 20% dos municípios da região com Instância de governança instalada e ativa;
- Roteiro turístico em formatação;
- Participação em eventos de comercialização no mercado local;
- Empreendimentos cadastrados no SISTEMA CADASTUR.

Dentro desses parâmetros, o Polo Turístico Campo Grande é uma região em consolidação, com instâncias de governanças fragilizadas, com ícones turísticos atuando de maneira isolada, fragmentando o entendimento do potencial da região, impedindo um processo integrado de comercialização. A oferta turística do polo é rica, porém, não está organizada e estruturada de forma que possibilite o acesso do turista a toda a sua diversidade. O que é comercializado ao turista está, atualmente, restrito a alguns segmentos e atrativos.

O sucesso do desenvolvimento do turismo está ligado à qualidade, variedade, criatividade e capacidade comercial dos produtos oferecidos, que atendam e superem as necessidades e expectativas do consumidor. Estruturar e qualificar os produtos e serviços existentes e oferecer novas opções são ações fundamentais, juntamente com a adequação de acessos, estrutura de receptivo dos atrativos e sinalização turística e, principalmente, o fortalecimento institucional das estruturas oficiais de turismo, com interlocução da sociedade civil.

4.2. FORMULAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

A atividade turística pode e deve ser planejada, executada e pautada em estratégias com real poder de competitividade. Isso se consegue garantindo que todas as etapas da atividade turística e todos os setores ligados, direta ou indiretamente com a atividade, funcionem eficientemente.

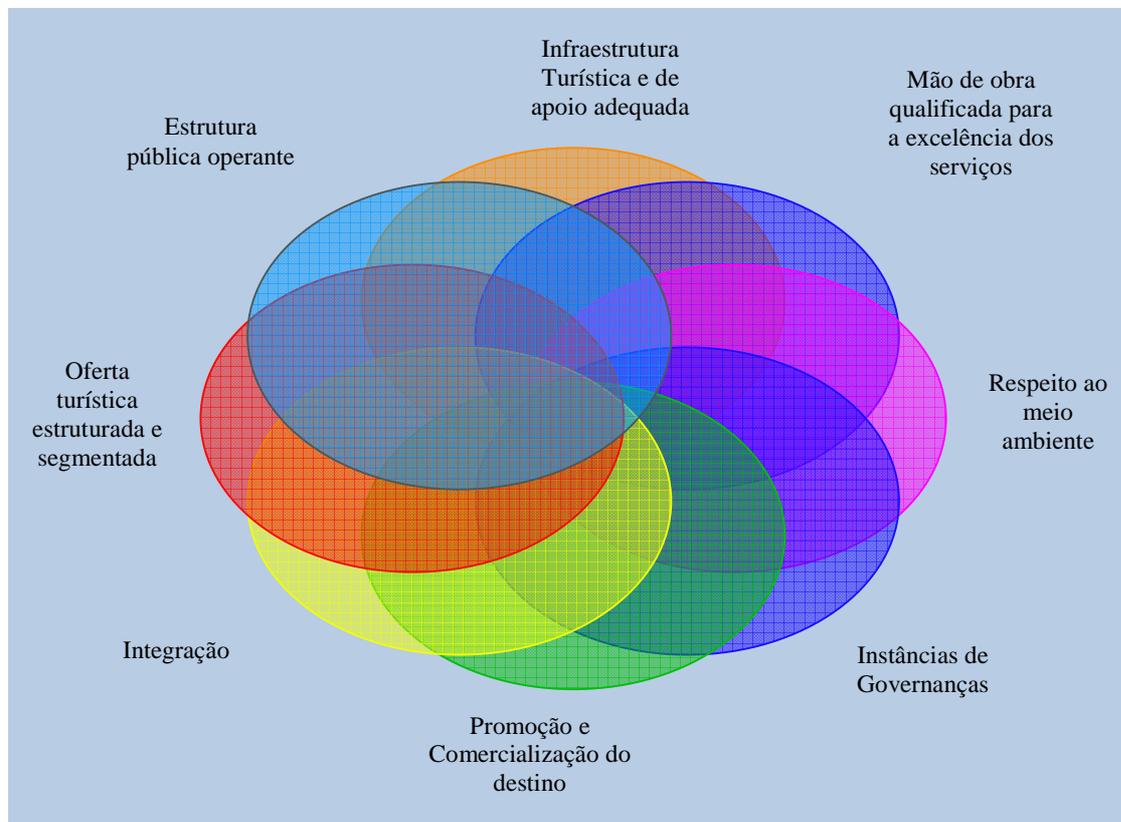


Figura 67 – Dimensões estratégicas.

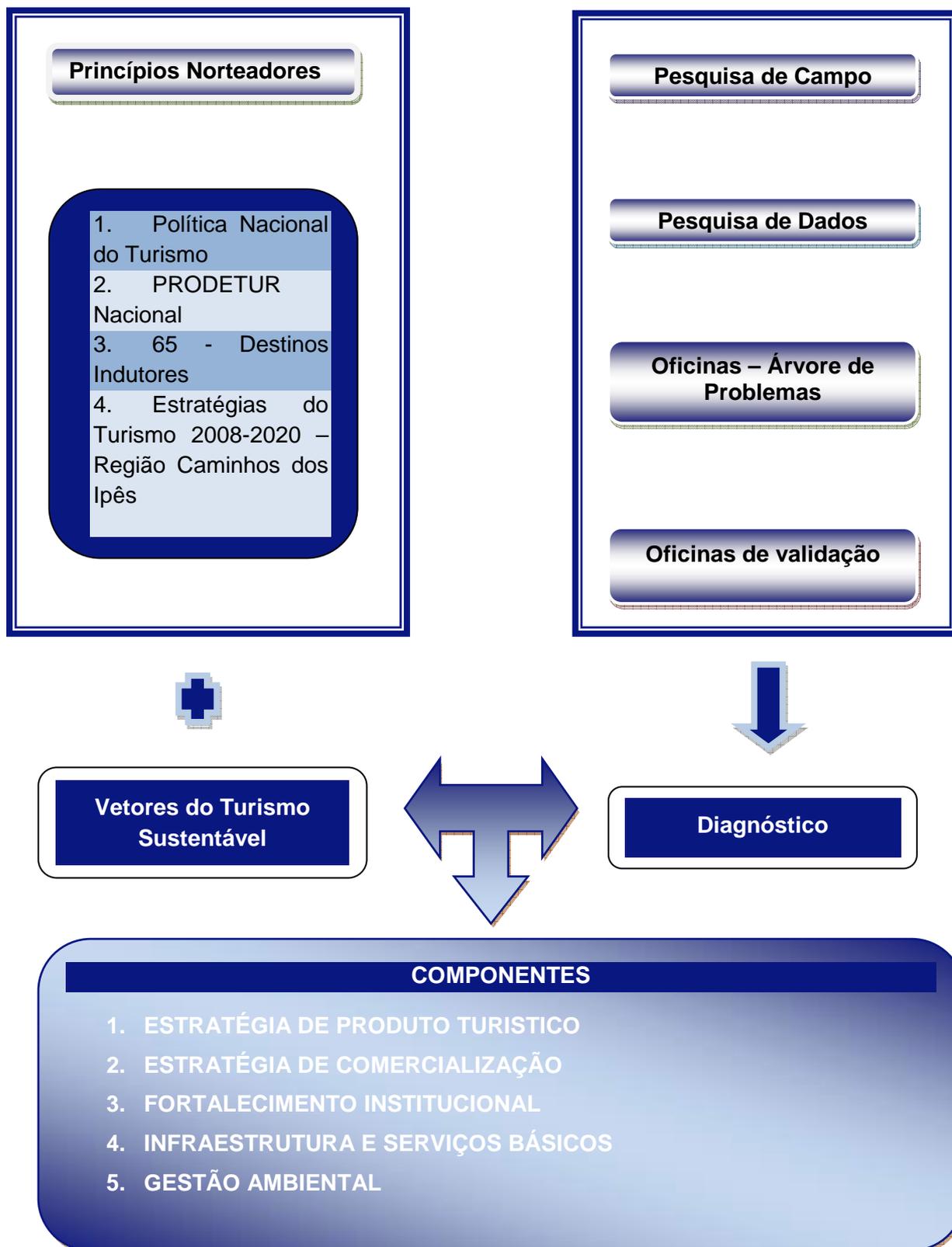
Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Estratégia é um termo milenar, que foi utilizado inicialmente na área militar. Atualmente, diversas outras áreas têm aplicado a definição de estratégia em suas atividades, tais como a dos esportes e a dos negócios. Uma das obras mais famosas que aborda o conceito é *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu (1988, p. 149), que argumenta que as manobras estratégicas significam escolher os caminhos mais vantajosos.

Há diversas perspectivas teóricas sobre estratégia. Nesse trabalho, utilizou-se a perspectiva clássica que prevê inicialmente a formulação da estratégia, para depois seguir para a ação. O processo é lógico e deliberado, com etapas lógicas e seqüencialmente ordenadas.

Os princípios norteadores pautaram-se conforme esquema gráfico abaixo representado.

Figura 68 – Formulação estratégica



Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

4.2.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A Matriz SWOT possibilitou elaborar ações correlatas que servissem de base para o desenvolvimento turístico sustentável. Essas ações foram agrupadas em COMPONENTES, a denominação utilizada para os grandes campos de atuação coordenada. Cada COMPONENTE possui uma série de iniciativas próprias, correlacionadas e com um objetivo em comum.

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURISTICO - Agrupa as iniciativas necessárias para a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa. Prioriza a exploração da diversidade turística da região a formatação de novos produtos para a região e a capacitação profissional.

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO – Agrupa iniciativas capazes de organizar o processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico.

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL - Garante que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município. As estratégias envolvem iniciativas como: modernização administrativa; implementação de ferramentas de gestão; capacitação técnica de equipes; fiscalização; monitoramento da atividade turística. Envolvem também iniciativas de fortalecimentos das relações público-privadas, instigando o amadurecimento destas relações.

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS - Agrupa iniciativas para garantir segurança e informações necessárias ao turista.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL – Agrupa iniciativas de qualidade ambiental e de estímulo à participação da sociedade na atividade turística.

Quadro 102 – Matriz Estratégica

MATRIZ ESTRATÉGICA	
<u>Estratégias de desenvolvimento</u>	<u>Estratégias de correção</u>
<p>São aquelas nas quais o objeto encontra suas melhores chances de sucesso. Suas forças, unidas às oportunidades oferecidas pelo macroambiente fazem com que o elemento progrida e seja aprimorado.</p> <p>ESTRATÉGIAS DE PRODUTOS TURISTICOS</p>	<p>Indicam o caminho a ser seguido para que o objeto de análise aproveite de forma adequada as oportunidades existentes para reduzir/extinguir suas fraquezas e para crescer em meio às oportunidades.</p> <p>ESTRATÉGIAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E</p> <p>ESTRATÉGIAS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA E SERVIÇOS BÁSICOS</p>
<u>Estratégias de diferenciação</u>	<u>Estratégias de reestruturação</u>
<p>Através delas o objeto analisado diferencia-se de seus concorrentes, fazendo uso de seus pontos fortes para superar as ameaças existentes.</p> <p>ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO</p>	<p>As ameaças têm um grande potencial para atingir o elemento em suas fraquezas. Desse modo, são recomendadas estratégias para que o objeto analisado se reestruture, alterando suas características internas, a fim de suportar e superar os aspectos desfavoráveis do ambiente.</p> <p>ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</p>

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

4.2.2. ESTRATÉGIA CENTRAL – POSICIONAMENTO TURÍSTICO DO POLO

Consolidar a região como destino turístico. Para tanto, as estratégias propostas estão direcionadas para um amadurecimento nas relações público-privado e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Estratégia central:

Consolidar a região como destino turístico, através do amadurecimento nas relações público-privado e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

4.2.3. ESTRATÉGIAS GERAIS

Quadro 103 – Estratégias de produto turístico.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

- E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos.
- E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 104 – Estratégias de comercialização.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

- E.1. Desenvolver estratégias de *marketing* turístico.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 105 – Estratégias de fortalecimento institucional.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- E.1. Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 106 – Estratégias de infraestrutura básica.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

- E.1 - Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

Quadro 107 – Estratégias de gestão ambiental.

COMPONENTE 5: GESTÃO AMBIENTAL

- E.1. Melhorar a qualidade ambiental da área turística.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2010.

5. PLANO DE AÇÃO

5.1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

5.1.1. Visão do conjunto de atividades e projetos

Quadro 108 - Estratégia de produto turístico: ações previstas.

Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico	
Estratégia 1 – Fortalecer o segmento de negócios e eventos	
Ações	
1.	Atualizar o inventário turístico da região;
2.	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no Sistema CADASTUR.
Estratégia 2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ações	
1.	Estruturar Roteiros Turísticos Integrados;
2.	Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento;
3.	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta;
4.	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas;
5.	Elaborar estudo de capacidade de carga dos produtos turísticos;
6.	Implantar estudo de capacidade de carga nos produtos turísticos;
7.	Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental;
8.	Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos;
9.	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos;
10.	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor;
11.	Implantar Programa de Qualificação;
12.	Implantar programas de capacitação pública em turismo;
13.	Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;
14.	Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo;
15.	Elaborar projeto de sinalização turística para o polo;
16.	Executar projeto de sinalização turística para o polo;
17.	Elaborar projeto do CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;
18.	Construir CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro;
19.	Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia;
20.	Construir CAT no centro de Sidrolândia.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 109 - Estratégia de comercialização: ações previstas.

Componente 2 – Estratégia de Comercialização
Estratégia 1- Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico
Ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar o turismo interno; 2. Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; 3. Intensificar o programa de captação de eventos; 4. Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo; 5. Implantar o Plano de <i>Marketing</i> do Polo; 6. Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial; 7. Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 110 - Fortalecimento Institucional: ações previstas

Componente 3 – Fortalecimento Institucional
Estratégia - Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande; 2. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande; 3. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho; 4. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho; 5. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti; 6. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti; 7. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari; 8. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari; 9. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul; 10. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul; 11. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo; 12. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo; 13. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro; 14. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro; 15. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo; 16. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo; 17. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia; 18. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia; 19. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos; 20. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos; 21. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas; 22. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas; 23. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas; 24. Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas; 25. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas; 26. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari; 27. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas; 28. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas;

Componente 3 – Fortalecimento Institucional
Estratégia - Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ações
<p>29. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas;</p> <p>30. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas;</p> <p>31. Instituir COMTUR em Dois Irmãos do Buriti;</p> <p>32. Instituir COMTUR em Corguinho;</p> <p>33. Instituir COMTUR em Sidrolândia;</p> <p>34. Instituir COMTUR em Ribas do Rio Pardo;</p> <p>35. Instituir COMTUR em Terenos;</p> <p>36. Fortalecer o COMTUR de Campo Grande;</p> <p>37. Fortalecer o COMTUR de Nova Alvorada do Sul;</p> <p>38. Fortalecer o COMTUR de Jaraguari;</p> <p>39. Fortalecer o COMTUR de Rochedo;</p> <p>40. Fortalecer o COMTUR de Rio Negro;</p> <p>41. Fortalecer o Fórum de Turismo da Região.</p>

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 111 - Infraestrutura e serviços básicos: ações previstas.

Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos
Estratégia 1- Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos
Ações
<p>1. Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo;</p> <p>2. Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo;</p> <p>3. Elaborar projeto de construção de UPLs para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti;</p> <p>4. Construir UPLs para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti;</p> <p>5. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho;</p> <p>6. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari;</p> <p>7. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo;</p> <p>8. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro;</p> <p>9. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo;</p> <p>10. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia;</p> <p>11. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos;</p> <p>12. Construir aterro sanitário em Corguinho;</p> <p>13. Construir aterro sanitário em Jaraguari;</p> <p>14. Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo;</p> <p>15. Construir aterro sanitário em Rio Negro;</p> <p>16. Construir aterro sanitário em Rochedo;</p> <p>17. Construir aterro sanitário em Sidrolândia;</p> <p>18. Construir aterro sanitário em Terenos;</p> <p>19. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho;</p> <p>20. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti;</p> <p>21. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari;</p> <p>22. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro;</p> <p>23. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo;</p>

24. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia;
25. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos;
26. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti;
27. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho;
28. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari;
29. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro;
30. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo;
31. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia;
32. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos;
33. Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo;
34. Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 112 - Gestão ambiental: ações previstas.

Componente 5 – Gestão Ambiental
Estratégia - Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo; 2. Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; 3. Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; 4. Elaborar Agenda 21 regional; 5. Implantar projeto Caminhos do Futuro do MTur, nos municípios do Polo; 6. Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o Polo; 7. Implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos; 8. Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); 9. Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.1.2. Relação das estratégias com as ações e objetivos

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Forças <ul style="list-style-type: none"> • Presença de atrativos turísticos consolidados que atraem fluxo expressivo de turistas em variados segmentos: negócios e eventos, cultural (místico) e esporte/aventura; • Diversidade de segmentos turísticos potenciais Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Inventário desatualizado • Segmentação turística desorganizada e mal explorada.
Estratégia	E.1 – Fortalecer o segmento de negócios e eventos
Ação	Atualizar o inventário turístico da região
	Detalhamento das ações
Objetivo	Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para comercialização.
Justificativa	O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. Nesse sentido, esta ação tem como objetivo promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para

fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. A região não dispõe desse levantamento atualizado. O único inventário existente é de 1999/2000 por ocasião do PDTUR

Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em inventariação e estruturação das informações em banco de dados contendo: Identificação dos recursos e dos atrativos da região; ordenação, normatização e regulação da atividade turística, garantindo segurança e conforto aos turistas; Garantia de uma exploração sustentável dos recursos naturais; Apoio à melhoria da infraestrutura existente; aprimoramento do planejamento, da implementação e da execução das políticas públicas voltadas para o turismo; aprimoramento dos produtos turísticos para a comercialização.
Produtos	Banco de dados ativo com todas as informações dos produtos e atrativos da região
Resultados	Informações confiáveis para elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do turismo na região, possibilitando melhor direcionamento das políticas públicas.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Fraquezas Pequena quantidade de empreendimentos cadastrados no MTur
Estratégia	E.1 – Fortalecer o segmento de negócios e eventos
Ação	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a lei geral do turismo no sistema CADASTUR Detalhamento das ações
Objetivo	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.
Justificativa	O CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, executado pelo MTur em parceria com os órgãos oficiais de turismo das unidades da federação. O Sistema recebe cadastros obrigatórios dos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades: • MHs (albergue, condo-hotel, <i>flat</i> , hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, <i>resort</i> e cama & café)• agências de turismo• transportadoras turísticas• organizadoras de eventos• parques temáticos• acampamentos turísticos• guias de turismo. De acordo com o diagnóstico, nem todos os empreendimentos estão cadastrados na região.
Descrição da Ação	Cabe ao órgão oficial de turismo do Estado a realização desta ação delegada do MTur, prestando orientação, cadastrando e após a regulamentação da lei geral do turismo, promover a fiscalização e a aplicação das sanções necessárias nos empreendimentos turísticos.
Produtos	Cadastro ativo no SISTEMA CADASTUR do MTur.
Resultados	As empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas estão aptas a participarem de eventos de promoção e comercialização promovidos pela FUNDTUR/MS, além comporem o banco de informações dos Centros de Informações Turísticas.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Segmentação turística desorganizada e mal explorada • Concentração do fluxo turístico do polo em Campo Grande • Roteiros regionais pouco desenvolvidos • Ausência de roteiros que integrem atrativos que se complementam dentro do polo, como um roteiro de estudos agrotecnológicos Forças <ul style="list-style-type: none"> • Presença de atrativos turísticos consolidados que atraem fluxo expressivo de turistas em variados segmentos: negócios e eventos, cultural (místico), esporte/aventura • Diversidade de segmentos turísticos potenciais • Reativação do Trem do Pantanal • Polo Campo Grande e Região integrado aos outros principais polos turísticos: Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Estruturar roteiros turísticos integrados
	Detalhamento das ações
Objetivo	Promover a integração da atividade turística em todos os municípios do polo
Justificativa	A atividade turística no polo apresenta-se muito concentrada no município de Campo Grande. Os demais municípios têm atrativos potenciais e consolidados, no entanto, não contribuem como principal atividade dinamizadora de suas economias. A elaboração de roteiros turísticos integrados permitiria aumentar o dinamismo em cada um dos municípios e promoveria efeitos positivos de transbordamento no polo.
Descrição da Ação	Identificar atrativos nos municípios que permitam a estruturação de roteiros turísticos integrados
Produtos	Roteiros turísticos integrados estruturados
Resultados	Atividade turística dinâmica em todos os municípios do polo.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Falta de controle de visitação nos atrativos e ausência de um calendário único dos principais eventos promovidos no polo
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Elaborar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.
Justificativa	Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga, por esse motivo se propõe elaborar um estudo que contemple a avaliação da situação atual das áreas exploradas, a determinação dos limites para a visitação, os indicadores de impacto e o sistema de monitoramento e manejo da visitação. Os resultados obtidos devem resultar em um conjunto de indicadores e parâmetros a serem consolidados em metodologia que possa ser replicada para outros empreendimentos. A OMT define Capacidade de Carga de empreendimentos turísticos como sendo o máximo de uso que se pode fazer deles sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local.
Descrição da	Contratação de empresa especializada – esta ação está atrelada a métodos de

Ação	identificação e avaliação de indicadores ambientais. Pretende-se fazer um estudo da capacidade de carga dos atrativos turísticos da região, e ao concluir tal estudo, colaborar para a minimização da degradação ambiental.
Produtos	Estudo de capacidade de carga elaborado.
Resultados	Melhor planejamento de visitação nos atrativos, e seleção das áreas de visitação.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de controle de visitação nos atrativos e ausência de um calendário único dos principais eventos promovidos no polo
Estratégia	E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Implantar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos. Detalhamento das ações
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.
Justificativa	Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga, por esse motivo se propõe elaborar um estudo que contemple a avaliação da situação atual das áreas exploradas, a determinação dos limites para a visitação, os indicadores de impacto e o sistema de monitoramento e manejo da visitação. Os resultados obtidos devem resultar em um conjunto de indicadores e parâmetros a serem consolidados em metodologia que possa ser replicada para outros empreendimentos. A OMT define capacidade de carga de empreendimentos turísticos como sendo o máximo de uso que se pode fazer deles sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local
Descrição da Ação	Implantação do controle da capacidade de carga nos empreendimentos turísticos, de acordo com o documento de capacidade de carga. A implantação no caso de atrativos particulares fica a cargo do empresário e dos atrativos públicos na responsabilidade dos organismos de turismo. Esta ação será objeto de contínuo monitoramento por parte dos órgãos oficiais de turismo e meio ambiente.
Produtos	Termo de aplicação dos estudos de capacidade de carga.
Resultados	Melhor planejamento de visitação nos atrativos, e seleção das áreas de visitação.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Forças
	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de segmentos turísticos potenciais
	Fraquezas
	Segmentação turística desorganizada e mal explorada.
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento. Detalhamento das ações
Objetivo	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico, incentivar aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização.
Justificativa	A segmentação constitui uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. A segmentação da oferta da região propiciará o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos existentes no polo, de modo a dar identidade aos produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística. Esta ação

Descrição da Ação	visa agregar mais valor e competitividade aos produtos, facilitando o processo de comercialização e identidade da região.
Produtos	Contratação de empresa especializada em segmentação turística e planejamento turístico é a base para a construção dos roteiros.
Resultados	Documento referencial construído e em condições de subsidiar a formatação de roteiros
	Identificação de nichos de negócios. Melhor direcionamento para a promoção e comercialização dos produtos da região favorecendo a consolidação do destino turístico.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	<p>1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO</p> <p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de atrativos turísticos consolidados que atraem fluxo expressivo de turistas em variados segmentos: cultural (místico), aventura e negócios e eventos; • Diversidade de segmentos turísticos potenciais; • Reativação do Trem do Pantanal; • Polo Campo Grande e Região integrado aos outros principais polos turísticos: Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal; • Vários patrimônios histórico-culturais estruturados, com fluxo consolidado, que complementam o produto turístico, por exemplo: Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antonio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Igreja de São Benedito, dentre outros; • Atrativos de eventos em reformas, ampliação e readequação para aumentar a qualidade e oferta turística (Centro Rubens Gil de Camillo e Centro Cultural José Octávio Guizzo). <p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de roteiros que integrem atrativos que se complementam dentro do polo, como um roteiro de estudos aghrotecnológicos • Inexistência de um plano de <i>marketing</i> para o planejamento e direcionamento da comercialização e promoção do polo em si; • <i>Marketing</i> isolado; • Agencias de viagens de Campo Grande não vendem os atrativos do polo.
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região.
Justificativa	A região turística não dispõe de roteiros formatados com qualidade comercial, exceto o município de Campo Grande enquanto portal de entrada e enquanto sede de eventos. É fundamental para o desenvolvimento do turismo que a região possa fornecer atividades inovadoras, diversificadas de maneira a atrair e reter turistas. A produção associada ao turismo – artesanato, cultura, folclore, artes, gastronomia é muito pouco explorada no turismo. Esta ação visa fomentar esses eixos na interface com o turismo
Descrição da Ação	A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, contratar empresa especializada para desenvolver um plano de utilização adequada desta produção que deve trabalhar a associação da imagem do turismo aos produtos de reconhecimento identificados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.
Produtos	Documento - Plano de produtos associados ao turismo com potencial de agregação de valor ao produto – forma de estruturação e utilização
Resultados	Dar maior visibilidade ao turismo da região, favorecendo sua consolidação como destino turístico.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	<p>1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO</p> <p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de atrativos turísticos consolidados que atraem fluxo expressivo de turistas em variados segmentos: cultural (místico), aventura e negócios e eventos; • Diversidade de segmentos turísticos potenciais; • Reativação do Trem do Pantanal; • Polo Campo Grande e Região integrado aos outros principais polos turísticos: Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal; • Vários Patrimônios histórico-culturais estruturados, com fluxo consolidado, que complementam o produto turístico, por exemplo: Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antonio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Igreja de São Benedito, dentre outros; • Atrativos de eventos em reformas, ampliação e readequação para aumentar a qualidade e oferta turística (Centro Rubens Gil de Camilo e Centro Cultural José Octávio Guizzo); • Forte presença das tradições e cultura de origem da região: comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas; • Construção do Aquário do Pantanal de Campo Grande, maior aquário de água doce do mundo, atrativo considerado como um “divisor de água” que inserirá o destino no mercado mundial; <p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de roteiros que integrem atrativos que se complementam dentro do polo, como um roteiro de estudos agrotecnológicos; • Inexistência de um plano de <i>marketing</i> para o planejamento e direcionamento da comercialização e promoção do polo em si; • <i>Marketing</i> isolado.
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas
	Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo
Justificativa	A região turística não dispõe de roteiros formatados com qualidade comercial, exceto o município de Campo Grande enquanto portal de entrada e enquanto sede de eventos. É fundamental para o desenvolvimento do turismo que a região possa fornecer atividades inovadoras, diversificadas de maneira a atrair e reter turistas.
Descrição da Ação	Realizar viagens exploratórias e <i>famtur</i> com as operadoras para que elas orientem o empresário e formatem novos roteiros inserindo novos atrativos e produtos e coloquem esses produtos nas prateleiras do Mato Grosso do Sul
Produtos	Relatório comercial emitido pelas operadoras sobre cada empreendimento visitado, com plano de melhorias dentro do ponto de vista comercial.
Resultados	Novos roteiros da região na prateleira do Mato Grosso do Sul

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	<p>1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO</p> <p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no polo • Mão de obra desqualificada • Ausência de informação e estudos sobre o perfil quantitativo e qualitativo do turista específico do polo; • Ausência de estudos sobre as especificidades dos segmentos do polo: cultural (místico), negócios e eventos (agrotecnológicos) etc.
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

Ações	<p>Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental.</p> <p>Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos.</p> <p>Detalhamento das ações</p>
Objetivo	<p>Promover a qualidade, da oferta turística do polo, considerando a satisfação do turista, a preservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos.</p> <p>Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.</p>
Justificativa	<p>A qualidade dos produtos turísticos está associada à qualificação dos serviços prestados e ao padrão de qualidade desejado, que deve estar referenciado na satisfação dos consumidores e nos pressupostos do turismo sustentável, o que implica estabelecer uma política que estimule a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços prestados, principalmente no que tange a regularização dos empreendimentos de turismo.</p> <p>Os processos de certificação do turismo cumprem uma valiosa função na identificação da sustentabilidade da atividade por estimular maior responsabilidade e competitividade para o mercado.</p>
Descrição das ações	<p>Realizar levantamento com o intuito de suprir o IMASUL de dados desses empreendimentos, com um retrato daqueles empreendimentos que estão operando com e sem licença, quantos estão em processo de licenciamento e qual o tipo de licença (LP, LI, LO) tendo como resultado o controle a fiscalização e o monitoramento, evitando danos a paisagem, degradação e poluição dos recursos naturais.</p> <p>Realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda por certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; realização de promoção e disseminação de informações referentes às boas práticas e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; elaboração e revisão de normas técnicas que contemplem requisitos mínimos de empreendimentos, equipamentos, produtos e competência profissional do setor turístico; avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico.</p> <p>Como ferramenta de <i>marketing</i> para serviços ou atividades relacionadas ao turismo, a criação de um selo de turismo, proporcionará credibilidade internacional aos roteiros oferecidos. Isso se deve à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.</p>
Produtos	<p>Levantamento dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental.</p> <p>Mecanismos de certificação dos produtos turísticos criados</p>
Resultados	<p>Empreendimentos turísticos regularizados quanto ao licenciamento ambiental e Selo de qualidade no turismo criado e implantado.</p>

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos
	Detalhamento das ações

Objetivo	Estimular os proprietários de fazendas potencialmente turísticas, a investirem em suas propriedades e disponibilizá-las ao uso turístico, concomitante a isso, realizar levantamento das instituições de crédito e respectivas linhas de financiamento, no sentido de torná-las acessíveis aos empreendedores regionais, tendo em vista suas condições econômicas, democratizando o crédito.
Justificativa	Um aspecto que merece ser destacado para manter a consolidação do turismo é a ampliação da rede de incentivos aos negócios empresariais. Mais recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo contemplaram algumas atividades turísticas, tais como: MHS, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental, hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para MHS, micro ou pequena empresa do ramo turístico. Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções esportivas na próxima década, pois sediará a Copa Mundial de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016. É importante que os empresários da região de Campo Grande possam ser sensibilizados, capacitados e apoiados para captar recursos dessas fontes e aproveitar o momento ímpar que as instituições de financiamento oferecem ao setor turístico. É uma oportunidade real de expansão dos negócios, no Estado de Mato Grosso do Sul. Mas o mais importante é que se promovam e desenvolvam empresas relacionadas ao setor turístico. Nesse sentido, é essencial que se produzam estudos que orientem as decisões empresariais e as áreas que as políticas públicas devem concentrar esforços de apoio.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para elaboração do Programa de Incentivos com foco em resultados.
Produtos	Criação de Leis de incentivos turísticos para a região
Resultados	Política de incentivos regional, estimulando o investimento privado na região, atraindo novos empreendimentos bem como melhorando as infraestruturas existentes.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Identificar a real demanda por qualificação no setor
Justificativa	A região turística tem recebido capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para a realização dos seguintes processos: levantamento da demanda, da oferta e cruzamento das oportunidades, identificação de solução para os gargalos e elaboração de metodologia e Plano final.
Produtos	Plano de Qualificação para a região

Resultados Plano conforme a demanda e não de acordo com a oferta de cursos que as entidades possam realizar.
Metodologia adequada, considerando as especificidades da região.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	• Estratégia de Produto Turístico
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Implantar Programa de Qualificação
	Detalhamento das ações
Objetivo	Melhorar a mão de obra do setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais.
Justificativa	A região turística tem recebido capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.
Descrição da Ação	Contratação de empresas/entidades do terceiro setor e universidades para a realização das capacitações
Produtos	Pessoal capacitado
Resultados	Prestação de serviços com profissionalismo.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Implantar programas de Capacitação pública em turismo.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar as ações de organização do turismo local, criando o programa “Turismo e sua Interface no setor Público”.
Justificativa	O turismo apesar de se tratar de uma atividade que de acordo como MTur permeia 52 atividades, esse entendimento não é visível dentro da região. As estruturas do turismo são fragilizadas e não há interface com as outras áreas como: meio ambiente, cultura e planejamento, ordenamento urbano e obras. Esta ação visa fortalecer agentes públicos atuantes no turismo para que os mesmo sejam capacitados nos conceitos e princípios da atividade e possam realizar suas ações do cotidiano com maior segurança, interagindo com as demais pastas administrativas.
Descrição da Ação	Parceria com universidades para desenvolvimento de cursos de especialização para agentes públicos em turismo
Produtos	Recursos humanos do setor público com qualificação no turismo.
Resultados	Elaboração de orçamentos anuais e plurianuais com dotação orçamentária para o turismo e metas físicas integradas com as demais pastas administrativas. Elaboração de projetos para captação de recursos em outras fontes como: Ministérios, fundações, empresas, etc.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL e 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Elaborar projeto de sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística no Polo, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo. Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística no Polo, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.

Detalhamento das ações

Objetivo	Monitorar a economia do turismo - fluxo, permanência, gastos e perfil dos turistas; empregos gerados e as condições ambientais dos empreendimentos e as condições da infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade.
Justificativa	O Polo turístico Campo Grande e Região, não dispõem de informações adequadas e organizadas que favoreçam a tomada de decisão, a implantação de políticas e legislações e que oriente o empresariado em suas decisões estratégicas. Assim é fundamental a implantação de um sistema gerencial que atenda as necessidades de cada município e da região como um todo. Esse sistema propiciará a inter-relação entre o turismo, o meio ambiente, os serviços básicos ofertados e suas condições.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada visando, em conjunto com o órgão municipal: Instituir metodologias, produzir, disseminar e promover articulação com instituições estaduais e nacionais visando consolidar um Sistema Gerencial de Informações Turísticas.
Produtos Resultados	Sistema com tecnologia avançada para tomada de decisão. Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região; Boletim Econômico do Turismo; mecanismos de controle e uso dos atrativos; dados sobre o perfil do turista, fluxo, permanência e gastos; Melhoria no processo de atração de investimentos e investidores; Melhoria na capacidade de fiscalização para os órgãos oficiais de turismo e meio ambiente.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Elaborar projeto de sinalização turística para o polo.

Detalhamento das ações

Objetivo	Orientar turistas. Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.
Justificativa	A sinalização de orientação turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas, rurais e das principais rodovias de entradas e saídas de turistas
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico estabelecendo uma comunicação visual que retrate os ícones da região.
Produtos Resultados	Projeto Técnico de sinalização turística Maior orientação e segurança para os turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Executar o projeto de sinalização turística para o polo

Detalhamento das ações

Objetivo	Orientar turistas. Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.
Justificativa	A sinalização de orientação turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas, rurais e das principais rodovias de entradas e saídas de turistas

Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para execução das obras de sinalização nas rodovias de acordo com o projeto técnico elaborado.
Produtos	Sinalização turística implantada
Resultados	Maior orientação e segurança para os turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Elaborar projeto para instalação do Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro. Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.
Produtos	Projeto técnico de engenharia
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Construir Centro de Atendimento ao Turista em Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro. Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução das obras.
Produtos	Centro de Atendimento ao Turista concluído
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Elaborar projeto do Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.
Produtos	Projeto técnico de engenharia
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Construir Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia
Detalhamento das ações	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução das obras.
Produtos	Centro de Atendimento ao Turista concluído
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - Desenvolver Estratégias de <i>Marketing</i> Turístico
Ação	Fomentar o turismo interno.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.
Justificativa	Campo Grande recebe uma grande movimentação de pessoas pela sua própria condição de capital, onde se situa um comércio forte, uma rede de saúde qualificada, etc. Esse público desconhece as atratividades, potencialidades e diversidade turística de Campo Grande e principalmente dos demais municípios que compõem a região. Esta ação visa mostrar ao público sul-mato-grossense o que a região dispõe em termos de lazer e entretenimento que possa estimular o turista a permanecer e conhecer a região.
Descrição da Ação	Contratação de agência para aplicar pesquisa na região, visando identificar quanto à população conhece e utiliza os atrativos e produtos turísticos da região e desenvolver campanha de divulgação do Polo turístico Campo Grande e Região junto ao consumidor final do Estado.
Produtos	Pesquisa de percepção turística da região Formatação de campanha para o consumidor final do Estado - Plano de Mídia
Resultados	Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - Desenvolver Estratégias de <i>Marketing</i> Turístico
Ação	Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil
Detalhamento das ações	
Objetivo	Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa posicionar o destino no cenário, nacional, fazendo inicialmente que os recursos e atrativos sejam conhecidos e comercializados pelas operadoras e agências de viagem.
Descrição da Ação	Vai Brasil é uma parceira entre o MTur e o setor privado, por meio da Braztoa e a Abav, além de hotéis, restaurantes e bares, companhias aéreas, locadoras, guias, visando promover pacotes turísticos a baixo custo.
Produtos	Pacotes comercializados no site Vai Brasil

Resultados Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

Estratégia E.1 - Desenvolver Estratégias de *Marketing* Turístico

Ação Intensificar o programa de captação de eventos

Detalhamento das ações

Objetivo Fortalecer o *Convention & Visitors Bureau* de Campo Grande

Justificativa O C&VB de Campo Grande é a entidade responsável pela captação de eventos em parceria com a Prefeitura municipal e com a FUNDTUR/MS. Os recursos da entidade para esse fim vêm dos associados e a participação não é muito efetiva. Para que a entidade possa captar eventos é necessário que trabalhe com instrumentos profissionais que mostre a capacidade da região.

Descrição da Ação Estabelecimento de parcerias entre as prefeituras municipais, a FUNDTUR/MS com o C&VB. Propiciando viagens de captação e participação em eventos. Atrair eventos para um núcleo significa apontar vantagens, suas características favoráveis à realização de eventos. A captação de eventos deve ser uma tarefa contínua, sendo fundamental uma estrutura técnico-administrativa e financeira organizada.

Produtos Linha de argumentos para a defesa da região e elaboração de um sistema promocional para a região

Resultados Equipamentos de eventos com agenda completa.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

Estratégia E.1 - Desenvolver Estratégias de *Marketing* Turístico

Ação Elaborar Plano de *Marketing* para o Polo

Detalhamento das ações

Objetivo Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do polo turístico.

Justificativa Organizar as diretrizes e estratégias de divulgação, promoção e comercialização do Polo Campo Grande e Região.

Descrição da Ação Contratação de empresa especializada em *Marketing* Turístico.

Produtos Plano de *Marketing* da Região

Resultados

1. Plano de *Marketing* elaborado possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no Polo.
2. Definidas Políticas regionais de comercialização e Plano de Investimentos elaborado

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

Estratégia E.1 - Desenvolver Estratégias de *Marketing* Turístico

Ação Implantar Plano de *Marketing* do Polo

Detalhamento das ações

Objetivo Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do polo turístico.

Justificativa Organizar as diretrizes e estratégias de divulgação, promoção e comercialização do Polo Campo Grande e Região.

Descrição da Ação Implantação do Plano de *Marketing*, integrando os conselhos locais e o Fórum Regional de turismo.

Produtos Implantação do Plano de *Marketing* da Região

Resultados Promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada gerando a consolidação da região no turismo nacional. Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - Desenvolver Estratégias de <i>Marketing</i> Turístico
Ação	Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial
	Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial
Justificativa	A realização desta pesquisa de demanda real e potencial visa identificar o perfil socioeconômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o Polo turístico em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: MHS utilizados, gastos e tempo de permanência. Esta pesquisa busca, portanto, ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado, oferecendo informações que contribuam para o melhor conhecimento do mercado turístico brasileiro e também orientando os empresários a questões tão importantes quanto à melhoria dos seus produtos e serviços.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa do perfil da demanda real e potencial para o Polo turístico Campo Grande e Região.
Produtos	Documento referencial – Pesquisa de demanda real e potencial
Resultados	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - Desenvolver Estratégias de <i>Marketing</i> Turístico
Ação	Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos
	Detalhamento das ações
Objetivo	Orientar e avaliar as participações em feiras e eventos
Justificativa	São inúmeros os gastos praticados no processo de comercialização de um destino, por isso é importante ter um instrumento que propicie o acompanhamento e a avaliação dos resultados obtidos nas feiras e eventos. Atualmente na região, não há nenhum monitoramento do grau de sucesso obtido nas ações de comercialização, nem a curto, médio e longo prazo.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em comercialização e <i>marketing</i> para desenvolver sistema informatizado de comercialização. O objetivo geral é fazer com que a participação na promoção em eventos nacionais seja uma importante ferramenta na divulgação e apoio à comercialização do turismo da região.
Produtos	Sistema com tecnologia avançada de informação para orientar e avaliar a comercialização do destino
Resultados	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégia	E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande 2. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande 3. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho 4. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho 5. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti 6. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti 7. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari 8. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari 9. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul 10. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul 11. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo 12. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo 13. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro 14. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro 15. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo 16. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo 17. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia 18. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia 19. Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos 20. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	<p>Fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo e, acima de tudo, fortalecer os municípios no que concerne a gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico.</p> <p>A comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.</p>
Justificativa	<p>A gestão pública do turismo nos municípios da região encontra-se enfraquecida e, considerando que no turismo cabe à gestão pública o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que os órgãos relacionados ao turismo sejam fortalecidos com estruturas de pessoal técnico, equipamentos e condições de trabalho. É de fundamental importância que fique bem claro que esse “fortalecimento” reflita o Polo, e não mais mostrando cada município separadamente e é imprescindível que a região esteja preparada para a aplicação das ações contempladas neste</p>

Descrição da Ação	PDITS. Contratação de empresa especializada em Fortalecimento Institucional para reestruturar os órgãos de turismo dos municípios do Polo, visando fortalecer a gestão dos órgãos públicos e dotar o corpo técnico destes setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL-MS, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS e os efeitos das ações implementadas.
Produtos	Estruturas de turismo definidas, com recursos e pessoal técnico.
Resultados	Municípios fortalecidos no que concerne à gestão pública para o turismo e do seu território seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.
Estratégia	E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ação	21. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas. 22. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas 23. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas

Detalhamento das ações

Objetivo	Orientar o desenvolvimento da atividade turística, através da revisão dos Planos Diretores Participativos existentes inserindo diretrizes para o ordenamento turístico.
Justificativa	No Polo turístico em questão, o Plano Diretor Participativo devidamente constituído existe nos seguintes municípios. Campo Grande, Sidrolândia e Terenos; em contratação em Ribas do Rio Pardo. Entretanto estes planos não dispõem de diretrizes específicas para o turismo. Esta ação tem por finalidade a revisão dos planos existentes inserindo em seu conteúdo diretrizes turísticas para o ordenamento da atividade.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada na revisão de Plano Diretor Participativo.
Produtos	Plano Diretor Participativo com diretrizes turísticas
Resultados	Maior orientação para desenvolvimento da atividade turística e legislações pertinentes

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.
Estratégia	E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ação	24. Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas 25. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas. 26. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari 27. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas 28. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas 29. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas 30. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas

Detalhamento das ações

Objetivo	Apoiar as administrações municipais na implementação dos seus respectivos planos diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.
Justificativa	O Plano Diretor Participativo de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do município no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuições do município, prevista na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribuem ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem estar e de vida de sua população.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada na elaboração de Plano Diretor participativo, com diretrizes turísticas.
Produtos	Plano Diretor Participativo com diretrizes turísticas
Resultados	Maior orientação para desenvolvimento da atividade turística e legislações pertinentes

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégia	E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ação	31. Instituir COMTUR em Dois Irmãos do Buriti 32. Instituir COMTUR em Corguinho 33. Instituir COMTUR em Sidrolândia 34. Instituir COMTUR em Ribas do Rio Pardo 35. Instituir COMTUR em Terenos.

Detalhamento das ações

Objetivo	Fortalecimento do COMTUR e criação do Fundo Municipal de Turismo.
Justificativa	A região não dispõe de COMTUR em todos os municípios do Polo turístico e as atividades do Fórum Regional requerem maior dinamismo e estruturação para desempenhar seu importante papel na interlocução e desenvolvimento do turismo.
Descrição da Ação	Em parceria com o MTur e o órgão oficial de turismo do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a gestão dos conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para esse fim.
Produtos	Plano de ação do COMTUR constituído; câmaras temáticas ativas e fundo municipal de turismo ativo.
Resultados	Instância local e regional fortalecidos para implementar políticas de desenvolvimento do turismo

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégia	E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo
Ação	36. Fortalecer o COMTUR de Campo Grande 37. Fortalecer o COMTUR de Nova Alvorada do Sul 38. Fortalecer o COMTUR de Jaraguari 39. Fortalecer o COMTUR de Rochedo 40. Fortalecer o COMTUR de Rio Negro 41. Fortalecer o Fórum de Turismo da Região

Detalhamento das ações

Objetivo	Fortalecimento das instâncias de governança do polo
Justificativa	As atividades do Fórum Regional e dos conselhos municipais requerem maior dinamismo e estruturação para desempenhar seu importante papel na interlocução e desenvolvimento do turismo.
Descrição da Ação	Em parceria com o MTur e o órgão oficial de turismo do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a gestão dos conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para esse fim.
Produtos	Plano de ação do COMTUR constituído; câmaras temáticas ativas e fundo municipal de turismo ativo.
Resultados	Instância local e regional fortalecidos para implementar políticas de desenvolvimento do turismo

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos
Ações	Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.

Detalhamento das ações

Objetivo	Atender a necessidade de redução e combate as perdas de água.
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água ser bons, é imprescindível promover melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água. O atendimento a população flutuante principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável.
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para elaboração de plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável. É importante ressaltar que nesse plano deverá conter além de medidas operacionais, medidas educativas para a população local.
Produtos	Projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios.
Resultados	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos
Ações	Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.

Detalhamento das ações

Objetivo	Atender a necessidade de redução e combate as perdas de água.
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água ser bons, é imprescindível promover melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água. O atendimento a população flutuante principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável.
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para implantação do plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável.
Produtos	Projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios.
Resultados	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 3. Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do polo, exceto Dois Irmãos do Buriti 4. Construir UPL para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti 5. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho 6. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari 7. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo 8. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro 9. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo 10. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia 11. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos 12. Construir aterro sanitário em Corguinho 13. Construir aterro sanitário em Jaraguari 14. Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo 15. Construir aterro sanitário em Rio Negro 16. Construir aterro sanitário em Rochedo 17. Construir aterro sanitário em Sidrolândia 18. Construir aterro sanitário em Terenos

Detalhamento das ações

Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplina mento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.
Justificativa	As gestões municipais têm se preocupado com a geração e deposição final dos resíduos sólidos em suas sedes, pois esses serviços se alteram e em alta temporada esta demanda é duplicada. Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado

para deposição, é preciso considerar desde a origem desse descarte até seu destino final.

Todo esse processo deve ser realizado juntamente com um programa de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.

Contratação de empresa especializada para execução das obras de instalação de UPL e aterro sanitário.

Descrição das ações

Produtos

Instalação de UPL e construção de aterro sanitário

Resultados

Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT

4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Estratégia

E1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos

Ações

19. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho
20. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti
21. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari
22. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro
23. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo
24. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia
25. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos.

Detalhamento das ações

Objetivo

Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante nos municípios.

Justificativa

Investir em esgoto pode significar um grande salto de qualidade de vida para os municípios, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas cada vez mais comuns nessa era da “globalização”.

Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação!

Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim: ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “mini-fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.

Descrição das ações

Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico de esgotamento sanitário para os municípios com soluções inovadoras

Produtos

Projeto técnico

Resultados

Melhoria no sistema de saneamento dos municípios

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT

4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Estratégia

E1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos

Ações

26. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti
27. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho
28. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari
29. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro
30. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo
31. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia
32. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos

Detalhamento das ações

Objetivo

Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante da região

Justificativa

Investir em esgoto pode significar um grande salto para o município, em termos da

dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas cada vez mais comuns nessa era da “globalização”. Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação!

Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim: ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “mini fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.

Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para execução das obras de esgotamento sanitário
Produtos	Instalação de rede de esgoto
Resultados	Melhoria em todo o sistema de saneamento

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos
Ações	33. Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo 34. Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo

Detalhamento das ações

Objetivo	Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante do polo
Justificativa	Investir na ampliação da rede de esgoto e no seu monitoramento pode significar um grande salto de qualidade de vida para os municípios do polo, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das empresas que poderão dinamizar a atividade turística. Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação. Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim: ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “mini-fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada na elaboração de programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário
Produtos	Programa de monitoramento da rede de esgoto
Resultados	Melhoria no sistema de saneamento do polo

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ação	1) Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do Polo.

Detalhamento das ações

Objetivo	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do polo à luz da política e de diretrizes municipais para o setor.
Justificativa	O Código Municipal de Meio Ambiente hoje em vigor nos municípios de modo geral apresentam-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo plano estratégico de gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do código e a sua adequação, o que demandará a contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. No polo o marco legal e Institucional é ineficiente, a legislação do turismo ainda é incipiente deixando muitas lacunas a serem preenchidas nesse setor. Percebe-se que é preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente, considerando que os instrumentos legais instituídos são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais.
Descrição da Ação	Trata-se de proceder à revisão do Código Municipal de Meio Ambiente tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental a ser elaborado, conforme E3, Ação nº. 02 do COMPONENTE 5 – G.Ambiental.
Produtos	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais.
Resultados	Eficiência na legislação ambiental

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ação	2-Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
Descrição da Ação	Elaboração de Plano Estratégico de Gestão Ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável; ▪ Mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, os CONDEMAS e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano; ▪ Criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público; As orientações e indicações constantes do plano regional estratégico de gestão ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação dos poderes públicos municipais por meio do Núcleo

Produtos	de Meio Ambiente e para a elaboração e implantação da Agenda 21 local.
Resultados	Plano Estratégico de Gestão Ambiental do Polo turístico Campo Grande e Região. Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ação	3- Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
Descrição da Ação	Implantar o Plano Estratégico de Gestão Ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável; ▪ Mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, os CONDEMAS e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano; ▪ Criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público; <p>As orientações e indicações constantes do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação dos poderes públicos municipais por meio do Núcleo de Meio Ambiente e para a elaboração e implantação da Agenda 21 local.</p>
Produtos	Plano Estratégico de Gestão Ambiental do Polo turístico Campo Grande e Região implantado
Resultados	Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ação	4 - Elaborar Agenda 21 regional.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação

Descrição da Ação	destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto. Para a elaboração da Agenda 21 da região poderão ser utilizadas as ações propostas no Passo a passo da Agenda 21 Local disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente. Mobilizar um grupo de trabalho composto por agentes internos à administração municipal e representante da sociedade e cumprir as seguintes etapas: Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade; Criar um Fórum de Agenda 21; Elaborar um diagnóstico participativo; Elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável
Produtos	Agenda 21 Regional elaborada
Resultados	Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável (agenda 21) em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ação	1-Implantar projeto Caminhos do Futuro do MTur nos municípios do Polo
	Detalhamento das ações
Objetivo	Inserir conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente
Justificativa	O objetivo é capacitar professores da rede pública de ensino municipal e estadual de para que eles possam trabalhar com seus alunos questões ligadas ao turismo, enfocando as possibilidades e os problemas encontrados na área. Os jovens passarão a ter a oportunidade de conhecer as potencialidades da região e as melhores práticas de exploração de um turismo sustentável.
Descrição da Ação	Parceria com o MTur para implantação do projeto na região.
Produtos	Implantação do projeto em pelo menos uma escola pública de cada município do Polo.
Resultados	Maior consciência sobre a exploração sustentável do turismo e maior participação da comunidade nos conselhos municipais de turismo e meio ambiente.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ações	6 - Elaborar plano integrado de resíduos sólidos para o Polo 7 – Implantar plano integrado de resíduos sólidos
	Detalhamento das ações
Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.
Justificativa	Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição, é preciso considerar desde a origem desse descarte até seu destino final.
Descrição das ações	Elaboração de um projeto para a região do Polo que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.
Produtos	Plano Regional Integrado de Resíduos Sólidos
Resultados	Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ações	1 - Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica - AAE
	Detalhamento das ações
Objetivo	A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Justificativa	<p>Justificativa</p> <p>A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.</p> <p>O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.</p>
Descrição das ações	<p>Descrição da ação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação do Estudo 2. Elaboração da Linha de Base e Diagnóstico 3. Identificação e Avaliação de Impactos 4. Construção de Cenários; 5. Conclusões e Recomendações 6. Monitoramento e Avaliação do Programa <p>Versão preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica e Validação da AAE.</p>
Produtos	Diagnóstico, Identificação e Avaliação de Impactos; Cenarização; Conclusões e Recomendações, Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do Programa, Objetivos de Sustentabilidade, Proposição dos Cenários de Desenvolvimento.
Resultados	A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – Melhorar a qualidade ambiental da área turística
Ações	2 – Implantar Avaliação Ambiental Estratégica - AAE
	Detalhamento das ações
Objetivo	Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no Polo.

Justificativa**Justificativa**

A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas. O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.

Descrição das ações

A implantação da AAE, - etapas – capacitação dos gestores públicos e conselhos de turismo e Meio ambiente, instituição de Núcleos em cada órgão municipal de Meio Ambiente, com a coordenação SEMAC/IMASUL –

1 - Seleção de propostas de decisão estratégica a serem objetos de AAE - Execução de uma avaliação ambiental preliminar de cada uma das propostas para identificar aquelas que, potencialmente, resultem em consequências ambientais significativas (tanto positivas como negativas) e que, portanto, serão objetos de AAE, pelos órgãos e instituições responsáveis pela condução do processo.

2 - Previsão de que os resultados da avaliação estejam disponíveis a tempo para sua efetiva utilização como subsídio para a formulação ou definição da estratégia.

3 - Definição do conteúdo e realização da avaliação - Aspectos Ambientais e outros aspectos relevantes: condições socioeconômicas, em paralelo ou de forma integrada com a avaliação.

4- Revisão - Mecanismo para verificar e garantir a qualidade da informação e dos resultados da avaliação.

5-Envolvimento e participação do público - Disposição ao público afetado de informação suficiente e recolhimento de suas opiniões, em tempo hábil (suficientemente antecipado), para que sejam efetivamente utilizadas na formulação da decisão estratégica.

6 –Documentação - Disponibilidade dos resultados da avaliação, em forma de relatório compreensível, para a informação de todas as partes afetadas pela decisão.

7 - Esclarecimento a todas as partes afetadas pela decisão que foi tomada, de como os resultados da avaliação foi levado em consideração.

Acompanhamento da implementação da decisão estratégica pelos órgãos de meio ambiente e turismo estadual e municipal

Produtos

Realização de AAE na formulação do planejamento turístico

Resultados

A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.

5.1.3. Relação das ações por município.**Quadro 113 - Estratégia de produto turístico: ações por município.**

Estratégias	Ações	Municípios
E.1 - Fortalecer o segmento de negócios e eventos	Atualizar o inventário turístico da região.	Polo
	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.	Polo
E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.	Polo
	Implantar estudo de Capacidade de Carga nos produtos turísticos.	Polo
	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.	Polo
	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.	Polo
	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.	Polo
	Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	Polo
	Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos	Polo
	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.	Polo
	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.	Polo
	Implantar Programa de Qualificação.	Polo
E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	Implantar programas de capacitação pública em turismo.	Polo
	Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	Polo
	Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	Polo
	Elaborar projeto de sinalização turística para o polo	Polo
	Executar projeto de sinalização turística para o polo	Polo
	Elaborar projeto do CAT na entrada de	Corguinho

Estratégias	Ações	Municípios
	Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro	
	Construir CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro	Corguinho
	Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia	Sidrolândia
	Construir CAT ao Turista no centro de Sidrolândia	Sidrolândia

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 114 - Estratégia de comercialização: ações por município.

Estratégias	Ações	Municípios
E.1 - Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico	Fomentar o turismo interno.	Polo
	Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil.	Polo
	Intensificar o programa de captação de eventos.	Campo Grande
	Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o polo.	Polo
	Implantar o Plano de <i>Marketing</i> do polo.	Polo
	Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial.	Polo
	Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos.	Polo

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 115 - Fortalecimento Institucional: Ações por Município

Estratégias	Ações	Municípios
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande.	Campo Grande
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande.	Campo Grande
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho.	Corguinho
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho.	Corguinho
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti.	Dois Irmãos do Buriti
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti.	Dois Irmãos do Buriti
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari.	Jaraguari
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari.	Jaraguari

Estratégias	Ações	Municípios
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul.	Nova Alvorada do Sul
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul.	Nova Alvorada do Sul
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro.	Rio Negro
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro.	Rio Negro
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo.	Rochedo
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo.	Rochedo
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia.	Sidrolândia
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia.	Sidrolândia
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos.	Terenos
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos.	Terenos
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas.	Campo Grande
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas.	Sidrolândia
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas.	Terenos
	Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas.	Corguinho
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de	Dois Irmãos do Buriti

Estratégias	Ações	Municípios
	Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas..	
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari.	Jaraguari
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas.	Nova Alvorada do Sul
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas.	Ribas do Rio Pardo
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas.	Rio Negro
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas.	Rochedo
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo	Instituir COMTUR em Dois Irmãos do Buriti.	Dois Irmãos do Buriti
	Instituir COMTUR em Corguinho.	Corguinho
	Instituir COMTUR em Sidrolândia.	Sidrolândia
	Instituir COMTUR em Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo
	Instituir COMTUR em Terenos.	Terenos
	Fortalecer o COMTUR de Campo Grande.	Campo Grande
	Fortalecer o COMTUR de Nova Alvorada do Sul.	Nova Alvorada do Sul
	Fortalecer o COMTUR de Jaraguari.	Jaraguari
	Fortalecer o COMTUR de Rochedo.	Rochedo
	Fortalecer o COMTUR de Rio Negro.	Rio Negro
Fortalecer o Fórum de Turismo da região.	Polo	

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 116 - Infraestrutura e serviços básicos: ações por município.

Estratégias	Ações	Municípios
E.1 - Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos	Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.	Polo
	Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.	Todos
	Elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do polo, exceto Dois Irmãos do Buriti.	Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti
	Construir UPL para os municípios do polo, exceto Dois Irmãos do Buriti.	Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho.	Corguinho
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari.	Jaraguari
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro.	Rio Negro
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo.	Rochedo
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia.	Sidrolândia
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos.	Terenos
	Construir aterro sanitário em Corguinho.	Corguinho
	Construir aterro sanitário em Jaraguari.	Jaraguari
	Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo
	Construir aterro sanitário em Rio Negro.	Rio Negro
	Construir aterro sanitário em Rochedo.	Rochedo
	Construir aterro sanitário em Sidrolândia.	Sidrolândia
	Construir aterro sanitário em Terenos.	Terenos
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho.	Corguinho
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti.	Dois Irmãos do Buriti
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari.	Jaraguari
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro.	Rio Negro
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo.	Rochedo
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia.	Sidrolândia
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos.	Terenos
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho.	Corguinho
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti.	Dois Irmãos do Buriti
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari.	Jaraguari
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro.	Rio Negro
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em	Rochedo

Estratégias	Ações	Municípios
	Rochedo.	
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia.	Sidrolândia
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos.	Terenos
	Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.	Polo
	Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.	Polo

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 117 - Gestão ambiental: ações por município.

Estratégias	Ações	Municípios
E.1 - Melhorar a qualidade ambiental da área turística	Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do polo.	Polo
	Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	Polo
	Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	Polo
	Elaborar Agenda 21 regional.	Polo
	Implantar projeto Caminhos do Futuro do MTur nos municípios do polo.	Polo
	Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o polo.	Polo
	Implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos.	Polo
	Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	Polo
	Implantar Avaliação Ambiental Estratégica.	Polo

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

5.2.1. Investimentos totais por componente e por município. (Moeda Real e Dólar).

Quadro 118 – Investimentos totais por componente e por município.

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar U\$1,0
E1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	11.560.000		370.000							370.000		12.300.000	7.002.562
E2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	3.310.000	1.500.000										4.810.000	2.738.400
E3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	-	905.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	15.665.000	8.918.304
E4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	3.280.000	1.920.000	5.390.000	1.770.000	5.390.000	1.920.000	3.620.000	5.390.000	5.390.000	5.390.000	5.390.000	44.850.000	25.533.732
E5 - GESTÃO AMBIENTAL	4.386.000											4.386.000	2.497.011
Total geral	22.536.000	4.325.000	7.400.000	3.410.000	7.030.000	3.560.000	5.260.000	7.030.000	7.030.000	7.400.000	7.030.000	82.011.000	46.690.009

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.2.2. Avaliação da capacidade de pagamento.

Considerando-se:

- A projeção do fluxo de turistas para o Polo Campo Grande e Região durante o período de vigência do PDITS;
- O tempo médio de permanência do turista;
- O gasto médio individual por viagem e, conseqüentemente, o gasto médio diário;
- As condições de financiamento do BID;
- As condições para realização de operações de crédito do governo estadual com recursos do BID, no âmbito do PRODETUR NACIONAL, estabelecidas pela Lei n. 3.582, de 21 de novembro de 2008;
- A projeção de um crescimento gradual do fluxo de turistas; e,
- A carga tributária estadual de 25,88% (variável que expressa a geração de receitas públicas estaduais:

A análise custo-benefício do PDITS recomenda a sua execução, pois, se considerando o investimento total de R\$ 82.011.000,00 e uma Taxa Média de Atratividade de 12% a.a., o Valor Presente Líquido (VPL) apresentado é de R\$ 1.783.742.337,09 e a Taxa Interna de Retorno (TIR) é de 53,64%.

Segundo a análise custo-benefício, quando o $VPL > 0$, os benefícios superam os custos e a sociedade ganha com a execução do projeto. Os dados são apresentados resumidamente nas tabelas a seguir e detalhadamente no Excel anexo:

Quadro 119 - Estimativa do custo-benefício do PRODETUR/MS.

a) Ano	Desembolsos		Custos				Benefício Bruto	Benefício Líquido		
	b) Financiado	c) Contrapartida do Estado	d) Encargos Financeiros	e) Amortização	f) Taxa de Compromisso	g) Comissão de Inspeção e Supervisão	h) Custo Total (c+d+e+f+g)	i) Receita Bruta	j) Receita Líquida (i - h)	k) Receita Líquida Acumulada
2011	R\$ 7.380.990,07	R\$ 4.920.660,05	R\$ 788.289,74	R\$ 0,00	R\$ 123.016,50	R\$ 295.239,60	R\$ 6.127.205,89	R\$ 0,00	-R\$ 6.127.205,89	-R\$ 6.127.205,89
2012	R\$ 14.761.980,15	R\$ 9.841.320,10	R\$ 2.364.869,22	R\$ 0,00	R\$ 104.564,03	R\$ 295.239,60	R\$ 12.605.992,95	R\$ 0,00	-R\$ 12.605.992,95	-R\$ 18.733.198,84
2013	R\$ 9.841.320,10	R\$ 6.560.880,06	R\$ 3.415.922,21	R\$ 0,00	R\$ 67.659,08	R\$ 295.239,60	R\$ 10.339.700,95	R\$ 0,00	-R\$ 10.339.700,95	-R\$ 29.072.899,79
2014	R\$ 9.841.320,10	R\$ 6.560.880,06	R\$ 4.466.975,19	R\$ 0,00	R\$ 43.055,78	R\$ 295.239,60	R\$ 11.366.150,64	R\$ 0,00	-R\$ 11.366.150,64	-R\$ 40.439.050,42
2015	R\$ 7.380.990,07	R\$ 4.920.660,05	R\$ 5.255.264,93	R\$ 0,00	R\$ 18.452,48	R\$ 295.239,60	R\$ 10.489.617,06	R\$ 0,00	-R\$ 10.489.617,06	-R\$ 50.928.667,48
2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.255.264,93	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.715.594,96	R\$ 454.846.711,76	R\$ 447.131.116,80	R\$ 396.202.449,32
2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.992.501,69	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.452.831,71	R\$ 454.846.711,76	R\$ 447.393.880,05	R\$ 843.596.329,37
2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.729.738,44	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.190.068,46	R\$ 454.846.711,76	R\$ 447.656.643,29	R\$ 1.291.252.972,66
2019	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.466.975,19	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.927.305,22	R\$ 454.846.711,76	R\$ 447.919.406,54	R\$ 1.739.172.379,20
2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.204.211,95	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.664.541,97	R\$ 454.846.711,76	R\$ 448.182.169,79	R\$ 2.187.354.548,99
2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.941.448,70	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.401.778,72	R\$ 454.846.711,76	R\$ 448.444.933,03	R\$ 2.635.799.482,02
2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.678.685,45	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.139.015,48	R\$ 454.846.711,76	R\$ 448.707.696,28	R\$ 3.084.507.178,30
2023	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.415.922,21	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.876.252,23	R\$ 454.846.711,76	R\$ 448.970.459,53	R\$ 3.533.477.637,83
2024	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.153.158,96	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.613.488,98	R\$ 454.846.711,76	R\$ 449.233.222,77	R\$ 3.982.710.860,60
2025	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.890.395,71	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.350.725,74	R\$ 454.846.711,76	R\$ 449.495.986,02	R\$ 4.432.206.846,62
2026	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.627.632,47	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.087.962,49	R\$ 454.846.711,76	R\$ 449.758.749,27	R\$ 4.881.965.595,89
2027	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.364.869,22	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.825.199,24	R\$ 454.846.711,76	R\$ 450.021.512,51	R\$ 5.331.987.108,40
2028	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.102.105,97	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.562.436,00	R\$ 454.846.711,76	R\$ 450.284.275,76	R\$ 5.782.271.384,16
2029	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.839.342,73	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.299.672,75	R\$ 454.846.711,76	R\$ 450.547.039,01	R\$ 6.232.818.423,17
2030	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.576.579,48	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.036.909,50	R\$ 454.846.711,76	R\$ 450.809.802,25	R\$ 6.683.628.225,42
2031	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.313.816,23	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.774.146,26	R\$ 454.846.711,76	R\$ 451.072.565,50	R\$ 7.134.700.790,92
2032	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.051.052,99	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.511.383,01	R\$ 454.846.711,76	R\$ 451.335.328,75	R\$ 7.586.036.119,66
2033	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 788.289,74	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.248.619,76	R\$ 454.846.711,76	R\$ 451.598.091,99	R\$ 8.037.634.211,66
2034	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 525.526,49	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.985.856,52	R\$ 454.846.711,76	R\$ 451.860.855,24	R\$ 8.489.495.066,90
2035	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 262.763,25	R\$ 2.460.330,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.723.093,27	R\$ 454.846.711,76	R\$ 452.123.618,49	R\$ 8.941.618.685,38
Totais (R\$)	R\$ 49.206.600,49	R\$ 32.804.400,32	R\$ 71.471.603,07	R\$ 49.206.600,49	R\$ 356.747,85	R\$ 1.476.198,01	R\$ 155.315.549,75	R\$ 9.096.934.235,13	R\$ 8.941.618.685,38	

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 120 - Análise da viabilidade econômico-financeira.

ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6
Investimento	-R\$ 82.011.000,81						
Receita Bruta		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 454.846.711,76
Custos Totais		R\$ 6.127.205,89	R\$ 12.605.992,95	R\$ 10.339.700,95	R\$ 11.366.150,64	R\$ 10.489.617,06	R\$ 7.715.594,96
Receita Líquida		-R\$ 6.127.205,89	-R\$ 12.605.992,95	-R\$ 10.339.700,95	-R\$ 11.366.150,64	-R\$ 10.489.617,06	R\$ 447.131.116,80
Margem Operacional		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	98,3%
Payback - Descontado*	1,10						
VPL*	R\$ 1.783.742.337,09						
TIR	53,64%						

* Para cálculo dos índices de retorno do capital (PAYBACK e VPL), foi admitida uma TMA de 12% ao ano definida pelo PRODETUR - UCP/MS.

ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14
R\$ 454.846.711,76							
R\$ 7.452.831,71	R\$ 7.190.068,46	R\$ 6.927.305,22	R\$ 6.664.541,97	R\$ 6.401.778,72	R\$ 6.139.015,48	R\$ 5.876.252,23	R\$ 5.613.488,98
R\$ 447.393.880,05	R\$ 447.656.643,29	R\$ 447.919.406,54	R\$ 448.182.169,79	R\$ 448.444.933,03	R\$ 448.707.696,28	R\$ 448.970.459,53	R\$ 449.233.222,77
98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,6%	98,7%	98,7%	98,8%

ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21	ANO 22
R\$ 454.846.711,76							
R\$ 5.350.725,74	R\$ 5.087.962,49	R\$ 4.825.199,24	R\$ 4.562.436,00	R\$ 4.299.672,75	R\$ 4.036.909,50	R\$ 3.774.146,26	R\$ 3.511.383,01
R\$ 449.495.986,02	R\$ 449.758.749,27	R\$ 450.021.512,51	R\$ 450.284.275,76	R\$ 450.547.039,01	R\$ 450.809.802,25	R\$ 451.072.565,50	R\$ 451.335.328,75
98,8%	98,9%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%

ANO 23	ANO 24	ANO 25
R\$ 454.846.711,76	R\$ 454.846.711,76	R\$ 454.846.711,76
R\$ 3.248.619,76	R\$ 2.985.856,52	R\$ 2.723.093,27
R\$ 451.598.091,99	R\$ 451.860.855,24	R\$ 452.123.618,49
99,3%	99,3%	99,4%

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.2.3. Investimentos por ação e por município (Moeda Real e Dólar).

Quadro 121 - Estratégia de produto turístico: investimentos por ação e por município.

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

AÇÕES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar U\$1,0
E.1 - Fortalecer o segmento de negócios e eventos													
Atualizar o inventário turístico da região.	380.000											380.000	216.339
Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.	300.000											300.000	170.794
E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo													
Elaborar estudo de controle da Capacidade de Carga dos produtos turísticos.	250.000											250.000	142.328
Implantar controle da Capacidade de Carga nos produtos turísticos.	510.000											510.000	290.350
Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.	350.000											350.000	199.260
Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.	400.000											400.000	227.726
Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.	280.000											280.000	159.408
Criar mecanismos de certificação dos produtos turísticos	1.850.000											1.850.000	1.053.231
Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	220.000											220.000	125.249
Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.	160.000											160.000	91.090
Implantar programas de capacitação pública em turismo.	800.000											800.000	455.451
Implantar o Programa de Qualificação.	1.600.000											1.600.000	910.902
Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos	280.000											280.000	159.408

AÇÕES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar U\$1,0
humanos para o setor.													
Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	380.000											380.000	216.339
Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	1.300.000											1.300.000	740.108
Construir CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro			250.000									250.000	142.328
Elaborar projeto de sinalização turística para o polo	500.000											500.000	284.657
Elaborar projeto do CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro			120.000									120.000	68.318
Elaborar projeto do CAT no centro de Sidrolândia										120.000		120.000	68.318
Implantar projeto de sinalização turística para o polo	2.000.000											2.000.000	1.138.628
Implantar CAT no centro de Sidrolândia										250.000		250.000	142.328
	11.560.000		370.000							370.000		12.300.000	7.002.562

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 122 - Estratégia de Comercialização: investimentos por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

AÇÕES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar U\$1,0
E.1 - Desenvolver Estratégias de Marketing Turístico													
Fomentar o turismo interno.	600.000											600.000	341.588
Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o polo.	450.000											450.000	256.191
Implantar o Plano de <i>Marketing</i> da região turística.	1.350.000											1.350.000	768.574
Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil.	250.000											250.000	142.328
Intensificar o programa de captação de eventos.		1.500.000										1.500.000	853.971
Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos.	280.000											280.000	159.408
Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial.	380.000											380.000	216.339
	3.310.000	1.500.000										4.810.000	2.738.400

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 123 - Fortalecimento institucional: investimentos por ação e por município.

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

AÇÕES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar U\$1,0
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo													
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional.		345.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	280.000	2.865.000	1.631.085
Elaborar Plano Diretor Participativo, inserindo diretrizes turísticas.			380.000	380.000	380.000	380.000	380.000	380.000	380.000			2.660.000	1.514.375
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional.					980.000							980.000	557.928
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional.		180.000	980.000	980.000		980.000	980.000	980.000	980.000	980.000	980.000	8.020.000	4.565.898
Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo, inserindo diretrizes turísticas.		380.000								380.000	380.000	1.140.000	649.018
	-	905.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	1.640.000	15.665.000	8.918.304

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 124 - Infraestrutura e serviços básicos: investimentos por ação e por município.

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

AÇÕES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar US\$1,0
E.1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos													
Construir aterro sanitário.			1.280.000		1.280.000		1.280.000	1.280.000	1.280.000	1.280.000	1.280.000	8.960.000	5.101.053
Construir UPL.		1.400.000	1.400.000		1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	12.600.000	7.173.356
Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.	380.000											380.000	216.339
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário.			420.000		420.000		420.000	420.000	420.000	420.000	420.000	2.940.000	1.673.783
Elaborar projeto de construção de UPL.		520.000	520.000		520.000	520.000	520.000	520.000	520.000	520.000	520.000	4.680.000	2.664.389
Elaborar projeto de esgotamento sanitário.			420.000	420.000	420.000			420.000	420.000	420.000	420.000	2.940.000	1.673.783
Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.	450.000											450.000	256.191
Executar o projeto de esgotamento sanitário.			1.350.000	1.350.000	1.350.000			1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000	9.450.000	5.380.017
Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.	650.000											650.000	370.054
Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.	1.800.000											1.800.000	1.024.765
	3.280.000	1.920.000	5.390.000	1.770.000	5.390.000	1.920.000	3.620.000	5.390.000	5.390.000	5.390.000	5.390.000	44.850.000	25.533.732

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 125 - Gestão ambiental: investimentos por ação e por município.

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

AÇÕES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar U\$1,0
E.1 - Melhorar a qualidade ambiental da área turística													
Elaborar Agenda 21 regional.	146.000											146.000	83.120
Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	320.000											320.000	182.180
Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	650.000											650.000	370.054
Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do polo.	250.000											250.000	142.328
Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o polo.	450.000											450.000	256.191
Implantar projeto Caminhos do Futuro do MTur nos municípios do polo.	70.000											70.000	39.852
Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	500.000											500.000	284.657
Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE.)	2.000.000											2.000.000	1.138.628
	4.386.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.386.000	2.497.014

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

5.3.1. Cronograma das ações para os cinco anos.

Quadro 126 – Cronograma das ações.

Ações	Municípios	18 meses	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURISTICO						
E.1 - Fortalecer o segmento de negócios e eventos						
E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo						
Atualizar o inventário turístico da região.	Polo					
Elaborar estudo de controle da Capacidade de Carga dos produtos turísticos.	Polo					
Implantar controle da Capacidade de Carga nos produtos turísticos.	Polo					
Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.	Polo					
Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.	Polo					
Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.	Polo					
Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.	Polo					
Criar mecanismos de certificação dos produtos turísticos	Polo					
Regularizar os empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	Polo					
Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.	Polo					
Criar programas de capacitação pública em turismo.	Polo					
Implantar o Programa de Qualificação.	Polo					
Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.	Polo					
Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	Polo					
Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	Polo					
Construir CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro	Corguinho					
Elaborar projeto de sinalização turística para o polo	Polo					
Elaborar projeto do CAT na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro	Corguinho					

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.3.2. Ações de fortalecimento da gestão municipal com as metas de desempenho.

As ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo **devem** necessariamente incluir metas de desempenho da capacidade institucional como parte do Plano de Ação. Essas metas devem ser cumpridas pelo respectivo município, antes de iniciar as obras de infraestrutura planejadas em seu território.

Quadro 127 – Fortalecimento Institucional: Ações e Metas de Desempenho

Estratégias	Ações	Municípios	Metas
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo.	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande.	Campo Grande	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande.	Campo Grande	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho.	Corguinho	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho.	Corguinho	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti.	Dois Irmãos do Buriti	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti.	Dois Irmãos do Buriti	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari.	Jaraguari	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari.	Jaraguari	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul.	Nova Alvorada do Sul	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul.	Nova Alvorada do Sul	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo	100% elaborado

Estratégias	Ações	Municípios	Metas
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo.	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo.	Ribas do Rio Pardo	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro.	Rio Negro	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro.	Rio Negro	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo.	Rochedo	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo.	Rochedo	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia.	Sidrolândia	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia.	Sidrolândia	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos.	Terenos	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos	Terenos	100% implantado
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas..	Campo Grande	100% revisado e atualizado
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas.	Sidrolândia	100% revisado e atualizado
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas.	Terenos	100% revisado e atualizado
	Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas.	Corguinho	100% elaborado
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de	Dois Irmãos	100%	

Estratégias	Ações	Municípios	Metas
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo	Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas.	do Buriti	elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari.	Jaraguari	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas.	Nova Alvorada do Sul	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas.	Ribas do Rio Pardo	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas.	Rio Negro	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas.	Rochedo	100% elaborado

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS NOS 18 PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR NACIONAL

5.4.1. Quadro das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL.

Quadro 128 – Quadro de ações elegíveis.

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O	A N O	A N O
	MESES												MESES												3	4	5
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO																											
E1 – Fortalecer o segmento de negócios e eventos																											
E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo																											
Atualizar o inventário turístico da região.																											
Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.																											
Implantar estudo de Capacidade de Carga nos produtos turísticos.																											
Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.																											
Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.																											
Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.																											
Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.																											
Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.																											
Pesquisar e identificar as demandas																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO																											
E.1 - Desenvolver Estratégias de Marketing Turístico																											
Intensificar o programa de captação de eventos																											
Elaborar Plano de Marketing para o Polo																											
Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL																											
E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari																											
Elaborar Plano de Fortalecimento																											

5.4.2. – Detalhamento das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 02 – inventário desatualizado
Estratégia	E.1 – Fortalecer o segmento de negócios e eventos	
Ação	Atualizar o inventário turístico da região	
Objetivo	Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para comercialização.	
Justificativa	O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. Nesse sentido, estas ações têm como objetivos promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. A Região não dispõe desse levantamento atualizado. O único inventário existente é de 1999/2000 por ocasião do PDTUR.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Ordenar, normatizar e regular atividade turística, garantindo segurança e conforto aos turistas; Garantir uma exploração sustentável dos recursos naturais; Apoiar a melhoria da infraestrutura existente; Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas Públicas voltadas para o turismo; Aprimorar os produtos turísticos para a comercialização	
Benefícios	Informações confiáveis para elaboração de Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo na região, possibilitando melhor direcionamento das políticas públicas.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada na inventariação e estruturação das informações em Banco de Dados.	
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, COMTURs e Fórum da Região.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL - R\$ 380.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS e computadores e software adequado.	
Mecanismos previstos de	Retorno do investimento através da estruturação da	

recuperação de custos	oferta turística da região, propiciando melhor estruturação das políticas, direcionamento dos investimentos privados.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Empreendimentos inventariados e Banco de Dados ativo com todas as informações
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a segmentação e novos roteiros
Nível de avanço:	Não há um inventário completo para todo o polo. O município de Campo Grande inicia um processo de estruturação de ações voltadas para o desenvolvimento do turismo, mas ainda assim, não há resultados a serem considerados.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 04 – Falta de controle de visitação
Estratégia	E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos	
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.	
Justificativa	O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. Nesse sentido, estas ações têm como objetivos promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga. Definição de acordo com a OMT – Capacidade de Carga de empreendimentos turísticos: o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Colaborar para a minimização da degradação ambiental.	
Benefícios	Melhor planejamento de visitação nos atrativos e seleção das áreas de visitação.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada. Esta ação está atrelada a métodos de identificação e avaliação de indicadores ambientais. Pretende-se fazer um estudo da capacidade de carga dos	

	atrativos turísticos da região, e ao concluir tal estudo, colaborar para a minimização da degradação ambiental. Dessa maneira, o cálculo da capacidade de carga deve ser feito de maneira criteriosa, visto que envolvem diversas variáveis, tanto materiais, como sociais, físicas e biológicas. Essas variáveis a serem pesquisadas estão relacionadas tanto com os atrativos naturais, como rios, cachoeiras, serras, formações rochosas, sítios arqueológicos, paleontológicos, trilhas, como atrativos artificiais e culturais, como museus, obras de arte, monumentos arquitetônicos, etc.
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo de cada município e fechamento da ação nos COMTURs e Fórum da Região.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte PRODETUR NACIONAL – R\$ 250.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS e computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor estruturação das políticas, direcionamento dos investimentos privados.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Os estudos de cada atrativo turístico
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Não há estudos de capacidade de carga para os atrativos da região. No caso dos locais de eventos a capacidade é definida em função do seu tamanho e o número de pessoas é definido por questões de segurança.

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 04 – Falta de controle de visitação
Estratégia	E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Implantar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos	
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.	
Justificativa	A implantação do controle da capacidade visa aumentar a eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos do Polo.	

Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Colaborar para a minimização da degradação ambiental.
Benefícios	Melhor planejamento de visitação nos atrativos e seleção das áreas de visitação.
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.
Descrição da ação	De acordo com os estudos realizados, cabe ao poder público a implantação do controle nos atrativos públicos e o empresariado nos atrativos de caráter privado.
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo de cada município
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal, COMTUR e Conselho Municipal de Meio Ambiente
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte PRODETUR NACIONAL – R\$ 510.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, investimentos em infraestrutura e segurança e sistema de gestão de visitação.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Estudo realizado
Fonte de verificação	Atrativos com capacidade de carga estabelecida
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Não há estudos de capacidade de carga implantados no polo.

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 05 – Pequena quantidade de empreendimentos cadastrados no CADASTUR
Estratégia	E.1 – Fortalecer o segmento de negócios e eventos	
Ação	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR	
Objetivo	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.	
Justificativa	O CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, executado pelo MTur em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação. O Sistema recebe cadastros obrigatórios dos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades: • MHs (albergue, condo-hotel, flat, hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, resort e cama & café)• Agências de Turismo• Transportadoras Turísticas• Organizadoras de Eventos• Parques Temáticos• Acampamentos Turísticos• Guias de Turismo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	O CADASTUR visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas	

	e profissionais do setor.
Benefícios	As empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas estão aptas a participarem de eventos de promoção e comercialização promovidos pela FUNDTUR, além comporem o banco de informações do s Centros de Informações Turísticas.
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.
Descrição da ação	Cabe ao órgão oficial de turismo do Estado a realização desta ação delegada do MTur, prestando orientação, cadastrando e após a regulamentação da LEI GERAL DO TURISMO, promover a fiscalização e a aplicação das sanções necessárias nos empreendimentos nos turísticos.
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo do Estado
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Cabe ao órgão oficial de turismo do Estado a realização desta ação delegada do MTur, prestando orientação, cadastrando e após a regulamentação da LEI GERAL DO TURISMO, promover a fiscalização e a aplicação das sanções necessárias nos empreendimentos nos turísticos.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte PRODETUR NACIONAL – R\$ 300.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Cadastro ativo no Sistema CADASTUR/MTur
Fonte de verificação	Relatório de visita
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	A regulamentação da lei geral do turismo é relativamente recente e se manifesta por meio do Decreto nº 7.381, de 2/12/2010. Por essa razão, o cadastramento ainda é incipiente.

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos; 02 – diversidade de segmentos turísticos potenciais	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 03 – Segmentação turística não identificada, organizada e explorada
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento	
Objetivo	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico, incentivar aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização.	

Justificativa	A segmentação constitui uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. A Segmentação da oferta da região propiciará o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos existentes no Polo, de modo a dar identidade aos produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística. Esta ação visa agregar mais valor e competitividade aos produtos, facilitando o processo de comercialização e identidade da região,
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico do Polo Campo Grande e Região, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização. É a base para a construção dos roteiros.
Benefícios	Identificação de Nichos de Negócios. Melhor direcionamento para a promoção e Comercialização dos produtos da região favorecendo a consolidação do destino turístico.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada em segmentação turística e planejamento turístico.
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo de cada município e fechamento da ação nos COMTURs e Fórum da Região.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 350.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor estruturação das políticas, direcionamento dos investimentos privados
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Documento referencial construído e em condições de subsidiar a formatação de roteiros
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para formatação de roteiros
Nível de avanço:	O turismo na região encontra-se em sua fase inicial de desenvolvimento. O documento “Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2009-2020: região Caminho dos Ipês”, elaborado pela FUNDTUR/MS, apresenta os seguintes segmentos potenciais: ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de aventura, turismo de

	saúde, turismo de negócios e eventos e turismo rural.	
SWOT		
	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 08 – Rica gastronomia e existência de comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 08 – não utilização da produção local – gastronomia e artesanato no turismo
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta	
Objetivo	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região	
Justificativa	Identificar os produtos associados ao turismo, artesanal, industrial, comercial e de serviços, como forma de ampliar e diversificar a oferta. A região a despeito da produção associada existentes, como: gastronomia, artesanato, artes visuais, etc. não utilizam estas produções, nem para agregar valor aos produtos turísticos existentes, nem ar criar novos produtos.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos da região	
Benefícios	Dar maior visibilidade ao turismo da região, favorecendo sua consolidação como destino turístico.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, contratar empresa especializada para desenvolver um plano de utilização adequada desta produção que deve trabalhar a associação da imagem do turismo aos produtos de reconhecimento identificados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTURs dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 400.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Documento – Plano de Produtos associados ao turismo com potencial de agregação de valor ao produto – forma de estruturação e utilização	
Fonte de verificação	Produtos associados ao turismo identificados e Contratação de empresa especializada	

Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente, porém se obtém maior efetividade após a inventariação
Nível de avanço:	Ainda não há iniciativas sistemáticas de promoção de práticas associativas para o setor do turismo no polo.

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos; 02 – diversidade de segmentos turísticos potenciais; 03 – Campo Grande já integra roteiros com outros destinos turísticos.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 06 – ausência de roteiros integrados
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas	
Objetivo	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo	
Justificativa	A região não possui nenhum roteiro integrado entre si. Campo Grande participa de roteiros de outros destinos do Estado. Esta ação pretende estimular a formatação de novos roteiros integrando os municípios da região e compondo de maneira com os demais destinos.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo.	
Benefícios	Novos roteiros da região na prateleira de Mato Grosso do Sul	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Realizar viagens exploratórias e <i>famtur</i> com as operadoras para que elas orientem o empresário e formatem novos roteiros inserindo novos atrativos e produtos e coloquem esses produtos nas prateleiras de MS	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTURs dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 280.000,00	
Gastos estimados de operação	Despesas com deslocamento, alimentação, hospedagens	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Novos roteiros da região na prateleira de Mato Grosso do Sul	
Fonte de verificação		
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Depende da inventariação e da segmentação turística	

Nível de avanço:	Não há iniciativas de roteirização no polo. No entanto tem-se como orientação a Metodologia de implantação que busca a sustentabilidade da atividade.- Manual Técnico de Desenvolvimento e Operação de Produtos e Roteiros Turísticos – CREATO.
------------------	---

SWOT	
Forças – Infraestrutura e serviços básicos - item 01 Grande condições de acesso e acessibilidade na região.	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos - item – 01 –concentração de equipamentos e serviços turísticos; 14 – dificuldades de acesso ao crédito; 15 – pouco investimento empresarial em melhoria dos equipamentos turísticos;22 – ausência de política integrada para atração de investimentos e investidores para a região.
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo
Ação	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos
Objetivo	Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos turísticos na região.
Justificativa	Na região turística apenas o município de Campo Grande dispõe de legislação de atração de empresas para o segmento turístico. Esta ação pretende promover a interiorização do turismo na região, estimulando empresários a investirem na atividade e na localidade, bem como estimular os empresários do setor a investirem em melhorias, já que se pretende um programa de incentivos, focado em resultados
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos.
Benefícios	Política de incentivos regional, estimulando o investimento privado na região, atraindo novos empreendimentos bem como melhorando as infraestruturas existentes
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para montar o programa de incentivos com foco em resultados.
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTURs dos municípios
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 160.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Leis de incentivos
Fonte de verificação	Contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente

Nível de avanço:	Os municípios do polo possuem suas leis de incentivos. No entanto, não há um direcionamento específico para o setor de turismo. Linhas de financiamento de longo prazo mais tradicionais como FCO e BNDES estão gradativamente alocando recursos para o turismo em função dos eventos esportivos mundiais que serão realizados no Brasil em 2014 e 2016.	
SWOT	Forças – Estratégia de Produtos Turísticos - item 01 existência de Sistema S – SEBRAE e SENAC, com grande capilaridade na região.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item 12 – ausência de política de qualificação; 14 – dificuldade de interiorização dos cursos de qualificação; 17 – poucos gestores públicos do turismo qualificados na função; Fortalecimento Institucional – item 11 – descontinuidade de projetos apresentados
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor	
Objetivo	Identificar a real demanda por qualificação no setor	
Justificativa	A região turística desde sempre vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SANAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Plano de Qualificação para a região	
Benefícios	Plano conforme Demanda	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para a realização dos seguintes processos: levantamento da demanda, da oferta e cruzamento das oportunidades, identificação de solução para os gargalos e elaboração de metodologia e Plano final.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTURs dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 280.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, pesquisa, deslocamento	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	

Indicadores de resultado	Plano de Qualificação
Fonte de verificação	Contratação de empresa, pesquisa realizada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Não há uma pesquisa sistematizada sobre as necessidades de qualificação profissional do <i>trade</i> turístico. As iniciativas existentes são abrangentes e contemplam setores emergentes da indústria.

SWOT	Forças – Fortalecimento Institucional - item 04 – os municípios da região contam com estruturas administrativas para o turismo.	Fraquezas – Fortalecimento Institucional – item 06 – não utilização de FNRH e BOH na maioria dos meios de hospedagens da região.; 02 – ausência de interface entre as pastas administrativas;
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Elaborar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.	
Objetivo	Monitorar a economia do turismo - fluxo, permanência, gastos e perfil dos turistas; empregos gerados e as condições ambientais dos empreendimentos e as condições da infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade	
Justificativa	O Polo turístico Campo Grande Região, não dispõe de informações adequadas e organizadas que favoreçam a tomada de decisão, a implantação de políticas e legislações e que oriente o empresariado em suas decisões estratégicas. Assim é fundamental a implantação de um sistema gerencial que atenda as necessidades de cada município e da região como um todo. Esse sistema propiciará a inter-relação entre o turismo, o meio ambiente, os serviços básicos ofertados e suas condições.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Gerenciamento da atividade turística	
Benefícios	Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada visando, em conjunto com o órgão municipal: Instituir metodologias, produzir, disseminar e promover articulação com instituições estaduais e nacionais visando consolidar um Sistema Gerencial de Informações Turísticas	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTURs dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 380.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	

Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, melhor condições para atrair investidores e investimentos
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Relatórios gerenciais do sistema para tomada de decisão
Fonte de verificação	Sistema sendo operacionalizado
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Não há no polo iniciativas de criação desse sistema.

SWOT		
SWOT	Forças – infraestrutura e serviços básicos – item 01 – grandes condições de acesso e acessibilidade na região	Fraquezas – infraestrutura e serviços básicos – item 13 - sinalização turística inadequada nas principais vias de acesso rodoviário
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Elaborar projeto de sinalização turística para o polo	
Objetivo	Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.	
Justificativa	A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. Foram priorizadas as principais rodovias de entradas e saídas de turistas	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Identidade visual rodoviária da região	
Benefícios	Segurança e identidade visual	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico estabelecendo uma comunicação visual que retrate os ícones da região.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTURs dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 500.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, melhor condições para atrair investidores e investimentos	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Projeto técnico de sinalização respeitando a identidade da região	
Fonte de verificação	Contratação de empresa e entrega do projeto	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Não há no polo iniciativas para elaboração de projeto.	

	A sinalização existente não contempla todo o polo e se restringe ao município de Campo Grande.
--	--

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 2 – Centro de Atendimento ao Turista instalados em Campo Grande	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos – item 12 – Centro de Atendimento ao Turista insuficiente na região
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro.	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes	
Justificativa	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.	
Benefícios	Espaço adequado para informações ao turista	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico do CAT	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 120.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia apropriada,	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Projeto técnico	
Fonte de verificação	Projeto Técnico	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Não há iniciativas de construção dos CAT's na região. A partir do PDITS os projetos passarão a ser considerados para implantação.	

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 2 – Centro de Atendimento ao Turista instalados em Campo Grande	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos – item 12 – Centro de Atendimento ao Turista insuficiente na região
Estratégia	E.2 – Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	
Ação	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes	
Justificativa	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região	

Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.
Benefícios	Espaço adequado para informações ao turista
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico do CAT
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 120.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia apropriada,
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Projeto técnico
Fonte de verificação	Projeto Técnico
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Não há iniciativas de construção dos CAT's na região. A partir do PDITS os projetos passarão a ser considerados para implantação.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a FUNDTUR/MS.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 02 baixa divulgação do turismo eventos e atrativos.
Estratégia	E1 - Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico.	
Ação	Intensificar o programa de captação de eventos.	
Objetivo	Fortalecer o <i>Convention & Visitors Bureau</i> de Campo Grande.	
Justificativa	O C&VB de Campo Grande é a entidade responsável pela captação de eventos em parceria com a Prefeitura Municipal e com a FUNDTUR/MS. Os recursos da entidade para esse fim vêm dos associados e a participação não é muito efetiva. Para que a entidade possa captar eventos, é necessário que trabalhe com instrumentos profissionais que mostre a capacidade da região.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Linha de argumentos para a defesa da região e elaboração de um sistema promocional para a região.	
Benefícios	Equipamentos de eventos com agenda completa.	
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Estabelecimento de parcerias entre as prefeituras municipais, a FUNDTUR/MS com o C&VB, propiciando viagens de captação e participação em eventos. Atrair eventos para um núcleo significa apontar vantagens, suas características favoráveis à realização de eventos. A captação de eventos deve ser uma tarefa	

	contínua, sendo fundamental uma estrutura técnico-administrativa e financeira organizada.
Responsável pela execução	C&VB, Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, Conselhos Municipais de Meio Ambiente.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	C&VB e Prefeitura Municipal.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 1.500.000,00.
Gastos estimados de operação	Confecção de “book”, viagens para captar eventos.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da atração de turistas para a região.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Indicadores de resultado	Equipamentos de eventos com agenda completa.
Fonte de verificação	Elaboração de “book.”
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	Há uma expansão da oferta de hospedagem em curso e isso permitirá a adoção de estratégias mais intensas de captação de eventos.

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a FUNDTUR/MS.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 06 – falta de planejamento unificado para o <i>marketing</i> na região; 07 – <i>marketing</i> isolado;
Estratégia	E1 - Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico.	
Ação	Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o polo.	
Objetivo	Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do polo turístico.	
Justificativa	Para que se possam estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, é proposta a estratégia de “atrair demanda de qualidade”, a ser implementada por diferentes ações, considerando que a demanda representa a força econômica, social e cultural do setor. Para isso, é necessária a elaboração de um plano de <i>marketing</i> , o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações. À medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infraestrutura turística implementada, um plano de <i>marketing</i> responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Plano de <i>Marketing</i> da região.	
Benefícios	Promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada gerando a consolidação da região no turismo nacional. Maior permanência de	

	turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada em <i>marketing</i> para elaboração do Plano de <i>Marketing</i> do polo.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, COMTUR.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 450.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, pesquisas, deslocamento.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de maior número de turista para a região.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Indicadores de resultado	Elaboração de Termo de Referência; elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada. Plano de <i>marketing</i> da região.
Fonte de verificação	Plano de <i>Marketing</i> da região.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Relação com as ações de: Inventariação, segmentação e roteiros formatados.
Nível de avanço:	O palnejamento estratégico desenvolvido pela FUNDTUR/MS propõe ações de <i>marketing</i> para o polo.

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a FUNDTUR/MS.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 10 – ausência de informação sobre o perfil do turista que visita a região
Estratégia	E1 - Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico.	
Ação	Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial.	
Objetivo	Ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial.	
Justificativa	A realização desta pesquisa de Demanda Real e Potencial, visa identificar o perfil socioeconômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o polo turístico em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: MHS utilizados, gastos e tempo de permanência. Esta pesquisa busca, portanto, ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado, oferecendo informações que contribuam para o melhor conhecimento do mercado turístico brasileiro, e, também, orientando os empresários em questões tão importantes quanto à melhoria dos seus produtos e serviços.	
Efeito esperado no desenvolvimento	Pesquisa de Demanda Real e Potencial.	

turístico	
Benefícios	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para realização da Pesquisa de Demanda Real e Potencial.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, Conselhos Municipais de Turismo.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 380.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, deslocamento, hospedagens, alimentação.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor abordagem aos mercados consumidores de turismo.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Indicadores de resultado	Documento referencial – Pesquisa de Demanda Real e Potencial.
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	Não há pesquisas de demanda para o polo.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	Forças – Fortalecimento Institucional – item 04 – os municípios da região possuem estrutura administrativa para o turismo	Fraquezas – Fortalecimento Institucional – item 01 – estrutura político administrativa do turismo fragilizada, sem recursos humanos, sem orçamento próprio e sem decisão.
Estratégia	E.1 – Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.	
Ações	Elaborar os Planos de Fortalecimento Institucional dos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	
Objetivo	Fortalecer as estruturas de turismo de cada município que compõe o Polo Campo Grande e Região, visando colocar o turismo num patamar de representatividade, compondo a pauta econômica da região, criando legislação, planos e projetos de desenvolvimento sustentável.	
Justificativa	As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas. Considerando que, no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que esses organismos sejam	

	fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e políticas de trabalho.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Fortalecer as estruturas públicas relacionadas ao turismo.
Benefícios	O turismo com orçamento próprio, interfacetado com as demais áreas da administração municipal, com quadro de recursos humanos e instalações requeridas definido, com estatuto e atribuições regulamentadas.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada em fortalecimento Institucional e planejamento estratégico para elaboração do plano institucional.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, COMTURs dos municípios.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 2.865.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, hospedagem, deslocamento, pesquisa.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da captação de mais recursos para os projetos de desenvolvimento do turismo.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Indicadores de resultado	Documento referencial pronto e validado pelo COMTUR e Fórum da região.
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; edital de licitação e contratação de empresa especializada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a política de desenvolvimento turístico do polo.
Nível de avanço:	As iniciativas atualmente existentes são: diretrizes do Programa de Regionalização, Gestão Descentralizada e Instância de governança – MTUR, Plano de Fortalecimento da FUNDTUR/MS.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 02 existência de programas, projetos e planos ambientais abrangendo o Polo	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 06 deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto; 07 – pouca utilização de práticas ecologicamente corretas – redução do consumo de água, energia, redução do desperdício de alimentos, etc.
Estratégia	E.1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.	
Ação	Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.	
Objetivo	Atender a necessidade de redução e combate às perdas de água.	
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água serem bons, é imprescindível promover melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate às perdas de água. O atendimento à população flutuante, principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte a distribuição de água potável.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Mais um espaço para atendimento ao turista.	
Benefícios	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do polo, bem como servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região, considerando sua utilização e formas de preservação.	
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável. É importante ressaltar que, nesse plano, deverá conter, além de medidas operacionais, medidas educativas para a população local.	
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, órgão municipal de meio ambiente, conselhos municipais de meio ambiente, SEMAC/IMASUL.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 450.000,00.	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, software adequado.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da eficácia e eficiência do processo.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.	
Indicadores de resultado	Projeto técnico elaborado.	

Fonte de verificação	Edital de contratação.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	Há experiências exitosas implantadas no país, mas não há iniciativas para o polo.

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 02 existência de programas, projetos e planos ambientais abrangendo o Polo Fraquezas – Gestão Ambiental – item 06 deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto;
Estratégia	E.1 – Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.
Ação	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.
Objetivo	Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante da região.
Justificativa	Investir em esgoto pode significar um grande salto para o município, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas, cada vez mais comuns nessa era da “globalização”. Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação. Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim, ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “minifábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhor qualidade de vida para a população residente e flutuante.
Benefícios	Melhoria em todo o sistema de saneamento.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico de esgotamento sanitário para o polo com soluções inovadoras.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 2.940.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, software adequado, metodologia inovadora.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da eficácia e eficiência do processo.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	EIA/RIMA.
Indicadores de resultado	Projeto técnico elaborado.
Fonte de verificação	Edital de contratação.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	Alguns municípios do polo possuem rede de esgotamento implantada, mas a cobertura não é completa e a maioria não possui rede de esgotamento.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 01 – Burocracia da legislação ambiental que emperra o desenvolvimento da atividade turística;
Estratégia	E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística.	
Ação	Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do polo.	
Objetivo	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do polo, à luz da política e de diretrizes municipais para o setor.	
Justificativa	<p>O Código Municipal de Meio Ambiente, hoje em vigor nos municípios, de modo geral apresentam-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do código e a sua adequação, o que demandará a contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos conselhos municipais de meio ambiente.</p> <p>Existem muitas lacunas a serem preenchidas nesse setor. Percebe-se que é preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente, considerando que os instrumentos legais instituídos são restritos e esparsos, ou seja, inexitem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais.</p>	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais.	
Benefícios	Eficiência na legislação ambiental.	
Beneficiários		
Descrição da ação	Trata-se de proceder à revisão do Código Municipal de	

	Meio Ambiente, tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, COMTURs dos municípios, IMASUL e SEMAC.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	PRODETUR NACIONAL - R\$ 250.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal técnico especializado em constituir conselhos, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor aplicação da legislação.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Indicadores de resultado	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais, construído e validado.
Fonte de verificação	Código revisado.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE), ao avaliar o potencial econômico das regiões, também avaliou os riscos ambientais existentes em cada uma delas. Essa avaliação deverá ser considerada para a revisão do arcabouço legal.

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 01 – Burocracia da legislação ambiental que emperra o desenvolvimento da atividade turística;
Estratégia	E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística.	
Ação	Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Fortalecer o institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	
Benefícios	Empreendimentos turísticos instalados em áreas compatíveis com o equipamento e gestão dos empreendimentos de maneira mais sustentável.	
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.	

Descrição da ação	Elaboração de Plano Estratégico de Gestão Ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades: elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável; mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMAS e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano; criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público. As orientações e indicações constantes do Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental, assim elaborado, constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente, e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação do poder público municipal por meio do núcleo de meio ambiente, e para a elaboração e implantação da Agenda 21 local.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, COMTURs dos municípios, SEMAC/IMASUL.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 320.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região..
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	EIA/RIMA
Indicadores de resultado	Plano Regional de Gestão Ambiental construído e validado.
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	Ainda não há iniciativas para a elaboração do plano.

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 01 – Burocracia da legislação ambiental que emperra o desenvolvimento da atividade turística;
SWOT	5. ESTRATEGIA DE GESTÃO AMBIENTAL	
Estratégia	E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística	
Ação	Elaborar Agenda 21 regional.	
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Maior integração turismo e meio ambiente.	
Benefícios	Desenvolvimento do turismo em base sustentável.	
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Para a elaboração da Agenda 21 nos municípios da região, poderão ser utilizadas as ações propostas no passo a passo da Agenda 21 Local, disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente. Mobilizar um grupo de trabalho composto por agentes internos à administração municipal e representante da sociedade e cumprir as seguintes etapas: mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade; criar um Fórum de Agenda 21; elaborar um diagnóstico participativo; elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável.	
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, COMTURs dos municípios, conselhos municipais de meio ambiente, SEMAC/IMASUL.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 146.000,00.	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de maior gestão ambiental.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei		
Indicadores de resultado	Elaboração da Agenda 21 regional.	
Fonte de verificação	Edital de contratação.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.	

Nível de avanço	Campo Grande lança a sua agenda 21 no ano de 2004, e essa experiência deve servir de base para a elaboração da agenda 21 regional.
-----------------	--

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística e igualmente legislação ambiental municipal, principalmente em Campo Grande	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 09 Projetos referentes à educação ambiental insuficientes; 11 – baixa participação da comunidade nos conselhos e ausência de informação turística nas escolas.
Estratégia	E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística.	
Ação	Implantar Projeto Caminhos do Futuro do MTur, no polo.	
Objetivo	Inserir conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente	
Justificativa	O Projeto Caminhos do Futuro está dentro das metas do Plano Nacional de Turismo, principalmente por promover a educação para o turismo, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria de qualidade dos produtos e serviços turísticos, e conseqüente geração de emprego e renda.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Implantação do projeto em nas escolas pública do polo	
Benefícios	Maior consciência sobre a exploração sustentável do turismo e maior participação da comunidade nos conselhos municipais de turismo e meio ambiente.	
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.	
Descrição da ação	O objetivo é capacitar professores da rede pública de ensino municipal e estadual para que eles possam trabalhar com seus alunos questões ligadas ao turismo, enfocando as possibilidades e os problemas encontrados na área. Os professores poderão trabalhar com conteúdo ligado ao turismo usando disciplinas como geografia, história e biologia, por exemplo, ou mesmo incentivando o desenvolvimento de outros projetos, sejam eles interdisciplinares, ou não. Os jovens passarão a ter a oportunidade de aprender de forma lúdica, pois, além de o projeto incluir livros que abordam Ética, Meio Ambiente, Cidadania, Ecoturismo, Cultura, Hotelaria, Finanças, Administração e Tecnologia — todos com enfoque em Turismo —, também são usados mapas ilustrados e o jogo Viajando pelo Brasil. O projeto também incentiva o jovem a se orgulhar da comunidade em que vive. Por meio do projeto, o adolescente acaba descobrindo a importância histórica do lugar e sente orgulho de estar inserido naquela cultura,	
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região e conselho municipal de meio ambiente.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.	

Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 70.000,00.
Gastos estimados de operação	Técnicos o projeto, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Indicadores de resultado	Pesquisa junto ao público beneficiário no momento inicial e no final do projeto, para mensuração do impacto nos alunos e professores.
Fonte de verificação	Termo de Adesão ao Projeto.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente.
Nível de avanço	O conteúdo metodológico do projeto foi desenvolvido pelo MTUR, no entanto, ainda não há iniciativas para sua implantação no polo.

SWOT	<p>Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 07 - Há um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo município de Campo Grande, intermediado pelo Ministério Público Estadual, com ações objetivando a desativação, até dezembro de 2011, do atual aterro sanitário e a recuperação ambiental da área; 18 - Construção de uma usina de triagem de resíduos sólidos no novo aterro sanitário em Campo Grande. O novo aterro contará com um incinerador de resíduos sólidos hospitalares, uma área específica para receber resíduos sólidos da construção civil, e todo o material não reciclável será compactado por equipamento específico, visando uma vida útil de 20 anos desse novo aterro; 19 - Existência de UPL em alguns municípios do polo como, por exemplo, Dois Irmãos, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul; 20 - Há projeto de construção de um aterro sanitário que está em tramitação no IMASUL/SEMA/MS.</p>	<p>Fraquezas – Gestão Ambiental – item 08 – existência de disposição irregular de resíduos sólidos em todos os municípios.</p>
Estratégia	E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística.	
Ação	Elaborar plano integrado de resíduos sólidos.	
Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.	
Justificativa	<p>Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado.</p> <p>Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição; é preciso considerar desde a origem desse descarte até seu destino final.</p> <p>Nos município do polo não existe aterro sanitário (em Campo Grande está em fase de implantação) nem</p>	

	unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou programa de reciclagem; o que existe é um local específico para o destino final dos resíduos, onde os mesmos são depositados ordenadamente em valas, e com maquinário é feita a manutenção desses. Esse projeto irá balizar a implantação de aterros sanitários e UPL no polo.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.
Benefícios	Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	Elaboração de um plano para a região do polo, que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos. Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, conselhos municipais de meio ambiente, SEMAC/IMASUL.
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 450.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação do sistema de resíduo sólido.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	EIA/RIMA.
Nível de avanço	Não há iniciativas para elaboração do plano no polo.

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 01 Estruturas político administrativa de meio ambiente em todos os municípios do Estado destacando-se, também, a presença na Capital do órgão ambiental oficial estadual (IMASUL/SEMAC); 02 - Existência de programas, projetos e planos (nacionais, estaduais e municipais) ambientais abrangendo o Polo Campo Grande e Região.	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 02 - Baixa capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais) pela insuficiência de recursos humanos e equipamentos para licenciar e fiscalizar os empreendimentos; 03- Baixa implantação dos programas, projetos e planos ambientais existentes.
Estratégia	E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística.	
Ação	Elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	
Objetivo	A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos,	

	<p>cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que, por sua vez, reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).</p>
Justificativa	<p>A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.</p> <p>O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.</p>
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Garantia do desenvolvimento de um turismo sustentável na região.
Benefícios	A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.
Descrição da ação	<p>Diagnóstico, identificação e avaliação de impactos; cenarização; conclusões e recomendações, mecanismos de monitoramento e avaliação do programa, objetivos de sustentabilidade, proposição dos cenários de desenvolvimento.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação do Estudo; 2. Elaboração da Linha de Base e Diagnóstico; 3. Identificação e Avaliação de Impactos; 4. Construção de Cenários; 5. Conclusões e Recomendações; 6. Monitoramento e Avaliação do Programa.
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, Fórum Regional da região, conselhos municipais de meio ambiente, SEMAC/IMASUL .
Entidade responsável pela	Prefeitura municipal de cada município da região.

implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 500.000,00.
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através ações que propiciem um turismo sustentável.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência.
Nível de avanço	O termo de referência para elaboração da AAE está em fase de elaboração.

5.4.3. – Marco de Resultados Individual

AÇÃO	1. Atualizar o inventário turístico da região.
JUSTIFICATIVA	O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo a longo prazo. Nesse sentido, estas ações têm como objetivos promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável.
PROBLEMÁTICA	A região não dispõe desse levantamento atualizado. O único inventário existente é de 1999/2000, por ocasião do PDTUR – Plano de Desenvolvimento do Turismo.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Atualizar o inventário, com o intuito de ordenar, normatizar e regular atividade turística; garantir uma exploração sustentável dos recursos naturais; apoiar a melhoria da infraestrutura existente; aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo; aprimorar os produtos turísticos para a comercialização. Essa atualização pode ser realizada por meio do estabelecimentos de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.
AÇÃO	2. Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos. 3. Implantar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.
JUSTIFICATIVA	A elaboração de estudo e implantação do controle da capacidade visa aumentar a eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos

	turísticos do polo.
PROBLEMÁTICA	Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada para fazer um estudo da capacidade de carga dos atrativos turísticos da região. Sensibilizar os empresários donos dos atrativos sobre a importância da definição da capacidade de carga dos produtos comercializados e mostrar sua importância para a gestão sustentável do negócio. Promover parcerias com organizações não governamentais ambientais, para que as mesmas realizem esses estudos.
AÇÃO	4. Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do Turismo, no SISTEMA CADASTUR.
JUSTIFICATIVA	O CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas, que atuam na cadeia produtiva do turismo, executado pelo MTur, em parceria com os órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação.
PROBLEMÁTICA	São poucos os empreendimentos turísticos cadastrados na região, fator que interfere na fiscalização dos serviços e propicia o aumento de empreendimentos clandestinos, com precariedade de serviço.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Aumentar o processo de fiscalização, respaldado pela Lei Geral do Turismo. Sensibilizar os empresários donos dos atrativos para que se cadastrem. Promover ações continuadas de orientação para os empreendimentos turísticos, mostrando a importância da regularização.
AÇÃO	5. Segmentar a oferta turística da região, ordenando e consolidando cada segmento.
JUSTIFICATIVA	A segmentação constitui uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. A segmentação da oferta da região propiciará o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos existentes no polo, de modo a dar identidade aos produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística. Esta ação visa agregar mais valor e competitividade aos produtos, facilitando o processo de comercialização e identidade da região.
PROBLEMÁTICA	A região não dispõe de roteiros integrados e nem conhece quais os segmentos turísticos que podem ser organizados e explorados.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada em segmentação turística e planejamento turístico. Promover ações junto ao <i>trade</i> turístico para analisar as experiências de diagnóstico que identificam outros segmentos potenciais, ou

	emergentes, que podem ser explorados comercialmente.
	c. Realizar novos estudos para definição de roteiros comercializáveis.
AÇÃO	6. Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.
JUSTIFICATIVA	A região, a despeito da produção associada existente, como gastronomia, artesanato, artes visuais etc, não utilizam estas produções, nem para agregar valor aos produtos turísticos existentes, nem para criar novos produtos.
PROBLEMÁTICA	Necessidade de identificar os produtos associados ao turismo, artesanal, industrial, comercial e de serviços, como forma de ampliar e diversificar a oferta.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, contratar empresa especializada para desenvolver um plano de utilização adequada desta produção, que deve trabalhar a associação da imagem do turismo aos produtos de reconhecimento identificados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.</p> <p>b. Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos da região.</p> <p>c. Sensibilizar o <i>trade</i> turístico para que promovam ações que possam discutir e implantar ações que adensem a cadeia produtiva do turismo.</p>
AÇÃO	7. Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.
JUSTIFICATIVA	<p>Um dos fatores essenciais para promover o crescimento do turismo nas regiões turísticas é o trabalho de promoção e <i>marketing</i> dos produtos turísticos oferecidos. Para atingir as metas de crescimento propostas pelo governo, é necessário um forte investimento na promoção e na comercialização dos produtos já existentes no mercado, e dos novos produtos resultantes da criação de novos roteiros.</p> <p>A importância dos projetos dessa categoria é tão grande para o desenvolvimento do turismo que, de acordo com as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, é o que possibilitará que o roteiro seja mais competitivo no mercado.</p>
PROBLEMÁTICA	A região não possui nenhum roteiro integrado entre si. Campo Grande participa de roteiros de outros destinos do Estado.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo.</p> <p>b. Estimular a formatação de novos roteiros integrando os municípios da região e os demais destinos.</p>

	c. Realizar viagens exploratórias e <i>famtur</i> com as operadoras, para que elas orientem os empresários a formatarem novos roteiros, inserindo novos atrativos e produtos e coloquem esses produtos nas prateleiras de MS.
AÇÃO	8. Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.
JUSTIFICATIVA	Possibilitar aos empresários efetuarem ações de melhorias em seus empreendimentos, quer seja pequenas reformas, ampliações e mesmo construções, além de possibilitar a atração de novos empreendimentos para a região.
PROBLEMÁTICA	Na região turística apenas o município de Campo Grande dispõe de legislação de atração de empresas para o segmento turístico.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Promover a interiorização do turismo na região, estimulando empresários a investirem na atividade e na localidade, bem como estimular os empresários do setor a investirem em melhorias, e em um programa de incentivos, focado em resultados.</p> <p>b. Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos.</p> <p>c. Contratação de empresa especializada para montar o programa de incentivos com foco em resultados.</p> <p>d. Realizar estudos mostrando o impacto da concessão de incentivos sobre a geração de empregos e renda.</p>
AÇÃO	9. Pesquisar e identificar as demandas do mercado, para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.
JUSTIFICATIVA	A região turística, desde sempre, vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém, todas de maneira isoladas.
PROBLEMÁTICA	Ausência de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Contratação de empresa especializada para a realização dos seguintes processos: levantamento da demanda, da oferta e cruzamento das oportunidades, identificação de solução para os gargalos e elaboração de metodologia e plano final.</p> <p>b. Identificar, junto ao <i>trade</i>, as necessidades de qualificação profissional.</p> <p>c. Realizar parcerias, convênios e outros mecanismos com instituições especializadas na qualificação profissional, para que realizem as qualificações identificadas pelo <i>trade</i>.</p>
AÇÃO	10. Elaborar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade

	turística na região, correlacionando à questão ambiental, à infraestrutura básica e de serviços, e o turismo.
JUSTIFICATIVA	O Polo Campo Grande Região, não dispõe de informações adequadas e organizadas que favoreçam a tomada de decisão, a implantação de políticas e legislações e que oriente o empresariado em suas decisões estratégicas. Esse sistema propiciará a inter-relação entre o turismo, o meio ambiente, os serviços básicos ofertados e suas condições.
PROBLEMÁTICA	Ausência de um sistema gerencial que atenda as necessidades de cada município, e da região como um todo.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada visando, em conjunto com o órgão municipal, instituir metodologias, produzir, disseminar e promover articulação com instituições estaduais e nacionais visando consolidar um Sistema Gerencial de Informações Turísticas. Criar e gerenciar um bando de dados que sistematize as informações turísticas. Implantar um sistema de informações turísticas a partir da criação do banco de dados.
AÇÃO	11. Elaborar projeto de sinalização turística para o polo.
OBJETIVO	Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.
JUSTIFICATIVA	A sinalização de orientação turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. Foram priorizadas as principais rodovias de entradas e saídas de turistas
PROBLEMÁTICA	Ausência de sinalização adequada para que os turistas se localizem para a chegada à Capital e saída da mesma.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico estabelecendo uma comunicação visual que retrate os ícones da região. Articular parcerias entre as esferas governamentais e o <i>trade</i> turístico, para a realização do projeto de sinalização.
AÇÃO	12. Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista,, na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro.
JUSTIFICATIVA	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
PROBLEMÁTICA	Ausência de um Centro de Atendimento ao Turista, pois não se verifica nenhum local que possa

	promover informações aos turistas.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.</p> <p>b. Articular parceria entre as esferas governamentais para a elaboração do projeto de construção do CAT, e mobilização dos recursos para implantação.</p>
AÇÃO	13. Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista, no centro de Sidrolândia.
JUSTIFICATIVA	A cidade de Sidrolândia encontra-se em rota estratégica para um dos principais destinos turísticos de MS, Bonito-Serra da Bodoquena, e não há nenhum local que possa promover informações aos turistas. Um CAT nesta localidade seria estratégico para o desenvolvimento do turismo.
PROBLEMÁTICA	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico do CAT.</p> <p>b. Articular parceria entre as esferas governamentais para a elaboração do projeto de construção do CAT, e mobilização dos recursos para implantação.</p>
AÇÃO	14. Intensificar o programa de captação de eventos.
JUSTIFICATIVA	O C&VB de Campo Grande é a entidade responsável pela captação de eventos em parceria com a Prefeitura Municipal e com a FUNDTUR/MS. Os recursos da entidade para esse fim vêm dos associados, e a participação não é muito efetiva. Para que a entidade possa captar eventos é necessário que trabalhe com instrumentos profissionais que mostre a capacidade da região.
PROBLEMÁTICA	Campo grande destaca-se no segmento de eventos, e o C&VB tem dificuldades em promover a captação de eventos de maior porte, por não ter um material próprio e adequado, e estrutura para sensibilizar os organizadores desses eventos a realizarem seus eventos em Campo Grande.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Estabelecimento de parcerias entre as prefeituras municipais, a FUNDTUR/MS, com o C&VB, propiciando viagens de captação e participação em eventos. Atrair eventos para um núcleo significa apontar vantagens, suas características favoráveis à realização de eventos.</p> <p>b. Sensibilizar empresários para que analisem as oportunidades existentes no segmento de eventos e realizem investimentos em novos espaços ou na ampliação dos existentes.</p>
AÇÃO	15. Elaborar Plano de Marketing para o polo.
JUSTIFICATIVA	Para que se possam estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, é proposta a

	<p>estratégia de “atrair demanda de qualidade”, a ser implementada por diferentes ações, considerando que a demanda representa a força econômica, social e cultural do setor. Para isso, é necessária a elaboração de um plano de <i>marketing</i>, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações. À medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infraestrutura turística implementada, um plano de <i>marketing</i> responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda.</p>
PROBLEMÁTICA	A região encontra-se perdida em relação às ações a serem executadas no sentido de promover o turismo da Capital e região.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada em <i>marketing</i> para elaboração do Plano de <i>Marketing</i> do polo. Promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada, gerando a consolidação da região no turismo nacional. Articular parcerias com instituições de ensino e pesquisa para que elaborem o Plano de <i>Marketing</i> do polo.
AÇÃO	16. Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial.
JUSTIFICATIVA	<p>A realização de pesquisa de Demanda Real e Potencial, visa identificar o perfil socioeconômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o polo turístico em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: MHS utilizados, gastos e tempo de permanência.</p> <p>Necessidade de ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado, oferecendo informações que contribuam para o melhor conhecimento do mercado turístico brasileiro, e também orientando os empresários nas questões tão importantes quanto à melhoria dos seus produtos e serviços.</p>
PROBLEMÁTICA	Ausência de dados sobre perfil e demandam real e potencial dos turistas que visitam a região.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada para realização da pesquisa de Demanda Real e Potencial. Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino. Articular parceria com instituições de ensino e pesquisa, para que realizem a pesquisa de demanda. Sensibilizar e capacitar o <i>trade</i>, para que organizem e realizem a pesquisa de demanda.

AÇÕES	17. Elaborar os Planos de Fortalecimento Institucional dos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.
JUSTIFICATIVA	As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas, e, considerando que no turismo cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que esses organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e políticas de trabalho.
PROBLEMÁTICA	Estruturas oficiais do turismo enfraquecidas em todos os municípios do polo.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> a. Contratação de empresa especializada em Fortalecimento Institucional, e planejamento estratégico, para elaboração do plano institucional. b. Fortalecer as estruturas públicas relacionadas ao turismo com orçamento próprio, interfacetado com as demais áreas da administração municipal, com quadro de recursos humanos e instalações requeridas definido, com estatuto e atribuições regulamentadas. c. Promover a facilitação da elaboração do plano para que os próprios técnicos dos órgãos de turismo nos municípios elaborem o plano de fortalecimento
AÇÃO	18. Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo.
JUSTIFICATIVA	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do polo, bem como servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região, considerando sua utilização e formas de preservação.
PROBLEMÁTICA	Alto índice de perdas de água potável.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> a. Contratação de empresa especializada para elaboração de plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável. b. Atender a necessidade de redução e combate às perdas de água. c. Sensibilizar o <i>trade</i>, e as comunidades locais, para a redução das perdas. d. Articular parcerias com as empresas de água e esgoto para buscar soluções que redução a perda de água potável. e. Articular parceria com as instituições de ensino e pesquisa para realização de estudos.
AÇÃO	19. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti,

	Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.
JUSTIFICATIVA	<p>Investir em esgoto pode significar um grande salto para o município, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas cada vez mais comuns nessa era da “globalização”.</p> <p>Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica, e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação.</p>
PROBLEMÁTICA	Ausência de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário adequado.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico de esgotamento sanitário para o polo, com soluções inovadoras. Articular parceria com as empresas de água e esgoto, para que busquem alternativas para implantação do esgotamento sanitário nos municípios.
AÇÃO	20. Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do polo.
JUSTIFICATIVA	<p>O Código Municipal de Meio Ambiente, hoje em vigor nos municípios, de modo geral apresentam-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do código e a sua adequação, considerando que os instrumentos legais instituídos são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais.</p>
PROBLEMÁTICA	Ausência de instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos conselhos municipais de meio ambiente. Revisar o Código Municipal de Meio Ambiente, tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental. Articular parceria com organizações não

	<p>governamentais ambientais, para que elaborem estudo que orientará a revisão do arcabouço legal.</p> <p>d. Articular parceria com instituições de ensino e pesquisa, que possuam cursos voltados à problemática, como direito, biologia, engenharia ambiental e outros.</p>
AÇÃO	21. Elaborar plano regional estratégico de gestão ambiental.
JUSTIFICATIVA	O turismo, baseado nos recursos naturais, focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.
PROBLEMÁTICA	A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Fortalecer institucionalmente os municípios do polo, para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.</p> <p>b. Elaboração de Plano Estratégico de Gestão Ambiental.</p> <p>c. Realizar <i>workshops</i>, seminários e outros, com órgãos governamentais, <i>trade</i> turístico, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa e comunidade, para a discussão e elaboração do plano.</p>
AÇÃO	22. Elaborar Agenda 21 regional.
JUSTIFICATIVA	O turismo, baseado nos recursos naturais, focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.
PROBLEMÁTICA	A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<p>a. Para a elaboração da Agenda 21 nos municípios da região, poderão ser utilizadas as ações propostas no passo a passo da Agenda 21 Local, disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>b. Mobilizar um grupo de trabalho composto por agentes internos da administração municipal e representante da sociedade, e cumprir as seguintes etapas:</p> <p>c. Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade;</p> <p>d. Criar um Fórum de Agenda 21;</p> <p>e. Elaborar um diagnóstico participativo;</p> <p>f. Elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável.</p>
AÇÃO	23. Implantar Projeto Caminhos do Futuro, do MTur, no polo.

JUSTIFICATIVA	O Projeto Caminhos do Futuro está dentro das metas do Plano Nacional de Turismo, principalmente por promover a educação para o turismo, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria de qualidade dos produtos e serviços turísticos, e consequente geração de emprego e renda.
PROBLEMÁTICA	Ausência de conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas, visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Implantação do projeto nas escolas públicas do polo. Articulação de parceria com as secretarias de educação estadual e municipais, para implantação do projeto.
AÇÃO	24. Elaborar plano integrado de resíduos sólidos.
JUSTIFICATIVA	Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição; é preciso considerar desde a origem desse descarte até seu destino final.
PROBLEMÁTICA	Nos municípios do polo não existe aterro sanitário (em Campo Grande está em fase de implantação), nem unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou programa de reciclagem; o que existe é um local específico para o destino final dos resíduos, onde os mesmos são depositados ordenadamente em valas, e com maquinário é feita a manutenção desses.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Elaboração de um plano para a região do polo, que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos. Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região. Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.
AÇÃO	25. Elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.
JUSTIFICATIVA	A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da avaliação de impacto ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas. O principal argumento em favor da AAE reside no que

	se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.
PROBLEMÁTICA	Inexistência de planos desta envergadura no polo.
POSSÍVEIS SOLUÇÕES	<ol style="list-style-type: none"> Garantia do desenvolvimento de um turismo sustentável na região. Realizar <i>workshops</i>, seminários e outros, com órgãos governamentais, <i>trade</i> turístico, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa e comunidade para a discussão e elaboração da avaliação ambiental.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.5. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

As ações gerais propostas nesse plano foram relacionadas em grupos estratégicos, se concentrando principalmente em duas estratégias: “diversificar e qualificar a oferta de produtos turísticos” e “proteger e qualificar os recursos naturais importantes para o turismo”.

Nesta avaliação procurou-se obter uma percepção sistêmica das ações, dos impactos positivos e negativos, bem como a forma de minimizá-los (os negativos) e potencializá-los (os positivos).

Os principais fatores geradores de impactos na região serão: o aumento da demanda turística e da infraestrutura necessária para seu atendimento. Esse aumento de fluxo poderá trazer os seguintes impactos para a região:

- Aumento no volume produzido de: esgoto doméstico e industrial; resíduos sólidos; captação, reservação e distribuição de água potável, produzindo uma sobrecarga no sistema de saneamento básico (água, esgoto e resíduos sólidos), que poderá comprometer os recursos naturais da região;
- Aumento da visitação turística em ambientes frágeis (cachoeiras, grutas, nascentes, entre outros), podendo levar à degradação dos mesmos;
- Crescimento de empreendimentos turísticos sem o devido licenciamento ambiental e em desconformidade com os instrumentos de ordenamento territorial;
- Valorização imobiliária das regiões com potencial de uso turístico.

O conjunto de ações a serem executadas, foi planejado para minimizar os impactos desse processo de desenvolvimento do turismo, considerando as necessidades de correções dos procedimentos atuais e de adoção de novos procedimentos, baseado numa atitude pró-ativa. A definição da capacidade de carga dos empreendimentos turísticos, através de metodologia científica, é de caráter prioritário, bem como a sua regularização perante aos

órgãos quanto ao licenciamento ambiental, entre outras ações fundamentais para a proteção dos recursos naturais.

Estas ações, grosso modo, terão como objetivo atacar dois componentes: controle ambiental e preservação/conservação ambiental.

No que se referem ao controle ambiental, estas ações visarão:

- Controlar a emissão de fontes antropogênicas de poluição do ar, o lançamento de águas servidas e águas residuárias em recursos hídricos, o acondicionamento, transporte e a destinação incorreta de resíduos sólidos;
- Sensibilizar para a utilização de tecnologias mais limpas para minimizar a geração de resíduos atmosféricos, hídricos e sólidos;
- Adotar medidas de controle sustentáveis para obras de infraestrutura (técnicas de manejo de drenagem de águas pluviais, técnicas de controle de processos erosivos, técnicas de gestão de resíduos de construção e demolição, entre outras);
- Respeitar os princípios, objetivos, fundamentos, instrumentos e demais recomendações de políticas de gestão territorial urbana e rural, ambiental e hídrica: Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, Política Nacional de Resíduos Sólidos (recentemente sancionada pelo presidente da República) – PNRS, Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Política Nacional de Biodiversidade, Estatuto da Cidade, Código Florestal, Lei de Proteção à Fauna.

O fortalecimento institucional e a qualificação profissional são importantes componentes que contribuirão para uma melhor gestão turística e ambiental no Polo Campo Grande e Região, possibilitando o desenvolvimento de ações planejadas e articuladas a partir de uma visão de integração e conservação dos recursos necessários (naturais, culturais, sociais e econômicos) ao desenvolvimento da atividade turística.

Buscar-se-á, com essas ações, a consolidação de dois fatores primordiais para uma gestão ambiental eficiente e eficaz: a **sensibilização** dos gestores (proprietários de atrativos turísticos privados, e gestores públicos), trabalhadores, utilizadores dos atrativos, da população direta e indiretamente envolvida com os mesmos, e a **participação** de todos, direta e indiretamente envolvidos, no desenvolvimento do turismo sustentável da região.

5.5.1. - Avaliação dos impactos socioambientais de todas as ações e/ou projetos.

Quadro 129 - Estruturação da oferta turística: avaliação de impactos socioambientais.

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

AÇÕES 1, 2, 3, 4 e 5 – Atualizar o inventário turístico da região em sistema de banco de dados; Elaborar estudo e implantar controle da Capacidade de Carga dos produtos turísticos; Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR; Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão turística e ambiental mais eficiente; • Redução de pressão sobre recursos naturais; • Uniformização das informações de acordo com um padrão nacional; • Integração dos municípios; • Geração de emprego e renda, inclusive de novas oportunidades comerciais; • Promoção do ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos; • Oportunidade de diversificação do produto turístico do polo, por meio de roteiros integrados; • A integração entre roteiros ou núcleos auxilia a dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos; • Mais visibilidade para os empreendimentos; • Ampliação do conhecimento sobre a região; • Dados para embasamento de pesquisas científicas; • Direcionamento de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento mal realizado por falta de pessoal capacitado para correto preenchimento dos dados; • Repasse de informações equivocadas; • Estimativas errôneas da capacidade de carga dos empreendimentos e consequente degradação do meio ambiente. • Difusão de dados não consolidados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento do pessoal para operar banco de dados. • Gestão turística integrada dos atrativos em sintonia com a capacidade de carga dos mesmos. • Desenvolvimento de calendário único de eventos do polo para evitar sub ou sobreutilização dos empreendimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo continuado de controle da capacidade dos produtos turísticos, inclusive contemplando o viés ambiental; • Atualização contínua do inventário turístico da região; • Atualização contínua dos bancos de dados desenvolvidos; • Consolidação da base de dados; • Elaboração e divulgação de cartilhas informativas/ educativas quanto à importância do CADASTUR; • Ampla divulgação pós-cadastramento e consolidação (<i>marketing</i>); • Alimentação continuada do banco de dados; • Padronização dos dados, transformando e digitalizando os existentes.

financeiros para a região;

- Maiores informações para elaboração de estudos, projetos e programas, inclusive para plano de manejo, EIA/RIMA, das atividades.

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos.

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo.

AÇÕES 1 e 2 – Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do fluxo turístico; • Aumento do gasto e permanência média do turista no polo; • Aumento de renda na região; • Estímulo a novos empreendimentos e investimentos; • Aumento do PIB da região; • Valorização da produção local; inserção da mulher e do jovem no mercado de trabalho; • Estímulo a novos investimentos locais (comércio, indústria e infraestrutura); • Geração de empregos diretamente e indiretamente associados ao turismo; • Integração entre os municípios, dinamização das economias locais por meio da complementariedade dos produtos turísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de demanda por serviços públicos, excedendo seus custos; • Exigência de treinamento de empregados, proprietários e da população local; • Geração de resíduos com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos; • Geração de Gases do Efeito Estufa – GEEs, com contribuição para efeito estufa; • Irregularidade e desorganização na gestão da produção local gerando falhas na comercialização; • Recursos humanos despreparados para atender a demanda do mercado turístico; • Exploração financeira e perda cultural das comunidades locais associadas ao turismo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Repassar os custos com serviços públicos aos produtos turísticos, não deixando apenas a comunidade local arcar com os mesmos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs; • Estimular a organização da produção local e a capacitação de seus responsáveis; • Incentivar a adoção de certificados e selos de qualidade ambientais nos empreendimentos; • Fomentar a conscientização ambiental dos turistas através de campanhas de uso racional de água, da energia e de outros recursos nos empreendimentos turísticos (hotéis e outros); 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão integrada entre municípios (reuniões, intercâmbios, trocas de experiências) • Fortalecimento dos COMTUR e do Fórum Regional do Turismo, para a gestão integrada e melhor desenvolvimento dos roteiros do polo; • Sensibilizar a iniciativa privada e ampliar sua participação nas instâncias locais da gestão turística; • Incentivar a produção associada ao turismo continuamente; • Divulgação de novos roteiros integrados; • Incentivo a roteiros turísticos integrados; • Elaborar e implantar projeto de sinalização indicativa e turística para as rodovias sobre os novos roteiros integrados; • Estimular a implantação do Programa Artesanato Brasileiro – PAB; • Estimular incentivos fiscais para produtos locais, que tiverem sido qualificados por programa de capacitação; • Estimular a promoção e venda de

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da violência, venda e consumo de drogas e exploração sexual; • Maior pressão sobre recursos naturais. | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Programas de valorização da cultura local e desenvolvimento de atividades e produtos de promoção das tradições locais. | <p>artesanato e produtos regionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Priorização de mão de obra local, quando possível; • Incentivos fiscais como isenção tributária. |
|--|--|---|

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

AÇÃO 1 e 2 - Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental; Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Atrair demanda turística qualificada com maior poder aquisitivo e, até mesmo, com maior nível de consciência ambiental; • Redução e controle de impactos socioambientais; • Minimiza pressão sobre recursos ambientais; • Desenvolver sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos; • Maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades; • Reflexos positivos no desenvolvimento sustentável da região; • Competitividade internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrativo turístico de valor mais elevado; • Marginalização de empreendimentos sem recursos para adotar a certificação; • Falta de infraestrutura (transporte, segurança, etc.) para atender o aumento da demanda qualificada de turistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diluir os custos com o processo de certificação nos produtos turísticos oferecidos; • Melhorar infraestrutura básica e turística; • Desenvolver e divulgar linhas de financiamento para a certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar o mercado turístico das vantagens de se ter um produto/ serviço com maior qualidade e confiabilidade; • Participar das discussões com Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS); • Apoiar as discussões sobre a regulamentação do ecoturismo no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; • Maior integração entre os órgãos participantes do processo de certificação; • Capacitação de proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos; • Identificação e padronização de procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos; • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas.

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

AÇÃO 1 – Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego e renda; • Ganhos sociais; • Estímulo a novos empreendimentos e investimentos; • Aumento da arrecadação de tributos; • Investimentos privados em infraestrutura turística; • Diversificação da economia local, principalmente em área rural; • Aumento e diversificação da oferta turística na região; • Criação de empresas domésticas; • Capacitação da Mão de obra rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de resíduos com poluição do solo, dos recursos hídricos; • Geração de efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos; • Geração de Gases do Efeito Estufa – GEEs, com contribuição para efeito estufa; • Impacto sobre a flora e fauna; • Maior pressão sobre recursos naturais; • Oferta de produtos e serviços sem qualidade; • Atividades sem licenciamento ambiental; • Especulação imobiliária; • Construções irregulares; • Falta de sinalização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Incentivar a maior inserção do proprietário e de seus funcionários em cursos de capacitação (SENAR, SEBRAE, SENAC e outros), para conferir melhor qualidade à atividade desenvolvida; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulação contínua aos empreendedores a investirem em suas atividades, inclusive investimentos em tecnologias limpas, em sistemas de certificação ambiental, em sistemas de controle ambiental; • Promover continuamente, por meio de incentivos fiscais, os empreendimentos turísticos, principalmente aqueles que demonstrarem possuir responsabilidade socioambiental; • Orientações técnicas para os proprietários; • Levantamento das áreas potenciais; • Maiores cuidados com propriedades localizadas dentro de ETEPs.

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

AÇÕES 1 e 2 –Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor
Implantar o Programa de Qualificação.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no atendimento dos turistas; • Aumento da satisfação e melhora da imagem positiva do polo no mercado turístico; • Inclusão da mão de obra da sociedade local; • Valorização da herança cultural; • Valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais; • Aumento da renda; • Maior acesso à capacitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saturação do mercado de trabalho; • Aumento considerável com custos de mão de obra nos empreendimentos do setor de turismo; • Capacitação desnecessária decorrentes do levantamento inadequada da demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento sistêmico da demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo, envolvendo vários subsetores do turismo, e desenvolvidos por técnicos especializados em pesquisas; • Instituir pesquisas sistêmicas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas, para direcionar as necessidades de capacitação do polo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar as parcerias para a capacitação profissional para o turismo; • Elaboração do plano de capacitação profissional para o turismo no polo, alinhando o recurso humano com os objetivos do setor.

AÇÃO 3 – .Implantar programas de capacitação pública em turismo.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra mais qualificada e especializada; • Fortalecimento da gestão pública turística; • Desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos projetos e planos do setor de turismo; • Melhorar o atendimento público ao turista. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos humanos, equipamentos e infraestrutura dos órgãos oficiais de turismo; • Capacitações inadequadas com as demandas do polo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Alinhar as capacitações com os planos de fortalecimento institucional dos municípios do polo, atendendo as demandas de qualificação profissional neles identificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver convênios e parcerias com instituições de ensino superior e outras instituições educacionais e especializadas em capacitação profissional.

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

AÇÃO 1 e 2 – Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Dota de sustentabilidade a atividade turística no polo; • Reduz e previne a pressão sobre a infraestrutura básica e de serviço decorrente da atividade turística em determinados locais específicos da região em análise; • Subsidiar as tomadas de decisão da gestão pública no polo; • Aumento da satisfação do turista com a infraestrutura e melhora da imagem positiva do polo no mercado turístico; • Atrair turista que valorizam destinos sustentáveis e por consequência do perfil desse turista aumenta o gasto médio e tempo de permanência do turista do polo; • Atração de novos investimentos e crescimento econômico local; • Fortalecimento e ampliação da capacidade de fiscalização local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de indicadores de monitoramento e acompanhamentos inadequados; • Levantamento ou alimentação equivocada dos dados no sistema de informações; • Tomada de decisões inadequadas ao desenvolvimento sustentável do setor, decorrente de análise equivocada das informações fornecidas pelo sistema; • Maior pressão sobre os recursos ambientais pelo aumento do gasto e tempo de permanência do turista; • Maior exigência de qualidade de serviços pelo perfil distinto desse turista, refletindo sobre a exigência de capacitação dos recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do sistema por equipe multidisciplinar, apta e embasada na realidade socioambiental e do setor de turismo do Polo Campo Grande e Região; • Elaboração do sistema de informática simplificado, de ambiente amigável e de fácil operação; • Padronização no sistema de coleta e processamento de dados; • Levantamento do estado da arte sobre a região; • Capacitação dos operados do sistema de informação e dos responsáveis pelo levantamento de dados e interpretação das informações geradas; • Elaboração de estudos comparativos sistêmicos com diferentes bancos de dados; • Desenvolvimento de instrumentos de divulgação e incentivo à adoção de técnicas e processos ecoeficientes (que utilizam menos recursos ou geram menos resíduos/efluentes) nos empreendimentos turísticos; • Implantar com eficácia as ações de qualificação dos recursos humanos para o turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar interface do sistema de informações com outros sistemas de monitoramento socioambientais e econômicos do polo; • Manter sistema automatizado e atualizado de informações turísticas; • Equipar as instituições; • Inclusão do posicionamento geográfico para posteriormente elaboração de mapas e integração dos dados com outras informações mapeadas nos municípios; • Cruzar as informações geradas pelo sistema com o Banco de Dados do Estado do Mato Grosso do Sul; • Alinhar as decisões decorrentes do sistema de informação com outros planos, programas e projetos de turismo ou que sejam voltada para a área turista em questão.

E.1. Fortalecer o segmento de negócios e eventos

E.2. Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo

AÇÕES 1 e 2 – Elaborar e executar projeto de sinalização turística para o polo

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos turísticos mais visitados; • Oportunidade para exploração de novos produtos turísticos; • Desenvolvimento de oportunidades de renda para as comunidades situadas às margens destas rodovias; • Alternativa de integração entre as regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição visual; • Aumento de tráfego na região; • Impactos ambientais decorrentes da não manutenção e tráfego intenso como: erosão, atropelamentos, focos de incêndios, degradação de corpos hídricos, aumento da emissão de GEEs, entre outros; • Construções irregulares às margens da rodovia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar de artifícios (layout, tipo de material, entre outros) para minimizar impactos visuais. • Minimizar impactos socioambientais (redução de acidentes envolvendo pessoas e animais, redução de consumo de combustível com caminhos percorridos erroneamente, entre outros); • Manutenção adequada e periódica das rodovias; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens das rodovias; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão integrada entre os municípios que compõem os roteiros ligados a estas rodovias; • Capacitação e orientação das comunidades situadas às margens das rodovias para o desenvolvimento de empreendimentos e a geração de renda.

AÇÕES 3 a 6 – Elaborar e projeto e construir o CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro; Elaborar e projeto e construir o CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos turísticos mais visitados; • Criação de novos empregos; • Valorização imobiliária; • Melhora o atendimento ao turista e, por consequência, sua satisfação, e a imagem do polo como destino turístico; • Crescimento do comércio local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de tráfego nas áreas turísticas; • Aumento de emissão de GEEs; • Geração de resíduos com poluição do solo, dos recursos hídricos; • Geração de efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter CAT com boa infraestrutura de funcionamento; • Manter profissionais capacitados para atendimento ao turista; • Manter banco de dados com informações turísticas atualizadas.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 130 – Estratégia de comercialização: avaliação de impactos socioambientais.**E.1. Desenvolver estratégias de *marketing* turístico.****AÇÕES 1 a 3 – Fomentar o turismo interno; inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; intensificar o programa de captação de eventos.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos turísticos mais visitados; • Valorização imobiliária; • Crescimento do comércio local; • Geração de emprego e renda; • Estímulo a novos empreendimentos e investimentos; • Aumento da arrecadação de tributos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de tráfego nas áreas turísticas; • Geração de resíduos com poluição do solo, dos recursos hídricos; • Geração de efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos • Aumento de tráfego na região; • Geração de Gases do Efeito Estufa – GEEs; • Maior pressão sobre recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEAs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter profissionais capacitados para atendimento ao turista; • Estimulação contínua aos empreendedores a investirem em suas atividades, inclusive investimentos em tecnologias limpas, em sistemas de certificação ambiental, em sistemas de controle ambiental; • Incentivar continuamente, por meio de incentivos fiscais, os empreendimentos turísticos, principalmente aqueles que demonstrarem possuir responsabilidade socioambiental; • Melhorar infraestrutura e meios de transportes, bem como incentivar o desenvolvimento de rede hoteleira no Polo Campo Grande.

AÇÕES 4 e 5 – Elaborar e implantar Plano de *Marketing* para o polo.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do mercado consumidor; • Produtos turísticos mais visitados; • Geração de emprego e renda; • Aumento do fluxo de turistas, gasto e permanência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior pressão sobre recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de sistemas de gestão de resíduos sólidos, de recursos hídricos, de saneamento; • Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEAs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de uma identidade visual para área de abrangência do turismo no polo, compatibilizando logomarca, folhetos, sinalização etc.; • Estabelecimento de uma estratégia de divulgação, buscando objetividade na atração do público-alvo, dentro de uma política de associar a divulgação institucional (feita pelo poder público) à divulgação comercial (feita pela iniciativa privada); • Elaborar um calendário de promoções e eventos que possam potencializar a publicidade e estruturar o <i>marketing</i>, atuando com estratégias específicas em cada época do ano.

E.1. Desenvolver estratégias de *marketing* turístico.**AÇÕES 1 e 2 – Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial; implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Definição do público atual e dos públicos potenciais; • Identificação de falhas no planejamento; • Melhora na gestão turística e tomada de decisão; • Aumento na qualidade dos serviços prestados aos turistas; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo; • Aumento de empregos gerados e oportunidades de negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão desordenada do setor e do fluxo de turistas, comprometendo a prestação de serviços gerais (públicos) à população local; • Aumento da pressão sobre os recursos naturais: degradação de mananciais, contaminação de solos, poluição do ar, poluição sonora e outros impactos negativos decorrentes do aumento da população flutuante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Desenvolvimento de estudos e planejamentos com projeções de demanda futura de serviços gerais (esgotamento sanitário, abastecimento de água, transporte, segurança, saúde etc.) considerando a população flutuante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maximizar estratégia de <i>marketing</i>; • Maximizar investimentos em infraestrutura, equipamentos, divulgação de atrativos.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 131 - Fortalecimento Institucional: avaliação de impactos socioambientais.

Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.

AÇÕES 1 a 20 – Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor destinação de recursos financeiros para a gestão ambiental e turística; • Promoção e apoio à articulação de políticas públicas; • Otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR; • Diminuição do tempo de atendimento pelos órgãos públicos às demandas apresentadas pelos diversos atores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de exigência por parte dos órgãos, podendo tornar as ações e processos mais burocráticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desburocratização e modernização dos procedimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do Regulamento Operacional do PRODETUR; • Definição da identidade visual e arquitetônica do polo.

AÇÕES 21 a 30 – Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Inserção da atividade turística no portfólio econômico principal da gestão pública municipal; • Garantia dos direitos a cidades sustentáveis (conservação dos recursos naturais e promoção da função social da cidade) no Polo Campo Grande e Região; • Contribui com o fortalecimento institucional dos municípios no que diz respeito à gestão territorial; • Organização do uso e ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações de usos de áreas específicas e do desenvolvimento de novos empreendimentos/atrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração por equipes multidisciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação totalitária dos planos; • Dotar os planos diretores de diretrizes turísticas, tanto nas áreas urbanas como rurais; • Aplicação de leis básicas dos planos diretores; • Promoção de decisão participativa; • Priorizar a ocupação dos vazios urbanos; • Promover interação entre gestão urbana e rural, respeitando, inclusive, as comunidades

<p>do solo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos impactos sobre os recursos naturais; • Dotar o polo de diretrizes para uma fiscalização mais efetiva (ambiental, turística). 	<p>tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir que os programas de coleta seletiva sejam contínuos, monitorando e readequando os mesmos.
---	--

Modernizar a estrutura administrativa do polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo.

AÇÕES 1 a 11 – Instituir COMTURs em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Terenos; fortalecer os COMTURs de Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Rochedo e Rio Negro e o Fórum de Turismo da região.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do turismo por processo participativo (aumentando a participação e a articulação dos diversos atores da região); • Planejamento Integrado (aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais); • Posicionar a região como destino turístico; • Melhor divulgação dos produtos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Canalização das decisões, beneficiando setores ou municípios melhores articulados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos; • Incentivar a ampliação do setor privado e sociedade no Fórum Regional, e em outras instâncias da gestão do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhar as ações do setor turístico local com instâncias superiores do turismo (estadual, do Centro-Oeste, nacional); • Integrar as ações do setor turístico com outros setores locais (considerando a interface do turismo com outras atividades).

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 132 - Infraestrutura básica e turística: avaliação de impactos socioambientais.**E.1 - Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.**

AÇÕES 1 a 34 – Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo; elaborar projeto de construção de UPL para os municípios do polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; construir UPL para os municípios do polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; construir aterro sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo; implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Redução da pressão sobre recursos naturais (minimização da demanda por matéria-prima e por áreas para disposição final de resíduos sólidos); • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente); • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos; • Remoção dos catadores que residem na insalubridade dos atuais lixões; • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local; • Criação de postos de trabalho na construção das obras; • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios; • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos; • Minimização da incidência de doenças; • Geração de emprego e renda com a implantação UPLs; • Recuperação de materiais recicláveis nas UPLs; • Aumento da vida útil dos aterros 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro; • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada; • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final). 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa; • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; • Interação com os planos diretores municipais; • Ampla consulta pública para construção das obras; • Priorização de mão de obra local quando possível; • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento adequado dos recursos naturais e da infraestrutura já existente na cidade; • Preservação de áreas ambientalmente frágeis ou de grande valor cultural ou para o lazer na cidade; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários, a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido; • Alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

sanitários com a redução de materiais recicláveis dispostos no mesmo;

- Minimização dos impactos ambientais relacionados, principalmente, a resíduos sólidos, problemas com inundações.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 133 – Gestão socioambiental: avaliação de impactos socioambientais.

E.1. Melhorar a qualidade ambiental da área turística.

AÇÕES 1 a 4 – Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do polo; elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; elaborar Agenda 21 regional.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental dos municípios do polo; • Desenvolvimento de produtos turísticos com padrões diferenciados de qualidade; • Priorização de projetos e programas na área de gestão ambiental; • Promoção de decisão participativa; • Uso racional dos recursos naturais; • Recuperação de áreas degradadas; • Maior proteção e preservação de ambientes naturais, conservação da diversidade biológica; • Ganhos sociais; • Maior sustentabilidade dos empreendimentos turísticos em ambientes naturais, garantindo a qualidade do produto a longo prazo; • Aumento da satisfação do turista em relação à segurança e da preservação da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maiores custos para o empreendedor, e, por consequência, produtos com preços mais elevados; • Afunilamento (quantitativo) na oferta turística; • Falta de qualificação para o cumprimento das diretrizes ambientais em empreendimentos privados; • Aumento no tempo de elaboração e implantação de projetos turísticos privados; • Desinteresse social para a participação do Fórum de Agenda 21Local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de vias de financiamento dos projetos de investimento e adequação ambiental do setor turístico; • Sensibilização dos empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos a longo prazo; • Oferta de capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos; • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consonância com o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios; • Criação do Fórum de Agenda 21 local e sensibilização da sociedade quanto à sua participação; • Implantar instrumentos da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente; • Implantar instrumentos da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; • Implantar instrumentos da Política Nacional de Educação Ambiental; • Participar das discussões da criação da Política; Estadual de Educação Ambiental; • Incentivar municípios a elaborarem seus planos diretores; • Fortalecer o papel dos principais grupos sociais da região; (ONGs, associações, cooperativas); • Obedecer às limitações e orientações do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul.

E.1. Melhorar a qualidade ambiental da área turística.**AÇÃO 1 – Implantação do projeto Caminhos do Futuro do MTur, no polo.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização sobre turismo para os professores, alunos em um efeito multiplicador para toda a comunidade; • Desenvolvimento de oportunidades profissionais e qualificação da mão de obra; • Fortalece o exercício da cidadania e desenvolve a identificação e valorização do jovem com sua cultura e região; • Desenvolvimento social e econômico das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saturação do mercado de trabalho; • Aumento considerável do custo da mão de obra para o empresário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cruzamento do programa com levantamentos das demandas de capacitação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento do programa com o plano de capacitação profissional para o turismo, a ser elaborado no polo, para a implantação do Programa de Qualificação dos recursos humanos.

AÇÃO 2 e 3 – Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos, para o polo.

Possíveis impactos positivos	Possíveis Impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece as diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos na região turística; • Amplia a vida útil e otimiza o uso dos aterros sanitários existentes; • Reduz a pressão sobre recursos naturais (minimização da demanda por matéria-prima e por áreas para disposição final de resíduos sólidos); • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (preservação permanente); • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos; • Remoção dos catadores que residem na insalubridade dos atuais lixões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do passivo ambiental de pequenos municípios pelo volume expressivo de resíduos gerados na Capital, Campo Grande; • Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro; • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos, caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada; • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, de forma integrada e participativa; • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; • Interação com os planos diretores municipais; • Ampla consulta pública para construção das obras; • Priorização de mão de obra local quando possível; • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento adequado dos recursos naturais e da infraestrutura já existente na cidade; • Preservação de áreas ambientalmente frágeis ou de grande valor cultural ou para o lazer na cidade; • Acompanhamento e supervisão das obras; • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários, a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido; • Alinhamento com a Política

-
- Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local;
 - Criação de postos de trabalho na construção das obras;
 - Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios;
 - Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos;
 - Minimização da incidência de doenças;
 - Geração de emprego e renda com a implantação de UPLs;
 - Recuperação de materiais recicláveis nas UPLs;
 - Aumento da vida útil dos aterros sanitários com a redução de materiais recicláveis dispostos no mesmo;
 - Minimização dos impactos ambientais relacionados, principalmente a resíduos sólidos, problemas com inundações;
 - Desativação e recuperação de áreas degradadas e lixões anteriormente utilizados para a disposição final de resíduos.
-

inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final).

Nacional de Resíduos Sólidos.

E.1. Melhorar a qualidade ambiental da área turística.

AÇÕES 1 e 2 – Elaborar e implantar a Análise Ambiental Estratégica – AAE.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Antecipação dos impactos diretos e indiretos, em curto e longo prazo, das diferentes ações do Programa; • Concilia as demandas turísticas com o meio ambiente; • Subsídios o desenvolvimento diretrizes sustentáveis para o programa; • Identifica os impactos sociais e ambientais em diferentes cenários de desenvolvimento no polo fundamentando as tomadas de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de impactos socioambientais adversos equivocados, sem a abrangência adequada ou sem considerar seus efeitos cumulativos e em longo prazo; • Análise dos impactos inadequada e direcionamento equivocado de tomadas de decisão; • Ceticismo ou resistência das partes interessadas em relação às conclusões da AAE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Predefinição dos métodos e enfoques da AAE, determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; • Desenvolvimento da AAE por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do polo e da abrangência do Programa de Desenvolvimento do Turismo, no local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação da AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental, entre outros; • Complementação da AAE com as devidas Análises de Impacto Ambientais dos projetos abrangidos pelo Programa.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

5.5.2. Justificativa de apoio ao desenvolvimento

O Cerrado é um dos biomas que atualmente vem sofrendo as maiores pressões e degradações sobre os recursos naturais, principalmente devido à expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro. No Estado de Mato Grosso do Sul, cuja economia tem como base o setor agropecuário, esta realidade não se mostra diferente.

A atividade turística no Polo Campo Grande e Região encontra-se em consolidação e, por isso, ainda não é identificada como atividade econômica, contudo, os empreendimentos agropecuários estão percebendo que a atividade turística pode ser explorada em consonância com as demais atividades; por isso, deve-se promover e fortalecer o desenvolvimento do turismo rural, o turismo de negócios e eventos agrotecnológicos, o turismo cultural (místico, histórico, religioso e étnico), dentro dos parâmetros de sustentabilidade ambiental, social e cultural.

Vale ressaltar que o turismo, desde que seja baseado em princípios sustentáveis, será uma grande alternativa para conservação dos recursos naturais do bioma Cerrado. Valorizar e potencializar o turismo de natureza em Rio Negro irá minimizar os conflitos de interesse entre a moderna agropecuária, os movimentos ambientalistas e comunidade quilombola, bem como auxiliar na conservação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs.

Em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul (mais voltados para atividades rurais, turismo negócios e eventos agrotecnológicos, não podendo esquecer que, em Sidrolândia, há um forte atrativo de rampas naturais específicas para a atividade de voo livre), em Corguinho (turismo cultural/místico) e em Rio Negro (turismo de aventura), deverá ser potencializado o crescimento diferenciado do turismo, assim minimizando a pressão sobre os recursos naturais, auxiliando na conservação de ETEPs e movimentando a diversificação da estrutura produtiva do polo.

Destaca-se, ainda, que esta potencialização somente será possível caso sejam melhoradas a infraestrutura de acesso, a infraestrutura da rede de hotéis e pousadas, a capacitação de profissionais para o atendimento ao turista, a sinalização dos atrativos, entre outras ações, neste relatório já mencionadas.

5.5.3. Impactos socioambientais cumulativos do conjunto de atividades e projetos.

Os impactos socioambientais cumulativos, ou seja, derivados da soma de outros ou por cadeias de impacto que se somam, podem produzir consequências maiores do que as produzidas pela soma de pequenos impactos.

Visto que a deterioração dos recursos naturais pode levar a insustentabilidade da atividade turística, é necessário que o seu desenvolvimento ocorra de forma responsável e planejada. Por isso, as ações definidas nesse PDITS tiveram como objetivo maior o desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis.

Observa-se que estas ações estão relacionadas essencialmente à inexistência ou ineficiência das vertentes do saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos e drenagem pluvial), à falta de infraestrutura (transporte, hotéis, segurança, entre outros), ao incremento no número de turistas, e à fragilidade na gestão socioambiental das atividades antrópicas. Fatores que comprometem sobremaneira os recursos naturais.

Os impactos socioambientais cumulativos do conjunto das ações definidas nesse plano estão relacionados essencialmente à insuficiência de infraestrutura para saneamento básico

nas áreas urbanas, e ao incremento no número de turistas, fato que compromete sobremaneira os recursos naturais, ambos associados à fragilidade na gestão compartilhada das atividades antrópicas existentes nos municípios em estudo, e na bacia hidrográfica, como um todo.

A degradação dos recursos naturais pode comprometer a sustentabilidade da atividade turística, portanto, é importante que o seu desenvolvimento ocorra de forma responsável e planejada. Cabe ressaltar que algumas das ações propostas não necessariamente causam grande impacto socioambiental individualmente, mas, em conjunto com outras, resultam em uma mudança significativa na qualidade de vida da população, como, por exemplo, as ações relacionadas à infraestrutura básica e gestão institucional. Além disso, ações diferentes podem possuir as mesmas medidas mitigadoras.

Um exemplo de impactos cumulativos no Polo Campo Grande e Região é a possibilidade do turismo dar início ao processo de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem completamente secundárias. Assim, novos empreendimentos (casas, hotéis, condomínios, escolas, hospitais, postos de saúde, entre outros) vão surgindo e aumentando a pressão e os impactos sobre o ecossistema. Nesse sentido é imperativo que os instrumentos de gestão territorial existentes sejam efetivamente aplicados e novos instrumentos sejam estruturados, a fim de ordenar a ocupação e prevenir desastres naturais, sobretudo enchentes.

Outros impactos cumulativos não há como serem evitados, somente minimizados, destacando, entre eles: o aumento da geração de resíduos sólidos; aumento da demanda de energia elétrica; aumento do tráfego de veículos, com consequência redução da qualidade do ar; assoreamento dos recursos hídricos, devido às ações humanas; aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; alteração sobre o estilo de vida das populações nativas; aumento sazonal de população com diversas implicações sobre a área afetada, sua infraestrutura e sua população nativa; degradação da flora e fauna local; deslocamento e marginalização das populações locais; degradação da paisagem, devido à edificação.

Nesse contexto, os impactos possíveis de ocorrer em consequência das ações poderão ser mitigados com medidas relacionadas, em sua maioria, a uma melhoria na capacidade de gestão por parte dos governantes (por meio de incentivos e financiamentos de projetos e planos), à conscientização ambiental e social dos empreendedores de turismo e da população local e flutuante, além da participação comunitária para que o polo atravesse um processo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável.

Através de uma perspectiva global das ações, pode-se observar alguns dos possíveis impactos cumulativos nos meios antrópico, físico e biológico organizados no quadro a seguir:

Quadro 134 – Impactos cumulativos.

Antrópico	Físico	Biológico
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização da economia local; • Otimização do emprego de recursos locais; • Fortalecimento da gestão ambiental; • Diversificação dos atrativos e consequente aumento no número de oportunidades de emprego; • Integração dos municípios do polo; • Atração de recursos financeiros para a região; • Resgate e valorização da história, cultura e tradição regional; • Desmobilização de mão de obra; • Exigência de mão de obra excessivamente qualificada e marginalização da comunidade; • Interferência em atividades agropecuárias e de mineração; • Interferência no cotidiano da população local; • Descaracterização da cultura local, devido à modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais; • Surgimento e o aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual; • Pressão sobre a infraestrutura básica e serviços essenciais; • Alterações na paisagem/patrimônio natural; • Alterações no uso do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a conservação de solos e ordenar sua ocupação; • Pressão excessiva sobre determinados corpos • d'água; • Interferência na drenagem; • Manter e controlar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; • Maior geração de resíduos sólidos e efluentes; • Introdução de melhorias na gestão ambiental pública e privada na região; • Desenvolvimento de sistema de gestão de resíduos sólidos; • Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário; • Aumento no nível de ruídos; • Preservação de minerais, fósseis e arquitetura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração nos remanescentes florestais; • Geração de ruído e afugentamento de fauna; • Impactos na biota aquática; • Aumento no risco de atropelamentos e intoxicação de animais; • Interferência com Unidades de Conservação; • Desenvolvimento de gestão das unidades de conservação; • Biopirataria; • Aumenta a conservação da biodiversidade; • Desenvolve alternativas de compensação e mitigação ambiental.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os impactos possíveis de ocorrer em consequência das ações propostas poderão ser mitigados ou potencializados com medidas relacionadas, em sua maioria, com o fortalecimento institucional, e assim uma melhor gestão por parte dos governantes (por meio de incentivos e financiamentos de projetos e planos), além da conscientização socioambiental dos empreendedores de turismo, da população local e dos próprios turistas.

Um resumo das medidas mitigadoras especificadas dentro de cada ação, mas que, em linhas gerais, passam por todas elas e são efetivamente prioridade para mitigação de impactos negativos ou potencialização dos impactos positivos, estão apresentadas a seguir:

- Programas de educação ambiental e sensibilização da população e dos empreendedores sobre a importância do planejamento integrado e participativo;
- Planejamento e elaboração de estudos (ambientais, sociais e econômicos) adequados para implementação das ações propostas;
- Implantação de boas práticas para construção, acompanhamento e supervisão das obras necessárias;
- Respeito aos planos diretores municipais e demais instrumentos de gestão do território;
- Ampla consulta pública;
- Estudo para identificação da possibilidade do ônus das obras de ampliação dos sistemas de saneamento ambiental e energia elétrica ter peso diferente para os empreendedores do setor de turismo e população local residente;
- Adoção das normas técnicas e respeito à legislação vigente;
- Fortalecimento institucional e de gestão dos órgãos envolvidos;
- Priorização de mão de obra local;
- Participar da instituição do comitê da Bacia do Pardo;
- Incentivo à integração dos municípios por meio de obras, incentivos fiscais, planos, entre outros;
- Incentivos para novos empreendimentos turísticos e de comércio local;
- Capacitação profissional da população local e empreendedores;
- Fortalecimento da fiscalização ambiental em todo o polo, além do espaço urbano (atividades, uso e ocupação do solo, obras de infraestrutura, entre outros) por parte de todos os envolvidos (sociedade civil, ONGs, prefeituras, iniciativa privada, entre outros);
- Investimentos em pesquisas, inclusive na área de ciência e tecnologia, voltadas ao setor de turismo (novas tecnologias, tecnologias mais limpas, mais eficientes);
- Viabilização de projetos de recuperação e proteção de áreas degradadas.

5.5.4. - Efeitos da implementação do plano sobre a qualidade de vida e características culturais da população do polo.

Toda e qualquer intervenção gera impactos sobre a população local diretamente envolvida com a atividade/empreendimento, inclusive impactos sobre a qualidade de vida e características culturais. Podem ser destacados como impactos positivos o aumento do comércio local, a inserção da mão de obra local, a melhoria do nível educacional, melhoria em serviços (saúde, saneamento, segurança), a valorização da produção local e com impactos negativos a concentração de renda, aculturação, aumento dos índices de violência e criminalidade e prostituição.

Na realidade, não é somente a preservação da diversidade cultural e da qualidade de vida que podem ser ameaçadas diante do desenvolvimento desordenado e em curto prazo de atividades turísticas. O próprio meio ambiente, as paisagens naturais e o patrimônio artístico cultural também podem ser objeto de degradação, quando inexiste conscientização e controle.

O turismo no Polo Campo Grande e Região deverá ser visto como mais uma alternativa saudável para o desenvolvimento do município, com anuência social (turistas, empreendimentos, população local e instituição pública), por proporcionar mais benefícios sociais e econômicos do que degradação ecológica dos seus sistemas, funcionando o turismo como instrumento vantajoso de valorização e conservação do seu patrimônio turístico.

Portanto, se faz necessário adotar mecanismos que garantam, por meio de um processo participativo e descentralizado, que o desenvolvimento do turismo seja sustentado (ou seja, que seus benefícios sociais e ecológicos a longo prazo tenham prioridade sobre seus resultados financeiros).

Nesse contexto, é de fundamental importância a atenção à comunidade local, fazendo com que o turismo seja:

- Um multiplicador do desenvolvimento;
- Intensivo em mão de obra, principalmente local, com impactos positivos na redução da violência e prostituição na região;
- Uma porta de entrada para os jovens com diferentes níveis de qualificação no mercado de trabalho;
- Um fortalecedor da identidade do povo e uma forte contribuição para a paz ao integrar diferentes culturas.

Os principais efeitos da implementação do plano sobre a qualidade de vida e as características culturais da população, bem como os benefícios sociais que possam ser auferidos com o desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região, são:

- Reconhecimento da cultura do Polo Campo Grande e Região;
- Interferência na identidade cultural, principalmente das comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais;
- Em situação de ausência de planejamento, poderá haver perdas dos valores culturais e morais das comunidades mencionadas;
- Modificação no padrão de consumo das pessoas;
- Alteração na distribuição de renda das pessoas;
- Mudança nos negócios (comércio, turismo, agropecuária, indústria);
- Modificações na demanda, bem como nas oportunidades recreacionais, principalmente nos atrativos turísticos que se utilizam diretamente dos recursos naturais;
- Conflitos sobre o uso do solo que interferem em aspectos paisagísticos;
- Aumento da poluição ambiental (ar, solo e água) em todos os municípios, mais intensificado nas áreas urbanas, principalmente em Campo Grande, cidade irradiadora do polo;
- Aumento da demanda de recursos naturais, intensificando a pressão sobre os mesmos;
- Transmissão de doenças.

Portanto, toda e qualquer intervenção gera impactos sobre a população local diretamente envolvida com a atividade/ empreendimento, inclusive impactos sobre a qualidade de vida e características culturais, conforme abaixo:

- O impacto fundamental da implantação do plano é servir como balizador da formulação de políticas públicas pelos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, assim como instituições do terceiro setor;
- O turismo em municípios com recursos naturais dotados de potencialidade turística, como Rio Negro, Rochedo e Corguinho, se estruturados os produtos turísticos, esses passam a atuar como um instrumento de conservação ambiental, visto que o uso sustentável desse recurso gera receita aliada à conservação do meio ambiente;
- Com a criação dos elementos que valorizam a produção local, tem-se o fortalecimento do capital social e o fomento a agricultura familiar em todos os municípios do polo, ao inserir sua produção na cadeia do turismo e formatando produtos turísticos em assentamentos e propriedades rurais de agricultura familiar;
- A dinamização da atividade turística demanda a melhoria da infraestrutura e de serviços públicos locais exigidos pelo mercado turístico, melhorando a qualidade de vida da população em termos de saneamento básico, gestão de recursos sólidos, serviços de saúde entre outros serviços vitais ao turismo e positivos à comunidade;
- Duas vertentes podem ser abordadas em termos culturais: a perda da identidade cultural, em decorrência do contato com o público atraído pela atividade turística, e outra é o regaste e valorização de tradições e aspectos histórico-culturais da região;

- O desenvolvimento turístico, através da implantação do plano e seu consequente aumento do fluxo de turistas, pode despertar a percepção da riqueza local de seus recursos naturais, histórico-culturais e patrimoniais da própria comunidade, levando a valorização do destino por seus munícipes, aumentando o sentimento de pertencimento e reforçando a identidade cultural;
- O aumento de empregos gerados pelo crescimento econômico, oriundo da implantação do referido plano, proporciona o fortalecimento do capital humano local da região do polo, causando melhor qualidade de vida.

5.5.5. - Outros impactos estratégicos da implementação do plano.

- Estrategicamente, a implantação do plano gera elementos que criam uma ambiência favorável à atração de investimentos relacionados aos negócios turísticos e, ao mesmo tempo, permitirá o adensamento dos elos das cadeias produtivas principais e periféricas do turismo;
- A dinamização da economia pela atividade turística deverá impactar positivamente o aumento das receitas públicas;
- No Polo Campo Grande e Região, excetuando-se a Capital, a economia é pautada em atividades agropecuárias e do setor primário, logo, o desenvolvimento turístico não gera conflitos com outras atividades, pelo contrário, há complementaridade em decorrência do uso sinérgico dos recursos naturais;
- Em Campo Grande, os impactos pela intensificação do turismo de negócios e eventos e ampliação de sua cadeia produtiva, igualmente fortaleceria pelo aumento do fluxo de turistas, o desenvolvimento dos setores de comércio e serviço local (principal setor econômico do município) sem conflitos por recursos naturais;
- As experiências dos demais polos do Estado, Pantanal e Bonito-Serra da Bodoquena, mostram que as atividades turísticas, mesmo nos equipamentos e serviços que demandam mão de obra mais intensivamente, não induzem a imigração de pessoas, que gerariam conflitos com outros setores econômicos da região, pois, quantitativamente, a demanda é pequena, se comparado às indústrias e grandes empresas, por exemplo, e qualitativamente, o perfil da mão de obra é distinto;
- O aumento do fluxo de turistas no polo e a implantação das ações de inserção da comunidade local, previstas no referido plano, naturalmente despertam oportunidades de negócios, induzindo a diversificação da produção local, sobretudo da produção familiar;
- A dotação de maior competitividade no mercado turístico do polo, pela implantação do plano, atraindo maior fluxo e aumentando a possibilidade de permanência do turista no Estado, fortalece as rotas turísticas existentes e cria incentivos para a criação de novas, permitindo maior integração entre os polos do Mato Grosso do Sul (Serra da Bodoquena e Pantanal).

5.5.6. - Parâmetros a serem utilizados como indicadores.

A proposta de parâmetros a serem utilizados como indicadores levou em consideração o exposto nos itens anteriores, bem como três trabalhos: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS, propostos pela CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Organização das Nações Unidas – ONU; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS, propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2002, 2004 e 2008, sendo esta última versão baseada em 60 indicadores produzidos ou reunidos pelo IBGE; e Índice de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul – IDS/MS.

Segundo o IBGE, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2008 (IDS 2008), mostram um país que, nos últimos anos, teve seus maiores avanços na economia. Nas questões sociais, apesar das melhorias verificadas, ainda persistem grandes passivos a

serem sanados; enquanto em relação aos problemas ambientais há sinais contraditórios, com evolução em algumas áreas e retrocesso em outras.

Em relação ao IDS/MS, vale ressaltar que esse está sendo finalizado no presente ano de 2010, sendo ele um indicador sintético, que avaliará o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso do Sul por meio de 4 dimensões: Social, Econômico, Ambiental e Institucional, e segue a mesma metodologia do IBGE, adequando as especificidades regionais. Consiste de um grupo ordenado de indicadores capazes de caracterizar cada região do Estado, revelando as fragilidades e potencialidades por elas apresentadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

A elaboração do IDS/MS está prevista no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/MS 2030, onde estão contidas as diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS/MS, é uma ferramenta de gestão para desenvolver avaliações de impactos dos programas e projetos que buscam superar as desigualdades sociais e regionais, sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das gerações futuras. Portanto, esse poderá ser aplicável aos projetos de atividades/empreendimentos turísticos.

O IDS/MS incorporará os resultados do Índice de Responsabilidade Social – IRS/MS, que utiliza as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sendo elas: riqueza, escolaridade e longevidade, onde cada uma é formada por 04 variáveis.

Está em processo de elaboração o Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS, o Índice de Desenvolvimento Institucional – IDI/MS, e o Indicador de Segurança Pública, para completar as respectivas dimensões previstas para o IDS/MS.

O IDS/MS adotará, como referência no âmbito geográfico, a Regionalização do Planejamento de Mato Grosso do Sul, e também será atualizado a cada dois anos, intercalado e posterior às atualizações do IRS/MS, abrangendo o mesmo período de análise.

O Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS, é um índice sintético que representa um conjunto de vários temas ambientais e apresentará as variações dos indicadores das condições de Regiões de Planejamento e dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, destinados à elaboração de gestão pública moderna.

Em termos gerais, os indicadores ambientais são medidas-sínteses que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões específicas do meio ambiente, bem como do desempenho das políticas públicas ambientais. Vistos em conjunto, devem refletir a situação ambiental de uma determinada região e servir para a avaliação da sua condição ambiental. A construção de um indicador ambiental é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada incidência ambiental, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados.

No PDITS do Polo Campo Grande e Região, poderão ser adotados indicadores que poderão ser utilizados também para compor o IDS/MS, minimizando, assim, esforços e potencializando os resultados de ambos os trabalhos.

Os indicadores ambientais que serão capazes de caracterizar cada município do polo servirão como instrumentos de monitoramento, avaliação e fomento de políticas públicas ambientais e da área de turismo, contribuindo, assim, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitando o

acompanhamento de um quadro evolutivo, inclusive com a melhora de indicadores ambientais, por exemplo.

Assim, serão adotados como indicadores para o Polo Campo Grande e Região:

- Turismo e a dinâmica econômica (desenvolvimento do turismo e outros setores da economia local; principais conflitos, complementaridade e equilíbrio);
- Turismo e a dinâmica social (IDH, índices de cobertura e déficit de serviços públicos básicos, educação e saúde, fluxo migratórios e vetores de expansão da população, impactos do turismo – emprego e renda, população flutuante e sazonalidade);
- Turismo e infraestrutura, inclusive de saneamento (suficiência da cobertura em relação à atividade turística atual e projetada, capacidade institucional de gestão);
- Turismo e aspectos socioambientais (quantidade e qualidade de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs, nível de poluição das águas – nível de poluição por bacia hidrográfica –, nível de poluição do ar, situação dos impactos socioambientais provocados por atrativos e produtos turísticos, área de cobertura de monitoramento ambiental, utilização mais eficiente de energia e recursos naturais, produção e gestão de resíduos sólidos, destino de águas residuárias, nível de degradação ambiental – desmatamento, assoreamento, ilhas de calor, queimadas –, número de eventos sediados X número de eventos que realizaram neutralização de carbono);
- Turismo e a gestão socioambiental (número de municípios que instituiu e implantou Agenda 21 local; número de municípios que instituiu Planos Diretores Participativos– Urbano, Drenagem, Resíduos Sólidos –; número de municípios que implantou sistema de licenciamento ambiental local e criou os conselhos municipais de meio ambiente e turismo).

Para iniciar o trabalho de levantamento de indicadores do PDITS do Polo Campo Grande, poderão ser utilizados indicadores bastante simples e objetivos para o controle e monitoramento da implementação e avaliação dos resultados do PDITS. Os atores responsáveis pelo acompanhamento e aferição dos dados, que formatam os indicadores, são os poderes públicos municipais e os COMTURs dos municípios em questão.

Os indicadores objeto de análise são:

- Índice de saneamento básico;
- Arrecadação bruta municipal;
- Arrecadação da taxa de turismo.

São indicadores bastante simples, objetivos e fáceis de serem adotados. A linha de base para comparação é existente para esses três indicadores e são informações de conhecimento público e de fácil acesso.

Índice de saneamento básico.

Nos municípios componentes do polo, a prestação de serviços de abastecimento de água potável é feita pela empresa Águas Guariroba, na Capital, pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL) nos demais municípios do polo, exceto nos municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo, que são abastecidas por Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) municipais.

Entre os municípios do polo, Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema de rede de coleta e tratamento de esgoto; a população dos demais é atendida por fossas sumidouros, porém, atualmente há a iniciativa de implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto em diversos municípios do polo, sobretudo naqueles administrados pela SANESUL, como em Sidrolândia, Terenos, Nova Alvorada do Sul e Rio Negro, onde foi

desenvolvido o projeto e os estudos para a implantação dos sistemas de tratamento de esgoto, com projeção para atender a demanda dos próximos trinta anos.

Existe o banco de dados das próprias concessionárias, assim como o SNIS – Sistema Nacional de Informações Sanitárias – ligado ao Ministério das Cidades. Esse sistema é alimentado de dados por todas as concessionárias de prestação de serviço de saneamento do país, inclusive pelas concessionárias existentes no polo.

São informações quantitativas relativas ao percentual de população urbana atendida pelas redes de infraestrutura, percentual da área urbana atendida por estas redes, percentual dos dejetos coletados e tratados, eficácia do tratamento das ETEs e ETAs, e situação de manutenção e conservação de todo o sistema (ETEs, ETAs e redes).

Com a execução dos investimentos em infraestrutura básica feita de forma enxuta e eficaz, os índices de saneamento tendem a melhorar, objetivando o ideal, que é 100% da área urbana e da população urbana atendidos por esgotamento sanitário e abastecimento de água, com 100% de tratamento do esgoto coletado e correta destinação desses efluentes tratados.

Estas informações podem ser acessadas facilmente nas concessionárias e no SNIS on-line, tanto na formatação da linha de base como para avaliação dos resultados.

Arrecadação bruta municipal.

A atividade turística é fundamentalmente explorada por empresas privadas do sistema de mercado. Atividade que é acometida pela taxa municipal ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Mesmo sabendo que a economia dos municípios do presente polo não seja fortemente influenciada pelo turismo em suas atividades direta e indiretamente ligadas, o índice de arrecadação de ISSQN é um indicador confiável de acompanhamento da situação da atividade turística, do ponto de vista comercial, ou seja, pode ser referenciado pelo fluxo e gasto turísticos, o que implica diretamente na rentabilidade do setor.

Com as ações propostas pelo PDITS nos âmbitos da gestão e fortalecimento institucional e das estratégias de qualificação do produto turístico, espera-se um aumento significativo da arrecadação do ISSQN, assim como de outros impostos, taxas e contribuições de melhoria, pela maior dinamização e maiores lucros decorrentes da atividade turística, seguidos por uma maior eficiência no sistema de tributação das prefeituras, assim com uma crescente formalização dos empreendimentos do terceiro setor, isto pelos esforços no sentido de fortalecimento institucional.

A aferição desses dados é simples e objetiva (do volume total do ISS, mas não é simples a verificação do que foi impacto do turismo). Pode ser feita diretamente nas prefeituras municipais ou junto ao Ministério da Fazenda.

Arrecadação da Taxa de Turismo.

Da mesma forma como acontece com a arrecadação do ISSQN, a taxa de turismo se mostra um indicador efetivo do desempenho da atividade turística, isso porque é um valor diretamente proporcional ao fluxo de turistas e ao tempo de permanência desses turistas.

Continuando na mesma linha do indicador ISSQN, podemos fazer uma referência ao aumento da arrecadação da taxa de turismo com o sucesso das ações de fortalecimento institucional, pela maior integração do setor privado, organização do empresariado e formalização dos empreendimentos, todos seriam resultados esperados com o sucesso das ações de fortalecimentos institucional.

Esse é um indicador que atualmente não existe para formatação da linha de base, inclusive, a inexistência desse índice indica a desarticulação do *trade* turístico, sendo que esta é uma taxa cobrada. No entanto, é obscura a sistematização e divulgação desses valores. Sendo assim, a própria existência destas informações e a facilidade de acesso a elas, através dos COMTURs, já seria um indicador de integração, organização e articulação do *trade* turístico. E, após a sistematização desses números, a comparação ano a ano possibilitará a averiguação e avaliação do resultado das ações do PDITS, principalmente as voltadas para fortalecimento institucional e qualificação do produto.

A definição desses três indicadores de acompanhamento e avaliação dos resultados do PDITS possibilita, de forma simples, fácil e objetiva, a análise da forma como esse plano foi implementado, e a obtenção de um parâmetro de comparação que possa embasar futuras revisões e adequações.

Além dos principais indicadores específicos de cada ação, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sugere outros indicadores que avaliam os efeitos socioeconômicos do desenvolvimento das atividades turísticas, após o início da implementação do PDITS, e estão relacionados a várias ações em conjunto.

Como os municípios do Polo Campo Grande e Região atualmente possuem pouco ou quase nenhum dado sistematizado, que possa ser utilizado como linha de base, a indicação é de que os dados necessários sejam levantados no início dos trabalhos, servindo como parâmetro em análises futuras do plano, com base nos indicadores propostos, que estão relacionados principalmente a duas estratégias:

- a) Estratégia de fortalecimento e incremento do turismo na região (principais indicadores sugeridos pelo BID):
 - Importância relativa do valor agregado bruto de hotéis, restaurantes e bares no PIB;
 - Gasto turístico médio diário;
 - Gasto médio por visitante (gasto total/número total de visitantes);
 - Tempo médio de estada (pernoites/número de turistas);
 - Índice de satisfação do turista relacionado com o nível de gasto ou com o nível de fidelização;
 - Taxa de ocupação de quartos/número total de quartos disponíveis no mesmo período;
 - Preço médio, por quarto;
 - Grau de ocupação anual dos hotéis;
 - Número de quartos em hotéis de 4 e 5 estrelas/total de quartos;
 - Número de participantes em cursos destinados a profissionais/número de pessoas empregadas no setor;
 - Número de empresários integrantes de associações turísticas/total de empresários;
 - Existência de uma federação turística empresarial que agrupe diferentes associações empresariais;
 - Existência de um modelo funcional de gestão da promoção turística (organização administrativa X organização por mercados e produtos);
 - Cooperação público – privada:
 - Participação do setor privado no financiamento da promoção turística;
 - O modelo organizativo de gestão da promoção (existência de entidade com personalidade jurídica);
 - Eficácia promocional (relação entre número de visitantes e pressuposto promocional no mercado de procedência de visitantes);
 - Existência de uma rede de pontos de informação turística que trabalham com imagem de marca;
 - Número de visitantes atendidos por pontos de informação turística/total de visitantes;
 - Difusão pública de informação de mercados emissores prioritários para o polo;

- Fomento à comercialização on-line.
- b) Estratégia de fortalecimento da gestão institucional (principais indicadores sugeridos pelo BID):
 - Existência de sistemas de estatísticas turísticas (análise da contribuição econômica do turismo);
 - Capacidade de arrecadação de impostos turísticos (relação entre impostos turísticos / impostos totais);
 - Número de destinos com avaliação ambiental estratégica/total de destinos;
 - Proporção de espaços protegidos com estatísticas de visitantes e sistemas de capacidade de carga estabelecidos/total espaços protegidos;
 - Proporção de empresas turísticas incluídas em sistemas de gestão ambiental/total de empresas turísticas.

Nas estratégias relacionadas à infraestrutura básica, são sugeridos para a área de saneamento ambiental a capacidade de depuração de águas residuais geradas por m³, e na área de energia elétrica, a relação entre a produção de energia renovável e a produção energética total.

A implementação das diretrizes de desenvolvimento e ações prioritárias definidas pelo PDITS necessita ser acompanhada e avaliada, para que se possa ter o retorno e o controle de como o plano está sendo levado a cabo pelo Estado, e possa ser verificada a eficiência dos investimentos executados.

Esse retorno e *feedback* são importantes para o monitoramento da evolução da situação do turismo, informações estas que embasarão futuras revisões e adequações do plano.

5.5.7. - Gestão Ambiental.

Para o perfeito entendimento e funcionamento do PDITS, deverá ser delimitado, dentre outras ações, um Programa de Gestão Ambiental – PGA.

Esse foi estruturado e deverá ser executado de forma integrada/ sistêmica, envolvendo termos ecológicos, físico-territoriais, socioculturais, econômicos, administrativos, abrangendo as partes, os elementos e o todo do ecossistema, que, no objeto de estudo, adotaremos um ecossistema com característica mais regional, o bioma Cerrado.

O presente PGA tem como pilar os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, por meio dos quais será possível planejar e fiscalizar os usos dos recursos naturais, proteger os ecossistemas – inclusive os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEPs), racionalizar o uso do solo – da água e do ar, acompanhar o estado da qualidade ambiental, controlar as atividades turísticas potencialmente poluidoras, recuperar áreas degradadas e disseminar a cultura de educação ambiental.

O *modus operandi* do PGA, (quadro abaixo) será composto por uma série de ações coordenadas, com base na percepção do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ambiental), devendo ser compreendido não só pelas instituições às quais são delegadas as ações e instrumentos destinados a alcançar os objetivos previamente definidos, como também por uma participação ativa da sociedade.

O *modus operandi* do PGA trata-se de uma visão estratégica de como integrar as informações contidas no PDITS, sendo que, a partir cada ação, ou bloco de ações contidas na avaliação dos impactos socioambientais, poderá haver potenciais impactos negativos, sendo que, para cada um desses impactos, deverão ser apresentadas medidas de

minimização e controle de impactos, formas de verificação (acompanhamento/monitoramento) dos impactos, medidas institucionais e de reforço institucional, bem como ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

Quadro 135 - Inter-relação entre medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento do pessoal para operar banco de dados (inventário e cadastramento); • Gestão turística integrada dos atrativos em sintonia com a capacidade de carga dos mesmos; • Desenvolvimento de calendário único de eventos do polo para evitar sub ou sobreutilização dos empreendimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da evolução do número de empreendimentos cadastrados no CADASTUR; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional da gestão pública de turismo e ambiental; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Desburocratização e modernização dos 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP;

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA SOB BASES SUSTENTÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs; • Estimular a organização da produção local e a capacitação de seus responsáveis; • Incentivar a adoção de certificados e selos de qualidade ambientais nos empreendimentos; • Fomentar a conscientização ambiental dos turistas através de campanhas de uso racional de água, da energia e de outros recursos nos empreendimentos turísticos (hotéis e outros); • Valorização da cultura local e desenvolvimento de atividades e produtos de promoção das tradições locais; • Melhorar infraestrutura básica e turística; • Desenvolver e divulgar linhas de financiamento para a certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> – CONAMA 357/2005, padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990, padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; • Verificação da taxa de ocupação da rede hoteleira, sobretudo em época de grandes eventos; • Verificação da evolução da arrecadação de impostos turismo; • Índice de saneamento básico. 	<p>procedimentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de planos, programas e projetos ambientais e de turismo integrando todos os municípios do polo; • Elaborar e ajustar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente e do turismo para viabilizar as ações da gestão municipal; • Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente e do turismo; • Estímulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo, a fim de efetivar as proposições do conselho; • Incentivo a organização dos variados subsetores do trade em associações ou cooperativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Divulgar juntos aos proprietários rurais do polo a existência de linhas de financiamentos para a recuperação ambiental em áreas rurais; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Elaboração e implantação de planos de manejo das unidades de conservação existentes no polo; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
CAPACITAÇÃO E PROJETO CAMINHOS DO FUTURO	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento sistêmico da demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo, envolvendo vários sub-setores do turismo e desenvolvidos por técnicos especializados em pesquisas; Instituir pesquisas sistêmicas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas, para direcionar as necessidades de capacitação do polo; Alinhar as capacitações com os planos de fortalecimento institucional dos municípios do polo, atendendo as demandas de qualificação profissional neles identificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; Verificação de indicadores gerais de emprego e indicadores de emprego no setor de turismo no polo; Verificação da evolução de indicadores do perfil da demanda turística do polo em termos de satisfação, perfil do turista, volume de turistas etc.; Verificação da evolução da arrecadação de impostos e taxas relacionados ao turismo; Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento institucional da gestão pública do turismo municipal e estadual; Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; Desenvolver parcerias público-privada para ampliar a capacitação; Estimular empresários do turismo a capacitar seus funcionários; Criação de COMTURs e fortalecimento dos existentes e do Fórum regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização dos responsáveis pela capacitação da necessidade do enfoque sustentável nos cursos ministrados; Integração das capacitações com programas de educação ambiental.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do sistema por equipe multidisciplinar, apta e embasada na realidade socioambiental e do setor de turismo do Polo Campo Grande e Região; Elaboração do sistema de informática simplificado, de ambiente amigável e de fácil operação; Padronização no sistema de coleta e processamento de dados; Levantamento do estado da arte sobre a região; Capacitação dos operados do sistema de informação e dos responsáveis pelo levantamento de dados e interpretação das informações gerada. 	<ul style="list-style-type: none"> Verificação da evolução dos dados e indicadores gerados pelo sistema; Desenvolver estudos de mercado para subsidiar a análise das informações geradas pelo sistema; Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; Elaboração de estudos comparativos sistêmicos com diferentes bancos de dados; Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento institucional do órgão responsável por estudos e pesquisas do setor de turismo do polo; Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; Fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pelo banco de dados do polo; Estruturar as equipes técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o envolvimento da sociedade local através da elaboração e distribuição de informativos econômicos, ambientais e de infraestrutura do polo, decorrentes do sistema de informações; Estímulo à inserção da comunidade e de ONGs em processos participativos da gestão local (conselhos, fóruns, audiências públicas etc.).
SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA COMERCIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; Desenvolvimento de estudos e planejamentos com projeções de demanda futura de serviços gerais (esgotamento sanitário, abastecimento de água, transporte, segurança, saúde etc.) considerando a população flutuante. 	<ul style="list-style-type: none"> Verificação da taxa de ocupação da rede hoteleira; Verificação da evolução da arrecadação de impostos turismo. 		

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
INFRAESTRUTURA – SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar de artifícios (layout, tipo de material, entre outros) para minimizar impactos visuais. • Minimizar impactos socioambientais (redução de acidentes envolvendo pessoas e animais, redução de consumo de combustível com caminhos percorridos erroneamente, entre outros); • Manutenção adequada e periódica das rodovias; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens das rodovias; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono, em eventos. • Manutenção e sinalização das vias urbanas; • Acompanhamento e monitoramento do tráfego de veículos e de indicadores de poluição do ar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA 357/2005, padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990, padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaboração de planos municipais de gestão de resíduos sólidos, de forma integrada e participativa; • Elaborar, ajustar e implantar os planos 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à participação comunitária e ONGs no processo de tomada de decisão e na fiscalização das ETEPs, que recebem recursos do turismo; • Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
INFRAESTRUTURA - CONSTRUÇÃO DE CATS	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. 	<p>de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; planos municipais de saneamento; planos municipais de resíduos sólidos; Agenda 21, outros); 	<p>diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estímulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho. 	<p>Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.
INFRAESTRUTURA - SANEAMENTO BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, de forma integrada e participativa; • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; • Interação com os planos diretores municipais; • Ampla consulta pública para construção das obras; • Priorização de mão de obra local quando possível; • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo. 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de vias de financiamento dos projetos de investimento e adequação ambientais do setor turístico; • Sensibilização dos empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos a longo prazo; • Oferta de capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos; • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Local. 			
PROMOÇÃO DO DESTINO	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEEs, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. • Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEAs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA 357/2005, padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990, padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional da gestão da pública municipal; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaboração de planos municipais de gestão de resíduos sólidos, de forma integrada e participativa; • Elaborar, ajustar e implantar os planos 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à participação comunitária e ONGs no processo de tomada de decisão e na fiscalização das ETEPs, que recebem recursos do turismo; • Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação;
PLANO DE MARKETING	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de sistemas de gestão de resíduos sólidos, de recursos hídricos, de saneamento; • Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEAs. 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Desburocratização e modernização dos procedimentos. 	<p>urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros);</p> <ul style="list-style-type: none"> Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; planos municipais de saneamento; planos municipais de resíduos sólidos; Agenda 21, outros); Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; Verificação da evolução da arrecadação de impostos e taxas relacionados ao turismo; Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal; Índice de saneamento básico. 	<p>diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos;</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação dos fundos municipais de meio ambiente e do turismo para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; Estímulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho; Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Local. 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.
LEGISLAÇÃO DE PLANO DE ACESSIBILIDADE DIRETOR	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração por equipes multidisciplinares. 			
LEGISLAÇÃO DE ACESSIBILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Determinação de normas, padrões e critérios específicos para a efetiva aplicabilidade prática da legislação; Contratação de empresas especializadas. 			
ANALISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA	<ul style="list-style-type: none"> Predefinição dos métodos e enfoques da AAE, determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; Desenvolvimento da AAE por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do polo e da abrangência do Programa de Desenvolvimento do Turismo, no local. 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> Garantir efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos; Incentivar a ampliação do setor privado e sociedade no Fórum Regional e em outras instâncias da gestão do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; Verificação de indicadores socioeconômicos e ambientais; Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental, sanitário e turístico; Realização de pesquisas de oferta e demanda turística para averiguar a evolução do setor; Analisar a efetividade do emprego dos recursos oriundos dos fundos de turismo e meio ambiente municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo à representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais; Estímulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão municipal e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

O quadro acima demonstra a amplitude das medidas e ações que compreendem o PGA, sendo estimado que, para implementação total, demande-se aproximadamente R\$ 2.000.000,00, no entanto, esse valor varia em decorrências dos instrumentos a serem adotados para a implementação das medidas propostas principalmente.

A percepção de desenvolvimento sustentável do PGA do turismo seguirá as seguintes premissas:

- Sustentabilidade social, onde a meta é construir uma civilização com a maior equidade de renda e de bens;
- Uso racional de energia e de matéria-prima, com ênfase na conservação, em detrimento do desperdício;
- Sustentabilidade econômica, devendo ter recursos disponíveis e bem gerenciados e um fluxo constante de investimentos públicos e privados;
- Adoção de tecnologias limpas (reciclagem, reuso de recursos naturais e materiais, método de produção mais eficientes);
- Sustentabilidade participativa, que deve ser buscada pelo processo de participação dos grupos e comunidades locais na definição de prioridades a serem alcançadas;
- Controle da poluição;
- De uma forma geral, as ações, programas e projetos de gestão ambiental deverão priorizar a gestão compartilhada e participativa, e terá como base:
- Avaliação da capacidade institucional dos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e de turismo;
- A modernização do licenciamento ambiental, mais eficiente e eficaz, e menos burocrático;
- A criação de conselhos municipais de meio ambiente e de turismo;
- A realização de conferências municipais e estaduais de meio ambiente;
- Criação e manutenção de fóruns municipais e regionais de turismo e meio ambiente;
- A criação e manutenção de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs;
- O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e normas referentes ao uso e manejo dos recursos ambientais;
- A disseminação de tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgação de dados e informações ambientais;
- O desenvolvimento de pesquisas e tecnologia nacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais;
- A formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservar a qualidade ambiental;
- A preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua disponibilidade permanente e à manutenção do equilíbrio ecológico;
- A recuperação de áreas degradadas, principalmente, de áreas urbanas degradadas, inclusive recuperação de lixões e vazadouros a céu aberto;
- Ampliação da cobertura da rede de esgoto, bem como do sistema de tratamento, buscando a universalização dos serviços, conforme preconizado na Lei do Saneamento Básico;
- Implantação de sistemas de coleta seletiva, sistemas de tratamento e sistemas de disposição final adequados, apropriados à realidade de cada município;
- Adoção de medidas estruturais e não estruturais de manejo de águas pluviais em áreas urbanas consolidadas.

Assim posto, poderá se compatibilizar o aumento de conforto individual (entendemos aqui como desenvolvimento) alinhado à conservação ambiental.

Outro fato que deve ser observado ao se implantar o PGA, é que sua materialização só será possível com convencimento e negociação junto a setores ambientalistas (que representam interesses sociais envolvidos), além de ser preciso atender requisitos exigidos por órgãos regulamentadores, normalizadores e financiadores.

Medidas de controle/minimização de impactos e monitoramento.

1. Avaliação de Impactos ambientais (AIA) de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores: EPIA, RIMA, EAP – Estudo Ambiental Preliminar, entre outros.

O órgão regional responsável pela gestão do turismo (FUNDTUR/MS), deverá ter acesso e dar instrução em processos de licenciamento de atividades enquadradas no rol de turismo (hotéis, balneários, centro de convenções, entre outros), que necessitam de EPIA/RIMA, bem como daquelas que possam impactar atividades turísticas. Caso julgue pertinente, também poderá dar anuência em processos de atividades com menor potencial de poluição, avaliando outros estudos, como o EAP.

A SEPROTUR deverá oficializar, junto ao órgão estadual de meio ambiente, uma parceria no sentido desta avaliação ser sistemática e, até mesmo, obrigatória.

Órgãos municipais de turismo deverão auxiliar, quando solicitado pela SEPROTUR, na análise dos instrumentos de AIA (EPIA, RIMA, EAP, outros).

2. Monitoramento.

Processo de coleta de dados, estudo e acompanhamento sistemático das variáveis socioambientais, que terá como objetivo identificar e avaliar qualitativamente e, quando possível, quantitativamente, as condições dos recursos naturais e do meio antrópico, assim como tendências ao longo do tempo.

Esse monitoramento é que permitirá reavaliar o PGA, ou seja, na definição de novos objetivos, metas e planejamento.

Dentre as ações de monitoramento, destacam-se:

- O acompanhamento da validade e das condicionantes de licenças ambientais para obras de infraestrutura e empreendimentos turísticos;
- O acompanhamento das informações ambientais do PGA (foi implantada, mantida e aprimorada a divulgação das ações e informações ambientais, previstas no plano);
- O acompanhamento da evolução da qualidade ambiental (qualidade do ar, da água, da biodiversidade e do solo);
- A verificação do aprimoramento e o armazenamento de dados, informações e documentação dos projetos.

Medidas de conservação/ preservação ambiental.

1. Verificação e elaboração de normas e regulamentos.

Normas e regulamentos existentes, principalmente no que tange à questão urbanística, territorial, ambiental e turística, deverão ser observadas e respeitadas ao ser implantado o PGA, principalmente:

- Sistema Estadual ou Municipal de Licenciamento Ambiental;
- Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo;
- Lei do Plano Diretor;
- Código de Obras;
- Código de Posturas;
- Carta de Drenagem;
- Carta Geotécnica;
- Planos Municipais de Saneamento;

- Planos Municipais de Resíduos Sólidos;
- Lei da Acessibilidade;
- Agenda 21.

Caso não existentes, se fará necessário criar e respeitar alguns regulamentos e normas, sendo prioritários a:

- Definição de regulamentos que definem as diretrizes socioambientais necessárias para preservação dos atrativos naturais e patrimoniais;
- Definição de normas e regulamentos que definam o incentivo a implementação de programas e projetos voltados para o fomento de fontes renováveis de energia nos processos industriais, incentivando a eficiência energética, o combate ao desperdício de energia e a redução de emissão de gases de efeito estufa;
- Definição de normas e regulamentos sobre a aplicação de compensações financeiras pelo uso de recursos naturais;
- Definição de normas e regulamentos que descrevam a utilização sustentável de atrativos e produtos turísticos;
- Definição de normas e regulamentos que estabeleçam critérios de sustentabilidade ambiental sobre financiamentos de obras, projetos e programas.

2. Verificação/implantação do ZEE/MS.

Deverão ser respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo ZEE/MS e, em especial, as limitações e potencialidades das zonas definidas neste.

Dentre quase todas as zonas, o ZEE recomenda que sejam adotadas medidas tecnológicas sustentáveis para incentivar a agricultura, a indústria e o agronegócio, considerando as vulnerabilidades locais, bem como respeitando a biodiversidade; sejam incentivadas as potencialidades turísticas de cada região, destacando a importância da infraestrutura para o crescimento destas atividades; sejam atendidas, no mínimo, todas as legislações ambientais vigentes; que sejam observadas as restrições de certas atividades (exemplos: a implantação de indústrias que manipulam produtos químicos na região Chaquenha; e qualquer tipo de carvoejamento com aproveitamento de vegetação nativa ainda existente na Zona Serra de Maracaju); que sejam implantados, geridos e monitorados Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs.

Deve-se entender como zona uma porção delimitada do território, onde se materializam as malhas, se expressam as formas de utilização do solo e se estabelecem, concretamente, a relação entre as potencialidades socioeconômicas pertinentes e a vulnerabilidade natural, indicando a situação de consolidação, expansão, recuperação ou de preservação no uso do solo.

Nestas zonas são descritas, ainda em termos gerais, os três tipos de diretrizes de uso do solo (recomendadas sob manejo especial e não recomendadas) com possibilidade de orientar certificações econômicas e incentivos (públicos e privados) e licenciamentos ambientais.

As zonas, como definidas, organizam o uso e a ocupação do território, considerando infraestrutura existente e projetada e as condições ambientais e socioeconômicas e culturais levantadas. Foram definidas, com base em análises de estudos e zoneamentos existentes e nas duas Cartas de diagnóstico do ZEE-MS, Primeira Aproximação, de Vulnerabilidade Natural e de Potencialidade Socioeconômica. As formas de uso e ocupação em cada zona se darão conforme as diretrizes a seguir estabelecidas:

Diretrizes gerais não zonais:

- a. Regularização de áreas de Reserva Legal prioritariamente em áreas contíguas às Áreas de Preservação Permanente, Corredores de Biodiversidade ou outras áreas protegidas;
 - b. Fomento e incentivo a iniciativas de certificação social, ambiental e empresarial, de atividades produtivas visando os mercados mais qualificados;
 - c. Concentrações de empreendimentos industriais de significativo impacto ambiental somente serão localizadas nas faixas de domínio dos Eixos de Desenvolvimento, e aprovadas em acordo com as proposições contidas nos Arcos de Expansão, observando as diretrizes de uso específicas de cada zona;
 - d. Pagamento por Serviços Ambientais, como mecanismos de compensação econômica para proprietários de terras que conservem os recursos naturais acima das obrigações impostas pela legislação, principalmente no que se refere à manutenção da vegetação nativa e proteção dos recursos hídricos;
 - e. Implantação de programas públicos de desenvolvimento integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, recuperação de Áreas de Preservação Permanente e melhoria da produtividade nas propriedades rurais;
 - f. Promoção e incentivo à elaboração, revisão ou implementação dos planos diretores municipais, nos termos da Lei n. 10.257/2001, denominada Estatuto das Cidades, bem como da Política Urbana do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída no Artigo 213, de sua Constituição Estadual, compatibilizando-os às diretrizes desse zoneamento;
 - g. A utilização de recursos hídricos, seja de aquíferos ou de mananciais, deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos demais instrumentos da Política Estadual dos Recursos Hídricos, devidamente compatibilizadas com as diretrizes desse zoneamento;
 - h. No licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades em Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade, e em Corredores da Biodiversidade, deverá ser exigida a adoção de medidas de compensação ambiental para criação de Unidades de Conservação, que contemple tais áreas, visando ao ressarcimento financeiro pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis, independentes de serem licenciados com EIA/RIMA;
 - i. As diretrizes de usos, classificadas em Recomendadas, Recomendadas sob Manejo Especial e Não Recomendadas, deverão ser acolhidas nos processos de licenciamento ambiental e nos programas de subsídios e incentivos do governo estadual, bem como para regulamentar a aplicação de compensações financeiras pelo uso de recursos naturais, estabelecidos pela legislação em vigor;
 - j. Simplificação dos processos de licenciamento ambiental, em especial os referentes aos usos do solo recomendados para cada zona;
 - k. Fortalecer a estrutura urbana dos polos de ligação, qualificando sua infraestrutura, equipamentos públicos e serviços básicos, visando criar condições para seu funcionamento como irradiador de serviços e dinamizador do desenvolvimento regional e dos respectivos Arcos de Expansão.
3. Estabelecimento e Fiscalização de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs (UCs;APP, Reservas Legais, dentre outros); Espaços de Proteção Específica (comunidades quilombolas, jardim botânico, comunidades indígena, dentre outros).

A competência por conservar/ preservar as UCs é repartido entre o poder público e sociedade, sendo uma das atribuições do poder público a de criar o espaço territorial protegido.

Atualmente, são os órgãos ambientais, seja o IBAMA ou órgãos ambientais estaduais ou municipais, os responsáveis pela gestão da maioria dos ETEPs, principalmente da categoria de UCs.

Como os ETEPs são, na avaliação de especialistas da área turística, atrativos turísticos de grande importância – de acordo com o critério de hierarquização de atrativos – a gestão

desses espaços poderia ser auxiliada com recursos econômicos e humanos proveniente da área de turismo, priorizando as seguintes ações:

- a. Recuperação de áreas de reserva legal prioritariamente em áreas contíguas às áreas de preservação permanente, preferencialmente nas enquadradas como Corredores de Biodiversidade, ou como medidas compensatórias, de acordo com a legislação ambiental vigente;
- b. Cadastramento e proteção das áreas de beleza cênica, de entorno de bens tombados e os sítios arqueológicos, nos termos da legislação pertinente;
- c. Implantação e manutenção de infraestrutura nas ETEPs de grande interesse turístico;
- d. Implantação e manutenção de infraestrutura nas ETEPs de grande interesse turístico.

6. MECANISMOS DE FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação constituem-se nos meios pelos quais se verificarão a condução e a execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região.

Esta etapa é importante no processo de planejamento porque permite que os objetivos definidos no PDITS sejam transformados em ações e resultados que, em última instância, resultem na promoção do desenvolvimento da região turística, conforme planejado.

Isso é possível porque a função principal dos mecanismos de *feedback* no processo de planejamento é a de monitorar o desempenho do plano e a execução de suas ações por meio do confronto entre aquilo que foi alcançado ou realizado, com o que foi planejado ou previsto.

Esse processo de acompanhamento e avaliação permite aos atores do setor de turismo (órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidade), tomar decisões mais precisas em relação ao planejamento realizado na formulação do PDITS. Permite, ainda, a correção de rotas pré-estabelecidas no plano de ação, a potencialização do desempenho do que foi bem sucedido, ou mesmo, a interferência na execução das ações para assegurar a conquista dos objetivos e metas estabelecidos.

Os indicadores propostos são apresentados a seguir, para o conjunto dos principais objetivos estabelecidos no plano de ação.

Quadro 136 – Estratégias de produto turístico: mecanismos de *feedback*.

Estratégias	Objetivo	Indicador	Cálculo	Unidade	Responsáveis
E.1 - Fortalecer o segmento de negócios e eventos	Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para a comercialização.	Número de produtos turísticos comercializados.	Número de novos produtos comercializados/ano.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.	Número de atrativos licenciados ambientalmente.	Número de atrativos licenciados/ano.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.	Taxa de formalização de negócios turísticos.	(Número de negócios formalizados/total de empreendimentos) *100.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
E.2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo	Ampliar parcerias comerciais e fortalecer os conselhos municipais de turismo.	Aumento de parcerias.	Aumento do número de parcerias formalizadas em relação ao total de negócios.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Fomentar a produção associada ao turismo, agregar valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região.	Aumento de práticas associativas.	Aumento do número de negócios associados em relação ao total de negócios.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo.	Índice de diversificação de produto.	(Número de novos produtos/nº total de produtos) *100.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual

ESTRATÉGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO: mecanismos de *feedback* - continuação

Estratégias	Objetivo	Indicador	Cálculo	Unidade	Responsáveis
E. 2 - Diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos do polo a partir do potencial do ecoturismo	Fortalecer o turismo rural da região.	Número de novos atrativos rurais.	(Número de novos atrativos rurais/total de atrativos).	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos.	Número de novos empreendimentos turísticos.	Número de abertura de novos empreendimentos turísticos.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Ampliar as ações de organização do turismo local, criando o programa "Turismo e sua Interface no setor Público.	Aumento de parcerias.	Aumento do número de parcerias formalizadas em relação ao total de negócios.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Melhorar a mão de obra o setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais.	Índice de inclusão.	(total de PNEs/total de trabalhadores do setor) *100.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Monitorar a economia do turismo.	Taxa de evolução da demanda turística.	(fluxo de turistas em t+1 – fluxo de turistas em t0/fluxo de turistas em t0)*100.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Melhorar o atendimento ao turista.	Índice de satisfação do turista	Percentual de avaliações positivas em relação ao número de turistas.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 137 – Estratégias de comercialização: mecanismos de *feedback*.

Estratégias	Objetivo	Indicador	Cálculo	Unidade	Responsáveis
E.1 - Desenvolver estratégias de <i>marketing</i> turístico.	Aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.	Taxa de evolução da demanda turística.	$(\text{fluxo de turistas em t+1} - \text{fluxo de turistas em t0} / \text{fluxo de turistas em t0}) * 100.$	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 138 - Fortalecimento institucional: mecanismos de *feedback*.

Estratégias	Objetivo	Indicador	Cálculo	Unidade	Responsáveis
E.1 - Modernizar a estrutura administrativa do polo visando o fortalecimento da gestão do turismo.	Fortalecer as estruturas de turismo de cada município que compõe o Polo Campo Grande e Região.	Índice de fortalecimento municipal.	Número de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Fortalecimento das instâncias de governança do polo.	Índice de fortalecimento municipal.	Número de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios.	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 139 – Infraestrutura e serviços básicos: mecanismos de *feedback*.

Estratégias	Objetivo	Indicador	Cálculo	Unidade	Responsáveis
E.1 - Melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos.	Garantir a todos os cidadãos do município um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade.	Índice de satisfação do turista.	Percentual de avaliações positivas em relação ao número de turistas.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, COMTURs, Fórum Regional e Estadual

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Quadro 140 - Gestão ambiental: mecanismos de *feedback*.

Estratégias	Objetivo	Indicador	Cálculo	Unidade	Responsáveis
E.1- Melhorar a qualidade ambiental da área turística.	Fortalecer institucionalmente os municípios do polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	Índice de fortalecimento municipal.	Número de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, IMASUL/SEMACE, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Garantir a preservação e a exploração sustentável dos empreendimentos turísticos.	Ações sustentabilidade. pró-	(Número de ações voltadas ao meio ambiente/ número de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios) *100.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, IMASUL/SEMACE, COMTURs, Fórum Regional e Estadual
	Avaliar os impactos ambientais diretos, indiretos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas.	Ações sustentabilidade. pró-	(Número de ações voltadas ao meio ambiente/ número de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios) *100.	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR/MS, IMASUL/SEMACE, COMTURs, Fórum Regional e Estadual

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

Os indicadores propostos podem ser implantados a partir da aprovação do PDITS, pois a linha de base necessária para a realização do monitoramento é apresentada abaixo, com dados já disponíveis:

Para que isso seja possível, estima-se um montante no valor de R\$ 80.000,00 para coleta, sistematização e criação da base de dados e outros R\$ 100.000,00 anuais para o monitoramento sistemático das estratégias do PDITS, totalizando R\$ 580.000,00 ao longo da execução do plano.

Figura 69 – Indicadores de resultados do PDITS Campo Grande e Região

Objetivos Principais do PDITS Campo Grande	Resultados Estratégicos	Indicadores de Resultados	Unidade	Linha de Base 2010	Meta 2015
	Aumentar os gastos dos turistas	Fluxo turístico global	turistas	344.633	701.058
		Gasto médio por turista	R\$	2.279,05	4.500,00
		Receita turística gerada	R\$ (milhões)	785,40	1.606,60
		Permanência média na rede hoteleira	dias	7	10
Implementar políticas que direcionem para o desenvolvimento do turismo sustentável na região Fortalecer a gestão pública municipal do Turismo e as instâncias de governança regional e municipal	Aumentar a permanência do turista	Meios de hospedagens existentes	MHs	173	260
		Unidades habitacionais existentes	Uhs	3.139	4710
		Leitos existentes	leitos	6.411	9.615
		Taxa de ocupação hoteleira	%	30	50
Implantar Sistema de Informações sobre o Turismo Dar continuidade ao processo de regionalização Atrair investidores para o setor	Aumentar o investimento privado no setor de turismo	Investimento médio privado (agências de viagens)	R\$/empreendimento	33.500,00	38.300,00
		Investimento médio privado (restaurantes)	R\$/empreendimento	90.000,00	100.000,00
		Investimento médio privado (setor hoteleiro)	R\$/empreendimento	290.000,00	3.050.000,00
Implantar Programa de Qualificação técnica e gestão para o Turismo Dar continuidade à melhoria da Infraestrutura para o turismo – básica e turística Ampliar o processo de Promoção e Comercialização	Aumentar o investimento privado no setor de turismo	Faturamento médio diário (hotéis)	R\$/empreendimento	14.770,00	29.542,00
		Faturamento médio diário (restaurantes)	R\$/empreendimento	2.170,00	4.340,00
		Preços médios praticados (hotéis)	R\$	138,00	207,00
		Preços médios praticados (restaurantes)	R\$	30,50	46,00
Desenvolvimento local	Preservar o meio ambiente	IDH médio dos municípios do polo	IDH-Municipal	0,74	0,9
		Domicílios com coleta de lixo diária	Número de domicílios	193127	222100
		UPL existentes no polo	n.	1	3
		Aterros sanitários existentes no polo	n.	3	10

Fonte: AGRICON Consultoria, 2011.

7. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DO PDITS

Como objetivo de garantir a participação pública e validar o presente plano, a AGRICON Consultoria providenciou e realizou quatro oficinas participativas ao longo da execução do trabalho e a audiência pública para a validação final do mesmo, após sua prévia aprovação pelo PRODETUR e MTur.

Ao longo desse processo de participação pública, em oficinas e na audiência pública, contou-se com a colaboração e presença do PRODETUR, órgãos governamentais envolvidos como a FUNDTUR e o IMASUL, das dez Prefeituras dos municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região, sociedade civil organizada, *trade* turístico e representantes de outros setores econômicos ligados à atividade turística local e regional, como associações, ONGs etc.

Durante as oficinas, com a participação dos atores supracitados, foram divulgados e discutidos os resultados dos trabalhos em quatro momentos distintos:

- Oficina de Marco Lógico – nos dias 25 e 26 de março de 2010;
- Após a entrega do produto 2 (diagnóstico) – em 3 de agosto de 2010;
- Após a entrega do produto 4 (plano de ação e mecanismos de *feedback*) – em 15 de setembro de 2010;
- Após a entrega do produto 5 (versão preliminar) – em 21 de outubro de 2010.

A Audiência Pública foi realizada em 18 de novembro de 2011 com o intuito de apresentar última versão do plano, abrir espaço para as sugestões e validar o PDITS.

A seguir estão os registros dos processos de participação pública e validação do PDITS:

7.1. OFICINA DE MARCO LÓGICO

Local: Campo Grande-MS.

Data: 25 e 26 de março de 2010.

Fotos:



Foto 83 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1).



Foto 84 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2).



Foto 85 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3).



Foto 86 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4).



Foto 87 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5).



Foto 88 - Registro Fotográfico da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (6).

Lista de presença:

Página 1 de 5:

AGRICON

Oficina de Marco Lógico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
25 de março de 2010 - período da manhã

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Edvina Maria Lima	Cooperativa Sulmatão	9544-3742	<i>[Assinatura]</i>
Thaís Maria Lima	Cooperativa Sulmatão	9556-1026	<i>[Assinatura]</i>
Luiz de Jesus Lima	SEMPRO - Roraima	9101-8750	<i>[Assinatura]</i>
Antonio Carlos de Souza	SEMPRO - Roraima	3204-8539	<i>[Assinatura]</i>
Suzelma Tomazella	GUO/IMASUL	3318-5639	<i>[Assinatura]</i>
Adriana de Souza Aguiar	RAVIA IMAE	3318-9019	<i>[Assinatura]</i>
Paula A. C. Reis	SEDESC - Dept. Técnico	3314-3588	<i>[Assinatura]</i>
Luciana E. Souza	SEDESC - Dept. Técnico	3304-3576	<i>[Assinatura]</i>
William S. Velloso	SEC. COM. S. SUDAMAT	3302-4850	<i>[Assinatura]</i>
Stéfania Tau de Moura	IMABUL/ GUL	3318-5655	<i>[Assinatura]</i>

Rua Roberto Rêgo nº 1.000 - Jardim São Paulo - Campo Grande MS - CEP 79000-000
Fone/Fax: (51) 3321-4465 - e-mail: info@agrimon.com.br - Internet: www.agrimon.com.br

Figura 70 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Página 2 de 5:

AGRICON

Oficina de Marco Lógico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
25 de março de 2010 - período da manhã

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Amélia Kelly J. Martins	Prof. Argemiro	9730-1042 9982-5019	<i>[Assinatura]</i>
Ricardo Souza	Agri.com	9985-1039	<i>[Assinatura]</i>
LIVIA SILVA BORGES	Agri.com	33214455	<i>[Assinatura]</i>

Rua Roberto Rêgo nº 1.000 - Jardim São Paulo - Campo Grande MS - CEP 79000-000
Fone/Fax: (51) 3321-4465 - e-mail: info@agrimon.com.br - Internet: www.agrimon.com.br

Figura 71 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

Página 3 de 5:

Oficina de Marco Lógico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
25 de março de 2010 - período da tarde

AGRICON
01012010

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Estevão Nunes Pinheiro	Restim / Andelândia	4956-4058	<i>[Assinatura]</i>
Robsona Linares Neto	Agência / Andelândia	9054-0492	<i>[Assinatura]</i>
Luiz de Fátima Lima	Serprotec / Progest 12	3408-8750	<i>[Assinatura]</i>
Luciana B. Souza	PMOB - Apoio Técnico	3319-3191	<i>[Assinatura]</i>
William Souza Vilela	Soc. Obras, Engenharia	5302-4820	<i>[Assinatura]</i>
Sylvana T. Torres / Leon	SEOPAC / Inicial	9318-5674	<i>[Assinatura]</i>
Renata Kelly J. M. de Araújo	Prof. Apoio / Apoio Técnico	4452-5014	<i>[Assinatura]</i>
Rosângela A. M. Franco	Agricon	4081-2403	<i>[Assinatura]</i>
Roberto Ferreira	Agricon	7291-8274	<i>[Assinatura]</i>
Livia Silva Borges	Agricon	5321-4475	<i>[Assinatura]</i>

Rua Zangari, Número 011 002 - Parkland Park - Campo Grande MS - CEP: 79001-002
Fone/Fax: (051) 3311-4465 - e-mail: info@agicon.com.br - Fone página: www.agicon.com.br

Figura 72 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

Página 4 de 5:

Oficina de Marco Lógico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
26 de março de 2010 - período da manhã

AGRICON
01012010

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Estevão G. Sardenha Coppola	FUNSTURLING	3312-7014	<i>[Assinatura]</i>
Helena Rosa de Moura	IMB ML / OUC	3312-6035	<i>[Assinatura]</i>
Luiz de Fátima Lima	Progest / Progest 12	3408-8750	<i>[Assinatura]</i>
Renata Kelly J. M. de Araújo	Prof. Apoio / Apoio Técnico	4452-5014	<i>[Assinatura]</i>
Luciana B. Souza	Prof. Apoio / Apoio Técnico	3319-3191	<i>[Assinatura]</i>
Carla Reis	SEOPAC / Apoio Técnico	3314-8588	<i>[Assinatura]</i>
Rosângela Franco	Agricon	3344-2444	<i>[Assinatura]</i>
William Souza Vilela	Soc. Obras, Engenharia	5302-4820	<i>[Assinatura]</i>
Estevão Nunes Pinheiro	Restim / Andelândia	4956-4058	<i>[Assinatura]</i>
Robsona Linares Neto	Agência / Andelândia	9054-0492	<i>[Assinatura]</i>

Rua Zangari, Número 011 002 - Parkland Park - Campo Grande MS - CEP: 79001-002
Fone/Fax: (051) 3311-4465 - e-mail: info@agicon.com.br - Fone página: www.agicon.com.br

Figura 73 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (4).

Página 5 de 5:

AGRICON

Oficina de Marco Lógico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
26 de março de 2010 - período da manhã

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Am. Santos Tavares Jr. Sup	SERVIÇO PÚBLICO - MS	0101-2774	Am. Santos Tavares Jr. Sup
Sylvia Tavares	SEMA/CI/IMA-SUL	3318-5639	Sylvia Tavares
Luiz Carlos	Agricon	3321-4445	Luiz Carlos
Livia Silva Bezerra	AGRICON	3321-4445	Livia Silva Bezerra

Rua Agricon, Pontão nº 1.800 - Jardim Park - Campo Grande-MS - CEP 79033-020
Fone/Fax: (51) 3321-4444 - e-mail: atendimento@agricon.com.br - website: www.agricon.com.br

Figura 74 – Lista de presença da 1ª Oficina Participativa, em 2010 (5).

7.2. OFICINA PARTICIPATIVA – DIAGNÓSTICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

Local: Campo Grande – MS.

Data: 03 de agosto de 2010.

Lista de Presença:

Página 1 de 4.

AGRICON
CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
03 de agosto de 2010 – Itanhá

Lista de Presença

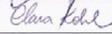
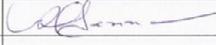
Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LIVIA BORGES	AGRICON CONSULTORIA	3321-4495	<i>Livia Borges</i>
Franisca Nunes Diniz	Soc. Desenvolvimento Turismo	3272-5616	<i>Franisca Nunes Diniz</i>
ORLANDO B. CAMY FILHO	AGRAPER-Reg. C.Gir.	3321-1230	<i>Orlando B. Camy Filho</i>
WANDUJA GARCIA	SEDESC/PMCG	3314-3499	<i>Wanduja Garcia</i>
ADELAINE LIMA	PUNDTUR/MS	3318-7619	<i>Adelaine Lima</i>
Thales Lulho	Representante dos Comunidades 1 de Cultura e Turismo	3456-1747	<i>Thales Lulho</i>
Demi-Ido Manoel Fereh	Associação Cursos e Trabalho Novo Aventureiro do Sul	3456-1747	<i>Demi-Ido Manoel Fereh</i>
Luiz Roberto dos Santos	ABRAER/RIBAS	3238-2723	<i>Luiz Roberto dos Santos</i>
ANTONINO ANGELO DA SILVA	SEC. DESENV. ECONOMICO	3238-1890	<i>Antonino Angelo da Silva</i>
Eilton Nascimento Franca Joca	Sec. Desenv. Economico RPP	3238-1890	<i>Eilton Nascimento Franca Joca</i>
Helio Luis Brun	Exprotur/Prodetur	3318-5016	<i>Helio Luis Brun</i>
Ana Beatriz Paiva de Camp	SEPROTUR/TRADETUR	3318-5012	<i>Ana Beatriz Paiva de Camp</i>

Rua Joaquim Murinho nº 1.000 - Itanhá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 75 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

AGRICON
CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
03 de agosto de 2010

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Lino DE SOUZA DE LIMA	SEMTEC / PROTEJA	3118-5016	
Clara Kohl	FUNURS / PREG	3314 5179	
Sebastião Sena	Agricon Consultoria	5585-8275	

Rua Joaquim Murinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 76 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

AGRICON
CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
03 de agosto de 2010 - Tarde

Lista de Presença

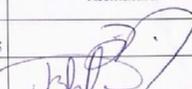
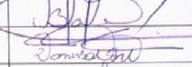
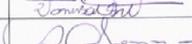
Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Rina Bonagry	Agricon Consult.	3321 4195	<i>Rina Bonagry</i>
Orlando Berra Cruz Filho	Agropecuária/Res. C. Gr.	3321-1930	<i>Orlando Berra Cruz Filho</i>
Adelaine Lima	Sundtun/MS	3318-7619	<i>Adelaine Lima</i>
Phalita Louho	Coordenadora Cultural e Turismo da Associação de Cuiabá e Região	3456-1747	<i>Phalita Louho</i>
Demillo Frazh	Coordenadora de Cursos e Treinam.	3456-1747	<i>Demillo Frazh</i>
Luiz Damasceno de Aluécia Linandes	Serac/MS	3312-6232	<i>Luiz Damasceno de Aluécia Linandes</i>
Luiz Roberto Santos	ABRAER	3238-2723	<i>Luiz Roberto Santos</i>
ANTONINO ANGELO D. SILVA	SEC. DESENV. ECONÔMICO	3238-1890	<i>Antonino Angelo D. Silva</i>
Elton Nascimento França Das	Sec. Desenv. Econômico RPP	3238-1890	<i>Elton Nascimento França Das</i>
Audrey Tanno Kamp	SEPROVET/MS	67 3318-5012	<i>Audrey Tanno Kamp</i>
Clara Kelle	PRUNUS/PMCG	3314-5199	<i>Clara Kelle</i>
Helio Luis Brum	Exportar/Produtor	3318-5016	<i>Helio Luis Brum</i>

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 77 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

AGRICON
CONSULTORIA

Oficina Participativa - Diagnóstico
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
03 de agosto de 2010

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LINO DE SOUZA DE LIMA	SEMPROTEC/PRODETEC	3318-5016	
WANDYR TARRARI	SEDESC/PMCG	3314-3499	
Franca Nunes Pinheiro	Sidetur/Sidelaçha	3272-5616	
Ulisses Souza	Agricon Com/Forç	9985-8279	

Rua Joaquim Murilho nº 1.000 - Itanhanga Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 78 – Lista de presença da 2ª Oficina Participativa, em 2010 (4).

7.3. OFICINA PARTICIPATIVA – ESTRATÉGIAS, PLANO DE AÇÃO E MECANISMOS DE FEEDBACK

Local: Campo Grande – MS.

Data: 15 de setembro de 2010.

Fotos:



Foto 89 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (1).



Foto 90 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (2).



Foto 91 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (3).



Foto 92 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (4).



Foto 93 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (5).

Foto 94 - Registro Fotográfico da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (6).

Lista de presença:

Página 1 de 3:

AGRICON
CONSULTORIA

Oficina Participativa
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
15 de setembro de 2010

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LÍVIA BORGES	AGRICON	33214495	<i>[Handwritten Signature]</i>
TELMO LUIZ FERREIRA	AGRAER	3289-1686	<i>[Handwritten Signature]</i>
Anelisa Amargo de Aguiar	Prefeitura M. Rochedo	3289-1122	<i>[Handwritten Signature]</i>
Costela Ferreira Marques	Sulacre/MS	3389-5468	<i>[Handwritten Signature]</i>
Ana Carla B. Madrid	Sisal/MS	3389-5492	<i>[Handwritten Signature]</i>
Jose Soares Sobrinho	AGRAER	3321.1230	<i>[Handwritten Signature]</i>
Ana Beatriz Paiva de Camp	PRODETUR/MS	3318-5012	Ana Beatriz Paiva de Camp
Ana Carla de Moura	DEPT/AGROPECUÁRIA	61-20237275	<i>[Handwritten Signature]</i>
Claudia Braun de Queiroz Rolim	PRODETUR/MS	3318 5062	<i>[Handwritten Signature]</i>
LINO DE SOUZA DE LIMA	PRODETUR/MS	3318-5016	<i>[Handwritten Signature]</i>

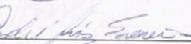
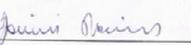
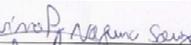
Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 79 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Página 2 de 3:

Oficina Participativa
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
 15 de setembro de 2010

AGRICON
 CONSULTORIA

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
ALDO OLIVEIRA	FUNDAÇÃO DE TURISMO	33187600	
Helio Luis Borem	Secretor/UCP-Produtor	33185016	
Guararulo de Lima Merique	FUNDTUR/MS	33187630	
Paulo Luis Semine	Proc	33243230	
Jannara Nunes Diniz	Secretaria/Secretaria	3272-5616	
Desamira dos Santos Precium	TURISMO	3243-1221	
Jairso dos Reis Borges	SET. Turismo	9985-7393	
Junara Mendes	Abaj - MS	9374-3403	
ANTONINO ANGELO DA SILVA	RIBAS DO RIO PARO SEC. DESENV. ECONOMICO	9974-8692 3238-1890	
ELVINO ANTONIO NOBESKA	RIBAS DO RIO PARO SEC. DESENV. ECONOMICO	9659-1765 3238-1267	
WANDER TAVARI	SEDESC/PMCG	3314-3499	

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhanga Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
 Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

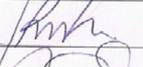
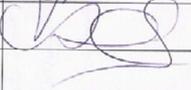
Figura 80 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

Página 3 de 3:

Oficina Participativa
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
15 de setembro de 2010

AGRICON
CONSULTORIA

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
FABIANY FORTES	Centro de Lavoura Agr. Rubens Gil de Camargo	3318-2801	
JOÃO ROBERTO FERREIRA	ABEH-MS	9267 0535	
Ricardo Lima	Agricon	3321-4495	

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhanga Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 81 – Lista de presença da 3ª Oficina Participativa, em 2010 (3).

7.4. OFICINA PARTICIPATIVA – VERSÃO PRELIMINAR

Local: Campo Grande – MS.

Data: 21 de outubro de 2010.

Fotos:



Foto 95 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (1).



Foto 96 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (2).



Foto 97 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (3).



Foto 98 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (4).



Foto 99 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (5).



Foto 100 - Registro Fotográfico da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (6).

Lista de presença:

Página 1 de 2:

AGRICON
CONSULTORIA

Oficina Participativa
PDITS do Polo de Campo Grande e Região
21 de Outubro de 2010

Lista de Presença

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
LÍVIA BORGES	AGRICON	33214495	<i>Borges</i>
Fabiane Sanches de Lima	AGRAER	3321-1220	<i>Fabiane Sanches</i>
Ademilson Trindade	ABRA SEL	3328-9803	<i>##</i>
ANA CAROLINA SEIXAS NASCIMENTO	IMA SUL	3318-5637	<i>ana</i>
Flávia Neri de Moura	IMA SUL	3318-5637	<i>flávia</i>
Clara Kohl	PLANUBE	3314 5133	<i>Clara Kohl</i>
Janessa Nunes Silva	Secretaria Municipal	3272-5616	<i>Janessa</i>
Rosângela de Oliveira Lemos	Seraco/MS	33126632	<i>Rosângela</i>
Estela Ferreira Marques	SEBRAE/MS	3389-5468	<i>##</i>
Reis de Brum	Sepalux/Porteiz	33185016	<i>Reis</i>
Lino de Souza de Lima	Seraport/Porteiz	3318-5016	<i>Lino</i>
Deivid dos Santos Pereira	Deivid dos Santos/Porteiz	3242-1221	<i>Deivid</i>

Rua Joaquim Murinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 82 – Lista de presença da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (1).

Página 2 de 2:

AGRICON
 CONSULTORIA

Oficina Participativa
 PDITS do Polo de Campo Grande e Região
 21 de Outubro de 2010

Nome	Instituição/Empresa	Telefone	Assinatura
Cláudia B. da Azevedo Polino	PRODETUR	3318-5062	<i>Cláudia</i>
Ana Beatriz Pires da Silva	PRODETUR	3318-5012	<i>Ana Beatriz Pires da Silva</i>
Luciana B. de Souza	SEDEC / PMS	3314-3592	<i>Luciana Souza</i>
ROBERTO SOBRINHO	SEC. PRODUÇÃO RIONEIRO	32781443/32781442	<i>Rob</i>
Georgianna Meneiro	fundtur / MS	3318-7630	<i>GLM</i>
Jairso dos Reis Borges	Prof. deir Joviano Bruti	9985-7393	<i>Jairso</i>
ANDRÉ MORGES MARRAS DE ARAÚJO	PREF. TERENOS	8411-1317	<i>André Marras</i>
Ricardo Lima	Agricon Consulting	3321-4495	<i>Ricardo</i>

Rua Joaquim Murtinho nº 1.000 - Itanhangá Park - Campo Grande-MS - CEP 79003-020
 Fone/Fax: (67) 3321-4495 - e-mail: agricon@agricon.com.br - home-page: www.agricon.com.br

Figura 83 – Lista de presença da 4ª Oficina Participativa, em 2010 (2).

7.5. AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência pública, realizada em Campo Grande no dia 18 de novembro de 2011, foi organizada da seguinte forma: 1) abertura dos trabalhos com a Diretora-Presidente da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, Nilde Brum, e com o Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, Paulo Engel; 2) apresentação da versão final do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico Campo Grande e Região; 2) abertura para as intervenções; 3) conclusão dos trabalhos.

Na etapa das intervenções dos participantes foram registradas as seguintes contribuições, propostas e questionamentos:

- Promover o turismo técnico-científico por meio da implantação de escolas e/ou universidade no município de Rio Negro;
- Construir apenas uma UPL, em consórcio, para atender os municípios de Corguinho e Rochedo;

- Alterar o nome do polo no documento final do PDITS para Caminho dos Ipês (destacou-se que esse nome surgiu da participação e reflexão do atores do *trade* e está associado à marca que se deseja consolidar para o polo);
- Inserir ações que tratem do atendimento e da prevenção de acidentes como parte da atenção ao turista;
- Qualificar profissionais para trabalhar no atendimento e na prevenção de acidentes;
- Sensibilizar e envolver as seguradoras nas discussões do *trade* turístico;
- Promover ações de preservação dos mananciais dos rios e das nascentes;
- Ampliar a utilização das redes sociais para melhorar a comunicação;
- Utilizar as redes sociais para a promoção dos produtos turísticos do polo;
- Divulgar prioritariamente os produtos consolidados e, secundariamente, os que se deseja consolidar;
- Criar e estruturar rotas para o Caminho dos Ipês;
- Promover a cultura da vida ao ar livre;
- Fortalecer a marca “Caminho dos Ipês”;
- Sensibilizar e envolver os produtores rurais;
- Organizar, elaborar e disponibilizar na internet um guia de lazer para os municípios do polo;
- Elaborar um calendário de eventos que ocorrem a cada final de semana nos municípios do polo;
- Mídias sócias (*twitter* e *facebook*) para divulgação de calendário único
- Promover a qualificação dos serviços de apoio ao turismo, tais como: taxi, vans e outras modalidades de transporte.
- Promover a qualificação dos atendentes em hotéis, bares e restaurantes.
- 2009 - criado COMTUR Sidrolândia - Substituir instituir por fortalecer
- Objetivos específicos: 6º item: capacitar continuamente os gestores... Planejamento e gestão compartilhados (e não compartilhada)
- Necessidade de desenvolver ações visando à sustentabilidade, diversificar a oferta de empregos em distintos setores para não criar a dependência econômica do polo ou de sua mão de obra pelo turismo – exemplo citado “Tecnópolis”
- *Convention* ressalta as falhas de promoções dos municípios do Polo
- Ações para atrair para Sidrolândia, os turistas que já passam pelo BR-060. Não somente para se alimentar
- Criar instrumentos para integrar os polos do Estado: roteiros que integram o Caminho dos Ipês a Rota Bonito-Pantanal

Para efeito de atualização das informações constantes no PDITS Campo Grande e Região foi mencionado que:

- O município de Nova Alvorada já possui uma Unidade de Processamento de Lixo (UPL) e,
- Os municípios de Rochedo e Ribas do Rio Pardo já iniciaram o processo de elaboração do Plano Diretor.

Após as intervenções e aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Turístico Campo Grande e Região, a audiência pública foi encerrada.

Fotos:



Foto 101 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (1).



Foto 102 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (2).



Foto 103 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (3).



Foto 104 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (4).



Foto 105 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (5).



Foto 106 – Registro Fotográfico da Audiência Pública em 2011 (6).

Lista de Presenças:

Página 1 de 3:

Lista de presença – Audiência Pública – PDITS Polo Campo Grande e Região – 18 de novembro de 2011 – 8hs

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Charles Santos	Prof. Nova Aquiradã, Sul	9978 5558	CHARLES16PANTANAL@HOTMAIL.COM	
GERARDO MERLECHI	FUND.TUR-MS	9604 6580	GERATUR@GMAIL.COM	
KAMIRO COSTA	FUND.TUR-MS	8135 9266	ANTONIODELLACOSTA@GMAIL.COM	
Renata K.S. Martins	Inf. Turismo Campo	9955 7140	longumbidun@ufalco.com.br	
Jásona Nunes Jairo	Prof. Sidrolândia	9142-4521	ndetur@sidrolandia.ms.gov.br	
Edivania Sumia Neto	Prof. Sidrolândia	9654-3798	planyamento@sidrolandia.ms.gov.br	
Wesley G. de Lima	Sobras/MS	3389-5494	wesley.lima.e.ms.sobras.com.br	
RAFAEL MAES	SEPROTUR	3318-5086	rafaelmaes@seprotur.ms.gov.br	
ROSENIARA SILVA	Campo Grande Conven	3384-5200	campograndeenvia@campogrande.ms.gov.br	
NICKY CABRERO	Campo Grande CUB	3388 8687	EVENTOS@CAMPOGRANDE.CUB.COM.BR	
Juciana Gonçalves Souza	Prof. Campo Grande	3314-3589	juciana.ces@uol.com.br	
Juranda C.M. Mattosinho	AGRIC-TERENOS	3246-7444	jmattosinho@hotmail.com	
JOSÉ NASCIMENTO OLIVEIRA	SE PROTUR	3318-5049	JONHAOL@POP.COM.BR	
Rubens Flávio Nello Cordeiro	SE PROTUR	3318 5009	rnello@seprotur.ms.gov.br	
MARIVALDO MOURA	SEPROTUR	3318 5013	marivaldomoura@seprotur.ms.gov.br	
JANETE DE FATIMA FERREIRA DOS SANTOS	PRODETUR/SEPROTUR	3318 5054	JFCDOSANTOS@SEPROTUR.MS.GOV.BR	
LINDA DE Fátima Lima	PRODETUR/SEPROTUR	3318-5016	L.L.LIMA@SEPROTUR.MS.GOV.BR	
MATHEUS JOZACKER	PRODETUR	3318 5016	matheusjozacker@uol.com.br	
FÁBIO GRADUA STEFANI	SEPROTUR	3318 5039	potefania@seprotur.ms.gov.br	
Albio Hamilton Ferreira Viana	ABRASEL	9962-4320	chunariawia@portofigurina.com.br	
Tamara B. Sothier	Se protur	3318-5053	tamaraother1@gmail.com	
Lucas da Silva Prado	Prof. Ribas R. Prado	3238-1890	lucas.prado9@hotmail.com	
EDUARDO N. CORREA	Sic/SEPROTUR	3318-5022	EMCORREA@UOL.COM.BR	

Figura 84 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011 (1).

Página 2 de 3:

Lista de presença – Audiência Pública – PDITS Polo Campo Grande e Região – 18 de novembro de 2011 – 8hs

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
João Roberto Talaz	SEPROTUR	33185035	seprotur.presidente@seprotur.ms.gov.br	
RENIVALDO EONES	SEPROTUR	33185036	REVALDO@SEPROTUR.MS	
WALTER ROCHA R	SEPROTUR	33185027	w.rocha@seprotur.ms.gov.br	
Anizui Mously G.	SEPROTUR	33185023	Amos@seprotur.ms.gov.br	
Roberto H. Gilotto	SEPROTUR	33185021	R.Gilotto@seprotur.ms.gov.br	Roberto Gilotto
YARA A. GUIMARAES	Governadoria	33185036	yaguimaraes@ms.gov.br	
Heitor J. Borun	Prodetur/Seprotur	33185008	hbun@seprotur.ms.gov.br	
Christiane Vales Soares	SEPROTUR	33185053	AVSO@seprotur.ms.gov.br	
JOE VECASQUES R NETO	AGRICON	3331-3384	JUNCAOTO@GMAIL.COM	
LUIZ TANAHARA	AGRICON	3321-4495	LUIZ@AGRICON.COM.BR	
Flávia Neri Moura	IMASUL	3318-5713	flavianeri@gmail.com	
Marina Nebra Dias	MTUR	61-2023-7289	marina.dias@turismo.ms.gov.br	Marina Nebra Dias
JOÃO ROBERTO FERREZ	ABIT - COMITÊ IPE	67 9267 0535	joaoferraz95@hotmail.com	
Ana Beatriz Paine de Camp de Melo	PRODETUR/SEPROTUR	67 3318-5012	anabriz@seprotur.ms.gov.br	Ana Beatriz Paine de Camp de Melo
Nilsde Braun	Fund de TurismoMS	67 33187602	nilsde@fundtur.ms.gov.br	
CRISTINA ALBUQUERQUE	ABAV-MS	3326-6464	PRESENCIA@ABAVMS.COM.BR	
FREDERICO VALENTE	SEPROTUR	33185056	valente@campograndede.net	
Claudia Braun de Q. Rolim	PRODETUR/SEPROTUR	33185062	claudia@turismo.ms.gov.br	
Jair dos Reis Borges	PRF. DEIS. BUNT	9965-7393	Sec.turismodeis@bunt.com.br	
Paraná M. Buitafisch	PRF. DEIS. BUNT	9962-2765	Sec.turismo	
Urnyleia Etges	SEPROTUR	33185023	urnyleia@seprotur.ms.gov.br	
Renata Ester Mercari	JESF	91178771	renatamercari@yahoo.com.br	

Figura 85 – Lista de presença da Audiência Pública, em 2011 (2).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente plano foram apresentados e discutidos no decorrer desse documento, sendo os principais aspectos considerados para a efetiva implementação do PDITS:

- Ampliar e divulgar o sistema de informações turísticas para o monitoramento da atividade, identificando alterações nos padrões de mercado e embasando as tomadas de decisões, e para a captação de recursos;

Institucionalizar o PDITS não somente no âmbito estadual, como também municipal, para que as ações sejam efetivadas;
- Divulgar o presente plano em vários níveis, visando sensibilização público-privada e comprometimento do *trade*.

Por fim, é importante reconhecer que o Plano de Ação é uma referência, a qual deve ser dotada de flexibilidade para responder adequadamente às variações mercadológicas e da conjuntura econômica e socioambiental do Estado, ajustando-se às oportunidades ou ameaças que possam ser capitalizadas e mitigadas respectivamente, para que novas atividades possam ser englobadas através de novos programas estratégicos a serem desenvolvidos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO Neto, Annibal.; SILVA, Neli Terezinha da. Análise da estratégia de entrada e posicionamento mercadológico dos bancos espanhóis no Brasil. In: COSTA, Benny Kramer.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. *Estratégia: perspectiva e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2002.

ALMEIDA, M. *Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras*. Tese de doutorado Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

ANDION, Maria Carolina.; FAVA, Rubens. Planejamento estratégico. In: *Coleção Gestão empresarial*, Volume II, FAE Centro Universitário e Editora Gazeta do Povo, 2002.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizador). Estudo de competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Campo Grande. Brasília: Ministério do Turismo.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizador). Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – relatório Brasil. 2ª Ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. (versão digitalizada)

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

BENINI, R. M. de. *Cenários de ocupação urbana e seus impactos no ciclo hidrológico na Bacia do Córrego Mineirinho*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

BETHLEM, Agrícola. *Estratégia empresarial: conceito, processo e administração estratégica*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. *Plano aquarela - Marketing turístico internacional do Brasil - 2007-2010*. Brasília;DF, 2005. Disponível em < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf >. Acesso 24 mai. 2010.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil. CPRM. *Geologia e Recursos Minerais do Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Em 2006, As Atividades Características do Turismo Responderam por 3,6% da Economia Brasileira*. IBGE, Brasília, DF. 2006. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1379&i_d_pagina=1> Acesso em: 31 Ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2007/2010 – Uma viagem de inclusão*. MTur Brasília: DF. 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. *Geografia do Brasil - Região Centro Oeste*. Fundação Rio de Janeiro: IBGE, Brasília, DF. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. *Estudos e Pesquisas*. Disponível em: < http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/home/ >. Acesso em 25 mai. 2010a.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. *Relatório Campo Grande*. Brasília, DF. 2009b. 44p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Empresa Brasileira de Turismo . *Pesquisa do Impacto Econômico Dos Eventos Internacionais Realizados no Brasil 2007-2008*. Fundação Getúlio Vargas – FGV. Brasília-DF, 2009c. Disponível em: <http://200.143.12.93/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/Eventos/Download_eventos/Relatxrio_Final_-_Estudo_do_Impacto_Econxmico__Eventos_Internacionais_realizados_no_Brasil.pdf> Acesso em: 31 Ago. 2010.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Condição das rodovias, MS*. 06-01-2010. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/ms.htm>>. Acesso em 27 mai. 2010b.

BRASIL. Controladoria Geral da União. *Convênios por Orgão Cedente – Ministério do Turismo*. MS. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/ConveniosListaMunicipios.asp?UF=MS&Estado=MATO+GROSSO+DO+SUL&CodOrgao=54000&Orgao=MINISTERIO+DO+TURISMO&TipoConsulta=1&Periodo=>>> Acesso em 31 mai 2010c.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo*. CADASTUR disponível: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.action>>. Acesso em 07/06/2010d.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades – Campo Grande- estimativa populacional em 2009*. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 05 jul 2010e.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais - 2009*. Disponível em:< <http://www.rais.gov.br/>>. Acesso em 14 jul 2010f.

BRASIL. Ministério do Turismo do Brasil. *Brasil é o 7º país no ranking mundial de eventos internacionais*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100513-4.html>. Acesso em 02 Set. 2010g.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. *Distância entre cidades*. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp>>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009*. MTur. Brasília: DF. 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em 20 mai. 2010h.

CAMPO GRANDE. Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana do município de Campo Grande. Programa Comunidade Viva. Programa Viva Campo. *Relatório Avaliação Ambiental*. Campo Grande, MS. Setembro, 2007. 208p. Disponível em:< <http://www.prefeituradecampogrande.com.br/planurb/downloads?categoria=36>>. Acesso 24 jun. 2010.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Relatório de Atividade Desenvolvidas pelo DCQA/SEMADES – 2008*. Semades - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 2008.

CAMPO GRANDE. Projeto Córrego Limpo: Cidade Viva. Site: <http://www.capital.ms.gov.br/pronatureza/canaisTexto?id_can=3062> Acessado em 02/06/2010.

CASTROGIOVANNI, C. Turismo e ordenação do espaço urbano. In: Turismo Urbano. São Paulo: Contexto, 2000.

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. *Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo 2004*. São Paulo: CETESB, 307p. 2005.

COELHO, Margarida. Distribuição espacial da ocupação no setor de turismo Brasil e Regiões. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/td_1320.pdf> Acesso em 31. Ago. 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil: perspectivas até 2015 – cenários econômicos. Brasília: CNC: SEBRAE, 2008.

Durward K. Sobek and Art Smalley, *Understanding A3 Thinking – A Critical component of Toyotas PDCA Management System*, 2008.

ELLIOTT (1997), citado por Brito, Marcilio de Medeiros e; Araújo, Maria Arlete Duarte na Revista de Administração Pública Print version ISSN 0034-7612 Rev. Adm. Pública vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006 doi: 10.1590/S0034-76122006000200005 Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do Estado de Sergipe.

EMSAMPA. Distância Aérea Entre São Paulo e Cidades Estrangeiras. Disponível em: < <http://www.emsampa.com.br/page26.htm> >. Acesso em 21 jul. 2010.

FALCÃO, José Augusto Guedes (Coordenador Geral). Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014 – Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

FALCÃO, José Augusto Guedes (Coordenador Geral). Plano Nacional do Turismo 2007-2010 – Brasília: Ministério do Turismo. 2007

FARIA, Nivaldo Maranhão. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0034-7612200600020000500008&pid=S0034-76122006000200005&lng=en> Introdução à administração: perspectiva organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

FERREIRA, 2008, citado por Carvalho Francisco Dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscoefernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

FREY (1997, p. 216), citado por Carvalho Francisco Dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscoefernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

GAURESCHI et al., 2004, p, 180, citado por Carvalho Francisco dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscoefernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR/MS, 2009. (versão digitalizada)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2008. Campo Grande: SEMAC, 2008. (versão digitalizada)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. PIB Municipal/MS. Produto Interno Bruto 2002-2006. Campo Grande: SEMAC. (versão digitalizada)

HALL, C. M. *Planejamento turístico – políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. São Paulo: 4ª Ed. Thomson, 2006. 446p.

HOWITT, A. citado por Sagi, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Emprego no Turismo*. IPEA. Brasília: DF, Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33> Acesso em 30 Ago. 2010.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION. ICCA publishes country and city rankings 2009. Disponível em: < <http://www.iccaworld.com/npps/story.cfm?nppage=> > Acesso em: 31 Ago. 2010.

IGNARRA (2002:125) citado por Brito, Marcilio de Medeiros e; Araújo, Maria Arlete Duarte na Revista de Administração Pública Print version ISSN 0034-7612 Rev. Adm. Pública vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006 doi: 10.1590/S0034-76122006000200005 Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do Estado de Sergipe.

LAGE, B. H.; MILONE, P.C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

LOBATO, David Menezes; Moysés Filho, Jamil; Torres, Maria Cândida Sotelino; Rodrigues, Murilo Ramos Alambert. *Estratégia de empresas*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. (gestão Empresarial – FGV Management).

MARIANI, M. A. P.; DOMINGOS, A. A. A.; BEKER, J. D. Plano de ação para o turismo em Mato Grosso do Sul: uma análise. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*. Três Lagoas – MS, v.1, n.5, ano 4, maio/2007.

MARTINS, Gabriela I. V.; MARTINS, Cid Isidoro D. Grandes oportunidades para pequenos negócios em Mato Grosso do Sul: estudo de tendências, produção e potencial de consumo. Campo Grande: Editora Visão: SEBRAE/MS, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul: SEPLAN/MS, IBGE-DIGEO/GO, 227p. Campo Grande/MS, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. Atlas Multirreferencial - Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: SEPLAN-MS. 1990

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR/MS, 2009a. (versão digitalizada).

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul/IMASUL. Diretoria de Desenvolvimento. *Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, MS, 2008*. Campo Grande, MS, 240p. 2009b.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Plano De Desenvolvimento Institucional da Gestão Estadual do Turismo Mato Grosso do Sul - Plano de Fortalecimento Institucional – Produto 2, 3 e 4. Campo Grande: FUNDTUR/MS, 2009c. (versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul. Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030 (Documento Síntese) Campo Grande: SEMAC, 2009d. (versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Mato Grosso do Sul: Regiões Turísticas*. Material promocional. Campo Grande, MS, 2009e.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Dados Estatístico de Mato Grosso do Sul - 2009*. Campo Grande, MS. Dezembro de 2009f. 101p. Disponível em: <<http://www.semac.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=52984>>. Acesso em 02 jul 2010.

MATO GROSSO DO SUL, Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. Sistema de Informações e Estatísticas. *Indicadores básicos do Turismo*. Informações recebidas via digital em 01 jun. 2010a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Banco de Dados do Estado. Campo Grande, MS, <<http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2010b.

MATO GROSSO DO SUL, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Situação das ETEs. Informações recebidas via digital em 14 jun. 2010c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. *Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul – PERH-MS*. Editora UEMS, 2010d.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. *Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul – ZEE-MS*. Campo Grande, MS, 2010. Disponível em: <<http://www.semac.ms.gov.br/zeems/>>. Acesso em 15 jul. 2010e.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, 2010f.

MESQUITA, C. Turismo e planejamento regional. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador – BA, ano III, n.4, julho/2001.

MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Informações Complementares*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, MG, 39p. Março 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 17ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, M. C. B et al. Bacia hidrográfica do rio Miranda: estado da arte / Campo Grande : UCDB, 2004. 177 p. Disponível em <http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/estado_da_arte_miranda_completo_1.pdf> Acesso em 02 abr 2010.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. *Microeconomia*, 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM – Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim. Janeiro. 2009.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO - Módulo operacional 6 - Sistema de informações turísticas do programa – Ministério do Turismo, pg 19, Brasília 2007

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO módulo operacional 3 - Institucionalização da Instância de governança Regional - Ministério do Turismo 2007

PROJETO PORTAL. Disponível em <<http://www.projetoportal.org.br/>>. Acesso em 14 abr. 2010.

RAINFOREST ALLIANCE, *Buenas Prácticas para Turismo sostenible*. 131p. 2008. Disponível em:< http://www.rainforest-alliance.org/tourism/documents/tourism_practices_guide_spanish.pdf >. Acesso em 27 abr. 2010.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Website do Lean Enterprise Institute, www.lean.org

Wikipédia, a enciclopédia livre. Metodologia da Análise SWOT.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 11.ed.Campinas: Papirus, 1997.199

SAGI, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do Turismo: definição de indicadores e análise com Base no estudo de caso de Santa Catarina. *In: Revista Hospitalidade São Paulo*, ano VI, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA; FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON. *Proposta de Elaboração de Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo em Mato Grosso do Sul*. Relatório Final. Campo Grande, MS.. 124p. Novembro de 2006.

SILVA Jorge Antonio Santos, Universidade Salvador – UNIFACS - <http://www.eumed.net/eve/resum/07-07/jass.htm> 11/08/2010

SKOCPOL, T. citado por Sagi, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

SUN TZU. *A Arte da Guerra*. Adaptação de James Clanel. 28ª Edição. São Paulo: Editora Record, 2002, 112p.

VALLS, J.F. *Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis*. 1ª Edição. FGV Editora. Rio de Janeiro – RJ 232p. 2006

10. ANEXOS

ANEXO A - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

Para alcançar seus objetivos, o Programa PRODETUR NACIONAL apoiará o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico organizados em cinco componentes descritos a seguir:

Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico

Os produtos turísticos definem a distinção e o caráter do destino. Por isso, é importante desenvolver uma estratégia coerente onde se priorizam os produtos que melhor consolidem com maior eficiência a imagem de cada destino, gerando maior rentabilidade a curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, as atividades deste componente se concentrarão nos investimentos relacionados com o planejamento, a recuperação e a valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar ou melhorar a competitividade dos destinos em modalidades ou tipos específicos de turismo. O componente também integrará as ações destinadas a alinhar os investimentos privados em segmentos ou nichos estratégicos, bem como aquelas destinadas a melhorar a competitividade dos empresários turísticos, por meio do aprimoramento da organização setorial, da qualidade dos serviços e do acesso a fatores produtivos;

Componente 2 - Estratégia de Comercialização

Este componente contemplará ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos;

Componente 3 - Fortalecimento Institucional

Este componente integrará ações orientadas a fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal (reestruturação de processos internos, equipamento, desenvolvimento de *software*, capacitação e assistência técnica);

Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos

Este componente integrará todos os investimentos em infraestrutura e de serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele (infraestrutura de acesso e transporte), e satisfazer as necessidades básicas do turista durante sua estada, em termos de água, saneamento, energia, telecomunicações, saúde e segurança;

Componente 5 - Gestão Ambiental

Este componente será dirigido à proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar. Dentre as ações previstas, está incluída a implantação de sistemas de gestão ambiental, as avaliações ambientais estratégicas, estudos de impacto ambiental, entre outros.

A. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser desenvolvida para a elaboração do PDITS da área turística do Polo Campo Grande e Região, aqui entendida como o conjunto dos fundamentos teóricos, das técnicas e dos métodos empregados para desenvolvimento das atividades listadas nos próximos itens, e devem considerar os seguintes princípios:

Planejamento estratégico voltado ao mercado turístico.

Definir produtos e mercados para concentração de esforços, identificando-se os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças e analisando-se as medidas necessárias para a correção de rumo e a busca por maior competitividade; os investimentos devem consolidar a posição da área turística no mercado turístico, atendendo aos requerimentos dos segmentos de demanda meta e levar em conta a necessidade de diferenciação de destinos competidores;

Desenvolvimento sustentável.

Deverá atender e beneficiar os turistas e principalmente a população local, beneficiando-os das mais diversas formas, sejam elas na geração de emprego e renda, no uso dos recursos naturais de forma que supra as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações, tendo como base a Agenda 21 local; da provisão de infraestrutura e melhoria dos espaços urbanos disponíveis e utilizáveis; da prevenção e controle dos impactos estratégicos (oportunidades e riscos ambientais) decorrentes do desenvolvimento turístico;

Planejamento participativo.

Todas as atividades a serem realizadas deverão respeitar a metodologia participativa, compreendendo-se as comunidades como detentoras de conhecimento a ser compartilhado e protagonista do processo, procurando valorizar o conhecimento e a experiência de cada participante, propiciando momentos de troca de experiências e fomentando a ajuda mútua e responsável pelo desejo e pela iniciativa de empreender processos de mudança.

Neste momento, o processo participativo é de suma importância, pois tem o intuito de fortalecer as ações entre os representantes dos setores públicos e privado, que intervenham ou possam ser afetados pelo turismo, incluindo as organizações sociais;

Planejamento integrado.

Deverá definir as ações necessárias para melhorar a competitividade da área como destino turístico num único plano, independentemente dos responsáveis pela execução dessas ações e das fontes de financiamento.

B. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Parte I - Justificativa da Seleção da Área Turística

- ✓ Justificativa da seleção da área turística;
- ✓ Análise da importância dos atrativos e/ou recursos turísticos;
- ✓ Análise da acessibilidade e conectividade;
- ✓ Análise do uso atual e potencial;
- ✓ Análise das condições físicas e serviços básicos;
- ✓ Análise do quadro institucional e aspectos legais.

Parte II - Formulação de Objetivos

- ✓ Formulação dos objetivos gerais e específicos do PDITS, através de oficina de marco lógico com metodologia participativa;
- ✓ Hierarquização dos objetivos definidos em curto, médio e longo prazo, coerente com as condições do mercado e das disponibilidades de orçamento;
- ✓ Os objetivos especificarão a evolução projetada do turismo na área turística selecionada.

Parte III - Análise e Diagnóstico estratégico da área e das Atividades turísticas**Análise:**

Coleta de dados primários e secundários, para avaliar a situação da atividade turística, a posição competitiva frente a consumidores e competidores. O Diagnóstico será focado nos seguintes itens:

- ✓ Análise do mercado turístico (demanda e oferta);
- ✓ Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais;
- ✓ Análise do quadro institucional da área turística;
- ✓ Análise dos aspectos socioambientais na área turística.

Diagnóstico Estratégico:

Após a sistematização de todos os dados coletados, conforme os itens acima, este diagnóstico contemplará, no mínimo, os seguintes elementos:

- ✓ A valoração ponderada das linhas de produtos e tipos de turismo atuais e potenciais em relação aos mercados-meta;
- ✓ A identificação de áreas crítica de intervenção, em cada linha de produto, e dos atores locais necessário mobilizar;
- ✓ A posição atual da área no mercado turístico *versus* seu posicionamento potencial.

Parte IV - Estratégia de Desenvolvimento Turístico

Determinação das prioridades de desenvolvimento, considerando:

- ✓ Posicionamento turístico desejável e as estratégias de comercialização necessária para sua consolidação;
- ✓ Linhas de produto e tipos de turismo;
- ✓ As infraestruturas e os serviços básicos necessários;
- ✓ O quadro institucional;
- ✓ As diretrizes socioambientais necessárias para preservação dos atrativos naturais e patrimoniais.

Parte V - Plano de ação: seleção de procedimentos

Visão Geral e ações previstas - O Plano de ação apresentará uma visão do conjunto de atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por ele responsáveis.

Dimensionamento do investimento total - Será estruturado um quadro que indique os investimentos totais a serem realizados, na moeda Real e Dólar, identificando a cotação utilizada no período da elaboração das propostas.

Seleção e priorização das ações - As ações serão mostradas em quadros estruturados por município, por componente, em ordem de prioridade.

Parte VI - Feedback: acompanhamento e avaliação

Neste item, será estruturado um quadro, indicando os atores e os mecanismos propostos necessários para promover o monitoramento da evolução da situação do turismo na área, a avaliação dos resultados bem como da revisão do plano.

A empresa deverá estabelecer a linha de base ou de partida dos indicadores propostos para o acompanhamento da atividade turística na área selecionada.

C. PRODUTOS ESPERADOS**PRODUTO 1 A**

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

PRODUTO 1 B

JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA, FORMULAÇÃO DE OBJETIVOS E OFICINA DE MARCO LÓGICO;

PRODUTO 2

ANÁLISE E DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO;

PRODUTO 3

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO;

PRODUTO 4

PLANO DE AÇÃO E *FEEDBACK*;

PRODUTO 5

VERSÃO PRELIMINAR DO PDITS

PRODUTO 6

VERSÃO FINAL DO PLANO.

D. METODOLOGIA A SER UTILIZADA NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Para a realização dessas etapas, serão necessários a sensibilização e envolvimento de atores da sociedade civil. Isso se fará por meio de visitas e reuniões com as lideranças, com a comunidade, com o poder público e com o *trade* turístico.

Os dados e informações necessárias para se realizar as análises e diagnósticos serão obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, dados secundários de fontes oficiais e outras ligadas ao setor turístico. Os dados primários serão obtidos por meio de entrevistas não sistematizadas e pesquisas de campo, quando necessárias.

O diagnóstico situacional deverá ser realizado com base nas informações e dados coletados em fontes primárias, secundárias, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A proposta é mapear todos os aspectos relevantes que possam promover o turismo como atividade alternativa para o desenvolvimento sustentável. Outras fontes de informação poderão ser buscadas junto à própria comunidade.

O diagnóstico estratégico será realizado com base nas metodologias de planejamento estratégico e deverá levar em consideração o ambiente no qual se insere o mercado turístico, buscando identificar os fatores relevantes que possam contribuir pra a melhor definição do posicionamento estratégico.

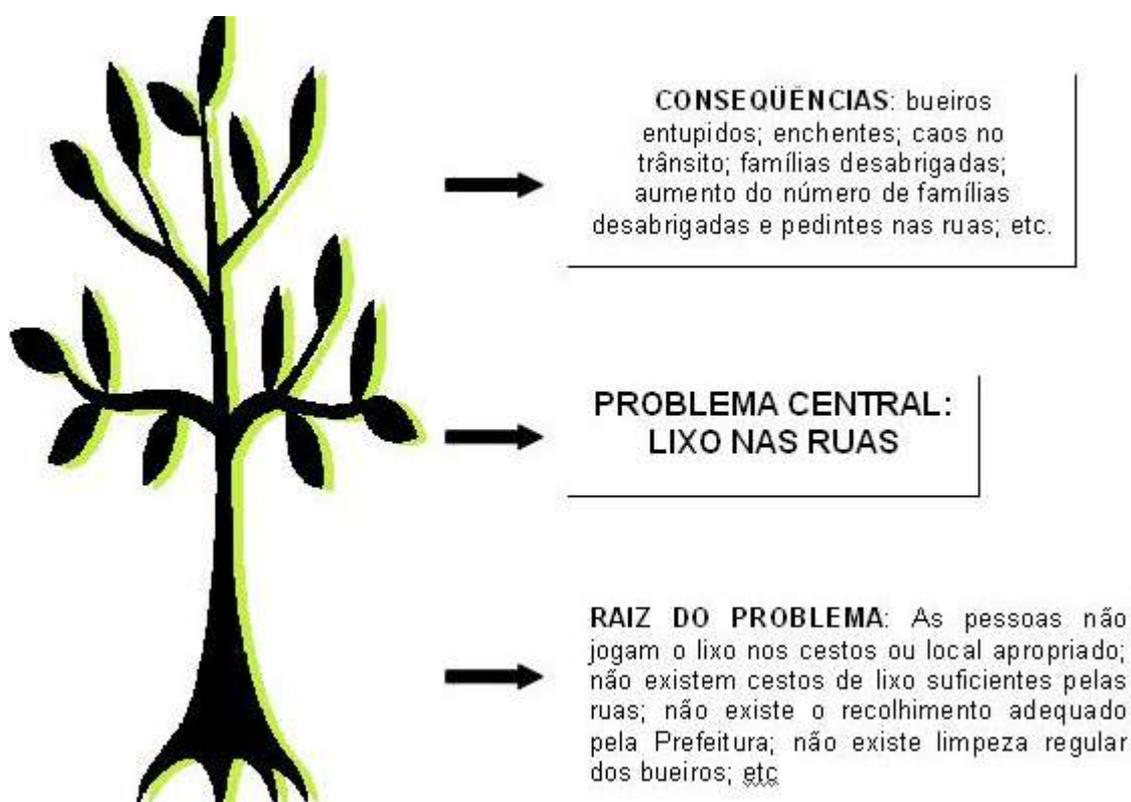
A formulação de objetivos e a realização da oficina de marco lógico (detalhada a seguir) serão elaboradas tomando-se por base a metodologia LOG FRAME (Matriz de Estrutura Lógica ou Marco Lógico), criada pela *United States Agency for International Development* – USAID, e adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Marco Lógico é uma ferramenta que auxilia no processo de concepção, planejamento, execução e avaliação de projetos. Por meio da matriz de Marco Lógico, os objetivos são definidos e, ao mesmo tempo, se permite definir a estrutura de planejamento e avaliação.

Os mecanismos de *feedback* propostos pela consultoria serão definidos com base na indicação de um grupo que acompanhará a execução do PDITS. Esse grupo poderá vir a ser o Fórum Regional de Turismo Caminho dos Ipês.

O monitoramento proposto será realizado a partir de indicadores propostos pelos trabalhos de consultoria.

Detalhamento da metodologia de Matriz de Marco lógico - Árvore de Problemas.

Este é um método muito utilizado para planejamento: é a metodologia da ÁRVORE DE PROBLEMAS, através da qual identifica-se não só o problema central, mas também a raiz desse problema e as consequências que ele acarreta, ficando mais fácil trabalhar na solução do mesmo, conforme o exemplo abaixo:



Se já conseguimos detectar o problema, fica menos complicado encontrar a solução. Se você usou a ARVORE DE PROBLEMAS, agora poderá usar a ARVORE DE SOLUÇÕES da mesma forma, conforme o exemplo abaixo:



Para tanto, é fundamental refletirmos sobre algumas questões que envolvem a atividade a ser realizada:

- **Justificativa:** por que fazer? O que move o grupo a tomar esta iniciativa?
- **Objetivo:** o que fazer? Quais são os objetivos e metas a serem alcançados?
- **Grupo de Trabalho:** quem está disposto a fazer parte?
- **Público-alvo:** a quem se destina este projeto?
- **Plano de Ação:** como fazer? Quais são as ações e as fases necessárias?
- **Cronograma:** quando? Qual o tempo necessário e que será previamente reservado para cada fase?

E. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS, ATIVIDADES E TÉCNICOS RESPONSÁVEIS.

PRODUTO 1.b – PARTE I Justificativa da Seleção da Área Turística.

Tarefa	Atividade	Responsável
Análise da Importância dos atrativos ou recursos turísticos.	Classificação e hierarquização dos atrativos ou recursos.	Rosângela França
Análise da acessibilidade e conectividade.	Identificação da acessibilidade física, conectividade com outros pontos turísticos e possibilidade de desenvolvimento de redes de interação.	Rosângela França Gilson Mazzini José da Fonseca
Análise do nível de uso atual ou potencial.	Analisar o tipo de turismo ofertado atualmente e a quantidade e qual a potencialidade existente para ser explorada.	Ricardo Senna Rosângela França
Análise das condições físicas e serviços básicos.	Verificação da compatibilidade da topografia, das condições edafoclimáticas e dos serviços públicos com o pretendido desenvolvimento local, em conformidade com o Zonamento Ecológico Econômico.	Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José da Fonseca Lenira Silva Homero Scapinelli

Tarefa	Atividade	Responsável
Análise do quadro institucional e aspectos legais.	Descrição dos fatores institucionais que conferem vantagens ao desenvolvimento turístico atingindo visitantes e gestores locais.	Homero Scapinelli Rosângela França

PRODUTO 1.b – PARTE II - Formulação de Objetivos e Oficina de Marco Lógico.

Tarefa	Atividade	Responsável
Determinação dos objetivos gerais e específicos.	Realização de uma oficina de marco lógico participativa envolvendo os agentes locais e demais interessados no desenvolvimento do turismo na região.	Ricardo Senna Rosângela França

PRODUTO 2 - PARTE III - Diagnóstico Estratégico

Tarefa	Atividade	Responsável
Análise quantitativa e qualitativa do mercado turístico da área selecionada.	Análise da demanda atual.	Ricardo Senna Rosângela França
	Análise da demanda turística potencial do polo.	Ricardo Senna Rosângela França
	Análise da oferta turística atual e potencial da área.	Ricardo Senna Rosângela França
Análise das infraestruturas básicas e serviços gerais encontrados na área.	Avaliação da capacidade atual da rede viária de acesso a área e aos principais atrativos, do sistema de abastecimento de água, do esgotamento sanitário, da limpeza urbana e da gestão de resíduos sólidos, da rede de drenagem pluvial, do transporte urbano, do sistema de comunicação, da iluminação pública, do serviço de saúde e da situação da segurança pública.	Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José Marcos da Fonseca Lenira Silva
Análise do quadro institucional da área turística.	Identificação de pontos críticos de intervenção local da estrutura turística institucional, das políticas públicas voltadas ao turismo, do processo de planejamento turístico, das legislações urbanística, ambiental e turística. Análise do quadro de incentivos para o investimento turístico local.	Homero Scapinelli Rosângela França Getúlio Peixoto Gilson Mazzini José Marcos da Fonseca
Análise dos aspectos socioambientais na área turística.	Considerações sobre as atuais condições ambientais, os impactos negativos ambientais já existentes causados pela atividade turística, a gestão ambiental pública e presente nas empresas privadas. Avaliação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, e do grau de participação dos grupos de interesse.	Getúlio Peixoto Lenira Silva

Tarefa	Atividade	Responsável
Realização do diagnóstico estratégico.	Valoração das linhas de produtos consolidados e linhas emergentes, não exploradas; identificação das áreas críticas de intervenção; avaliação do posicionamento no mercado atual e potencial; revisão dos objetivos	Ricardo Senna Rosângela França

PRODUTO 3 - PARTE IV – Estratégias de Desenvolvimento Turístico

Tarefa	Atividade	Responsável
Determinação das prioridades de desenvolvimento da atividade turística no polo.	Determinação de estratégias de mercado, de produto e integração turística, de suporte ao turismo e de sustentabilidade.	Homero Scapinelli Getúlio Peixoto Luiz Tanahara Ricardo Senna Rosângela França

PRODUTO 4 - PARTE V - Plano de ação

Tarefa	Atividade	Responsável
Visão geral e Ações previstas.	Apresentação das ações em conjunto, descrevendo a relação de cada ação com as estratégias e objetivos. Agrupamento das ações por área de atuação e município.	Homero Scapinelli Getúlio Peixoto Rosângela França Ricardo Senna Gilson Mazzini José M. da Fonseca Luiz Tanahara
Dimensionamento do investimento local.	Descrição dos investimentos totais a serem realizados em real e dólar.	Luiz Tanahara
Seleção e priorização das ações.	Utilização da lógica da relação entre as ações ou da necessidade de capacitação institucional do executor, como critério de seleção e priorização. Priorização das ações do PRODETUR NACIONAL nos primeiros cinco anos. Determinação de metas de desempenho da capacidade institucional para as ações de fortalecimento da gestão municipal.	Homero Scapinelli Luiz Tanahara Getúlio Peixoto Ricardo Senna Rosângela França Gilson Mazzini José M. da Fonseca
Descrição das ações a serem realizadas durante os 18 primeiros meses.	Caracterização das ações e apresentação do plano de ações por município e por ano de execução. Elaboração do marco de resultados individual para cada projeto.	Luiz Tanahara Gilson Mazzini José M. da Fonseca Ricardo Senna Rosângela França
Avaliação dos impactos socioambientais.	Avaliação dos impactos positivos e negativos. Proposta de medidas mitigadoras. Justificativa ambiental de desenvolvimento turístico. Avaliação do impacto cumulativo do conjunto de atividades e projetos.	Getúlio Peixoto Lenira Silva Homero Scapinelli Ricardo Senna

Tarefa	Atividade	Responsável
	Estimativa do efeito na qualidade de vida, cultura e outros benefícios sociais.	
	Determinação dos impactos estratégicos (atração de outras atividades, imigração, etc).	
	Definição de indicadores de monitoramento.	
	Elaboração do programa de gestão ambiental.	

PRODUTO 4 - PARTE VI – *Feedback*.

Tarefa	Atividade	Responsável
Monitoramento da evolução do turismo na área.	Determinação dos atores e mecanismos necessários para promover o monitoramento.	Homero Scapinelli Rosângela França Ricardo Senna
Linha de partida dos indicadores de acompanhamento propostos.	Estabelecer prazos e recursos orçamentários necessários, objetivos, componentes, ações e pressupostos, projeções, entre outros.	Ricardo Senna Luiz Tanahara

F. DETALHAMENTO DAS ETAPAS E ATIVIDADES

Neste tópico serão indicados os produtos a serem elaborados, as reuniões e oficinas necessárias e viagens técnicas necessárias para coletas de dados.

Etapa 1 – Estruturação dos trabalhos, mobilização popular e sensibilização dos atores.

Contatos serão realizados nos municípios com o objetivo de apresentar a proposta de elaboração do PDITS, identificar e sensibilizar os atores que participarão do processo e definir encaminhamentos futuros. Para realização das reuniões, contatos preliminares serão realizados pela coordenação dos trabalhos, juntamente com a equipe da prefeitura local. Na ocasião, a equipe de técnicos coletará informações complementares para execução dos trabalhos.

Etapa 2 - Formulação de objetivos e oficina de Marco Lógico.

A proposta da consultoria é que, após o processo de sensibilização nos municípios e indicação dos seus representantes, as reuniões e oficinas passem a ser realizadas em Campo Grande. Para esse produto, deverá ser realizada uma oficina de 16 horas em local a ser definido posteriormente.

Etapa 3 - Análise e diagnóstico estratégico.

Para esse produto, deverão ser realizadas viagens técnicas, em especial, para análise da infraestrutura e aspectos socioambientais. As informações necessárias também serão buscadas junto aos órgãos públicos e privados, responsáveis pelos serviços objetos da análise.

Etapa 4 - Formulação de estratégias.

Deverá ser realizada uma reunião de planejamento com duração de oito horas. Na ocasião, serão resgatados os objetivos formulados, os resultados do diagnóstico estratégico e a formulação de estratégias, com o objetivo de divulgar, validar e absorver contribuições.

Etapa 5 - Formulação do plano de ação.

A elaboração do plano de ação apresentará o conjunto de atividades que materializarão as estratégias de desenvolvimento, considerando a definição de prioridades, projeções de ações para os próximos 18 meses e a identificação de ações por município. Será levado em consideração o planejamento estratégico realizado pela FUNDTUR/MS, para o período de 2008 a 2020. Esse planejamento foi realizado de forma participativa e validado pela instância de governança da região, o Fórum Regional de Turismo Caminho dos Ipês. Da mesma forma, o produto desta etapa deverá ser apresentado em uma oficina de planejamento para conhecimento e validação dos atores do mercado turístico da região.

Etapa 6 - Acompanhamento e avaliação.

Os mecanismos de *feedback* das estratégias de desenvolvimento são necessários para dotar os atores do setor turístico de mecanismos de acompanhamento da execução das estratégias. Neste sentido, indicadores de monitoramento serão criados e disponibilizados para as instâncias de governança e para os órgãos públicos. Será realizada uma oficina de planejamento para apresentação e validação dos mecanismos de *feedback* e indicadores para monitoramento e avaliação.

Etapa 7 - Versão final do PDITS e audiências públicas.

A versão final do PDITS será elaborada pela equipe técnica da consultoria e submetida para validação por meio de audiência pública.

G. MOBILIZAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação é um processo pelo qual os atores locais deverão influenciar e compartilhar a formação de consensos, de decisões e a aplicação dos recursos que serão captados. As lideranças locais, representantes da sociedade civil, empresário, representantes do poder executivo e legislativo das localidades, deverão se constituir em agentes de mudança e transformação. Pressupõe-se que o processo de elaboração do PDITS deverá promover e fortalecer o empoderamento local e o protagonismo de seus atores.

Para a elaboração do PDITS, o processo de participação popular, das lideranças e atores locais, deverá ser iniciado com ações de sensibilização, necessárias para que se façam os acordos com a comunidade local para a realização dos trabalhos. Sem o devido entendimento da importância do PDITS, e sem o efetivo engajamento da comunidade local e suas lideranças, o processo de planejamento não será completo.

A consultoria procurará envolver os atores locais ligados ao *trade* turístico e lideranças comunitárias, especificamente, empresários locais ligados à cadeia produtiva do turismo, agentes do poder público estadual e municipal, representantes dos poderes legislativos municipais, representantes de agências de fomento ao desenvolvimento, líderes empresariais, líderes de trabalhadores, associações de moradores, entidade de apoio aos idosos, jovens e portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O objetivo é formar um grupo de pessoas que possa ser catalisador e multiplicador das ações realizadas no processo de elaboração do PDITS. Ao longo do processo de planejamento, a consultoria procurará também fomentar o adensamento de relações do grupo para que, ao final, ele se constitua numa instância autônoma e representativa do setor turístico, e que possa acompanhar execução das ações de planejamento. Dessa forma, espera-se fortalecer a governança local, a fim de proporcionar maior autonomia decisória e participativa.

As ações de sensibilização deverão ser realizadas pela consultoria com o apoio da governança local e dos órgãos estaduais ligados ao turismo, em especial, a SEPROTUR, FUNDTUR/MS e a Unidade de Coordenação de Projetos.

Nesse sentido, a consultoria irá organizar oficinas de trabalho com o objetivo de apresentar o conceito de PDITS, sua importância, seus objetivos, a metodologia proposta para sua elaboração, bem como apresentar os documentos relacionados à sua elaboração, em especial, a política e o plano nacional de turismo.

As oficinas também serão importantes para que se possam validar os produtos do processo de elaboração do PDITS. Para que os objetivos propostos sejam atingidos, a consultoria deverá realizar encontros com o uso de metodologias participativas com os grupos sensibilizados e mobilizados, e uma consulta pública. A proposta é a de que elas sirvam basicamente para que a consultoria apresente os resultados preliminares e finais do processo de elaboração do PDITS, e os reformule, se necessário, de acordo com as deliberações consensuadas com os participantes.

As metodologias a serem adotadas para a realização das oficinas de trabalho poderão ser a METAPLAN, ZOPP ou Enfoque Participativo, que são técnicas de visualização móvel com utilização de tarjetas coloridas (que podem ter várias formas, cores, tamanhos) e pincéis atômicos. Essas técnicas são utilizadas para trabalhos com grupos de pessoas. Os participantes são dispostos sentados em semicírculos para permitir que cada participante tenha a visão dos demais. Os temas a serem debatidos são escolhidos e, por meio da técnica de *brainstorming* os participantes apresentam suas contribuições que são escritas nas tarjetas e fixadas em um painel, quadro ou parede. A partir desse ponto, as ideias são processadas e debatidas até se chegar ao resultado esperado. A aplicação da metodologia é feita por um moderador ou facilitador, cujo papel é organizar as ideias e o debate entre os participantes.

Para realização dos encontros e oficinas, a consultoria utilizará *notebooks*, projetores multimídia, papel sulfite A4, máquina fotográfica, CD-ROM e outros materiais que se fizerem necessários.

Outras oficinas de trabalho poderão ser realizadas durante todo o processo de elaboração do PDITS, como forma de manter a proximidade e permitir o acompanhamento dos trabalhos dos consultores por parte da comunidade local, mas, seu objetivo primordial, é o de permitir a construção conjunta do PDITS.

As oficinas de trabalho para validação dos produtos deverão ser conduzidas pela consultoria de forma participativa. Nesses momentos, a consultoria atuará como moderadora ou facilitadora do processo de planejamento.

Durante o processo é importante que se assegure a participação popular no processo de planejamento e execução das ações do PDITS. Nesse sentido, além das oficinas e reuniões, será importante articular com o poder executivo e legislativo municipal a realização de audiência pública para expor os resultados finais do projeto. Além disso, a articulação e mobilização de parceria com a imprensa local e rádios comunitárias será essencial para que se possam divulgar os eventos a serem realizados para a elaboração do PDITS, bem como, os resultados do mesmo.

H. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE LOCAL E INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO COMPARTILHADA

Um dos pilares do processo de planejamento é a participação efetiva da comunidade local e suas lideranças, envolvendo os órgãos governamentais, a sociedade civil organizada, o *trade* turístico e representantes de todos os setores econômicos diretamente relacionado ao turismo sustentável na região. Nesse sentido, é imperativo que se articule a organização de um grupo de atores para que, conjuntamente com a consultoria, acompanhe, reflita e tome decisões acerca do processo de elaboração do PDITS.

Esse grupo deverá objetivar a plena integração de todos os atores da comunidade local, observar para que as ações propostas no planejamento não conflitem com a cultura local, sua identidade e valores. Além disso, esse grupo também deverá se atentar para que as

ações planejadas sejam executadas, para que se evitem distorções que possam comprometer a realização das vontades e desejos manifestados da população local. Nesse sentido, sua articulação com os órgãos públicos e outras instituições será essencial e se constituirá num fator crítico de sucesso para a elaboração do PDITS.

Esse grupo de líderes e atores locais deverá ser constituído ao longo do processo de sensibilização e realização das atividades de elaboração do PDITS, para que se promova a articulação e promoção das mediações e diálogos necessários à consolidação dos trabalhos junto à comunidade local.

A fase de sensibilização é entendida, portanto, como permanente ao longo do processo de elaboração do PDITS, já que, a qualquer momento, os grupos envolvidos poderão receber a adesão de novos participantes que venham a colaborar com sua experiência e visão de mundo.

No entanto, para que os trabalhos tenham o efeito multiplicador que se deseja, pois se trata, em última instância, de uma reflexão e busca por uma alternativa de desenvolvimento, será necessário capacitar esse grupo de trabalho para que exerça o papel de multiplicador.

Nesse sentido, a consultoria estabelecerá mecanismos de articulação estreita com o grupo desde o início dos trabalhos, tomando-o como referência para execução das ações a serem realizadas e também para receber o *feedback* das ações que forem sendo realizadas.

Primordialmente, o grupo será convocado junto a reuniões e encontros relacionados, como do Fórum Caminhos dos Ipês, do Grupo Gestor do Destino Indutor, entre outros, além de visitas isoladas aos representantes pertinentes, telefonemas, *email*, entre outros mecanismos para que o contato seja uma constante no processo de elaboração do plano.

Dessa forma:

- Por meio do trabalho conjunto da consultoria, em parceria com o grupo de trabalho de líderes e atores locais, será possível garantir que todos possam contribuir com a elaboração do PDITS e, ao mesmo tempo, acompanhar o seu desenvolvimento;
- Para que o grupo de trabalho adquira competências para a elaboração e monitoramento do PDITS, deverá ser realizada uma oficina de trabalho para nivelamento de informações e capacitação, que permita que o grupo monitore autonomamente a execução das ações. Essa oficina deverá ser realizada com base em metodologias participativas;
- Estimular que o grupo de trabalho de líderes e atores locais, em conjunto com os agentes públicos estaduais e municipais, criem as bases para que sua organização se transforme numa instância pública de referência na condução das ações do PDITS e, conseqüentemente, de desenvolvimento regional.

Vale ressaltar que para a concretização da elaboração do plano, deverão ser realizadas, no mínimo, três oficinas participativas com os atores citados e uma audiência pública, as quais serão amplamente divulgadas. As oficinas participativas terão como objetivo divulgar os resultados dos trabalhos, abrindo espaço para sugestões por parte dos atores supracitados, e se darão nos seguintes momentos:

- Após a entrega do Produto 2 (Diagnóstico);
- Após a entrega do Produto 4 (Análise);
- Após a entrega do Produto 5 (Versão Preliminar);
- Audiência pública para validação do PDITS.

I. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A seguir o cronograma físico-financeiro onde se usa a seguinte legenda de cores:

	Período de elaboração dos produtos
	Período de entrega de produtos
	Período de análise dos produtos pela Coordenação Técnica/PRODETUR
	Período de ajustamento dos produtos
	Realização das oficinas participativas e audiência pública

Descrição	Junho		Julho					Agosto					Setembro					Outubro					Novembro				
	21 a 27	28 a 30	01 a 04	05 a 11	12 a 14	15 a 21	22 a 26	27 a 31	01 a 08	09 a 16	17 a 22	23 a 29	30 a 31	01 a 05	06 a 12	13 a 19	20 a 26	27 a 30	01 a 04	05 a 10	11 a 17	18 a 24	25 a 31	01 a 07	08 a 14	15 a 23	
Reunião de alinhamento dos trabalhos entre a equipe da Agricon Consultoria e a equipe técnica do PRODETUR	█																										
Readequação do plano de trabalho e cronograma de trabalho	█	█																									
Revisão e adequação da Parte I: justificativa da seleção da área turística	█	█	█																								
Revisão e adequação da Parte II: formulação dos objetivos do PDITS e oficina de marco lógico	█	█	█	█																							
Entrega do Produto 1					█																						
Análise do Produto 1 pela UCP/PRODETUR						█																					
Análise de conformidade e alterações							█																				
Revisão e adequação da Parte III: análise - diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas	█	█	█	█	█																						
Entrega do Produto 2					█																						
Análise do Produto 2 pela UCP/PRODETUR						█																					
Análise de conformidade e alterações							█																				
Realização de oficina participativa para divulgação e validação dos resultados								█																			
Elaboração da Parte IV - Estratégias de Desenvolvimento Turístico					█	█	█	█																			
Entrega do Produto 3									█																		
Análise do Produto 3 pela UCP/PRODETUR										█																	
Análise de conformidade e alterações											█																
Elaboração da Parte V - Plano de ação: seleção de procedimentos, ações e projetos					█	█	█	█	█	█	█																
Elaboração da Parte VI - Feedback: acompanhamento e avaliação					█	█	█	█	█	█	█																
Entrega do Produto 4												█															
Análise do Produto 4 pela UCP/PRODETUR													█														
Análise de conformidade e alterações														█													
Realização de oficina participativa para divulgação e validação dos resultados															█												
Elaboração da versão preliminar do PDITS													█	█	█	█											
Entrega do Produto 5																█											
Análise do Produto 5 pela UCP/PRODETUR																	█										
Análise de conformidade e alterações																		█									
Realização de oficina participativa para divulgação e validação dos resultados																			█								
Elaboração da versão final do PDITS																			█	█	█						
Entrega do Produto Final																						█					
Análise da versão final pela UCP/PRODETUR																							█				
Análise de conformidade e alterações																								█			
Realização da audiência pública																									█		

ANEXO B – PESQUISA APLICADA JUNTO AOS EMPREENDIMENTOS DA CADEIA TURÍSTICA

A pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 23 de setembro, de 2010. Para tanto, foram entrevistados onze hotéis, representando 70,9% dos apartamentos de Campo Grande, quatorze agências de viagens, representando 41,2% das agências de viagens filiadas à Associação das Agências de Viagens de Mato Grosso do Sul (ABAV), e por fim, seis restaurantes, representando 54,5% dos restaurantes cadastrados no Guia Quatro Rodas.

As entrevistas foram feitas com proprietários ou responsáveis pelo empreendimento, por pesquisadores treinados e via telefone. Foi utilizado o critério de não probabilística de amostragem intencional, no qual foram pesquisados os empreendimentos mais representativos de cada segmento.

Não foram feitos os cruzamentos em relação à localização e a temporalidade de funcionamento, em decorrência de que os empreendimentos são provenientes todos de Campo Grande – MS (município concentrador dos espaços de eventos e equipamentos turísticos), e todos os empreendimentos funcionam de maneira uniforme ao longo do ano (sem período de alta e baixa temporada).

As análises dos dados foram feitas através de cruzamento de tabelas e representações gráficas e em tabelas.

Gráfico 1: quantidade e percentual dos empreendimentos entrevistados.

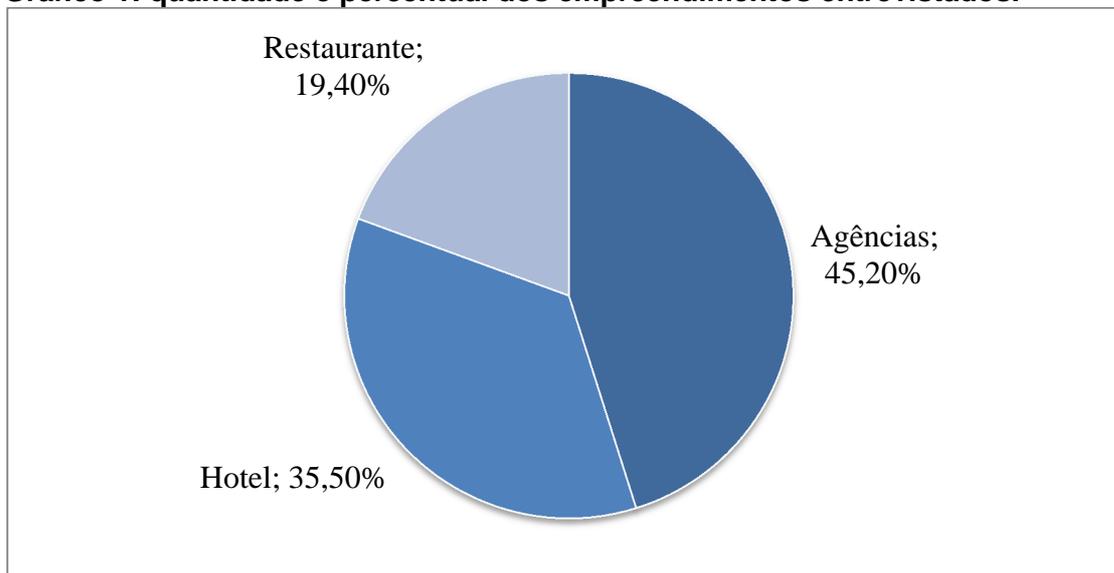
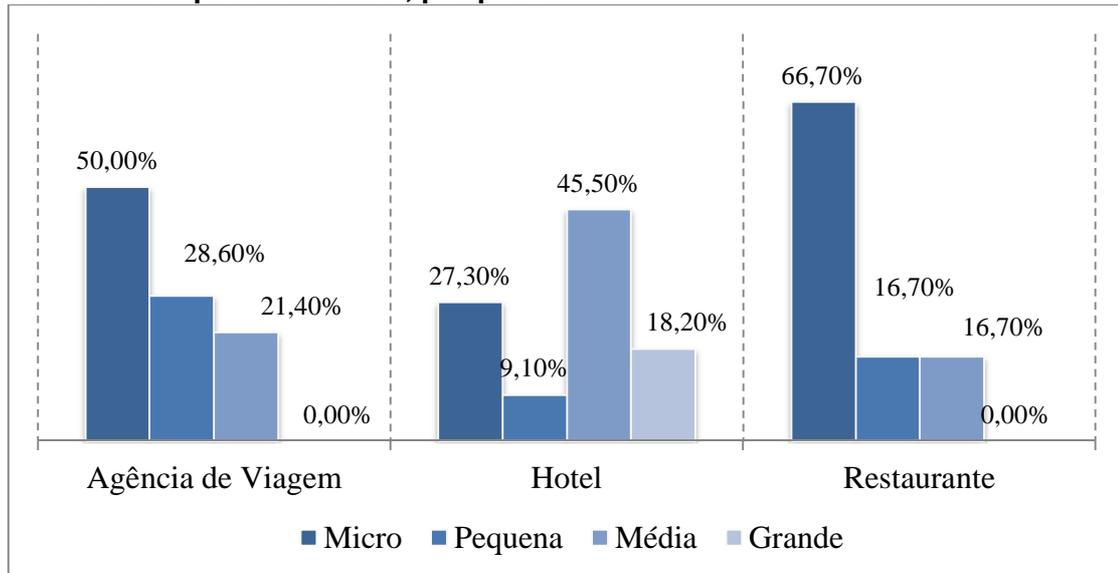
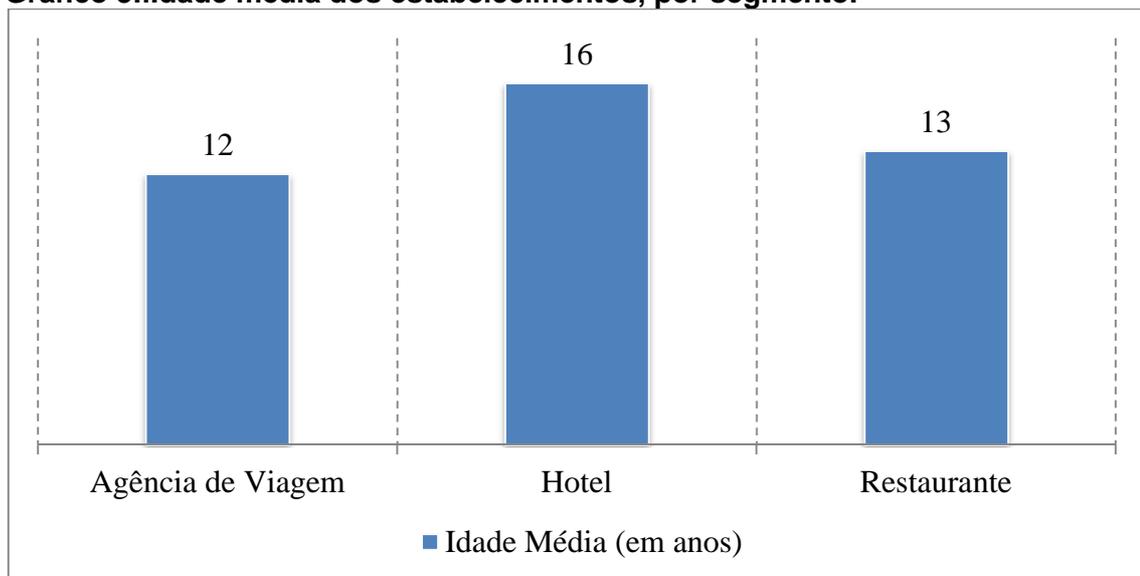


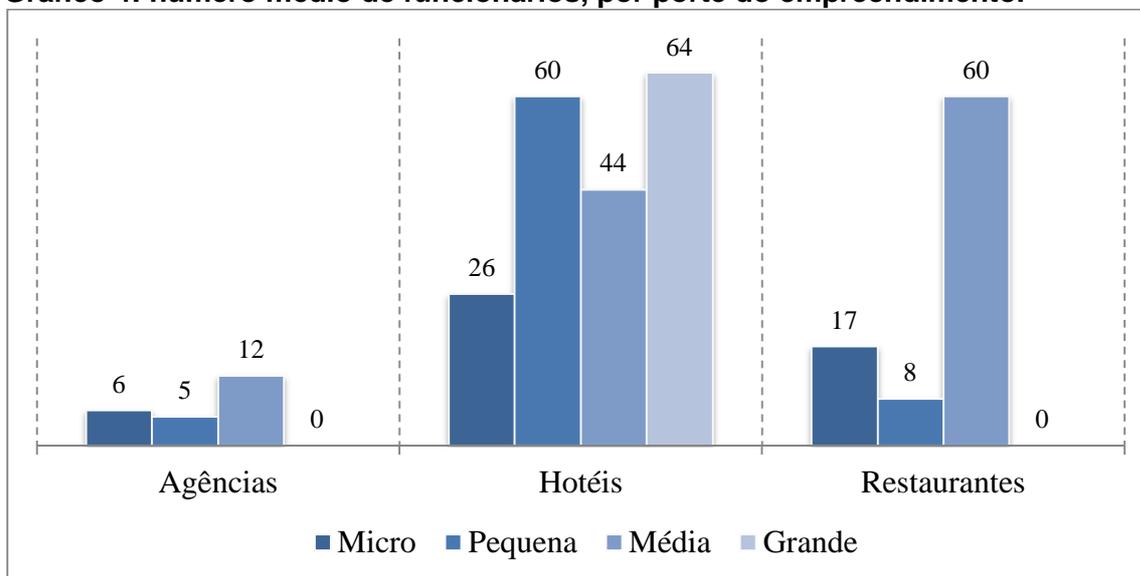
Gráfico 2: empreendimentos, por porte.**Gráfico 3: idade média dos estabelecimentos, por segmento.****Tabela 1: origem do empreendimento, por segmento.**

Origem	Viagem	Hotel	Restaurante
Estrangeiro	0,0%	18,2%	0,0%
Local	64,3%	72,7%	66,7%
Nacional	21,4%	9,1%	0,0%
Regional	14,3%	0,0%	33,3%

Tabela 2: número médio de funcionários, por segmento

Segmento	Nº de Funcionários
Agência de Viagem	6,6
Hotel	43,9
Restaurante	22,5

Gráfico 4: número médio de funcionários, por porte do empreendimento.



Salários médio

Empreendimento	Salário Médio
Restaurantes	R\$ 730,00
Hotéis	R\$ 646,25
Agências	R\$ 1.080,00

Gráfico 5: número médio de funcionários, por idade do empreendimento.

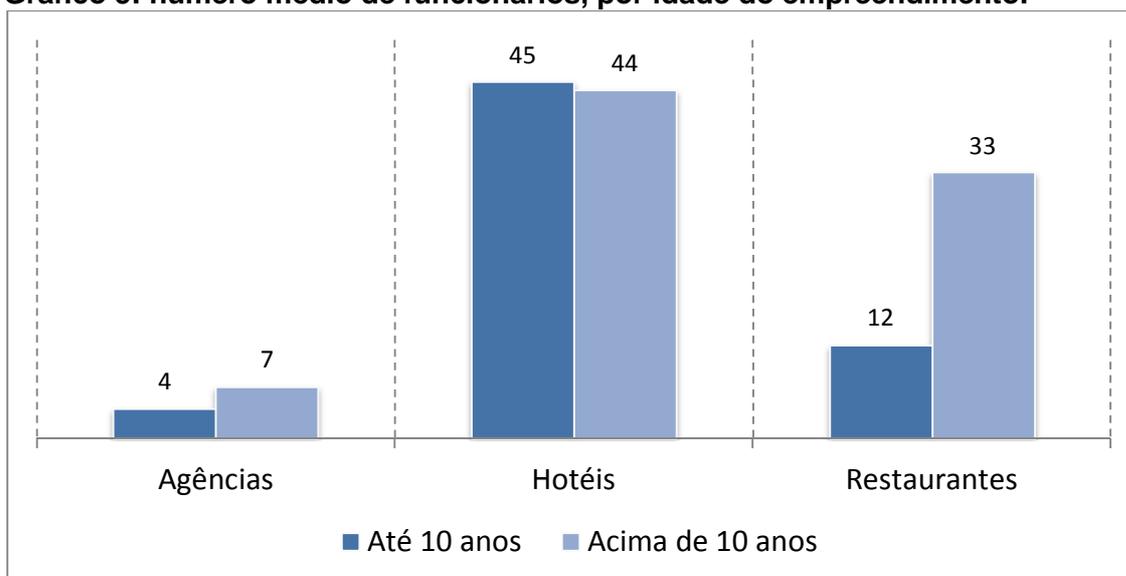


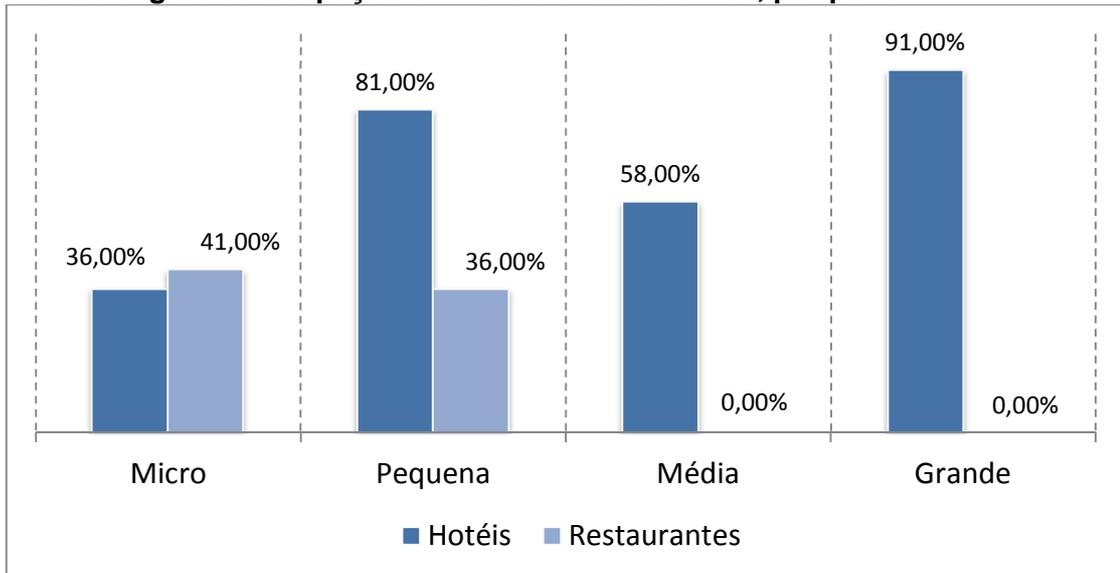
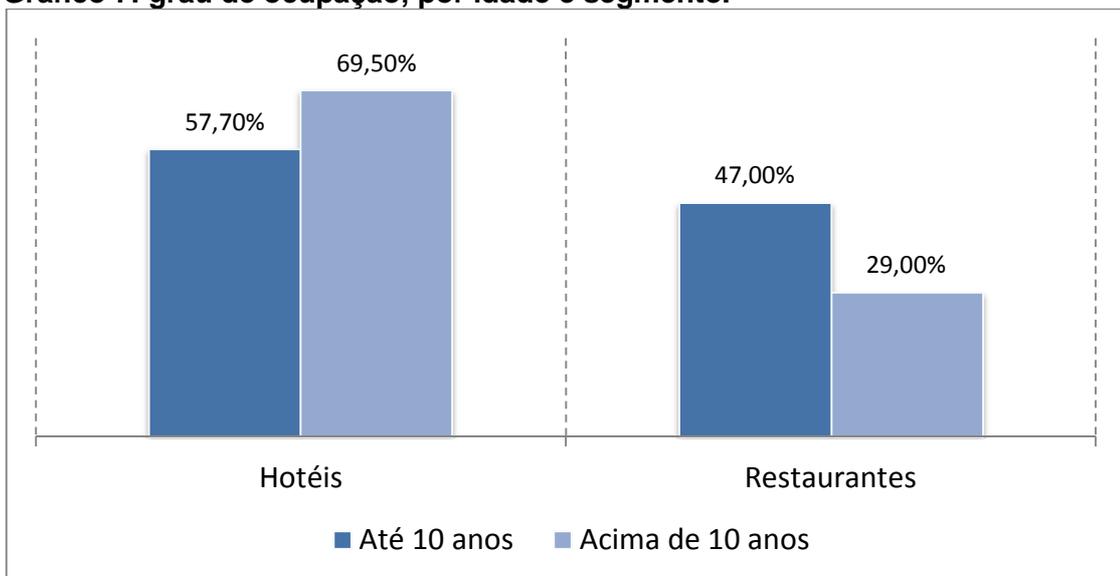
Gráfico 6: grau de ocupação em hotéis e restaurantes, por porte.**Gráfico 7: grau de ocupação, por idade e segmento.**

Tabela 3: níveis de investimentos (média), por segmento, entre 2000 e 2015*.

Investimento	Ano			
	2000	2005	2010	2015*
Agência de Viagem	R\$ 35.000	R\$ 25.000	R\$ 33.500	R\$ 38.333
Hotel	R\$ 0,00	R\$ 50.000	R\$ 290.000	R\$ 3.050.000
Restaurante	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 90.000	R\$ 100.000

* Previsão feita pelos empreendimentos entrevistados.

Tabela 4: investimentos em 2010, por porte e segmento (em R\$).

Segmento	Porte	Investimento (R\$)
Hotéis	Micro	50.000
	Média	266.667
	Grande	600.000
Agências	Micro	14.833
	Pequena	65.000
	Média	30.000
Restaurantes	Micro	53.333
	Pequena	200.000

Tabela 5: investimentos em 2010, por idade e segmento (em R\$).

Segmento	Idade	Investimento (R\$)
Hotéis	Até 10 anos	175.000
	Acima de 10 anos	366.667
Agências	Até 10 anos	18.167
	Acima de 10 anos	26.667
Restaurantes	Até 10 anos	70.000
	Acima de 10 anos	110.000

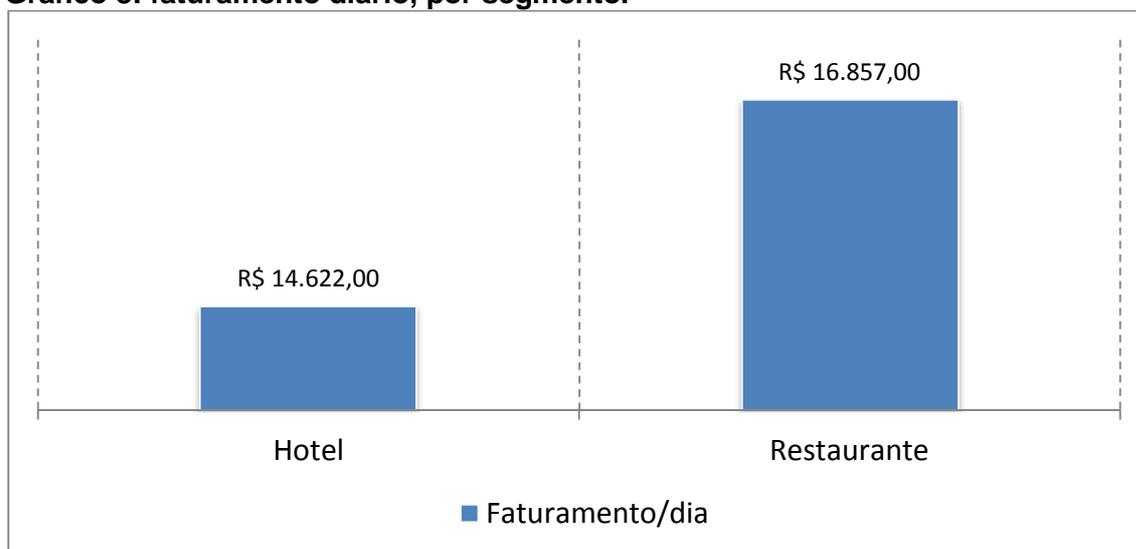
Gráfico 8: faturamento diário, por segmento.

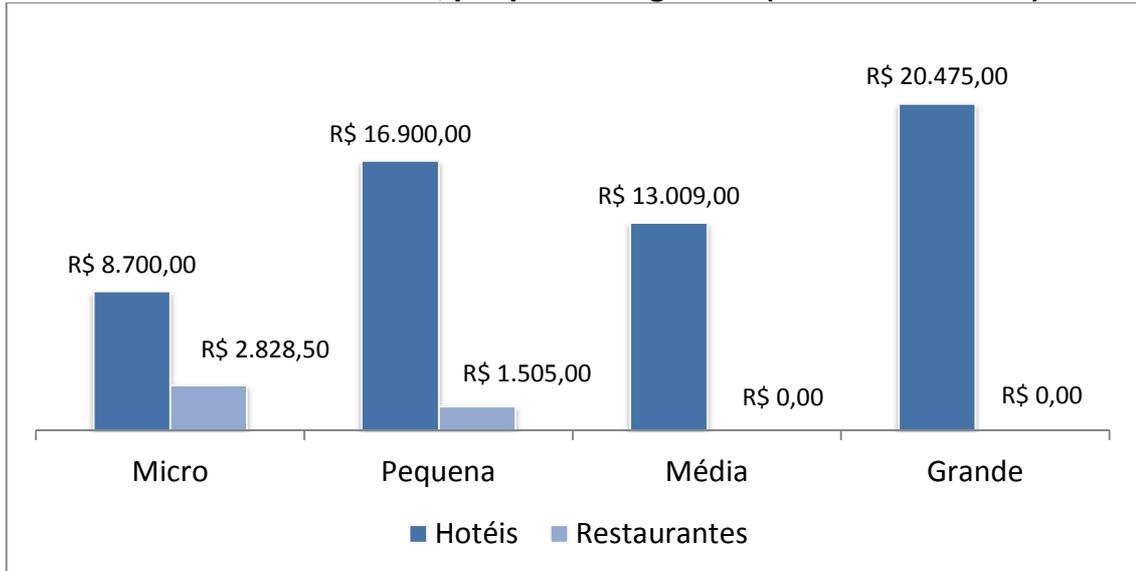
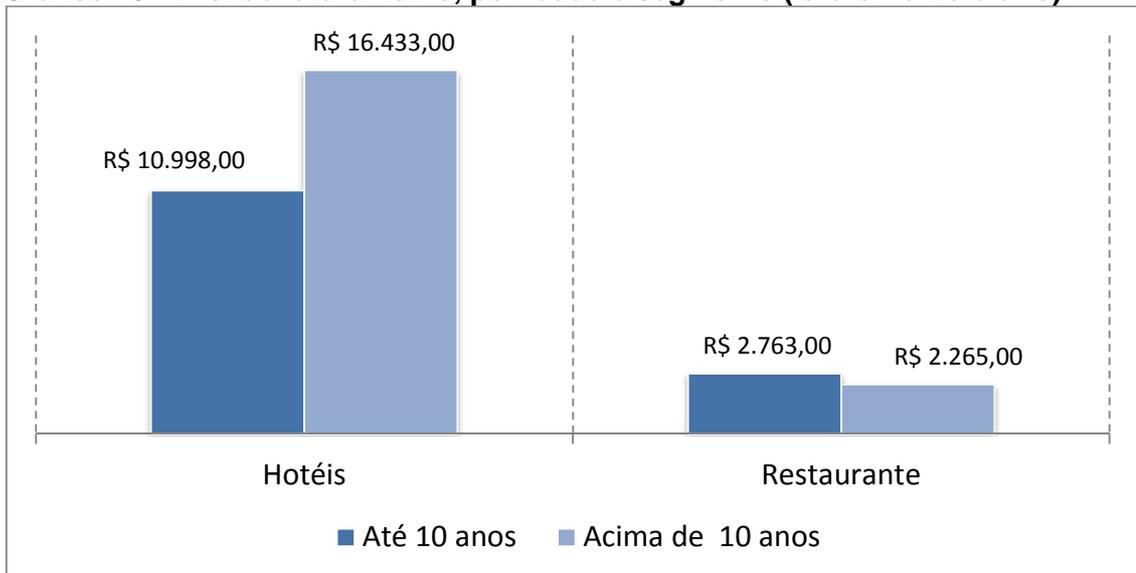
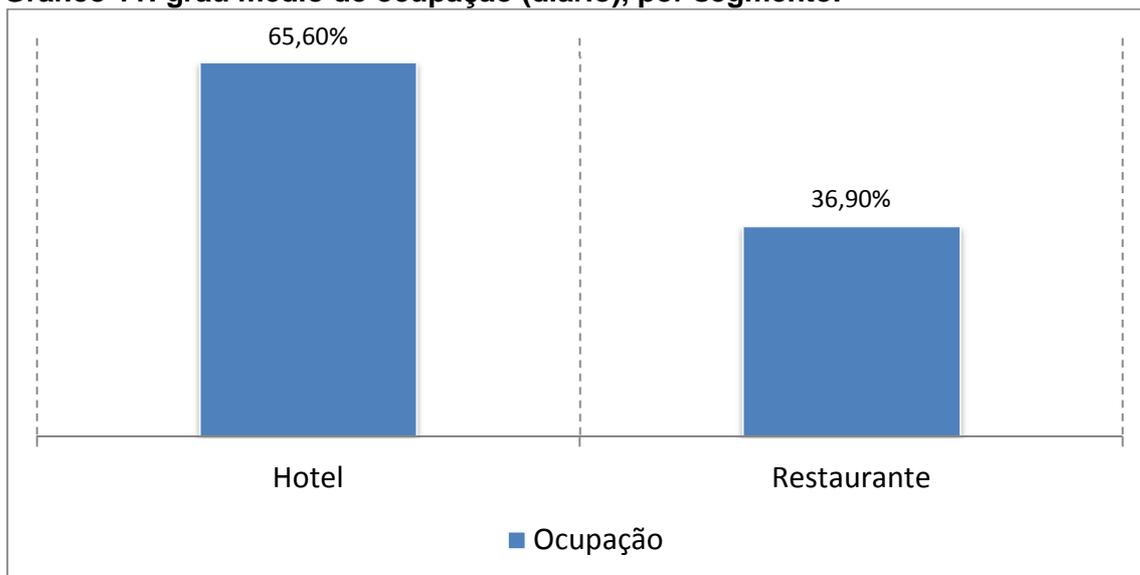
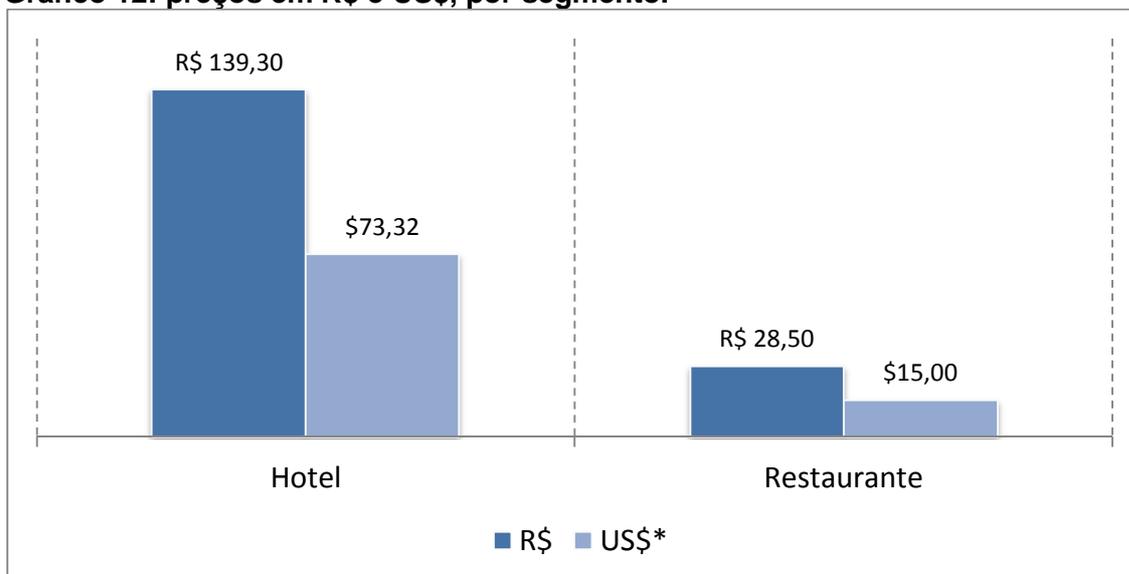
Gráfico 9: nível de faturamento, por porte e segmento (faturamento diário).**Gráfico 10: nível de faturamento, por idade e segmento (faturamento diário).**

Gráfico 11: grau médio de ocupação (diário), por segmento.**Gráfico 12: preços em R\$ e US\$, por segmento.**

* Cotação com base na média do câmbio de dólar turismo, a R\$/US\$ = 1,90, em 2010. Disponível em: www.ipeadata.gov.br

Tabela 6: preços em R\$ e US\$,por porte do empreendimento.

Porte	Hotéis		Restaurantes	
	R\$	\$	R\$	\$
Micro	R\$ 124,50	\$ 65,53	R\$ 26,50	\$ 13,95
Pequena	R\$ 130,00	\$ 68,42	R\$ 35,00	\$ 18,42
Média	R\$ 140,80	\$ 74,11	R\$ 30,00	\$ 15,79
Grande	R\$ 155,00	\$ 81,58		

Tabela 7: preços em R\$ e US\$, por porte do empreendimento.

Idade	Hotéis		Restaurantes	
	R\$	\$	R\$	\$
Até 10 anos	R\$ 129,67	\$ 68,25	R\$ 23,33	\$ 12,28
Acima de 10 anos	R\$ 143,43	\$ 75,49	R\$ 33,67	\$ 17,72

Gráfico 13: Informações que os turistas requerem na agência de turismo

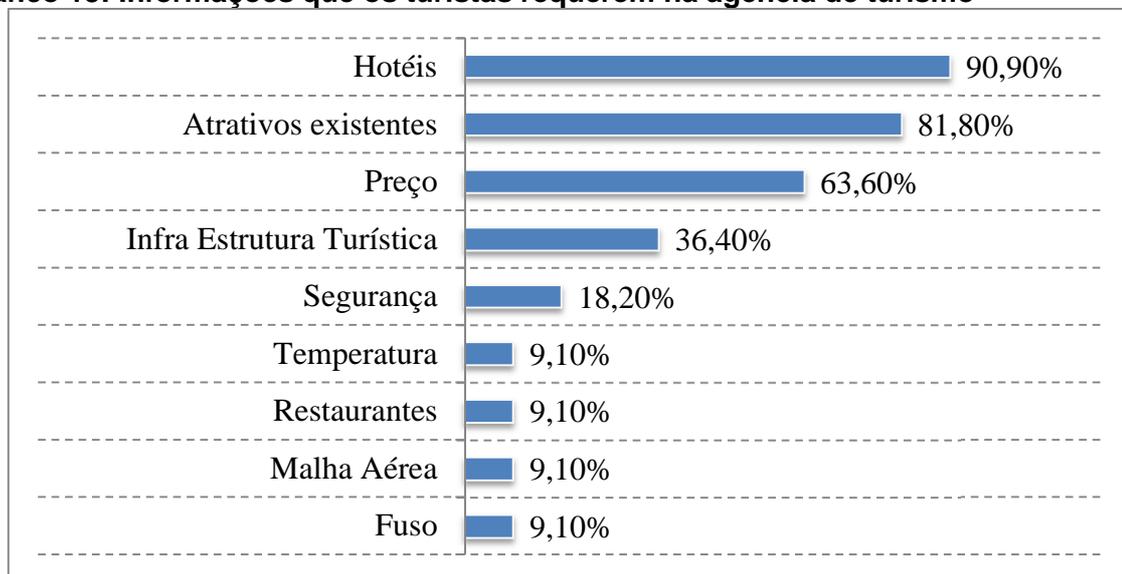


Gráfico 14: se o empreendimento opera de maneira integrada com algum elo turístico.

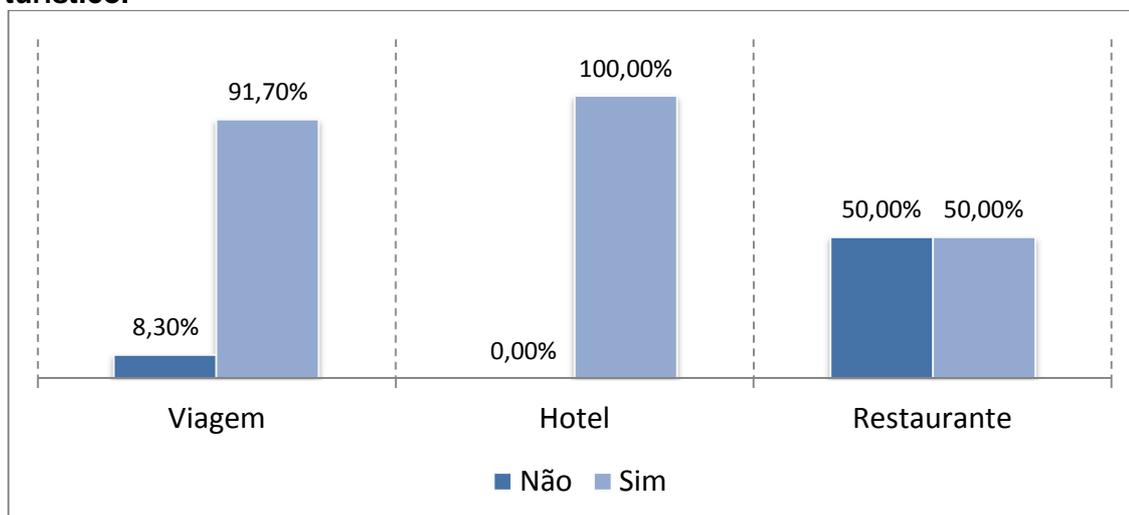


Tabela 8: conflito em relação ao elo da cadeia turística, por segmento.

Conflito	Segmento		
	Agência de Viagem	Hotel	Restaurante
Linhas Aéreas	14,3%	9,1%	16,7%
Operadores Turísticos	14,3%	0,0%	16,7%
Hotéis	7,1%	0,0%	0,0%
Agentes de Viagens	28,6%	0,0%	0,0%
Operadoras de Cartões	14,3%	9,1%	50,0%
Atrativos	14,3%	9,1%	0,0%

Tabela 9: grau de dificuldade dos hotéis em relação aos quesitos.

Quesitos Hotéis	Alta	Média	Baixa
MDO* QUALIFICADA	36,4%	18,2%	45,5%
Custo da MDO	18,2%	27,3%	54,5%
Infraestrutura	18,2%	36,4%	45,5%
Divulgação	27,3%	18,2%	54,5%
Concorrência	9,1%	27,3%	63,6%
Custo Capital de Giro	0,0%	27,3%	72,7%
Pagamento de Juros	18,2%	9,1%	72,7%
Apoio Instituições	30,0%	10,0%	60,0%
Impostos	45,5%	27,3%	27,3%
Integração	18,2%	9,1%	72,7%

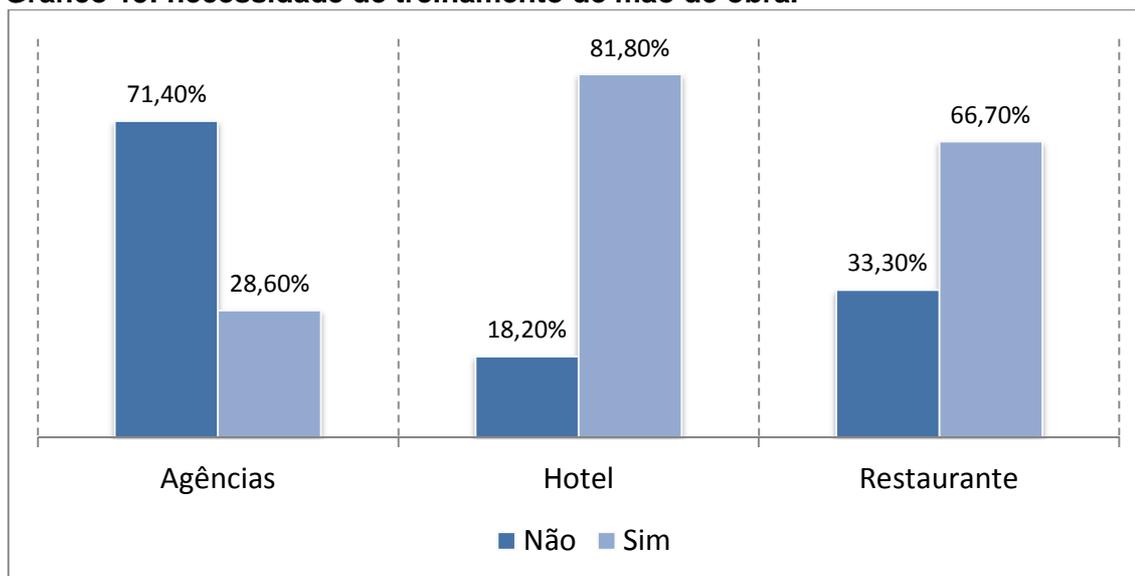
* MDO – Mão de obra

Tabela 10: grau de dificuldade das agências em relação aos quesitos.

Quesitos Agências	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	35,7%	28,6%	35,7%
Custo da MDO	14,3%	35,7%	50,0%
Infraestrutura	14,3%	21,4%	64,3%
Divulgação	21,4%	14,3%	64,3%
Concorrência	28,6%	42,9%	28,6%
Custo Capital de Giro	21,4%	28,6%	50,0%
Pagamento de Juros	21,4%	14,3%	64,3%
Apoio Instituições	28,6%	35,7%	35,7%
Impostos	28,6%	28,6%	42,9%
Integração	14,3%	21,4%	64,3%

Tabela 11: grau de dificuldade dos restaurantes em relação aos quesitos.

Restaurantes	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	83,3%	16,7%	0,0%
Custo da MDO	16,7%	50,0%	33,3%
Infraestrutura	0,0%	50,0%	50,0%
Divulgação	16,7%	50,0%	33,3%
Concorrência	16,7%	66,7%	16,7%
Custo Capital de Giro	16,7%	83,3%	0,0%
Pagamento de Juros	33,3%	16,7%	50,0%
Apoio Instituições	16,7%	33,3%	50,0%
Impostos	83,3%	16,7%	0,0%
Integração	16,7%	33,3%	50,0%

Gráfico 15: necessidade de treinamento de mão de obra.**Tabela 12: cursos mais demandados pelos segmentos.**

Segmento	Curso	Percentual
Agência de Viagem	Atendimento ao cliente	14,3%
Hotel	Atendimento ao cliente	27,3%
Hotel	Camareira	27,3%
Hotel	Recepcionista	18,2%
Restaurante	Atendimento ao cliente	33,3%

Tabela 13: origem do turista, em 2005, por segmento.

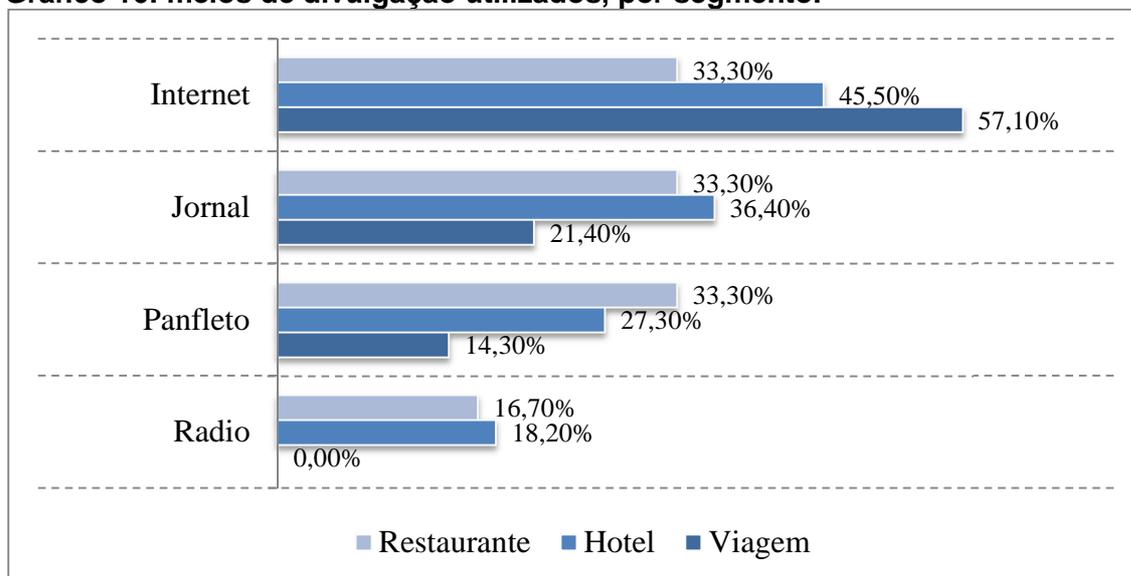
Origem	Agências	Hotel	Restaurante
Municípios Próximos	0,00%	3,00%	20,00%
Campo Grande	90,80%	31,00%	76,70%
Interior do Estado	8,80%	23,50%	0,00%
Outros Estados	9,60%	60,00%	50,00%

Tabela 14: origem do turista, em 2010, por segmento.

Origem	Agências	Hotel	Restaurante
Municípios Próximos	2,00%	14,70%	15,50%
Campo Grande	74,20%	14,40%	73,30%
Interior do Estado	13,60%	17,10%	11,00%
Outros Estados	22,50%	61,00%	23,30%
Outros Países	1,00%	7,80%	5,00%

Tabela 15: vantagens em relação aos quesitos, por segmento.

Vantagem	Agência de Viagem	Hotel	Restaurante
Disponibilidade de MDO	57,1%	63,6%	16,7%
Baixo custo da MDO	57,1%	63,6%	33,3%
Proximidade atrativos	64,3%	81,8%	33,3%
Proximidade clientes	100,0%	100,0%	83,3%
Infraestrutura	78,6%	63,6%	83,3%
Proximidade equipamentos	64,3%	63,6%	66,7%
Proximidade serviços	50,0%	54,5%	83,3%
Existência de programas	42,9%	63,6%	66,7%
Proximidade universidade	85,7%	81,8%	83,3%
Aspectos naturais	85,7%	72,7%	100,0%
Aspectos históricos	78,6%	72,7%	50,0%
Segurança	64,3%	54,5%	66,7%
<i>Marketing</i>	64,3%	54,5%	16,7%

Gráfico 16: meios de divulgação utilizados, por segmento.

ANEXO C – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NOS SETORES DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM COLETADOS NA RAIS

Quantidade de estabelecimentos em Campo Grande, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Campo Grande - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	4	29	38	17	13	2	0	0	0	0	103
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	60	247	137	77	35	4	0	0	0	0	560
Total		64	276	175	94	48	6	0	0	0	0	663

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Campo Grande, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Campo Grande - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	69	246	225	399	124	0	0	0	0	1063
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	545	896	1041	992	304	0	0	0	0	3778
Total		0	614	1142	1266	1391	428	0	0	0	0	4841

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Ribas do Rio Pardo, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Ribas do Rio Pardo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	2	6	2	1	0	0	0	0	0	0	11
Total		2	11	2	1	0	0	0	0	0	0	16

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Ribas do Rio Pardo, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Ribas do Rio Pardo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	12	15	13	0	0	0	0	0	0	40
Total		0	23	15	13	0	0	0	0	0	0	51

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Jaraguari, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Jaraguari - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Total		0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Jaraguari, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Jaraguari - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	5	0	12	0	0	0	0	0	0	17
Total		0	5	0	12	0	0	0	0	0	0	17

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Rochedo, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Rochedo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Rochedo, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Rochedo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total		0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Rio Negro, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Rochedo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Rio Negro, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Rio Negro - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		0	1	6	0	0	0	0	0	0	0	7

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Terenos, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Terenos - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Total		0	6	1	0	0	0	0	0	0	0	7

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Terenos, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Terenos - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	9	9	0	0	0	0	0	0	0	18
Total		0	10	9	0	0	0	0	0	0	0	19

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Nova Alvorada do Sul, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Nova Alvorada do Sul - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	2	2	1	0	0	0	0	0	0	5
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	7	2	0	3	0	0	0	0	0	12
Total		0	9	4	1	3	0	0	0	0	0	17

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Nova Alvorada do Sul, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Nova Alvorada do Sul - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	4	10	11	0	0	0	0	0	0	25
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	20	12	0	101	0	0	0	0	0	133
Total		0	24	22	11	101	0	0	0	0	0	158

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Dois Irmãos do Buriti, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Dois Irmãos do Buriti - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Dois Irmãos do Buriti, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Dois Irmãos do Buriti - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	30
Total		0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	30

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Corguinho, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Corguinho - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total		0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Corguinho, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Corguinho 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Total		0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Sidrolândia, 2008.

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Sidrolândia - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	4
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	3	7	3	1	0	0	0	0	0	0	14
Total		4	8	5	1	0	0	0	0	0	0	18

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Sidrolândia, 2008.

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Sidrolândia - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	3	12	0	0	0	0	0	0	0	15
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	17	20	11	0	0	0	0	0	0	48
Total		0	20	32	11	0	0	0	0	0	0	63

*Excluída a categoria ignorados

ANEXO D – MAPAS DE INFRAESTRUTURA BÁSICA SERVIÇOS GERAIS**SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

- A1 – Cobertura de água em Campo Grande

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- E1 – Cobertura de esgoto Rio Negro
- E2 – Cobertura do esgoto Terenos
- E3 – Cobertura de esgoto Dois Irmãos do Buriti
- E 4 – Cobertura de esgoto Nova Alvorada do Sul
- E5 – Cobertura de esgoto Sidrolândia
- E6 – Cobertura de esgoto Ribas do Rio Pardo
- E 7 – Cobertura de esgoto em Campo Grande

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

- D1 – Drenagem em Campo Grande
- D2 – Drenagem em Sidrolândia

ANEXO E – MAPA “CORREGO LIMPO”

ANEXO F – QUESTIONÁRIOS SOCIOAMBIENTAIS**Questionário a ser aplicado nos municípios do Polo Campo Grande e Região**

Município _____
 Responsável pelo preenchimento _____ Função _____
 Órgão/entidade _____ Data _____

Gestão ambiental pública e grau de participação da sociedade

1. Há alguma norma e/ou legislação específica sobre turismo? Sim Não
 Se sim, apresente um resumo sobre estas.

2. Há políticas definidas voltadas para área de turismo? Sim Não
 Se sim, quais são essas políticas?

3. Há alguma norma e/ou legislação específica sobre gestão ambiental? Sim Não
 Se sim, apresente um resumo sobre estas.

4. Há políticas definidas voltadas para área de gestão ambiental? Sim Não Se sim, quais são essas políticas?

5. Há Conselho Municipal de Turismo (Comtur)? Sim Não

6. Há outra forma de participação da sociedade na questão do turismo?
 Sim Não. Se sim, apresente uma descrição de como se dá esta participação _____

7. Algum consórcio Intermunicipal atua na área de turismo neste município? Sim Não
 Não há outra entidade/ instituição atuante (inclusive ONGs)? Sim Não Se sim, quais?

8. Algum consórcio Intermunicipal atua na área de gestão ambiental neste município? Sim Não há outra entidade/ instituição atuante (inclusive ONGs)? Sim Não Se sim, quais?

9. Há alguma secretaria, departamento, divisão, ou outro órgão responsável por atuar na área de turismo? (para responder sim, é necessário que seja institucionalizado) Sim Não.
Se sim, quais os principais projetos, programas e ações?

10. Há alguma secretaria, departamento, divisão, ou outro órgão responsável por atuar na área de meio ambiente? (para responder sim, é necessário que seja institucionalizado) Sim Não. Sim Não.
Se sim, quais os principais projetos, programas e ações?

Instrumentos de planejamento e controle territorial e outros Instrumentos

11. O município possui Plano Diretor? Sim Não. Se Não, há alguma ação para construção de um Plano Diretor?

Se Sim, este Plano Diretor é um instrumento amplo, que integra o desenvolvimento urbano e rural, observando os limites para uso e ocupação do solo pelas diferentes aptidões econômicas locais, a definição de espaços especialmente protegidos (sítios naturais, culturais e históricos), e até especificando a limitação de estruturas dos equipamentos turísticos e de lazer, tais como definição de altura de edificações, áreas verdes, padrões arquitetônicos (...) Apresentar resumo das evidências

12. Há algum outro instrumento de planejamento e controle territorial?
 Sim Não. Se sim, quais: Plano de Drenagem Zoneamento de uso e ocupação do solo Outros. Resumo das evidências

13. Há algum plano, programa ou projeto de outro setor de interface com o turismo (referentes à gestão ambiental e ao desenvolvimento social)? Sim Não. Se sim, apresentar resumo das evidências

14. Há algum planejamento/ estratégia de *marketing* local e/ou regional de turismo? Sim Não. Se sim, apresentar resumo das evidências (por exemplo: há calendário de promoção de eventos dentro da perspectiva da sazonalidade do turismo? Há estratégia de

divulgação dos principais pontos turísticos feita pelo poder público? etc.)

Elaboração do questionário: Agricon Consultoria Ltda

Informações sobre licenciamento ambiental do município de Campo Grande

Órgão: SEMADUR

Responsável pelo preenchimento: _____ Data: _____

Função: _____ Setor (Dep./Divisão/Gerência): _____

1. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras licenciadas em Campo Grande por município?

Município de Campo Grande, número de atividades _____

2. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras versus a fase do licenciamento ambiental em que se encontram:

Nº de atividades _____ Licenças Prévias não expedidas (apenas formalizou o processo)

Nº de atividades _____ Licenças Prévias expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Instalação expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Operação expedidas

3. Atividades de Aterro Sanitários (AS) , Unidade de Processamento de Lixo – UPL, Estações de Tratamento de Água – ETA e Estações de Tratamento de Esgoto – ETE em processo de licenciamento? Informar a quantidade, a fase do licenciamento e observações.

Exemplo de preenchimento: município de Campo Grande: AS (1), LI – expedida, UPL (1), LP – expedida, ETE – (2) – LO – expedida. Obs.: Todas as ETEs do municípios possuem LO. O preenchimento significa que em Campo Grande há um aterro sanitário que se encontra na fase de Licença de Operação, pois teve LI expedida, duas ETEs operando com Licença de Operação e que atualmente o município possui apenas duas ETEs em operação. E que há uma UPL na fase de LI.

Município de Campo Grande

Informações sobre licenciamento ambiental do Polo Campo Grande

Órgão: IMASUL

Responsável pelo preenchimento: _____ Data: _____

Função: _____ Setor (Dep./Divisão/Gerência): _____

1. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras licenciadas no Polo Campo Grande, por município?

Município de Campo Grande nº de atividades _____

Município de Corguinho nº de atividades _____

Município de Dois Irmãos do Buriti nº de atividades _____

Município de Jaraguari nº de atividades _____

Município de Nova Alvorada do Sul nº de atividades _____

Município de Rio Negro nº de atividades _____

Município de Rochedo nº de atividades _____

Município de Sidrolândia nº de atividades _____

Município de Terenos nº de atividades _____

2. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras *versus* a fase do licenciamento ambiental em que se encontram (todos municípios do Polo Campo Grande):

Nº de atividades _____ Licenças Prévias não expedidas (apenas formalizou o processo)

Nº de atividades _____ Licenças Prévias expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Instalação expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Operação expedidas

3. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras licenciadas na área de turismo *versus* fase em que se encontram:

Nº de Licenças Prévias não expedidas (apenas formalizou o processo) _____

Nº de Licenças Prévias expedidas _____

Nº de Licenças de Instalação expedidas _____

Nº de Licenças de Operação expedidas _____

4. Quais dos municípios do Polo Campo Grande apresentam as atividades de Aterro Sanitários (AS) , Unidade de Processamento de Lixo – UPL, Estações de Tratamento de Água – ETA e Estações de Tratamento de Esgoto – ETE em processo de licenciamento? Informar a quantidade, a fase do licenciamento e observações.

Exemplo de preenchimento: Município de Campo Grande: AS (1), LI – expedida, UPL (1), LP – expedida, ETE – (2) – LO – expedida. Obs.: Todas as ETEs do municípios possuem LO. O preenchimento significa que em Campo Grande há um aterro sanitário que se encontra na fase de Licença de Operação, pois teve LI expedida, duas ETEs operando com Licença de Operação e que atualmente o município possui apenas duas ETEs em operação. E que há uma UPL na fase de LI.

Município de Campo Grande

Dados a serem coletados junto ao órgão ambiental municipal (SEMADUR)

Município de Corguinho

Município de Dois Irmãos do Buriti

Município de Jaraguari

Município de Nova Alvorada do Sul

Município de Rio Negro

Município de Rochedo

Município de Sidrolândia

ANEXO G – MATERIAL CARTOGRÁFICO

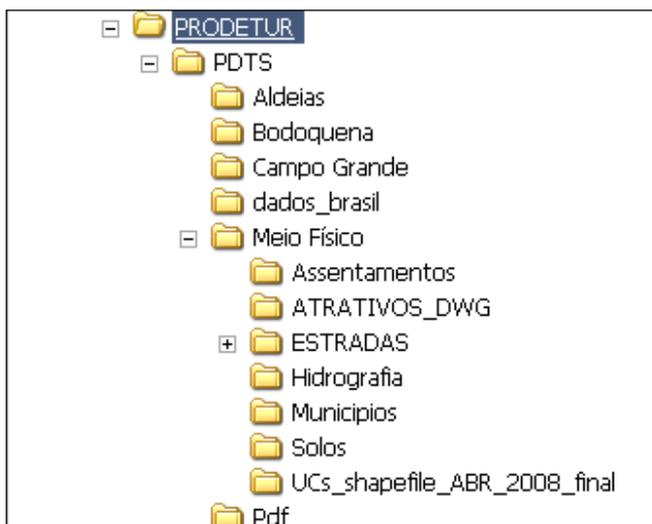
Todas as informações geradas e analisadas (informações geográficas) têm origem em fontes secundárias existentes nos organismos federais, estaduais, meios acadêmicos, programas e projetos, dentre outros.

Os arquivos dos projetos durante a fase de construção da base cartográfica de cada polo encontra-se *shapefile* – *SOFTWARE ARCVIEW 3.2*, e outros estão situados no diretório do Meio Físico e subdiretórios com o nome do tema correspondente. Nos subdiretórios jpeg, estão todos os arquivos e mapas solicitados usados para elaboração e simulação dos mapas solicitados pelos consultores.

Os subdiretórios utilizados para as diferentes funcionalidades e organização dos dados brutos tais como: dados brutos (Dbase, excell e dados de GPS), dados disponíveis de forma analógica, dados em planilhas do excel; mapas digitais na forma do AutoCAD e no formato Shape do ArcView.

Através da compilação dos dados cartográficos, foram elaborados os mapas no arcview, os dados compilados foram recortados das tabelas dos mapas base, pelo comando “clip” do arcview, estas tabelas e mapas estão disponíveis do sistema de informações de cada polo.

O Sistema de Informação foi organizado da seguinte estrutura:



Estrutura do Sistema de Informações do Polo Campo Grande e Região.

Meio Físico : Estes dados foram coletados pelo consultora de geoprocessamento e se encontram todos descritos juntamente com toda a bibliografia utilizada em relatórios elaborados pelos consultores em outros relatórios.

- Meio Físico: Os dados que compõem o meio físico foram disponibilizados da base cartográfica do PERHMS, exceto os dados dos atrativos turísticos que foram coletados pelo Técnico do PRODETUR/MS.
- Mapa pdf e jpg: Todos os mapas que foram gerados os quais fazem parte dos relatórios entregues pelos consultores.
- Projetos: São os Sistemas de Informação Geográfica de cada polo em um projeto com extensão apr. Está localizado no sub diretório do PDTS.
- Shapes: São arquivos que contêm todos os dados geográficos, juntamente com suas tabelas e dados cartográficos, nos quais foram gerados todos os mapas e também as novas informações adicionadas pelos consultores dos polos. Tabelas: Dados compilados a partir dos dados brutos, tais como excell e dbase.

Os dados geográficos e alfa numérico utilizado durante o processo de construção do sistema foram organizados transformando-se em um sistema de informações geográficas, todos os arquivos se encontram em formato shape file do software ARCV VIEW.